REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de Abril de 2011)

Atas de Comissões Permanentes

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVI – SUP. AO DSF Nº 066 – TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 15
Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 5
Magno Malta

Líder do PDT - 4
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amelia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (9)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (8)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

PPS - 1

Líder
Itamar Franco - PPS

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de abril de 2011) 4

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de abril de 2011..... 123

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de abril de 2011..... 138

1.2.2 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de abril de 2011..... 150

Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de abril de 2011..... 182

1.2.3 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de abril de 2011..... 193

1.2.4 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de março de 2011..... 237

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2011..... 254

1.2.5 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2011..... 288

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011..... 301

1.2.6 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Ata da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada em 29 de março de 2011..... 313

Ata da 1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 6 de abril de 2011..... 329

Ata da 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 13 de abril de 2011..... 346

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Abril/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/04/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	11
Especial	2
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	**21**

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/04/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	-	-	0	1	**1**
PLC	2	1	0	0	0	**3**
PLS	0	9	1	1	1	**12**
PDS	5	0	0	0	0	**5**
MSF	6	-	-	-	0	**6**
Total	13	10	1	1	2	**27**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 30/04/2011

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	3	3

Quadro de Requerimentos
01 a 30/04/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	17
Congratulações, pesar e assemelhados	35
Desarquivamento de matéria	17
Homenagem de pesar	3
Informações	29
Missão (em representação do Senado Federal)	5
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	14
Retirada de matéria	5
Tramitação conjunta	3
Urgência para matéria	1
Voto de aplauso ou semelhante	2
Total Geral	**131**

*** No período de 01 a 30/04/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/04/2011

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	2	3
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	9	-	9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	3	1	5
Total	2	12	3	**17**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

01 a 30/04/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	**55**
Art. 40 (2)	**3**
Art. 43, I (3)	**3**
Art. 43, II (4)	**9**
Total Geral	**70**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

01 a 30/04/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**5**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/04/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	1
Deliberativa Ordinária	30
Especial	4
Não Deliberativa	25
Total de sessões realizadas	**60**
Reunião Preparatória	3
Reunião	1
Total de Reuniões	**4**

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 30/04/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	-	-	1	1	1	**3**
PLC	6	10	0	0	1	0	**17**
PLS	0	28	1	1	3	2	**35**
PDS	6	83	0	0	1	0	**90**
PRS	1	0	0	0	0	1	**2**
MSF	24	-	-	-	0	0	**24**
Total	37	121	1	2	6	4	**171**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/04/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	2	-	-	1	**3**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	6	3	0	**9**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 30/04/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	28
Auditoria	5
Congratulações, pesar e assemelhados	87
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	1
Criação ou alteração de comissão temporária	8
Desapensamento de matérias	4
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	13
Informações	37
Levantamento de Sessão	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	11
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	27*
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	13
Tramitação conjunta	5
Urgência para matéria	2
Voto de aplauso ou semelhante	2
Voto de censura	1
Total Geral	**314**

*** Compatibilizado o total devido ao Requerimento nº 01/2011, arquivado na sessão de 31/03/2011 por ter sido atendido.**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/04/2011

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	15	16
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	28	-	28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	4	84	89
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	1	-	1
Total	2	33	99	**134**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

02/02 a 30/04/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	120
Art. 40 (2)	6
Art. 43, I (3)	9
Art. 43, II (4)	20
Total Geral	**155**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratamento de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

02/02 a 30/04/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	11

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 30/04/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 1

1. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 21/2008	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.	Alvaro Dias	28/04/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

1. À sanção. Total: 3

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 6/2011	Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas ; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade - Empresa para o Apoio à Inovação; altera as leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	05/04/2011
PLV 7/2011	Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	13/04/2011
PLV 8/2011	Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.	Câmara dos Deputados	27/04/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 3

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 141/2008	Estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.	Alberto Fraga	05/04/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 3

2. À sanção. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 178/2010	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário.	Presidente da República	27/04/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 107/2009	Acrescenta § 6º ao art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT , aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito e autorizar o arbitramento da respectiva remuneração.	Maurício Rands	15/04/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 12

1. À Câmara dos Deputados. Total: 9

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 481/2009	Determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriadas para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica.	Cristovam Buarque	13/04/2011
PLS 481/2008	Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento.	Raimundo Colombo	15/04/2011
PLS 385/2008	Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Antonio Carlos Valadares	27/04/2011
PLS 329/2005	Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que "extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências".	Pedro Simon	29/04/2011
PLS 427/2007	Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural.	Lúcia Vânia	29/04/2011
PLS 37/2008	Acrescenta art. 19-A à Lei 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.	Tião Viana	29/04/2011
PLS 127/2008	Confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.	José Sarney	29/04/2011
PLS 32/2010	Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências.	Antonio Carlos Júnior	29/04/2011
PLS 85/2011	Altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais.	Gleisi Hoffmann	29/04/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 12

2. Ao arquivo. Total: 3

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 266/2009	Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão-de-obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados.	Gilvam Borges	29/04/2011

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 218/2010	Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos.	Comissão de Legislação Participativa	20/04/2011

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 46/2011 Complementar	Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.	Demóstenes Torres	28/04/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 5

1. À Câmara dos Deputados. Total: 3

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 105/2011	Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2010.	Comissão de Assuntos Econômicos	12/04/2011
PDS 106/2011	Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010.	Comissão de Assuntos Econômicos	12/04/2011
PDS 107/2011	Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	12/04/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 5

2. À promulgação. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 116/2008	Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	05/04/2011
PDS 79/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	05/04/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 55/2011	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8884, de 11 de junho de 1994, inciso III, letra "d" da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCOS PAULO VERÍSSIMO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.	Presidente da República	12/04/2011
MSF 56/2011	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.	Presidente da República	12/04/2011
MSF 30/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.	Presidente da República	26/04/2011
MSF 3/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.	Presidente da República	26/04/2011
MSF 34/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.	Presidente da República	26/04/2011
MSF 35/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia.	Presidente da República	26/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Deferida pela Mesa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 224/2011	Solicita a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 70 e 71, de 2011.	Ciro Nogueira	05/04/2011

Aprovada pela Mesa. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 103/2011	Requer, com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministério de Ciência e Tecnologia acerca de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P & D) na Área de Tecnologia da Informação.	Vanessa Grazziotin	05/04/2011
RQS 104/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, informações acerca da atual situação do Rio Parnaíba.	Ciro Nogueira	05/04/2011
RQS 112/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Trabalho e Emprego, informações a repeito do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego.	Randolfe Rodrigues	05/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Aprovada pela Mesa. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 113/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações a propósito do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego.	Randolfe Rodrigues	05/04/2011
RQS 1153/2009	Requer, nos termos do parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a execução, nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, de dotações orçamentárias do Orçamento da União que destinam recursos a obras em ativos públicos federais que são objeto de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Federal (tais como ferrovias arrendadas ou trechos concedidos de rodovias, entre outros).	Comissão de Fiscalização e Controle	05/04/2011
RQS 131/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca das providências que estão sendo tomadas para a melhoria do aeroporto do Município de Cametá - PA.	Marinor Brito	05/04/2011
RQS 132/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca da aplicação da Portaria nº 310, de 17/02/2011, da Agência Nacional de Aviação Civil, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - V. 6 Nº 7, de 18 de fevereiro de 2011, que trata do fechamento de 22 escritórios de aviação em diversos municípios brasileiros.	Marinor Brito	05/04/2011
RQS 3/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre itens adquiridos, no final de 2010, pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército, com a finalidade de equipar o Forte dos Andradas, no Guarujá - SP.	Mário Couto	05/04/2011
RQS 7/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Sra. Ministra de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a distribuição e os valores dos recursos investidos em publicidade pelos órgãos da administração federal nos anos de 2003 a 2010.	Alvaro Dias	05/04/2011
RQS 769/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda, cópia integral das investigações realizadas pela Receita Federal para apurar a responsabilidade sobre a quebra do sigilo fiscal de Eurípedes Soares da Silva, pai de Francenildo Santos Costa.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	05/04/2011
RQS 86/2011	Requer informações ao Ministério da Previdência Social, com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal e combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sobre quais os motivos que comprometem a agilidade na concessão dos beneficios aos segurados entre os órgãos da Previdência Social no País e as providências para solucionar esta situação.	Vanessa Grazziotin	05/04/2011
RQS 876/2010	Requer, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a quantidade de médicos aptos a atuar no sistema de assistência pública à saúde por município, bem como, informar quais são as políticas públicas adotadas pelo Governo Federal para interiorização desses profissionais.	Kátia Abreu	05/04/2011
RQS 88/2011	Requer, com base nos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministério das Comunicações, referentes a questões não esclarecidas sobre as ações da Telebrás.	Marinor Brito	05/04/2011
RQS 883/2010	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o estágio em que se encontram as negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor que tiveram início por ocasião da Sétima Conferência Interamericana Especializada em Direito Internacional Privado (CIDIP-VII), da Organização dos Estados Americanos (OEA).	Comissão de Fiscalização e Controle	05/04/2011
RQS 897/2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Minas e Energia cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) e de suas subsidiárias, desde o ano de 2003, bem como a relação de todos os membros que integraram o referido órgão no período em questão.	Alvaro Dias	05/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Aprovada pela Mesa. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 898/2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Minas e Energia cópia das atas de todas as reuniões do Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) e de suas subsidiárias, desde o ano de 2003, bem como a relação de todos os membros que integraram o referido órgão no período em questão.	Alvaro Dias	05/04/2011
RQS 933/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215,I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações acerca de providências adotadas no âmbito do Banco Central, e respectivas conclusões, em resposta às recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Futebol, concluída em 06/12/2001, a qual investigou fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol.	Alvaro Dias	05/04/2011
RQS 934/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215,I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro da Fazenda, para que informe acerca de providências adotadas no âmbito da Receita Federal do Brasil, e respectivas conclusões, em resposta às recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Futebol., concluída em 06/12/2001, a qual investigou fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol.	Alvaro Dias	05/04/2011
RQS 947/2010	Requerem, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, informações necessárias para os trabalhos a serem realizados no âmbito da Subcomissão Permanente da Água (CMAGUA) da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal.	Jefferson Praia	05/04/2011
RQS 948/2010	Requerem, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente necessárias para os trabalhos a serem realizados no âmbito da Subcomissão Permanente da Água (CMAGUA) da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal.	Jefferson Praia	05/04/2011
RQS 962/2010	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, consubstanciado pelos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam remetidos ao Senado Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, cópias dos contratos entre o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal com o Estado de Roraima para concessão de empréstimos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2010.	Mozarildo Cavalcanti	05/04/2011
RQS 315/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 233, de 2010; 176, de 2007; e 314, de 2008.	Ciro Nogueira	14/04/2011
RQS 154/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinados com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministério da Defesa relativas à execução das obras de ampliação do Terminal de Passageiros e Cargas no Aeroporto Internacional de Manaus, bem como sobre os projetos futuros para atendimento das demandas daquele Pólo Industrial, tendo em vista ser a cidade de Manaus uma das sedes da Copa de 2014.	Vanessa Grazziotin	28/04/2011
RQS 165/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre o diagnóstico que orientou a definição das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de que trata o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010.	Paulo Bauer	28/04/2011
RQS 89/2011	Requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado das Comunicações, sobre as ações de implementação do Plano Nacional para Banda Larga relativas ao Estado do Amapá.	Randolfe Rodrigues	28/04/2011
RQS 91/2011	Requer, com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, a respeito de noticia sobre a criação de um Estado indígena independente em Roraima.	Vanessa Grazziotin	28/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Aprovada pelo Plenário. Total: 57

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 246/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 248/2011	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade e apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.	Eduardo Suplicy	05/04/2011
RQS 249/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2010.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 250/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 251/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2010.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 252/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2010.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 253/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 255/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 256/2011	Solicita oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 270/2011	Solicita que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010, seja ouvida também a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Acir Gurgacz	05/04/2011
RQS 292/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004.	Anibal Diniz	05/04/2011
RQS 293/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004.	Anibal Diniz	05/04/2011
RQS 294/2011	Solicita a continuidade da tramitação dos Projetos de Lei do Senado nº 376, de 2005; 317, de 2009; e da Proposta de Emenda de Constituição nº 73, de 2003.	Jorge Viana	05/04/2011
RQS 295/2011	Solicita a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2005.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 296/2011	Desarquivamento de projetos.	Demóstenes Torres	05/04/2011
RQS 300/2011	Solicita o desarquivamento e continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004.	Francisco Dornelles	05/04/2011
RQS 305/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato nº 2 da CRE, e considerando o agravamento da situação crítica por que passa a população japonesa em função da ameaça de desastre nuclear e das terríveis consequências do terremoto e do tsunami ocorridos, VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo e ao povo do Japão, aos brasileiros residentes naquele País, bem como a seus familiares no Brasil.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	05/04/2011
RQS 320/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2007; das Propostas de Emenda à Constituicão nºs 93, de 2003; e 73, de 2007; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 69, de 2004; e 605, de 2007.	Mozarildo Cavalcanti	05/04/2011
RQS 321/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2005.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 322/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2006.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 323/2011	Solicita o desarquivamento de diversos projetos.	Pedro Simon	05/04/2011
RQS 324/2011	Solicita o desarquivamento de diversos projetos.	Valdir Raupp	05/04/2011
RQS 326/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003.	Lúcia Vânia	05/04/2011
RQS 327/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2004.	Lúcia Vânia	05/04/2011
RQS 328/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004.	Lúcia Vânia	05/04/2011
RQS 329/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004.	Lúcia Vânia	05/04/2011
RQS 330/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.	Lúcia Vânia	05/04/2011
RQS 333/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2006.	José Sarney	05/04/2011
RQS 334/2011	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar em decorrência do falecimento do Governador do Estado do Maranhão JACKSON LAGO, ocorrido no dia 04 de abril de 2011.	José Sarney	05/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Aprovada pelo Plenário. Total: 57

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 335/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar em decorrência do falecimento do Senhor SALOMÃO ALCOLUMBRE, suplente do Senador José Sarney, ocorrido no dia 04 de abril de 2011.	José Sarney	05/04/2011
RQS 377/2011	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 3 e 4 de abril de 2011, quando participará como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, de diligência nas Usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia.	Rodrigo Rollemberg	07/04/2011
RQS 378/2011	Requer, nos termos do art. 40, Parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para atender designação da Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle - CMA, para visitar as obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, nos dias 4 e 5 de abril de 2011, com vistas a buscar informações sobre os motivos de paralisação das obras das usinas em comento.	Blairo Maggi	07/04/2011
RQS 379/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 4 de abril de 2011, quando estará, com ônus para a Casa, procedendo diligência da Comissão de Meio Ambiente nas obras das usinas de Jirau e de Santo Antônio, no Estado de Rondônia.	Jorge Viana	07/04/2011
RQS 381/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para o Senado Federal, no período de 10 a 18 de abril de 2011, para participar do 10º Encontro Internacional de Investimento Empresarial Economia e Comércio, conforme convite do Governo de Shanxi, China.	Cícero Lucena	07/04/2011
RQS 382/2011	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado Voto de Pesar às famílias das vítimas e à escola municipal Tasso da Silveira pelo trágico acontecimento, no dia 07 de abril de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	07/04/2011
RQS 260/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 25 de abril de 2011, destinada a homenagear o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas.	Paulo Paim	12/04/2011
RQS 392/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 23 de maio de 2011, destinada a homenagear os 70 anos da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil.	José Pimentel	12/04/2011
RQS 401/2011	Requerem, nos termos do art. 160 combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do próximo dia 5 de maio de 2011, quinta-feira, seja dedicado a comemorar os cento e oitenta e cinco anos de instalação do Senado Federal.	José Sarney	12/04/2011
RQS 402/2011	Requer a retirada do Requerimento nº 271, de 2011, que solicita a oitiva desta Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Acir Gurgacz	12/04/2011
RQS 409/2011	Solicita a realização de Sessão Especial no dia 23 de maio próximo, destinada a homenagear os 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil.	Eunício Oliveira	13/04/2011
RQS 119/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, no dia 4 de agosto de 2011, seja dedicado a comemoração especial dos cinco anos da sanção da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida por Lei Maria da Penha.	Gleisi Hoffmann	14/04/2011
RQS 280/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009.	Acir Gurgacz	14/04/2011
RQS 281/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007.	Acir Gurgacz	14/04/2011
RQS 282/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007.	Acir Gurgacz	14/04/2011
RQS 285/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010.	Aloysio Nunes Ferreira	14/04/2011
RQS 299/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011.	Humberto Costa	14/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Aprovada pelo Plenário. Total: 57

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 156/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 02 de maio de 2011, destinada a homenagear o TRABALHADOR BRASILEIRO, por oportunidade do dia do trabalho, em 1º de maio.	Paulo Paim	19/04/2011
RQS 337/2011	Requerem, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em homenagem ao centenário de origem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, a ser realizada no dia 9 de maio de 2011, no primeiro horário.	Lindbergh Farias	19/04/2011
RQS 376/2011	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 26 de abril de 2011 seja dedicado a homenagear os cinco anos do projeto PROFESSORES DE EDUCAÇÃO SEM FRONTEIRAS e a atuação da Delegacia da Federação Internacional de Educação Física (FIEP) no Brasil.	Alvaro Dias	19/04/2011
RQS 298/2011	Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011.	Wellington Dias	26/04/2011
RQS 410/2011	Requerem, nos termos regimentais, a realização de sessão especial destinada a comemorar o CENTÉSIMO VIGÉSIMO aniversário do "JORNAL DO BRASIL", sugerindo o dia 16 de maio de 2011 para a sua realização.	Marcelo Crivella	26/04/2011
RQS 414/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	26/04/2011
RQS 411/2011	Requerem, nos termos regimentais, a realização de homenagem, na primeira hora do período do expediente da sessão do dia 07 de junho de 2011, ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, uma instituição financeira pública de fomento criada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que em 2011 completa 50 anos.	Casildo Maldaner	27/04/2011
RQS 436/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 30 de maio de 2011, destinada a homenagear os cento e dois (102) anos do Ensino Técnico Profissionalizante.	Paulo Paim	27/04/2011
RQS 450/2011	Oitiva da CMA para o PLC 194/2008.	Romero Jucá	27/04/2011
RQS 451/2011	Urgência para o PLS 467/2008	Ana Amelia	27/04/2011
RQS 336/2011	Requerem, nos termos do artigo 154, III, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o período do Expediente da Sessão do dia 19 de maio de 2011 destinado a celebrar o Dia Nacional da Defensoria Pública, instituído pela Lei nº 10.448, de 2002.	Antonio Carlos Valadares	28/04/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 351/2011	Solicita a retirada dos Requerimentos nºs 277 e 306, de 2011.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 405/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 264, de 2011.	Luiz Henrique	12/04/2011
RQS 456/2011	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001.	Demóstenes Torres	28/04/2011
RQS 467/2011	Retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2008.	Alvaro Dias	28/04/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 325/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da irmã MARTHA MARIA AMARAL MESQUITA, dominicana da Congregação Nossa Senhora do Rosário de Monteils (França), professora da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (hoje Unitins) e Diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus.	Vicentinho Alves	04/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Encaminhada pela Presidência. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 332/2011	Requer, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados Votos de Pesar aos familiares do jornalista FLÁVIO ALCARAZ GOMES, falecido no dia 5 de Abril de 2011.	Ana Amelia	05/04/2011
RQS 341/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Justiça Militar da União pelo transcurso, dia 1º de abril, dos 203 anos de sua criação.	Anibal Diniz	05/04/2011
RQS 342/2011	Requer, com base nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do político gaúcho HARRY ALBERTO ERPEN.	Pedro Simon	05/04/2011
RQS 343/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Jackson Lago, ocorrido no dia 04 de abril de 2011.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 344/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Marabá, que completa 98 anos de existência, em 05 de abril de 2011.	Flexa Ribeiro	05/04/2011
RQS 345/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Flávio Alcaraz Gomes.	Paulo Paim	05/04/2011
RQS 393/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências às famílias pelo falecimento das crianças vitimadas no atentado ocorrido em 07 de abril de 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no Bairro Realengo, Rio de Janeiro - RJ.	Paulo Paim	08/04/2011
RQS 400/2011	Requer, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista ELPÍDIO REALI JÚNIOR, aos 71 anos, no dia 09 de abril de 2011, em São Paulo.	Eduardo Suplicy	12/04/2011
RQS 404/2011	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento da Senhora ARACY MOEBIUS DE CARVALHO GUIMARÃES ROSA, ocorrido no dia 3 de março de 2011, aos 102 anos.	Lídice da Mata	12/04/2011
RQS 408/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar aos familiares da senhora YOLANDA MARQUES GOULART, última irmã viva do ex-presidente João Goulart, falecida no dia 12 de abril de 2011.	Ana Amelia	12/04/2011
RQS 418/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Egon Schneck, ex-prefeito de São Sebastião do Caí - RS, ocorrido no dia 13 de abril de 2011.	Paulo Paim	14/04/2011
RQS 419/2011	Requer, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa aprove voto de aplausos e congratulações ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS - IFAM, Campos de Manaus - Zona Leste pelos seus 70 anos de criação.	João Pedro	14/04/2011
RQS 423/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao jornal A Crítica pelos 62 anos de sua fundação na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Eduardo Braga	19/04/2011
RQS 425/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Governador do Pará Dr. Hélio Gueiros.	Flexa Ribeiro	19/04/2011
RQS 426/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornal A CRÍTICA, editado em Manaus - AM, pelo aniversário de sua fundação.	João Pedro	19/04/2011
RQS 430/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelo aniversário de 62 anos do jornal A Crítica, um veículo da Rede Calderaro de Comunicação, na cidade de Manaus/AM.	Vanessa Grazziotin	20/04/2011
RQS 432/2011	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de ANA PAULA ROSSI BRAGA, ocorrido no dia 16 de abril de 2011, na cidade de São Paulo, e apresentação de condolências à família Braga, em especial ao seu marido, o músico Paulinho Coelho, e ao seu pai, o cantor Roberto Carlos.	Eduardo Suplicy	20/04/2011
RQS 433/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações pelo aniversário de 70 anos do cantor Roberto Carlos.	Eduardo Suplicy	20/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Encaminhada pela Presidência. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 434/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento das 12 vítimas das chuvas e dos desmoronamentos de terra ocorridos no feriadão de páscoa em abril de 2011 nas cidades de Igrejinha, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.	Paulo Paim	25/04/2011
RQS 435/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Congratulações e Aplauso à professora Isis Tavares por sua eleição à presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	25/04/2011
RQS 441/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso e congratulações pelos 38 anos de fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.	João Pedro	26/04/2011
RQS 443/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do deputado federal José Mendonça, ocorrido no dia 24 de abril de 2011.	Jarbas Vasconcelos	26/04/2011
RQS 444/2011	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família do pastor José Martins, da Assembleia de Deus de Oeiras, no Piauí, falecido no dia 23 de abril de 2011.	Wellington Dias	26/04/2011
RQS 445/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso e congratulações à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, que completou 38 anos de existência no dia 26 de abril de 2011.	Vanessa Grazziotin	26/04/2011
RQS 446/2011	Requerem, nos termos do art. 222, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados Votos de Pesar e Solidariedade ao SENHOR PREFEITO JACKSON FERNANDO SCHMIDT, em nome de quem se solidarizam com todos os cidadãos do município de Igrejinha (RS), especialmente com o SENHOR VALTER LIMA, 80 anos, patriarca da família Lima, pela morte de seu filho mais velho, de duas noras e de quatro netos, em tragédia ocorrida entre a noite do dia 22 e a madrugada do dia 23 de abril de 2011.	Ana Amelia	27/04/2011
RQS 457/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO FÁTIMA AM pelo transcurso dos 45 anos de sua fundação, ocorrido no dia 28 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 458/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO MAIS NOVA FM pelo transcurso dos 44 anos de sua fundação, ocorrido no dia 28 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 459/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO NATIVA 99,5 FM pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação, ocorrido no dia 27 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 460/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO CAXIAS AM pelo transcurso dos 65 anos de sua fundação, ocorrido no dia 27 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 461/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO GAZETA DE ALEGRETE AM pelo transcurso dos 32 anos de sua fundação, ocorrido no dia 26 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 462/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à TV SHOP TOUR pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação, ocorrido no dia 26 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 463/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO TUPÃ AM pelo transcurso dos 56 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 29 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011
RQS 464/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à RÁDIO GUAÍBA AM pelo transcurso dos 54 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 30 de abril de 2011.	Ana Amelia	28/04/2011

Matéria: Requerimento. Total: 131

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 899/2009	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como, no que couber, com o art. 7º e a Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que o Ministro de Estado da Justiça, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, encaminhe cópia integral do inquérito e demais documentos conexos relativos à "Operação Águas Profundas", procedida pela Polícia Federal e que apontou fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, por parte da Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS).	Alvaro Dias	05/04/2011

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 277/2011	Requerem, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 1° de abril de 2011, destinada a comemorar o Dia Mundial da Consciência sobre o Autismo.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 306/2011	Solicita que a Sessão Especial do Senado destinada a comemorar o Dia Mundial da Consciência sobre o Autismo, prevista para 1º de abril, seja remarcada para o dia 8 de abril de 2011.	Cristovam Buarque	05/04/2011
RQS 264/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, em missão parlamentar, no período de 1º a 4º de maio de 2011, a fim de participar, como representante oficial do Senado Federal, da Milken Institute's 2011 Global Conference, a ser realizada na cidade de Los Angeles, CA - EUA, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, desse Regimento, que estará ausente do país no período de 29 de abril a 06 de maio de 2011.	Luiz Henrique	12/04/2011
RQS 271/2011	Solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, seja ouvida também a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Acir Gurgacz	12/04/2011

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 449/2011	Requer, nos termos do art. 215, III,"c", do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de pesar pelo falecimento da empresária e ex-modelo Cibele Johnson, no dia 26 de abril.	João Pedro	27/04/2011

Rejeitada pela Mesa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 471/2007	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre a empresa AEROFAR Táxi Aéreo Ltda.	Kátia Abreu	05/04/2011
RQS 508/2005	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior quanto a Convenção das Nações Unidas sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias - CISG.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	05/04/2011
RQS 543/2006	Requer, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, sejam prestadas pelo Senhor Procurador-Geral da República, Dr. ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA, informações sobre as providências da Procuradoria relativas ao contrabando de pedras preciosas no País, especificamente sobre o assunto constante da denúncia do Jornal O Globo, de 07 de maio de 2006, intitulada "Boa Vista na rota de contrabando de diamantes".	Mozarildo Cavalcanti	05/04/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 70

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

Abril/2011				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
86-M	Vicentinho Alves	43, I	23 e 24.03	Licença Saúde
87-M	João Durval	13	05 a 07.04	Atividade Parlamentar
88-M	Ciro Nogueira	13	14 a 21.04	Atividade Parlamentar
89-M	Kátia Abreu	13	05.04	Atividade Parlamentar
90-M	Pedro Simon	13	06 e 07.04	Atividade Parlamentar
91-M	Cristovam Buarque	13	09 a 18.04	Atividade Parlamentar
92-M	Eduardo Amorim	13	07.04	Atividade Parlamentar
93-M	Vital do Rêgo	13	07.04	Atividade Parlamentar
94-M	Humberto Costa	13	07.04	Atividade Parlamentar
95-M	Mario Couto	13	07.04	Atividade Parlamentar
96-M	Jarbas Vasconcelos	13	13 a 20.04	Atividade Parlamentar
97-M	Kátia Abreu	13	07.04	Atividade Parlamentar
98-M	Lindbergh Farias	40 sem ônus	08.04	Visita *in loco* à Eletronuclear – RJ
99-M	Rodrigo Rollemberg	40 sem ônus	08.04	Visita *in loco* à Eletronuclear – RJ
100-M	José Sarney	43, II	19 e 20.04	Licença Particular
101-M	Jorge Viana	13	12.04	Atividade Parlamentar
102-M	Valdir Raupp	13	12.04	Atividade Parlamentar
103-M	Mário Couto	13	12 a 14.04	Atividade Parlamentar
104-M	Paulo Davim	43, II	12 a 14.04	Licença Particular
105-M	Armando Monteiro	13	12.04	Atividade Parlamentar
106-M	Marta Suplicy	43, II	19 e 20.04	Licença Particular
107-M	Lobão Filho	43, I	05 a 07.04	Licença Saúde
108-M	Ricardo Ferraço	43, II	18 a 26.04	Licença Particular
109-M	Ana Rita	13	14.04	Atividade Parlamentar
110-M	Ricardo Ferraço	13	14.04	Atividade Parlamentar
111-M	Marisa Serrano	13	14.04	Atividade Parlamentar
112-M	Lobão Filho	43, II	14.04	Licença Particular
113-M	Aloysio Nunes Ferreira	43, II	19 e 20.04	Licença Particular
114-M	João Ribeiro	13	14.04	Atividade Parlamentar
115-M	Luiz Henrique	13	14.04	Atividade Parlamentar
116-M	Lúcia Vânia	40, sem ônus	03.05	Cerimônia de posse da Diretoria da Confederação Nacional de Jovens Empresários - CONAJE
117-M	Paulo Bauer	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
118-M	Wellington Dias	13	28.04	Atividade Parlamentar
119-M	João Durval	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
120-M	Itamar Franco	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
121-M	Mário Couto	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
122-M	José Agripino	13	14.04	Atividade Parlamentar
123-M	Garibaldi Alves	13	19 a 21.04	Atividade Parlamentar
124-M	Renan Calheiros	13	14.04	Atividade Parlamentar
125-M	Marisa Serrano	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
126-M	Jayme Campos	13	19.04	Atividade Parlamentar
127-M	Francisco Dornelles	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
128-M	João Ribeiro	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
129-M	Cícero Lucena	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
130-M	Maria do Carmo Alves	13	19.04	Atividade Parlamentar
131-M	João Alberto Souza	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
132-M	Lúcia Vânia	13	19.04	Atividade Parlamentar
133-M	Vicentinho Alves	43, I	12.04	Licença Saúde
134-M	Sérgio Petecão	13	19 e 20.04	Atividade Parlamentar
135-M	Pedro Simon	13	20 e 26.04	Atividade Parlamentar
136-M	Renan Calheiros	43, II	19.04	Licença Particular
137-M	Fernando Collor	13	19.04	Atividade Parlamentar
138-M	Inácio Arruda	13	20.04	Atividade Parlamentar
139-M	Jayme Campos	13	20.04	Atividade Parlamentar
140-M	Eduardo Braga	43, II	26.04	Licença Particular
141-M	Maria do Carmo Alves	13	20.04	Atividade Parlamentar
142-M	Fernando Collor	13	20.04	Atividade Parlamentar

Abril/2011				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
143-M	Renan Calheiros	13	20.04	Atividade Parlamentar
144-M	Lúcia Vânia	13	20.04	Atividade Parlamentar
145-M	Armando Monteiro	13	21 a 29.04	Atividade Parlamentar
146-M	Garibaldi Alves	13	25 a 29.04	Atividade Parlamentar
147-M	João Durval	13	26 e 27.04	Atividade Parlamentar
148-M	Vital do Rêgo	13	28 e 29.04; e 02.05	Atividade Parlamentar
149-M	Maria do Carmo Alves	43, II	28.04	Licença Particular
150-M	Ricardo Ferraço	13	28.04	Atividade Parlamentar
151-M	Ciro Nogueira	13	06 a 16.05	Atividade Parlamentar
152-M	Randolfe Rodrigues	13	28.04	Atividade Parlamentar
153-M	José Agripino	13	28.04	Atividade Parlamentar
154-M	Valdir Raupp	13	28.04	Atividade Parlamentar
155-M	Kátia Abreu	13	28.04	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha Consolidada
02/02 a 30/04/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta Solene	03
Total	**03**

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 30/04/2011

Nº	Assunto
17/2011 (public. no DOU de 06/04/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 525, de 14 de fevereiro de 2011, que "Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores".
18/2011 (public. no DOU de 26/04/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 526, de 4 de março de 2011, que "Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 30/04/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
215/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 529, de 2011, que "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual".
214/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 11 de maio do corrente, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.
213/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 3 de maio do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do projeto de resolução do Congresso Nacional, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências".
212/2011 CN	Dep. Eduardo Gomes – Primeiro-Secretário da CD	Encaminha para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011 (Medida provisória nº 509, de 2010), sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República e transformado na Lei nº 12.400, de 7 de abril de 2011, que "Altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal".
211/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência levou ao conhecimento do Plenário que o Parecer nº 4, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº, de 2011-CN, está publicado no DSF de 21/04/2011.
208/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 9 de junho do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.
207/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida, na sessão do Senado federal realizada em 18/04/2011, a Mensagem nº 27, de 2011-CN (nº 98, de 2011, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
206/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República adotou, no dia 7 de abril de 2011, a Medida provisória nº 529, de 2011, que "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 11/04/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
205/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 280-GP/TCU-Plenário, de 2011, na origem, que comunica ao Congresso Nacional o recebimento do Ofício nº 197-CN, que encaminhou os Relatórios de Contas Públicas relativas ao exercício de 2010 de órgãos que menciona. A matéria, publicada no DSF de 14/04/2011 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
204/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 266-GP-TCU-Plenário, de 2011, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia de deliberação daquele Tribunal constatando indícios de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores em obra que menciona. A matéria está publicada no DSF de 13/04/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
203/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 528, de 2011, que "Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física".
202/2010 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 7, de 2011 (Medida Provisória n° 511, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 13 de abril do corrente ano, que "Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP; e dá outras providências".
201/2011 CN	Ministro Antonio Palocci – Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 09, de 2011 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2011, que "Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP; e dá outras providências".
200/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica o recebimento do Aviso nº 144, de 8 de abril do corrente ano, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, solicitando a substituição da Exposição de Motivos nº 37, de 2011, referente à Medida provisória nº 528, de 25 de março de 2011, por haver incorreções.
199/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador João Pedro, da Deputada Jô Moraes e outros Senhores Parlamentares, consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 9 de junho do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.
198/2010 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2010, dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 24/2011-CN – nº 86, de 2011, na origem); - Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25/2011-CN – nº 16/2011, na origem); - Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 15/2011 – CN – nº SECOI.TST.GP. Nº 4/2011, na origem); - Superior Tribunal Militar (Ofício nº 16/2011-CN – nº 55/PRES-009/SEPLA-GS/2011, na origem); - Ministério Público da União (Ofício nº 17/2011-CN – nº PGR/GAB/Nº 337/2011, na origem); - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 18/2011-CN – nº 187/GP/2011, na origem); - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Território (Ofício nº 19/2011-CN – nº 10.336/GPR/2011, na origem); - Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 20/2011-CN – nº 336/GP/2011, na origem); - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 21/2011-CN – nº 034/2011/PRESI-CNMP, na origem); - Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 22, de 2011-CN – Ofício nº 1.291/2011 GMRL, na origem); - Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus (Ofício nº 23, de 2011-CN – Ofício/PR N. 2011011160/2011, na origem); e - Senado Federal (Ofício nº 24, de 2011-CN). Nos termos do disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as prestações de contas vão ao Tribunal de Contas da União. As referidas matérias estão publicadas no DSF de 07/04/2011.
197/2010 CN	Ministro Benjamin Zymler– Presidente do Tribunal de Contas da União	Encaminha nos termos do disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2010, dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 24/2011-CN – nº 86, de 2011, na origem); - Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25/2011-CN – nº 16/2011, na origem); - Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 15/2011 – CN – nº SECOI.TST.GP. Nº 4/2011, na origem); - Superior Tribunal Militar (Ofício nº 16/2011-CN – nº 55/PRES-009/SEPLA-GS/2011, na origem); - Ministério Público da União (Ofício nº 17/2011-CN – nº PGR/GAB/Nº 337/2011, na origem); - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 18/2011-CN – nº 187/GP/2011, na origem); - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Território (Ofício nº 19/2011-CN – nº 10.336/GPR/2011, na origem); - Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 20/2011-CN – nº 336/GP/2011, na origem); - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 21/2011-CN – nº 034/2011/PRESI-CNMP, na origem); - Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 22, de 2011-CN – Ofício nº 1.291/2011 GMRL, na origem); - Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus (Ofício nº 23, de 2011-CN – Ofício/PR N. 2011011160/2011, na origem); e - Senado Federal (Ofício nº 24, de 2011-CN). As referidas matérias estão publicadas no DSF de 07/04/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
196/2010 CN	Sen. Vital do Rego – Presidente da CMO	Comunica que esta Presidência recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2010, dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 24/2011-CN – nº 86, de 2011, na origem); - Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 25/2011-CN – nº 16/2011, na origem); - Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 15/2011 – CN – nº SECOI.TST.GP. Nº 4/2011, na origem); - Superior Tribunal Militar (Ofício nº 16/2011-CN – nº 55/PRES-009/SEPLA-GS/2011, na origem); - Ministério Público da União (Ofício nº 17/2011-CN – nº PGR/GAB/Nº 337/2011, na origem); - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 18/2011-CN – nº 187/GP/2011, na origem); - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Território (Ofício nº 19/2011-CN – nº 10.336/GPR/2011, na origem); - Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 20/2011-CN – nº 336/GP/2011, na origem); - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 21/2011-CN – nº 034/2011/PRESI-CNMP, na origem); - Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 22, de 2011-CN – Ofício nº 1.291/2011 GMRL, na origem); - Conselho da Justiça Federal e Justiça federal de Primeiro e Segundo Graus (Ofício nº 23, de 2011-CN – Ofício/PR N. 2011011160/2011, na origem); e - Senado Federal (Ofício nº 24, de 2011-CN). Nos termos do disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as prestações de contas vão ao Tribunal de Contas da União. As referidas matérias estão publicadas no DSF de 07/04/2011.
195/2010 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 6, de 2011 (Medida Provisória n° 510, de 2010), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 5 de abril do corrente ano, que "Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas ; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade - Empresa para o Apoio à Inovação; altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências".
194/2011 CN	Ministro Antonio Palocci – Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 08, de 2011 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2011, que "Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas ; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade - Empresa para o Apoio à Inovação; altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências".
193/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 373-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 773/2011-TCU-Plenário, informando que foram saneados os indícios de irregularidades graves detectados nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus. A matéria está publicada no DSF de 06/04/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
192/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 9, de 2011-CN (nº 374-Seses-TCU-Plenário/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 773/2011-TCU-Plenário, referente à fiscalização de obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus. A matéria está publicada no DSF de 08/04/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
191/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 8, de 2011-CN (nº 249/2011-GP/TCU, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional a Prestação de Contas daquele Tribunal, relativa ao exercício de 2010. O expediente, de acordo com o disposto no § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e está publicada em Suplemento ao DSF de 07/04/2011.
190/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 7, de 2011-CN (nº 81/MF/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao quarto trimestre de 2010. A matéria está publicada no DSF de 07/04/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
189/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 6, de 2011-CN (nº 245-GP/TCU/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010. A matéria está publicada no DSF de 07/04/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
188/2011 CN	Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-Geral da República	Em resposta ao Ofício PGR/GAB/Nº 1.322, de 21 de dezembro de 2010, que encaminha o Ofício OF/PR/MT/ 4º Ofício/ Nº 6.360/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminha as informações solicitadas referentes às emendas orçamentárias apresentadas pelo ex-Deputado Federal ROBÉRIO CÁSSIO RIBEIRO NUNES, bem como sobre a ficha funcional do senhor MARCO TÚLIO DA SILVA LOPES (Auto Judicial nº 2008.36.00.015231-7), fornecidas, respectivamente, pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Ofício ADM/004/2011, e pela Câmara dos Deputados, segundo o Ofício nº 377/2011/SGM/P.
187/2011 CN	Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-Geral da República	Em resposta ao Ofício PGR/GAB/Nº 1.319, de 21 de dezembro de 2010, que encaminha o Ofício OF/PR/MT/ 4º Ofício/ Nº 6.554/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminha as informações solicitadas referentes às emendas orçamentárias apresentadas pelo ex-Deputado Federal EDIR PEDRO DE OLIVEIRA, bem como sobre a eventual ficha funcional do senhor RAFAEL ZANCANARO DE OLIVEIRA (Auto Judicial nº 2009.36.00.001311-4/2ª Vara JF), fornecidas, respectivamente, pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Ofício ADM/006/2011, e pela Câmara dos Deputados, segundo o Ofício nº 375/2011/SGM/P.
186/2011 CN	Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-Geral da República	Em resposta ao Ofício PGR/GAB/Nº 1.317, de 21 de dezembro de 2010, que encaminha o Ofício OF/PR/MT/ 4º Ofício/ Nº 6.561/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminha as informações solicitadas referentes às emendas orçamentárias apresentadas pelo ex-Deputado Federal EDILBERTO AFONSO DE MORAIS JÚNIOR, bem como sobre a ficha funcional do Senhor VANDER CESÁRIO ROCHA (Auto Judicial nº 2007.36.00.012330-9/ 2ª Vara JF), fornecidas, respectivamente, pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, conforme Ofício ADM/005/2011, e pela Câmara dos Deputados, segundo o Ofício nº 380/2011/SGM/P.
185/2011 CN	Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-Geral da República	Em resposta ao Ofício PGR/GAB/Nº 1.321, de 21 de dezembro de 2010, que encaminha o Ofício OF/PR/MT/ 4º Ofício/Nº 6.512/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminha as informações solicitadas referentes às emendas orçamentárias apresentadas pelo ex-Deputado Federal ILDEU ALVES ARAÚJO, conforme Ofício ADM/003/2011, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, bem como sobre as fichas funcionais do Senhor MARCELO COELHO DE CARVALHO e do Senhor MARCO ANTÔNIO AMORIM DE CARVALHO, além do período de mandato do referido ex-Deputado, de acordo com o Ofício nº 378/2011/SGM/P, da Câmara dos Deputados (Auto Judicial nº 2009.36.00.001303-4).

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
184/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal, realizada no dia 6 de abril do corrente, Ofício dos Líderes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e do Democratas - DEM, na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, indicando, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 4º do Regimento Comum, o Senador Jayme Campos para exercer a função de Líder da Minoria no Congresso Nacional.
183/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 527, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo".
182/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 22, de 2011-CN (nº 79/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 505, de 2010), que "Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e altera a Relação Descritiva constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

B.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
29/03 a 30/04/2011

I - Reuniões realizadas

Instalação	01
Ordinárias (ROR)	03
Extraordinárias (REX)	01
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	01
Total	**06**

II - Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	03	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	**03**	**-**

III - Proposições apreciadas

Proposições	Quantidades
Projetos de Lei CN (PLN)	02
- Crédito Suplementar e Especial	01
- LDO/Alteração	-
- LOA/Alteração	-
- PPA/Revisão – Alteração	-
- Errata	01
- Redação Final	-
Medidas Provisórias (MP) - Crédito Extraordinário	-
Avisos CN (AVN)	-
- Obras com Indícios de Irregularidade Graves apontadas pelo TCU	-
- Prestação de Contas	-
- Parecer Prévio do Governo da República	-
- Outras matérias	-
Mensagens CN (MCN)	-
- Prestação de Contas	-
- Relatório de Avaliação do PPA	-
- Outras matérias	-
Ofícios CN (OFN)	-
- Prestação de Contas	-
- Outras matérias	-
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	-
Proposições SF	-
Requerimentos CMO (RCMO)	03
Contestações CMO (CTCMO)	-
Emendas	22
TOTAL	27

IV – Resultados de reunião

Reunião realizada em 29 de março de 2011 (Instalação)

Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão para o ano de 2011, convocada para 29/03/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h52min e encerrada às 16h25min)

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Francisco Dornelles (PP/RJ), conforme dispõe o *§ 2º do art. 10 do Regimento Comum* e pelo Presidente eleito, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

EXPEDIENTE

1) Ofício GLPMDB nº 92/2011, de 28 de março, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o **Senador Vital do Rêgo** (PMDB/PB) para o cargo de Presidente da Comissão.

2) Ofício nº 307/2011/PSDB, de 29 de março, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o **Deputado Sérgio Guerra** (PSDB/PE) para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão.

3) Ofício nº 177/2011, de 29 de março, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o **Deputado Roberto Britto** (PP/BA) para o cargo de 3º Vice-Presidente da Comissão.

4) Ofício nº 044/GAB, de 29 de março, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o **Deputado Arlindo Chinaglia** (PT/SP) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

ORDEM DO DIA

- O **Senador Cyro Miranda** (PSDB/GO) comunicou ao Plenário o seu nome para o cargo de 2º Vice-Presidente da Comissão.

- O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) informou ao Plenário o falecimento do ex-Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar e o Presidente em exercício, Senador Francisco Dornelles solicitou um minuto de silêncio em sua memória.

- O Presidente em exercício, Senador Francisco Dornelles (PP/RJ), declarou instalada a nova Comissão para o ano de 2011. Em seguida, propôs que a eleição da Mesa Diretora fosse por aclamação, tendo os candidatos para os seguintes cargos:

Para Presidente: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

Para Primeiro Vice-Presidente: Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE).

Para Segundo Vice-Presidente: Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).

Para Terceiro Vice-Presidente: Deputado Roberto Britto (PP/BA).

Resultado: **aprovado** por unanimidade. O Presidente em exercício declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Comissão para 2011.

O Presidente eleito, Senador Vital do Rêgo, fez o pronunciamento de posse e convidou para compor a mesa os Vice-Presidentes eleitos. Comunicou que o Partido dos Trabalhadores encaminhou ofício indicando o **Deputado Arlindo Chinaglia** (PT/SP) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

Em prosseguimento, o Presidente informou as seguintes diretrizes gerais:

1) Conforme disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN,* o dia **3 de abril,** é o prazo final para indicação das seguintes **relatorias:** Relator da Receita e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2012, Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias para 2012 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público.

Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN.*

2) O **dia 3 de abril** também é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes **comitês**, conforme estabelece *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas.

Tendo em vista que dia 3 de abril é domingo, informou que as indicações poderão ser feitas até dia **5 de abril.**

3) Solicitou a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.

4) Inicialmente**,** as reuniões ordinárias serão realizadas às **quartas-feiras, às 14h30min, no plenário 2,** até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO.

5) Informou que será designado, oportunamente, relator do ajuste do Regulamento Interno da Comissão à Resolução nº 1/2006-CN.

Reunião realizada em 6 de abril de 2011 (Ordinária)

1ª Reunião Ordinária
convocada para 6/4/2011, às 14h30min
(Iniciada às 14h58min e encerrada às 15h59min)

Pauta nº 1/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 10ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 7, 8, 9, 13, 14, 15, 20, 21 e 22/12/2010; e
. Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada em 29/3/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da Reunião da Bancada do Estado da Bahia, em 16 de fevereiro de 2011, informando que foi eleito como Coordenador daquela Bancada o Deputado Nelson Pellegrino e como Subcoordenador o Deputado Cláudio Cajado.
2) Ofício nº 0547/2011-GP, de 14 de março, do Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), consultando sobre a possibilidade de apresentação de emenda ao Orçamento Geral da União, visando atender pleito do Lions Clube de Cabrobó-PE.
3) OF. N º 166/2011 – SGM, de 21 de março, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando os nomes dos Senadores que foram designados para membros desta Comissão.
4) Ata da reunião da Bancada Federal do Acre e representantes de entidades do poder público do estado, realizada em 16 de fevereiro de 2011, informando a eleição do Senador Aníbal Diniz (PT/AC) como Coordenador e do Deputado Gladson Cameli (PP/AC) para Vice-Coordenador daquela Bancada.

- **Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):**
1) Ofício nº 003/2010 – BANCMS, de 28 de dezembro de 2010, do Coordenador da Bancada do Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio Amaral, solicitando alteração da Emenda nº 71130016, daquela Bancada.
2) OF. GSVG Nº 063/2011, de 21 de fevereiro de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando alteração da Emenda individual nº 34970001, de sua autoria.
3) OFÍCIO Nº 0056/2011-Gab./VPR, de 30 de março, do Vice-Presidente da República, ex-Deputado Michel Temer, solicitando retificação do beneficiário da Emenda parlamentar nº 1944.0007, de sua autoria, tendo em vista a ocorrência de erro técnico na elaboração da mesma.

- Expedientes indicando membros para composição dos Comitês Permanentes conforme estabelece o art. 18 § 1° da Resolução 1/2006-CN:

1) Ofício n° 77/11-GLPSDB, recebido em 31 de março, do Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias, indicando o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).
2) Ofício n° 0028/2011 GDVP, de 31 de março, do Deputado Vitor Paulo, Líder do PRB, indicando o Deputado Jorge Pinheiro (PRB/GO).
3) Ofício n° 044/2011 – GLDBAG, de 4 de abril, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando os Senadores Walter Pinheiro (PT/BA) para coordenador, Magno Malta (PR/ES), Acir Gurgacz (PDT/RO) e a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA).
4) Of. n° 179/2011 - LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Giroto (PR/MS) e a Deputada Gorete Pereira (PR/CE).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) Ofício N. 89/11, de 30 de março, do Deputado Osmar Junior, Líder do PCdoB, indicando a Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) Ofício n° 091/11/LIDPV, de 4 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Rubens Bueno (PPS/PR).
2) Of. N° 203, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Teixeira (PP/PE).
3) Ofício Ind. 323-11/PDT, de 5 de abril, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado João Dado (PDT/SP).
4) OF. N° 035/11-GLDEM, de 5 de abril, do Senador Demóstenes Torres, Líder do Democratas, indicando o Senador Jayme Campos (DEM/MT).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) Ofício Líder nº 99/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Hugo Leal (PSC/RJ).
2) Ofício Líder nº 100/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Hugo Leal (PSC/RJ) para Coordenador do Comitê.

3) Ofício n° 091/11/LIDPV, de 4 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Fábio Ramalho (PV/MG).
4) Of. N° 202, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG).

5) Of. N° 133/2011, de 5 de abril, do Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Alex Canziani (PTB/PR).
6) Ofício Ind. 323-11/PDT, de 5 de abril, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado Ademir Camilo (PDT/MG).

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Of. n. 305/2011/PSDB, de 29 de março, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN).
2) OF/LID/Nº 032/2011, de 30 de março, do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), Líder do PPS, indicando o seu nome.
3) Ofício nº 093/2011, de 30 de março, do Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Líder do PSC, indicando o seu nome.
4) Ofício Líder nº 98/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR).
5) Ofício N. 88/11, de 30 de março, do Deputado Osmar Junior, Líder do PCdoB, indicando a Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).
6) OF. Nº 34/2011-GSACV, de 31 de março, do Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB, indicando a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA).
7) Ofício n° 78/11-GLPSDB, recebido em 31 de março, do Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, indicando o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).
8) Ofício n° 027/2011 – GLDPT, de 4 de abril, do Senador Humberto Costa, Líder do PT, indicando o Senador Walter Pinheiro (PT/BA).
9) Ofício n° 090/11/LIDPV, de 4 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do PV, indicando o Deputado Fábio Ramalho (PV/MG).
10) Ofício n° 025/2011 – GLDPP, de 4 de abril, do Senador Francisco Dornelles, Líder do PP, indicando o Senador Ivo Cassol (PP/RO).
11) Ofício n° 0029/2011 GDVP, de 5 de abril, do Deputado Vitor Paulo, Líder do PRB, indicando o Deputado Jorge Pinheiro (PRB/GO).
12) OF. N° 079/2011/GLPTB, de 5 de abril, do Senador Gim Argello (PTB/DF), Líder do PTB, indicando o seu nome.
13) Of. N° 200, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Britto (PP/BA).
14) Of. n° 178/2011 - LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA).
15) Of. N° 134/2011, de 5 de abril, do Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO).
16) Ofício Ind. 322-11/PDT, de 5 de abril, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado Ademir Camilo (PDT/MG).
17) OF. N° 034/11-GLDEM, de 5 de abril, do Senador Demóstenes Torres, Líder do Democratas, indicando o Senador Jayme Campos (DEM/MT).

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:

1) Ofício n° 76/11-GLPSDB, recebido em 31 de março, do Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias, indicando o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).
2) Ofício Líder nº 100/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Hugo Leal (PSC/RJ) para a relatoria da área VIII – Poderes do Estado e Representação.
3) Ofício n° 043/2011 – GLDBAG, de 4 de abril, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando os Senadores Delcídio do Amaral (PT/MS) e Inácio Arruda (PCdoB/CE).
4) Of. N° 201, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).
5) Of. n° 181/2011 - LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Wellington Roberto (PR/PB).

- Expedientes encaminhados pelo Primeiro Suplente, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, informando o envio de autógrafos de Decretos Legislativos:

1) Ofício nº 96-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 06/2011.
2) Ofício nº 98-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 07/2011.
3) Ofício nº 100-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 08/2011.
4) Ofício nº 102-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 09/2011.
5) Ofício nº 104-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 10/2011.
6) Ofício nº 106-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 11/2011.
7) Ofício nº 108-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 12/2011.

- Expedientes encaminhados pelo Presidente do Congresso Nacional informando término do prazo para interposição de recurso a Avisos do Congresso Nacional:

1) Ofício nº 111-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 13/2010-CN.
2) Ofício nº 112-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 22/2010-CN.
3) Ofício nº 113-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 26/2010-CN.
4) Ofício nº 114-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 29/2010-CN.
5) Ofício nº 115-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 31/2010-CN.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 594/MP, de 21 de dezembro de 2010, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, solicitando ajustes de diversos órgãos do Poder Executivo, conforme quadros apresentados, ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN, conforme Nota Técnica nº 17/SECAD/SOF/MP, de 16 de dezembro de 2010, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal daquele Ministério.

2) Ofício nº 2.616/2010/SUDENE-AGI, de 14 de dezembro de 2010, do Superintendente, Paulo Sérgio de Noronha Fontana, encaminhando o Relatório de Resultados e Impactos – 1º semestre – Exercício de 2010, sobre as atividades Desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 08/2010/SDR/SUDENE/MI, de 30/11/2010, e a Resolução CONDEL nº 037/2010, de 10/12/2010, que aprovou, "ad referendum" do CONDEL, o referido relatório.

3) Ofício PGR/GAB/nº 1.335, de 22 de dezembro de 2010, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando os Ofícios n°s 73/2010/1ºOF. DEFESA PATRIMÔNIO/PR-RR/MPF e 78/2010/1ºOF. DEFESA PATRIMÔNIO/PR-RR/MPF, datados de 6 de dezembro de 2010, expedidos pelo Procurador da República Rodrigo Golívio Pereira no Inquérito Civil Público MPF/PR/RR nº 1.32.000.000500/2010-62.

4) Ofício nº 08/MP, de 07 de janeiro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, encaminhando Relatório com as modificações no Programa de Aceleração do Crescimento–PCA.

5) Ofício nº 0716/2011 – IPL 0059/2011-4 – SR/DPF/PR, de 01 de fevereiro de 2011, do Delegado de Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, do Departamento da Polícia Federal, Regional no Paraná, solicitando informações sobre o acatamento ou não de recomendação emanada pelo Tribunal de Contas da União, em seu Relatório de Fiscalização referente as obras de modernização e adequação de sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária/PR.

6) Ofício nº 04/2011-BCB/Aspar, de 10 de fevereiro de 2011, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Sr. Luiz do Couto Neto, consultando a possibilidade de agendamento para o dia 17/03/2011, de reunião de audiência pública, com a presença do Presidente daquele Banco, no intuito de explanar sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados.

7) Ofício nº 0351/2011 – IPL 0007/2009-4 – DPF/DRS/MS, de 14 de fevereiro de 2011, do Delegado de Polícia Federal, José Antonio Simões de Oliveira Franco, da Delegacia de Polícia Federal em Dourados, do Departamento da Polícia Federal, solicitando cópia integral da Emenda Orçamentária nº 22900019, OGU/2000, apresentada pelo Senador Ramez Tebet, visando a aquisição de Unidade Móvel de Saúde, no município de Maracaju/MS.

8) Ofício nº 1.204/2011–IPL 0111/2011-4 – SR/DPF/PE, de 18 de fevereiro de 2011, do Delegado de Polícia Federal, Luiz Gustavo Pedroza Santana, do Departamento da Polícia Federal, Regional em Pernambuco, solicitando informar se houve determinação de repactuação dos contratos envolvidos no Acórdão do Plenário do TCU n º 3.362/2010, referente a obras de construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife-PE.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3° quadrimestre de 2010 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Alagoas, Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraiba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.
- Supremo Tribunal Federal.
- Superior Tribunal de Justiça.
- Tribunal de Contas da União.
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- Tribunal Superior Eleitoral.
- Tribunal Superior do Trabalho.
- Conselho Nacional de Justiça.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 8 de dezembro de 2010:

1) Aviso n°2.276/2010 (Acórdão n° 3.371/2010): Obras de pavimentação, abrangendo a supervisão ambiental, a implementação de programas ambientais e o gerenciamento ambiental da Rodovia BR 158/MT, segmento km 328,0 a km 417,8.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 10 de novembro de 2010:

1) Aviso n°2.052/2010 (Acórdão n° 3.002/2010): Contratação de serviços de transporte aéreo de carga pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 19 de janeiro:

1) Aviso n° 012/2011 (Acórdão nº 038/2011) : Expansão do ensino superior – campus da Unifesp em Diadema/SP.
2) Aviso n° 013/2011 (Acórdão nº 034/2011): Modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Duque de Caxias - Reduc/RJ .
3) Aviso n° 025/2011 (Acórdão nº 023/2011): Construção da Rodovia BR-010, no Estado do Tocantins.
4) Aviso n° 027/2011 (Acórdão nº 033/2011): Apoio à melhoria das condições de habitabilidade no bairro Bananeira, em Itabuna/BA.
5) Aviso n° 033/2011 (Acórdão nº 055/2011): Construção da Escola Agrotécnica de Nova Andradina/MS.

Avisos Seses de 26 de janeiro:

1) Aviso n° 043/2011 (Acórdão nº 117/2011): Adequação de programas/indicadores constantes do PPA 2008/2011 aos objetivos das políticas de governo.
2) Aviso n° 049/2011 (Acórdão nº 107/2011): Manutenção da infraestrutura operacional de parque de refino da Petrobras.

Avisos Seses de 2 de fevereiro:

1) Aviso n° 065/2011 (Acórdão nº 172/2011): Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.
2) Aviso n° 066/2011 (Acórdão nº 205/2011): Obras de implantação da Via Expressa de Acesso ao Porto da cidade de Salvador/BA.
3) Aviso n° 076/2011 (Acórdão nº 165/2011): Conjunto de sistemas informatizados que compõem ou subsidiam o portal, em que são realizados os pregões eletrônicos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg).
4) Aviso n° 080/2011 (Acórdão nº 167/2011): Construção da Ponte Sobre o Rio Madeira – no município de Abunã – na BR – 364 – no estado de Rondônia.
5) Aviso n° 085/2011 (Acórdão nº 206/2011): Obras de modernização e adequação do sistema produtivo da Refinaria Gabriel Passos - Regap, no Município de Betim/MG.

Avisos Seses de 9 de fevereiro:
1) Aviso n° 115/2011 (Acórdão nº 271/2011): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco.
2) Aviso n° 122/2011 (Acórdão nº 268/2011): Obras para construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba-PR.
3) Aviso n° 135/2011 (Acórdão nº 282/2011): Manutenção rodoviária na BR-364/MT.
4) Aviso n° 136/2011 (Acórdão nº 283/2011): Acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2010, de diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.
5) Aviso n° 138/2011 (Acórdão nº 285/2011): Obras de derrocamento do porto de Santos/SP.
6) Aviso n° 143/2011 (Acórdão nº 263/2011): Obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).

Avisos Seses de 16 de fevereiro:
1) Aviso n° 160/2011 (Acórdão nº 384/2011): Obras de construção de edifícios para abrigar diversos Institutos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais.
2) Aviso n° 164/2011 (Acórdão nº 393/2011): Atuação da Caixa Econômica Federal na interveniência dos convênios e dos contratos de repasse, exercícios de 2003 a 2008.
3) Aviso n° 189/2011 (Acórdão nº 387/2011): Obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).
4) Aviso n° 201/2011 (Acórdão nº 402/2011): Aplicação de recursos federais em obras públicas de Habitação e Saneamento.
5) Aviso n° 207/2011 (Acórdão nº 396/2011): Obra de Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luiz Carlos Prestes, no Município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul.

Avisos Seses de 23 de fevereiro:
1) Aviso n° 222/2011 (Acórdão nº 473/2011): Avaliação do cumprimento das metas de arrecadação das receitas primárias da União, durante o 1º semestre do exercício de 2010.
2) Aviso n° 223/2011 (Acórdão nº 493/2011): Obras e serviços relativos à implantantação de unidade de enriquecimento de urânio no município de Resende – RJ.
3) Aviso n° 240/2011 (Acórdão nº 452/2011): Obras de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj.
4) Aviso n° 242/2011 (Acórdão nº 492/2011): Obras de construção de 429 unidades habitacionais unifamiliares em Brasília-DF.

Avisos Seses de 2 de março:
1) Aviso n° 250/2011 (Acórdão nº 538/2011): Obras da expansão do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.
2) Aviso n° 255/2011 (Acórdão nº 551/2011): Obras de urbanização de assentamentos precários Vila do Mar, no Município de Fortaleza/CE.
3) Aviso n° 273/2011 (Acórdão nº 547/2011): Implantação das obras civis e da via permanente da Linha 3 do Sistema de Transporte Metroviário do Estado do Rio de Janeiro, ligando os Municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo.
4) Aviso n° 274/2011 (Acórdão nº 543/2011): Obras do Projeto de Irrigação São João, no Estado de Tocantins.

Avisos Seses de 16 de março:
1) Aviso n° 294/2011 (Acórdão nº 592/2011): Avaliar controles gerais de tecnologia da informação no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs.
2) Aviso n° 295/2011 (Acórdão nº 593/2011): Obras de construção da BR-487/PR, trecho Porto Camargo – Campo Mourão.

Avisos Seses de 23 de março:
1) Aviso n° 350/2011 (Acórdão nº 653/2011): Obras da Usina Termonuclear de Angra 3.
2) Aviso n° 351/2011 (Acórdão nº 654/2011): Obras da Usina Termonuclear de Angra 3.
3) Aviso n° 363/2011 (Acórdão nº 650/2011): Obras de construção da Barragem do Rio Arraias/TO.

Avisos GP/TCU de 30 de março:
1) Aviso n° 247/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 512/2011, que trata do acompanhamento da arrecadação das receitas primárias da União, durante o exercício de 2009, com vistas à avaliação do cumprimento das metas de arrecadação estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 19 de janeiro:
1) Aviso n° 026/2011 (Acórdão nº 033/2011): Obras e serviços para apoio à melhoria das condições de habitabilidade no Bairro Bananeira, em Itabuna/BA.
2) Aviso n° 032/2011 (Acórdão nº 055/2011): Obras de construção da Escola Agrotécnica de Nova Andradina/MS.

Avisos Seses de 16 de fevereiro:
1) Aviso n° 184/2011 (Acórdão nº 361/2011): Obras de Modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, no Paraná.
2) Aviso n° 185/2011 (Acórdão nº 362/2011): Obras de Modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, no Paraná.

Avisos GP/TCU de 22 de fevereiro:
1) Aviso n° 129/2011 (Acórdão nº 044/2011): Obra de implantação da BR-440/MG, entre a BR-040 e a BR-267, no Município de Juiz de Fora/MG.

Avisos GP/TCU de 3 de março:
1) Aviso n° 163/2011: Obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins/MG.

Avisos GP/TCU de 22 de março:
1) Aviso n° 220/2011: Obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins/MG.

- Avisos encaminhados pelo Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 1º de março:

1) Aviso n° 047/2011 (Acórdão nº 1.289/2011): Aquisição de unidade móvel de saúde, em Bacabal/MA.

- Aviso Seses-TCU encaminhados ao Presidente do Senado Federal para autuação e posterior tramitação na forma de AVISO do Congresso Nacional:

Aviso Seses de 30 de março:

1) Aviso n° 374/2011 (Acórdão nº 773/2011): Obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM.

- Ofícios encaminhados pelo Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo, à CMO:

Ofício TCU/SECEX-RJ de 31 de janeiro:

1) Ofício nº 34/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 107/2011 referente à Manutenção da infraestrutura operacional de parque de refino da Petrobras.

Ofício TCU/SECEX-MT de 4 de março:

1) Ofício nº 324/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 3.058/2010 referente as obras dos Setores A, B e C do Aeroporto Marechal Rondon em Várzea Grande/MT, também designado Aeroporto de Cuiabá.

- Perguntas de cidadãos encaminhadas através do *Fale Conosco/CMO*:

1) Cidadã Cristina Maria, de Brasília/DF, em 27/12/2010. Solicita informações sobre o plano de cargos e salários do Poder Judiciário na LOA 2011.
2) Cidadão Antônio Vitório de Souza, de Juiz de Fora/MG, em 10/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.
3) Cidadã Hilda Gomide, de Araguaína/TO, em 12/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.
4) Cidadã Luciana Estevam de Almeida Maia, de Salvador/BA, em 12/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.
5) Cidadã Cassia Monteiro, de Fortaleza/CE, em 12/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.
6) Cidadão Wagner Guimarães de Campos, de Belo Horizonte/MG, em 19/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.
7) Cidadão José Luiz da Silva Valente, de Brasília/DF, em 31/1/2011. Solicita informações sobre pesquisa de emendas na página da CMO.
8) Cidadão Jader Cardoso Treme, de São Paulo/SP, em 10/2/2011. Informações sobre o orçamento das empresas estatais.

AVISOS

O Presidente comunicou que está sendo encaminhado a todos os membros da Comissão exemplar reeditado da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

O Presidente anunciou que dia 12 de abril, às 15 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO, haverá reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, com o objetivo de definir a Relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012.

O Presidente informou que para comporem o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão faltam as indicações, na Câmara dos Deputados, do PT, PMDB, DEM, e PSB, e no Senado Federal, do PR, PDT, PCdoB, PRB, PMDB, PMN, PV e PPS, e solicitou que as Lideranças encaminhem tais indicações.

ORDEM DO DIA

PAUTA nº 1

1 – Apreciação do **Requerimento nº 1/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença do Ministro dos Esportes, do Diretor-Geral do DINIT, do Presidente da Caixa Econômica Federal e do Presidente do Tribunal de Contas da União".

Autor: Deputado Cláudio Cajado.

Resultado: apreciação **adiada** para a próxima reunião, com a concordância do autor, conforme sugestão do Senador Walter Pinheiro (PT/BA), com o objetivo de aprimorar a matéria, bem como, atender as seguintes sugestões:
- do Deputado Gilmar Machado (PT/MG): acrescentar autoridade olímpica e retirar o DNIT;
- do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ): acrescentar os representantes das empresas que participam de processos licitatórios; e
- Deputado José Airton (PT/CE): incluir representante da CGU – Controladoria Geral da União.

2 – Apreciação do **Requerimento nº 2/2011-CMO**, que "Solicita seja convidada a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 7.445 de 01/03/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, e dá outras providências; o Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381 de 09/02/2011".

Autor: Deputado Cláudio Cajado.

Resultado: A pedido do Deputado José Priante (PMDB/PA), o Requerimento nº 4/2011-CMO, de sua autoria, foi anexado ao Requerimento nº 2/2011-CMO, com autorização do Autor, Deputado Claudio Cajado (DEM/BA). Em votação, o Requerimento nº 2/2011-CMO e o Requerimento nº 4/2011-CMO, foram **aprovados** juntamente por unanimidade. O Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA) sugeriu que a reunião de audiência pública, constante do Requerimento nº 2/2011-CMO, fosse transformada em reunião de audiência pública conjunta da CMO com a Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU e Comissão de Finanças e Tributação - CFT

da Câmara dos Deputados. O Presidente comunicou que irá entrar em contato com os Presidentes da CDU e CFT para tratar da proposta e informou que esta reunião com a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi agendada para o dia 26 de abril, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

3 – Apreciação do **Requerimento nº 3/2011-CMO**, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização - CMO, determine que o Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis".

Autor: Deputado Rubens Bueno.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da ausência do Autor.

4 – Apreciação do **Requerimento nº 4/2011-CMO**, que "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO que seja solicitada a Presidenta Dilma Rousseff a prorrogação do Decreto nº 7.418, que dispõe sobre os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009."

Autor: Deputado José Priante.

Resultado: idêntico ao do Requerimento nº 2/2011-CMO.

5 – Apreciação do **Requerimento nº 5/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Secretaria das Relações Institucionais, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Decreto de nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010.(Ministro Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira)."

Autor: Deputado Danilo Forte.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da ausência do Autor.

Reunião convocada para 13 de abril de 2011 (Ordinária)

2ª Reunião Ordinária
convocada para 13/4/2011, às 14h30min
(Iniciada às 15h03min e encerrada às 15h06min)

Pauta nº 2/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, as matérias abaixo, constantes da Pauta nº 2, deixaram de ser apreciadas:

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 6/04/2011.

1 - Em virtude da renúncia do Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE), do cargo de Primeiro Vice-Presidente desta Comissão, comunicada através do Ofício nº 356/2011/PSDB, de 8 de abril, o Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira, encaminhou a esta Comissão a indicação do **Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)** para o respectivo cargo, através do Ofício nº 354/2011/PSDB, de 8 de abril.

2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 18, e 20 a 22 e pela rejeição da emenda nº 19.

3 – Apreciação do **Requerimento nº 1/2011-CMO (Alterado)**, conforme decidido na 1ª Reunião Ordinária, em 6/4/2011, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO e do Diretor-Geral do DNIT; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal".

Autor: Deputado Cláudio Cajado.

4 – Apreciação do **Requerimento nº 3/2011-CMO**, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização - CMO, determine que o Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis".

Autor: Deputado Rubens Bueno.

5 – Apreciação do **Requerimento nº 5/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Secretaria das Relações Institucionais, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Decreto de nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010. (Ministro Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira)."

Autor: Deputado Danilo Forte.

6 – Apreciação do **Requerimento nº 6/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública."(Para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda, a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA).

Autor: Deputado Rubens Bueno.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Tendo em vista, que não houve deliberação das matérias, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião extraordinária para o **dia 19 de abril, terça-feira, às 14h30min,** a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, informou que dia 14 de abril, às 10 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO, haverá reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias.

Reunião convocada para 19 de abril de 2011 (Extraordinária)

1ª Reunião Extraordinária convocada para 19/4/2011, às 14h30min (Iniciada às 15h01min e encerrada às 15h22min)

Pautas nºs 2 - Alterada e 3/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
  . 1ª Reunião Ordinária, realizada em 6/4/2011; e
  . 2ª Reunião Ordinária, realizada em 13/4/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. Pres. nº 071/11/CFT, de 6 de abril, do Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, solicitando autorização para utilizar a sala de Reuniões desta Comissão, para reuniões em 23 de março, 27 de abril, 25 de maio e 29 de junho, com a Secretaria da Receita Federal; 4 de maio, 1º de junho e 6 de julho, com a Secretaria do Tesouro Nacional; e 13 de abril e 13 de julho, com o Banco Central do Brasil; sempre às quartas-feiras, entre 9 e 10 horas.

2) Of. Pres. nº 075/11/CFT, de 6 de abril, do Deputado Cláudio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, informando a aprovação com alteração do Requerimento Nº 14/2011, daquela Comissão, que trata da realização de reunião de audiência pública conjunta com a CMO, para ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior. E confirma, a presença daquela Comissão na Audiência Pública Conjunta, no dia 26 de abril, às 15 horas, no plenário nº 2 da Câmara dos Deputados.

3) Of. n. 352/2011/PSDB, de 8 de abril, do Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), em substituição ao Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE), como membro titular desta Comissão.

4) Of. n. 356/2011/PSDB, de 8 de abril, do Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE), comunicando o seu pedido de desligamento do cargo de 1º Vice-Presidente, que ocupa nesta Comissão.

5) Ofício nº 196 (CN), de 11 de abril de 2011, do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, comunicando que recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2010, dos seguintes Órgãos: Governo Federal, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Ministério Público da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público; Tribunal Superior Eleitoral, Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de primeiro e segundo graus e Senado Federal.

6) OF/GAB.JCB Nº 022/11, de 12 de abril, do Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), Coordenador da Bancada do PR nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

7) OF.B/50/11, de abril, do Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), Coordenador da Bancada do PSB nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

8) OF GAB Nº, de 13 de abril de 2011, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), Coordenador da Bancada do PP nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

9) OF GAB Nº, de abril de 2011, do Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO), Coordenador da Bancada do PTB nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

10) OF GAB Nº, de abril de 2011, do Deputado Fábio Ramalho (PV/MG), Coordenador da Bancada do PV nesta Comissão, apoiando a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

11) Of. nº 192/2011 - LPR, de 12 abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL; Deputado Lourival Mendes, Líder do PTdoB; Deputado Aureo, Líder do PRTB; Deputado Jânio Natal, Líder do PRP; Deputado Felipe Bornier, Líder do PHS; Deputado Edivaldo Holanda, Líder do PTC; e do Deputado Dr. Grilo, Líder do PSL, comunicando que apoiam a indicação do Deputado Giroto (PR/MS) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
12) Of. Conjunto n.º 3/2011/Coff/Conorf, de 13 de abril, do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Wagner Primo Figueiredo Júnior e do Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Orlando de Sá Cavalcante Neto, comunicando que foram identificados alguns erros materiais no processamento das emendas que constam das programações orçamentárias do Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381/2011).
13) Ata da reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, realizada em 22 de março de 2011, informando a posse do novo Coordenador daquele Fórum, Deputado Edinho Bez (PMDB/SC).
14) OF./GDDF/054/11, de 13 de abril, do Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), solicitando a retirada do requerimento nº 05/2011-CMO, de sua autoria, cuja solicitação foi deferida pelo Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) Ofício nº 250/2011, de 6 de abril, do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 6 de abril.
2) Of. nº 012/GAB/BM, de 12 de abril de 2011, do Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB), justificando ausência no período de 5 a 7 de abril.
3) Ofício nº 297/2011, de 14 de abril, do gabinete do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 13 de abril.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDOS pelo Presidente:
1) Of. nº 003/2011 GAB531, de 13 de abril, da Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), justificando ausência nos dias 13 e 14 de abril.

- **Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):**
1) Ofício nº 016/2011-GABDEL, de 6 de abril, do Deputado Edio Vieira Lopes (PMDB/RR), solicitando alteração do subtítulo da Emenda 2370.0006, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA para 2011).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) Of. n. 372/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Vaz de Lima (PSDB/SP).
2) OF nº 063/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Valmir Assunção (PT/BA).
3) OF/GAB/I/Nº 340, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita (CAR):
1) Of. n. 378/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG).
2) OF nº 062/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Zé Geraldo (PT/PA).
3) OF/GAB/I/Nº 338, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Genecias Noronha (PMDB/CE).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) OF nº 060/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Weliton Prado (PT/MG) como Coordenador do Comitê e o Deputado Geraldo Simões (PT/BA) como membro.
2) OF/GAB/I/Nº 337-A, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado João Magalhães (PMDB/MG).
3) Of. nº 197/2011 - LPR, de 14 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando a Deputada Gorete Pereira (PR/CE).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) Of. n. 370/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG).
2) OF nº 061/GAB, de 13 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) .
3) OF/GAB/I/Nº 339, de 13 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE).
4) Of. nº 197/2011 - LPR, de 14 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) em substituição ao Deputado Giroto (PR/MS).

- **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**
1) OF. GSPDAV Nº 067/11, de 5 de abril, do Senador Paulo Davim (PV/RN), indicando o próprio nome.
2) OF/GAB/I/Nº 313, de 6 de abril de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado José Priante (PMDB/PA).
3) OF nº 049/GAB, de 6 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Geraldo Simões (PT/BA).
4) OF N.º 086/2011 - GSIFRA, de 11 de abril, do Senador Itamar Franco (PPS/MG), indicando o próprio nome.

5) OF.B/046/11, de 13 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do PSB, indicando o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:
1) OF n° 050/GAB, de 6 de abril de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Rui Costa (PT/BA).
2) Of. n. 374/2011/PSDB, de 13 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).
3) Of. nº 198/2011 - LPR, de 14 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Giroto (PR/MS) em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PR/PB).

- Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015:

1) Ofício n° 047/2011 – GLDBAG, de 6 de abril, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR).

- Expedientes encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012:
1) Of. N° 178, de 29 de março de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).
2) Of. N° 199, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), em substituição ao Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).
3) Of. n° 180/2011 - LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Giroto (PR/MS).

- Expedientes encaminhando indicação para Primeira-Vice Presidência da CMO:
1) Of. n. 354/2011/PSDB, de 8 de abril, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3° quadrimestre de 2010 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 6 de abril:
1) Aviso n° 396/2011 (Acórdão nº 834/2011): Auditoria de natureza operacional nas áreas de recuperação de crédito e de gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.
2) Aviso n° 423/2011 (Acórdão nº 840/2011): Obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins – MG.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:
Avisos Seses de 13 de abril:
1) Aviso n° 480/2011 (Acórdão nº 940/2011): Limitações de empenho e movimentação financeira promovidas pelo Poder Executivo, no período de janeiro a junho de 2007, condizentes com a meta de resultado primário estabelecida para o Governo Federal no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2007.
Avisos GP/TCU de 14 de abril:
1) Aviso n° 282/2011: acusando o recebimento do Of. Pres. nº 123/2011-CMO, de 12/04/2011, que encaminha aquele Tribunal, cópia do Relatório nº 2/2010, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI) e solicita providências relativas ao mesmo.

AVISO

O Presidente informou que no **dia 26 de abril, terça-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública conjunta da CMO com a Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU e a Comissão de Finanças e Tributação – CFT da Câmara dos Deputados, com a presença da **Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior**, para prestar esclarecimentos acerca do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012** (PL nº 2/2011-CN), *conforme dispõe o art. 84 da Resolução n°1/2006, alterada pela de n° 3/2008, ambas do Congresso Nacional*; e juntamente com o **Ministro de Estado da Secretaria das Relações Institucionais, Sr. Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira,** para prestarem esclarecimentos sobre o Decreto nº 7.445 de 01/03/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, e dá outras providências; o Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381 de 09/02/2011, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011-CMO, de autoria do Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA), ao qual foi anexado o Requerimento nº 4/2011, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na 1ª Reunião Ordinária realizada no último dia 6 de abril.

Em seguida, o Deputado Gilmar Machado ((PT/MG) informou que o Ministro Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira manifestou interesse em comparecer em reunião da CMO em outro momento, tendo em vista que a Ministra Miriam Belchior tratará também do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Diante do exposto, o Presidente concordou com a vinda do Ministro em outro momento.

ORDEM DO DIA

PAUTA n° 2 - Alterada

1 - Em virtude da renúncia do Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE), do cargo de Primeiro Vice-Presidente desta Comissão, comunicada através do Ofício nº 356/2011/PSDB, de 8 de abril, o Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira, encaminhou à Comissão indicação do **Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)** para o respectivo cargo, através do Ofício nº 354/2011/PSDB, de 8 de abril. O Presidente consultou o Plenário se poderia realizar a eleição por aclamação.
Resultado: a proposta foi **aprovada** por unanimidade. O Presidente declarou eleito e empossado o Primeiro Vice-Presidente da Comissão para 2011, Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG).

2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 18, e 20 a 22 e pela rejeição da emenda nº 19.

Resultado: ausente o Relator, foi designada a Senadora Gleisi Hoffmann como relatora *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

3 – Apreciação do **Requerimento nº 1/2011-CMO (Alterado)**, conforme decidido na 1ª Reunião Ordinária, em 6/4/2011**,** que "Requer a realização de Audiência Pública em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal."

Autor: Deputado Cláudio Cajado.

Resultado: apreciação **adiada** para a próxima reunião, em virtude da ausência do Autor.

4 – Apreciação do **Requerimento nº 3/2011-CMO**, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização - CMO, determine que o Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis".

Autor: Deputado Rubens Bueno.

Resultado: apreciação **adiada** para a próxima reunião, em virtude da ausência do Autor.

5 – Apreciação do **Requerimento nº 5/2011-CMO,** que "Solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Secretaria das Relações Institucionais, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Decreto de nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010.(Ministro Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira)."

Resultado: retirado da pauta a pedido do autor, Deputado Danilo Forte, através do OF./GDDF/054/11, do dia 13.04.2011.

6 – Apreciação do **Requerimento nº 6/2011-CMO**, que requer a realização de audiência pública para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda, a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Autor: Deputado Rubens Bueno.

Resultado: apreciação **adiada** para a próxima reunião, em virtude da ausência do Autor.

PAUTA nº 3

1 - Ofício Conjunto nº 3/2011/Coff/Conorf, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011)" – Nota Técnica Conjunta nº 02/2011 - COFF/CD – CONORF/SF.

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle/SF

Resultado: aprovado por unanimidade, fazendo constar correção na Nota Técnica Conjunta nº 02/2011 - COFF/CD – CONORF/SF, no item 1. Apresentação, alínia c, onde consta: "quando deveria ser "0036" corrigir para: "quando deveria ser **"0033"** , conforme transcrito a seguir:

"c) Ministério do Transportes: a codificação do localizador de gastos da programação "7P73 – Construção de Ponte Ligando São João da Barra a São Francisco de Itabapoana – Na BR-356 – No Estado do Rio de Janeiro", foi "0031" quando deveria ser **"0033"** que representa uma codificação padrão correspondente ao Estado do Rio de Janeiro."

2 – Apreciação do **Requerimento n° 7/2011-CMO**, que "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar".

Autor: Deputado José Priante.

Resultado: apreciação **adiada** para a próxima reunião, em virtude da ausência do Autor.

3 – Apreciação do **Requerimento n° 8/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento".

Autora: Senadora Gleisi Hoffmann.

Resultado: aprovado por unanimidade.

Reunião convocada para 27 de março de 2011 (Ordinária)

3ª Reunião Ordinária
convocada para 27/4/2011, às 14h30min
(Iniciada e encerrada às 15 horas)

Pauta nº 4/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19/04/2011

01) Requerimento nº 01/2011-CMO (ALTERADO), **conforme decidido na 1ª ROR, em 06/04/2011,** que "Requer a realização de Audiência Pública em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal".

Autor: Deputado CLAUDIO CAJADO

02) Requerimento nº 03/2011-CMO, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, determine que o Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis".

Autor: Deputado RUBENS BUENO

03) Requerimento nº 06/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública."(Para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda, a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA).

Autor: Deputado RUBENS BUENO

04) Requerimento nº 07/2011-CMO, que "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar".

Autor: Deputado JOSÉ PRIANTE

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/04/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	4	-	-	4
CAS	-	3	-	3
CCJ	4	2	-	6
CE	3	3	-	6
CMA	2	1	1	4
CDH	-	10	2	12
CRE	3	3	-	6
CI	2	3	-	5
CDR	-	4	-	4
CRA	-	3	1	4
CCT	-	4	2	6
CMMC	-	-	-	-
TOTAL GERAL	18	37	5	60

SUBCOMISSÕES	REUNIÕES	PROP.	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	1	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual – CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	2	3	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE (CAS)	1	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	3	1	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, “Crack” e outras Drogas – CASDEP (CAS)	4	1	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	2	1	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)	4	6	-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1	-	-
Permanente de Combate ao Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da Amazônia Legal – CDHESC (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	3	1	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	-	-	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	4	7	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	1	3	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Parolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	17	18	-

Proposições Apreciadas
01 a 30/04/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	-	3	3	-	-	-	3	-
CAS	-	-	-	-	-	6	3	-	-	-	-	-
CCJ	-	-	-	1	2	4	2	-	2	-	-	-
CE	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	11	3
CI	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	4	8	16	13	1	2	-	15	3

Proposições Apreciadas
01 a 30/04/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG.	EMEN-DA PLEN	RECUR-SOS	DIVER-SOS	PETI-ÇÃO	PETI-ÇÃO (SF)	REQ. COMIS SÃO	PAR. E RELAT. SUB.	CONS.. / QUES-TÃO ORDEM e OUTROS	TOTAL
CAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	17
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	14
CCJ	-	-	-	-	1	-	-	-	-	10	-	-	22
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	13
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	15
CDH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	26
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	1	31
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	12
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	8
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	14
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	112	-	1	176

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem "SF"
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição "SF"
REQ e ADIT (COMISSÃO) - Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 30/04/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	10	1	-	11
CAS	-	7	-	7
CCJ	9	3	-	12
CE	5	6	-	11
CMA	4	2	5	11
CDH	-	17	2	19
CRE	6	6	-	12
CI	2	6	2	10
CDR	3	5	-	8
CRA	-	6	3	9
CCT	-	7	4	11
CMMC	-	-	-	-
TOTAL GERAL	39	66	16	121

SUBCOMISSÕES	REUNIÕES	PROP.	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	1	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual – CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	4	4	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE (CAS)	1	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	4	1	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas – CASDEP (CAS)	6	3	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	4	1	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	1	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)	5	6	-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1	-	-
Permanente de Combate ao Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da Amazônia Legal – CDHESC (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	3	1	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	1	-	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-		-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	5	7	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	1	3	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Parolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	38	26	

Proposições Apreciadas
02/02 a 30/04/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	-	3	3	-	-	-	10	-
CAS	-	1	-	1	2	7	3	-	-	-	2	-
CCJ	2	-	-	2	2	7	3	-	2	-	1	1
CE	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	2	-	-	4	-	-	13	6
CI	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	2	1	-	6	11	20	14	4	2	-	27	7

Proposições Apreciadas
02/02 a 30/04/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG.	EMEN-DA PLEN	RECUR-SOS	DIVER-SOS	PETI-ÇÃO	PETI-ÇÃO (SF)	REQ. COMIS SÃO	PAR. E RELAT. SUB.	CONS.. / QUES-TÃO ORDEM e OUTROS	TOTAL
CAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	30
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	25
CCJ	2	-	-	-	2	-	-	-	-	16	-	-	40
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	24
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-	25
CDH	-	-	-	1	-	-	-	-	-	56	-	-	61
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	1	44
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	20
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	21
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	17
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	2	-	-	1	2	-	-	-	-	221	-	1	321

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem “SF”
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição “SF”
REQ e ADIT (COMISSÃO) - Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 30/04/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 182, DE 2010
NÃO TERMINATIVA

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2010, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relator *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 291, DE 2010
NÃO TERMINATIVA

Encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relator *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relator *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para revisão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tendo como convidados: Exmo. Sr. Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; Sr. Wilson Suzigan, Professor Colaborador do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação – Geopi, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; e Sr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Diretor do Instituto Brasileiro de Economia – Ibre, da Fundação Getúlio Vargas.
Autoria: Senador Armando Monteiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a realização de audiência pública destinada a discutir os seguintes temas relacionados à tributação das micro e pequenas empresas, que envolvem interesses federativos: revisão dos limites de enquadramentos e das alíquotas do Simples Nacional; cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional; cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais; parcelamento automático dos débitos de tributos do Simples Nacional; e sistema de comunicação eletrônica; tendo como convidados o Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e o Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional, Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto.
Autoria: Senador Armando Monteiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para participar de audiência pública que tratará da noticiada interferência política do Governo Federal na empresa Vale.
Autoria: Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias
Resultado: Aprovado

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.
Autoria: Senador Gerson Camata
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA-CAE.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
Autoria: Senadora Maria Do Carmo Alves
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Garante o ressarcimento, por parte do Poder Público, do valor da extorsão sofrida pelas vítimas dos crimes de extorsão mediante restrição de liberdade e extorsão mediante sequestro.
Autoria: Senador José Bezerra
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2005
TERMINATIVO

Cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro).
Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CCJ.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 a 5-CCJ-CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2009
TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água.
Autoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2009
TERMINATIVO

Estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Relatoria do Vencido: Senador Lindbergh Farias
Relatório do Vencido: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 9 votos favoráveis, 5 contrários e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 2010
TERMINATIVO

Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública tendo como convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sr. Eduardo Pereira Nunes, para apresentar os resultados do Censo Demográfico 2010.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática-CCT; Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ; Assuntos Econômicos-CAE; Educação, Cultura e Esporte-CE; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-CMA, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116 de 2010, que "dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA; Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil; Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; e Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com a participação do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa; do Secretário de Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, Sr. Carlos Martins Marques de Santan;, do Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo, Sr. Maurício Cezar Duque; do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Sr. Andrea Calabi; e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson Andrade; a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior".
Autoria: Senador Romero Jucá
Resultado: Aprovado

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, com a

finalidade de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que "*Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior".*

PARTICIPANTES

- Nelson Barbosa - Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- Simão Cirineu Dias, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, representando o Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz;
- Maurício Cézar Duque - Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo;
- Andrea Calabi - Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo;
- Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo da Unidade de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CN; e
- Almir Gorges, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Ordinária – Deliberativa: 03
Ordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 17
Mensagem (SF): 03
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Requerimento – CAE: 07

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL – CAESTN (CAE)

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional para o biênio 2011/2012.

Resultado: A Subcomissão elegeu Presidente e Vice-Presidente os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel, respectivamente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011–CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).
Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência:

- Sr. Carlos Roberto Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego;
- Representante do Ministério Público do Trabalho;
- Representante da Secretaria de Direitos Humanos;
- Sr. Paulo Safady Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Sr. Luiz Fernando Santos Reis – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (SINICON);
- Sr. Ítalo Fortes Avena – Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (DEC);
- Sr. Arthur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Sr. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical.

Autoria: Senadora Ana Amelia e Senador Cyro Miranda.
Resultado: Aprovado.

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta art. 19-A à Lei 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.
Autoria: Senador Tião Viana
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2010
TERMINATIVO

Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências.
Autoria: Senador Antonio Carlos Júnior
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2005
TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências”.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria “Ad hoc”: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2007
TERMINATIVO

Torna obrigatório o fornecimento gratuito, por motéis, de preservativos e de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão-de-obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados.
Autoria: Senador Gilvam Borges
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011–CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência pública visando instruir a tramitação do PLS nº 222/2009; para tanto deve ser providenciado o convite dos representantes das seguintes instituições:

- ANVISA
- MINISTÉRIO PÚBLICO

Autoria: Senadores Paulo Paim e Casildo Maldaner
Resultado: Aprovado

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senadora Marisa Serrano
Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Observações: A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, em decisão terminativa.
Resultado: Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater consulta publica nº 2 aberta pelo Ministério da Saúde e publicada no DOU do dia 08/04/2011, que visa receber sugestões para o "programa que estabelece um modelo para avaliar o desempenho dos sistemas de saúde do SUS nos níveis municipal, estadual e federal. Mensurar o desempenho é essencial para avaliar o quanto os sistemas de saúde conseguem influenciar na promoção da saúde, na prevenção dos riscos e tratamento das doenças. A avaliação tem por base uma composição de indicadores já utilizados como Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação Hospitalares (SIH).", com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do CONASS;
- Representante do CONASEMS;
- Representante da Academia.

Autoria: Senadores Humberto Costa e Paulo Davim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater o enfretamento dos diversos órgãos públicos envolvidos em relação à importação, distribuição e comércio clandestinos de produtos submetidos à Vigilância Sanitária falsificados, contrabandeados, sem registro ou de procedência ignorada, notadamente medicamentos, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante do Departamento de Polícia Federal;
- Representante do ANVISA;
- Representante da INTERFARMA;
- Representante do Conselho Federal de Farmácia.

Autoria: Senadores Humberto Costa e Paulo Davim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2011 que "Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009", com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse senador perante a secretaria desta comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 14
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 06
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento - CAS: 05

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF (CAS)

Presidente: Senador Lindbergh Farias
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011–CASDEF
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no dia 28 de abril, às 11h30, para debate sobre a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, entre outras questões, cumprimento de cotas, acessibilidade no ambiente de trabalho, programas de qualificação, habilitação ou reabilitação profissional e concurso público exclusivo para pessoa com deficiência. Com a participação dos convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista.

- Representante do Ministério Público do Trabalho;
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Representante da CNC – Confederação Nacional do Comércio;
- Tereza D`Amaral – Representante do IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CADEF, de autoria do Senador Lindbergh Farias, com o objetivo de debater a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, entre outras questões: cumprimento de cotas, acessibilidade no ambiente de trabalho, programas de qualificação, habilitação ou reabilitação profissional e concurso público exclusivo para pessoa com deficiência.

PARTICIPANTES

- Vilma Leite Machado Amorim - Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade, Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti - Auditora Fiscal do Trabalho e Assessora da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;
- Janilton Fernandes Lima - Representante Titular da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE;
- Loni Elisete Manica - Gestora Nacional do Programa SENAI de Ações Inclusivas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Flávio Benatti - Presidente da Seção de Transporte de Cargas da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
- Teresa Costa D'Amaral - Superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência – IBDD; e
- Simone Bastos Vieira - Diretora da Biblioteca do Senado Federal

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CASDEF
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, os temas relativos à Aposentadoria Especial, ao Benefício da Prestação Continuada – BPC e à Pensão por morte dos pais, com os convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista: Representante do Ministério da Previdência Social – MPS; MARIA APARECIDA GUGEL, Subprocuradora-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho – MPT; LEONARDO MATTOS, Vereador (Autor do PLC nº 40, de 2010, que "Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social"); Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Representante da Federação Nacional das Associações de Síndrome de Down; MOISÉS BAUER, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CASDEF
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no dia 19 de maio, às 11h30, para debater as demandas concretas relevantes aos direitos dos surdos, com a participação dos convidados abaixo relacionados, dentre outros que poderão vir a compor a lista. Convidados: Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS; Representante do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Educação; Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Sindicato dos Intérpretes; Representante da Secretaria de Direitos Humanos – SDH.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 03
Requerimentos - CASDEF: 03

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para o biênio 2011/2012.
Resultado: Foram eleitos os Senadores Humberto Costa (Presidente) e Eduardo Amorim (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011–CASEMP
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, e Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais, para ciclo de debates com os seguintes temas:

- Regulamentação das profissões
- Redução de Jornada X Redução de Encargos
- Negociação coletiva/Liberdade Sindical
- Acidentes no Trabalho
- Fundos de Pensões “AERUS” e outros
- Qualificação profissional / Ensino Técnico
- Políticas de primeiro emprego
- Políticas de emprego para os trabalhadores experientes (a partir de 45 anos de idade)
- Recursos para a ampliação e qualidade do ensino técnico profissionalizante
- Previdência Social (Fontes de Recursos)
- Alternativa ao Fator Previdenciário
- Política salarial para os aposentados e pensionistas
- Acompanhamento/fiscalização dos recursos do FAT.
- Mercado Informal de Trabalho
- Seguro Desemprego
- Demanda por mão de obra qualificada
- Trabalho e migrações
- Criação de um imposto mais simples
- Trabalho no campo
- Trabalho escravo
- Trabalho da mulher

- Valorização das diferenças no mercado de trabalho
- Cotas no mercado de trabalho
- Trabalho decente (saúde do trabalhador)

Os convidados serão indicados, posteriormente, pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.
- 1ª Audiência Pública - Tema: Fundos de Pensão "Aerus" e outros.

PARTICIPANTES

- Fernando Luiz Albuquerque Faria - Vice-Advogado Geral da União, Representante do Advogado-Geral da União, Senhor Luís Inácio Lucena Adams
- Graziella Baggio - Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA
- Luís Antônio Castagna Maia - Advogado do Processo AERUS
- Cláudia Muinhos Ricaldoni - Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR
- Itamar Prestes Russo - Diretor de Previdência Pública e Privada do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul – SINTTEL/RS
- Dagomar Alécio Anhê - Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Representante do Diretor-Superintendente do PREVIC, Senhor José Maria Rabelo
- Ruy Brito de Oliveira Pedroza - Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil – UNAMIBB, Representante do Diretor da Associação dos Acionistas Minoritários das Empresas Estatais – AMEST, Senhor Fernando Arthur Tollendal Pacheco
- Gilberto Antonio Vieira - Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.
- 2ª Audiência Pública - Tema: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico PRONATEC

PARTICIPANTES

- Eliezer Moreira Pacheco - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC;
- Cláudio Ricardo Gomes de Lima - Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF;
- Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti - Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/CNI;
- Ricardo Nerbas - Presidente da Organização Internacional dos Técnicos – OITEC; e
- Roberto Nogueira Ferreira - Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento - CASEMP: 01

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1 e 2, de 2011–CASDEP, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, para realização de Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento.
- 1º Painel: Ações Sociais e Prevenção.

PARTICIPANTES

- Denise Colin e Juliana Maria Fernandes Pereira - representantes do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rômulo Paes de Sousa;
- Marta Klumb Oliveira Rabelo e Maria de Fátima Simas Malheiros - representantes da Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva;
- Manoel Soares - Coordenador Estadual da Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul (CUFA/RS); e
- Célio Luiz Barbosa - Coordenador-Geral do Centro de Atendimento às Famílias da Fazenda da Paz no Estado do Piauí

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1 e 2, de 2011–CASDEP, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, para realização de Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento.
- 2º Painel: Segurança Pública e Legislação

PARTICIPANTES

- Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte - Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça – Senad-MJ;
- Oslain Campos Santana - Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal – DCOR-PF, representante do Diretor-Geral da Polícia Federal, Senhor Leandro Daiello Coimbra;
- Doralice Nunes Alcântra - Secretária de Assistência Social e do Trabalho de Ponta Porã/MS;
- Zilmara David de Alencar - Secretária de Relações do Trabalho; e
- Eudes Carneiro - Assessor da Secretaria de Relações do Trabalho - representante do Ministro do Trabalho e Emprego, Senhor Carlos Roberto Lupi – TEM.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1 e 2, de 2011–CASDEP, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, para realização de Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento.
- 3º Painel – Saúde Pública e Tratamento.

PARTICIPANTES

- Carlos Vital Tavares Corrêa Lima - Presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina, Representante do Presidente do CFM, Senhor Roberto Luiz D'ávila;
- José Luiz Gomes do Amaral - Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB;
- Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti - Representante do Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, Senhor Antonio Geraldo da Silva;
- Padre Haroldo Rahm - Fundador e Representante da Instituição Padre Haroldo, com sede em Campinas/SP; e
- Frei Hans Heinrich Stapel - Fundador e Representante da Fazenda da Esperança, da sede de Guaratinguetá/SP.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011–CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASDEP, requeiro, nos termos de artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Embaixadora da Suécia, Sra. ANNIKA MARKOVIC, para participar do 4º Painel do Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do álcool, "crack" e outras drogas, sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1 e 2, de 2011–CASDEP, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, para realização de Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento.
- Complementação do 3º Painel – Saúde Pública e Tratamento.

PARTICIPANTE

- Roberto Tykanori Kinoshita - Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde - MS

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimentos - CASDEP: 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatoria do Vencido: Senador Lindbergh Farias
Relatório do Vencido: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Relatório do Senador Alvaro Dias. Aprovado o Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.
Autoria: CPI - Pedofilia - 2008 (SF)
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2010
TERMINATIVO

Altera o Código Penal para tipificar separadamente o estupro e o atentado violento ao pudor.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 74, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas.
Autoria: Senador Jefferson Praia e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Em aditamento ao Requerimento nº 4/2011, solicito seja convidado o Exmo. Sr. Ministro Dias Toffoli, Presidente da Comissão de Reforma Eleitoral, para discutir o item 4 do requerimento, que diz respeito a ampliação da participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais. "
Autoria: Senador Aníbal Diniz
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CCJ

NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 93, inciso I, requeiro a realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 2011, que 'Autoriza a exploração de cassinos em Hotéis da Região Amazônica e do Pantanal.' Para tanto solicito que sejam ouvidas as seguintes autoridades: Ministro do Turismo; Secretário da Receita Federal; Secretários de Turismo dos Estados abrangidos pelo Projeto; e Secretários de Fazenda dos Estados abrangidos pelo projeto; Representante do GNCOC; Representante do ENCLLA - MJ. Sem o prejuízo de outras que possam ser indicadas pelos nobres membros desta Comissão"
Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública destinada à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que cria normas de planejamento e controle dos gastos relativos à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016; para tanto, requeiro que sejam convidados a serem ouvidos: o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro de Estado dos Esportes, o Ministro Chefe da Controladoria Geral da União e o Presidente da Autoridade Pública Olímpica (Medida Provisória nº 503/2010)"
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2011-CCJ, de audiência pública destinada a discutir o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o crack) no seio da infância e da juventude brasileira, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos seguintes convidados: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte – Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; Alexandre Annenberg Netto – Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da CCJ, duas audiências públicas, destinadas a discutir e propor a atualização e o aprimoramento da legislação comercial brasileira, tendo como expositores convidados as seguintes autoridades: Prof. Dr. Fábio Ulhôa Coelho, docente titular da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), autor de obras sobre direito de empresas, como o recente livro O futuro do Direito Comercial; Prof. Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, advogado, ex-titular da Secretaria de Desburocratização do governo federal e atual presidente do Instituto 'Hélio Beltrão'."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento de audiência pública para instrução do PLS 268/2002 – Ato Médico, para solicitar a inclusão do Presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas, Ivan Rogério Freitas Sciessere."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Resultado: Aprovado

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2008
TERMINATIVO

Confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.
Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006
TERMINATIVO

Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.
Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 310, de 2006. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, com a finalidade de tratar da questão de segurança nas escolas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como: porte de armas, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, bullying e uso de bebidas alcoólicas. Para debater o tema proposto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: um representante do Ministério Público do Distrito Federal; um representante do Ministério da Justiça; um representante do Ministério da Educação; secretários de segurança pública dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; e diretor(a) da Escola Municipal Tasso da Silveira, do município do Rio de Janeiro."
Autoria: Senadores Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, José Pimentel, Inácio Arruda e Senadora Marta Suplicy.
Resultado: Aprovado

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 4 e 7, de 2011-CCJ, ambos de autoria do Senador Aníbal Diniz, destinada a discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil –

AJUFE: 1) ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias, por parte de organizações criminosas; 2) prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal, para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; 3) impasse remuneratório vivido pela magistratura federal (reajuste subsídios); e, 4) ampliar a participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais.

PARTICIPANTES

- Gabriel de Jesus Tedesco Wedy - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE
- Glauber Pessoa Alves - Juiz Federal
- Raquel Domingues - Juíza Federal
- José Francisco Andreotti Spizzirri- Juiz Federal
- Roberto Veloso - Juiz Federal

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006
TERMINATIVO

Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros.
Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 310, de 2006, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso no art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal, Resolução nº 93, de 1970, alterado pela Resolução do Senado Federal nº 01, de 2007, para dispor sobre a apreciação de indicação de autoridade que menciona. (Dispõe sobre indicação de nomes de Presidente e Diretores de Agências Reguladoras do Setor de Telecomunicações).
Autoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

ITEM Nº 03
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário.
Autoria da Emenda PLEN nº1: Senador Alvaro Dias
Autoria do Projeto: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Contrário à Emenda nº 1, de Plenário
Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 1-PLEN.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ a compra de terras no Brasil por estrangeiros, com a participação dos seguintes convidados: representante da Advocacia-Geral da União; representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA; representante do Ministério Público Federal; e representante do Ministério do Meio Ambiente.
Autoria: Senadores Vital do Rêgo, José Pimentel e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para explicitar a proibição de aplicação da suspensão condicional do processo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Autoria: Ministério Público da União
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: Votação Nominal.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiências Públicas Regionais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater, no âmbito da Reforma Política, maior participação da mulher nos cargos eletivos, a serem realizadas em São Paulo – SP, Curitiba - PR, Goiânia - GO, Manaus - AM, e Salvador – BA."
Autoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 6, de 2011-CCJ, de minha autoria, aprovado em 23/03/2011, para a inclusão do Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Senhor Humberto Verona, como convidado para participar da audiência pública destinada à instrução do SCD nº 268/2002 – Ato Médico."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 3 e 10, de 2011-CCJ, de autoria do Senador Eunício Oliveira; e nº 13, de 2011-CCJ, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, José Pimentel, Inácio Arruda e Marta Suplicy, com o objetivo de debater o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o crack) no seio da infância e da juventude brasileira e, ainda, a questão de segurança nas escolas brasileiras, envolvendo toda forma de ilícitos, tais como: porte de armas, uso e tráfico de entorpecentes, rixas, ameaças, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, estupro, bullying e uso de bebidas alcoólicas.

PARTICIPANTES

- Arnaldo Hassepian Salles Lima Júnior - Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
- Jefferson Francisco Ribeiro - Secretário Adjunto de Justiça do Distrito Federal, representando o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal;
- Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte - Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, representando também o Ministro da Justiça;
- Márcia Pereira da Rocha - Promotora de Justiça da Promotoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- Walisson Mauricio de Pinho Araújo - Técnico em Assuntos Educacionais do Ministério da Educação;
- Paulo Tonet Camargo - Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, representando o Senhor Emanuel Soares Carneiro, Presidente da ABERT; e
- José Francisco de Araujo Lima - Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 22
Emenda de Plenário a Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CCJ: 10

Obs.: O PLS nº 310, de 2006, foi apreciado em Turno Suplementar.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA (CCJ)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy
Relator: Senador Ricardo Ferraço.

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que *"Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".*
Autoria: Mesa do Senado Federal
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

PARTICIPANTE

- Haroldo Feitosa Tajra, Diretor da Secretaria Especial do Interlegis.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009., que *"Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".*
Autoria: Mesa do Senado Federal
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

PARTICIPANTE

- Dóris Marize Romariz Peixoto - Diretora-Geral do Senado Federal.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CCJ/STRA
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, inciso V, do § 2º, da Constituição Federal Brasileira, e do Art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão Temporária para Análise do PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa – STRA, para ouvir o Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, relator do processo nº TC-014.531/2009-0, juntamente com o Ministro do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, relator do processo nº TC-019.100/2009-4, para discorrer sobre seus pareceres aos referidos processos, que têm como objetos as auditorias realizadas pelo TCU em contratos celebrados pelo Senado Federal e na folha de pagamento de pessoal do Senado Federal."
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 01
Audiência Publica e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CCJSTRA: 01

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui o "royalty-criança" e cria o Fundo Nacional da Educação Básica - FNEB, e dá outras providências.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável com as emendas nº 01-CE, 02-CE, 03-CE e 04-CE.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra. Ademais, sugiro que figurem, entre as autoridades convidadas para palestrar na referida ocasião: a Sra. Solange Bernabó, filha do artista e dirigente do Instituto Carybé; o Sr. Antônio Risério, poeta, tradutor, ensaísta, antropólogo e pesquisador baiano; o Sr. Albino Rubim, Secretário de Cultura do Estado da Bahia; o Sr. Juan Pablo Lohlé, Embaixador da Argentina no Brasil.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de levar ao conhecimento destas Comissões um trabalho coordenado no país pelo Prof. Dr. Miguel Nicolelis, que faz o "uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil", com os seguintes convidados: 1. Prof. Dr. Miguel Nicolelis – pesquisador na Universidade Duke; membro das Academias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS). 2. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. 3. Representante do Ministério da Educação.
Autoria: Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA, ficando ressalvada a deliberação a ser feita por este colegiado em reunião singular.
Autoria: Senador Roberto Requião
Resultado: Aprovado

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CE, de autoria do Senador Inácio Arruda, para exposição dos "Planos e Diretrizes do Ministério da Cultura para os próximos quatro anos".

PARTICIPANTE

Ana de Hollanda, Ministra de Estado da Cultura

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011-CE, de autoria da Senadora Lídice da Mata, e ao Requerimento nº 10, de 2011-CE, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano, com a finalidade de debater "a aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol no Brasil nas diversas modalidades de mídia".

PARTICIPANTES

- Andrés Navarro Sanchez - Presidente do Sport Club Corinthians
- José Francisco Cimino Manssur - Assistente Especial da Presidência do São Paulo Futebol Clube

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matérias.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, DE 2010
TERMINATIVO

Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.
Autoria: Deputada Fátima Bezerra e outros
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar, na educação básica, a freqüência mínima exigida para aprovação.
Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Marconi Perillo
Resultado: Aprovado o substitutivo, prejudicando o projeto e as duas emendas de autoria do Senador Marconi Perillo a ele oferecidas, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal. (A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal)

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 275, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Deputado Cláudio Diaz
Relatoria: Senadora Marisa Serrano
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termo regimentais, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE com o objetivo de discutir a interface entre a educação brasileira e as inovações tecnológicas. Indico para participarem como expositores desta audiência pública: Glauco Antonio Truzzi Arbix – Presidente da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; Antônio José Medeiros – Ex-Secretário da Educação do Estado do Piauí; Rui da Rocha Loures – Grupo Positivo; Alvaro Toubes Prata – Vice-presidente da ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, no intuito de aglutinar os Requerimentos nº 5/11-CE, nº 6/11-CE e nº 11/11-CE, anteriormente aprovados por este Colegiado, e proporcionar uma maior concisão aos debates e a representatividade que o tema exige, a realização de Audiência Pública para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino técnico profissionalizante.
Para tanto, sugerimos sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Eliezer Moreira Pacheco – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC); Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Daniel Klüppel Carrara, - Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Sr. Maria Nilene Badeca da Costa – Secretária de Estado da Educação do Mato Grosso da Sul e presidenta do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED; Sr. Marcos Formiga – Professor da Universidade de Brasília – UnB; Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE);
Autoria: Senadoras Ana Amélia, Marisa Serrano, Kátia Abreu, Marinor Brito e Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, com fundamento nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da Subcomissão Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.
Autoria: Senadoras Gleisi Hoffmann, Ângela Portela e Ana Rita
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento de nº 08/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública para debater "A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia", requeiro que seja incluído no rol de convidados o Sr. João Carlos Saad – Presidente do Grupo Bandeirantes de Televisão.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento de nº 05/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública, para "discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante", requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para discutir o aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, assim como fazer um balanço do anterior (2001-2010), e as perspectivas para o próximo PNE (2011-2020). Para tanto, sugerimos os seguintes convidados para participar da referida audiência: Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação; Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Sr. Célio Cunha, Assessor Especial para a área de Educação da UNESCO; Senador Cristovam Buarque e Senadora Marinor Brito.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CE, e nº 10, de 2011-CE, da Senadora Lídice da Mata e das Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano, respectivamente, para debater o assunto da "aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol no Brasil nas diversas modalidades de mídia".

PARTICIPANTES

- Fernando de Magalhães Furlan - Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;
- Ricardo Terra Teixeira - Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF;
- Fábio André Koff - Presidente do Clube dos Treze;
- Evandro Guimarães - Vice-Presidente das Organizações Globo;
- Edjail Adib Antonio-Kalled - Superintendente de Operações da Rede TV;
- Paulo Calil - Diretor de Aquisições e Eventos da Rede Record; e
- José Carlos Silveira - Diretor de Esporte do Grupo Bandeirantes de Televisão.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 02
Ordinária – Não Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 13
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Requerimento - CE: 09

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2011-CRA, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, e ao Aditamento ao RQS nº 2/11-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com o objetivo de examinar, em todos os aspectos, a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771/65), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 1876, de 1999).

PARTICIPANTE

- Sr. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura - MAPA;
- Sr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC;
- Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; e
- Sr. Antonio Donato Nobre, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 102-A, combinado com o artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligência para verificar os limites para a demarcação de unidades de conservação localizadas na Serra da Canastra, em Minas Gerais, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que "Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000" e Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2010, que "Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000".
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, no dia 26 de abril do corrente, com a presença do Sr. Achim Steiner, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da Srª Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, e do Sr. Embaixador Luiz Figueiredo, Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, com o intuito de debater as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, a realização da Conferência Rio+20, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e os eventos esportivos das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014, sob o prisma de sua sustentabilidade ambiental.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública para debater Políticas Permanentes de Enfrentamento de Desastre Naturais com as presenças de representantes da Comunidade Cientifica, a serem definidas posteriormente e representantes dos Ministérios da Integração Nacional e Meio Ambiente.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de ouvir o Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente sobre os efeitos sociais e os impactos ambientais das obras, já em andamento, das Usinas de Jirau e de Santo Antonio, no Rio Madeira. Solicita ainda que sejam ouvidos na mesma audiência os representantes dos Consórcios "ESBR - Energia Sustentável do Brasil" e "Madeira Energia", que foram os vencedores dos leilões de concessão das obras das usinas hidrelétricas.
Autoria: Senador João Pedro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 8º, II, 90, III, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face da reportagem exibida, em 13 de fevereiro de 2011, pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que denunciou negociatas relacionadas a assentamentos rurais implementados pelo Governo Federal, requer, por meio desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), as seguintes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário:

1) Como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem agido para que, nos assentamentos rurais cuja implantação e desenvolvimento lhe compete fiscalizar, seja atendido o disposto no art. 189 da Constituição Federal e nos arts. 18, caput, e 21 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, segundo os quais os títulos de domínio ou de concessão de uso referentes a imóveis rurais distribuídos em virtude da reforma agrária devem permanecer inegociáveis pelo prazo de dez anos?

2) O que tem sido feito para tornar a fiscalização pelo Incra nos assentamentos mais eficiente?

3) Com que frequência, nos últimos cinco anos, o Incra tem identificado, em cada unidade da Federação – notadamente no Estado do Mato Grosso –, o desrespeito à cláusula de não negociabilidade que deve constar dos mencionados títulos de domínio ou de concessão de uso?

4) De acordo com os critérios adotados pelo Incra, o que é necessário para caracterizar o esbulho possessório e a invasão impeditivos de desapropriação (art. 2º, § 6º, da Lei nº 8.629, de 1993)?

5) É possível prontificar dados, relativos aos últimos cinco anos, mediante os quais se possam identificar (a) imóveis rurais, nas diversas unidades federativas – e, especialmente, no Estado do Mato Grosso –, que, devido a esbulho ou invasão, permaneceram insubmissos à desapropriação pelo período

estipulado em lei (dois anos ou, em caso de reincidência, quatro anos, contados da desocupação)?; (b) casos em que, de acordo com a parte final do § 6º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, foi apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem eventualmente tenha concorrido para o descumprimento dessa vedação?; (c) pessoas que, com fundamento no § 7º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, foram excluídas de programas de reforma agrária do Governo Federal?; (d) entidades, organizações, pessoas jurídicas, movimentos ou sociedades de fato que, em razão de qualquer dos motivos arrolados nos §§ 8º e 9º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, deixaram de receber recursos públicos?

6) O Incra se articula com as secretarias de segurança pública ou as polícias dos estados para, tempestivamente, tomar ciência e obter dados sobre esbulhos possessórios e invasões perpetrados em todo o País?

7) Informado pela equipe de reportagem da Rede Globo de Televisão sobre a venda, pelos beneficiários de programas de reforma agrária na Cidade de Novo Mundo, MT, das glebas que lhe foram concedidas pelo Governo Federal, antes de expirado o prazo de dez anos contados da concessão – o que configura ilegalidade –, o chefe da unidade do Incra responsável por tal localidade, Sr. Luiz Carlos de Araújo, prometeu fazer uma vistoria na área. Essa vistoria já foi feita? Em caso afirmativo, a que conclusões se chegou sobre a situação da área e a pertinência das denúncias feitas na reportagem?

8) Além da promessa de vistoria na área relacionada às denúncias, feita pelo Sr. Luiz Carlos de Araújo, a Superintendência Regional do órgão adotou outras medidas para verificar a pertinência dos fatos aduzidos na reportagem e impedir que se perpetuem ou se repitam?

9) Gilmar Nantes, que a mencionada reportagem denunciou estar negociando, no norte do Mato Grosso, a distribuição de glebas a serem destacadas de imóveis rurais que sequer chegaram a sofrer ainda desapropriação, já foi beneficiado com lote em algum projeto de assentamento promovido pelo Governo Federal ou é pretendente desse benefício? E quanto a João Francisco de Paula (vulgo João Barbudo)?

Autoria: Senador Pedro Taques

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer que esta Comissão, no cumprimento de sua atividade constitucional de fiscalização, nos termos do art. 50 e 58 § 2º, III e V, da Constituição Federal e art. 90, III e V, do Regimento Interno, convide o Presidente da ANATEL Ronaldo Mota Sardenberg e o seu Procurador Geral, senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika, o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Marinus Marsico bem como, solicite o depoimento do Sr. Antônio Domingos Bedran, ex-Procurador daquele órgão para prestarem esclarecimentos a respeito dos bens de propriedade da União, móveis e terrenos, que, por força dos contratos de privatização das empresas de telecomunicações, foram cedidos para as empresas privadas com cláusula de reversibilidade ao final dos respectivos contratos.

Autoria: Senador Pedro Taques

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário.

Autoria: Deputado Vinicius Carvalho

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Contrário à matéria

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário à matéria.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO N° 19, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a presença dos membros da Comissão de Juristas destinada a oferecer subsídios para a atualização do Código de Defesa do Consumidor, composta pelo Ministro HERMAN BENJAMIN, do Superior Tribunal de Justiça e pelos Senhores Juristas ADA PELLEGRINI GRINOVER, CLÁUDIA LIMA MARQUES, LEONARDO ROSCOE BESSA e ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER. A Audiência Pública destina-se a prover informações a esta Comissão sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Juristas.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO N° 20, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de audiência pública conjunta, com a CCJ, para debater o Projeto de Lei do Senado n.º 53, de 2010 que altera a disciplina referente à continuidade dos serviços de telecomunicações prestados em regime público, bem como a reversibilidade de bens, tendo como convidados: Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Presidente da Telefônica, Presidente do Grupo Oi, Presidente da CTBC, Presidente da EMBRATEL, Presidente da SERCOMTEL e a Sra. Ana Luiza Valadares Ribeiro, ex- Procuradora Geral da ANATEL.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II; 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 01, de 2011-CMA, que trata da realização de audiência pública para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, a participação dos seguintes convidados, como representantes dos segmentos que serão impactados pela construção da obra: Representante das populações ribeirinhas; e Representante das populações indígenas.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater a política de preços de combustíveis do Brasil e a conjuntura atual do mercado internacional de petróleo, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Representante da Petrobrás; Representante do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (SINDICOM); e
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública com a presença do Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), para debater o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CMA

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 22, de 2011 – CMA, aprovado na reunião do último dia 19 de abril de 2011, para que seja realizada audiência pública para debater a política de preços de combustíveis do Brasil e a conjuntura atual do mercado internacional de petróleo, acrescentar o convite para representantes dos seguintes órgãos ou entidades:

1. Ministério da Fazenda
2. Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis)
3. União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)

Autoria: Senadores Antonio Carlos Valadares e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20, com prazo até a conclusão da tarefa.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o intuito de debater as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, a realização da Conferência Rio+20, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e os eventos esportivos das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014, sob o prisma de sua sustentabilidade ambiental.

PARTICIPANTES

- Achim Steiner - Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA;
- Francisco Gaetani - Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e
- Luiz Figueiredo - Embaixador e Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Ordinária - Deliberativa: 02
Extraordinária – Deliberativa e Audiência Pública: 01
Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 15
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Requerimento - CMA: 14

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 - CMACOPOLIM (CMA)

Presidente: Senador Blairo Maggi
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2011

Não houve deliberação de matéria. Aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão.

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTES

- Yênes Jesus de Magalhães **–** Diretor Presidente da AGECOPA – Estado do Mato Grosso; e
- Agripino Bonilha Filho **–** Diretor de Articulação Interinstitucional da AGECOPA – Cuiabá – MT.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTE

- Renan Araújo – Secretário Executivo da Secretaria da Copa do Mundo do Estado da Bahia.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em conformidade com deliberação da Subcomissão no dia 5 de abril de 2011, com objetivo de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras.

PARTICIPANTES

- Miguel Capobiango Neto – Coordenador da Unidade Gestora do Projeto Copa do Estado do Amazonas;
- Fabrício Silva Lima – Secretário Municipal da Secretaria de Desporto, Lazer e Juventude da Prefeitura de Manaus;
- Évison Osvaldo Nickele Córdova – Assessor para Assuntos da Copa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; e
- Newton Baggio – Secretário Municipal da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico da Prefeitura de Porto Alegre.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CMACAPOLIM
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sra. Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira as propostas de segurança pública e a aplicação dos recursos federais para a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMACAPOLIM
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CMACAPOLIM
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CMACAPOLIM
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro da Secretaria de Aviação Civil, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, principalmente as relacionadas à infraestrutura aeroportuária.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CMACAPOLIM
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Sr**. Lucas Furtado,** Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, sobretudo, a respeito da flexibilização da Lei de Licitações para adequação das obras.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CMACAPOLIM
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da CMA, com a participação do Exmo. Sr. Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre a aplicação dos recursos públicos e o andamento das obras para a realização da Copa de 2014, sobretudo, a respeito da flexibilização da Lei de Licitações para adequação das obras.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 06
Requerimento – CMACAPOLIM: 06

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE – CMABMONTE (CMA)

Presidente: Senador Flexa Ribeiro
Vice-Presidente: Senador Ivo Cassol
Relator: Delcídio do Amaral

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2011

Instalação da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
Resultado: Foram eleitos os Senadores Flexa Ribeiro (Presidente), Ivo Cassol (Vice-Presidente), e designado Relator o Senador Delcídio do Amaral.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 08, e 12 de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de discutir “a relação entre motoristas, trânsito e acidentes”.

PARTICIPANTES

- Adélio Justino Lucas e Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira – Procuradores do Trabalho da 10ª Região-, em representação ao Procurador Geral do Trabalho Otavio Brito Lopes – MPT;
- Marcos Aurélio Ribeiro – Assessor Jurídico da Confederação Nacional do Transporte de Carga e Logística-, em representação ao Senador Federal Clésio Andrade - Presidente da Confederação Nacional do Transporte - CNT;
- Omar José Gomes - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre – CNTTT;
- Luiz Antônio Festino – Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho-, em representação ao José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central;
- Dilson de Almeida Souza – Assessor Especial do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN -, em representação ao Sr. Orlando Moreira da Silva – Diretor-Geral do DENATRAN;

- Otaliba Libânio de Morais Neto – Diretor do Departamento de Análise de Situação de Saúde do Ministério da Saúde;
- Ronaldo Alves – Presidente da ONG Rodas da Paz;
- Luiz Alberto Mincarone – Consultor Técnico da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI;
- Luiz Carlos Galvão – Presidente do Sindicato dos Motociclistas Autônomos do DF – SINDMOTOTAXI;
- Marcelo Corrêa Restano – Advogado do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Rio Grande do Sul –SETCERGS; e
- Neori Leobert – Coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro - MUBC, em representação ao Sr. Nélio Botelho – Presidente do MUBC.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau que compõem o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Convidados: Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; e Representante da Secretaria de Direitos Humanos."
Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, devendo ser convidados: a Srª Paulina Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; o Sr. Leandro Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; e o Sr. Roberto Tykanori, Gerente de Projetos da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos acerca do conjunto de ações, programas e metas do Governo Federal, em termos de trabalho preventivo, repressão e combate ao tráfico de crack, bem como o tratamento dos usuários, por ser um tema de relevante interesse público."
Autoria: Senador Sérgio Petecão
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliar denúncia de ameaças de morte porque passa Irmã Marie Henriqueta, coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, Regional N2, bem como discutir possíveis providências para o caso. Convidados: Irmã Marie Henriqueta – Comissão de Justiça e Paz/CNBBN2; Fernando Antonio dos Santos Matos – Departamento de Defesa dos Direitos Humanos/Coordenação – Geral de Proteção aos Direitos Humanos; Luiz Fernando Rocha - Secretário de Segurança do Estado do Pará; Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces – Presidente da CNBBN2; Dom Dimas Lara Barbosa – Secretário Geral da CNBB; Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Secretária da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB; e Sra. Dira Paes – Presidente da ONG Humanos Direitos."
Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a comparecer a esta Comissão a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Senhora Tereza Campello, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários referentes à sua pasta para os próximos quatro anos."
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Assegura o registro público aos prenomes indígenas.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 29/CDH, de 2011, aprovado em 24 de março de 2011, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão entre os convidados de Audiência Pública desta Comissão, a fim de debater a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), de: Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo.
Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tendo em vista que requerimento do mesmo teor foi aprovado, ontem, naquela comissão. Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Carlos Roberto Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Secretaria de Direitos Humanos; Sr. Paulo Safady Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Sr. Luiz Fernando Santos Reis – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (SINICON); Sr. Ítalo Fortes Avena – Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (DEC); Sr. Arthur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o Sr. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical."
Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela Aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para as agressões sofridas por

jovens, em decorrência do BULLYING. Convidados os seguintes especialistas: Ana Maria Bereohff – Psicóloga, Dra. Rosa Maria Melloni Horita – Psiquiatra, e outros nomes a serem indicados pelas Comissões.
Autoria: Senador Paulo Paim e Paulo Davim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a situação das Cotas e do Prouni no STF.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública debatermos o trabalho dos 45 anos do IPEA "Brasil em Desenvolvimento" e a evolução dos Direitos Humanos
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a política de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro que seja realizada audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação - UNESCO, Guilherme Canela Godoi, com o objetivo de discutir o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a violência contra os jornalistas em prol da liberdade de imprensa.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para comemorar o Dia Nacional do Sistema Braile.

PARTICIPANTES

- Geovane Alziro Fróis Lima - Aluno da Escola Centro de Ensino Médio Setor Leste de Brasília;
- Moisés Bauer Luiz - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE;
- Jonir Bechara Cerqueira – Professor – Especialista em Educação de Deficientes Visuais;
- Regina Fátima Caldeira de Oliveira - Coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos;
- Telma Nantes de Matos - Vice-Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil;
- Paulo Roberto Pereira Brandão – Consultor em Sistema Braile – Senado Federal;
- Loni Eliséte Manica - Especialista de Desenvolvimento Industrial -, em representação da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Antônio José do Nascimento Ferreira – Chefe de Gabinete -, em representação ao Senhor Humberto Conceição Lippo Pinheiro – Secretário da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Florian Madruga - Diretor Executivo da Gráfica do Senado Federal; e
- Santos Fagundes - Assessor do Senador Paulo Paim em Porto Alegre – RS.

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2011-CDH, de autoria da Senadora Ângela Portela, com a finalidade de debater a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

PARTICIPANTES

- Ministra Carmem Lúcia - Ministra do Supremo Tribunal Federal – STF;
- Ministra Iriny Lopes - Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres - SEPM;
- Ministra Luiza Bairros - Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; e
- Eduardo Dias - Coordenador Geral de Democratização do Acesso à Justiça –, em representação ao Ministro José Eduardo Cardozo - Ministro da Justiça -MJ.

12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº45, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, e ao Requerimento nº 14, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências".

PARTICIPANTES

- Jorge Hage Sobrinho - Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU
- Pedro Frederico de Figueiredo Garcia – Conselheiro - Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores – MRE
- Guilherme Canela Godói - Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de diligências em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde aos hospitais públicos no país, com finalidade de apurar: A situação de calamidade em que se encontra a saúde no Brasil."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros independente de sua cor, sexo, idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater as Políticas para população indígena: uma questão de Direitos Humanos. Em comemoração ao Dia do Índio."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater a violência nas escolas, notadamente contra os professores.

PARTICIPANTES

- Paolo Fontane - Coordenador da Área de Educação da UNESCO no Brasil -, em representação ao Senhor Vicent Defourny - Representante da UNESCO no Brasil;
- Luciano Wagner Guimarães Lírio – Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília;
- Antônio de Lisboa Amâncio Vale – Professor -, em representação ao Senhor Roberto Franklin de Leão – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
- Rosilene Correa – Diretora do SINPRO/DF;
- Yann Evanovick – Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES;
- Antônio Geraldo – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP; e
- Gícia de Cássia Martinichem Falcão – Subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CDH

NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 113, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de reunião deliberativa conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de discutir e votar o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "debater as Políticas para população indígena: uma questão de Direitos Humanos. Em comemoração ao Dia do Índio".

PARTICIPANTES

- Jeremias Xavante – Vereador do município de Campinápolis – MT (DEM/MT);
- Marilena Macuxi - líder indígena das comunidades amazônidas;
- Cacique Álvaro Tucano - líder indígena amazônida;
- Cid Furtado Filho - Diretor de Conteúdo da Revista Brasileiros de Raiz da RRCK Comunicação e Marketing;
- Cacique Claudecir da Silva Braz - em representação a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;
- Cacique Sererê Xavante - Presidente da ONG Indigenista, do Município de Parabubu - MT;
- Cacique Celestino - etnia Xavante, da reserva Parabubure, no Estado do Mato Grosso;
- Cacique Sererê Xavante;
- Arão da Providencia Araújo Filho - Advogado da etnia Guajajara; e
- Paulo Celso de Oliveira - Ouvidor da FUNAI –, em representação ao Senhor Márcio Augusto Freitas de Meira – Presidente da Fundação Nacional dos Índios – FUNAI.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir o atual estado de calamidade dos hospitais públicos. Convidados: Dr. Roberto Luiz D'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dra. Beatriz Figueiredo Dobashi, Presidente do CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Dr. Antonio Carlos Nardi, Presidente do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Dra. Ana Paula Falcão, Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; e Dr. José Reinaldo Nogueira de Oliveira, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB."
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a integração entre o desenvolvimento do país e os Direitos Humanos e Sociais."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater os "120 anos de Inspeção do Trabalho no Brasil, em defesa do trabalho e dos direitos humanos".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o Mapa da Violência 2011: soluções e desafios."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debatermos a Políticas Salarial dos Aposentados e Pensionistas em decorrência da LDO fixar o valor do salário mínimo em R$ 616,34 e o fator previdenciário."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debatermos as ameaças que vêm sofrendo os juízes federais, bem como suas famílias, por parte de organizações criminosas."
Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Aníbal Diniz
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, no Plenário do Senado Federal, com a participação de representantes dos povos Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares, Ribeirinhos, Moradores da Periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e demais movimentos sociais, do Ministério Público Federal no Pará, Painel de Especialistas sobre Belo Monte, além de Representantes da Sociedade civil, objetivando a leitura e discussão do Relatório da Diligência promovida por esta Comissão no dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, que lá se dirigiu com a incumbência de ouvir as populações que poderão ser atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte."
Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado

16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011

Reunião Deliberativa, nos termos do Requerimento nº 51, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e o Requerimento nº 16, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, para discutir e votar o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010.

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Reginaldo Lopes
Relator na CDH: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável
Relator na CCT: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Relatório, com as Emendas nº 01, 02, 03 e 04-CCT/CDH.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de "apresentação de programas de Fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU, nos Programas Sociais do Governo".

PARTICIPANTES

- Carlos Alberto Sampaio de Freitas - Secretário de Avaliação de Programas de Governo;
- Márcia Lima de Aquino - Diretora da 3ª D.T, da 8ª SECEX; e
- Paulo Gomes - Auditor Federal de Controle Externo – TCU.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de comemorar o Dia Nacional da Empregada Doméstica, 27 de abril.

PARTICIPANTES

- Rosana Ramos – Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) -, em representação a Ministra Iriny Lopes;
- Luiza Bairros - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR);
- Maria Auxiliadora – Secretária da Força Sindical;
- Rosane Silva – Secretária da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Patrícia Lino Costa - Assessora da Direção Técnica - DIEESE
- Creuza Maria Oliveira – Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD;
- Cleonice Caetano Souza – Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial - INSPIR;
- Francisco Luiz Saraiva – Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS/CUT;
- Mario Avelino – Presidente do Instituto Doméstica Legal;
- João Baptista Neto - Secretário Nacional de Combate ao Racismo;
- Ana Carolina Quirino – Coordenadora de Direitos Econômico da ONU e Brasil CONESUL;
- Laís Abramo - Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho – OIT – no Brasil;
- Ledja Austrilino Silva – Diretora de Educação, Cultura, Turismo e Desportos da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST;
- Ailma Maria de Oliveira – Dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; e
- Adriane Oliveira Moscardin – Representante Nacional do Coletivo de Gênero da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 57, de 2011 - CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Aníbal Diniz, com o objetivo de debater as ameaças que vêm sofrendo os juízes federais, bem como suas famílias, por parte de organizações criminosas.

PARTICIPANTES

- Lisa Taubemblatt – Juíza Federal no Estado do Mato Grosso do Sul;
- Alexandre Camanho de Assis - Presidente Eleito da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;
- Raquel Domingues do Amaral Corniglion – Juíza Federal no Estado do Mato Grosso do Sul;
- Ana Paula Vieira de Carvalho – Juíza Federal no Estado do Rio de Janeiro;
- Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE;
- Juiz Benito Raboso Del Amo – Representante da Associação Judicial - Foro Judicial Independente da Espanha;
- Juiz Federal Wilson José Witzel - Titular da 2ª Vara de execução fiscal de São João do Meriti Diretor da AJUFE;
- Desembargador Antônio Latas – Representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses; e
- Rosângela Silva Rassy – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

TOTAL DE REUNIÕES: 12
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 08
Conjunta – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 26
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Requerimentos - CDH: 23

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER – CDHSPDM (CDH)

Presidente: Senadora Ângela Portela
Vice-Presidente: Senadora Lidice da Mata

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012.
Resultado: Instalada a Subcomissão, foram eleitas a Senadora Ângela Portela (Presidente) e a Senadora Lídice da Mata (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amelia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado à Embaixada da Argentina e ao Parlamento do MERCOSUL, voto de solidariedade ao povo argentino, contra a exploração pelos ingleses, de petróleo nas ilhas Malvinas.
Autoria: Senador João Pedro
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011–CRE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 03, de 2007 – CRE, que criou a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20.
Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
Autor: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CRE

NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao Adido de Inteligência:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Fazenda, referentes ao Adido Tributário:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Justiça, referentes ao Adido Policial:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes ao Adido Agrícola:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, §2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Defesa, referentes ao Adido Militar:

1. A relação de todas as Aditâncias subordinadas ao Ministério em funcionamento no exterior;
2. A relação dos respectivos Adidos atualmente em exercício e as estruturas administrativas e funcional de que dispõem na sede da Aditância;
3. As normas, os requisitos e a forma de indicação, designação e/ou nomeação dos titulares das Aditâncias, bem como de seus Adjuntos e seus Auxiliares;
4. Os critérios, as necessidades e o amparo legal que norteiam, demandam e determinam a abertura de uma Aditância no exterior;
5. A natureza desses cargos e os valores de sua remuneração, bem como dos demais servidores a eles vinculados;
6. A vinculação, o papel e a participação do Ministério das Relações Exteriores e das Embaixadas brasileiras no processo de criação de Aditâncias e de nomeação dos respectivos titulares.

Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Resultado: A comissão aprova a apresentação de Projeto de Lei do Senado, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM Nº
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo Brasileiro, em razão da Declaração de 1º de abril de 2011, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos a Organização dos Estados Americanos, a qual solicita às autoridades brasileiras que “se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas”.

Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado o Requerimento, com voto contra do Senador Jarbas Vasconcelos.

ITEM Nº
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE CENSURA à declaração assinada pelo Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Santiago Canton, no dia 1º de abril de 2011, em que é solicitado às autoridades brasileiras que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas".
Autor: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado o Requerimento, com voto contra dos Senadores Jarbas Vasconcelos e Randolfe Rodrigues.

ITEM Nº
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Comovido e assaltado por sentimento de profunda tristeza pelo trágico acontecimento, nesta manhã, na cidade do Rio de Janeiro, REQUEIRO, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar às famílias das vítimas - inocentes crianças - e à escola Municipal Tasso da Silveira - palco dessa tragédia sem precedentes na história de nosso País.
Autor: Senador Marcelo Crivella
Resultado: Aprovado

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" **-** Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 1: "Cenário Estratégico Internacional e Perspectivas; Egito - importância para a estabilidade geopolítica da região; Líbia - impacto econômico no mundo"

PARTICIPANTES

- Embaixador Luiz Felipe Lampreia;
- Professor Dr. Mohamed Habib – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp;
- Professor Dr. Samuel Feldberg – Faculdades Integradas Rio Branco; e
- Professor Dr. Pio Penna Filho – Universidade de Brasília - UnB.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.
Autoria: Presidente da República
Relator "Ad Hoc": Senador Vital do Rêgo
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Butão.
Autoria: Presidenta da República
Relatora "Ad Hoc": Senadora Gleisi Hoffmman
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VERGNIAUD ELYSEU FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 319, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer voto de apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de junho a 2 de julho de 2011, em Roma.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da CRE, favorável à matéria.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja alterada a composição da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, criada através do Requerimento nº 2, de 2009-CRE, passando a mesma a ser constituída por oito membros Titulares e igual número de Suplentes.
Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para realização de ciclo de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)". Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 2 – "As Insurgências no Mundo Islâmico e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e da África Setentrional"

PARTICIPANTES

- Embaixador Marcos Azambuja;
- Professor Dr. Reginaldo Nasser – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP;
- Professor Dr. Márcio Scalércio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro–PUC-RJ;
- Professor Dr. Eduardo Viola – Universidade de Brasília – UnB;
- Professora Dra. Arlene Clemesha – Universidade de São Paulo – USP.

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011–CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 90, IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de Diligências por parte dos membros desta Subcomissão, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor.
Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, autoridades locais, diplomáticas e Organismos Internacionais, no dia 02 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, sendo convidado, ainda, o Exmo. Sr. Governador Sérgio Cabral para a reunião.
Autoria: Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CRE, de autoria do Senador Pedro Simon, com a finalidade de exposição, diante da situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, sobre a

condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros nos países aquelas nações, bem como avaliar o impacto e as consequências nas relações desses países com o Brasil.

PARTICIPANTE

Antonio de Aguiar Patriota - Ministro das Relações Exteriores

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Djibouti.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador João Pedro
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa).
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Dependendo de Parecer.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 438, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 13 e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 3 e 6 de maio de 2011, quando participará de colóquio sobre o tema "Unidos na diversidade, solidários na adversidade", em Lisboa, Portugal, a convite do Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como do Fórum de Lusofonia, no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, a convite da Câmara Municipal de Odivelas, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento Interno, que se ausentará do País no citado período.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Dependendo de Parecer
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011 - CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011, que “Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009”.
Autor: Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011 - CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer que, nos termos regimentais, seja considerada Moção de Solidariedade ao Presidente Barack Obama, diante da campanha em meios de comunicação de que não seria cidadão americano, o que não condiz com a verdade, conforme demonstrou ontem com a divulgação de sua certidão de nascimento no Havaí, em 1961.
Autor: Senadora Eduardo Suplicy
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 06

Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 31
Mensagem (SF): 11
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 01
Projeto apresentado pela Comissão: 01
Requerimento – SF (não terminativo): 03
Requerimento – CRE (não terminativo): 13

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012.
Resultado: Eleitos os Senadores Cristovam Buarque (Presidente) e Francisco Dornelles (Vice-Presidente).

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 90, IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de Diligências por parte dos membros desta Subcomissão, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor.
Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, autoridades locais, diplomáticas e Organismos Internacionais, no dia 02 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, sendo convidado, ainda, o Exmo. Sr. Governador Sérgio Cabral para a reunião.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011

Não houve deliberação de matéria.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 02
Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CREMC: 01

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento, realização de Audiência Pública para prestação de esclarecimentos sobre a construção do trem-bala no Brasil. Convidados: Sr. Bernardo Figueiredo Jr.; Diretor – Geral da Agência Nacional de Transporte (ANT); Sr. Henrique Amarante da Costa Pinto – Técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Sr. Prof. Paulo Fleury; Diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS); Sr. Hilário Pereira; Técnico na INVEPAR – Investimento e Participação em Infraestrutura; Sr. Marcos Vinícius Quintella Cury; Professor do Instituto Militar de Engenharia e Diretor de Operações da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU; Sr. Marcos José Mendes; Doutor em Economia – Consultor na Consultoria do Senado Federal; Sr. Rodrigo Vilaça; Diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo de "céu aberto" assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto no artigo 50 da Constituição Federal e do Art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Excelentíssima Sra. Miriam Belchior, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, com intuito de informar quais as metas prioritárias do PAC para o ano de 2011.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federa, requeiro seja convidado O Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Antonio Gustavo Matos do Vale, para que compareça a esta Comissão com vistas a prestar informações acerca dos esforços que têm sido envidados por essa empresa para a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária, bem como sobre o planejamento com vistas aos grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016 e as mudanças advindas da criação da Secretaria de Aviação Civil.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 14 , DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos Termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater sobre o andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus, com as presenças do senhor Valmir Campelo, ministro relator dos processos inerentes da Copa junto ao TCU; o Coordenador da Unidade Gestora da Copa do governo do Estado do Amazonas – UGP Copa – senhor Miguel Capobiango e o Senhor Antonio Augusto Matos do Vale, presidente da Infraero.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado. O Requerimento será apensado ao Requerimento nº 12, de 2011 – CI.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos Termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o Senhor Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, para comparecer a esta comissão com vistas a apresentar exposição informativa sobre a nova etapa do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e também sobre os efeitos obtidos nesses quase dois anos de existência do programa.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 8 e 9, de 2011-CI, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro e Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, com a finalidade de debater a construção do trem de alta velocidade e sua viabilidade.

PARTICIPANTES

- Bernardo Figueiredo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
- Henrique Amarante da Costa Pinto – Superintendente da área de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Marcos José Mendes - Consultor Legislativo do Senado Federal
- Joseph Barat - Economista da Planam Consult - Planejamento, Assessoria e Monitoração de Projetos Ltda
- Paulo Fleury – Diretor do Instituto de Logística e Suply Chain (ILOS)

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação
Resultado: Aprovada a indicação por 12 votos Sim, 01 voto Não e 01 Abstenção.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Venho requerer a V. Exª, nos termos do art. 279, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão da Mensagem reconduzindo Cláudio Passos Simão ao cargo de Diretor da ANAC,

até que o Ministério Público conclua as investigações em curso.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Rejeitado

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 12 e 14, de 2011-CI, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin, respectivamente, com a finalidade de debater a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária, bem como sobre o planejamento com vistas aos grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016 e as mudanças advindas da criação da Secretaria de Aviação Civil, e também, sobre o andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus.

PARTICIPANTES

- Carlos Álvares da Silva Campos Neto - Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- José Márcio Monsão Mollo - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e
- Miguel Capobiango Neto - Coordenador da Unidade Gestora da Copa do Governo do Estado do Amazonas – UGP Copa.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que ao rol dos convidados previsto nos Requerimentos nºs 12 e 14, de 2011-CI, que solicitam a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater os investimentos recentes e perspectivas para o transporte aéreo, a infraestrutura aeroportuária e a conclusão das obras planejadas pela Infraero com vistas a Copa de 2014, sejam adicionados os seguintes convidados:
- Carlos Álvares da Silva Campos Neto, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e
- José Márcio Monsão Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias - SNEA.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Resultado: Aprovado

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Governo Federal a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER).
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 495, de 2009, e, no mérito, pela sua aprovação com a emenda que apresenta.
Observações: A matéria será apreciada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Resultado: Aprovado Relatório, que passa constituir Parecer da Comissão, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, e, no mérito, pela sua aprovação, com a Emenda nº 01-CI.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a situação do tráfego aéreo no país, as

condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país, com os seguintes convidados:

- Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO;
- Carlos Eduardo Pelegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e
- Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Informo que a aprovação desta Audiência Pública tendo como um dos convidados o Presidente da Infraero, irá atender os Requerimentos nº 10, de 2011- CI, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nº 12, de 2011- CI, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e nº 14, de 2011 – CI, de autoria da Senadora Vanessa Grazziontin.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária - Deliberativa: 03
Ordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 12
Mensagem (SF): 01
Requerimento - CI: 10
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 03, 04 e 09, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena e Ana Rita, respectivamente, com o objetivo de "*debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo*". (2ª Audiência Pública)

PARTICIPANTES

- Ricardo Martini Moesch – Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo;
- Fernando Antônio Brito Fialho – Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;
- Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira – Diretor de Portos e Costas – Marinha do Brasil;

- Miguel Masella – Secretário de Gestão de Programas de Transporte – Ministério dos Transportes; e
- José Adilson Pereira – Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo.

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de avaliar os resultados da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como os impactos regionais dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para tanto indico como convidados: Fernando Bezerra de Souza Coelho, Ministro da Integração Nacional; Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Autoria: Senador Armando Monteiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) uma Audiência Pública no sentido de discutir a universalização dos serviços de internet banda larga, com a presença das seguintes entidades: Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da ANATEL; Luiz Eduardo Falco, Presidente da OI; Antonio Carlos Valente, Presidente do Grupo Telefônica; José Formoso Martinez, Presidente da EMBRATEL;e Rogério Santanna, Presidente da TELEBRAS.
Autoria: Senadora Ana Amelia
Resultado: Aprovado o requerimento, com a inclusão de um representante do Ministério das Comunicações e um representante do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à organização e realização do Projeto "II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa 2014", a ser realizado em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados, na forma de Fóruns nas Assembléias Legislativas dos Estados cujas capitais foram definidas como sedes da Copa do Mundo de 2014. Requeiro, ainda, que as visitas às cidades-sedes sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para assessorar esta Presidência.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Resultado: Aprovado

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Sr. Adalberto Coelho, Diretor da Federação das Indústrias do Estado da Bahia-FIEB e Membro do Conselho de Integração Nacional da CNI; Sr. Francisco Carlos Cavalcanti, Superintendente do

Banco do Nordeste na Paraíba e Sr. Jair Pereira, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011-CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de apresentação dos Programas e Planos de Governo do Ministério do Turismo para os próximos anos.

PARTICIPANTE

- Pedro Novais - Ministro de Estado do Turismo.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Extraordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 04
Requerimento - CDR: 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - CDRDN (CDR)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente aos Estados de abrangência da SUDENE, quais sejam, os 9 Estados da Região Nordeste e mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com o objetivo de colher sugestões e elaborar um documento que possa contribuir para o desenvolvimento do Nordeste. Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prestar assistência a esta Presidência.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 89, Inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de expediente à Consultoria Legislativa do Senado Federal com o objetivo de solicitar os serviços de um funcionário técnico daquele órgão para acompanhar, elaborar relatórios técnicos e assessorar a Presidência da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste durante as

reuniões desta e durante as visitas técnicas que serão organizadas com o intuito de debater e propor sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento do Nordeste.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste - CDRDN, com a Bancada do Nordeste, convidando o seu atual coordenador, Deputado Gonzaga Patriota, e seu último presidente, ex-Deputado Zezeu Ribeiro, com o objetivo de debater sobre o desenvolvimento do Nordeste e os principais desafios da região.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste - CDRDN, convidando o Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudene, Guilherme Rebouças, para apresentar o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE.
Autoria: Senadores Lídice da Mata, Vital do Rêgo e Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 89, IX do Regimento Interno do Senado Federal, assessoria técnica do Ministério da Integração Nacional aos trabalhos dessa Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN, para acompanhar suas ações, de forma a prover rápida resposta aos questionamentos dos Senhores Parlamentares.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, à área de Comunicação Social do Senado (Secretaria Especial de Comunicação Social – SECS), apoio técnico na realização de eventos e assessoramento aos trabalhos dessa Subcomissão, de forma a garantir a cobertura dos trabalhos da mesma pela mídia local, na ocasião das visitas aos estados.
Autoria: Senadores Wellington Dias, José Pimentel e Vital do Rêgo
Resultado: Aprovado

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CDRDN, com o objetivo de “apresentar o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE”.

PARTICIPANTE

- Guilherme Maia Rebouças, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011-CDRDN
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste - CDRDN, convidando o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para apresentar o plano de investimento daquele banco de desenvolvimento para a Região Nordeste.
Autoria: Senadores Vital do Rêgo, José Pimentel e Wellington Dias
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Deliberativa: 03
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 07
Requerimento - CDRDN: 07

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM (CDR)

Presidente: Senador Vanessa Grazziotin
Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011

1ª PARTE

Instalação dos trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2011/2012, por unanimidade:

Resultado: Instalados os trabalhos e eleitos a Senadora Vanessa Grazziotin (Presidente) e o Senador Vicentinho Alves (Vice-Presidente).

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta, para se debater o Código Florestal e seus impactos para a Amazônia.
Autoria: Senadores João Pedro e Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão

Permanente, bem como reuniões em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, do Senado Federal, para se debater a segurança e as políticas públicas para as fronteiras.
Autoria: Senadores João Pedro e Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CDRAM
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente da Amazônia, com representantes do Banco da Amazônia – BASA; da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, para debater os incentivos fiscais para a região.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 03
Requerimento - CDRAM: 03

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2011-CRA, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, e ao Aditamento ao RQS nº 2/11-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com o objetivo de examinar, em todos os aspectos, a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771/65), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 1876, de 1999).

PARTICIPANTES

- Sr. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura - MAPA;
- Sr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC;
- Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; e
- Sr. Antonio Donato Nobre, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2010
TERMINATIVO

Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja - PROAP Laranja.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1 a 4.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 4 – CRA.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Reguladora Territorial Rural (ARTR).
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda nº 1.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CRA.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para debater a reforma agrária e a questão fundiária do país, em todos os seus aspectos, as seguintes pessoas:

- Sr. Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto da Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Sr. Fábio de Salles Meirelles Filho – Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- Sr. Afonso Florence – Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Sr. Wagner Gonçalves Rossi – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria: Senador João Pedro
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Estabelece o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural.
Autoria: Senador Gilberto Goellner
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relator *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, audiência pública com a presença do Sr. Jay Wallace da Silva Mota, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, para informar sobre as atividades da CEPLAC para os próximos anos.
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com o objetivo de discutir o uso e o consumo de agrotóxicos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Representante do Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas – SINITOX, da Fundação Oswaldo Cruz;
- Representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida;
- Representante da Associação Nacional de Defensivos – ANDEF.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Blairo Maggi.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com a presença da Sra. Ideli Salvatti, Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura - MPA, para informar sobre as atividades e os projetos daquele Ministério para o Brasil e a Amazônia.
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater junto ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, acerca da aplicação dos procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira definidos na Instrução Normativa – TCU Nº 63/2010.

PARTICIPANTES

- Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e
- Richard Martins Torsiano - Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 08
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CRA: 04

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos os Presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico - CNPq, Glaucius Oliva; da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Glauco Antonio Truzzi; e, da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Mota Sardenberg, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro a V.Ex.ª, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a situação do Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço. Nessas condições, indico, na qualidade de convidados-expositores, os seguintes nomeados: Cesar Alvarez, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel; Luiz Eduardo Falco, Presidente da empresa Oi; Rogério Santanna dos Santos, Presidente da Telebrás.
Autoria: Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Com amparo nos arts. 58, § 2º, II da Constituição Federal, e 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal. A título de sugestão, a audiência deverá ter como convidados representantes das seguintes entidades: Ministério da Justiça; Agência Nacional de Cinema; Agência Nacional de Telecomunicações; Concessionária de Radiodifusão de Sons e Imagens; Associação de Provedores de Serviços de Internet; Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº11, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar a gestão e a efetividade dos mecanismos de financiamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. A título de sugestão,

apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Glauco Arbix, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Glaucius Oliva, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para identificar os fatores limitantes do sistema de proteção da propriedade intelectual e da atividade inovadora no País.A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados:Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Jorge de Paula Costa Ávila, Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);Luiz Henrique do Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI).
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT a fim de discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de “laranjas” para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal, com os seguintes convidados: Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto – Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações;Representante da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Representante do Tribunal de Contas da União – TCU;Representante do Ministério Público Federal e Venício A. de Lima – UnB.
Autoria: Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja incluído, como convidado para a mesa de debates, o Deputado Marco Antonio Chico Preto – Presidente da Comissão de Gestão e Serviços Públicos (CGESP) da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM).
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 08/2011-CCT a fim de convidar um representante da Associação Nacional de Jornais – ANJ e um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT para participar da audiência pública com o objetivo de debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet em elaboração pelo Governo Federal.
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento nº 08/2011 – CCT, no sentido de que seja também convidado o Professor Marco Bonito – Universidade UNISUL.
Autoria: Senador Anibal Diniz
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente à opção tecnológica para implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV, entre as cidades de Campinas – SP e Rio de Janeiro – RJ. Para tanto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: Ministro de Estado dos Transportes; Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres; um representante do Ministério Público Federal; e um representante do Tribunal de Contas da União.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação - UNESCO, Guilherme Canela Godoi, com o objetivo de discutir o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.
Autoria: Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, e ao Requerimento nº 45, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que "*Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências".*

PARTICIPANTES

- Jorge Hage Sobrinho - Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU
- Pedro Frederico de Figueiredo Garcia – Conselheiro - Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores – MRE
- Guilherme Canela Godói - Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada reunião deliberativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de discutir e votar o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação.
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011.

Reunião Deliberativa, nos termos do Requerimento nº 16, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, e do Requerimento nº 51, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir e votar o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010.

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Reginaldo Lopes
Relator na CCT: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Relator na CDH: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer favorável, com as emendas de redação nº 01, 02, 03 e 04–CCT/CDH

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 04, de 2011–CCT, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o objetivo de **"d**iscutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de "laranjas" para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo governo federal".

PARTICIPANTES

- Genildo Lins de Albuquerque Neto - Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações;
- Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Mauricio de Albuquerque Wanderley - Secretário da 2ª Secretaria de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União – TCU;
- Antônio Carlos Fonseca da Silva - Sub-Procurador-Geral da República (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – MPF; e
- Venício A. de Lima - Professor Titular de Política da Universidade de Brasília – UnB.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Não Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01
Conjunta – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 14
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Requerimento - CCT: 13

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: VAGO
Vice-Presidente: VAGO

Não houve reunião no período.

TOTAL DE REUNIÕES: 00

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 60

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 176

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 30/04/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	10									

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	2011	1	-	-	-						

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de abril do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Marinor Brito. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Roberto Requião, Lobão Filho, Cyro Miranda, Demóstenes Torres e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 7ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu algumas correspondências enviadas por órgãos e entidades, que tratam de assuntos diversos. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à 1ª parte da Reunião, designando os membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional e os membros da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal. A seguir a Presidência dá início a 2ª Parte da Reunião. Item 1-Mensagem do Senado Federal nº 182 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2010, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator Ad Hoc", usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado. Item 2-Mensagem do Senado Federal nº 291 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator "Ad Hoc" da Matéria. Lido o relatório pelo Relator Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado. Item 3-Mensagem do Senado Federal nº 1 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011", tendo como Relator o Senador Romero Jucá. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator "Ad Hoc" da Matéria. Lido o relatório pelo Relator Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o 'Qüinquênio da Alfabetização'", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pelo Senador Armando Monteiro, usa da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita Vista da Matéria. O Presidente da Comissão concede Vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. Item 5-Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com

Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator, para reexame. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2009, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 392 de 2007, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ e contrário à Emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova o Requerimento nº 7 de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, de criação de Subcomissão Permanente destinada a examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual. Aprova também o Requerimento nº 8 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, para realização de audiência pública com o objetivo de obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para revisão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tendo como convidados: Exmo. Sr. Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; Sr. Wilson Suzigan, Professor Colaborador do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação – Geopi, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; e Sr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Diretor do Instituto Brasileiro de Economia – Ibre, da Fundação Getúlio Vargas. A Comissão aprova ainda o Requerimento nº 9 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, de realização de audiência pública destinada a discutir os seguintes temas relacionados à tributação das micro e pequenas empresas, que envolvem interesses federativos: revisão dos limites de enquadramentos e das alíquotas do Simples Nacional; cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional; cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais; parcelamento automático dos débitos de tributos do Simples Nacional; e sistema de comunicação eletrônica; tendo como convidados o Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, e o Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional, Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto. Por fim, a Comissão aprova o Requerimento nº 10 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, para que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para participar de audiência pública que tratará da noticiada interferência política do Governo Federal na empresa Vale. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 8ª Reunião de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 7ª Reunião.

Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.*(Pausa)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Informo que a Comissão recebeu algumas correspondências enviadas por órgãos e entidades que tratam de assuntos diversos. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Quero pedir desculpas aos Senadores e Senadoras por não termos começado religiosamente às 10 horas, porque hoje há uma mobilização forte dos produtores rurais, em função da votação do novo Código Florestal.

Como o meu Estado é vocacionado para agricultura e pecuária, hoje a Senadora Gleisi e eu estivemos numa série de audiências logo cedo, porque a mobilização começou, como é comum, no campo, ao amanhecer.

Vamos entrar na primeira parte da pauta.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo os seguintes Senadores como membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do Requerimento nº 1 da CAE, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Bloco de Apoio ao Governo: PT, PR, PDT, PSB, PCdoB, PRB. Senadora Marta Suplicy, titulares. Senador José Pimentel. Suplentes: Senador Acir Gurgacs, Senadora Vanessa Grazziotin.

Bloco Parlamentar PV, PMDB, PP, PMN, PSC. Titulares: Senador Eduardo Braga, Senador Luiz Henrique. Suplentes: Senador Romero Jucá, Senador Armando Monteiro.

Bloco PSDB/DEM. Titulares: Senador Aloysio Nunes, autor do requerimento aprovado, e o Senador Flexa Ribeiro.

De acordo com art. 89, inciso IV, designo os seguintes Senadores como membros da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, criada por meio do Requerimento nº 6, da CAE, de iniciativa dos Senadores Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira.

Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal.

Pelo Bloco de Apoio ao Governo PT, PR, PDT, PSB, PCdoB e PRB. Titulares: Senadora Gleisi Hoffman, Senador Clésio Andrade. Suplentes: Senadora Ângela Portela, Senador Lindbergh Farias.

Pelo Bloco Parlamentar PV, PMDB, PP, PMN e PSC, Senador Francisco Dornelles, Senador Valdir Raupp. Suplentes: Senador Cyro Nogueira, Senador Waldemir Moka.

Pelo Bloco PSDB/DEM: Senador Aécio Neves, titular; Senador Cyro Miranda, Suplente.

Esclareço que o prazo para funcionamento da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal será até o dia 22/12/2011, final da presente sessão legislativa ordinária.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo permaneçam como estão.*(Pausa)*

Nominata aprovada.

Entramos agora na segunda parte.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) Sr. Presidente, antes de chegar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Gostaria, Sr. Presidente, antes de passarmos à segunda parte – não sei se é nessa segunda parte –, de solicitar a votação do requerimento de minha autoria que solicita também a criação de uma subcomissão permanente para tratar de questões relativas a micro e pequena empresa e a empreendedorismo individual.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Pela ordem.

Encaminhei uma solicitação, um requerimento para a discussão da política de desenvolvimento produtivo, que vem sendo discutida e será anunciada pelo MIDC.

A justificativa é óbvia. É que a PDP é a versão da política industrial, que entra agora na sua terceira fase. Ela é crítica para a chamada agenda da competitividade. Então eu requeri que nós fizéssemos uma discussão no âmbito desta Comissão, convocando o Ministro Fernando Pimentel, o Presidente da CNI, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e dois representantes da área acadêmica: o Professor Wilson Suzigan, do grupo de estudos da Unicamp, e o Professor Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, que é Diretor do Instituto Brasileiro de Economia.

Solicito, então, que seja incluído na pauta esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O primeiro requerimento que eu vou ler, só para as Srªs e os Srs. Senadores também conhecerem, é da Senadora Vanessa Grazziotin:

"Nos termos dos arts. 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de subcomissão permanente no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Justificação: as micro e pequenas empresas representam 99,2% das empresas brasileiras, empregam cerca de 60% das pessoas economicamente ativas do País, no entanto respondem apenas por 20% do Produto Interno Bruto. Mesmo sendo essenciais para a economia brasileira e apesar de serem alvo de políticas específicas para facilitar a sua sobrevivência, a existência de boa parte dessas empresas não ultrapassa dois anos. A mesma preocupação temos que ter com aquelas pessoas que são consideradas conforme a Lei Complementar de nº 128/2008, empreendedor individual, que trabalham por conta própria e que se legalizam como pequenos empresários."

Esse é o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Uma vez lido o requerimento eu o submeto à aprovação do plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo permaneçam como estão.*(Pausa)*

Aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin. Na próxima reunião apresentaremos os nomes das Senadoras e dos Senadores que comporão essa comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Se V. Exª me permite, apenas para fazer um registro, essa subcomissão é necessária diante dos grandes desafios que nós temos, sobretudo em relação à legislação brasileira. A legislação sobre o empreendedorismo individual é jovem, extremamente jovem, e da micro e pequena empresa, é uma legislação que precisa estar permanentemente atualizada. Acho que essa subcomissão, sob a coordenação máxima de V. Exª, poderá trazer uma grande contribuição para esses setores tão importantes da economia brasileira.

Obrigada, Presidente. Obrigada às Srªs e aos Srs. Senadores que apoiaram a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero agora colocar em votação o requerimento do Senador Armando Monteiro:

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta douta Comissão com o objetivo de obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para a revisão da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Para tanto indico como convidados Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, Wilson Suzigan, Professor Colaborador do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação – GEOPI, da Unicamp, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Diretor do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da Fundação Getúlio Vargas.

Justificação.

O crescimento econômico no País a taxas mais elevadas e sustentadas ao longo do tempo depende de políticas públicas que priorizem a competitividade do nosso setor produtivo e a superação de entraves estruturais no âmbito da inovação do sistema tributário e da infraestrutura.

Nesse contexto, uma das mais importantes políticas para a agenda da competitividade é a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. Em vigor desde 2008, a PDP tem como principais objetivos: consolidar a confiança na capacidade de crescer com a maior integração dos instrumentos de políticas existentes; fortalecer a coordenação entre instituições de governo e aprofundar a articulação com o setor privado.

Para alcançar esses objetivos, a Política de Desenvolvimento Produtivo elegeu como principais metas: a ampliação no investimento de capital fixo e do gasto privado em pesquisa e desenvolvimento; a elevação da participação nas exportações brasileiras e a dinamização das micro e pequenas empresas.

Recentemente, o Governo Federal anunciou a revisão do PDP, pretendendo lançar uma nova etapa ainda em maio deste ano. Segundo o Ministro Pimentel, o desafio dessa nova etapa está lançado não apenas ao Ministério da Indústria e Comércio e Desenvolvimento ou ao atual Governo, mas sim ao Brasil.

Portanto, é com o intuito de contribuir para esse debate, ao avaliar o andamento dessa política e propor ações concretas, que requeiro a realização dessa audiência pública.

As Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento do Senador Armando Monteiro.

Estou zerando os requerimentos, porque nós vamos aprovar dois atos que encaminharei à Senadora Gleisi, que já preparou os atos da Comissão de Relações Exteriores, para nós disciplinarmos a questão das sabatinas e dos requerimentos apresentados.

Então, na próxima semana, a Senadora Gleisi vai ser a Relatora dos dois atos que estão sendo encaminhados a ela para que, semelhantemente à Comissão de Relações Exteriores, apresente esses dois atos que disciplinam melhor o nosso dia a dia, especialmente no que se refere às audiências públicas e aos requerimentos.

Tenho outro requerimento do Senador Armando Monteiro:

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, e do art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, e 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada por essa douta Comissão audiência pública destinada a discutir os seguintes temas relacionados à tributação das micro e pequenas empresas que envolvem interesses federativos [isso aqui nós apresentamos, até porque a subcomissão enseja também esse requerimento]: revisão dos limites de enquadramento e das alíquotas do Simples Nacional; cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional; cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais; parcelamento automático dos débitos de tributos do Simples Nacional; sistema de comunicação eletrônica.

Para tanto, indico como convidados o Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, Nelson Henrique Barbosa Filho, e o Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional, Carlos Alberto Freitas Barreto."

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado também esse requerimento do Senador Armando Monteiro.

Vamos agora entrar na segunda parte da apreciação das matérias.

Nós temos aqui matérias terminativas e não terminativas. Como não há quórum suficiente ainda para votar – já há quórum –, mas a presença dos Senadores, para variar, numa agenda intensa, Senador Alvaro Dias, eu vou colocar em votação aquelas matérias que não são terminativas, a começar pelos Itens nºs 1, 2 e 3.

Como o Senador Romero Jucá não se encontra presente, eu nomeio o objetivo Senador Francisco Dornelles para relatar os três primeiros itens da pauta, Itens nºs 1, 2 e 3, perdão, os Itens nºs 1 e 2, até porque o Senador Romero Jucá, muito atarefado nas suas funções, ainda não devolveu o seu relatório. Portanto, os Itens nºs 1 e 2 ficam a cargo do objetivo Senador Dornelles.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal, mediante mensagem, a programação monetária para o terceiro trimestre de 2010, em conformidade com o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069. A programação monetária aprovada pelo Conselho explicita as estimativas de faixa de variação dos principais agregados monetários e estipula metas indicativas de sua evolução.

Acompanha a programação sucinta descrição do comportamento previsto para a economia. O relatório e a análise já foram divulgados, de modo que o meu parecer é: diante do exposto, voto pela aprovação da programação do terceiro trimestre, nos termos do seguinte projeto legislativo.

Fica aprovada a programação monetária para o terceiro trimestre de 2010, nos termos da Mensagem nº 182, de 2010, do Sr. Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, algumas coisas para mim, que chego agora ao Senado, são muito novas. Portanto, eu ainda, sobre elas, estou trabalhando e estudando no sentido de dar uma colaboração maior, sobretudo nesta Comissão.

Sr. Presidente, nós estamos aqui aprovando a programação monetária para o terceiro trimestre de 2010, ano passado. Ou seja, o que nós estamos fazendo nada mais é que chancelar aquilo que já foi feito, praticado pelo Banco Central do Brasil. Sr. Presidente, quero dizer que votarei, nesta primeira votação a respeito da matéria, a favor desses três projetos, porque é a primeira vez que voto essas matérias. Entretanto, não poderia mais deixar de fazê-lo, Sr. Presidente, sem registrar um posicionamento que não é individual meu, da Senadora Vanessa, mas é um posicionamento do meu Partido, divergente da opinião e da política monetária levada a cabo pelo Banco Central do Brasil, sobretudo para este ano de 2011. Nós entendemos

que o ajuste fiscal, o aperto fiscal que eles caracterizam como medidas de macroprudência – aliás, esses são termos economês com que nós teremos que nos acostumar –, são macroprudenciais, mas, no nosso entendimento, são extremamente exageradas e desnecessárias para o momento.

Então, quero apenas deixar registrado na ata desta sessão que votarei... Sei que nós passamos por um período eleitoral tumultuado e que projetos foram se acumulando no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos. Entretanto, quero registrar que não concordamos com essa política do Banco Central e que, para os próximos relatórios que virão, aí sim, apresentaremos um voto muito mais consistente no sentido de colaborar. Sei que o Presidente do Banco Central vem periodicamente. No dia em que ele aqui esteve, eu não pude estar presente, porque acompanhava a Presidenta Dilma em uma atividade no meu Estado do Amazonas, mas teremos a oportunidade, agora no próximo mês de abril, de debater com o Presidente do Banco Central sobre essas medidas. Acho que o Senado tem que ser mais presente nesse debate, influenciar mais. Penso que nós temos que usar, Senador Delcídio, mais do nosso poder para influenciar nessa política cambial, que é muito importante, que traz reflexo para o mais humilde até o mais endinheirado deste País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu queria só esclarecer dois pontos. Na verdade, o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, era para ter vindo aqui. Mas nós, em função de um final de ano bastante conturbado e com esse período de transição para o Governo da Presidenta Dilma, ficamos um pouco prejudicados com relação a essas pautas.

É importante registrar também que isso aqui já foi levantado na Comissão de Assuntos Econômicos, se, em função do câmbio flutuante e das alterações que foram acontecendo ao longo da implantação do Plano Real, se esse tipo de matéria deveria vir para a CAE ou não. Portanto, há dúvidas. Eu estou convencido de que não há necessidade, porque esse instrumento foi estruturado antes do câmbio flutuante, portanto, é um instrumento, está na lei, temos que cumprir a legislação, mas sem nenhum sentido em função das mudanças implementadas.

Portanto, os Senadores que concordam com o relatório do Relator *ad hoc*, Senador e Ministro Dornelles, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal apresentado.

Passamos agora ao item 2, também relatado pelo objetivo Senador Francisco Dornelles. O item 3 também, Ministro Dornelles. Podemos fazer os três itens também.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES(Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal, mediante Mensagem nº 291, de 2010, a programação monetária para o 4ª trimestre de 2010, em conformidade com o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. De modo que é importante, Senadora Vanessa, que essa mensagem foi enviada em 2010. Como explicou o Presidente, ela não foi aprovada em 2010 em decorrência de problemas que ocorreram nesse ano.

A programação monetária aprovada pelo Conselho explicita as estimativas de faixa de variação dos principais agregados monetários, estipula metas de indicativa de sua evolução para o 4º trimestre, acompanha programação sucinta, descrição do comportamento previsto para a economia nacional e as justificativas.

O parecer foi amplamente divulgado, submetido ao exame dos Srs. Senadores e, diante do exposto no nosso voto e diante dos argumentos do parecer, é pela aprovação da programação financeira do 4º trimestre, nos termos do seguinte projeto de lei.

Fica aprovada a programação monetária para o 4º trimestre de 2010, nos termos da Mensagem nº 291, do Presidente da República.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador e Senadora para discutir, coloco em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passamos agora ao item 3.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em conformidade com o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011. Acompanha a mensagem a exposição de motivos do Presidente do Banco Central informando que a progra-

mação foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em 16 de dezembro de 2010.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei, cabe à CAE emitir parecer sobre a programação monetária trimestralmente encaminhada a esta Casa. O parecer servirá de base para a aprovação ou não da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determina norma do § 3º do artigo mencionado.

Com efeito, após a comunicação do recebimento da matéria, o Presidente despachou a esta CAE. Em 23 de março, o Presidente designou o Senador Romero Jucá Relator da matéria.

Sr. Presidente, a linha deste parecer é a mesma dos dois anteriores. Como V. Exª bem afirmou, na realidade, este assunto hoje não tinha nem razão nem motivo de voltar à CAE, de modo que o meu parecer é pela aprovação da programação monetária do primeiro trimestre de 2011, nos termos seguintes:

"Fica aprovada a programação monetária, nos termos da Mensagem nº 1, do Senhor Presidente da República."

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

A matéria está em discussão.*(Pausa)*

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.*(Pausa)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo do Senado Federal apresentado.

Agora vamos para o Item de nº 4.

O Senador Suplicy não está presente.

Item 4, também não terminativo: autoriza a União a implantar o Programa Incentivo Alfa para os brasileiros não alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o qüinqüênio da alfabetização.

A autoria é do Senador Cristovam Buarque. A relatoria é do Senador Eduardo Suplicy. O relatório é favorável ao projeto, com emendas de nºs 1 a 4, da CCJ. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as emendas de nºs 1 a 4, da CCJ. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em decisão terminativa.

Como o Senador Suplicy não se encontra, indico como Relator *ad hoc* o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado PLS nº 117, de 2006, apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, que autoriza a União a implantar o Programa Incentivo Alfa para os brasileiros não alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o qüinqüênio da alfabetização.

A proposição é composta de quatro artigos.

O art. 1º institui o qüinqüênio da alfabetização, que tem como meta a abolição do analfabetismo no Brasil.

O art. 2º autoriza a União a criar o Programa Incentivo Alfa, que objetiva incentivar os brasileiros com idade superior a 15 anos a continuar os estudos que lhes permitam sair do analfabetismo. Para tanto, autoriza a criação de incentivo com valor mínimo de R$350,00, a ser concedido aos adultos que consigam concluir com sucesso, durante o qüinqüênio da alfabetização, programa de alfabetização. Autoriza ainda a União a criar a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo e a instituir um museu da erradicação do analfabetismo, como unidade integrante ou associada ao Arquivo Nacional.

O art. 3º determina que o qüinqüênio da educação será iniciado em evento público a ser realizado até 60 dias após a publicação da lei.

O art. 4º trata da clausula de vigência da lei, que será a data de sua publicação.

O autor justifica sua proposição na necessidade do conformar um novo projeto de Nação, tornando o Brasil um território livre do analfabetismo. Continua a sua justificação afirmando que a previsão de aplicação de recursos com o programa Incentivo-Alfa da ordem de 700 milhões é bem inferior às despesas da União com as indenizações concedidas aos perseguidos políticos do regime militar, abrangendo um número muito maior de pessoas.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável com as Emendas nº 1 a nº 4, à CAE e à Comissão de Educação. Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhes sejam submetidas. O exame da constitucionalidade, juridicidade, redação e técnica legislativa da proposição já foi realizado pela CCJ, que manifestou o amparo existente no Risf, para o aspecto autorizativo do PLS nº 117, de 2006. O parecer da CCJ também introduziu emendas que aperfeiçoará a redação e a técnica legislativa da proposição.

Do ponto de vista das competências desta Comissão e considerando-se as emendas aprovadas pela CCJ, não há reparos a serem feitos à proposição. Há, no entanto, que levar em conta que a aprovação da

lei irá gerar custos, estimados originalmente em 700 milhões, os quais poderão ser ajustados conforme emenda aprovada pela CCJ, com a qual acordo, e que também atualizou o valor inicial do incentivo financeiro para R$450, 00.

Fica assim, desde já, a estimativa de custos ampliada em cerca de 28%, para 900 milhões. Tendo em vista essa monta, pode-se considerar que o aumento de despesa que a lei acarretará pode ser absorvido na margem de expansão da receita orçamentária prevista anualmente, atendendo, desse modo, ao art.17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O cálculo dessa estimativa é essencial não só em obediência ao referido artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas por constituir exigência indispensável à apreciação do projeto, conforme Súmula nº 1 da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, caso este venha a ser examinado naquela Casa.

Pelo exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, nos termos em que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Gostaria só de registrar que o Senador Eduardo Suplicy não pôde relatar o projeto porque ele é Presidente da Subcomissão da Reforma Administrativa do Senado, e ele está, neste momento, com a Mesa Diretora do Senado, discutindo este assunto. Então, a assessoria me informa que é por isso que ele não está aqui presente.

A matéria está em discussão.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer vistas da matéria, pela importância que tem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vistas à Senadora Gleisi.

O objetivo Senador...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Queria me posicionar contra a aprovação desse projeto, por se tratar de uma despesa pública de caráter continuado sem dotação. Mas, em decorrência do pedido de vista, eu nada tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Tendo a Senadora Gleisi pedido vistas, nós pautaremos, conforme o Regimento, esse assunto para a próxima semana.

Para variar, hoje, pipocando mil atividades, portanto uma dificuldade enorme para mobilizar Senadoras e Senadores, além dessa mobilização forte, relativa ao novo Código Florestal, os próximos assuntos da pauta são terminativos. Apesar da presença de alguns relatores, dois deles pelo menos, o Senador Inácio Arruda e o Senador Raupp...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O meu, eu retirei para reexame, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o Item 7 foi retirado pelo Senador Raupp para reexame. Entendo que será muito difícil analisar matérias terminativas, exatamente por esse enxame de reuniões que temos hoje pela manhã, além de as bancadas estarem sendo muito acionadas, especialmente pelos produtores rurais que estão presentes hoje, aqui em Brasília, nessa grande mobilização.

Então eu queria avaliar com V. Exªs, porque acho que é muito difícil colocar em votação projetos que são terminativos com a dificuldade de quórum.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo com V. Exª, Sr. Presidente. Acho que é prudente adiarmos essas votações de matérias terminativas.

E aproveito a ocasião, Sr. Presidente, para sugerir a V. Exª que mudemos o horário da nossa reunião. Procurar fazer na quinta-feira pela manhã, combinando com o horário da Comissão de Relações Exteriores, da qual muitos de nós somos membros, porque realmente é muito difícil levar adiante as tarefas seriíssimas desta Comissão com a concomitância de outras reuniões de comissões das quais também somos titulares, que versam sobre assuntos da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Gostaria de registrar, Senador Aloysio Nunes, que, na verdade, a Comissão de Assuntos Econômicos tradicionalmente funciona na terça-feira, às dez horas. O problema é que estão invadindo a nossa praia. Então nós temos que corrigir quem invadiu e não mudar um horário que historicamente é da Comissão de Assuntos Econômicos. Há uma disputa, uma coisa inacreditável, até negociações políticas envolvendo horários de funcionamento das comissões, o que é lamentável para uma Casa como o Senado Federal, para não dizer ridículo.

Senador Inácio Arruda, depois Senador Alvaro Dias, depois Senador Flexa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a minha proposta é de que pudéssemos, estando os relatores presentes, fazer a leitura das matérias que são terminativas e, alcançado o quórum, voltar. Isso é comum nas comissões. Temos feito isso sucessivamente, sem prejuízo para a comissão. Até acelera. Poderíamos insistir. O quórum está aumen-

tando. Até estamos bem perto dele, se não tivermos com o quórum já alcançado para começar o trabalho de leitura. Eu sei que o Regimento vem sempre atrás, mas em várias comissões nós temos feito isto: faz-se a leitura e espera-se alcançar o quórum. Se não alcançar o quórum não se vota evidentemente. Não se pode votar se a matéria é terminativa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, depois Senador Flexa, depois Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, em relação à questão da reunião, eu creio que é uma exceção à regra hoje, porque a CAE, Senador Aloysio, sempre foi uma Comissão top e prioridade da Casa; sempre com um quórum cheio. Nós nunca tivemos problemas. Hoje é uma exceção à regra certamente, até porque, no próprio PSDB, nós sentimos o desejo praticamente de todos os Senadores integrarem esta Comissão. Tivemos até dificuldade para escalar membros titulares e suplentes na Comissão de Assuntos Econômicos, tanto é que hoje estão três Senadores aqui do nosso Partido, demonstrando a importância desta Comissão.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é relativo a um requerimento. Senador Cyro Miranda, que eu gostaria de uma definição de V. Exª. Durante a última reunião, acertamos que esse requerimento seria apensado a um requerimento já aprovado do Senador Francisco Dornelles, que convida o Ministro da Fazenda para falar nesta Comissão, e o requerimento de Cyro Miranda acrescenta um tema da maior oportunidade. O Senador Cyro Miranda apresenta um requerimento para questionarmos o Ministro da Fazenda sobre o episódio Vale do Rio Doce.

Então, nós queríamos de V. Exª a informação sobre os procedimentos a serem adotados e quando teremos a oportunidade de ouvir aqui o Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, nós não colocamos em votação pela ausência do Senador Cyro Miranda. Inclusive, esse foi um compromisso meu na reunião passada de apensar. Já que o Senador Dornelles apresentou um requerimento convidando o Ministro Guido Mantega, entre outros assuntos aprovados, nós poderíamos apensar esse requerimento do Senador Cyro Miranda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador, é mais uma homenagem ao Senador Cyro Miranda, porque, de qualquer maneira, nós vamos questionar o Ministro da Fazenda sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É inegável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mesmo porque esse requerimento não seja apensado. Mas creio que seria um prestigiamento ao nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu sugiro a V. Exª, em função de o Senador Cyro não estar presente, subscrever o requerimento e nós colocarmos em votação, como um compromisso assumido na última reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu posso fazer sim, Sr. Presidente. Acho isso urgente. Nós não podemos demorar para ouvir o Ministro sobre esse assunto e aproveitaremos a oportunidade em que ele estará aqui, para atender ao convite do Senador Francisco Dornelles.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Flexa havia pedido pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas é com muito prazer que cedo a vez à Senadora.

Por favor, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro. Eu quero ponderar, Presidente, para que não entre esse requerimento específico de convite ao Ministro da Fazenda sobre a questão da Vale. Nós já temos um convite aprovado ao Ministro da Fazenda, o tema surgirá, e nem acho que é o caso de o Congresso Nacional fazer um requerimento dirigido nesse conteúdo. Essa é uma empresa; tem o seu conselho de administração, podemos inquirir o Sr. Ministro sobre isso na sua visita, mas gostaria que esse requerimento não fosse apreciado hoje, até porque ele foi apresentado agora. Então, pudéssemos pelo menos debater e discuti-lo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi, só um detalhe. Esse requerimento já foi apresentado seguramente há duas semanas e foi discutido também na reunião passada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Da Vale?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, sobre a Vale. E a proposta que foi feita foi, aproveitando um requerimento já aprovado de um

convite feito pelo Senador Dornelles, de apensarmos esse requerimento, até porque Senadora, vou ser muito sincero, na hora em que o Ministro Mantega vier aqui, seguramente, vão fazer essa pergunta. Ou seja, é muito mais por uma consideração...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu farei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... ao Senador Cyro Miranda do que propriamente uma coisa prática, porque essa pergunta vai surgir ao longo dos debates aqui. Portanto, nós estamos enxugando gelo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Aliás, Sr Presidente, não é uma só, não; são várias perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Presidente Delcídio do Amaral, não é à toa que seus cabelos prateados... Isso é um xampu que se vende em Miami e que V. Exª usa, o que os torna dessa cor.

A Senadora Gleisi, quando tenta proteger o Ministro Guido, pedindo que não seja aprovado algo que já foi. Como V. Exª bem colocou em relação ao requerimento do Senador Dornelles convidando o Ministro para vir até aqui, há duas sessões V. Exª já colocou aqui, de forma democrática, como é da sua postura, que apensaria o requerimento do Senador Cyro, de convite para tratar da questão da Vale. O Ministro Guido não fugirá às perguntas que os Senadores farão, porque a questão da Vale está na ordem do dia.

Ainda ontem, todos nós, Senadora, fomos surpreendidos pela comprovação de que a Vale é uma empresa estatal. O Governo indica um presidente que nem cogitado estava, Senador Dornelles. A Vale, como uma empresa privada, tinha os seus candidatos à presidência cujos currículos eram levantados por uma empresa internacional que faz esse trabalho para os grupos de grande porte no mundo inteiro. E o nome do escolhido não constava da lista dos que estavam sendo cogitados. Aí surge o nome indicado pelos fundos de pensão, ou seja, estatizaram a Vale, o que a gente já sabia há muito tempo. Descobriram o santo. Passou o tempo da quaresma, então foi o santo descoberto.

Apenas teremos a oportunidade, Senadora, de ter uma conversa transparente com o Ministro Mantega, para saber realmente o que está acontecendo.

Agora, para nós, do Estado do Pará, é muito importante saber o que está acontecendo com a Vale, porque ela retira as riquezas do Pará e não deixa nada para o Estado. Muito pelo contrário, deixa apenas miséria no Estado do Pará.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Não deve ser por isso não, Senador Inácio. V. Exª...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não é por isso que está mudando? Para deixar alguma coisa lá?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não está mudando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª precisa conhecer o Estado do Pará, porque V. Exª ganhou uma siderúrgica com o minério que não tem no Ceará, com o gás que não tem no Ceará, e tem lá uma siderúrgica. Palmas para o Senador Tasso, que levou uma siderúrgica para o Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não sabia que tinha sido o Senador Tasso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi o Senador Tasso, sim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou agradecer a ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeça a ele.

Nós vamos saber de tudo isso aqui, com a vinda do Ministro Mantega.

Voltando à questão que nós estávamos discutindo, V. Exª tem toda a razão. V. Exª preside se não a mais importante, uma das mais importantes comissões do Senado Federal.

A questão do quórum é uma questão de momento. Não há por que mudar. O Senador Aloysio, ao sugerir a mudança para quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Até porque está no Regimento, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Poderia ser extraordinária, mas a emenda é pior do que o soneto, porque quinta-feira, aí sim, nós teremos problema de quórum e não às terças.

Eu diria a V. Exª que eu mesmo estava na Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura, na segunda audiência sobre o Código Florestal, que é um assunto que está em pauta, está para ser votado na Câmara para vir ao Senado. Então, todos nós que sabemos da necessidade urgente da revisão do Código Florestal para podermos continuar a crescer com o nosso País estamos interessados nessa discussão. Acho que essa é a questão momentânea.

Tenho certeza de que devemos manter as reuniões às terças, às 10 horas. A CAE terá o quórum necessário, vamos votar os projetos importantes. E

aqui os debates são da maior importância para o nosso País.

V. Exª já colocou em votação as subcomissões que vão trazer o acompanhamento da CAE tanto na questão da reforma tributária quanto do acompanhamento da política fiscal do Governo. Então quero parabenizá-lo e dizer que tanto V. Exª quanto o Senador Lobão Filho, que conduzem esta Comissão com competência terão o apoio dos seus pares que compõem o plenário da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Flexa.

Primeiro, pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann, depois Senador Inácio Arruda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Só para fazer um esclarecimento aqui, com todo respeito aos Senadores que apresentam proposição, eu, de fato, não estava na reunião passada, justificadamente a V. Exª, e não sabia que esse requerimento havia entrado.

A única questão que eu levantei é que, se nós já temos uma aprovação de convite ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que nós aprovamos aqui em outra oportunidade, não há necessidade de refazer a aprovação de um convite, colocando um tema específico na pauta. Foi isso que eu quis dizer. Não há aqui nenhuma pretensão de proteção ao Ministro, até porque é uma figura pública, tem o seu dever de vir a este Congresso, a esta Casa, para falar sobre todos os temas, inclusive esse a que o Senador Flexa Ribeiro se refere sobre as questões do que a Vale deixa ao Estado do Pará ou do que a Vale significa para a economia brasileira.

O senhor, de fato, tem razão. Acho que nós temos que fazer essa discussão, talvez até chamando o próprio Presidente da Vale que está saindo, Dr. Roger Agnelli, para explicar por que a Vale não faz as compensações devidas que deveria fazer. Mas eu gostaria apenas de fazer aqui à Casa um registro que eu acho muito importante, porque é a natureza desta Comissão, que é classificação de risco de crédito que o Brasil atingiu pela Agência Fitch, avaliada nesta semana, saindo de BBB menos para BBB. Na prática, significa que o País ficou ainda mais seguro para receber investimentos. Nós temos que registrar isso, Sr. Presidente, pela importância que têm, inclusive, as medidas econômicas que estão sendo adotadas pelo Governo, pelo Banco Central.

E diz a Diretora Sênior da Agência para a América Latina, Shelly Shetty: "Fomos encorajados a promover o Brasil pelo fato de que o Governo de Dilma Rousseff tem dado sinais de contenção fiscal".

Isso mostra a consistência da política econômica que está sendo adotada pelo nosso Governo.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, sem o sentido de querer rebater, porque considero muito justas as colocações que foram feitas aqui em torno do convite ao Ministro Guido Mantega, é um bom tema para o Ministro esse debate sobre o desenvolvimento do Brasil e das empresas brasileiras, que têm forte participação também do Estado brasileiro; são privadas, mas têm forte participação do Estado brasileiro.

Eu, de fato, gostaria de ver um bom debate sobre por que nós continuamos... Nós estamos mandando ferro do Estado do Ceará, a R$100,00 a tonelada para a China, Cingapura, para a Ásia de um modo geral. Mandamos a R$100,00 a tonelada de ferro do Estado do Ceará. Como é que pode um Estado pobre como o Ceará mandar ferro do Ceará, exportar ferro a R$100,00 a tonelada e comprar a tonelada de trilho a R$800,00? Quer dizer, é brincadeira, porque não há o que fazer.

Nós mandamos para o Pará um produtor de arame farpado para fazer uma grande empresa de metalurgia lá no Estado do Pará. Não há o que fazer. É uma grande empresa de metalurgia. Então, quer dizer, por que não fazemos esse trilho no Brasil? É brincadeira! Como uma grande companhia como a Vale não tem capacidade de beneficiar, agregar valor, gerar mais emprego no Pará, gerar no Ceará, gerar no Brasil inteiro? Porque a Vale está espalhada pelo Brasil inteiro, e há ferro por este Brasil inteiro, por sorte. Nós estamos descobrindo, a cada dia, mais ferro; tem ferro no Piauí, tem ferro no Ceará. Então, estamos levando mais vantagem para o nosso País.

Portanto, acho que essa é uma grande oportunidade de realizarmos um bom debate, e – usando uma expressão popular – o que abunda não prejudica. Acho que o requerimento é benéfico, porque permite que discutamos, abertamente, o papel da Vale no projeto de desenvolvimento do nosso País. Acho que é muito significativo que possamos agregar esse debate. O Ministro tem mais do que competência para nos informar e deixar claras todas essas questões de uma empresa tão importante para o Brasil, seja conduzida por um grande agente de uma empresa privada, seja

por um diretor de fundo de pensão. O que nós queremos é a competência, o que nós queremos é a ação dessa empresa. É uma empresa rica, poderosa, que tem ativos no mundo inteiro. Então, por favor, ela precisa ajudar mais o nosso País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acho que é nesse sentido que eu queria agregar aqui o esforço coletivo. Quem sabe, daqui a pouco, o quórum também não chega, e nós continuamos a nossa reunião. Mas, se não chegar, deixamos, porque é muito importante também a mobilização dos produtores que estão aqui na frente do Congresso Nacional. Além dos produtores, há também os Prefeitos que vieram tratar dos restos a pagar que estão criando algumas dificuldades para os Municípios brasileiros. Nós, evidentemente, estamos obrigados a apoiá-los e, se não der o quórum, nós vamos correr para lá para também reforçar essas duas grandes manifestações que estão ocorrendo no nosso Distrito Federal.

Mas quero, Sr. Presidente, deixar registrada a importância desse debate com o Ministro Guido Mantega. Eu tenho a convicção de que ele vai nos ajudar a compreender. E nós também vamos dar a nossa opinião. Não é um problema de situação e oposição; é um problema do Brasil. A gente tem que reforçar sim. E o Ministro tem mais do que preparo, capacidade de nos ajudar a compreender. E nós temos as nossas informações para oferecer também ao Ministro e ajudar o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª poderia esclarecer se o requerimento que já foi aprovado, de convite ao Ministro Mantega, determina assuntos específicos ou é um requerimento genérico?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, é um requerimento sobre política econômica.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Política econômica é extremamente abrangente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011, esperado pelo Governo Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É abrangente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É bastante abrangente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É muito abrangente. Inclusive o assunto da Vale vai estar na ordem. Se fosse um assunto específico, justificaria votarmos um outro requerimento para introduzir outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, Senadora, até por apreço, por respeito...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Requerimento tem que ser votado. Ele está posto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...ao Senador Cyro e devido ao compromisso que foi assumido aqui, na última reunião, nós votaremos. Volto a repetir, nós estamos fazendo isso até pelo que o Senador Cyro Miranda representa, pela forma como ele faz política, competente como é. Agora, inegavelmente esse assunto ia aparecer, mesmo que não houvesse esse requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu mesma, Sr. Presidente, estou me preparando para essa audiência. Já tenho cinco itens listados. Um deles diz respeito à organização da Secretaria da Receita Federal do Brasil em nosso País, porque ouvi falar que empresa de aço, enfim...

O Estado do Amazonas responde por 60% da arrecadação dos tributos federais de toda a Região Norte, mas nós não temos superintendência. A superintendência está no Estado do Pará. Portanto os processos do nosso Estado vão para o Pará a fim de ser julgados.

Enfim, eu achei que não haveria necessidade, como continuo achando, de se apresentar requerimento específico para introduzir qualquer assunto, uma vez que considero muito ampla a forma como o requerimento foi aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito, Senadora Vanessa Grazziotin.

O Senador *pop* Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele agora botou isso na cabeça. Não tem jeito.

Sr. Presidente, eu estava na criação de uma Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, cheguei agora. Acho que vai ser importante essa discussão com o Ministro Mantega. No caso da Vale, é uma decisão de acionistas, não tem cargo vitalício.

Eu só quero contestar a Oposição dizendo o seguinte: quando falo em politização do tema pelo Governo Federal eu devo dizer que a Oposição politizou esse tema, sim, de forma impressionante. É como se tivesse vestido a camisa no plenário, nas discussões, pelo “fica, Roger Agnelli”.

Se há discussão de politização, esse ponto tem que ser levado em consideração.

A Vale é uma empresa privada, agora, sinceramente, como Senador, como brasileiro, a gente queria, se possível, se os seus acionistas assim decidissem, que a Vale tivesse um compromisso nacional mais forte, agregar valor. Nós estamos exportando minério bruto. A Presidenta Dilma falou, na entrevista ao jornal *Valor Econômico*, quinze dias atrás, sobre o pré-sal, dizendo que não tinha pressa em explorá-lo porque quer agregar valor, construir bases nacionais.

Quanto a essa discussão da Vale, é claro que é uma empresa privada, seus acionistas que vão decidir, mas há uma torcida nacional quanto a esse novo caminho, uma nova postura da Vale do Rio Doce. Vale dizer também de demissão no meio daquele cenário de crise econômica internacional. Demitir mais de mil funcionários? Volto a dizer que é uma empresa privada. O debate está entre seus acionistas, mas quero dizer aqui que, da nossa parte, não há qualquer defensiva política na discussão sobre esse assunto. Volto a dizer: se alguém politizou esse tema de forma exagerada, foi a Oposição nesta Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vale dizer, Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vale dizer, então o senhor fale.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vale dizer, vale dizer, Senador Lindbergh...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, existem outros Senadores inscritos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pedi um aparte. Se V.Exª permite. Vale dizer, Presidente Delcídio, que eu nunca vi um Ministro de Estado demitir um Presidente de uma empresa privada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não foi o Ministro; foram seus acionistas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Foi o Ministro de Estado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não foi o Ministro de Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... Guido Mantega que demitiu o Presidente da Vale. Eu gostaria de ver o Ministro Guido Mantega demitir o Presidente do Grupo Votorantim, ou do Bradesco, ou de um outro grupo privado. O Ministro Guido Mantega, os jornais anunciaram...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Porque o grupo Votorantim é uma empresa que surgiu de natureza completamente diferente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Os jornais anunciaram.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É completamente diferente a composição dos acionistas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ela é uma empresa privada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh e Senador Flexa, nós vamos ter a oportunidade de fazer essa discussão com o Ministro Guido Mantega.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro. Eu só quero encerrar dizendo o seguinte, Sr. Presidente: por estar na formação dessa Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, hoje foi votado aqui o relatório trimestral da inflação, esperava, era uma chance de a gente ter um debate aqui sobre políticas macroeconômicas, mas, como cheguei atrasado, quero dizer, quero ressaltar rapidamente alguns aspectos que acho que foram extremamente importantes nesse relatório. Eu acho que nós estamos aperfeiçoando, não é uma modificação, é um aperfeiçoamento na nossa política monetária. Eu acho extremamente correta a postura do Banco Central de falar no centro da meta em 2012, de não querer derrubar a economia para atingir o centro da meta agora em 2011. Acho que estamos utilizando outros instrumentos, medidas macroprudenciais, juros, rearranjo fiscal também, de forma que eu queria saudar, também no relatório trimestral da inflação, Senador Armando Monteiro, a discussão sobre o que está levando a essa inflação, a discussão sobre o que caracteriza essa inflação, que foi feita de forma muito aprofundada: o papel das *commodities*, os efeitos sazonais dos meses de janeiro e fevereiro.

É claro que todos nós reconhecemos que há inflação de demanda e, em especial, na questão dos serviços. Mas creio que a saída não era só aumentar a taxa de juros para colocar a inflação no centro da meta agora. Então, essa não é qualquer questão. Acho que esse relatório, com a última ata do Copom, do Banco Central, sinaliza um aperfeiçoamento da política monetária pelo Banco Central que a este Senador deixa muito satisfeito. Eu acho que é um caminho que nós estamos seguindo.

É claro que há preocupação com a inflação. E estamos atentos. É uma prioridade da Presidenta Dilma Rousseff, mas nós, neste momento, não precisaríamos derrubar a economia. Eu acho que a posição do Banco Central, esse relatório é um fato alvissareiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu já tive oportunidade, nesta Comissão, de reiterar a minha maior admiração pela forma competente como o Ministro Guido Mantega vem conduzindo a política econômico-financeira do País. Em uma hora de crise, soube tomar medidas expansionistas, reiterou agora o seu compromisso de conduzir políticas anti-inflacionistas sem levar o Brasil à recessão. De modo que tenho pelo Ministro Mantega o maior respeito e a maior admiração.

Mas quero dizer aqui nesta Comissão a minha discordância completa da interferência, da intromissão do Governo em assuntos de uma empresa privada. A Vale é a maior empresa brasileira, é uma empresa que hoje é a grande exportadora de minérios do mundo e a política da Vale tem que ser conduzida pelos seus acionistas dentro do Conselho de Administração, e o Governo não pode fazer dela uma empresa pública, uma sociedade de economia mista.

Quero dizer, ainda hoje, que as siderúrgicas brasileiras estão com a capacidade ociosa. Querer que a Vale faça mais umas siderurgias para competir com outras siderurgias privadas que já estão com a capacidade ociosa é uma falta de bom senso.

A Vale, hoje, é responsável pelos grandes resultados da política comercial do Brasil no exterior. O sucesso é enorme. A produtividade foi fantástica, os lucros, fantásticos. De modo que achei, com todo o respeito que tenho, a amizade mesmo pelo Ministro Guido Mantega, que é, inclusive, professor da Fundação Getúlio Vargas, a minha discordância completa com a intromissão do Governo em um assunto de uma empresa privada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Quero dizer que compartilho plenamente da opinião do Senador Dornelles.

Acho que o governo não deve interferir da forma como se especulou na Imprensa, a serem confirmadas essas gestões que foram feitas pelo Ministro Mantega, eu acho que o governo não deve fazer isso.

Acho que a Vale é uma empresa de grande expressão, os acionistas é que precisam definir os rumos da companhia, e creio que há, nessa discussão, uma falta de percepção, a meu ver, mais clara sobre uma política pública ou um marco regulatório para o setor mineral, que o Brasil deve discutir, que esta Casa deve discutir.

São endereçadas, muitas vezes, à empresa, cobranças que, de resto, deveriam ser endereçadas a uma discussão sobre o marco regulatório do setor mineral. Se tributamos de maneira... Se os *royalties* estão alinhados ao que se pratica no mercado internacional, se há de se compensar os Estados que são províncias minerais de maneira a repor esse processo de exaustão que se dá no modelo de exploração mineral. Então, essa é uma discussão que nos remete à discussão do marco regulatório do setor mineral.

E, sobre a questão da cobrança, que também é recorrente, de que a Vale viria a agregar valor, ora, a Vale, a rigor, não pode concorrer com seus clientes. É a primeira constatação. Segundo, como disse o Senador Dornelles, o Brasil tem um excedente de produção no setor siderúrgico, o Brasil produz 42 milhões de toneladas de aço e nós consumimos no mercado interno apenas 24 milhões, 22 milhões de toneladas.

A siderurgia brasileira já tem um excedente de produção. Portanto, não seria razoável imaginar que a Vale agora pudesse estar implantando novas unidades siderúrgicas no Brasil. Então, eu quero fazer esse registro dizendo que considero também a intromissão do Governo nessa matéria algo que não se conforma ao interesse mais amplo do País, quer dizer, um País que tem uma inserção internacional cada vez maior, um Brasil que é percebido como uma potência emergente.

Creio que depõe contra a imagem do Brasil essa ideia de que o Governo possa interferir em uma empresa privada com a dimensão como a que tem a Vale do Rio Doce.

Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu fui Presidente do Conselho da Vale por dois anos, mas quando era uma estatal ainda, no Governo do Presidente Itamar Franco.

A grande discussão era se deveríamos entrar na siderurgia ou não. E o Senador Armando Monteiro pontuou muito bem esta questão: a Vale não pode competir com aquelas companhias para as quais ela vende o minério de ferro. Esse foi o grande debate, mas nós vamos ter a oportunidade de discutir isso com mais profundidade, de analisar essa questão da Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Concordo em parte com esse argumento de que não pode concorrer com os seus clientes. Agora, não concordo com o fato de o Brasil ser superavitário na produção de aço e... porque o mercado não é só o nacional, o mercado é mundial. Então, se o Senador Inácio Arruda estivesse aqui, ele poderia confirmar que o empresário cearense a que ele fez referência, e que é bem-vindo no Estado do Pará, está montando lá, ele que começou com uma guseira, uma siderurgia; então ele é importador de aço da China.

Então o Brasil importa aço, apesar de ser superavitário, como disse o Senador Dornelles, como reafirmou o Senador Armando. Por isso é que nós temos que produzir aço em escala para ganhar o mercado mundial também. E não é o fato de sermos superavitário que a gente não vá aumentar a produção para ganhar o mercado mundial. Senão não produziríamos soja, não produziríamos automóveis – aliás, somos superavitários em produção de automóveis e exportamos para o mundo. Esse me parece que não é o argumento para não se montar uma siderúrgica.

Quero aqui dizer ao Senador Lindbergh que sou de oposição, mas reconheço a posição da Presidente Dilma. Quero aqui dizer, Senador Lindbergh, que a Presidente Dilma está correta quando diz que é necessário agregar valores às nossas matérias-primas; ou seja, gerar aqui no Brasil e não gerar emprego lá fora, para que nós possamos importar os produtos com valor agregado. É exatamente isso que nós precisamos fazer, e é isso que falta para fazer o Brasil avançar.

A Senadora Gleisi, ainda há pouco, fez elogios porque o Brasil teve sua classificação, por agência internacional, elevada de BB– para BBB. Não tem nada com *big brother*, não é? (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não tem nada com *big brother*. Então, quero aqui parabenizar a política econômica, só lembrando que, em função disso, Senador Lindbergh, o dólar caiu para 1,60. O dólar caiu para 1,60. Ou seja, nós estamos canibalizando as nossas indústrias. O Senador Armando foi Presidente da CNI, ele sabe o que é isso. Nós estamos perdendo o poder de competitividade com os nossos produtos nacionais. Então é preciso – e é sim uma questão difícil de resolver, porque na medida em que o dólar baixa, você perde competitividade, a inflação sobe, porque a demanda cresce e você cria uma gangorra; então precisa ser encontrada uma solução, embora a gente saiba que não é de fácil encontrar-se a solução.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Mas o Senador Flexa não está propondo que a gente seja rebaixado pelas agências...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Em hipótese nenhuma. Em hipótese nenhuma. Mas nós temos que ter austeridade na política dos gastos públicos, diminuir ministérios ao invés de se criar ministério, ter qualidade nos gastos, que acho que é isso que a Presidente Dilma vai fazer, vai caminhar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, para encerrar, vamos votar o requerimento do Senador Cyro Miranda, subscrito aqui pelo Senador Alvaro Dias.

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, que seja convidado o Exmº Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para participar de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos, que tratará da noticiada interferência política do Governo Federal na empresa Vale".

Aqueles Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós vamos, evidentemente, apensar esse requerimento ao requerimento do Senador Dornelles, porque como já houve um convite ao Ministro Guido Mantega, nós vamos tratar também desse assunto audiência que aqui será realizada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Como nós não temos quórum suficiente, até porque hoje nós temos muitas atividades acontecendo em Brasília – a marcha dos Prefeitos, pleito legítimo, com relação às emendas, os restos a pagar e as emendas empenhadas, como também os produtores rurais no que se refere à discussão do novo Código Florestal, consequentemente, hoje temos um dia bastante agitado, lançamento de frentes parlamentares. Portanto, não tivemos condições de votar esses projetos que estão aqui em caráter terminativo, mas não tenho dúvida nenhuma de que, na terça-feira, restabeleceremos essas ações, sempre às 10 horas, horário regimental da CAE, que sempre teve a presença marcante dos Senadores e Senadoras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente. Só para registrar a presença do Vereador da Câmara Municipal de Belém, Nadir Neves, do PTB do nosso Senador

Armando Monteiro, que se encontra presente aqui no plenário da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, cumprimentamos o Vereador Nadir Neves da Câmara de Belém, Estado pelo qual eu tenho um carinho especialíssimo.

Portanto, encerramos a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Teremos, às 10 horas da manhã da próxima semana, também uma pauta para votar projetos importantes para os Estados e para o País.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e doze minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, João Ribeiro, Valdir Raupp, Roberto Requião, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 8ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que, de acordo com o art. 89, IV, do R.I.S.F. o Senador Cyro Miranda passa a ser Membro Titular da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, em substituição ao Senador Aécio Neves, que passa a ser Membro Suplente dessa Subcomissão. O Presidente dá início à 1ª parte da Reunião, destinada a apreciação dos seguintes Atos. Ato nº 1 de 2011, de autoria do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que "disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública e de criação de Subcomissões no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos", tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece Relatório pela aprovação do Ato nº 1 de 2011 com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Ato nº 1 de 2011-CAE com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CAE. Ato nº 2 de 2011, de autoria do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos", tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece Relatório pela aprovação do Ato nº 2 de 2011 com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Blairo Maggi Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Ato nº 2 de 2011-CAE com a Emenda nº 1-CAE, modificada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e acatada pelo Relator "Ad Hoc", Senador Blairo Maggi, e a Emenda nº 2-CAE. A seguir a Presidência dá início a 2ª Parte da Reunião. Item 1-Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o 'Qüinquênio da Alfabetização'", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 5/4/2011 foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann. A apreciação da Matéria é adiada. Item 2-Projeto de Lei do Senado nº 714 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador Waldemir Moka Relator "Ad Hoc" da Matéria. Lido o relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA-CAE. Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997,

e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA)", tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 112 de 2010, não terminativo, de autoria da Senadora Maria Do Carmo Alves, que "define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra o Senador Cyro Miranda, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho. É solicitada Vista pelos Senadores Cyro Miranda e Lobão Filho. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5-Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2009, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 510 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Foram lidos, e serão apreciados posteriormente, os seguintes requerimentos: o Requerimento n° 11 de 2011, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, para que seja convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sr. Eduardo Pereira Nunes, para apresentar os resultados do Censo Demográfico 2010; e o Requerimento n° 12 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, de realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte;

e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116 de 2010 que "dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, o Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT–MS) – Declaro aberta a 9ª Reunião das Comissão da Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Informo que, de acordo com o art. 89, § 4º, o Senador Cyro Miranda passa a ser membro titular da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, em substituição ao Senador Aécio Neves, que passa a ser membro suplente dessa subcomissão.

Portanto a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal será composta pelos titulares do bloco de apoio ao Governo: PT, PR, PDT, PSB, PCdoB, PRB, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Clésio Andrade, tendo como suplentes a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias; bloco parlamentar PV, PMDB, PP, PMN, PSC, tendo como titulares o Senador Francisco Dornelles e o Senador Valdir Raupp e como suplentes o Senador Ciro Nogueira e o Senador Waldemir Moka; bloco PSDB e DEM, tendo como titular o Senador Cyro Miranda, como acabei de informar, e como suplente – houve uma troca entre o Senador Aécio Neves e o Senador Cyro Miranda – o Senador Aécio Neves.

Quero informar que o Presidente dessa Comissão será o Senador Francisco Dornelles.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pauta, primeira parte:

Apreciação dos atos que tratam de apresentação e votação de requerimentos e de arguição de autoridades, divulgados por meio do Ofício Circular nº 7/2011, da CAE.

Ato nº 1/2011 – disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública e de criação de subcomissões no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Autoria: Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Pela aprovação do Ato nº 1, de 2011, com as emendas de nº 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta.

Com a palavra a Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann. Espero que faça um relatório longo, detalhado, aprofundado.

A SRª GELISI HOFFMANN (Bloco/PT–PR) – Tentarei ser sucinta, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Relatório:

"A proposta de Ato nº 1, de autoria do Presidente da Comissão da Assuntos Econômicos – CAE -, Senador Delcídio do Amaral, destina-se a disciplinar o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública e de criação de subcomissões no âmbito deste Colegiado.

A proposta contém quatro artigos normativos propriamente, sendo que o primeiro explicita o objetivo do ato e o segundo restringe aos membros da Comissão a competência para apresentar requerimento de audiência pública e de criação de subcomissões.

Nos arts. 3º e 4º constam regras importantes sobre o rito dessas matérias na Comissão:

a) a leitura será somente realizada com a presença do autor;

b) a apreciação do requerimento não ocorrerá na reunião de leitura do requerimento, mas sim na seguinte ou em outra posterior.

O art. 5º contém a cláusula de vigência prevista parta a data da publicação do ato.

É o relatório.

Análise.

Esta proposta de ato tem grande mérito ao pretender que a votação de requerimento de audiência

pública e de criação de subcomissões ocorra na reunião seguinte a leitura ou em outra subseqüente.

Desse modo, matérias dessa natureza, que interferem diretamente na organização e no funcionamento da Comissão, merecerão um tempo prévio de reflexão por parte dos integrantes deste Colegiado.

O número de subcomissões permanentes ou temporárias é de apenas quatro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal. Razão pela qual a definição sobre elas requer prudência. Da mesma forma, o importantíssimo instrumento da audiência pública, ao preencher parte do calendário da Comissão, deve ser utilizado com parcimônia e escolha de temas prioritários.

Outro mérito contido na proposta do Ato é o de especificar que os autores dos requerimentos precisam integrar a Comissão. Embora essa regra decorra diretamente do Regimento, não é incomum que outros Senadores queiram propor procedimentos diretamente ao Colegiado sem dele participarem.

Há duas alterações propostas quanto ao mérito. A primeira delas pretende ampliar o rol de requerimentos disciplinados pelo Ato, sob pena de excluirmos de sua abrangência um tipo muito comum de requerimento usualmente apresentado a esta Comissão: convocação ou convite de Ministros e autoridades. Para tanto, faz-se necessário apresentar duas emendas alterando a ementa e o *caput* do art. 1º desse Ato.

A segunda alteração de mérito proposta é a determinação de que além da divulgação do requerimento lido, a Secretaria da Comissão providenciará a sua inclusão na pauta da próxima reunião deliberativa ordinária.

Por fim, além da acolhida de mérito, há que se considerar que a proposta de ato não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, injuridicidade ou antirregimentalidade e está elaborada de acordo com a boa técnica legislativa, carecendo apenas de duas emendas redacionais cujo objetivo é o aperfeiçoamento e o comando legal dos respectivos dispositivos.

Voto.

Com base na argumentação até aqui expendida, opinamos pela aprovação do Ato de nº 1, de 20011, da Comissão de Assuntos Econômicos, com as emendas e as devidas homenagens ao Presidente Delcídio do Amaral pela iniciativa."

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Eu gostaria, até para agilizar esses dois primeiros itens da pauta, que V. Exª lesse também o relatório do Ato nº 2.

Até para tranqüilizar os Senadores e Senadoras, esses Atos, Senador Blairo, estão sendo seguidos também pela Comissão de Infraestrutura e pela Comissão de Relações Exteriores, não só para disciplinar a questão das sabatinas, porque o objetivo é valorizar o papel do Senado nas sabatinas, não apresentar as documentações, os atestados de cada sabatinado em cima da hora, dando um tempo para os Senadores analisarem cada nome que vem aqui para ser sabatinado, ao mesmo tempo também criando um fato, que é a apresentação dos documentos, do currículo, depois a sabatina propriamente dita e a votação dentro dos prazos regimentais, obedecendo a isso. No final das contas, dando a importância que essas sabatinas efetivamente representam para o Senado Federal, para o papel das Senadoras e dos Senadores, escolhendo diretores de agências reguladoras, mas também respeito aos sabatinados.

Eu mesmo convivi aqui com sabatinas em que o sabatinado não tinha ainda nem falado e a votação já estava aberta. Portanto, uma coisa absolutamente irracional. Então a idéia é efetivamente disciplinar as sabatinas para valorizar os sabatinados e o papel do Senado na escolha dos dirigentes de agências reguladoras.

E, como a Senadora Gleisi vai falar, os outros objetivos também são no sentido de ajustar a questão dos requerimentos. Para não prejudicar o andamento do trabalho das Comissões, às vezes é apresentado o requerimento, ele é lido e na reunião seguinte ele é apresentado, para não ficar aquela confusão de apresentar requerimento a mão, sem uma avaliação mais aprofundada dos próprios Senadores e Senadoras, até para que tomem uma decisão qualificada. Então esse é o objetivo também.

E uma discussão sobre subcomissões, que é outra coisa que está pululando no Senado Federal. Nós não damos conta nem das comissões e agora estão criando subcomissões. Eu não sei qual vai ser a agenda dos Senadores, das Senadoras, se esse processo continuar se espalhando no dia a dia aqui do Senado Federal.

Então esse é o objetivo dos atos que, com muito brilhantismo, a Senadora Gleisi Hoffmannn apresentou o seu voto a respeito.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Só para colaborar com a sua colocação e com o relatório. Do outro lado, eu tenho sentido que a gente tem convidado muita gente para vir aqui e tem sido repetitivo. Eu já encontrei pessoas que estiveram numa comissão, numa segunda, numa terceira e acho que isso deprecia um pouco o papel do Senado, porque ficam muito

repetitivos os mesmos assuntos. Não sei como o Presidente poderia encaminhar este assunto aos demais presidentes das outras comissões, não sei se vocês têm alguma reunião para discutir essa pauta, mas os assuntos, às vezes, podem ser agrupados, e nessa questão das subcomissões também ter uma espécie de coordenador disso.

Eu, por exemplo, sou presidente de uma subcomissão de fiscalização permanente da Copi das Olimpíadas na Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Acompanhamento, e agora está-se criando uma outra subcomissão temporária para os mesmos assuntos. Quer dizer, vamos acabar repetindo e trazendo as mesmas pessoas aqui numa comissão e em outra comissão. Então, a gente precisa dar um freio de arrumação nesse assunto. O senhor tem toda razão de proceder ao que está fazendo aqui, porque, senão, a gente não vai dar conta do trabalho. Outra coisa que me preocupa muito, Presidente, é a seguinte: como as comissões são todas muito umas em cima das outras, a gente entra numa comissão, está sabatinando alguém ou tem uma audiência pública, você encaminha o seu parecer ou faz o seu comentário, aí não dá tempo nem de esperar o convidado falar e você acaba saindo sem saber o que ele pensa também.

Então, acho que o Senado tem que se preocupar um pouco com essa questão do que está acontecendo nas comissões para que efetivamente a gente possa levar a bom termo e ter um conhecimento final ampliado daquilo que está pretendendo fazer aqui na Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo. Muito pertinentes os comentários de V. Exª. Vou levar à Mesa Diretora.

Há algumas semanas foi apresentado um requerimento convidando a Ministra Miriam Belchior, do Orçamento, e agora a Comissão de Orçamento também solicitou a presença da Ministra Miriam Belchior para falar do mesmo tema que constava do requerimento que ia ser analisado aqui pela CAE. E estou vendo aqui: é um requerimento da Senadora Marinor Brito, convocando a prestar informações no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sobre o corte de R$50 bilhões no Orçamento Geral da União, explicitando suas causas e conseqüências. O mesmo motivo está levando a Ministra Miriam Belchior à Comissão de Orçamento. Então, o que vamos fazer é que os Senadores e Senadoras da CAE participem desta reunião da Comissão de Orçamento. Aí vamos ser mais eficientes e não vamos fazer com que a Ministra Miriam Belchior venha duas, três, quatro vezes aqui. Como regimentalmente eu não posso ter uma audiência conjunta, segundo a Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, vou sugerir simplesmente que este requerimento não seja apreciado, convidando os Senadores e Senadoras que tenham interesse em participar da reunião da Comissão de Orçamento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para endossar o que V. Exª falou em levar à Mesa Diretora esta preocupação. Hoje, bem cedo, estávamos participando da Subcomissão de Emprego e Previdência, na Comissão de Assuntos Sociais. São três subcomissões e estão criando mais duas ou três temporárias. E isso é uma loucura. Aí diz respeito a outras comissões também, porque estão convocando, convidando pessoas, ministros. Aí ficam aqui, ficam acolá. Na própria comissão do agronegócio, da agricultura, também acontece isso. E assim vai acontecer em outras. Então, já que vai à Mesa Diretora, acho interessante pensarmos o conjunto das comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Caro Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Presidente, eu queria também salientar que, com esse acúmulo de subcomissões, as comissões estão ficando atarefadas e produzindo os documentos com menos de 48 horas, às vezes com menos de 24 horas para tomarmos ciência. Eu queria dar uma sugestão. Não sei se é possível o senhor capitanear uma reunião entre os presidentes de comissões para disciplinar essas subcomissões, os aspectos, a veracidade e a necessidade. Se não houver um entrosamento, V. Exª vai tomar uma medida aqui, nós vamos segurar, as subcomissões só vão abrir aquelas que realmente terão necessidade, mas, nas outras, talvez as coisas não tenham esse mesmo planejamento. Não sei se isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma, Senador Cyro Miranda, apóio as ponderações de V. Exª e a Mesa vai tomar providências nesse sentido.

Só queria, então, registrar, se todos estiverem de acordo com relação ao requerimento da Senadora Marinor, no que se refere à Ministra Miriam Belchior, se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Portanto, aprovado.

Estamos convidando os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos a participar dessa audiência pública na Comissão de Orçamento, porque não podemos regimentalmente fazer uma sessão conjunta.

Agora, passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para leitura do Ato nº 2. E abro a discussão dos dois atos. Depois levaremos à votação.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação à V. Exª no sentido de o Senador Blairo Maggi ler o relatório, porque o Presidente José Sarney está nos chamando. Estamos hoje com todas as Ministras do Governo da Presidente Dilma e com todas as Senadoras reunidas para discutir a Lei Maria da Penha. E o ato está acontecendo exatamente agora.

Então, se V. Exª permitir que o Senador Blairo Maggi leia o relatório, assim que cumprimentar as Ministras eu volto aqui para também participar do processo de debate e discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De acordo, Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra, então, como relator *ad hoc* ao Senador Blairo Maggi.

Quero só registrar aos Srs. Senadores e Senadoras que já temos trinta subcomissões formadas no Senado Federal. Perdão, já aumentou. Aqui aumenta, a gente vai falando e vai crescendo. Trinta e três subcomissões, ou seja, além das comissões permanentes, já criamos trinta e três subcomissões. Portanto, não há risco nenhum de darem certo iniciativas nesse sentido.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, como relator *ad hoc* do Ato nº 2.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito bem, Sr. Presidente.

O relatório feito pela Senadora Gleisi Hoffmann diz o seguinte:

"A proposta do Ato nº 2, de autoria do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, Senador Delcídio do Amaral, destina-se a disciplinar o processo de aprovação de autoridades no âmbito deste Colegiado.

A proposta contém quatro artigos referentes ao seu objeto, sendo que o primeiro desdobramento em diversos dispositivos especifica os documentos e informações a serem apresentados pelos indicados aos cargos. Nos arts. 2º e 3º, constam regras importantes sobre o rito dessas matérias na Comissão:

a) a inclusão em pauta de uma indicação deverá obedecer ao interstício mínimo de três dias entre a leitura da mensagem no Plenário do Senado e a reunião da CAE;

b) somente em caráter excepcional a votação de um indicado poderá ser indiciada antes do final da arguição do indicado;

c) sempre que houver quorum para deliberação, as escolhas de autoridades terão preferência sobre as demais matérias, ressalvadas as situações extraordinárias.

O art. 4º, por sua vez, estende a aplicação deste ato aos indicados, por iniciativa do Senado Federal, para Ministro do Tribunal de Contas da União.

O art. 5º contém a cláusula de vigência prevista para a data da publicação do ato.

Análise.

Esta proposta de ato tem por objetivo detalhar o rito estabelecido no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, referente à escolha de autoridades.

A matéria é de grande relevância para esta Comissão, pois ocupa espaço importante dos seus trabalhos.

De acordo com os arts. 49 e 52 da Constituição Federal, o Senado Federal aprecia com instrução desta Casa as indicações para Ministros do Tribunal de Contas da União e para Presidente e Diretores do Banco Central.

Além disso, com base na alínea *f* do referido inciso III do art. 52 da Constituição e de normas infraconstitucionais, compete à CAE apreciar as indicações para Presidente e Diretores da Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, e para Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, e outras autoridades que a lei assim determinar.

A necessidade desse regulamentador justifica que o art. 383 do Regimento Interno da Casa, que disciplina as escolhas de autoridades, se faz de maneira sintética. Desse modo, não apenas a Comissão de Assuntos Econômicos, mas também outras comissões permanentes percebem a necessidade de disciplinar aspectos particulares a cada uma delas, lançando mão do procedimento da regulamentação.

De grande valia é o art. 1º do Ato, pois padroniza a apresentação pelo candidato de uma série de informações e documentos necessários para os membros da Comissão, para que afiram a qualidade do indicado para o exercício do cargo. Salutar também é o caráter preferencial dado à matéria, especificamente por se tratar de indicações para cargos de grande interesse nacional, além de envolver a participação dos indicados que merecem a devida cortesia desta Comissão.

Com relação ao processo de arguição, sugerimos que seja incluída dentre as informações constantes do *curriculum vitae* apresentado à Comissão pelo indicado a sua formação acadêmica.

Por fim, além da escolha de mérito, há que se considerar que a proposta do ato não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, injuridicidade ou

antirregimentalidade, e está elaborada de acordo com a boa técnica legislativa, carecendo apenas de uma emenda de redação da alínea *d* do inciso II do art. 2º, para clarificar o comando do dispositivo.

Com base na argumentação aqui expedida, opinamos pela aprovação do Ato nº 2, de 2011, da CAE, com a seguinte emenda de redação e com as devidas homenagens ao Presidente Delcídio do Amaral pela iniciativa."

Esse é o voto da Senadora Gleisi Hoffmann, que me passou a incumbência de lê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – A matéria está em discussão, tanto o Ato nº 1 quanto o Ato nº 2.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, concordo com as propostas. Apenas faria uma sugestão com relação ao requisito de formação acadêmica do indicado, porque pode haver um caso em que a pessoa não tenha formação acadêmica. Eu substituiria por histórico escolar, que indica exatamente todo o seu percurso no sistema educacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Entendemos, Senador Aloysio Nunes, que, no caso, seria uma emenda ao texto e, portanto, eu colocaria em votação. Entendo como pertinente o comentário de V. Exª: em vez de colocar formação acadêmica, histórico escolar.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será que não serão quase sinônimos formação acadêmica e histórico escolar? Então, deixo para pensar isso, porque me parece ser de natureza semelhante.

Eu queria, Sr. Presidente, recomendar a aprovação de ambos os atos. Estamos votando os dois, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os dois.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Queria aproveitar para transmitir a V. Exª, com respeito ao requerimento já aprovado, que possamos ter aqui a presença de inúmeras autoridades e acadêmicos, para debater em audiência, duas ou três, o principal objetivo do Governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta e tudo.

Quero informar a V. Exª que encaminharei uma sugestão, de qual a primeira, a segunda e a terceira, eventual, para dialogar com V. Exª e, em harmonia com V. Exª, ver que proposta podemos fazer para este semestre, na sequência desses requerimentos.

Aproveito para informar que ainda ontem conversei com o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, e no diálogo com ele avaliei que será muito importante que possa o Presidente do IBGE aqui expor, possivelmente em maio, os resultados do *Censo Demográfico de 2010*, que, na sua apresentação, vem gerando uma série de expectativas, inclusive relativas à população registrada pelo Censo dos diversos municípios. Ele poderá dar esclarecimentos aqui, mas também se trata do mais completo diagnóstico socioeconômico do Brasil, feito em 2010. Proponho que ele seja convidado para fazer a apresentação. É o requerimento que eu encaminhei à Mesa também.

Sou favorável, então, à proposta do Senador Aloysio Nunes, mas talvez sejam sinônimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mais uma vez então, se todos estiverem de acordo com o Senador Aloysio Nunes permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado na forma de emenda.

Acho que isso dá maior liberdade, inclusive, aos sabatinados. Entendo que o texto ficou mais amplo, portanto melhor.

Vou colocar em votação o Item nº 1, relatado pela Senadora Gleisi Hoffmann, e o Item nº 2, relatado pelo Senador *ad hoc*, Blairo Maggi.

Em votação.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovados os Itens 1 e 2, portanto Ato nº 1 e Ato nº 2 da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu possa fazer uma indagação ao Senador Aloysio Nunes sobre se o seu entendimento sobre histórico escolar refere-se às pessoas terem de apresentar todas as suas notas obtidas desde o pré-escolar até o PHD ou mais a informação sobre a formação dos cursos que realizou ou o que seria? Alguns estão aqui indagando: será que ele quer a nota de todos os anos, desde o primário, admissão, ginásio? Quer dizer, primeiro e segundo ciclo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Se fosse uma apresentação de nota, Senador Suplicy, eu provavelmente não estaria aqui. O problema é o seguinte: a formação acadêmica é restritiva, porque pressupõe que o indicado tenha cursado a universidade. Pode haver a indicação de alguém que tenha uma amplíssima experiência de vida, profissional, mas que por algum acaso, alguma circunstância

de sua vida, não tenha passado pela universidade, como V. Exª passou e eu passei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E possa até ser Presidente da República, como sabemos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Exatamente, exato, bem lembrado. Então, é apenas a indicação dos cursos que a pessoa obteve, dos diplomas que a pessoa obteve, nada além disso. É uma questão de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy, Senador Aloysio Nunes.

Eu só quero fazer um registro, porque a Secretaria me alertou sobre a nossa pauta. Primeiro registrar que foi solicitada a retirada de pauta do Item nº 6, foi pedido adiamento para votação da matéria pelo autor do Projeto, Senador Inácio Arruda. Portanto, vamos acatar a solicitação do Senador Inácio Arruda.

Quanto ao Item nº 7, foi adiada a apreciação da matéria, por solicitação também do autor do Projeto, Senador João Vicente Claudino.

Portanto, Itens 6 e 7 adiados.

Item nº 11. Ontem pelo Senador Flexa Ribeiro me ligou. Ele é o Relator do Item nº 11, projeto de autoria da Senadora Serys, e solicitou que fosse retirado da pauta, porque ele quer rever o seu relatório, quer fazer os ajustes necessários ao seu relatório.

E o Item nº 10, também solicitada pelo Senador Gim Argelo a retirada de pauta da matéria. Portanto, resumindo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu sou Relator do Item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos... Eu quero ouvir inclusive V. Exª sobre o Item nº 1. Eu só estou falando os demais, porque os Senadores não estão presentes, mas concederei a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador Cristovam Buarque, autor do projeto do Item nº 1, encontra-se na Alemanha e solicitou que ele possa estar presente. Se puder adiar para a próxima semana o Item 1º, a pedido do autor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, por solicitação do Senador Suplicy, já em contato com o Senador Cristovam, adiamos para a próxima semana o Item nº 1, que é um projeto de autoria do Senador Cristovam. O relatório foi lido pelo Senador Armando Monteiro, na oitava reunião, realizada em 5 de abril, terça-feira passada, e foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann. Portanto, como esse processo já está tramitando, ele fica adiado à próxima semana.

Mais uma vez, enfatizando que o Item nº 6 foi adiado também para a próxima semana, por solicitação do autor do projeto, Senador Inácio Arruda; o Item nº 7 adiado também para a próxima semana, por solicitação do autor do projeto, Senador João Vicente Claudino; o Item nº 10, solicitada a retirada de pauta pelo Senador Gim Argelo; o Item nº 11, o Senador Flexa Ribeiro solicitou a retirada de pauta. Portanto, aqueles que foram retirados vão ser reprogramados e aqueles que foram pedidos os seus respectivos adiamentos, vamos pautar na próxima semana.

Começamos agora pelo Item nº 2.

Item nº 2. Projeto de Lei do Senado de nº 714, de 2007, não terminativo, dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.

Autoria do Senador Gerson Camata.

Relatoria do Senador Inácio Arruda.

O relatório é favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CNA. A matéria já foi apreciada, como foi dito aqui, pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda de nº 1 da CMA.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Como o Senador Inácio Arruda parece estar em trânsito, vou nomear como relator *ad hoc* o Senador, pelo PMDB do Mato Grosso do Sul, Waldemir Moka.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka.

Item 2 da pauta, Projeto de Lei nº 714.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o recolhimento e destino final de pilhas e baterias usadas.

O projeto foi, inicialmente, distribuído à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Em termos de decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Sociais, por força da aprovação do Requerimento nº 977, de 2008, do Senador Jayme Campos, a proposição foi também distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, mantendo-se sob responsabilidade da Comissão de Assuntos Sociais, apreciação final em decisão terminativa.

Nesta oportunidade, cabe à CAE pronunciar-se sobre a matéria.

O PLS ora sob análise determina que os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias deverão receber dos consumidores as unidades usadas, que deverão ser posteriormente recolhidas pelos fabricantes ou importadores. Para tanto, esses estabelecimentos ficarão obrigados a instalar coletores em local visível e de fácil acesso aos consumidores. Estabelece ainda

que o rótulo das pilhas e baterias deverá informar o consumidor sobre a correta devolução das unidades usadas.

Segundo o art. 5º da proposição, a inobservância das determinações supracitadas constituirá infração punível com as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor. Estabelece ainda a proibição do descarte de pilhas e baterias usadas no meio ambiente e estipula que o descumprimento dessa determinação sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação ambiental em vigor.

Na justificação que acompanha o projeto, o autor esclarece que, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, são produzidos anualmente no Brasil cerca de 800 milhões de pilhas e 17 milhões de baterias que contêm em sua composição substâncias químicas perigosas. Por isso o descarte inadequado de pilhas e baterias usadas pode causar sérios danos à saúde humana e ao meio ambiente.

O autor argumenta ainda que, embora a Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, admita o descarte desses materiais em aterros sanitários licenciados, juntamente com resíduos domiciliares, tais materiais representam de fato resíduos perigosos que justificam tratamento especial.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto. Na Comissão do Meio Ambiente, o PLS ora analisado foi aprovado com uma emenda que dá a seguinte redação ao §2º do art. 2 da proposição:

"As unidades devolvidas deverão ser acondicionadas e armazenadas conforme as normas vigentes até serem repassadas aos fabricantes ou importadores, os quais serão responsáveis pela destinação final, ambientalmente adequada, do material recolhido."

A análise.

É fato amplamente reconhecido. O descarte inadequado de pilhas e baterias usadas provoca danos ao meio ambiente e à saúde humana em decorrência da presença significativa de metais pesados nesses materiais. Trata-se, portanto, de típica situação em que a gestão inadequada de resíduos faz com que as ações de agentes privados imponham um custo para toda a sociedade. Na ausência de normas que lancem esse custo sobre os referidos agentes perpetua-se um estímulo à manutenção de padrões de produção e consumo danosos ao meio ambiente. Constitui-se, desse modo, uma externalidade negativa que gera custo para os demais agentes econômicos e para a sociedade, denotando uma falha de mercado. Em todo o mundo tem-se buscado corrigir essa falha, obrigando-se fabricantes, importadores e estabelecimentos comerciais a assumirem isoladamente ou por meio de entidades de classe a responsabilidade pelo recolhimento das pilhas e baterias usadas.

A adoção crescente dessa prática de gestão de resíduos demonstra que os impactos sobre os custos de produção e sobre os preços são pouco significativos, não havendo evidência de redução no consumo desses produtos. Torna-se claro, portanto, o mérito da proposição em exame.

Voto.

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, nos termos aprovados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Waldemir Moka.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do projeto de autoria do Senador Gerson Camata, um Senador que sempre honrou esta Casa e o seu Estado do Espírito Santo.

Portanto, ao aprovar o relatório, ele passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda de nº 1 da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, onde terá decisão terminativa.

Passamos agora para o Item 3.

Projeto de Lei do Senado de nº 150, de 2008, também não terminativo. Altera a Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa, CDA.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatoria: Senador Gilvam Borges.

O Senador Gilvam Borges está licenciado. O relatório é favorável ao projeto.

Convém lembrar que a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

E agora me foi informado pelo Dr. Eustáquio que o Autor, o Senador Demóstenes Torres, solicita retirada de pauta do Item 3. Portanto, acatando as orientações do Dr. Eustáquio, baseados na solicitação e nas ponderações do Senador Demóstenes Torres, retiramos de pauta o Item 3.

Vamos agora para o Item 4.

Projeto de Lei do Senado nº 112, não terminativo, define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

O relatório é favorável ao projeto, com as emendas de nºs 1 e 2 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – O Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, visa a definir percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos e administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O art. 2º estabelece que pelo menos 40% dos membros do conselho de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista da União serão mulheres. O parágrafo único do referido artigo faculta às empresas o preenchimento gradual desses cargos com o seguinte escalonamento: 10% em 2016, 20% em 2018, 30% até 2020 e 40% até 2022.

O art. 3º determina a observância do disposto à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que é a Lei das Sociedades Anônimas, no que couber, em relação aos direitos e deveres dos membros da administração das empresas objeto da lei, bem como no tocante aos requisitos e impedimentos para a participação nesses conselhos. O art. 4º prevê a necessidade da edição de regulamento com relação ao disposto na lei e o art. 5º estabelece a vigência da lei.

A autora da proposição argumenta que o projeto tem por objetivo tornar efetiva a presença das mulheres na composição dos conselhos de administração das empresas de capital majoritário da União.

Segundo dados apresentados na justificativa da proposta, a participação das mulheres nos conselhos de administração das vinte maiores empresas públicas brasileiras não passa de 55, enquanto o nível de ocupação das mulheres no mercado de trabalho é superior a 47%, sendo elas 50% da população.

O projeto representaria um passo decisivo do Congresso Nacional na criação de ações positivas em favor da igualdade de gênero e alinharia o País com a legislação mais avançada do mundo em relação à igualdade de direito das mulheres, como, por exemplo, Noruega, Espanha e Holanda, cuja legislação exige participação de 40% de mulheres integrantes dos conselhos das empresas.

Na análise, Sr. Presidente, em conformidade com o art. 91, inciso I, e art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado, cabe à presente Comissão opinar sobre os aspectos econômicos, financeiros e tributários da matéria.

O posicionamento sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição caberá à CCJC, cuja decisão terá poder terminativo.

Cabe destacar que a medida não afeta a situação econômica e financeira das empresas públicas e sociedade de economia mista, uma vez que o projeto traz a ressalva de que as empresas objeto da proposta deverão observar a Lei nº 6.404, de 1976, em relação aos direitos e deveres dos membros dos conselhos de administração e aos requisitos e impedimentos para a participação nesses conselhos.

Com o objetivo de aperfeiçoar o projeto, teríamos apenas dois reparos a fazer: no art. 2º, para que não haja dúvidas sobre a quantidade de mulheres a ser exigida nos conselhos, é preciso acrescentar dispositivo determinando que, no cálculo, será desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Adicionalmente, sugerimos suprimir o art. 4º do projeto, uma vez que a Constituição já estabelece, em seu art. 84, inciso IV, a competência privativa do Presidente da República para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.

A Emenda nº 1 ficaria com a seguinte redação:

Art. 1º Acrescente-se ao § 2º do art. 2º do PLS nº 112, de 2010, transformando o atual Parágrafo Único em § 1º e, no § 2º, a redação "no cálculo previsto neste artigo, será desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

A Emenda nº 2:

Art. 1º Suprima-se o art. 4º do PLS nº 112, de 2010, renumerando o artigo seguinte.

O voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 112, de 2010, com as emendas aqui relatadas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero falar, Sr. Presidente, por favor.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Já que a matéria é sobre mulheres, então...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que, por isso mesmo, devo dar a preferência a um Senador, até para que...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Então, com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu gostaria de pedir vistas desse projeto para uma melhor apreciação e estudo, porque, a meu ver, tem algumas coisas que precisam de alguns ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não falei que você deveria falar antes?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Olhem aí. Eu aprendo, eu vou aprendendo. Da próxima vez, não vou dar meu tempo, não, Presidente. Mas, se V.Exª me permite, faço um apelo ao nobre...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero fazer um apelo ao nobre Senador, porque esta não é a única Comissão, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Depois daqui vai à...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – CCJ.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – À Comissão de Constituição e Justiça.

Eu acho que a gente vem vivendo momentos importantes. Acabamos de sair da sala da Presidência da Casa, do Presidente José Sarney, onde estivemos, juntamente com várias Deputadas, Senadoras, Ministras do Supremo Tribunal Federal – lá estava a Ministra Cármen Lúcia –, Ministras de Estado do Brasil – lá estava a Ministra Maria do Rosário, Luiza Bairros, Irini Lopes –, debatendo exatamente isto, Senadores: a necessidade de a mulher avançar com a sua presença em todos os campos, não só na política, mas no mercado de trabalho, no campo profissional, enfim, em tudo, porque não podemos aceitar viver num País que é a sétima economia do mundo, mas o centésimo quinto em participação das mulheres.

Eu queria perguntar ao Senador se ele poderia rever o pedido de vista, porque esta é a primeira Comissão de mérito por que a matéria passa, vai a outra Comissão ainda, e a Senadora Maria do Carmo Alves propõe uma longa trajetória até chegar a uma participação mais significativa das mulheres.

Eu acho que, neste primeiro momento, a legislação, caso seja aprovada essa lei, já estaria cumprida, ou seja, 10% até o ano de 2016. E esse é um número mínimo.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Senadora Vanessa, eu não faço parte da CCJ e gostaria não de rejeitar esse projeto, mas talvez de fazer algumas considerações e emendas, porque eu milito só com esse tipo de sugestão. Como não estou na CCJ, talvez eu perca essa oportunidade de fazer uma emenda. Se me permitir... Eu lhe prometo que antes ainda do prazo regimental me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Uma vez feito o pedido de vistas, nós...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então vista coletiva do Projeto de Lei do Senado de nº 112, de 2010.

Queria só registrar, a pedido da Secretaria da Mesa, o seguinte: com relação ao Ato nº 1, até para ficar claro na Ata de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto foi aprovado, quer dizer, aprovado o Ato nº 1, de 2011, da CAE, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 da CAE.

Será comunicada à Presidência da Casa a aprovação do Ato nº 1 da CAE com as Emendas nºs 1 a 5, conforme acabei de falar.

No que se refere ao Ato nº 2, esse que citei anteriormente foi o nº 1, o resultado, para deixar bem claro: a Comissão aprova o Ato nº 2, de 2011, da CAE, com as Emendas nºs 1, da CAE, modificada pelo Senador Aloysio Nunes e acatada pelo Relator *ad hoc*, Senador Blairo Maggi, e Emenda nº 2, da CAE.

Será comunicada à Presidência da Casa a aprovação do Ato nº 2 da CAE com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria também informar a V. Exªs, primeiro, Senador Suplicy, em relação ao requerimento de V. Exª, referente ao IBGE, que nós votaremos na próxima reunião, já seguindo os atos que aprovamos.

Nós aprovamos também requerimentos, entre eles o citado pelo Senador Eduardo Suplicy, do programa de renda mínima, inclusive trazendo muitas autoridades e estudiosos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na verdade, tem uma amplitude maior, que é o objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Combate à pobreza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que é o combate à pobreza por quais instrumentos, então?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então nós vamos programar. São no mínimo duas audiências públicas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De duas a três.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Talvez, possivelmente, até três audiências públicas. E nós vamos programar, montar essa agenda de comum acordo com o Senador Suplcy, nas próximas semanas.

Quero também informar a V. Exªs que conversei com o Ministro Guido Mantega. Foi aprovado um requerimento, aliás, dois requerimentos: um requerimento do Senador Dornelles e outro requerimento do Senador Cyro Miranda convidando o Ministro Guido Mantega para uma audiência pública aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E ele confirmou a presença no dia 3 de maio, ou seja, a primeira semana de maio.

Inclusive, insisti com o Ministro Guido Mantega sobre se ele não poderia já fazer em abril, mas ele está em viagem ao exterior essa semana e a próxima semana fica bastante prejudicada em função da semana santa. E, portanto, de comum acordo, nós ajustamos a data de 3 de maio para a audiência pública com o Ministro Guido Mantega, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na outra terça-feira, dia 10 de maio, juntamente com a reunião ordinária, teremos a presença do Ministro Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que vai também participar de uma audiência pública em função de requerimento aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, no dia 3 de maio teremos o Ministro Guido Mantega e no dia 10 de maio teremos o Ministro Fernando Pimentel. Isso se a assessoria da Fazenda não mudou essa data, se manteve essa data.

Então, essas são as agendas das duas primeiras semanas de maio.

Gostaria de aproveitar também a chegada do Senador "pop" Lindbergh Farias. Eu gostaria de aqui, já seguindo o ato...

Vou ler os dois requerimentos. O primeiro, do Senador Suplicy.

"Requeiro, nos termos do art.93, inciso 2, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Eduardo Pereira Nunes, para apresentar os resultados do Senso Demográfico 2010, realizado ao longo do ano passado por aquela instituição, a fim de tomarmos conhecimento da mais importante pesquisa acerca das condições de vida e da distribuição territorial da população brasileira".

Esse requerimento será votado na próxima semana, seguindo os atos que nós aprovamos hoje.

E vou aproveitar para ler também um requerimento de minha autoria.

"Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos, Educação, Cultura e Esporte, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – enfim, quase todas as Comissões do Senado – para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis de nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências, tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, o Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil, o Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV, e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA."

A justificativa é que o PLC nº 116, de 2010, que disciplina o mercado de televisão por assinatura e cria regras para o conteúdo nacional, chegou ao Senado após tramitação por três anos na Câmara dos Deputados.

Diante do início de uma nova legislatura, bem como do grande impacto da proposta no âmbito das comunicações brasileiras, o debate entre os diversos atores envolvidos é essencial para a compreensão do projeto em tramitação pelas Srªs e Srs. Senadores.

Este requerimento será votado na próxima semana, já atendendo os atos que nós aprovamos.

Os Itens nºs 5, 8 e 9 são de caráter terminativo e nós não temos quórum para votá-los. Portanto, vou colocar esses projetos na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Declaro encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, já marcando reunião ordinária para a próxima terça-feira, às 10 horas.

Muito obrigado às Srªs e aos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 11h13min)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10h, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 7.

Às dez horas e três minutos do dia cinco de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **ACIR GURGACZ,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MARISA SERRANO, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO e WALDEMIR MOKA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores**: ANGELA PORTELA, BENEDITO DE LIRA, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, CYRO MIRANDA, EDUARDO AMORIM, GARIBALDI ALVES, GLEISI HOFFMANN, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO DURVAL, JOÃO VICENTE CLAUDINO, KÁTIA ABREU, LOBÃO FILHO, MARINOR BRITO, PAULO DAVIM, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, WALTER PINHEIRO e WILSON SANTIAGO.** O Senhor Presidente Rodrigo Rollemberg declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, e do Requerimento nº 9, de 2011-CRA, aprovado em 24/03/2011, de autoria do Senador Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, com o objetivo de realizar um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional. Comparecem os seguintes convidados: Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura (MAPA); Pedro Antonio Arraes Pereira, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Elíbio Leopoldo Rech, da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Antonio Donato Nobre, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **ANA AMÉLIA**, **ACIR GURGAZ, RODRIGO ROLLEMB ERG, JOÃO PEDRO, BLAIRO MAGGI, IVO CASSOL, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, PAULO DAVIM, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA RITA, ANIBAL DINIZ, EDUARDO BRAGA** e **FLEXA RIBEIRO,** apresentando seus questionamentos. Os convidados respondem as perguntas e fazem suas considerações finais. O Senhor Presidente submete à votação a leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos , tendo lavrado eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente CMA; – Senador **ACIR GURGACZ,** Presidente CRA.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 5-4-2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 6ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das Atas anteriores, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em cumprimento ao requerimento nº 02, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, aprovado em 1º de março de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e de outros Srs. Senadores, e do Requerimento nº 09, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aprovado em 24 de março

de 2011, de autoria das Srªs Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, com o objetivo de realizar um círculo de debates, destinados a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei nº 4.471, de 1965, atualmente em curso no Congresso Nacional.

A presente audiência conta com a participação dos seguintes convidados: Ministro Alyson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, que está em deslocamento, daqui a pouco estará chegando; Doutor Pedro Antonio Arraes Pereira, Presidente da Embrapa, a quem convido para compor a mesa; Doutor Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências, a quem também convido para compor a mesa, e Doutor Antonio Donato Nobre, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a quem também convido para compor a mesa.

Eu quero agradecer a presença de todos, especialmente das Srªs e dos Srs. Senadores e, de forma muito especial, ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que ontem nos acolheu, junto com os demais Senadores de Rondônia, em Rondônia, para uma diligência, aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, nas obras de Jirau e de Santo Antônio.

Quero dizer da minha satisfação em poder estar presidindo uma reunião com a participação de eminentes cientistas, que vão trazer a sua contribuição para o aperfeiçoamento do nosso Código Florestal.

Hoje é um dia de muito movimento no Congresso Nacional, temos uma ampla mobilização de agricultores de todo o Brasil. Eu já tive oportunidade de passar pela Esplanada e ver um número muito grande de produtores rurais. Ontem, Senador Moka, o nosso avião veio com muitos produtores rurais, com muitos Deputados Estaduais daquele Estado interessados nesse debate.

Quero aqui reafirmar a minha plena convicção de que o Congresso Nacional, de forma especial o Senado Federal, quando a proposta de Código Florestal chegar aqui, terá capacidade de produzir uma legislação moderna, eficiente, que cria as condições para regularizar a situação dos nossos produtores rurais, que valorize a atividade agrícola, a produção de alimentos, a produção de agroenergia, mas que o faça de forma sustentável.

Temos conhecimento técnico e científico para isso. E hoje essas instituições que estão aqui, as pessoas que estão aqui têm toda a capacidade de contribuir com esse debate, para que possamos dar a melhor contribuição possível.

Quero passar a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para as suas considerações iniciais. Em seguida, vamos ouvir imediatamente os nossos convidados.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente Rodrigo Rollemberg, a quem cumprimento. Os meus cumprimentos também às Srª e Srs. Senadores e aos nossos convidados para essa audiência pública. Também dou boas-vindas aos nossos amigos que estão em Brasília, a todos os produtores rurais que vieram em busca de uma solução para esse problema que se aproxima. No dia 11 de junho encerra-se o prazo da averbação das APPs. Se não avançarmos com a aprovação da reforma do Código Florestal, que dará uma nova visão, novos meios para a regularização dos nossos produtores, eles terão muitos problemas.

Fica aqui o nosso pedido, mais uma vez, para que a Câmara dos Deputados possa aprovar essa reforma, que ela chegue aqui o mais rápido possível para que possamos continuar os nossos debates e também apreciar, avaliar e dar seguimento, atendendo a essa anseio da população, principalmente dos produtores rurais brasileiros.

É um dever nosso, dando celeridade a esse processo que vai realmente transformar e modernizar a vida no campo, que vai fazer com que o nosso produtor rural, o nosso agricultor possa continuar no campo, vivendo lá no campo, produzindo e dele constituir conforto a sua família e possa, através desse novo Código, fazer com que ele tenha um maior sucesso no seu negócio, que é o agronegócio, seja o pequeno, médio ou grande.

Nós precisamos dar uma resposta ao nosso produtor brasileiro – esse é o motivo das nossas audiências públicas. Agradeço a sua visita, Sr. Presidente, a Rondônia, ontem e anteontem. Entendo que foi muito proveitosa, muito importante, vimos muitas coisas importantes com relação ao meio ambiente, principalmente aquelas obras de um valor grande para o país, mas principalmente para o nosso Estado de Rondônia.

E a paralisação daquelas obras é um prejuízo nacional e um prejuízo para Rondônia também, mas entendo que muitos avanços nós conseguimos nas reuniões. Ontem, Santo Antônio já reiniciou as suas obras. Acreditamos que as conversações entre sindicatos e empresas deva continuar. Acredito que, na semana que vem, com a visita do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em Porto Velho, nas obras, fazendo parte das reuniões também seja decisivo para retomada das obras em Jirau.

Então, ficam aqui os nossos agradecimentos pela sua visita, pelo seu empenho, pelo belo trabalho que esteve a frente desta Comissão lá no nosso Estado,

assim como os demais Senadores, Senador Valdir Raupp, Senador Ivo Cassol, Senador Blairo Maggi, Senador Jorge Viana, Senador Rollemberg, que presidiu toda a Comissão. Muito obrigado pela presença em nosso Estado.

Passo a palavra novamente ao Presidente para dar sequência à nossa audiência pública.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir, nós é que agradecemos mais uma vez a acolhida e passo, então, agora, a palavra ao Presidente da Embrapa, Pedro Arraes.

O SR. PEDRO ANTONIO ARRAES PEREIRA – Bom-dia a todos!

É um prazer grande estar aqui a convite da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É interessante que esta seja uma reunião conjunta, porque acho que, daqui para frente, depois de todas essas discussões que vamos ter no Código Florestal, acho que a gente tem que andar de braços juntos porque no Brasil sustentável espero que a gente esteja plantando aqui os fundamentos da nossa agricultura pujante, como sempre foi. E a agricultura verde e o Brasil têm tudo para dar o exemplo, já que o País detém quase que 60% da sua cobertura original ainda.

Cumprimento aqui o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; o Senador Rollemberg, companheiro nosso; os Senadores presentes, a Senadora Ana Amelia, o Senador Blairo Maggi, o Senador Moka, o Senador Cassol . É um prazer estar aqui.

E nós obviamente vamos passar de uma forma resumida algumas das interferências e das contribuições que a Embrapa deu para essa discussão do Código Florestal.

É importante ressaltar que a Embrapa é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, do Governo Federal e nada mais é do que o braço tecnológico, científico da nossa agropecuária, que dá os elementos técnicos para que a gente possa ter uma agricultura na competitividade, na sustentabilidade, tanto do meio ambiente, como a sustentabilidade social.

Então, agradeço realmente o convite.

Primeiro, resumindo muito rapidamente. Obviamente que esta é uma discussão importante que acontece nesta Casa e a Embrapa, então, ao longo dessas discussões, que estão acontecendo há algum tempo, gerou uma série de indicadores técnicos para subsidiar essa nova lei.

A Embrapa reconhece a importância das APPs, reconhece a importância das reservas legais, principalmente, em ambientes frágeis, e a gente desenvolve uma série de tecnologias. E eu acho que aqui é importante deixar bem claro: a questão da sustentabilidade não reside só aqui, ela reside, efetivamente, no uso de algumas tecnologias sustentáveis que viabilizam a produção em termos de produtividade e viabilizam uma série de outras coisas, como a conservação do solo e a produção e produtividade com melhor aplicação de área.

Nesse aspecto, vou ser muito breve na minha apresentação, mas acho que essa figura mostra muito claramente o que a gente fez ou o que o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária fez ao longo do tempo. Nós, em 1975... A Embrapa foi fundada em 1973, praticamente com outras empresas estaduais de pesquisa. Então, na linha vermelha aqui, temos uma linha crescente da produtividade, acompanhada de perto com a produção total do Brasil de grãos – obviamente que é uma relação muito próxima, mas existem outros fatores aqui, como políticas públicas que também contribuíram, substancialmente, para esse aumento da produção. Então, tivemos aí uma variação em termos de produtividade e percentual fantástica, esses números impressionam qualquer um em qualquer parte do mundo e, quando a gente olha a área plantada, a variação é bem menor nestes anos todos que tivemos aí, quase 40 anos.

Então, a primeira coisa que acho que é muito importante ressaltar é o seguinte: se tivéssemos as produtividades que tínhamos na nossa agricultura em 1975, estaríamos, hoje, ocupando uma área cinco vezes maior do que essa área que a gente ocupa hoje. Então, na verdade, o aumento de produtividade por área é fundamental para que conservemos o que temos conservado na nossa biodiversidade, nas nossas matas. Acho que esse dado é fundamental que coloquemos. E, obviamente, nisso aqui está envolvido não só a Embrapa, como as empresas estaduais, as universidades, quer dizer, todo o arcabouço de destruições que lidam com tecnologia no Brasil voltadas para a área agrícola.

Outra coisa importante de se colocar aqui são as tendências que a gente tem que olhar, mas olhamos que existem, aqui, as pastagens, uma certa estabilidade no percentual de áreas dos imóveis com pastagens, existe uma certa estabilidade com a questão das matas e, obviamente, um aumento na área plantada. Acho que é importante... Tem um relatório, agora, da FAO, tem um relatório do Governo britânico, onde pontuo algumas coisas que acho que o Brasil tem que olhar. Primeiro, a produção mundial deverá atingir 9 bilhões de pessoas em 2050; o crescimento substancial da China, é só a gente olhar o preço da carne brasileira hoje, e você vê que o aumento da questão do consu-

mo de carne nesses países como a China, a Índia, na parte em que se come carne, e em outros países de crescimento, como Rússia – nos Brics, na realidade os Brics, incluindo o próprio Brasil – aqui, a gente vê claramente a subida, vamos dizer, dessas classes menos favorecidas no consumo de alimentos. Então, vai haver uma demanda maior por alimentos no mundo, isso é inquestionável. Então, temos que, efetivamente, ver como que a gente pode fazer isso mantendo o nosso ambiente.

A outra coisa também, às vezes colocada como o vilão da história, a questão dos animais, da nossa criação. Este é um gráfico invertido, na verdade, por exemplo, em 50, 60, tínhamos 2,5 animais por hectare. Então, vocês veem que o número de animais... Quer dizer, aqui, 2,5 hectares para cada animal, desculpem-me. E, ao contrário, hoje, já estamos – ainda não é uma média razoável – quase em um animal por hectare. Também, da mesma forma em que se intensifica a questão das lavouras aumentando a produtividade por área, está-se intensificando – a pecuária é um pouco mais lenta –, a questão do uso da terra com mais intensidade, o que diminui, tudo isso, a pressão sobre novas áreas.

Um outro ponto importante, obviamente que a gente já viu isso em alguns lugares; hoje ainda é mais raro no Brasil: o Brasil hoje tem 22 milhões de hectares plantados com plantio direto. Na verdade, o produtor passa a ser um produtor de água, um produtor de carbono sequestrado. "Não, olha a quantidade de carbono que você sequestra no campo com esse sistema...". E diminui também toda essa questão de sedimentos que você envia para...

Então, como eu falei, é o seguinte. Obviamente, o Código tem de evoluir, com certeza absoluta. Além do Código, tem outras práticas agrícolas que também aumentam muito a sustentabilidade. Então, isso tem de estar num conjunto maior de políticas públicas, visando atingir esse objetivo maior.

Uma das questões colocadas hoje com muita ênfase é a questão da definição das larguras baseadas na lâmina d'água. Isso é colocado tanto no Código Florestal vigente, como no substitutivo. Obviamente que esse é um fator importante. Agora, existem outros fatores nesse desenho, e você pode ver com muita propriedade.

Primeiro, é a questão da declividade desse relevo, e também é muito importante que se tenha em mente a textura do solo nesse relevo. Obviamente que existem solos muito mais frágeis do que outros; solos mais arenosos, por exemplo, são muito mais frágeis do que solos que têm uma textura mais firme, como os solos mais argilosos. Eu não vou entrar em detalhes do que tem de ser feito. Isso tem de ser olhado. Esses são pontos que têm de ser olhados; é importante que sejam olhados.

Em relação à localização da reserva legal, acho que o fator importante... Toda propriedade rural, independente do tamanho, tem locais que são mais frágeis e locais menos frágeis. Então, acho que a questão do princípio da fragilidade tem de ser olhada também nessa questão da reserva legal. Quer dizer, a reserva legal, além de você olhar obviamente a fragilidade, recargas hidrológicas, que estão muito relacionadas com a fragilidade, obviamente você tem de olhar o fluxo de biodiversidade e fluxos gênicos, com certeza absoluta. Mas a questão do princípio da fragilidade tem de estar nessa questão da reserva legal. É um conceito que a gente gostaria de enfatizar aqui.

A compensação dessa reserva legal, a gente acredita que ela deva ser feita na mesma unidade fitoecológica; ou numa bacia hidrográfica ou numa subbacia. Obviamente, quando você fala numa bacia hidrográfica, como a do Araguaia, é complicado em uma bacia daquele tamanho. Então, obviamente, você vai ter de trabalhar em uma sub-bacias ou alguma divisão de bacia para ficar uma coisa mais prática de ser aplicada. Mas é importante que se tenha em mente essa questão da unidade fitoecológica.

O bioma cerrado brasileiro não é uniforme. Todo mundo que trabalha no cerrado sabe disso – estou dando o que é mais simples de ver – muito menos a Mata Atlântica. Aqui você tem campos limpos, cerradão, um cerrado mais contorcido, como esse do entorno de Brasília. Então, essas coisas têm de ser olhadas também. É importante que se tenha em mente esses critérios também.

Em relação à questão da inclinação de 45º, obviamente tem de ter um limite, mas a gente acha que deva ser olhada a questão da agricultura, quer dizer para o quê é usada: é usada para a agricultura, é usada para a pecuária ou para povoamentos florestais. Dependendo do uso, essa inclinação pode ser mais ou menos. Obviamente que depende também da textura e de uma série de outras coisas. Mas isso aí não está contemplado em lugar nenhum, ninguém fala do uso. Acho que esse é outro ponto importante que seja considerado também nesse debate.

Eu acho que cabe à Embrapa, neste momento... Primeiro que a Embrapa sempre trabalhou com o pilar de produtividade. Obviamente, a gente tem um componente muito grande dessa questão de sustentabilidade ambiental e de sustentabilidade também social das nossas tecnologias hoje. A complexidade é bem maior. São três pilares que a gente tem de lidar. A gente tem muito a avançar, não só a Embrapa, mas

o conhecimento científico tem muito a avançar em várias dessas áreas que permeiam o Código Florestal, o substitutivo. A gente tem de avançar muito nisso. É muita coisa em que ainda não existe conhecimento científico e que a gente tem de avançar.

Mas a gente tem de avançar em uma série de coisas que são importantes para a Embrapa, por exemplo, ordenamento e monitoramento da gestão territorial; por exemplo, o mapa dos solos brasileiros.

A gente ainda tem um mapa de solos brasileiros numa escala completamente incompatível com qualquer coisa que seja planejamento. É um para um milhão; um para 250 mil. Isso é uma escala muito grande. A gente tem que fazer o nosso mapa de solos de um para cem mil. Essa é uma urgência urgentíssima.

Isso não é só a Embrapa que vai fazer não, porque a Embrapa não tem competência sozinha para fazer; é a Embrapa, as empresas estaduais, as universidades, porque você tem que ir *in loco* fazer isso. Eu acho que isso pode dar um avanço muito grande pro Brasil, e a Embrapa vai propor isso junto ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, no sentido de desencadearmos esse processo para podermos, aí, sim, ter um ordenamento e um monitoramento da gestão dos territórios, que acho que é o sonho que todos almejam.

Obviamente, nós vamos continuar gerando tecnologia renovável. A questão da integração lavoura-pecuária hoje, eu acho que está tomando uma dimensão imensa. Outro dia eu estive conversando com o Diretor-Presidente da Caramuru; ele, economista e administrador, começou a colocar no papel: se usássemos 40% do que a gente estava dizendo que era o potencial, com certeza atingiremos a meta, em 2025, de superar os Estados Unidos em termos de produção de grãos. Os Estados Unidos produzem em torno de 300 milhões de toneladas, e a gente vai passar os Estados Unidos, só ele fazendo essa contazinha. E é um sistema extremamente sustentável, que retém carbono e uma série de... Integra mais e intensifica mais por unidade de área, que eu acho que essa é a grande questão que a gente tem que fazer.

A outra coisa que nós devemos fazer é a questão do manejo de recursos florestais e hídricos. Precisamos ter tecnologia. Já temos algumas e temos que disponibilizar mais, para a gente usar, no caso, por exemplo, da Floresta em Pé na Amazônia, uma série de tecnologias que nós temos – não vou detalhar isso aqui.

E a última coisa é, obviamente, a agregação de valor, principalmente para os pequenos produtores, para que realmente os pequenos produtores possam aumentar a sua renda e efetivamente continuar no campo, para evitar o êxodo rural. Então, eu acho que esses são componentes importantes, tecnológicos, que a Embrapa tem que continuar gerando com bastante fortaleza, para que a gente possa efetivamente alavancar, vamos dizer assim, tecnologias para os próximos trinta anos.

Próximo.

Eu agradeço. Essa foi uma breve explanação e eu espero que tenha sido motivo para podermos debater e discutir. Coloco-me à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Pedro Arraes, Presidente da Embrapa.

Consulto a Secretaria sobre se o Ministro Alysson Paulinelli já chegou? *(Pausa.)* Ainda não?

Vamos ouvir, então, agora, o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pelo convite; ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Mesa; e aos demais integrantes da Mesa; às autoridades presentes; às senhoras e aos senhores.

Eu estou mostrando uma foto do nosso Planeta, porque gostaria de colocar essa questão de biodiversidade e do Brasil. Como isso se integra e como tem sido visto em nível global?

Existem vários estudos que indicam que para 2050 nós vamos ter que duplicar, quem sabe triplicar a produção de grãos no mundo. Isso em função de várias questões envolvendo aumento populacional. Então, o que notamos é que temos dois fatores muito importantes nesse contexto de produção de alimentos: um é a iniquidade e outro é a não sustentabilidade dos sistemas e das práticas agrícolas atualmente utilizadas.

Bem, vem a pergunta e um consenso também global da necessidade imperativa de nós intensificarmos a produção de alimentos de uma forma sustentável. E o que isso significa?

É claro, essa foto representa a riqueza do nosso País, que tem a pauta de exportação baseada em produtos do agronegócio. É uma foto importante.

Agora nós temos que ter em mente que a previsão para os próximos 30 anos é que nós continuemos de 0,8% para 0,9% a nossa contribuição de produtos manufaturados na pauta de exportação. O que significa isso? Significa que nós continuaremos a ser exportadores de matéria-prima e continuaremos a ter o agronegócio como a principal fonte de geração de riqueza para o nosso País. Como consequência, sabemos da importância da introdução de novas tecnologias para

agregação de valor e, com isso, de passarmos a contribuir não somente com matéria-prima mas também com produtos de maior valor agregado, que é onde entra a questão da sustentabilidade do futuro. Por outro lado, somos um País da megabiodiversidade, uma das maiores biodiversidades do Planeta, biodiversidade esta que pode ser usada, e esperamos intensificar o uso com tecnologia de fronteira na área de biologia sintética, engenharia metabólica, onde estaremos usando os biomas do Cerrado, da Amazônia, da Mata Atlântica como moldes para o desenvolvimento e geração de produtos de alto valor agregado e novas moléculas utilizadas e desenvolvidas dentro do Brasil, para contribuir, assim, como eu disse, para diversificar pauta de exportação e caminhar para o avanço necessário do nosso País. E porque, além de exploração e agregação de valor, sabemos que a biodiversidade, na verdade, sustenta todo o sistema agrícola que nós temos e esse potencial e toda a produção ao longo de vários anos. Sabemos, também, que a manutenção e a sinergia entre a biodiversidade e o agronegócio deve ser intensificada.

Um novo, que costumo mencionar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. Fazendo soar a campanhia.) – Um minuto. Só para agradecer a presença do Ministro Alysson Paulinelli e para convidá-lo para a Mesa.

Desculpe, Dr. Elíbio. Pode continuar.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Então, concluindo a mensagem que eu gostaria de deixar, nós, ao olharmos o Brasil do futuro e a geração de riqueza, se vocês me pedirem um retrato de qual vai ser este País, este é o retrato do Brasil do futuro: nós, sabidamente, seremos os Estados Unidos, o Brasil, a China e provavelmente a Índia, como os principais responsáveis por duplicar, quiçá triplicar a produção de alimentos para 2050, seremos responsáveis históricos, não por opção, mas por uma questão histórica e territorial de capacidade de produção de produtos derivados do agronegócio. Como consequência, será de imperativa importância que tenhamos esse novo cenário e essa nova visão internalizada e intensificada dentro do nosso sistema de produção agrícola e, obviamente, do sistema de sustentabilidade.

Nós temos consciência dos impactos que a agricultura causa no meio ambiente, mas estamos cientes de que dominamos, nos nossos sistemas de tecnologias agrícolas, ferramentas para minimizar esses impactos ao meio ambiente.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio. Quero saudar aqui a presença do nosso Ministro Alysson Paulinelli. É uma alegria muito grande tê-lo aqui. Tive a honra de conviver com o Ministro Alysson Paulinelli no Fundo Setorial do Agronegócio.

Vamos, neste momento, passar a palavra para o Dr. Antonio Donato Nobre, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Bom dia a todos. Queria primeiro agradecer ao Senador Rollemberg, ao Senador Acir Gurgacz – não sei se falei seu nome certo – e a todos os presentes. Eu queria também manifestar que os colegas da Embrapa já colocaram uma parte importante do trabalho que estamos fazendo pela Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e, ao invés de entrar uma parte importante do trabalho que nós vimos fazendo pela Academia Brasileira de Ciência à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E, em vez de entrar nos pormenores que eles abordaram muito bem, relatando uma parte inicial do trabalho que está sendo concluído, eu vou usar alguns minutos para relatar para vocês como esse grupo se formou e como ele pode significar, sem querer ser pretensioso, um exemplo de diálogo, porque a sociedade científica é um microcosmo da sociedade maior, e cada um, dentro da sociedade científica, tem suas próprias visões, tem suas paixões também, tem seus achismos.

Nós nos reunimos para fazer esse trabalho há nove meses. Vou ler rapidamente esse histórico do grupo de trabalho que foi formado pelas duas organizações, com a intenção de ilustrar como a gente pode realmente desenvolver um diálogo:

"A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, fundadas, respectivamente, em 1916 e em 1948, são entidades representativas da comunidade científica do País, isentas de viés político -partidário e sem fins lucrativos.

Entre seus objetivos, destacam-se:

– representar a comunidade científica brasileira, nacional e internacionalmente, visando à implementação de uma política de ciência e tecnologia que promova o desenvolvimento da ciência em benefício da sociedade;

– promover a mobilização da comunidade científica para que..."

O ruído de fundo é normal aqui ou sou eu que não estou habituado ao Senado?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não está acostumado ao Senado.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Não estou acostumado ao Senado. Certo. Tudo bem. Então, perdoem-me. Vou continuar aqui a minha leitura rapidamente:

"promover a mobilização da comunidade científica para que ela atue junto aos poderes constituídos, visando ao avanço científico e tecnológico nacional e incentivo à inovação;

– zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas e suas relações com a sociedade;

– lutar pela remoção dos empecilhos e da incompreensão que embaracem o progresso da ciência;

– tomar posições em questões de política, científica, educacional e cultural e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do País."

Então, como missão, essas duas organizações, que são congregações de natureza civil, ficam definidas dessa forma.

Eu poderia descrever em detalhes como esse grupo de trabalho foi montado, mas eu gostaria, antes, de colocar um esclarecimento necessário.

Por que a ciência não se manifestou antes? Isso tem freqüentado as páginas dos jornais. Por isso acho que é importante colocar as razões e vejo duas razões.

Primeiro, a natureza da atividade científica é reducionista e fragmentada. Esse é o nosso orgulho, inclusive, porque somos especialistas. Todos são especialistas. Inata vocação, o Código Florestal não é reducionista nem pode ser tratado de maneira fragmentária. Então, cientistas individuais, por mais que pudessem sair dos seus laboratórios e vir a público para falar: "Eu acho isso, eu acho aquilo. Eu penso isso. Olhem aqui meus dados", isso não serve à sociedade como tem que ser, porque nós precisamos conseguir um diálogo horizontal. Esse é um desafio muito grande para o cientista convencional. Então, essa era a primeira coisa.

A segunda coisa: não fomos convidados. Antes de junho de 2010, não existia, inclusive, a força de ativação ou a energia para que se iniciasse esse processo de a comunidade falar: "Precisamos fazer". Foi feito a partir... Talvez tenha um mérito esse grande debate que se abriu em torno da aprovação na Comissão na Câmara por impulsionar – sabem quando o carro não pega e você bota o *jump start* no motor do carro? – a comunidade a falar: "Precisamos nos juntar". E aí vários luminares da área tomaram a iniciativa de fazer isso.

Então, chamamos várias instituições. Rapidamente, vou listar aqui: a Embrapa – vocês já viram uma parte dos resultados –, cuja participação é fundamental, majoritária, nesse esforço; o Instituto Butantã; o Instituto de Pesquisas Espaciais, Inpe; o Instituto de Pesquisas da Amazônia; o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, IBAMA; o Museu paraense Emílio Goeldi; o Ministério do Meio Ambiente; o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura; a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais; a Sociedade Brasileira de Silvicultura; a Associação Brasileira de Florestas; a Rede Brasileira Agroflorestal e as universidades: Unicamp, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Viçosa e a Esal, aqui da USP. Obviamente esse não é um grupo exaustivo de todas as pessoas. Tem milhares de profissionais trabalhando nessa área, mas essa foi a primeira tentativa e, como tal, tem rendido frutos muito interessantes.

Ao longo de nove meses, fizemos esse exercício de chamar o contraditório para conversar e conseguimos algo que me parece extremamente ilustrativo para este momento que estamos vivendo.

Como é que a gente dialoga se eu acredito nisso e você acredita em coisa diferente? Qual é o ponto em comum? Gostaria até de citar uma eminente Senadora aqui da Casa que dizia: "A ciência vai nos salvar". E a ciência está nos salvando. Por quê? Coloque os fatos. Coloque as evidências na mesa. Discutamos em cima das evidências e não de paixões, percepções ou achismos. E isso foi feito.

Nesse período de nove meses, o grupo de trabalho consultou mais de trezentas publicações científicas, das quais 170 estão citadas em análises específicas. Aqui está o relatório final. Está grampeado aqui – não vou dar a vocês hoje, mas está quase pronto. Tem 156 páginas. Obviamente não é exaustivo; é um exercício, é a primeira abordagem que fizemos. Em ciência, você nunca tem algo definitivo. Você descobre qual é a evidência naquele momento e apresenta. O contraditório é o dia a dia do cientista. Aceitar que uma coisa pode estar errada, que tem defeitos ou pode melhorar é o nosso dia a dia.

Nós acreditamos que esse método nos salvou de uma... Como se diz quando não se consegue chegar a um consenso? Empate?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Impasse.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Ele nos salvou de um impasse. No início, tínhamos todo o espectro de posturas, de paixões, de percepções dentro desse grupo de trabalho. E hoje nós vamos apresentar um documento que passou por várias etapas, por isso está demorando. Ele está demorando porque passou por etapas de cheque externo. Fizemos uma primeira aproximação. Então mandamos para alguém fazer revisões. Voltam as críticas. Absorvem-se as críticas. Depois mandamos para especialistas com pontos de

vista contrastantes, em diferentes universidades brasileiras independentes, que não participaram do grupo de trabalho. Eles mandaram uma saraivada de questões, etc. Foi tudo absorvido. E esta semana está com o Conselho Superior da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e com os acadêmicos da direção da Academia Brasileira de Ciência para uma revisão final, para que as organizações assinem embaixo e, consequentemente, isso possa ser entregue à sociedade como a nossa contribuição.

Nós estamos afirmando o seguinte: obviamente essa contribuição fez algumas análises acerca da discussão que está colocada: o Código Florestal. Uma primeira conclusão que posso relatar a vocês é que o Código Florestal já está velhinho. Ele precisa de atualizações. A gente tem que fazer esta afirmação, mas os Códigos Florestais de 34 e 35 contaram com a melhor ciência que existia naquele momento. Nós precisamos garantir que, neste momento em que nós temos satélites no espaço, a Embrapa fazendo esse trabalho maravilhoso que a gente vê, conhece e se orgulha, uma penca de instituições com enorme capacidade, é necessário que isso seja aproveitado no processo legislativo. Essa é a nossa oferta, obviamente não sendo pretenciosos. A gente não quer dizer: é assim, é certo, é errado, mas gostaríamos de que isso aportasse ao processo e de que o processo levasse isso em consideração.

O sumário executivo desse trabalho foi colocado numa ordem inversa, porque a gente soltou em fevereiro, antes de terminar o documento principal, isso por sensibilidade da demanda e do clamor, em função de que a gente não podia precipitar o processo de análise científica, de amadurecimento. Então demorou mesmo para fazer esse documento grande, mas, sensibilizados pela demanda, etc., perguntamos: do que a gente já fez, o que poderíamos apresentar provisoriamente? Isso está no sumário executivo, que é público. Não vou entrar nos detalhes. Vou até dar uma cópia novamente para os Presidentes dessas Comissões... E eu poderia fazer um sumário muito rápido com quatro pontos. A investigação científica dessa análise que nós fizermos, sujeita a críticas, e que certamente pode ser aperfeiçoada, encontrou suporte qualificado para ambos os lados. Se a gente fala de mundo rural e mundo ambiental ou rural *versus* urbano, ou seja, essa oposição que me parece muito artificial, na realidade – mas essa é uma posição minha –, é um suporte qualificado para ambos os lados.

O primeiro ponto, meus dois colegas da Embrapa colocaram de maneira extraordinária: é possível aumentar e melhorar a produção agrícola com mínimo impacto ambiental. Então, isso é lugar comum, não é?

Segundo ponto, no alvorecer de uma nova era onde a economia verde tenderá a dominar, o chamado passivo ambiental muda de sinal e passa a ser um valioso ativo econômico para a propriedade, se recuperado.

E queria rapidamente citar um estudo que saiu publicado em janeiro agora, no Estado da Geórgia, nos Estados Unidos, um estado do tamanho do Acre, segundo o qual organizações florestais do agronegócio e ambientalistas se uniram para fazer um estudo e estimar o valor dos serviços promovidos por florestas privadas, em propriedades privadas, no Estado da Geórgia, para as áreas urbanas. E chegaram a uma cifra, só contabilizando o valor da água – e estou aqui do lado e sinto orgulho de ter conhecido um produtor de água genuíno, de Minas Gerais, não é, Ministro Paulinelli -, de 37 bilhões de dólares por ano. Serviços ambientais de maneira conservadora, vamos dizer assim. Nem todos os serviços foram computados. Isso baseado em trabalhos publicados, em métricas feitas, etc.

Essa é uma novidade. E lá, ruralistas e ambientalistas estão juntos, tentando vender isso para o cara urbanóide, porque o urbanóide não paga pelo que ele recebe da área rural.

Então, essa é uma outra conclusão que acho que pode ser tirada desse amplo estudo que a gente fez.

A terceira conclusão: urbano e rural, em consequência, podem ser interligados de maneira sinergística, com vantagens mútuas. Então, quando alguém na área urbana paga para alguém na área rural para manter uma APP, serviços ambientais da água, isso não é custo, porque ele tem uma água melhor, é mais barato produzir assim e ele tem uma saúde melhor, porque consome uma água de melhor qualidade. Então, isso também ficou evidente. Há muitos estudos mostrando isso daí.

Por último, que não necessariamente é a última, mas é muito importante também, as áreas de conservação têm amplo suporte científico, portanto se qualificam como produtivas unidades da paisagem, para a gente parar de discutir: vamos diminuir, vamos aumentar, etc.

Esse é o sumário que fiz do sumário executivo e peço a paciência de vocês. Estamos no processo final para entregar o documento grande, que deve durar talvez mais uma ou duas semanas.

E queria só antecipar o que concluímos de propostas de encaminhamento. Então, a SBPC e a ABC desejam continuar contribuindo para o aprimoramento do Código Florestal. Essa é uma conclusão importante que muda um paradigma.

Em termos de consenso, encontramos suporte suficiente na literatura para dizer que o Código Florestal

precisa urgentemente ser atualizado. Ele tem muitos problemas. E podemos fazer isso.

Essa é uma conclusão importante. E as duas organizações gostariam de estar envolvidas nesse processo com aportes.

A revisão crítica dos vários temas abordados no Código Florestal deverá ser feita também à luz da ciência e das tecnologias mais avançadas. Vocês viram aqui na palestra do Presidente da Embrapa alguns elementos dessa perspectiva, numa prospecção cuidadosa das virtudes e dos problemas da lei vigente. Já fizemos um exercício nesse documento grande que vai ser demonstrado, pois é preciso avançar na legislação ambiental e agrícola brasileira.

E a gente construiu cinco princípios ou premissas que deveriam ser consideradas primordiais numa nova política ambiental ou florestal. Então, a primeira: deverá se fundamentar numa construção participativa consensuada com consulta de todos os setores diretamente envolvidos com a temática.

O que temos visto até aqui são fortes lobbies trabalhando de um lado ou de outro, e a gente não vê, por exemplo, as duas organizações envolvidas com a temática. O que nós estamos vendo até aqui são fortes *lobbies* trabalhando de um lado ou de outro, e a gente não vê, por exemplo, as duas organizações maiores de ciência do Brasil serem chamadas. Então isso é sério e introduz o segundo ponto, que é: todas as posições deverão estar fundamentadas no conhecimento científico sobre o tema. E eu acho que é uma obviedade falar isso.

Deverá estar embasado numa visão plural e propositiva que integre o meio rural com o urbano, respeitando particularidades ambientais de cada bioma. Os que me antecederam falaram sobre isso e vou fazer uma pequena apresentação para ilustrar como essa questão de respeitar os biomas é muito séria.

Estará fundamentada numa visão integrada da propriedade rural, dentro da perspectiva de sua adequação ambiental, considerando as áreas de produção agrícola, as áreas de preservação e uso misto e incorporando também os serviços ambientais, que é uma novidade e que tem potencial imenso.

A adequação tecnológica na ocupação de áreas agrícolas deverá ser feita com base em sua aptidão, visando potencializar a produtividade agrícola com o menor impacto possível, usando tecnologias que estão cada dia mais disponíveis. Vou ilustrar para vocês em um minuto uma delas.

E também – e essa é uma parte bastante contenciosa – o conceito principal deverá ser a construção de uma legislação ambiental estimuladora de boas práticas e não somente punitiva. Isso possivelmente não está no nosso domínio, são V. Exªs que fazem a lei, mas nos parece que isso seria um fator importante para fazer uma lei pegar, a lei realmente ter eficácia.

Por fim, nas áreas urbanas devem-se estabelecer princípios de limites diferenciados em função do que a gente viu acontecer no Rio de Janeiro recentemente.

Agora eu gostaria de passar a apresentação. De 1965 para cá, são quarenta e tantos anos. Em 1965 não tinha praticamente nenhum satélite margeador da Terra, na órbita da Terra, o Sputnik já tinha saído, e de lá pra cá a gente tem uma renascença dessa área de estudo da superfície com sensoriamento remoto. Essas imagens permitem que nós tenhamos uma visão diagnóstica quantitativa, portanto não de achismo, não de ir o técnico lá e ver no local, etc.

Essas imagens horizontais já nos permitem uma série de dilemas e problemas, mas o Brasil é líder absoluto na área de monitoramento, de cobertura, isso não é nenhuma novidade para ninguém. Mas agora nós estamos introduzindo uma nova abordagem, que é a terceira dimensão. Nós estamos falando de maquete eletrônica da paisagem.

Como a gente reproduz a paisagem dentro da tela do computador? Combinando conhecimento de geologia, geomorfologia, solos e hidrologia em modelos matemáticos tornou-se possível identificar e mapear acuradamente o potencial de uso, as fragilidades e os riscos de cada terreno.

O cruzamento de mapa de potenciais e fragilidade dos terrenos com os mapas de uso e cobertura da Terra permite avaliar o que está bom e onde pode melhorar. Isso já é disponível hoje.

Todo esse mapeamento, como a previsão do tempo, pode ser transparentemente colocado à disposição da sociedade via Internet. Numa outra oportunidade, aqui no Congresso, eu mostrei, no Google Earth, que é um sistema espetacular de imagens do Planeta todo. A gente coloca os mapas em cima das imagens e você pode ver na sua propriedade que terras vai usar com o quê.

Antes, para fazer agricultura de precisão – e eu sou agrônomo, acho fascinantes essas novas áreas em que você leva um GPS dentro do seu trator, da adubadeira, para otimizar a utilização dos solos –, você precisava contratar uma consultoria caríssima. Não estou tirando o emprego dos consultores, mas você precisava contratar para ele ir lá mapear – eu trabalhei muitos anos com solo – e dizer em que lugar fazer uma grade e tal. Nós temos condições de fazer isso remotamente, até um certo grau.

Essa é uma maquete tridimensional. Não dá para ver tridimensionalmente, porque vocês não estão usando óculos do Avatar, mas é uma imagem tri-

dimensional da superfície feita pelo ônibus espacial, em 2000, usando radar. Cada ponto tem 90x90 metros de dimensão e dá para se ver direitinho os morros, os vales, os rios etc.

Essa maquete digital você pode olhar e ver que tem topografia, isso já está sendo usado, mas ainda não dá para dizer-se onde está o lençol freático e que terrenos estão ali em cada um daqueles pontos da paisagem. Você tem que ir lá e fazer um furo no solo para ver.

Nós desenvolvemos, entre o Instituto de Pesquisa da Amazônia, onde eu trabalho, e o INPE, onde estou atualmente, um novo algoritmo, que acabou de sair publicado, que consegue fazer uma normalização do terreno e a gente transforma todos os rios e igarapés como se fossem referência de altitude; e todos os vales, encostas e os morros eles passam a ser referenciados aos igarapés e aos rios. Com isso, a gente consegue fazer mapas dos terrenos. Isso é uma novidade muito poderosa, extremamente simples por um lado, e ali a gente vê que o que está em azul é brejo; o que está em verde é uma transição, lençol freático raso; o que está em amarelo é encosta, obviamente declividade: o que está em vermelho é platô.

Essa capacidade de você mapear os terrenos ela surge... Se você olhar numa seção transversal, ali está a topografia em marrom, embaixo, nos triangulinhos, você vê o lençol freático. A gente tinha vários postos de monitoramente lá, é uma área que a gente estuda na Amazônia. Em cima, as linhas quebradas são os pixels da imagem tridimensional do radar, e já classificadas. Embaixo você tem onde está o igarapé; em azul o lençol freático da superfície; em verde a transição; em amarelo, encosta; e em vermelho os platôs.

Com esse mapa, eu consigo saber que tipo de terreno eu tenho aqui. Nós estamos tirando emprego daqueles que achavam água usando aquela varetinha, forquilha. No meu tempo usavam a forquilhinha para achar onde estava o lençol. Tiramos o emprego deles, porque hoje a gente já sabe, de acordo com o mapa exatamente que fundura vai dar água aqui.

Só um exemplo muito rápido. Se a gente pegar uma área de Ribeirão Preto, perto de Brodósqui, você olhando a imagem de satélite é difícil você dizer que terrenos estão ali. É claro que você sabe que tem um rio ali, tem uma área de galeria, que tem uma área inclinada. Quando você aplica esse método que nós desenvolvemos, você tem um mapa caracterizado – e vou dizer o que são as cores aqui. O que você tem em preto ali é terreno ótimo, pode colocar tratar, colheitadeira, terreno plano, está relativamente distante do lençol freático, é um terreno extremamente adequado para agricultura. A própria imagem que vocês viram antes mostra que ali já tem realmente... Essas áreas todas em negro aqui são áreas sem restrições fortes. Claro que se você usar um trator muito pesado você compacta o solo. Tem todas as restrições normais que quem mexe com o solo sabe e tem que considerar.

Mas, se olhar outras áreas... Essas daqui, por exemplo. Você tem azul aqui: área de brejo. Aí reforçando o que nosso colega da Embrapa falou, o Pedro , não tem sentido você usar uma faixa fixa ali.

Nós recebemos uma crítica ao nosso trabalho, de um dos revisores, que chamou de geometrismo burro do Código Florestal, que não está contemplado como alteração nisso no substitutivo proposto. Ou seja, a natureza é orgânica, ela é maleável, que nem o pé. Você não usa um sapato quadrado, você usa um sapato que se adéqua à forma do seu pé e do seu tamanho.

Hoje, nós temos condições de mapear e dizer onde estão esses terrenos. Esse é um dos princípios importantes para ordenamento territorial, é você promover ou prover um método que seja simples, que seja aplicável e não seja arbitrário. Eu tenho uma propriedade aqui, a área de proteção tem que ir mais para lá, mais para cá. Nesse mapa, além das áreas de ripárias aqui em azul, verdes são áreas imediatamente próximas das ripárias com lençol raso, são áreas que você tem que usar com cuidado; em amarelo e vermelho – está um pouco ruim o esquema de cores – são áreas muito declivosas e quem têm que ser mantidas com vegetação; e em rosa, p*ink* e em magenta são áreas com declive relativamente acentuados nas quais você tem que usar as práticas conservacionistas para curva de nível etc, para ser usado. Isso é uma novidade. Obviamente se a ciência não saiu de dentro dos laboratórios para comunicar, como a sociedade poderia usar. Mas a gente está fazendo isso agora, é um novo tempo, existe uma harmonia muito grande dentro do grupo de trabalho.

Tem pessoas de todas as visões, tem desde aquele maluco ambientalista, biodiversidade só e acabou, para tudo, tem até aquele que fala: “não, acho que a gente tem que liberar geral, etc.”, mas em cima das objetividades que encontramos na literatura, usando essas novas tecnologias de ponta, essa é uma só, a gente tem condição de ampliar o diálogo. E é isso que viemos hoje, aqui, comunicar, já fizemos aqui. Esta é a oportunidade, acho que é um momento bom para a gente entrar nessa discussão, e eu gostaria de chamar isso de diálogo, não só de discussão, porque não precisa ter perdedor, pode ter só ganhador, se a gente realmente dialogar com sinceridade e com compromisso pela verdade.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Antonio Nobre.

Vamos ouvir, agora, então, o Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, meus caros colegas e participantes desta Mesa, meu querido Presidente da Embrapa, meus senhores e minhas senhoras, quero, em primeiro lugar, pedir desculpas, porque estou com dois problemas: um, vocês devem estar vendo, estou num estado gripal um pouco forte, então, minha voz está bastante rouca, e o segundo foi que, infelizmente, achei que o avião chegaria em tempo, e acabei me atrasando um pouco e gostaria de ter participado e ouvido todas as apresentações, para que eu pudesse ser mais conciso e, sobretudo, menos repetitivo, mas venho aqui, ao Senado, com muita satisfação.

Quero, especialmente, dizer aos Srs. Senadores que, há 38 anos, estive aqui, no Senado, como Secretário de Agricultura de Minas Gerais, trazendo um projeto que tínhamos começado há dois anos, cujo nome era meio estapafúrdio, Pipaemg, Projeto Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais, que havia mudado a face da pesquisa em Minas. O que se procurou fazer não teve nada de milagroso, foi apenas objetivo. Eu vinha de uma universidade, fui convocado, sacado de lá com a obrigação de ser o Secretário da Agricultura, e, quando o Governador da época, Dr. Rondon Pacheco, um homem de muita experiência política e de visão, num dos nossos primeiros despachos, disse-me: "Olha, eu tenho um compromisso de recompor o Instituto Agronômico de Minas Gerais", dei um salto na cadeira! Um professor universitário ouvir isso de um Governador é a melhor notícia que se pode ter. "Mas o senhor vai recriar um paquiderme, Governador". Aí, foi ele que levou um susto.

Os pesquisadores do Instituto Agronômico de Minas Gerais, que havia sido fechado, transformaram-se – e, hoje, vários deles ainda são vivos – em burocratas de terceira linha. Eles gastavam, seriamente, até seis meses para requisitar uma diária e mais seis meses no ano para comprovar as despesas da viagem: o combustível, alimentação, hotel, etc., etc., e à pesquisa não sobrava tempo.

Então, eu disse ao Governador o seguinte: "O senhor me trouxe para cá porque viu o trabalho que eu estava fazendo. Eu estava amparado no Decreto-Lei 200", que era o único que existia na época, "para executar a minha tarefa, e eu acho que a estou executando bem, porque, lá, tenho autonomia administrativa, técnica e financeira". Aquilo causou um impacto, especialmente a um homem de vivência política como o Governador Rondon Pacheco, e ele me fez mais uma série de questionamentos. Em meia hora, ele falou: "Olha, da minha parte, está decidido. Você convença o Advogado-Geral do Estado, que vamos mandar a lei para a Assembléia". Quero confessar aos senhores que a tarefa foi bem mais difícil na Advocacia-Geral do Estado. Levei mais de um mês para mostrar a necessidade de que reformulássemos os programas de pesquisas no Brasil e que o pesquisador não fosse submetido a uma situação vexatória de ser um simples burocrata. Felizmente, com um mês e pouco, eu consegui também convencer a Advocacia-Geral do Estado e no mês de abril foi mandada a lei para a Assembleia criando um programa chamado PIPAEMG em substituição ao Instituto Agronômico de Minas Gerais.

Eu quero informar ao senhores que foi um instrumento fabuloso que nós tivemos em Minas. Primeiro, porque esse programa era capaz de incorporar todo o esforço das pesquisas realizadas no Estado, no Governo Federal, nas universidades. Minas, naquela época, tinha praticamente três universidades no campo das Ciências Agrárias: Lavras e Viçosa na Agronomia e Belo Horizonte, um expoente na Veterinária, como também a iniciativa privada.

Essa instituição foi, sem dúvida, o estopim para as grandes evoluções que nós precisávamos fazer em Minas Gerais. Em dois anos, nós conseguimos, graças à integração de esforços não só do novo órgão criado... Naquela época, com muito sacrifício, nós conseguimos contratar 62 profissionais, apenas 12 com pós-graduação, três estrangeiros com pós-graduação, e esses profissionais foram colocados em choque para montar um programa de pesquisas para a agropecuária de Minas Gerais que atendessem às demandas dos produtores.

Posso garantir aos senhores que foi espantoso. Houve um total envolvimento de todas as instituições científicas de Minas. E o que mais me satisfez foi que com dois anos de trabalho nós tínhamos 352 projetos de pesquisa em todas as áreas de Minas Gerais: em agricultura, nos principais ramos, café, milho, arroz, feijão, florestas, pecuária, pecuária de leite, pecuária de corte, frutas, hortaliças. E esse projeto causou uma quase estranheza, como ele tinha se tornado versátil.

Em agosto de 1973, foi nos visitar lá o então Ministro da Agricultura do Brasil, Luís Fernando Cirne Lima, que eu confesso, tenho por ele a maior admiração. E o Dr. Rondon era um homem, para isso, um pouco exigente e muito cuidadoso e cioso. Quando chegava um ministro da área, ele convocava todos os órgãos do setor para apresentar os trabalhos que nós estávamos fazendo. E quando o Dr. Helvécio Mattana

Saturnino foi convocado a apresentar o programa do Pipaemg, o Ministro Cirnei Lima se impressionou demais e pediu: pare por aí. Como é que pode? Quanto vocês têm de orçamento? Tanto. É dez vezes menos do que o Dnpea. Quantos pesquisadores vocês têm? Tantos. É muito menor do que número de pesquisadores do Dnpea. Eu vou trazer uma informação para vocês. O Dnpea tem hoje 35 projetos de pesquisa no Brasil. Ele bateu na mesa, pediu a mim, que sou colega dele: Paulinelli, leve sua turma para Brasília, porque o Dnpea não pode continuar como órgão de pesquisa.

Por que estou dizendo isso aqui? Porque foi uma mudança de conceito. Foi aquela visita dele, aquela decisão que ele tinha de fazer a pesquisa funcionar. Ele tinha aqui grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho foram para Minas, analisaram o que estava sendo feito, viram custos, viram racionalidade e aqui, na Universidade de Brasília, em outubro, foi proposta a criação da Embrapa.

A proposta foi para o Congresso em abril de 1973 e, logo em seguida, foi transformada em lei.

Para nós, confesso que o entusiasmo foi grande demais, mas logo acometido de uma incerteza muito grande. O Ministro Cirne Lima se indispõe no Governo e, nove dias depois da assinatura da lei, ele pede demissão e, aí, ficou a grande incógnita: a Embrapa é para valer? Foi.

Era um novo conceito que precisava vencer e venceu. Venceu. Ela precisava sair do papel, o nosso substituto do Ministro Cirne Lima, com quem tive o grande prazer de ter uma amizade muito forte, o José Moura Cavalcanti era um advogado preocupado com aquela ideia, chegou a me chamar aqui e a dizer: Paulinelli, dizem que essa ideia é de vocês lá de Minas. Vocês podiam assumir isso". Eu disse: "Não, quem assume isso é o Ministro e, olhe lá, isso é a grande preciosidade para o Brasil, e não para o Ministro".

Ele cumpriu uma fase muito difícil, que foi a fase burocrática, a incorporação dos bens materiais, semoventes e, principalmente, o pessoal do DNPEA na Embrapa. Foram praticamente sete meses de uma longa luta. Estou dizendo isso porque, para mim, foi um marco fundamental esta decisão de se dar à ciência no Brasil condições de trabalhar.

A Embrapa surgiu como uma necessidade. Essa necessidade, eu gostaria de tomar pelo menos três ou quatro minutos dos Srs. Senadores, para explicar bem o que era essa necessidade. O Brasil vinha de um grande esforço de desenvolvimento, começando por Getúlio Vargas na década de 30, quando ele montou aquele seu primeiro plano de industrialização no Brasil.

O Brasil, nessa época, tinha 20% de sua população urbana e 80% rural. O plano de Getúlio deu certo. Ele criou especialmente o carro-chefe, que foi a Companhia Siderúrgica Nacional, diversas outras siderúrgicas, entrou na indústria de madeira, na indústria de tecidos, indústrias de material de consumo etc., e o Brasil começou a industrializar, começou a mudar, e essa mudança veio num crescente, quando aparece um conterrâneo meu chamado Juscelino Kubitscheck de Oliveira, que, com sua capacidade de mobilização, a minha impressão é a de que ele conseguiu dar uma injeção de cânfora na veia de cada brasileiro e o País se agitou e aquele seu programa de fazer o desenvolvimento do Brasil crescer 50 anos em 5 foi uma realidade.

O Brasil realmente se agitou e se modificou. Quando Juscelino deixou o Governo, o Brasil era outro: quarenta e dois milhões e meio de habitantes no meio rural e quarenta e dois milhões e meio de habitantes em nossas cidades.

A urbanização foi a consequência dessa evolução. A urbanização trouxe uma modificação fundamental ao Brasil. Eu gostaria de dar aqui um exemplo do que ocorreu na minha família. Eu, ainda menino, de calças curtas, na fazenda do meu avô, lembro-me bem: nas várzeas mais baixas ele plantava arroz, nas mais altas ele plantava milho e feijão juntos; tinha solto no cerrado um gado, tirava um leite; tinha o porquinho, que tratava com o milho que colhia, a horta. E, assim, ele fazia o seu autoabastecimento: dele, de toda a sua família e daqueles que trabalhavam com ele.

Só que, depois que o Brasil começou a se modificar, e esse brasileiro foi em busca de novas condições de vida, de melhorar suas condições de vida, a coisa começou a se complicar. Os quarenta e dois milhões e meio de habitantes que existiam no meio rural não estavam conseguindo abastecer os quarenta e dois milhões e meio que estavam nas cidades.

E há grande frustração.

Eu tive a oportunidade, porque comigo houve um fato interessante. Eu me formei, fui bom aluno, fui eleito orador da turma e quem fez o discurso de formatura fui eu. E o Paraninfo era Juscelino Kubitschek de Oliveira. E eu fiz um discurso violento em cima dele, porque tinha desenvolvido o Brasil e esquecido a agricultura. E eu, depois, tive a oportunidade de pedir desculpas a ele, porque se ele tivesse gastado todo aquele dinheiro na agricultura, provavelmente teria jogado aquele dinheiro fora, por uma razão muito simples: o Brasil não tinha conhecimento dos seus biomas.

Foi muito interessante, porque ele cassado, indo a Minas, teve vontade de conhecer a minha universidade e eu o recebi. Eu o recebi e tivemos um diálogo. Ele me deu, depois, um bilhetinho que eu guardo com muito carinho. Foi um diálogo muito interessante. Ele

falou: "Olha, professor, se eu voltar a ser Presidente um dia, vou fazer um governo agrícola, porque vi que todo esforço que fizemos está sendo baldado pela nossa incapacidade de autoabastecimento".

A família média brasileira, nas décadas de 60 e 70, consumia de 46% a 48% de toda a sua renda – não é salário mínimo – em alimentação. Ora, se o Brasil se industrializou, investiu, buscou soluções no processo industrial, estava sendo vergonhosamente solapado pelo custo da alimentação, que não permitia àquele brasileiro, que saiu do campo e foi para a cidade buscando melhores condições de vida, encontrá-la, porque toda a sua renda corria para o custo da alimentação.

Srs. Senadores, não era fácil. Para quem gasta de 46% a 48% em alimentação não sobra dinheiro para vestuário, transporte, educação, saúde – especialmente remédios –, moradia. Era um desenvolvimento capenga. Ele entendeu isso bem. Tinha de fazer alguma coisa.

Fui convocado para o governo em 1971. O quadro era o mesmo, só que, naquela época, o Brasil já era um grande importador de alimentos. Nós importávamos arroz das Filipinas; trigo da Europa; leite da Europa, dos Estados Unidos. Engraçado que era um leite... Quando eu cheguei ao governo federal e fui analisar bem, o leite que o Brasil importava da Europa era o leite industrial que ia para as rações e eles nos vendiam aqui para nós fazermos a hidratação e vendermos como leite de consumo.

A carne era da Argentina, do Uruguai. Inclusive, a Nova Zelândia teve o Brasil como um dos seus principais fregueses na importação de carne. O feijão era importado. Os Estados Unidos não consomem feijão; passou a produzir feijão para exportar para o Brasil. O Chile, que não tem área, exportava feijão para o Brasil. Até o México exportou feijão pro Brasil.

Vejam bem, com um mercado demandador como era o de alimentos, você, um importador esporádico, comprava um *spot*, não tinha a reserva adequada do frete, ficava com esse produto à espera de frete, sempre pagava mais caro; e o Brasil passou a consumir o alimento mais caro do mundo nas décadas de 60 e 70, pagando a sua família uma média de 46% a 48% de sua renda familiar. Esse era o drama da época.

Esse era o grande desafio que tínhamos. A agricultura se desenvolveu no mundo – todos nós sabemos – no hemisfério temperado. Tinham vantagens comparativas pelo conhecimento que adquiriram – mais de quatro mil anos de produção – e dominaram o mercado internacional. A colonização dos Estados Unidos foi muito simples. Os europeus saíram do clima temperado europeu e foram para o clima temperado americano, levaram as plantas, os animais. Todo o processo produtivo foi incorporado sem nenhuma dificuldade. Nós aqui, no Brasil, inclusive, nos esforçamos. Importamos tecnologia sim. A tecnologia química, nós nos utilizamos dela – fertilizantes, defensivos. A tecnologia mecânica, nós nos utilizamos muito dela sim – compramos máquinas, tratores, que multiplicavam a ação e a força do homem –, mas a biológica nós não conseguíamos exatamente porque nós não conhecíamos os nossos biomas e, se não os conhecíamos, não éramos capazes de ser produtores competitivos.

Quando entrei no Governo, o Brasil produzia 200 mil toneladas de soja. Vocês têm vários Municípios que produzem dez vezes isso hoje, no Mato Grosso. Só se produzia no seu Alegrete pra baixo, por uma razão muito simples: a soja que nós tínhamos aqui exigia dezesseis horas de insolação por dia. Ela era de clima temperado. E dezesseis horas de insolação por dia só se tem abaixo do Alegrete. Foi lá que se produziu a soja. Estávamos fadados a ser apenas um espectador.

Meus amigos, quero confessar aos senhores que ciência é capaz de resolver problemas que, muitas vezes, nós não conhecemos. Falamos e repetimos bobagens, criamos muitas arengas sem que houvesse necessidade. O que eu venho, sinceramente, conversar com os senhores aqui é uma preocupação que estou tendo no Brasil hoje. Os senhores haverão de reconhecer que a Embrapa passou por 24 anos de apagão cientifico. Você sabe disso, Senador. Nós discutimos isso várias vezes. Quando você, inclusive, nos pediu para fazer alguns estudos lá, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, eu identifiquei: a Embrapa tinha 4% do seu orçamento para pesquisa livre. Ora, isso é um desperdício do maior potencial do mundo em agricultura tropical, que está sendo jogado fora.

Se o Presidente Lula não abre aquele PAC, nós estaríamos com a Embrapa ainda mais sucateada do que foi. Agora, por que estou dizendo isso aqui? Eu tenho a experiência. Vivi o que ocorreu no Brasil nesta evolução, de quando se tomou decisão para buscar conhecimento dos nossos biomas. Houve uma mudança. Não seremos capazes nem de produzir alimentos para a nossa população, muito menos competir no mercado internacional. Temos de mudar essa posição. Só por meio do conhecimento, da busca incessante de soluções científicas, tecnológicas, as inovações que precisavam ser feitas para que o Brasil viesse a ser capaz de se autoalimentar. Eu vivi isso na década de 70 intensamente. E quero dizer aos senhores que, no meu discurso de passagem do Ministério – eu fiquei cinco anos no Ministério – eu tive a honra de dizer: o Brasil se libertou da peia da dependência alimentar.

Não precisamos mais importar alimentos. Em cinco anos se fez isso. Em vinte anos, o Brasil mudou o

conceito internacional de agricultura tropical. Criamos aqui, graças à competência desses moços, a primeira agricultura tropical competitiva, que hoje tem o respeito do mundo inteiro. Deram a mim e a um pesquisador da Embrapa um título que me incomodou, eu não sou pesquisador, eu fui um administrador que ocasionalmente passei pelo governo tentando cumprir a minha missão. Mas a Embrapa? Eu concordaria. O mundo inteiro hoje sabe que nós não vamos passar fome porque foi capaz de ser desenvolvida uma nova etapa no processo produtivo mundial: agricultura tropical que o Brasil domina.

Não pensem os senhores que o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, veio aqui pelos olhos bonitos da nossa Presidente ou de alguns de nossos brasileiros. Ele veio aqui em busca do conhecimento da agricultura tropical, porque ele sabe – pelos seus assessores, pelos competentes homens que ele tem no governo – que aqui está a solução da fome do mundo; aqui está a solução também da energia limpa, que foi desenvolvida neste mesmo período.

Gostaria que os senhores pensassem um pouco. Eu só pude pegar parte do total da conferência do meu colega Antonio Donato Nobre. Você tem toda razão. Nós estamos querendo criar problemas em cima de áreas que não deveriam ter problemas. Discutir minúcias de detalhes em base de "achismo", de falta de base científica, tecnológica, de conhecimento. Isso não pode ocorrer. Num país como o Brasil, que tem hoje todas as credenciais do mundo como o país que mais pode contribuir para reduzir a fome mundial, que é um país emergente que está com a sua equação certa, meus caros Senadores, voltarmos as costas ao que nós temos de competência na ciência e querer estabelecer regras legais baseadas num princípio do qual precisamos fugir? O fiscalismo. Esse fiscalismo não nos leva a nada. Leva a uma corrupção desenfreada – e não posso dizer porque não conheço nenhum caso, mas leio na imprensa a mesma coisa que vocês lêem – a uma corrupção desenfreada de onde se criam dificuldades para vender facilidades. Esse é o resultado do fiscalismo no mundo inteiro. Será que não somos competentes para chamar uma Embrapa e até, se necessário, desenvolver um novo sistema que busque conhecer os nossos biomas e dar a eles a forma mais racional de utilização?

Quem está falando para os senhores é um produtor de água sim. Eu tenho propriedade nas regiões mais secas de Minas. Tenho lá 64 barragens de controle de chuva, e já tenho água inclusive para irrigação de salvação. Estou no nono ano da integração lavoura e pecuária, e as minhas terras estão muito mais férteis do que quando comecei. Vou entregá-las aos meus filhos muito melhores do que as recebi.

É uma tecnologia simples em evolução, onde vejo que a Embrapa tem dificuldades. E vou dizer mais: fiquei muito preocupado no final do ano passado, quando o Brasil foi à COP-15 e se comprometeu a uma redução bastante ampla de emissão de CO2.

E cumpriu. Colocou no seu Orçamento e está hoje no BNDES, à disposição do Banco do Brasil e dos bancos privados, R$ 2 bilhões para se fazer uma agricultura de baixo carbono.

Srs. Senadores, até dezembro, não tínhamos um projeto sequer de agricultura de baixo carbono em operação. Nenhum! Nenhum! E eu vim aqui pedindo pelo amor de Deus! Vocês falam que eu sou o homem do cerrado, que fiz isso, fiz aquilo. Fiz nada! Quem fez foi o produtor. Eu apenas consegui, naquela época, US$ 3 bilhões, que foram colocados à disposição do Polocentro, e nós mobilizamos as principais áreas em que nós já tínhamos tecnologia pelo menos adequada para desenvolvê-las. E, ao invés de fazermos 3 milhões, fizemos 5,5 milhões de hectares.

O Governo dispõe hoje de mais de US$ 1,5 bilhão, e não conseguiu um projeto sequer. Soube que agora o Banco do Brasil entrou na questão e deu ordens sobre as agências. Inclusive, eu fui procurado, porque eu tinha pedido que eu queria, numa nova área que eu arrendei, absolutamente degradada, tentar recuperá-la também, para eu completar o meu projeto. Vamos ver se consigo. Recursos não faltam; tecnologia, já as temos, só que não podemos parar aí.

Nós vamos agora – e eu venho aqui com esse mesmo espírito do meu querido colega Dr. Antonio – engalfinhar-nos em discussões absolutamente inertes sobre tamanho, isso e mais aquilo, se a SPC entra na reserva... Gente, esse não é um assunto para ser colocado como um ponto de divergência a ponto de paralisar a agricultura brasileira. Mantenham o atual Código Florestal e vocês vão ver a agricultura brasileira parar.

Eu era constituinte aqui. Há alguns constituintes, e eu tive a honra de participar com eles. Se eles se lembrarem, no dia em que criamos o Ministério Público, eu falei: "Olhem a responsabilidade que nós estamos dando a esses moços que vão vir aqui. Eles vão ter de fazer cumprir a lei, e o Brasil gosta muito de lei absolutamente 'incumprível'".

Agora vem um grupo que se dispõe a ir ouvir o produtor, ouvir o ambientalista; propõe uma modificação também baseada em "achismos", mas que pelo menos, para mim, tem uma grande vantagem. Se os senhores observarem, esse substitutivo dá um espaço de cinco anos em que nós teremos de nos entender.

E para se entender com tranquilidade, com eficiência, com competência, é através da ciência. Nós não podemos perder essa oportunidade.

O Brasil experimentou ter um plano chamado Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que envolvia à época a Embrapa, as dezessete instituições estaduais de pesquisa, as universidades, que naquela época eram muito poucas – eram 12 de agronomia e 9 de veterinária. Hoje, nós temos mais de 400 de agronomia e mais de 300 de veterinária, com um potencial científico incalculável. Meus amigos, presenciei, junto com o Senador Rodrigo Rollemberg, a evolução e o esforço que o Brasil fez para a formação de doutores. Hoje, estamos formando 11.500 doutores por ano.

Tenho de contar aqui uma história aos senhores. Quando criamos a Embrapa, briguei, naquela época, com o chamado Dasp, porque eu mandei abrir um concurso para mil profissionais. E eu queria que os que tivessem pós-graduação entrassem direto; os que não tivessem entravam, pois eu ia dar o curso de pós-graduação para eles. O Pedro pode buscar nos seus alfarrábios e vai mostrar para vocês. Apareceram 52 pós-graduados no Brasil inteiro, três estrangeiros e um naturalizado. Hoje, se se abre um concurso para uma vaga na Embrapa, eu falei: "vão aparecer os 53". Corrigiram-me: está acima de 100 a média de doutores concorrendo a vagas na Embrapa. O que significa isso? O Brasil de hoje tem uma força e uma competência cientifica que não existiam. E, quando não existia, foi capaz de fazer. Por que, agora, Srªs e Srs. Senadores, nós não tomamos essa decisão de colocar em xeque, mais uma vez, as bobas e nefastas discussões, entregando à ciência a busca dos resultados de que nós precisamos? Primeiro, conhecer os nossos biomas; segundo, ensinar-nos como manejá-los para que não venhamos a destruir os recursos naturais que possuímos.

Eu pediria ao Senado que pensasse claramente nisso. Disponho-me a trazer todo o material que tenho. Hoje tenho dado consultoria a outros países que estão tentando fazer isso. Mas não percamos a oportunidade de o Brasil de hoje fazer com que nós, da mesma forma que conquistamos o prêmio de competência em agricultura tropical, indiquemos as soluções para que essa agricultura tropical seja a mais preservacionista que o mundo deseja. Já o é, mas ela precisa ser ainda mais. Eu pediria às Srªs e Srs. Senadores que pensassem nessa minha conversa. Eu vim aqui trazer a minha experiência, um conceito que nós, na década de 70, abraçamos e que esses moços da Embrapa trouxeram, com todas as dificuldades, até hoje. Vamos dar recursos para se recompor esse sistema nacional de pesquisa agropecuária, recompor essas dezessete instituições que viraram seis, trazer de volta as universidades, que hoje têm uma competência que não pode ser alienada.

Meus amigos, este Brasil é grande e é capaz. Vamos testá-lo. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Alysson Paulinelli. Eu quero confessar que estava com saudade de ouvi-lo, com todo o seu entusiasmo. V. Exª é um grande brasileiro.

Eu quero sugerir o encaminhamento... E, para a continuidade dos nossos trabalhos, estão inscritos a Senadora Ana Amelia, autora de um dos requerimentos, o Senador Acir – eu também estou inscrito – e o Senador João Pedro. Vou inscrever todos os demais. Pelo Regimento, nós teríamos três minutos para cada Senador. Se houver concordância do Plenário, eu vou dar um encaminhamento diferente: darei cinco minutos, em função da relevância do tema, para cada Senador e, aos quatro minutos, vou dar um leve toque de campainha para avisar que está faltando apenas um minuto. Todos concordam com esse encaminhamento? Senador Acir, pode deixar que eu serei mais rigoroso comigo.

Ao longo das intervenções, nós avaliamos – vou inscrever todos – se ouvimos todos para depois retomar a Mesa ou se faremos um intervalo.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz, eu queria, primeiro, agradecer ao Pedro Arraes, Presidente da Embrapa, ao Dr. Antonio Donato Nobre e também ao Alysson Paulinelli, porque esta reunião está acontecendo por uma iniciativa minha, um requerimento, exatamente pela necessidade e por entender que quanto mais estivermos em campos opostos nessa questão, ambientalistas e produtores rurais, dificilmente chegaríamos a lugar algum. Então, o objetivo foi esse e felizmente a segunda sessão, que estamos vendo, está se revelando extremamente produtiva.

A riqueza do que foi apresentado aqui é suficientemente forte para a convicção de que a ciência realmente é o caminho. E fiquei muito feliz, sobretudo com o princípio defendido pelo Dr. Antonio Donato e pelo nosso Ministro Paulinelli, de que a política que for resultado desse novo código que está sendo desenhado pelo Congresso, com a participação da sociedade, deve ser estimuladora, não punitiva nem fiscalizadora. E os argumentos que o Sr. Paulinelli deu do aspecto político sobre criar dificuldades para vender facilidades é uma realidade que temos que banir na hora em que fizermos uma lei que diga respeito ao futuro, não do Brasil, mas ao futuro desse mundo globalizado que,

cada vez mais, precisa de comida, porque está crescendo. A demografia está nos ensinando isso.

Ministro Paulinelli, continuamos importando comida. Temos toda essa área disponível e ainda compramos mais da metade do trigo que consumimos aqui. Os produtores de arroz do meu Estado sofrem com cem mil toneladas de arroz que chegam mensalmente da Argentina sem necessidade. Compramos carne, compramos vários produtos alimentícios para abastecer o mercado. E a FAO recentemente, em março, apresentou um relatório com o apoio do ICA – que o senhor conhece bem – e também com a CPAO, mostrando alguns equívocos das políticas dos governos, especialmente da América Latina, muito focados em relação ao controle da inflação e também na questão do consumidor, e pouco focados na proteção do produtor rural.

Então, acho, penso e tenho a crença de que o Brasil é feito de muitos Alyssons Paulinellis, no sentido de serem preservacionistas. Estamos estigmatizando produtores rurais, nesse debate também, não hoje, claro, porque estamos diante de pessoas muito qualificadas, que entendem a produção, mas, o dado trazido pelo Presidente Pedro Arraes me parece desmistificador de um conceito que foi apresentado pelo Dr. Elíbio, que abriu a frase dizendo que a forma da insustentabilidade da produção hoje vai nos arrebentar.

Penso que hoje estamos já cuidando, como faz o Sr. Paulinelli, da sustentabilidade. O número trazido, de 1975 a 2010, de área, a evolução da área cultivada no Brasil é de 48%, enquanto a produtividade foi de 268%. Esse número e esse percentual são ilustrativos de que somos preservacionistas. E gostaria de dizer que o senhor usou na sua apresentação uma foto de um pedaço pequeno do Brasil, Dr. Elíbio. Queria que viesse a foto do meu Rio Grande do Sul, da agricultura de alta precisão, onde, na região de Não Me Toque, produzem-se 220 sacos de milho por hectare, com alta precisão, com plantio direto, com curvas de nível e biotecnologia, que também foi um debate que se diluiu em questões ideológicas e pouco científicas. O Brasil perdeu tempo na biotecnologia, perdeu tempo na medicina, perdeu tempo na agricultura, por conta desse atraso que a gente impactou aqui.

Felizmente, hoje, graças à biotecnologia, essas lavouras estão com esse índice de produtividade. Estamos com soja com mais de 70 sacos por hectare em algumas regiões do meu Estado do Rio Grande do Sul. E se fotografar por cima vai verificar as matas nativas que estão preservadas. Não foram plantadas árvores. Elas são nativas, de preservação, exatamente pela consciência de que não há outro caminho a não ser a sustentabilidade.

Então, é preciso que tenhamos, em relação à produção rural, a consciência de que, de um modo geral, nós temos produtores comprometidos com a sustentabilidade. Não fosse isso, o mundo não estaria olhando também o Brasil com esse apetite. Como disse o Ministro Paulinelli, o Obama veio aqui não para olhar os nossos olhos, mas interessado nesse mercado e na área que temos disponível. Os chineses já estão aqui verificando que somos produtores. Claro que a Embrapa tem muito de contribuição nesse processo. E nós, Ministro Paulinelli, não somos tão competitivos porque não temos as condições competitivas em infraestrutura e até num suporte maior da Embrapa.

Agora, como o Dr. Antonio Donato falou e tive uma boa informação, a Aeronáutica não está recebendo aviões caça, mas vai receber aviões com radar que farão a leitura do subsolo em altas profundidades e também do Pré-sal. É isso que precisamos fazer, aliados a um conceito de que também a questão urbana não está sendo tocada com o mesmo rigor que a questão rural é cobrada.

E quando se fala do desmoronamento na região serrana ou lá em Blumenau, isso é uso de solo urbano. Não tem nada a ver com a agricultura, apenas uso inadequado do solo urbano. E das autoridades municipais onde hoje está 80% da população, antes eram 80% que estavam na área rural, como disse o Dr. Paulinelli, nós temos que ter cuidado com essa área e tratar de forma diferente situações completamente diferentes. Então, faço essa colocação, agradecida pela contribuição que os nossos cientistas, a Embrapa, deram. E estou aqui, Senador Paulinelli, para reforçar com todos os Senadores que estão participando deste debate e da questão fundamental que é a elaboração desse novo Código, disposta a realmente criar essa idéia de que temos de dar um empoderamento ainda maior às nossas áreas de ciência, especialmente a nossa Embrapa. Queria agradecer mais uma vez a presença de todos aqui, porque deram uma valiosa contribuição a este debate. Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Agradeço mais uma vez ao ex-Ministro Alysson Paulinelli pela sua brilhante colocação para nós. nesta manhã, aqui no Senado, da mesma forma, aos nossos cientistas.

Vou direto à questão, Ministro.

Ao colocar a Amazônia com 80% de reserva, não vamos engessar uma riqueza, diria, ainda desconhecida de nós, brasileiros, ao deixarmos apenas 20%

das áreas da Amazônia, que correspondem a 61% das terras brasileiras? Somente 20% de produção? Eu me preocupo se isso não está engessando uma área muito rica e uma capacidade produtiva enorme. Evidente que dentro da Amazônia temos lugares que precisamos conservar 100%, mas temos áreas da Amazônia que podemos avançar além dos 20, 30, 40 até 50% de áreas produtivas. Essa pergunta deixo para todos, fazendo só uma colocação de que algumas das coisas importantes que temos na Amazônia é a jazida de silvinita, em Nova Orlinda do Norte. Essa jazida nos tornará autossuficientes na produção de fertilizantes de todo o Brasil, sendo que hoje importamos praticamente 70% dos fertilizantes usados no Brasil. E essa usina pode nos dar total independência da importação de fertilizantes. E com uma situação interessantíssima: está localizada no Estado do Amazonas, Senador João Pedro, onde não temos frete de retorno para a produção de soja que vai do Centro-Oeste do Brasil, de Mato Grosso, de Rondônia, para embarcar nos navios. Nós não temos frete de retorno. Seria um avanço muito grande. Mas essa é só uma das riquezas que estamos apontando na Amazônia.

Então, essa é a pergunta que deixo para todos nesta manhã. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir.

Quero que alguém da Secretaria que acerte o tempo, os meus cinco minutos.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados pela riqueza das exposições e quero dizer, Acir, que estou muito feliz com o gesto simbólico do Senado de fazer este debate conjunto da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente. Na Câmara está havendo um confronto muito grande entre as duas comissões, e eu entendo que é um passo importante buscar um equilíbrio e que esse debate se faça de forma conjunta.

Concordo com o Ministro Alysson Paulinelli, no sentido de que temos que modificar o paradigma desse debate e entendo que é possível que os subprodutos desse debate do Código Florestal, tomara que seja assim, sejam ainda mais importantes do que a própria reforma do Código Florestal. O Brasil precisa se conscientizar da importância de investir fortemente em conhecimento, em novas tecnologias, no fortalecimento do sistema nacional de pesquisa agropecuária, para que possamos ser cada vez mais um grande produtor de alimentos, um grande produtor de energia, mas um exemplo mundial de preservação do meio ambiente e de aproveitamento da nossa imensa biodiversidade, desenvolvendo a nossa biotecnologia e outras áreas da fronteira do conhecimento. Este é o novo paradigma: transformar este debate e o Brasil ser o *player* mundial de uma nova economia, de uma economia verde. Uma economia extremamente sustentável na produção de alimentos e na produção de agroenergia.

Eu tive a oportunidade de fazer imersão na Embrapa, há cerca de três semanas, sobre Código Florestal. E ali, salvo engano, a informação de que em torno de 12% ou 13% da energia utilizada na Brasil é oriunda de biomassa e que apenas 1/3 do carvão vegetal hoje utilizado no Brasil é de floresta artificial, ou seja, 2/3 ainda é de desmatamento de floresta nativa. Isso mostra o imenso potencial de um segmento da economia verde.

Tivemos oportunidade ontem de visitar Santo Antonio, Girau. Todo processo de hidroelétrica, em função de seus impactos, gera grande debate; agora, a questão nuclear gera debate. Não estou descartando nenhuma dessas formas de energia que são importantes para o País, mas o Brasil tem oportunidades que outros países não têm de ampliar muitíssimo a nossa matriz energética por meio da agroenergia, das florestas energéticas, e para isso é fundamental investir em tecnologia. Para mim, ficou muito claro na apresentação do Presidente da Embrapa que a forma mais eficaz, mais eficiente de protegermos o meio ambiente é investir em conhecimento, investir em novas tecnologias.

Estamos diante de um fato concreto que é a discussão da revisão do código florestal e este debate é de fundamental importância para trazer a comunidade cientifica e suas entidades, suas instituições, para trazer elementos de que precisamos para modernizar o Código Florestal que garanta isto: que o Brasil continue sendo e possa ser cada vez mais um grande produtor de alimentos, um grande produtor de energia. É fundamental o ganho social que o desenvolvimento da agricultura brasileira produziu com o barateamento dos alimentos, mas é fundamental também registrar que hoje nós desenvolvemos as tecnologias de integração lavoura, pecuária, plantio direto; temos o instituto da reserva legal que outros países não têm e que cumpre um papel fundamental nos serviços ambientais produzidos por esta vegetação nativa, por esta biodiversidade, e não podemos abrir mão dessas diferenças. Nós conseguimos ter uma agricultura competitiva com legislação ambiental rigorosa. Ela está ultrapassada? Sim. Ela precisa ser alterada? Sim, ela precisa ser alterada, mas não vamos perder nosso grande diferencial de nos transformarmos, continuarmos cada vez mais o grande produtor de alimentos, o grande produtor de energia.

Temos que continuar sendo referência mundial em preservação ambiental. Tenho certeza que a contribuição de V. Sªs neste debate é da maior importância.

Esta Casa tem que saber da relevância de investir em tecnologia, de fazer mapas de solos, recursos significativos para fazer zoneamento ambiental, agrícola e para garantir recursos para o sistema nacional de pesquisa agropecuária.

Estou com autoridade agora para controlar o tempo dos nossos colegas.

Com a palavra, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Srs. Convidados, Srs. Presidentes das Comissões de Agricultura e Meio Ambiente, Srªs e Srs. Senadores, as duas comissões e o Senado propiciam debate importante no sentido de construirmos uma política de Estado. Esse é o desafio. Essa discussão não pode ser no grito; ninguém pode ganhar no grito. É bom lembrar que a reforma do Código Florestal está há quinze anos tramitando na Casa. Mas é bom lembrar a história do Código Florestal no Brasil, porque continua atual o item no sentido de restringir para cada lote de terra um percentual de floresta. Vem de 1934. Lá na década de trinta o bom-senso de quem elaborou o Código Florestal já imprimiu restrições. Agora falta nós, com conhecimento avançado, com a dinâmica da economia, com a dinâmica da sociedade civil, com a dinâmica de quem quer compatibilizar a questão ambiental com a economia, com o conhecimento, encontrarmos o mesmo princípio que norteou os cientistas, os brasileiros, que criaram o primeiro Código Florestal na década de trinta. O 1965 continua norteando, tem um percentual para nós combinarmos produção com a questão ambiental. Esse é o debate. Nós precisamos ter tranqüilidade. Aí não há divergência. Penso que deve prevalecer a ciência. Não pode ser a política. É evidente que nós temos de falar da política. Nós, os políticos, temos de decidir e combinar um Código Florestal com a responsabilidade de pensarmos o Brasil como um todo. Eu sou do Amazonas. Minha mãe me levou, arrastado, criança, para assistir a um evento quando V. Exª era Ministro. Era juta. Não há mais juta. V. Exª lembra dessa agenda? Lembro do início do trabalho desse grande pesquisador, Antônio Nobre, pelo Inpa lá em Manaus.

Então sou um quase agrônomo, sou um capa gato, como chamam carinhosamente os técnicos agrícolas, e sei da importância desse conhecimento sistematizado pela SBPC para ajudar nesse debate, bem como das instituições que estão aqui representadas, e combinar esses últimos acontecimentos com essa decisão.

No meu Estado, Amazonas, tivemos em um ano a maior cheia da história e a maior vazante, a maior seca da história. Ficou todo mundo em polvorosa. Está lá o maior rio do mundo, o nosso Amazonas, que em um ano propiciou esse susto emblemático. São desafios.

Estou tranqüilo. Esse é o primeiro debate. Nós precisamos acumular. Eu, evidentemente, não formei o meu juízo, mas sei hoje da importância da floresta em pé para distribuir a chuva por esse Brasil que produz e que é uma liderança internacional na agricultura. Sei hoje, por conta da ciência, que a chuva lá, que a água concentrada acima da Amazônia vai até a Inglaterra e a costa da África. Então como deixar a floresta em pé? Como gerar renda, emprego e respeitar conhecimentos milenares dos povos indígenas, dos caboclos e combinar isso com instituições relevantes para ajudar na definição política, na definição desse debate do Código Florestal, que se arrasta no Senado há mais de uma década? Então precisamos combinar isso tudo. Acho que esse é um grande debate. É o começo. Vamos ter, sem grito, a responsabilidade de definir um Código Florestal para nossa geração, para gerações futuras, para a Amazônia, para o Brasil, para a agricultura, para a agricultura familiar, mas principalmente para o planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Nosso próximo inscrito é o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nosso Presidente da Comissão, Senador Rodrigo, e também o Senador Acir, quero cumprimentar os nossos palestrantes presentes e dizer que é uma alegria muito grande ver o Dr. Alysson Paulinelli nesta sessão, assim como os demais convidados, o Presidente da Embrapa, da SBPC e da ABC.

Mas eu gostaria de dizer, Ministro Paulinelli, que fiquei muito contente de ouvi-lo aqui com toda essa energia, toda essa determinação. Eu sou produto da sua política, não só no campo da agronomia também, assim como o Antônio também é agrônomo, mas eu e milhares de pessoas viemos para o centro-oeste brasileiro em função das decisões políticas que vocês tomaram lá atrás. E fiquei contente de ouvir aqui de onde ela saiu, como ela saiu, como ela surgiu.

Então, eu quero cumprimentar o senhor por tudo que fez, agradecer por tudo que fez pelo nosso Brasil, pelo meu Estado, o Estado de Mato Grosso. Se hoje o Centro-Oeste e o Mato Grosso podem apresentar aquela foto que a minha colega Ana Amélia reclamou que o Rio Grande do Sul não está ali, aquilo, Senadora, é o resultado dos gaúchos lá no Mato Grosso. Aquilo é o nosso cartão postal, é a nossa foto de apresentação. É um Estado que hoje se transformou no maior produtor agrícola do País e que tem muito campo pela frente. E esse campo pela frente passa por toda essa conversa que estamos fazendo hoje aqui.

O Estado de Mato Grosso, com toda aquela produção, passando já de 35 milhões de toneladas, ele ocupa 8% do território para a agricultura. Quer dizer, de um território de 90 milhões de hectares, nós estamos falando de um pouco mais de sete milhões de agricultura naquele Estado.

Então temos muita coisa para fazer. Agora, como vamos fazer sem infringir a moral, sem infringir os costumes atuais, sem que os mercados nos condenem e sem que a gente ultrapasse o bom senso e ultrapasse toda a questão, também, da biodiversidade e de preservação?

Eu não sou contra nenhum tipo de política de preservação, não sou contra reserva legal, não sou contra APP, só acho que a gente tem que achar o tamanho de tudo isso. O que me preocupa às vezes, quando a gente deixa na mão da ciência... Como tudo, a gente tem agricultor bom e tem agricultor ruim, tem político bom e tem político ruim, tem cientista bom e tem cientista ruim, e depende de quem ganha a possibilidade de colocar as coisas no jornal, na mídia, parece que é a ciência que fala aquilo.

Então, fico muito satisfeito de ver, hoje, que a SBPC, a ABC e todas as demais que aqui foram nominadas estão falando num conjunto, num grupo de discussão. E terão oportunidade de falar, porque é importante que vocês falem e que deixemos de lado tanto os radicais da conservação quanto os radicais que querem colocar tudo no chão.

Não é esse o caminho. O caminho é, junto com a ciência, com bom senso, nunca esquecer da história que foi contada aqui pelo Paulinelli e nunca esquecer que este País não pode, jamais poderá, depender de alguém para comer.

Algumas coisas, Senadora Ana Amélia, como comprar trigo, são política de governo. Nós precisamos comprar alguma coisa também. Os argentinos, os *hermanos*, também precisam sobreviver. Então...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tá bom. Com dólar baixo, vamos comprar truta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ... é a mesma coisa. Nós compramos álcool dos Estados Unidos. Todo mundo reclamou do álcool. Eu acho fantástico nós comprarmos álcool dos Estados Unidos, porque, se nós estamos comprando álcool deles, significa que a gente fez mais açúcar, trouxe mais dólares para cá, para o País.

Então, essa questão de comércio é muito rápida, muito dinâmica, e a gente tem que estar atento a esse tipo de coisa.

Para finalizar – estou vendo que tenho trinta segundos –, quero agradecer a presença de vocês e dizer que nós, no Senado, assim como na Câmara, vamos ter que tomar uma decisão. Não podemos deixar entrar na ilegalidade o setor produtivo e temos que ouvir de fato a ciência. Fico muito preocupado, como na questão da cana-de-açúcar naquela vez: a Embrapa deu uma posição e o Governo tomou outra decisão – de não fazer cana na Abap e não deixar plantar cana na Amazônia. Quer dizer, foi uma decisão política e não técnica, e nós queremos uma posição técnica e uma decisão com vistas ao bem do País.

Parabéns a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Agradeço a sua disciplina em relação ao tempo, o que facilita muito o trabalho da Presidência.

Passo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Primeiro, quero agradecer ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente Rodrigo Rollemberg, que nos acompanhou na visita de auditagem e fiscalização das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, acompanhado dos Senadores Acir, Raupp, Blairo Maggi e Jorge Viana. Quero também cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura Acir Gurcacz e agradecer a presença das nossas autoridades, especialmente quando se fala em produção.

Depois de ouvir todos os palestrantes, tanto o nosso Presidente da Embrapa como o ex-Ministro, que nos deu uma aula de tecnologia e produção, queria aqui só deixar uma pergunta: se nós fôssemos atender hoje os ambientalistas no que eles querem quanto ao Código Florestal, o que seria do nosso povo?

O ex-Ministro falou que 48% do que o cidadão brasileiro ganhava era gasto com alimentos. Se nós fôssemos atender essa demanda ambiental... Concordo com os palestrantes quando dizem que os ambientalistas e os demais produtores da agricultura e da pecuária têm de andar lado a lado. De fato, um depende do outro, tem de acabar esse comportamento de tratar um ao outro como bandido.

Afinal de contas, as pessoas que defendem só para preservar estão fazendo esse trabalho, essa campanha, para quem e por quê? Alguém está bancando isso. Querem fazer o nosso Brasil voltar no passado, quando não tínhamos produção, quando não tínhamos terreno?

Vamos recordar o que vimos no quadro, os dados mostrados: não aumentamos em quase nada a quantidade de terra, mas em quantos milhões de toneladas aumentamos a nossa capacidade de produção? Quem poderia dizer, no passado, que o cerrado de Mato Gros-

so e o cerrado de Rondônia se transformariam em um dos maiores celeiros agrícolas do Brasil?

Queremos preservar? Lógico que queremos.

Agora vou deixar esta pergunta bem simples para todos: o que será do Brasil se nós atendermos a legislação vigente? O que não falta neste País são leis, não adianta negar isso. Temos de tomar providências quanto à questão do Código Florestal, pelo menos estabelecer o marco zero e começar um marco novo daqui para frente. Está todo mundo na cana, está todo mundo ferrado, de mamando a caducando, de mineiros a gaúchos, de gaúchos a catarinenses, de rondonenses e mato-grossenses a capixabas, está todo mundo descumprindo a legislação. Vamos atender os ambientalistas, mas como é que vai ficar o Brasil? Essa é a pergunta simples que deixo para vocês aí: como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques e, em seguida, ao ex-Governador e Senador Luiz Henrique.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente Rodrigo, Sr. Presidente Acir, ilustres convidados que nos honram com sua presença, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, vou ser breve.

Na audiência passada, o Exmº Sr. Deputado Aldo aqui veio, e eu perguntei a ele: "É possível nós fazermos um Código Florestal sem nos valermos da ciência?" Ele fez referência – está gravado – que a ciência foi omissa na discussão do projeto do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

Nós todos sabemos que a ciência é dinâmica, não é estática. A cada momento você vê um objeto – a partir da teoria da imprecisão ou da incerteza – de uma dimensão. Conforme essa teoria, na ciência nada é absoluto, mas relativo.

Muito bem. Gostaria de indagar dos senhores, que são cientistas, o seguinte: é possível o Senado da República discutir esse Código Florestal em dois meses, sem nos valermos a ciência, ou vamos ficar aqui no palpite, no achismo?

Eu defendo que um tema de vital importância como este, para que nós possamos preservar esta e futuras gerações, para que a República Federativa do Brasil possa se consolidar internacionalmente na dominação de mercados... Estamos falando de mercados – Ministro Paulinelli, eu o ouvi com muita atenção e quero parabenizar V. Exª pelo seu trabalho -, e o Brasil hoje se consolida internacionalmente. Nossos produtos conquistam os mercados internacionais. Isso é muito bom para os produtores, mas não só para os produtores, que sustentam a balança comercial do Brasil; é bom para a população brasileira como um todo o fato de que o valor que hoje a sociedade gasta com alimentos, da década de 70 para cá, diminuiu muito – e V. Exª fez referência a isso.

Agora, eu gostaria de indagar o seguinte aos senhores, cientistas: como eu, como Senador da República – que sou um técnico na Constituição, não sou um cientista dessa área -, posso votar um projeto de afogadilho, com essa velocidade, sem me valer da ciência? Eu quero me valer da ciência, e eu tenho certeza de que a ciência brasileira não foi omissa na discussão do Código Florestal, porque essa discussão vai produzir resultados num futuro até distante, porque nós não podemos, a todo instante, modificar a legislação. O que nós todos queremos, e tenho certeza de que também os produtores – e eu represento o Estado de Mato Grosso, onde temos a honra de possuir uma tecnologia avançada nesse setor, e o Ministro deu a contribuição à Embrapa, onde os gaúchos para lá foram, nas décadas de 70 e 80, encontraram os mato-grossenses que lá já estavam desde 1720... Muito bem, como eu posso bem representar o meu Estado, votando um projeto sem que eu tenha base científica? Preciso de subsídios para votar sem achismo e sem palpite, porque, de achismos e de palpites, nós todos já estamos cansados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo, então, a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Rodrigo Rollemberg, nobre Senador Acir Gurgacz, que presidem esta reunião, nobres convidados, eu quero acrescentar a esta discussão uma questão que eu acho fundamental: a questão do critério científico é indescartável, evidentemente, mas é preciso que, ao olharmos as políticas nacionais, nós olhemos os brasis, nós olhemos as diversidades. Não foi por outra razão que a Constituição Federal estabeleceu cinco biomas, caracterizando as suas diferenças. Mas é importante que esta discussão vá ao conteúdo da Constituição Federal.

O Código Ambiental é de 1965, portanto, anterior à ordem constitucional; e os remendos, as emendas, que foram piores do que o soneto, que vieram posteriormente à vigência da nova Carta Constitucional, mantiveram a mesma linha de inconstitucionalidade, ou seja, a atual legislação é inconstitucional.

Por quê? O Ministro Alysson Paulinelli, como asseverou há pouco, foi membro da Assembleia Nacional Constituinte. Eu tive também essa honra. O Senador Aloysio Nunes Ferreira também teve essa honra de ser representante do povo na elaboração constitucional.

E ainda fui contemplado com a incumbência de ser membro da comissão de redação final do texto. Participei da redação final do texto. Eram poucos membros. Se não me engano, éramos 15 membros na comissão de redação final do texto. O que nós escrevemos na Constituição? Que tem que ordenar essa discussão, tem que ordenar essa elaboração. Nós não podemos ter um código florestal que seja divergente do mandamento constitucional. O que nós escrevemos? Eu vou ler, e já o fiz na reunião passada:

Art.24. *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente [concorrentemente; não é subsidiariamente nem supletivamente; é concorrentemente] sobre:*

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

O que estabelece o §1º?

É muito claro, não há discussão. Estabelece o seguinte:

"§1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer as normas gerais."

Ou seja, o que estabeleceu o legislador constituinte? Estabeleceu que, em matéria de meio ambiente, a União traça as normas gerais, e cabe aos Estados, de forma concorrente, em relação ao texto constitucional nacional, estabelecer as normas que sejam peculiares às suas condições regionais e locais.

O Brasil é um continente e não pode continuar tendo suas políticas dirigidas de forma concentradora. Nós já concentramos 65% dos recursos arrecadados do povo nas mãos da União e concentramos políticas que deveriam ser estaduais e locais nas mãos da União.

Como os senhores veem, essa é a realidade e, em vez de estabelecermos um monstrengo nacional que não vai atender às peculiaridades regionais, estabelecemos uma lei coerente com o termo constitucional, ou seja, traçando as normas gerais e deixando aos Estados e ao Distrito Federal o estabelecimento das normas relativas às suas peculiaridades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Srs. Presidentes Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz, ilustres convidados, ao ouvi-los, cada vez mais consolido a minha convicção de que esta Casa deverá embasar o seu pensamento e a sua posição na palavra da ciência. Estou convencido disso.

É verdade que o Brasil precisa reformular o seu Código Florestal; todos concordamos. Mas também é verdade que precisamos descontaminar esse debate. Precisamos tirar desse debate o tempero ideológico. Precisamos tirar desse debate os interesses mais variados possíveis e deixar nele o interesse soberano do Brasil.

Precisamos acabar com alguns mitos como por exemplo de ambientalista contra o agronegócio,claro que não, nós sabemos a importância do agronegócio do PIB brasileiro. Nós queremos um Brasil forte, pujante economicamente, produzindo. É isso que nós queremos. Competitivo. Mas também nós sabemos da importância da nossa biodiversidade, até porque continentes como a Europa se pudessem voltar 1500 anos não teriam urbanizado tanto aquele continente. E hoje nós pagamos um preço alto porque, na verdade, não existia essa consciência ambientalista que hoje nós temos. Acho que SBPC, a Embrapa, ABC, poderiam participar de uma forma mais decisiva nesse debate. Eu acredito que o Brasil vem crescendo e, apesar de tudo, consegue ter essa visão ambientalista. Na década de 60 produzia-se no Brasil um pouco mais de 700 quilos por hectare de grãos. Hoje se produz mais de 3 mil quilos por hectare de grãos. Isso deveu-se à modernização da produção como o ex-Ministro Alysson Paulinelli mencionou em sua conferência. Estou convencido que precisamos chegar a um ponto de equilíbrio. Precisamos fortalecer o Brasil na condição de produtor e fortalecer o agronegócio mas também precisamos conservar a sua biodiversidade. Isso é o que chamo de desenvolvimento sustentável. Não podemos fazer um código partindo das exceções mas sim da regra. Não podemos fazer um código que seja mutável ano a ano. Precisamos fazer um código o mais próximo da perfeição, já que ela é utópica, e mais atualizado possível, ao longo dos anos. Acho que esse tema é importante. Não é sem motivo que o Brasil discute e debate esse tema. A assembléia legislativa do meu Estado vai promover audiência pública para debater o Código Florestal. A sociedade civil organizada está debatendo esta questão porque nós brasileiros sabemos da importância da produção e sabemos dessa patrimônio inestimável que nós temos que é a nossa biodiversidade. Precisamos acabar com a idéia de partir do pressuposto que a floresta Amazônica, o cerrado, a Mata Atlântica são problemas. Elas não são problemas, são soluções.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que a biodiversidade é tão importante que nós sabermos que o remédio mais conhecido para hipertensão, no Brasil, que é o captopril foi extraído do veneno da jararaca.

A digoxina, que é um remédio utilizado para miocardiopatia dilatada, ou insuficiência cardíaca, foi extraído das digitais lanatus da digitais pupunha.

A biodiversidade é uma prateleira de oportunidades científicas. Portanto, esquecer dessa possibilidade de avanço científico em várias áreas.

Muito obrigado e quero agradecer a presença de todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB-DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) – Sr. Presidente, ilustres convidados, peço desculpas mas infelizmente não foi culpa minha por não estar aqui desde o início. É uma organização absolutamente irracional da agenda dos nossos trabalhos que nos leva à concomitância de reuniões de comissões das quais somos titulares.

Há algumas perguntas que são tópicas

Se já foram respondidas, depois vou buscar a degravação das intervenções para satisfazer minha curiosidade. Eu não acredito, só por uma consideração de ordem geral, que a ciência tenha sido omissa nesse debate, mesmo porque não existe um comitê central da ciência que se reúna para dizer: é isto, é aquilo. Isso, nem no tempo do Lysenko, na União Soviética, na época de Stálin. Não existe isso. Também na ciência existe um largo campo para as opiniões, e a política é toda feita de opiniões.

Vamos buscar a maior convergência possível, evidentemente. Mas decisões que se tomam em matéria legal são decisões políticas. Eu acho que houve omissão, sim, nesse assunto, e foi do Governo. Veja, nós estamos aqui numa Casa Legislativa em que, dos 81 Senadores, temos 18 Senadores de oposição. Se se fizer uma enquete na base do Governo – os senhores aqui tiveram uma amostra – e também na oposição, é bem verdade, haverá uma polarização semelhante à que se encontra hoje no debate público entre ambientalistas e defensores da agricultura. Uma discussão falsa, em grande medida. Mas, no governo passado, quando essa discussão estava em seu ponto mais acalorado, o governo se omitiu. Mais que isso: emitia sinais contraditórios. O Ministro Minc dizia uma coisa, e o Ministro Stephanes dizia outra, totalmente diferente. O governo, evidentemente, deixou a coisa correr porque estava em um período de eleição e não interessava comprar briga com um lado ou com o outro.

Parece-me, agora, que o Governo está entrando nesse assunto. Isso é importante, porque o Governo tem uma base parlamentar ampla. E esta é uma Casa política em que a Liderança do Governo e a força política do Governo são absolutamente decisivas para o encaminhamento das questões.

Ontem, ou anteontem, a Ministra do Meio Ambiente esteve na Fiesp, em São Paulo. Ela afirmou, espero que tenha razão, que as questões que eram controvertidas estão praticamente hoje sendo objeto de consenso. Mas ainda há questões espinhosas. Por exemplo, a extensão da área de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, proteção das matas ciliares. Qual é a extensão que seria desejável para que essas áreas cumprissem sua função? A partir de que ponto do rio deve ser medida, o leito baixo ou o leito alto? O que fazer com as áreas com as culturas tradicionais colocadas em encostas e toco de morro: uva, banana ou arroz de várzea? Como resolver o passivo ambiental? É possível resolver o passivo ambiental sem quebrar a regra geral de proteção desse tipo de topografia? Há o cômputo, ou não, da área de reserva legal das APPs nas áreas de preservação permanente e na reserva legal? É possível juntar as duas coisas? Deixar pelo menos criar zonas de círculos secantes entre elas é possível? E, finalmente, a questão da possibilidade ou não da exigência legal ser cumprida englobadamente no mesmo bioma, ou ser cumprida em cada uma das propriedades individualmente.

São questões que, me parece, segundo disse a Ministra, ainda não estão resolvidas, e são questões muito espinhosas. Se os nossos convidados já falaram sobre elas, eu me penitencio e vou buscar depois nos anais da reunião; senão, gostaria de ouvir a opinião dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, agora, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Inicialmente, gostaria de dizer da nossa satisfação de poder ouvir aqui representantes tão bem conceituados da comunidade científica para falar sobre esse tema da questão ambiental, da reforma do Código Florestal. Quero falar da importância, inclusive, da comunidade científica no processo de desenvolvimento do nosso País.

Acreditamos num desenvolvimento que venha para atender a todas as pessoas e não apenas a alguns setores ou alguns segmentos. Então, acho que o papel da ciência é justamente atender a toda população. Isso é muito importante.

Elaboramos aqui três perguntas, e é claro que uma delas já está mais ou menos contemplada pela intervenção do Senador Pedro Taques. Mas, de qualquer maneira, eu gostaria de fazê-las e de ouvir, se possível, um retorno de vocês, embora eu não possa ficar até o final. Solicitei a nossa assessoria, que está aqui, Sr. Presidente, que providencie uma cópia, junto à TV Senado, da realização desta audiência de hoje,

porque a considero extremamente importante para os próximos diálogos e conversas que faremos acerca do assunto. Nosso tema hoje é o Código Florestal, e as três perguntas que vou fazer estão direcionadas a isso.

A primeira é: o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo propõe que propriedades de até quatro módulos fiscais ficariam isentas da obrigatoriedade da manutenção de áreas de reserva legal. Do ponto de vista de equilíbrio ecológico e ambiental, qual seria o impacto dessa isenção e a conseqüente supressão de reserva legal em pequenas propriedades? Além disso, como a SBPC e a Embrapa entendem o fato de essa liberação estar condicionada a quatro módulos rurais, sabendo que a área de cada módulo varia conforme a região do País? Essa é uma primeira pergunta.

A segunda pergunta é: na discussão da Câmara dos Deputados, o substitutivo apresentado propõe que as APPs nas margens dos rios sejam reduzidas de 30m para 15m. Durante a reunião da semana passada, questionei o Deputado Aldo Rebelo sobre o embasamento científico para essa proposta. Foi-me respondido, como o Senador Pedro Taques já fez referência, que não há, e não houve em nenhum momento da discussão do Código Florestal, um posicionamento científico sobre a necessidade de aumentar ou reduzir essa área de APP, que a academia nunca se posicionou a respeito. Essa foi a fala do deputado Aldo Rebelo.Temos como dizer que não se pode reduzir de 30m para 15m? Qual é a avaliação científica para isso?

Uma terceira pergunta: também está sendo proposta a exclusão de APPs em topo de morro. Como a comunidade científica avalia essa exclusão? Qual o impacto dessa medida? Então, senhores, essas são as três perguntas que eu gostaria de fazer com relação à discussão acerca do Código Florestal. Infelizmente, estou sendo chamada para uma outra reunião, mas a nossa assessoria está aqui para receber – gostaríamos muito – o retorno de vocês. Estamos, como disse, solicitando cópia desta audiência à TV Senado, para que possamos tê-la como subsídio para as discussões. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Senadora Ana Rita, pela sua colaboração e contribuição.

Passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir Gurgacz, é uma honra participar dessa exposição, em que se pode contar com a contribuição da ciência para tentarmos entender um pouco melhor essa discussão a respeito da reformulação do Código Florestal. Podemos, também, tentar conduzir nossas opiniões a partir de alguns parâmetros que a ciência aprovaria. Não optaríamos apenas pela opinião baseada no “achismo”.

Gostei muito de ouvir aqui que alguns consensos já estão estabelecidos apesar das tantas divergências. O primeiro consenso é o de que o Código realmente precisa ser atualizado.

É um consenso, aparentemente pequeno, mas é a base desse esforço todo que está envolvendo o Congresso Nacional, o Governo, comunidade produtiva e também ambientalistas.

Agora, a partir da contribuição de vocês, vejo aqui de cara que essa reformulação tem que acontecer à luz da ciência. E isso para nós é fundamental. Por que? Porque nós temos consensos estabelecidos sim, de que temos que aumentar nossa produção, nós temos que aumentar nossa contribuição planetária no sentido de contribuir com alimento para um planeta que marcha fortemente para o perigo da fome, principalmente porque o aumento da população mundial acontece exponencialmente. Então, temos esses consensos estabelecidos. Nós temos que também, a partir dessa reflexão feita aqui, que aprofundar a legislação ambiental no sentido do estímulo às boas práticas e menos no sentido punitivo, porque realmente a punição, a fiscalização eu praticamente não considero como um caminho produtivo, porque o caminho adotado no Estado do Acre foi o do zoneamento ecológico econômico, a identificação das potencialidades e das fragilidades de cada uma das regiões para podermos direcionar os investimentos e, assim produzirmos um projeto de desenvolvimento sustentável que está orientando o caminho do desenvolvimento econômico e social do Acre, a partir da proposição e não da punição.

E, por último, a possibilidade de transformarmos o passivo ambiental em ativo, porque podermos construir práticas para o seqüestro de carbonos, a partir do passivo ambiental é algo muito alvissareiro.

Agora, o que me angustia, senhores, é podermos ouvir aqui discursos muito eivados de emoção e de política que dizem que a floresta impede o desenvolvimento. E quero entender que, com todo o esforço da Embrapa, que tem sido, por tudo que foi relatado aqui pelo Professor Alysson, o tanto que tem contribuído para o aumento da produtividade com o menor impacto ambiental, por que o discurso permanece na mesma tecla: temos que diminuir a área de reserva ambiental. E o pior é que o número é absurdo, parte-se de uma redução de 80% de reserva legal para 50%, como se fosse um número qualquer. E nós não estamos falando de um número qualquer, reduzir de 80 para 50 é um impacto planetário.

Então, à luz da ciência, é mesmo necessário reduzir essa reserva legal para a Amazônia, ou pode-

mos compatibilizar o aumento da produtividade com a introdução cada vez maior de conhecimento e de novas tecnologias e garantir a preservação da nossa floresta que é um ativo fenomenal e pode ser convertida sim em dinheiro, em valor, porque o planeta precisa disso e podemos fazer o seqüestro de carbono, a partir de nossa floresta em pé, com a contribuição fantástica que foi apresentada aqui pela ciência de que é possível, também, seqüestrar carbono, a partir das áreas cultivadas, o que é muito alvissareiro para nós ouvirmos nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador Anibal Diniz. A Senadora Vanessa não se encontra.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente Rollemberg, nosso querido Presidente Acir Gurgacz, eu gostaria de justificar a minha ausência assinando em baixo e concordando com as palavras do nosso Senador Aloysio Nunes e de outros Senadores que aqui se pronunciaram antes de mim.

É um tema extremamente importante, afeito ao meu Estado, o Amazonas e, portanto, se não estive presente desde o início peço escusas à Comissão e aos palestrantes, mas é em função desse paralelismo de agendas que temos aqui no Senado. Indo ao ponto do debate sobre o Código Florestal, eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a Comissão de Meio Ambiente e Agricultura pela qualidade dos debatedores.

Trazer aqui Alysson Paulinelli para debater esse tema é absolutamente oportuno; trazer a Embrapa, a Associação Brasileira de Ciência e a SBPC é absolutamente indispensável para que os nossos Senadores possam ter uma visão mais global desse debate sobre o Código Florestal.

Tenho insistido, Srs. Debatedores, nossos Presidentes, que essa questão do Código Florestal é mais ampla do que simplesmente o Código Florestal. E digo isso porque, no bojo dessa discussão em torno do Código Florestal, estão questões extremamente estratégicas e prioritárias para a viabilidade de uma nova economia que deverá surgir no século XXI.

Nós não estamos mais, Senador Acyr, em um século em que a agricultura é a base do desenvolvimento da terra e ponto; não! Nós estamos num novo milênio, num novo século em que o desenvolvimento sustentável, a biotecnologia, a biodiversidade, a economia verde, os serviços ambientais e todas essas questão em relação ao aquecimento global deixaram de ser apenas discussões acadêmicas de cientistas para passarem a ser ativos econômicos, sociais e ambientais da maior envergadura.

Portanto, discutir o Código Florestal não pode ser apenas dizer assim:: "nós vamos reduzir a reserva legal na Amazônia de 80% para 50%". Por que se vai reduzir de 80% para 50% a reserva legal na Amazônia? Para aumentar a área agricultável na Amazônia? Mas de que Amazônia nós estamos falando? Da Amazônia que consegue produzir soja ou da Amazônia que não consegue produzir soja porque as áreas degradadas foram abandonadas e que, ao contrário, criam problemas ambientais com o assoreamento dos seus rios, que são as suas hidrovias e que traz sérios problemas para todos? Ou nós vamos tratar a Amazônia com um outro binômio, o binômio do equilíbrio e do bom senso? Isso tudo o Código Florestal traz em seu cerne, o núcleo dessas ações.

Eu quero, portanto, começar essa fase dizendo o seguinte: o bom senso e o equilíbrio precisam estar presentes no novo Código Florestal brasileiro. Uma questão a respeito da qual me parece importante ouvir aqui os Srs. Cientistas e o Sr. Alysson Paulinelli é sobre as áreas consolidadas. Elas são necessárias? Creio que sim, mas o ponto de corte das áreas consolidadas nem o mais otimista e conservador ruralista acredita que deva ser 2008, porque fazer isso com o plano de corte em 2008 é simplesmente aniquilar a possibilidade de redesenharmos um novo modelo para a economia verde no Brasil; porque, neste momento, estaríamos confundindo alhos com bugalhos e anistiando aqueles que foram os desbravadores, aqueles que foram os incentivados para desmatar com aqueles outros que, por visão antecipada da economia e por pressões de mercado, invadiram a reserva legal, invadiram as áreas de proteção permanente, plantaram de forma consciente e que obtêm grandes resultados econômicos.

O Brasil exerce uma posição de liderança no mercado mundial e na governança mundial em relação ao meio ambiente, não apenas pelo seu modelo de geração de energia – e o Brasil tem um dos melhores modelos de geração de energia –, mas também porque o Brasil tem, graças à Embrapa, graças à ciência e à tecnologia desenvolvidas, resultados pragmáticos e objetivos com relação ao etanol, com relação ao biodiesel, com relação à biomassa e às matrizes energéticas alternativas àquelas que são fortemente comprometidas com a emissão de gases de efeito estufa..

Portanto, eu gostaria de ouvir a opinião da Academia e do Dr. Alysson Paulinelli com relação às áreas consolidadas. Qual é o ponto de corte do bom senso e do equilíbrio?

Segunda questão: o Brasil criou, há dois anos, um fundo para a agricultura de baixo carbono.

Ora, eu queria ouvir do nosso Ministro Alysson Paulinelli se há uma sugestão para que façamos esse

fundo de financiamento para agricultura de baixo carbono, que ele seja aplicado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente, vou concluir.

Quero apenas dizer que nós temos R$2 bilhões num fundo para estimular a agricultura de baixo carbono. Nesses dois anos, Presidente, quanto foi aplicado nesse fundo? Zero. Zero. Portanto, quando discutimos o Código Florestal não se pode ater a temas como: a reserva legal vai diminuir de 80 para 50. Não pode ser: vamos diminuir a mata ciliar de 30 para 15. A questão é muito maior do que isso. É simplificar demais essa equação, porque, senão, amanhã, o produto agrícola brasileiro vai ser carimbado e rotulado na comunidade internacional como não sendo um produto agrícola amigo do meio ambiente. E, se isso acontecer, os prejuízos para os nossos produtores e para os *commodities* agrícolas brasileiros serão enormes. Portanto, o Brasil precisa ter bom senso, precisa ter equilíbrio, precisa ter fundamentos da ciência nas decisões que vai tomar. A biodiversidade é algo que precisamos analisar permanentemente todas as vezes que mexermos nesses limites, em função de que há um custo benefício.

E para finalizar, Sr. Presidente, pois já percebi que o andar da hora nos espreme, tenho duas questões bastante objetivas e diretas.

Serviços ambientais. Esse Código Florestal não fecha a equação de APP e reserva legal, se é ônus ou benefício, sem incluir a estruturação dos serviços ambientais dentro do Brasil. Se houver a estruturação dos serviços ambientais dentro do Brasil, duvido que algum agricultor virá a este Congresso novamente para discutir se é bom ou ruim ter reserva legal ou ter APP, porque ele passa a ter um fundo de capitalização para os seus negócios pelos serviços que essas florestas em pé vão prover para os seus negócios. E não anda; está estacionado. E todo *lobby*, toda pressão neste momento é para fazer andar o Código Florestal, e nada com relação aos serviços ambientais.

E, finalmente, para que possamos ter a liderança efetiva, Presidente Rollemberg, no meio internacional, como o Brasil vem se posicionando, não apenas porque cortou o desmatamento no bioma da Amazônia, o Brasil precisa recompor outros biomas; o Brasil precisa entender as compensações de serviços ambientais como mecanismos de sustentabilidade; entender a oposição dos senhores sobre o *redplast;* entender por que o Brasil e as lideranças do setor da agricultura, da ciência, da academia não se manifestam publicamente também num *lobby* para que possamos, aí sim, ter uma solução globalizada para esse problema: um novo Código Florestal, um novo projeto de serviços ambientais, um novo modelo de estruturação de economia verde com o *redplast* e o novo pacto brasileiro com relação à biodiversidade.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Eu só quero registrar, prezados Senadores e Senadoras, que, no início desta reunião, eu comuniquei que o Regimento prevê três minutos para cada orador, mas, por um acordo, definimos cinco minutos para cada orador e estamos procurando, na medida do possível, cumprir rigorosamente.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Senador Acir Gurgacz, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, quero parabenizar as Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária por mais uma audiência pública para tratar da revisão do Código Florestal. Esta é uma audiência muito importante e aqui temos a presença do ex-Ministro da Agricultura, uma referência na área, o Ministro Alysson Paulinelli, e a ciência e a tecnologia representadas pela Embrapa, referência mundial e orgulho nacional, Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Os Senadores que me antecederam já falaram bastante sobre a questão do Código Florestal, sobre a necessidade – e me parece que este é o nosso único consenso –, Senador Eduardo Braga, de se fazer a revisão do Código Florestal. Lamentavelmente, em alguns setores, esse Código é tido como um dogma, como algo que nem se pode discutir. Mas, hoje, parece-me, isso está vencido. É necessário fazer essa revisão, pois é algo que foi construído há mais de quarenta anos. A ciência, a tecnologia e a inovação avançaram. O que se fazia há quarenta anos, com enxada, com carrinho de mão, hoje, não comporta mais, pois a tecnologia avançou demais.

Senador Eduardo Braga, concordo com V. Exª, mas algo tem de ser colocado como ponto de partida nas questões que dizem respeito, principalmente, à nossa região, que é a região amazônica: a soberania do nosso País. A soberania brasileira tem de estar em primeiro lugar na discussão do que se deve fazer com a nossa região. E aí somos nós, brasileiros, somos nós, amazônidas, que devemos discutir e dizer o que se fazer da Amazônia.

E a Amazônia – V. Exª, com toda razão, fez referência a isto – não pode e não deve ser vista como uma Amazônia só. Há inúmeras amazônias em nosso território, mas, lamentavelmente, quando o Governo Federal legisla sobre a nossa região, o Governo o faz

de uma única forma. O Governo discute percentual de reserva legal como se fosse um jogo de dados: joga o dado, e, quando este cai, são 50%, mas poderiam ser 60% ou – por que não? – 40% ou 80%. Ou seja, não há um número que tenha uma defesa técnica ou científica. Não! Ou há uma pressão externa, ou virá um evento internacional ou um grande líder internacional defensor da causa ambiental no Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Isso ocorria no passado, não hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Isso se dava no passado, Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eduardo Braga, há pouco tempo, há um ou dois anos, foram criadas reservas ambientais. Existem projetos tramitando no Congresso Nacional que, lamentavelmente, não andam. O Senado Federal deve ser ouvido antes que o Governo, de forma autoritária, possa criar reservas, sejam elas ambientais, indígenas ou qualquer tipo de reserva, sem ouvir a representação dos Estados e sem cumprir a Constituição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, deixe-me complementar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o maior prazer. V. Exª é uma referência nessa questão. Eu gostaria de continuar aprendendo com o que V. Exª tem a nos ensinar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu é que aprendo com sua sabedoria, com sua experiência.

Eu gostaria apenas de fazer aqui um ponto de corte. Penso que o discurso que V. Exª traz à lume neste debate é pertinente à década de 70 ou à década de 80. Nos anos 2000 – posso lhe dizer da experiência de ex-Governador do Amazonas –, quanto às unidades de conservação estadual, às unidades de conservação federal e às terras indígenas, quase 60% do seu território está protegido, mas está protegido com base no diálogo e em critérios de ciência, da agricultura.

Veja, caro Senador, que o Zoneamento Agroeconômico e Ecológico é a base do que deve existir. Por isso, o Código Florestal não pode ser discutido exclusivamente, ele tem de ser discutido inclusivamente numa política geral. Digo isso, apenas para que não se confunda a situação da Raposa Serra do Sol com uma situação generalizada na Amazônia brasileira e também para contribuir com o discurso de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não vou fazer um debate paralelo com o Senador e Governador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E o seu tempo já está esgotado. Peço para V. Exª concluir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas ele é um privilegiado. O Estado do Amazonas é privilegiado. Quero dizer a V. Exª que, há dois anos, foi homologada uma reserva indígena de 750 mil hectares no Município de São Félix do Xingu, ao arrepio do zoneamento econômico ecológico, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, para 141 índios. Não tenho nada contra os indígenas, mas 750 mil hectares para 141 índios, quando, nessa mesma área, em 200 mil hectares o Incra tinha feito um assentamento para três mil famílias, feito pelo Governo Federal, algo está errado no Reino da Dinamarca. Quero dizer a V. Exª... Vamos conversar depois, fora da audiência pública, quero aprender com V. Exª e saber o caminho das pedras, porque V. Exª devia ter uma relação muito boa com o Presidente Lula, que não gostava da Governadora Ana Júlia, que era do partido do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, por favor, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu vou concluir. Quero dizer aos nossos convidados que fico muito feliz de ver que nós vamos incluir na revisão do Código Florestal a questão da ciência e tecnologia.

Eu dizia ao Senador Aloysio Nunes que fico pasmo, Senador Rollemberg, pasmo de ver que o Governo que trata tão bem o Governador Eduardo no Amazonas, por merecimento, sim, porque a Governadora do partido do Presidente Lula, que era a Governadora Ana Júlia, não merecia, ele baixou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Depois mandou o Amazonino.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...um decreto, dizendo que, na Amazônia, e atingiu V. Exª, não se pode plantar cana. Existe um absurdo maior, Ministro Paulinelli, dizer que na Amazônia não se pode planta cana? Se o Presidente dissesse que não se pode derrubar a floresta para plantar cana, o Senador Flexa Ribeiro iria aplaudi-lo em praça pública. Agora, dizer que não se planta cana na Amazônia, quando Roraima tem campos naturais, quando o Marajó tem campos naturais, quando o bioma da Amazônia são vários, então ou é ignorância, ou é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O Senador Flexa com essas posições vai assustar os nossos amigos da ciência aqui, viu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, mas eles sabem disso. E tenho certeza de que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Vai causar um constrangimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, constrangimento... Pelo contrário, eu não tive o prazer, pelos mesmos motivos. Estávamos discutindo lá na CAE problemas da economia, que vai mal, mas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou concluir. Eu gostaria só que V. Exª... Eu só queria que V. Sªs pudessem me responder dois quesitos. Primeiro, se V. Sªs concordam com que nós possamos, e aí concordo com o Senador Eduardo, não vamos definir o marco, se é 2008, 2005, 2002, 2006, mas que possamos fazer uma consolidação das áreas já abertas e fazer um uso intensivo dessas áreas e que se possa fazer uma compensação em áreas de reserva segundo o zoneamento econômico-ecológico de cada Estado e que se respeite o pacto federativo, que a União não interfira no que os Estados definam como áreas de uso intensivo, de uso moderado ou de preservação. E mais, se as áreas de reservas não devam ser mais por propriedade isolada e, sim, em conjunto. Propriedade isolada me parece que intensiva a penetração da devastação da floresta, em vez de ajudar o equilíbrio. O Governador do Estado lançou agora um programa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, por favor, conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...para evitar exatamente a devastação e entrar com um programa de corte zero da floresta.

No Pará não se derruba uma única árvore a partir de 1º de janeiro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos voltar a ouvir, agora, os membros da Mesa, os nossos convidados.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Pedro Arraes, presidente da Embrapa.

O SR. PEDRO ARRAES – É difícil respondermos a tudo isso, esse tempo que temos é bem escasso aqui, mas há alguns pontos que eu gostaria de ressaltar.

Obviamente, como cientista e como presidente da Embrapa, acredito em tecnologia, acredito em ciência, mas existem posições divergentes em alguns temas, como em todas as áreas existem posições divergentes. Inclusive, um dos motores da ciência é a própria divergência que existe. Então, isso é importante. E muitas dessas coisas que são discutidas aqui entram na seara dos senhores, na questão política, na questão legislativa, e também de bom senso.

E a outra coisa importante de se colocar é que de muitas dessas coisas nós não temos conhecimento ainda para podermos ter uma certeza de “a”, “b”, “c”. Acho que isso é importante ser colocado.

Fiz uma exposição aqui, no começo – falo para aqueles Senadores que não estavam presentes –, em que coloquei alguns pontos, não colocando a questão da largura, desses pormenores, se são 30, 15, 50, mas trouxe alguns pontos que acho importante que sejam colocados, como a questão da fragilidade ambiental, da textura do solo, a questão da declividade desses locais. Ou seja, há uma série de outros fatores, e aí acho que entra muito na questão regional mesmo, local, que é difícil generalizar, para um país que tem essa diversidade que temos de tudo. Não somos megadiversos em biodiversidade, mas há o nosso relevo, há uma série de coisas que são diversas; é difícil fazer uma aplicação geral. Então, não sei, acho que, se colocarmos algo muito rígido no substitutivo, talvez isso não seja aplicável na prática. Acho que é muito importante, na hora do calor da discussão, ter esta noção: é importante que o Código, efetivamente, funcione na prática, porque, senão, vai ser mais uma coisa que não funciona. Isso vale para todas essas questões, do morro, quer dizer, a textura também é importante. Há outras coisas que conhecemos muito bem e que podem ser utilizadas.

Concordo totalmente com a questão dos serviços ambientais. Acho que temos de avançar nessa área. Isso aí pode ser um grande *buffer*, vamos dizer assim, para toda essa divergência que vemos hoje e que não deve existir; o Brasil tem tudo para não ter essa divergência, não precisamos ter essa divergência. Se formos à Holanda, que não tem 1% só de área virgem, acho que poderíamos até ter essa divergência, mas aqui temos uma área virgem imensa, com possibilidade de recuperação, com possibilidade de aumento de produtividade, sim, sem aumentar área nenhuma praticamente. Quer dizer, temos todas as condições de avançar nisso.

E a Embrapa, aqui coloco a Embrapa à disposição dos senhores, no que for possível. Tentamos dar a nossa contribuição – esse é o último comentário que eu gostaria de fazer. Ao longo do tempo, a Embrapa, as unidades individuais ou pesquisadores individuais convocados pelos Senadores, pelos Deputados, tiveram a oportunidade de colocar as suas posições pessoais, em termos de vários aspectos do Código. Então, houve uma participação. Poderíamos até dar mais, sim, acho que sim, mas houve uma participação da Embrapa mostrando a diversidade que temos de opinião. E acredito que isso tenha auxiliado o Deputado Rebelo no sentido de construir algo mais assim,

em um assunto tão difícil e tão polêmico quanto esse, neste momento.

Então, essas seriam as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Dr. Pedro Arraes.

Solicito aos Senadores que permaneçam na Comissão após o encerramento da audiência pública, porque teremos a eleição da subcomissão permanente de acompanhamento das obras de Belo Monte e do plano de trabalho da subcomissão encarregada de fiscalizar as obras da Copa.

Passo, então, agora a palavra ao Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Agradeço todos os comentários.

Eu gostaria de enfatizar, uma vez mais... (*interrupção do som*) ...como da intensificação sustentável da produção agrícola como uma oportunidade muito importante para o Brasil. Uma oportunidade econômica e social que nós temos de estabelecer e sermos protagonistas no estabelecimento de uma nova métrica para a agricultura mundial, que é , como eu mencionei, intensificação sustentável da produção. Nós temos que produzir mais, injetando tecnologia nos sistemas produtivos. Isso vai ter um tremendo impacto de uma nova métrica, onde você utiliza a enorme pujança de um segmento de agricultura familiar no Brasil, que já tem uma participação acima de 30% do valor bruto da produção nacional. E nós estamos falando de milhões.

O Censo Agropecuário, muito bem determinado, senão só o de 95 como o de 2006, mostra claramente um retrato da estrutura agropecuária do Brasil e a pujança que este setor tem. Com simples modificações e fornecimento de insumos, você poderia mudar toda uma estrutura agrícola. Então, eu intensifico, mais uma vez, essa mensagem no sentido de que os possamos ver essa relação e sinergia ambiente e sistema agrícola como uma nova métrica e como, mais uma vez, sermos protagonistas do estabelecimento disso a nível global.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio.

Passo agora a palavra ao Dr. Antônio Donato Nobre, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, primeiro, que os vários Senadores, especialmente os dois que estão conversando agora, escutassem isso. É porque vocês mencionaram, então, o querido Governador do Amazonas falar que eu construí minha carreira, se se lembra de mim. Nós temos que deixar claro aqui uma resposta ao Deputado Aldo Rebelo, por quem tenho grande admiração pela grande envergadura do movimento que construiu, de que a ciência não se omitiu, ela não foi convidada. E, quando você não convida alguém, significa que você não está interessado no que esse alguém possa lhe dizer, não é?

Então, a iniciativa que eu apresentei hoje aqui – e alguns de V. Exªs aqui não puderam estar – mostra que esse documento que está quase pronto aqui, que devemos soltar em uma semana, constrói dados em cima de dados publicados, que já poderiam estar na Câmara dos Deputados hoje. Não precisaríamos ter esse atraso que está agora desaguando aqui no Senado. Estamos aqui hoje por convite. Nós não podemos simplesmente vir aqui, batendo nas portas e falar: olha, nós somos cientistas e queremos oferecer a nossa opinião, o nosso ponto de vista. Então, que fique registrado isto muito claramente: primeiro, não fomos convidados.

A segunda coisa eu já mencionei na minha apresentação. Ciência não é uma entidade única – e o Senador de São Paulo colocou isso – , sapiente, onipresente e toda poderosa. Ciência é uma organização humana e, como tal e por característica própria, é fragmentada. A gente se orgulha de falar que é um especialista, ou sejam, entende tudo sobre o nada, essa é a conflagração os ambientes científicos. E o Código Florestal, por natureza, é uma instituição horizontal , holística, requer integração. Então, chegar simplesmente e convocar a ciência hoje e dizer que venha amanhã apresentar a sua posição seria achismo, a gente ia dar opinião. Mas não fizemos isso. Estamos há nove meses trabalhando. Trezentos trabalhos publicados foram consultados, mais de 170 são citados em análises específicas. A maior parte das questões que foram levantadas pelos Senadores aqui, hoje, estão respondidas. Algumas delas, como foi colocado pelo colega da Embrapa, precisam ser mais bem analisadas, mais trabalhadas. Mas isso faz parte da aventura humana: desenvolvimento do saber etc.

Agora, eu queria colocar uma questão muito importante em relação aos dois meses que temos. Se eu pensar como agricultor eu sou agrônomo. Se eu fosse agricultor, eu estaria bem preocupado agora, Nós temos um dead line. É como se fosse o 21 de dezembro de 2012, lá no calendário maia. Nós estaremos com uma situação real. Dá para a ciência, que levou nove meses para preparar esse documento, que é uma primeira abordagem, primeira contribuição. Em dois meses, municiar os senhores nesta Casa com evidência, suporte, substância, que não é simplesmente opinião, para que os senhores possam decidir sabiamente e mudar o

Código Florestal, que está aí há quarenta anos. Existe um problema de irreversibilidade. Se você comete um equívoco – e nós acreditamos que esse substitutivo que está sendo considerado comete várias equívocos, e a gente levanta aqui vários deles, e falamos também dos equívocos do Código Florestal – existe a questão da irreversibilidade. Se daqui a cinco anos, Ministro Paulinelli, como o senhor sugeriu, a gente chegar à conclusão, fazendo grandes análises, etc., de que não era bem assim, que tínhamos que proteger mais, Inês já é morta. Então, o que colocamos?

Fiz uma apresentação de uma nova tecnologia que desenvolvemos no INPE de mapeamento geomorfológico de terrenos, usando maquetes digitais eletrônicas que a gente reconstrói no computador, que consegue saber onde está o lençol freático, quais são os terrenos que devem ser feitos e para que aplicação. Isso se chama geomorfologia quantitativa turbinada. Nós não precisamos de cinco anos. Eu já tenho o mapa da América do Sul inteira numa resolução de 90 metros, de todos os terrenos. Já temos o mapa do Brasil inteiro, em algumas áreas a 30 metros de resolução. Não precisamos esperar. A tecnologia nos faculta hoje, e não facultava há três anos. Hoje já nos faculta fazermos esse trabalho em tempo recorde. Quando o Pearl Harbor caiu nas mãos dos japoneses, os americanos, *overnight*, de um dia para o outro, fizeram fábrica de boneca produzir munição. Temos uma condição real grave no Brasil deas conflito. Precisamos resolver a situação dos agricultores, por um lado. Não sou Senador, mas estou falando como se fosse político. Precisamos resolver a situação dos agricultores, a gente tem que ter sensibilidade para isso, e esse crédito tem que ser dado para o Aldo Rebelo, porque ele foi lá, meteu a alavanca. Posso discordar dos métodos, posso discordar que ele não convidou a ciência, mas ele criou um fato, esse fato nos colocou hoje conversando, e esse diálogo é fundamental para a Nação. Essa é a primeira coisa.

Segunda coisa: não podemos jogar o bebê com a água do banho. O Brasil é o país mais rico. O senhor sabe, aquela borboleta Morpho que tem na Amazônia, aquela azul brilhante, a Hitachi acabou de fazer um display de LCD usando a tecnologia de refração física da luz que a borboleta usa, é da nossa biodiversidade. É um manancial infinito de riqueza a nossa biodiversidade. Então, o que se propõe? O que nós gostaríamos de propor? E a gente cogitou várias vezes – não lembro se o senhor estava presente –, nesse grupo de trabalho da SBPC e da ABC, que nós precisamos de tempo – não cinco anos nem nove, talvez dois, quem sabe mais rápido, dependendo do suporte. Nós fizemos esse estudo em nove meses sem apoio nenhum governamental ou da casa legislativa, no nosso tempo vago. Muita gente ocupada, presidente de órgão, diretor de institutos, etc.. Fizemos, está aqui, 150 páginas. Fizemos uma análise e estamos contribuindo. Se houver realmente interesse, com essas novas tecnologias de geomorfologia quantitativa turbinada, o que a gente costuma pensar é aquela geomorfologia semântica, saudosa, de Ab'Sáber e Bigarella. Nós temos uma nova realidade hoje, nós podemos fazer isso rapidamente. E aí os senhores resolvam o problema dos agricultores temporariamente, até que isso seja resolvido. Essa era uma proposição que não estou obviamente falando em termos de IGT, mas estou colocando para os senhores várias ponderações que aqui foram levantadas. Acho que... Por que não? Se o tempo urge, não vamos nos engessar – e várias vezes foi colocada aqui a palavra engessar – nas possibilidades deste País, que é riquíssimo. Não!

Para concluir, eu queria só reforçar uma coisa que já falei na minha apresentação: os princípios, que a gente elencou no final do nosso documento, as perspectivas para o futuro, além, obviamente, de nos colocar à disposição, a Academia, a SBPC. E há um monte de instituições que gostariam de participar, nós fizemos só um início. Um dos princípios fundamentais é que deverá se fundamentar, qualquer construção de um novo Código, numa construção participativa. Com todo o mérito que tem a iniciativa do Deputado Aldo Rebelo, não foi participativa para a sociedade inteira, foi para um setor que estava ignorado, que era o setor agrícola. Muitos agricultores estavam em situações realmente difíceis.

Eu me sensibilizei. Não é minha tradição nessa área, apesar de eu ser agrônomo, mas me sensibilizei em ver quantos agricultores têm que lidar com fiscais às vezes autoritários etc. É um ganho para sociedade ter levantado isso, mas com a consulta de todos os setores diretamente envolvidos com a temática. Nenhum setor do meio rural ou urbano deverá ser unilateralmente privilegiado nessas alterações. Aí a gente dá um destaque para a propriedade família. Todos os setores devem ter espaço para pronunciamentos e para influir na decisão sobre alterações propostas. Agora, se os senhores resolverem isso em dois meses está garantido que isso não vai acontecer. Para começar, isso não é um tempo viável para mandar um homem à lua, não é um tempo viável para a gente resolver as questões.

Muitas coisas já estão disponíveis, eu não queria responder ponto a ponto o que foi levantado aqui. A Senadora Ana Rita levantou algumas coisas. Nós fizemos um estudo, que também estaremos liberando proximamente, sobre a área ripária. A discussão so-

bre se são 15 metros, 30 metros, 7,5 metros – agora ouvi falar 7,5. Onde estão os brejos do Brasil? Essa é uma questão relevante. Nós sabemos onde estão os brejos? Se for na propriedade e andar lá... O Ministro Paulinelli certamente sabe onde estão os brejos da propriedade dele, mas nós não sabíamos.

Hoje nos temos uma ferramenta para mapear os brejos. E nós fizemos isso lá no Inpe: mapeamos os brejos de 308 mil quilômetros quadrados no Brasil, em quatro áreas distintas. Depois, nós pintamos lá as faixas: 30 metros, 15 metros, e fizemos as análises de cenário. E o que encontramos? Que o Código Florestal atual, com 30 metros, 50 metros, 100 metros, 200 metros e 500 metros de acordo com o tamanho do rio, ele protege por volta de 7% da propriedade privada em média.

O substitutivo do Aldo Rebelo reduz essa proteção em 31%, caí para 5% ou menos, 4,5%. E quanto é a área de brejo? Dezessete por cento.

O que achamos fazendo uma análise efetiva? Você pode ir lá, fazer um furo e ver que tem um brejo lá. Que os solos hidromórficos são solos frágeis. É ali que você precisa de proteção, porque é dali que surgem os sedimentos, a contaminação da água. É ali que tem um monte de fatores, que estão analisados no nosso documento em profundidade.

Se o Código Florestal atual protege só 40% dos brejos, como é que você vai diminuir? Então, tem outros casos em que a análise produz a conclusão inversa. Por exemplo, a questão de topo de morro. Como se define topo de morro? Nós temos muita dificuldade para fazer essa análise, e, finalmente, chegamos à conclusão de que existem modos diferentes de ser fazer isso. A gente tem condição hoje, temos competência e capacidade no Brasil de resolvermos essas paradas, num tempo relativamente curto, não precisa ser 5 anos não. Eu diria que, com suporte, com empenho, com engajamento, em dois anos resolvemos essa parada.

E, se os senhores acharem uma solução para os agricultores que precisam de uma solução para esses dois anos, daqui a dois anos nós teremos um Código Florestal que realmente atenda ao Brasil.

Então era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Muito obrigado, Dr. Antonio Nobre.

Passo agora a palavra ao Ministro Alysson Paulinelli.

Senador, vamos ouvir primeiro, depois, se for o caso...

Nós ainda temos que instalar a subcomissão da qual V. Exª será presidente.

Com a palavra o Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Eu gostaria de ter o tempo suficiente para responder ao questionamento que Srs. Senadores fizeram, mas eu vou tentar aqui fazer uma análise um pouco mais rápida porque algumas das questões são bastante semelhantes. Antes eu gostaria de dizer ao senhores que esse assunto realmente me preocupa muito. Eu já administrei o Código Florestal brasileiro numa época em que o Brasil tinha fome, importava alimentos, pagava caro por isso.

A nossa conta café, que financiou a industrialização do Brasil em 1950, já não dava mais para comprar alimentos, pagar a tecnologia industrial que não cuidamos de ter antes: o Brasil fez indústrias importando maquinaria, conhecimento e – pasmem – até matéria prima! A indústria brasileira de tecido já produziu no Brasil tecido com algodão importado desde o seu início. Isso me preocupa porque, em vez de buscarmos soluções para o que vem aí, nós estamos tentando amarrar.

E vou ser franco com os senhores: foi-me solicitado pelo SBPC e eu acompanhei quase todas as reuniões regionais feitas no Brasil, procurando dentro da minha agenda o que fosse necessário; só não fui ao Sul. Participei intensamente no Pará, no Nordeste, que foi em Natal, no Brasil Central, que foi em Lavras e São Paulo, e não fui ao Sul nem ao Centro Oeste.

Quero dizer uma coisa para os senhores: quando eu falo em cinco anos, para mim, a ciência não tem limites para o conhecimento. Eu conheço o trabalho do Dr. Antonio Donato Nobre; eu estava na reunião em que ele apresentou esse trabalho e fiquei muito bem impressionado. Mas entendo que não seja um trabalho conclusivo; ele apenas indica posições e posições que vão ter que ser politicamente discutidas. O Brasil não é um só.

Ele não está aqui, mas o nosso ex-Governador de Santa Catarina disse-o bem: nós temos vários brasis. Quando ouço falarem da Amazônia, Eulálio, ouço que ela é vista no mundo como uma floresta úmida, trópico úmido, quando sabemos que na Amazônia legal quase um terço é de floresta úmida; o resto são cerrados, campos, etc.

Vou confessar para vocês um dilema que tive quando fui convidado para ser ministro. O Governo brasileiro havia se voltado para ocupação da Amazônia com a tese: integrar para não entregar. E eu tive que confessar para o meu Presidente: olha, eu não conheço nada de Amazônia, como é que vou mexer com isso? Sou profissional, eu era professor! Como é que vou mexer nisso? Tentei ouvir meus conhecidos à época, para que eles me dissessem o que era a Amazônia. A conversa mais objetiva que tive foi com meu prezado amigo cientista Paulo de Tarso Alvim, que viveu lá 20

anos: "Você não fique triste por isso, você é um homem sincero; estou lá há 21 anos e não conheço a Amazônia. A Amazônia é composta de tantos microclimas, muito mais variados do que os que vocês têm no Centro Sul. E não vão poder mexer naquilo sem conhecer."

Eu fiz uma proposição ao presidente e ele aceitou: olha, já temos um bioma no Brasil chamado Cerrado do qual nós já conhecemos alguma coisa; já tem infraestrutura e é possível tirar o Brasil desta agonia em que ele se encontra. O dinheiro do café não dava para continuar pagando tecnologia industrial.

Especialmente os senhores que são de São Paulo, Rio de Janeiro, sabem que até os galpões industriais foram importados. Lá estão hoje. Pagar tecnologia da indústria, pagar alimentos, e a conta alimentos já era muito alta porque a partir de 1968 houve aquele grande choque com o embargo não político dos Estados Unidos, e o alimento duplicou de preço no mercado internacional, o Brasil teve que dispor de muito mais recursos para importar, além do choque de petróleo de 1972, que elevou de três para onze dólares o barril, e o Brasil dependia de 80% do petróleo que importava. Nós estávamos diante de um dilema: vamos ser um País que se afirma ou vamos ser um País falido?

Foi por isso que buscamos as soluções que melhor seriam possíveis de ser atingidas a curto prazo. Não abandonamos a Amazônia. Pegamos alguma coisa que conhecíamos, porque a soja saiu.

Acir Gurgacz, na sua Rondônia, havia sido feito um grande esforço e nós entendíamos, como vocês têm cerrado e têm áreas muito férteis, que ali seria uma possível experiência. E, olha, pusemos dinheiro ali. Foi o Estado que mais rapidamente foi formado. O primeiro gesto foi o Incra entregar ao Estado as terras. E vocês administraram as terras de lá e, com isso, a Amazônia teve um exemplo de evolução. Seu Estado hoje é um Estado da Amazônia desenvolvido em pecuária, em produção de grãos, na exploração da madeira, inclusive tem várias madeireiras com manejo sustentável – eu conheço algumas.

A nossa angústia é que temos um País que tem suas necessidades que têm de ser resolvidas a curto prazo. Quando falo em ciência, não falo em ciência que para; falo na ciência que é continuada. Cito meu exemplo: estou no nono ano – vai fazer nove anos – de integração lavoura e pecuária. Cada caso é um caso. Cada pasto é uma tecnologia. A Embrapa passa apertada comigo, porque eu cobro dela. É uma tecnologia em evolução e vai demorar muito mais do que dez, doze, quatorze anos. Tenho certeza de que a cada ano se incorporarão mais processos de sustentabilidade. Portanto, eu fui acompanhando todas essas reuniões porque eu queria ouvir dos cientistas, das universidades, da Embrapa, que participou comigo intensamente,. o que eles pensavam sobre isso. Eu posso dar aos senhores uma garantia: nós não estamos pensando em oferecer nenhuma solução que seja imediatista. A ciência será capaz de analisar caso a casos e promover evoluções.

Vou citar para os senhores um fato que tive oportunidade de relembrar esta semana quando eu estava em Goiás. Lá estava a Cooperativa Cocamar, de Maringá, que está fazendo um grande esforço na aplicação da integração lavoura e pecuária – pasmem! – em cima do Arenito Caiuá. Como agrônomo, fui lá ver. Não quis ouvir, nem ver só a fotografia. Fui, pessoalmente, ver. Colegas nossos acabaram indicando produção em cima de um solo muito raso, superarenoso. Eu jamais faria isso. Vão lá ver agora: estão produzindo quase 70 sacos, em média, de soja – 68 e pouco, está muito próximo. –.com a integração lavoura e pecuária dando lá de doze a quatorze arrobas de boi por ano, no mesmo ano, em cima do Arenito Caiuá. Isso é ciência em evolução. Deixar o arenito sujeito às pastagens naturais ele teria ido embora e nós teríamos lá crateras tremendas, mas está o homem manejando o arenito. Acho que essa é a solução que a ciência, a médio e a longo prazo, pode oferecer aos senhores. Essa é a evolução de que nós precisamos. Quando a gente tem matéria concluída, como essa, ela vai servir de base, mas se nós pararmos no trabalho do Dr. Antônio, é provável que estaremos inviabilizando grande parte da área brasileira em Estados como Santa Catarina, como Minas Gerais. A ciência que entendo é aquela que quer oferecer inovações. Nessa eu acredito. A ciência não será determinante para dizer sim ou não. Se ela cair dentro do sim ou não, ela vai acabar levando o nosso Código Florestal ao mesmo fiscalismo com que hoje está contemplado. Vou dizer mais: meus senhores, eu escolhi algumas áreas da Amazônia para serem atacadas. Escolhi, sim, no Estado de Rondônia, escolhi no norte do Mato Grosso, levei para lá Ênio Pipino e Ariosto da Riva, que, para mim, eram os dois maiores colonizadores, que deixaram lá alguma marca. É o Brasil de hoje. Evoluíram muito.

Coincidentemente, fui lá agora para verificar um trabalho da USP, junto com a Embrapa, para medir a incorporação de carbono anual na integração entre lavoura, pecuária e floresta em Sinop. Já se sabe que não será menos que cem toneladas de carbono/ano.

Essa é a ciência em que eu confio, aquela que é inovadora. Eu não vejo a ciência para lhes oferecer o garrote para falar. É 15, é 20, é 30 ou 50. Essa é uma ciência que nos ajuda na decisão política. Fazendo isso, nós acabamos com a agricultura de Minas, do sul de Minas, da Zona da Mata. O café de Minas e da Zona da

Mata é todo irregular. Nós vamos acabar com grande parte da agricultura do Rio Grande do Sul.

Não é assim. Não é a ciência que eu penso. Eu vejo que a ciência que nós precisamos incorporada dentro desse processo é aquela que seja capaz de achar soluções de manejo dos nossos recursos, manejos que sejam sustentáveis quando analisados sob o ponto de vista dos recursos naturais de que nós dispomos. Essa é a ciência em que eu acredito.

É por isso que fui a todas as reuniões. Eu me expus, debati. Fui muito criticado porque, quando cheguei lá, acharam que eu era representante dos grandes produtores. Eu, pessoalmente, sou pequeno ou médio produtor. Não, eu acredito na ciência que seja continua nas suas inovações, nos seus conhecimentos, e que possa resolver os problemas dos produtores. Sem isso, não precisamos dessa ciência, não, vamos resolvê-la de forma diferente.

É essa mensagem que eu quero que os senhores entendam. Eu não estou propondo, naquela minha fala, trazer o cabresto da ciência para um instituto legal perigosíssimo.

Eu chamaria mais a atenção... Já que tantos Senadores não usaram essa expressão, eu usaria. Será que nós não seremos capazes... Se for aprovada agora – eu acho que é benéfico para o Brasil a aprovação do que se propõe –, ela alivia um pouco a tensão, mas não resolve. Não resolve! Não seria mais factível que o Brasil tivesse a consciência de discutir um código ambiental e envolvesse as cidades, as partes urbanas, as áreas rurais, produtoras ou não? Que o Brasil se dispusesse, efetivamente, a não fazer o que está fazendo, criando, aleatoriamente, tantos parques nacionais e depois abandonando-os?

Hoje se criam por decreto as resecs. Essas resecs são um perigo, porque quem estiver lá dentro não é indenizado. Toda sua vida vai embora sem... Não perguntam se ele gastou para estar ali ou não. Eu acho que isso nós precisávamos ajudar, sim. Isso é um ponto político que tem que ser analisado , bem analisado, porque nós precisamos é de uma consciência do que é necessário. Para os nossos biomas serem, efetivamente, preservados, teremos de escolher grandes áreas e dar a elas o tratamento que elas merecem, não criar um parque e abandoná-lo.

Eu tenho uns exemplos críticos na minha vida. Eu nasci no segundo Município que o São Francisco banha. O Sr. Jânio Quadros, quando veio aqui, fez um decreto desapropriando 250 mil hectares na serra da Canastra. Mais de trezentos produtores foram expulsos de lá e ele não pagou a ninguém. Eu era de lá. Se eu começasse a mostrar a intenção de pagar, "ah, ele deve ser parente dele ou coisa semelhante". Não, levamos uma equipe de alto nível que definiu que, para preservar aquele bioma da (ininteligível) São Francisco, 78 mil hectares eram suficientes. E eu paguei a todos.

Agora, também na base do achismo, estão querendo voltar para os 250, e ninguém sabe o que vão fazer com aqueles outros 300 que foram expulsos para lá, voltaram e estão levando sua vida lá. O Brasil está cheio disso hoje. Citei este apenas como um exemplo.

Em Minas Gerais estava sendo criada uma resex da Sempre-Viva, e essa reserva até pegava um projeto do qual eu era orientador. Orientei o pessoal – estava aqui no Congresso já... Aliás, era muito interessante, porque era proposto por um professor da Universidade de Goiânia, que dizia "o nosso Estado", e o padre também, que dava o parecer dele, falava "o nosso Estado" – e ele era de Goiás. Eu falei: "Parece-me que esse projeto não foi bem feito". Mas tudo bem. E foi muito interessante, porque ele criava não uma, mas três reservas, uma de 28, outra de 32 e outra de 38 mil hectares em Minas Gerais.

Os senhores talvez não saibam – convido-os a ir lá –, mas em Minas Gerais há uma resex próxima a Diamantina com duzentos mil hectares: tem um jipe com o motor fundido, dois funcionários e um carro que está funcionando. Será que essas são as soluções que nós vamos dar aos nossos biomas que precisam ser preservados ou é o produtor que vai fazer isso? Isso precisa de ser discutido, e bem discutido, para que não façamos bobagens maiores do que as que já fizemos.

Meus amigos, o que vim pedir é uma ciência que seja capaz de resolver, que pegue o Arenito Caiuá – aqui não tem ninguém do Paraná, não é? – e faça o que estão fazendo lá. Que peguem as várzeas de Minas ou de onde quer que seja e aprendam a manejá-las, se for o caso, com soluções da Amazônia, com soluções que sejam capazes de não deturpar aquele bioma que lá está, até deixando-as vazias se for o caso. Eu acredito na ciência que seja permanente, que crie inovações e que dê soluções para este País.

O que nós temos é um país grandioso – aqui já se falou hoje –, um país continental que nós recebemos dos nossos ancestrais, felizmente livre, e cabe a nós, brasileiros, fazê-lo produzir. Está em nossas mãos: ou vamos torná-lo produtivo ou, pela nossa incompreensão e incapacidade, vamos destruí-lo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, prezado Ministro.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados.

Solicito aos Senadores que permaneçam no plenário, porque vamos instalar a Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte.

Só quero dizer, em nome da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Agricultura, que me sinto extremamente honrado de termos iniciado o debate sobre o Código Florestal procurando ouvir a ciência. Tenho convicção de que a Academia Brasileira de Ciências, a Embrapa, a SBPC, o Ministro Alysson Paulinelli e muito outros terão imensa contribuição a dar para que possamos construir a melhor legislação possível para o Brasil.

Muito obrigado.

Antes de encerrar a reunião, submeto a ata à deliberação do Colegiado.

Os Senadores que concordam com a aprovação da ata desta reunião queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião conjunta.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h34min.)

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às doze horas e um minuto do dia doze de abril de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, LOBÃO FILHO e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ROMERO JUCÁ, DESMÓSTENES TORRES** e **PAULO DAVIM**. Justificaram a ausência os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA**. **Item 1) LEITURA DE AVISOS.** É realizada a leitura dos seguintes avisos, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009-CMA: Avisos n°s 97/2010, 26/2011; 21/2009, 2/2011, 90/2010, 30/2011, 27/2011, 16/2011, 62/2002, 33/2010, 23/2010, 19/2009, 51/2000, 34/2011, 4/2011; Ofícios "S" nºs 01/2011, 25/2010, 4/2011 e 5/2011; Avisos diversos n°s 2020-Seses-TCU-Plenário, 2030-Seses-TCU-Plenário, 1917-Seses-TCU-Plenário, 1174-GP/TCU, 2223-Seses-TCU-Plenário, 210-Seses-TCU-Plenário, 205-Seses-TCU-Plenário, 205-Seses-TCU-Plenário, 203-Seses-TCU-Plenário, 203-Seses-TCU-Plenário, 127-Seses-TCU-Plenário, 173-Seses-TCU-Plenário, 215-Seses-TCU-Plenário, 158-GP/TCU, 301-Seses-TCU-Plenário, 244-GP/TCU, SGP 7144/10. **Item 2) REQUERIMENTO n° 11, de 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do artigo 102-A, combinado com o artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligência para verificar os limites para a demarcação de unidades de conservação localizadas na Serra da Canastra, em Minas Gerais, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que "Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000" e Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2010, que "Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 3) REQUERIMENTO n° 12, de 2011-CMA,** que "Requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, no dia 26 de abril do corrente, com a presença do Sr. Achim Steiner, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da Srª Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, e do Sr. Embaixador Luiz Figueiredo, Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, com o intuito de debater as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, a realização da Conferência Rio+20, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e os eventos esportivos das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014, sob o prisma de sua sustentabilidade ambiental.". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 4) REQUERIMENTO n° 13, de 2011-CMA,** que "Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e

Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 5) REQUERIMENTO n° 14, de 2011-CMA,** que "Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública para debater Políticas Permanentes de Enfrentamento de Desastre Naturais com as presenças de representantes da Comunidade Cientifica, a serem definidas posteriormente e representantes dos Ministérios da Integração Nacional e Meio Ambiente". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Em discussão, usam da palavra o Senador João Pedro e a autora da proposição, Senadora Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 6) REQUERIMENTO n° 15, de 2011-CMA,** que "Nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de ouvir o Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente sobre os efeitos sociais e os impactos ambientais das obras, já em andamento, das Usinas de Jirau e de Santo Antonio, no Rio Madeira. Solicita ainda que sejam ouvidos na mesma audiência os representantes dos Consórcios "ESBR – Energia Sustentável do Brasil" e "Madeira Energia", que foram os vencedores dos leilões de concessão das obras das usinas hidrelétricas". Autoria: Senador João Pedro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 8) REQUERIMENTO n° 17, de 2011-CMA,** que "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 8º, II, 90, III, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face da reportagem exibida, em 13 de fevereiro de 2011, pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que denunciou negociatas relacionadas a assentamentos rurais implementados pelo Governo Federal, requer, por meio desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), as seguintes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário: 1) Como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem agido para que, nos assentamentos rurais cuja implantação e desenvolvimento lhe compete fiscalizar, seja atendido o disposto no art. 189 da Constituição Federal e nos arts. 18, caput, e 21 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, segundo os quais os títulos de domínio ou de concessão de uso referentes a imóveis rurais distribuídos em virtude da reforma agrária devem permanecer inegociáveis pelo prazo de dez anos? 2) O que tem sido feito para tornar a fiscalização pelo Incra nos assentamentos mais eficiente? 3) Com que frequência, nos últimos cinco anos, o Incra tem identificado, em cada unidade da Federação – notadamente no Estado do Mato Grosso –, o desrespeito à cláusula de não negociabilidade que deve constar dos mencionados títulos de domínio ou de concessão de uso? 4) De acordo com os critérios adotados pelo Incra, o que é necessário para caracterizar o esbulho possessório e a invasão impeditivos de desapropriação (art. 2º, § 6º, da Lei nº 8.629, de 1993)? 5) É possível prontificar dados, relativos aos últimos cinco anos, mediante os quais se possam identificar (a) imóveis rurais, nas diversas unidades federativas – e, especialmente, no Estado do Mato Grosso –, que, devido a esbulho ou invasão, permaneceram insubmissos à desapropriação pelo período estipulado em lei (dois anos ou, em caso de reincidência, quatro anos, contados da desocupação)?; (b) casos em que, de acordo com a parte final do § 6º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, foi apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem eventualmente tenha concorrido para o descumprimento dessa vedação?; (c) pessoas que, com fundamento no § 7º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, foram excluídas de programas de reforma agrária do Governo Federal?; (d) entidades, organizações, pessoas jurídicas, movimentos ou sociedades de fato que, em razão de qualquer dos motivos arrolados nos §§ 8º e 9º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 1993, deixaram de receber recursos públicos? 6) O Incra se articula com as secretarias de segurança pública ou as polícias dos estados para, tempestivamente, tomar ciência e obter dados sobre esbulhos possessórios e invasões perpetrados em todo o País? 7) Informado pela equipe de reportagem da Rede Globo de Televisão sobre a venda, pelos beneficiários de programas de reforma agrária na Cidade de Novo Mundo, MT, das glebas que lhe foram concedidas pelo Governo Federal, antes de

expirado o prazo de dez anos contados da concessão – o que configura ilegalidade –, o chefe da unidade do Incra responsável por tal localidade, Sr. Luiz Carlos de Araújo, prometeu fazer uma vistoria na área. Essa vistoria já foi feita? Em caso afirmativo, a que conclusões se chegou sobre a situação da área e a pertinência das denúncias feitas na reportagem? 8) Além da promessa de vistoria na área relacionada às denúncias, feita pelo Sr. Luiz Carlos de Araújo, a Superintendência Regional do órgão adotou outras medidas para verificar a pertinência dos fatos aduzidos na reportagem e impedir que se perpetuem ou se repitam? 9) Gilmar Nantes, que a mencionada reportagem denunciou estar negociando, no norte do Mato Grosso, a distribuição de glebas a serem destacadas de imóveis rurais que sequer chegaram a sofrer ainda desapropriação, já foi beneficiado com lote em algum projeto de assentamento promovido pelo Governo Federal ou é pretendente desse benefício? E quanto a João Francisco de Paula (vulgo João Barbudo)?". Autoria: Senador Pedro Taques. Em discussão, usam da palavra o autor da proposição, Senador Pedro Taques, e os Senadores Flexa Ribeiro, Ivo Cassol e João Pedro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 9) REQUERIMENTO n° 18, de 2011-CMA,** que "Requer que esta Comissão, no cumprimento de sua atividade constitucional de fiscalização, nos termos do art. 50 e 58 § 2º, III e V, da Constituição Federal e art. 90, III e V, do Regimento Interno, convoque o Presidente da ANATEL Ronaldo Mota Sardenberg e o seu Procurador Geral, senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika, bem como, solicite o depoimento do Sr. Antônio Domingos Bedran, Ex Procurador daquele órgão para prestarem esclarecimentos a respeito dos bens de propriedade da União, móveis e terrenos, que, por força dos contratos de privatização das empresas de telecomunicações, foram cedidos para as empresas privadas com cláusula de reversibilidade ao final dos respectivos contratos". Autoria: Senador Pedro Taques. Em discussão, usam da palavra os Senador Eduardo Braga, João Pedro e Flexa Ribeiro; e o autor da proposição, Senador Pedro Taques. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 77, DE 2009,** que "Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário". Autoria: Deputado Vinicius Carvalho. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Contrário à matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório contrário à matéria, que passa a constituir o Parecer da CMA. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO nº 19, de 2011-CMA**, que "Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, *a* e *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a presença dos membros da Comissão de Juristas destinada a oferecer subsídios para a atualização do Código de Defesa do Consumidor, composta pelo Ministro HERMAN BENJAMIN, do Superior Tribunal de Justiça e pelos Senhores Juristas ADA PELLEGRINI GRINOVER, CLÁUDIA LIMA MARQUES, LEONARDO ROSCOE BESSA e ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER. A Audiência Pública destina-se a prover informações a esta Comissão sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Juristas". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **2) REQUERIMENTO nº 20, de 2011-CMA**, que "Requer realização de audiência pública conjunta, com a CCJ, para debater o Projeto de Lei do Senado n.º 53, de 2010 que altera a disciplina referente à continuidade dos serviços de telecomunicações prestados em regime público, bem como a reversibilidade de bens, tendo como convidados: Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Presidente da Telefônica, Presidente do Grupo Oi, Presidente da CTBC, Presidente da EMBRATEL, Presidente da SERCOMTEL e a Sra. Ana Luiza Valadares Ribeiro, ex– Procuradora Geral da ANATEL". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 7) REQUERIMENTO n° 16, de 2011-CMA; Item 10) PDS N° 200, DE 2007; Item 11) PLS Nº 489, DE 2008; Item 12) PLC Nº 141, DE 2010; Item 14) PLS N° 195, DE 2009; Item 15) PLC N° 70, DE 2009; Item 16) PLC N° 35, DE 2009; Item 17) PLS N° 258, DE 2009; Item 18) PLC N° 328, DE 2009, que tramita em conjunto com o PLS N° 536, DE 2009; Item 19) PLC N° 151, DE 2010; Item 20) PLS N° 64, DE 2010; Item 21) PLS N° 259, DE 2008.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA NA REUNIÃO DE 12-4-2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 1:

Leitura dos avisos nº 97/2010, 26/2011; 21/2009; 2/2011; 90/2010; 30/2011; 27/2011; 16/2011; 62/2002; 33/2010; 23/2010; 19/2009; 51/2000; 34/2011; 4/2011; Ofícios: sem número; 1/2011; 25/2010; 4/2011; 5/2011, em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, aprovado em 8 de dezembro de 2009.

Comunico para conhecimento, de acordo com o referido ato, diversas decisões encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União a esta Comissão, todas relacionadas na pauta cheia serão incluídas na ata desta reunião.

Item 2:

Requerimento nº 11, de 2011.

Requer nos termos do art. 102-A, combinado com o art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado, que seja realizada diligência para verificar os limites para demarcação de unidade de conservação localizada na Serra da Canastra, em Minas Gerais, tendo em vista tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que cria área de proteção ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de Unidade de Conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010, que altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de Unidade de Conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3:

Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no dia 26 de abril do corrente, com a presença do Sr. Achim Steiner, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); da Srª Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, e do Sr. Embaixador Luiz Figueiredo, Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, com o intuito de debater as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, a realização da Conferência Rio+20, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, os eventos esportivos das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014, sob o prisma da sustentabilidade ambiental.

Quero, antes abrir a discussão, dar uma explicação. Na semana passada, eu tive a oportunidade de me reunir com a representante do escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil, Drª Cristina Montenegro, em que me relatou a vinda do Dr. Achim Steiner para participar do fórum mundial no Rio de Janeiro e que estaria em Brasília durante um dia. Então, eu fiz a consulta se seria possível trazê-lo à Comissão de Meio Ambiente do Senado, especialmente para falar sobre a Rio+20 e as suas relações com a economia verde.

Ela me confirmou que havia grande interesse, inclusive deixou pré-agendada essa data do dia 26 de abril. Já consultei, tomei a liberdade também de consultar o Embaixador Figueiredo e a Ministra do Meio Ambiente, que foi a única que não confirmou ainda definitivamente, mas se disse disposta a vir, ficou de tentar fazer um ajuste na agenda.

Portanto, eu gostaria de dar essa explicação sobre a grande oportunidade para esta Comissão discutir a Rio+20 de forma propositiva.

Está em discussão o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4:

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 dezembro de 2006; 5.070, de 7 de julho de 1996; 8.997, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Tele-

visão – Abert; o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; o Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil; o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV, e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5

Requerimento nº 14, de 2011. Nos termos regimentais, requer realização de audiência pública para debater Políticas Permanentes de Enfrentamento de Desastres Naturais, com as presenças de representantes da comunidade científica, a serem definidas posteriormente, e representantes do Ministério da Integração Nacional e Meio Ambiente.

A autora é a Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, com a anuência da autora, Senadora Vanessa, eu gostaria que essa discussão, esse requerimento evidentemente aprovado, mas que a discussão pudesse se dar no âmbito da Comissão Temporária Externa, que vai tratar da questão ambiental. Essa Comissão é uma propositura do Senador Jorge Viana e que tem uma agenda importante sobre esse debate.

Considero importante o requerimento da Senadora, mas gostaria que a materialização dele fosse feita no âmbito desta Comissão, que é de uma propositura da Comissão Externa para tratar da questão ambiental, das mudanças climáticas e defesa civil, numa agenda que tem o Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto a autora do requerimento e o autor da proposição, se não é o caso de fazermos audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente com essa Comissão Temporária Externa do Senado.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu concordo com a sugestão do Senador João Pedro. Ele nos apresenta aqui o Requerimento nº 171, que, sem dúvida nenhuma, deverá ser aprovado, através do qual o Senador Jorge Viana solicita a criação de uma comissão temporária, composta por...

Não é externa, Senador, é uma comissão temporária, composta por 11 membros, para debater, membros de regiões diferentes do País, no prazo de 90 dias, para debater as alterações do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Esse é um tema tão importante, Senador Rodrigo, que, ontem, iniciou-se, e V. Exª deve ter participado, eu não pude ir, mas ontem à noite teve a abertura do Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres, uma perspectiva da Defesa Civil Nacional, debatendo experiências internacionais, promovido, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. É o Ministro Fernando Bezerra que está também na coordenação disso, junto com a Defesa Civil.

É uma questão fundamental, porque não é apenas o Japão. O Brasil também tem sido vítima, em todas as nossas regiões, de problemas de desastres naturais.

Então, eu acho que a proposta do Senador Jorge Viana é fundamental, importante. Nós poderíamos nessa Comissão Permanente fazer pelo menos esse debate em conjunto, porque é um tema que nos interessa também, interessa ao meio ambiente.

Então, eu acato a sugestão do Senador João Pedro, com o adendo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só quero alertar os nobres Senadores para o fato de que é importante uma articulação com a Comissão Especial, que ainda não foi composta, não sei se já foi composta. Para que seja uma audiência conjunta, ela também tem que aprovar o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6:

Requerimento nº 15, de 2011. Nos termos regimentais, requer a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir o Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente sobre os efeitos sociais e os impactos ambientais das obras já em andamento, das usinas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira. Solicita, ainda, sejam ouvidos, na mesma audiência, os representantes do Consórcio ESBR – Energia Sustentável do Brasil e Madeira Energia, que foram os vencedores dos leilões de concessões das obras das usinas hidrelétricas.

Autoria: Senador João Pedro.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero informar a esta Comissão que uma comissão composta de seis Senadores, o Senador Ivo

Cassol, o Senador Valdir Raupp, o Senador Acir Gurgacz, eu, o Senador Blairo Maggi e o Senador Jorge Viana, estivemos visitando as obras de Santo Antônio e de Jirau. Já tivemos, alguns de nós, oportunidade de nos pronunciar a respeito no plenário e estaremos encaminhando a todos os membros desta Comissão um relatório da viagem nos próximos dias.

Como esperávamos, é importante registrar que ontem as obras de Jirau também foram retomadas.

O Item nº 7 foi retirado de pauta, por ausência do autor.

Item 8:

Requerimento nº 17, de 2011.

É um requerimento muito grande, vou ler apenas o *caput.* Como todos vocês estão com a Ordem do Dia, por favor, acompanhem.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 8º, II, 90, III, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e, em face da reportagem exibida em 13 de fevereiro de 2011, pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que denunciou negociatas relacionadas a assentamentos rurais implementados pelo Governo Federal, requer, por meio desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, as seguintes informações ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Consulto se preciso ler todo o requerimento.

Se houver concordância, passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há necessidade da leitura de todo o requerimento, Excelência, porque ele é muito longo, como V. Exª diz. Mas tenho notado que os requerimentos são feitos de forma genérica e a resposta tem vindo também de forma genérica, o que não satisfaz à função constitucional de um Senador.

Desta feita, entendi por bem fazer um requerimento desta forma, detalhado, como diz no meu Estado, para que a resposta seja feita tintim por tintim. Porque, senão, vamos cair na chamada enrolação, com o perdão desse tipo de expressão.

Então, não precisa ler o requerimento, agradeço a V. Exª, mas é tintim por tintim dessa forma que eu gostaria que fosse respondido. Se esta Comissão assim o entender, há de deferi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Pedro Taques pelo seu requerimento. Ele, quando disse que fez o requerimento tintim por tintim, fez referência que ele quer receber a resposta do seu questionamento tintim por tintim. É exatamente isso. Ou seja, ele não pretende que o Incra venha com enrolação (a palavra que ele usou). Ele quer que o Incra seja objetivo nas respostas, que é exatamente o que a Comissão tão bem presidida por V. Exª, que é de fiscalização e controle, pretende.

Eu queria pedir anuência ao Senador Pedro Taques para aduzir ao Requerimento nº 17, de sua autoria, nos itens 3 e 5, onde ele faz referência no item 3: "com que frequência, nos últimos cinco anos, o Incra tem identificado, em cada unidade da Federação – notadamente no Estado do Mato Grosso –", eu gostaria que fosse incluído: e no Estado do Pará. O Estado do Pará é o Estado da federação onde está localizado o maior número de assentamentos do Incra na Federação brasileira.

Então, gostaria de ter também incluído o Estado do Pará, tanto no item 3 quanto no item 5, quando ele diz: "e especialmente no Estado de Mato Grosso", que incluísse também o Estado do Pará. Nos demais itens, ele faz referência a casos específicos no Estado de Mato Grosso. Mas, nesses, são genéricos, então, eu gostaria de ter também resposta do Incra aos casos de assentamentos no Estado do Pará. É sobre isso que solicito o atendimento por parte do autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero aqui aproveitar a oportunidade, aproveitar uma carona também no requerimento do Senador Pedro Taques e dizer que a sua propositura, Senador, é fundamental. Não podemos jamais ficar com meia resposta.

Fui Governador por dois mandatos no Estado de Rondônia e lá acompanhei muitos assentamentos, quer dizer, os poucos que foram feitos, essa é a verdade. Mas, infelizmente, muitos brigam por um pedaço de terra e, nem bem começa a legalização do assentamento, e já começa a negociação dos títulos. Tanto é verdade que o Estado de Rondônia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi, nas décadas de 70 e 80, o berço da reforma agrária brasileira.

E, se fizermos um levantamento de quantas propriedades do Estado de Rondônia, quantos proprietários daquela época têm o documento de que são os donos da terra ainda são muito poucos.

Posso, por exemplo, dizer com alegria que o meu sogro, na cidade do Colorado, ganhou um terreno do Incra e está até hoje no mesmo local. Mas, em compen-

sação, 98% dos vizinhos já venderam tudo. Lógico que são vinte e poucos anos. Mas, infelizmente, há muitas situações que o Governo Federal se preocupa em regularizar, em assentar essas famílias e, infelizmente, o pessoal vê como um meio de negócios.

Primeiro, muitos acabam pegando o sítio, tiram a madeira e vão vender a madeira porque precisam de dinheiro. Logo em seguida, pegam dinheiro no banco. E, aí, depois, como ele não produziu nada, infelizmente, em seguida, já está negociando.

E, além disso, eu dizia e trago até como sugestão nesta Casa, especialmente, depois, com essas informações, eu teria uma sugestão a dar ao Ministro da Reforma Agrária, ao Governo Federal, a toda a equipe. Que os assentamentos agrários seriam feitos, Senador Pedro Taques, nas redondezas das grandes cidades e essas famílias rurais passassem a produzir fruticultura, passassem a produzir hortaliças, porque você acaba dando trabalho para toda a família.

E o que tem acontecido tempos atrás, como agora também tem acontecido? É proibido desmatar, todo mundo sabe, temos que ter o marco zero. Mas, ao mesmo tempo, a gente vê o próprio Incra, o próprio Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário dando mais terra para o pessoal entrar mato a dentro. Aí não tem estrada, não tem escola, não tem infraestrutura, é a dificuldade. É só fazer o levantamento – eu poderia até acrescentar aqui no requerimento – de como se encontram todos os assentamentos feitos pelo Incra ou pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário nos últimos cinco anos. Quantos têm estrada? Como está a situação lá?

Eu sei por que nós trabalhamos em cima disso, há cobrança da sociedade, do pessoal. Sou a favor do assentamento, sou a favor da regularização, sou a favor do homem do campo, especialmente desses pequenos produtores. Mas não adianta dar um pedaço de terra se você jogá-lo no meio da mata querendo que ele produza, e sem assistência. Até a assistência, nós tivemos uma audiência, o Senador Blairo Maggi participou comigo, na última sexta-feira, da Comissão de Agricultura, e discutimos isso aqui.

Para vocês terem uma idéia, até a assistência técnica que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tinha que dar para essas pessoas assentadas não tem. E, quando faz, é muito precariamente, muito lentamente. A exemplo da Emater. Nosso Estado faz um trabalho extraordinário, mas, infelizmente, fiquei um ano sem a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No ano passado, fez de novo. Fazem muito pequeno; então, é muito tímida.

Então, é fundamental o seguinte: vamos assentar. Está assentado? Está. Vamos dar condições para que esses pequenos produtores não comercializem, não vendam suas terras. Eles só estão vendendo, estão negociando para frente, porque, infelizmente, a assistência que foi prometida para eles só fica no papel. Então, eu queria acrescentar aí o Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador João Pedro e, em seguida, o Senador Pedro Taques.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de dialogar com o Senador Pedro Taques – no mérito, não quero ser contra o requerimento, principalmente para pedir informações; acho que é um direito nosso absolutamente correto – sobre o item 2: o que tem sido feito para tornar a fiscalização pelo Incra nos assentamentos mais eficiente? Ora, o Incra não tem... Fiscalizar é muito pouco. Ele tem uma responsabilidade de gestão nos assentamentos. Então, vai além de fiscalizar. Eu quero chamar a atenção de que não é fiscalizar. Ele tem uma responsabilidade de gestão do ponto de vista da destinação da terra pública, do ponto de vista de garantir às famílias assentadas, de garantir a infraestrutura, de garantir a produtividade. Eu considero esse termo fiscalizar não adequado para a importância do Incra nos assentamentos.

Outra questão para a qual quero chamar a atenção é o item d: entidades, organizações, pessoas jurídicas, movimento ou sociedades de fato que, em razão de qualquer dos motivos arrolados nos §§ 8º e 9º do art. 2º da Lei nº 8.629, deixaram de receber recursos públicos. Gostaria de entender melhor para ter uma opinião mais apurada sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Tem uma outra questão no item 9º do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me, Senador. Tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – No item 9º, ele está relatando uma denúncia feita pela emissora de televisão TV Globo. E o item 9º diz o seguinte: a mencionada reportagem denunciou estar negociando no norte de Mato Grosso a distribuição de glebas. No caso não seriam lotes e não glebas? Gleba é uma quantidade maior de terra. Ou se é isso mesmo? Eu estou querendo dialogar para entender. Se aqui, no caso, é distribuição de lotes e não de glebas? Enfim, estou dialogando, mas tem o meu apoiamento, a minha concordância com a iniciativa do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, autor do requerimento.

Quero lembrar que este requerimento, se aprovado pela Comissão, irá à Mesa Diretora do Senado, que é quem encaminha o pedido de informações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Eu sou Senador pelo Estado de Mato Grosso, mas também sou Senador da República. Sou representante do Estado de Mato Grosso. Portanto, eu não tenho nenhuma objeção à inclusão de outros Estados da Federação – Pará, Rondônia – aqui. Só que, em termos de técnica de requerimento, se você pedir muitas informações... Faz quinze anos que faço requerimento; ainda não o faço bem feito. Como membro do Ministério Público, só fiz requerimentos. Existe técnica para fazer requerimento e técnica para responder requerimento. Se você quiser enrolar na resposta, nós vamos passar dez anos discutindo a resposta. Se nós abrirmos muito o leque aqui, nós vamos ficar aqui mais umas dez legislaturas para frente discutindo isso.

O que eu quero, efetivamente, aqui é saber o seguinte – Senador João Pedro, eu não tenho nenhuma objeção à troca de termos aqui: fiscalização por gestão: se, efetivamente, o Incra está cumprindo o seu papel legal, efetivamente isso. As palavras são... Inclusive fiscalização. Eu concordo inteiramente com a substituição dessas palavras. Eu não tenho nenhuma objeção à substituição dessas palavras.

Todos os requerimentos aqui que foram definidos têm um objetivo: saber se o Incra está cumprindo sua atribuição legal e saber se existe corrupção na venda. Se é gleba, se é lote ou domínio, isso varia de região para região, como varia o alqueire, se é mineiro, se é goiano, se é mato-grossense. Eu levei em conta aqui o Estado de Mato Grosso, mas eu não tenho nenhuma objeção à modificação do requerimento, desde que ele não perca sua essência: saber se o Incra está cumprindo sua atribuição legal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só quero lembrar aos nobres Senadores que, efetivamente, eu leio o requerimento aqui e que a incorporação, pura e simples, do nome de alguns estados vai ficar meio sem nexo, porque trata-se de questões muito específicas relativas a Mato Grosso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu retiro minha solicitação e farei, com o acompanhamento do Senador Pedro Taques, um requerimento específico para o Estado do Pará.

O SR. BLAIRO MAGGI ((Bloco/PR – MT) – Para mim, não tenho nada contra, também, mas quero só colocar que a legislação é federal. A propositura que tem tanto para Mato Grosso, para o Pará ou para Rondônia, quer dizer, o Incra é o mesmo. Então, eu vejo que não teria por que fazermos requerimentos separados.

No meu caso, vejo que aproveitar a carona seria bom. Mas eu faço o que é mais fácil para a Casa. O que a Casa considerar que é mais fácil estarei à disposição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não existe nenhum prejuízo em fazer requerimento por Unidade Federada, não existe nenhum prejuízo. Prejuízo existe na resposta ao requerimento, desde que seja feita a resposta – e isso conste no requerimento –, de forma separada, por Unidade Federada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Deixa-me sugerir o encaminhamento. A gente encaminha os requerimentos, separadamente, e a Comissão aprova os requerimentos e os enviará à Mesa do Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou solicitar a expertise do Senador Pedro Taques para fazer um requerimento para colocar o Incra dentro do padrão do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, solicito que os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol encaminhem formalmente seus requerimentos à Secretaria da Comissão.

Em votação requerimento do Senador Pedro Taques.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9:

Requerimento Nº 18, DE 2011-CMA

Requer que esta Comissão, no cumprimento de sua atividade constitucional de fiscalização, nos termos do art. 50 e 58 § 2º, III e V, da Constituição Federal e art. 90, III e V, do Regimento Interno, convoque o Presidente da ANATEL Ronaldo Mota Sardenberg e o seu Procurador Geral, senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika, bem como, solicite o depoimento do Sr. Antonio Domingos Bedran, Ex-Procurador daquele órgão para prestarem esclarecimentos a respeito dos bens de propriedade da União, móveis e terrenos, que, por força dos contratos de privatização das empresas de telecomunicações, foram cedidos para as empresas privadas com cláusula de reversibilidade ao final dos respectivos contratos. Autoria: Senador Pedro Taques.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero indagar ao ilustre Senador Pedro Taques se ele manteria como convocação ou se transformaria em convite o presente requerimento. E gostaria, também, de ouvir o Senador Pedro Taques sobre as informações que o Senador, porventura, já possa ter quanto a ser convite ou convocação. Portanto, eu gostaria de poder acompanhar, mas gostaria de ter um pouco de informação. Primeiro, sobre convocação ou convite e, também, com relação às informações que, porventura, já se tenha com relação a essas informações que estão colocadas aqui e atribuídas à TV Bandeirante, inclusive.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Acerca do que levanta o Senador Eduardo Braga, eu quero só lembrar que nós não podemos convocar. É regimental. Nós não podemos convocar. Acho que é convite mesmo, do ponto de vista do Regimento. Convocação é para Ministros, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra... Tem mais algum inscrito? Senador Flexa pediu a palavra?

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores, o Senador Pedro Taques traz à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, o Requerimento nº 18, e eu acho que está correta a proposta do Senador Eduardo Braga, que solicita a substituição da convocação por convite ao Presidente da Anatel, ao Procurador-Geral, Sr. Marcelo Bechara, e ao ex-Procurador Antonio Bedran.

Queria fazer uma ponderação ao autor do Requerimento, Senador Pedro Taques. Esse é um assunto que trata da questão da reversibilidade dos bens na área da telefonia fixa, que fez com que eu apresentasse um projeto de lei na legislatura passada, que está tramitando no Senado Federal, na CCJ. Nesse projeto, eu tive assessoria dos técnicos, dos consultores do Senado Federal na área das telecomunicações, inclusive e em especial, do Dr. Igor Vilas Boas. Ele, com muita propriedade, colocou que a questão da reversibilidade do patrimônio na área da telefonia fixa levava as empresas dessa área a não acompanharem o avanço da tecnologia, em função da exigência de, em 2025, terem seu patrimônio revertido para a União. Com isso, a telefonia fixa vinha perdendo avanço em nível de mercado, porque as empresas não estavam investindo em função disso. Ele propôs, então, nesse projeto que apresentei, a utilização, em vez da reversibilidade num sistema de instituto, em que fosse prevista a utilização de uma função social da propriedade. Ou seja, a União teria também o direito de obter os bens daquela empresa privada, caso ela deixasse de oferecer o serviço, que é de interesse social para a sociedade. Então, reverteria ao patrimônio da União aqueles bens da empresa privada.

Esse projeto, que está tramitando no Senado, encontra-se hoje na CCJ e tem como Relator o Senador Francisco Dornelles, recebeu o número de PLS nº 53.

Quero propor, Senador Pedro Taques, que se faça uma audiência pública conjunta, até para que o Senador Francisco Dornelles, que já apresentou o seu parecer favorável, inclusive, ao projeto, e os Senadores que compõem não só a CMA, mas também a CCJ, pudessem nessa audiência obter as informações que suscitam e, com razão, as dúvidas de V. Exª e de todos nós com relação a essa reversibilidade do patrimônio dessas empresas de telefonia fixa lá em 2025.

Sugeriria a V. Exª que nós pudéssemos convidar, para essa audiência conjunta, o Presidente da Anatel, evidentemente, e os presidentes das companhias de telefonia fixa.

Encaminhei à mesa também um requerimento dessa audiência conjunta, do Presidente da Telefônica, do grupo OI, da CTBC, da Embratel, da Sercomtel e da ex-Procuradora da Anatel, Drª Ana Luiza Valadares Ribeiro, que, junto com o ex-Procurador, Dr. Antonio Domingos Bedran, seriam, se V. Exª concordar, os que viriam participar dessa audiência. Eu pediria a V. Exª a exclusão do Procurador atual da Anatel, Dr. Marcelo Bechara, porque ele assumiu há pouco tempo a Procuradoria e não participou da preocupação que V. Exª tem, com toda razão, dessas autorizações que a Anatel deu ou deixou de dar, mas que foram exercidas pelas empresas de telefonia fixa, de transferência de patrimônio, sem que se tivesse tido o cuidado dessa reversibilidade que está prevista na concessão.

Então, era a solicitação que eu faria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só esclarecendo ao Senador João Pedro, a convocação pode ser mudada para convite, mas o que tenho perce-

bido, e não posso deixar de falar, Sr. Presidente, é que o Senado da República, através daqueles entendedores do Regimento, busca entender o Regimento acima da Constituição. O Regimento tem de ser entendido de acordo com a Constituição da República. O Regimento é uma espécie normativa que está prevista no art. 59 da Constituição com o nome de resolução. É uma espécie normativa que deve obediência à Constituição da República. Então, temos de fazer uma filtragem constitucional do Regimento. Eu estou entendendo o Regimento de acordo com a Constituição, não a Constituição de acordo com o Regimento.

Então, concordo com essa substituição, convite ou convocação, e digo que o que quero, como Senador da República, é exercer a minha atribuição constitucional de fiscalizar. Tenho certeza de que todos aqui também querem isso. Tenho certeza disso. Então, no tocante ao nome, a rosa não mudaria seu cheiro se ela se chamasse cadeira. Ela continuaria com o mesmo cheiro de rosa. O que quero é fundamentar para que essas pessoas possam prestar esclarecimento.

Respondendo ao Senador Eduardo Braga, a Lei Geral de Telecomunicação estabelece, em seu art. 101, o seguinte: a extinção da concessão transmitirá automaticamente à União a posse dos bens reversíveis. O que desejo com essa audiência pública é ouvir se esses servidores públicos, não interessa o nome que eles recebam, mas eles devem obrigação não ao Regimento, mas ao art. 37 da Constituição, é se eles estão ou não cumprindo o seu papel constitucional. O que desejo, objetivamente, é isso, porque a reportagem dá conta, e tenho um processo que fundamenta a reportagem, de que esse art. 102 não está sendo obedecido. É uma análise minha, mas isso depende de outros elementos. Então, a razão desse requerimento é essa.

Penso que já tenha respondido às duas indagações.

No tocante ao Senador Flexa Ribeiro, concordo inteiramente com o seu requerimento. A minha preocupação é ouvir essas pessoas para saber se o patrimônio da União está ou não sendo preservado, conforme determina a Constituição da República, não o Regimento, mas a Constituição da República. Então, não tenho nenhuma objeção a que esta Comissão faça essa audiência dessa forma, mas gostaria de ressaltar que o projeto do Senador Flexa Ribeiro pensa numa lógica do futuro para que possamos rediscutir a natureza jurídica dos bens reversíveis e a relação com o investimento das concessionárias de telefonia fixa, os futuros contratos de concessão. Por que isso? A Lei Geral de Telecomunicação, a Lei nº 9.472, estabelece um marco regulatório para a feitura dos contratos que já estão em andamento. Esses contratos se materializam no ato jurídico perfeito.

O ato jurídico perfeito não pode ser mudado, de acordo com o art. 5º, XXXVI, da Constituição da República. Ato Jurídico Perfeito, direito adquirido, coisa julgada é a chamada trilogia da irretroatividade e está lá escrito. Então, para o futuro, a lógica dele é para o futuro. Eu estou neste requerimento aqui querendo saber o seguinte: se a lei está sendo ou não respeitada. A lógica aqui é do passado para saber se esses servidores públicos tinham – o nome que recebam não me interessa – estão cumprindo o art. 37 da Constituição. Não vejo nenhum prejuízo, desde que isso seja ressaltado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Vamos colocar a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento, Senador Pedro Taques.

O Senador Flexa Ribeiro também fez uma colocação com relação à substituição no requerimento. V. Exª, quando da sua colocação, não abordou essa parte da colocação do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, é interessante para o meu pedido que nós possamos ouvir aquele que estava na Anatel no instante em que esses bens reversíveis ao art. 102 da Lei Geral de Telecomunicações teria que ser cumprido, se cumpriu ou não cumpriu. É isso que eu quero saber. Eu não sei se o Procurador-Geral da Anatel hoje lá estava. Se não estava, eu não tenho nenhuma objeção a que ele não seja ouvido agora, nenhuma objeção. Agora, se for possível eu acrescer mais um pedido aí, eu gostaria também que fosse ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Eu penso que o Senado precisa ser esclarecido a respeito desse fato, sem prejulgamentos, sem juízo de valor antes que nós tenhamos os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu quero manter... Eu considero importante a manutenção do Procurador-Geral, o Sr. Marcelo Bechara, mesmo ele assumindo essa Procuradoria há pouco tempo. Acho que completa a discussão. Se vier um presidente, vem um procurador. Na justificativa do requerimento, eu vou votar favoravelmente ao requerimento, e o Senado, a Comissão e o Senador, está cumprindo o seu papel da fiscalização. Mas, no

final da justificação do requerimento, dizia: "A Anatel não cumpriu a lei".

Então, o seguinte: é importante que estejam aqui, Srs. Senadores, o Presidente e o Procurador-Geral, mesmo ele estando há pouco tempo à frente da Procuradoria da Anatel.

Só isso, quero manter a presença do Procurador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente com o Senador João Pedro. Vamos ouvi-lo, sem nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos colocar em votação, com o acréscimo do Senador Pedro Taques para também convidar o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Em seguida, nós vamos apreciar extrapauta o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que, parece-me, complementa as colocações que você tinha feito e que foram aceitas pelo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já foi incorporado pelo Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas não é esse requerimento que está formalizado aqui?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois é, mas nós temos que formalizá-lo.

Então, em votação o requerimento do Senador Pedro Taques, com os acréscimos do Senador Flexa Ribeiro, que precisam ser incorporados formalmente à Mesa, como já está aqui o requerimento.

Então, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nosso próximo ponto de pauta já seria um projeto de decreto legislativo que foi retirado a pedido do autor e depois nós entramos nos projetos de lei.

Há um requerimento extrapauta, que eu consulto a V. Exªs se podemos apreciá-lo, de minha autoria. Estou sugerindo que nós convidemos todos os membros da Comissão de Juristas, criada pelo Presidente José Sarney, para estudar uma atualização, criar subsídios para a atualização do Código de Defesa do Consumidor, que venham a esta Comissão para dizer como está o estágio dos trabalhos, colocar a par esta Comissão.

Eu consulto se poderemos incluí-lo extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Vamos colocar então em votação o requerimento de convite ao Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, que é o Presidente da Comissão, e dos juristas Ada Pellegrini Grinover, Claudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa e Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para audiência pública, a fim de prover informações a esta Comissão sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Juristas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item nº 10 foi retirado de pauta, a pedido do autor.

O item nº 11 também será retirado de pauta, porque o Relator não se encontra.

Quero sugerir a esta Comissão o encaminhamento adotado pelo Presidente anterior desta comissão, Senador Renato Casagrande, que colocava os projetos prontos para a pauta para apreciação do Plenário. Na ausência do Relator, esses projetos são retirados de pauta. Caso haja uma segunda sessão com ausência do relator, seria nomeado relator *ad hoc* para fazer o parecer e, com isso, nós não acumularíamos um número muito grande de projetos sem apreciação do Plenário.

Consulto os Senadores membros desta Comissão se concordam com esse encaminhamento, porque, se concordarem, a partir da próxima reunião, a Presidência dará esse encaminhamento.

Aqueles que concordam com o encaminhamento, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Item nº 12, também retirado porque o Relator da matéria, Senador Vicentinho Alves, não se encontra presente.

Item 13:

Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2009, que dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário.

Autoria: Deputado Vinicius Carvalho. Relator: Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, 2009.

Relatório.

O projeto sob exame, de autoria do Deputado Vinicius de Carvalho, visa a tornar obrigatória a ado-

ção de medidas de proteção de cargas a granel transportadas em vagões ferroviários abertos, de forma a evitar o derramamento ou dispersão de partículas na atmosfera.

O projeto determina ainda que o descumprimento da norma suscitará às empresas infratoras a multa de R$500,00 para cada vagão desprotegido, valor que será duplicado em caso de reincidência.

A justificativa que acompanha a proposição aponta a necessidade de melhor segurança das cargas e transportes ferroviários a fim de evitar possíveis danos que possam causar ao meio ambiente, o que beneficiaria trabalhadores do setor e a população lindeira às vias férreas ou aos terminais de transbordo.

A matéria foi examinada na Câmara dos Deputados pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Viação e Transportes e de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovada na forma de substitutivo.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída para as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa. Não receberem emendas.

Bem, compete à Comissão de Meio Ambiente a análise do mérito do projeto quanto aos assuntos de sua competência, nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, observamos que, no que concerne ao meio ambiente, o País já dispõe de legislação bastante ampla, a qual inclui comandos que superam o previsto no projeto em exame.

Vou deixar de ler a legislação já aqui citada, e lembramos, portanto, que a redação original do projeto apresentado na Câmara referia-se ao uso de lona para a cobertura de cargas, tendo sido modificada para não citar essa fórmula específica de proteção considerada inadequada.

A nova redação, em contrapartida, ao propor de forma genérica a adoção de medidas para evitar o derramamento ou a dispersão de partículas na atmosfera, não apresenta vantagens em relação à legislação vigente. Caso aprovada, a proposição teria de ser complementada pelas normas de proteção do meio ambiente específicas para cada caso já constantes no arcabouço normativo brasileiro.

Dessa forma, Sr. Presidente, não obstante os elevados processos que norteiam a intenção do autor em sua iniciativa, a apresentação do projeto de lei sobre a matéria em discussão torna-se desnecessária, tendo em vista a existência de normas que já tratam da matéria de forma mais adequada e eficiente.

Portanto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 77, de 2009, que veio da Câmara Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o Relatório do Senador Blairo Maggi permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em função da ausência dos relatores dos demais itens da pauta e do fato de que os demais projetos são de caráter terminativo e precisariam de um quórum que não temos neste momento, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e 19 minutos do dia doze de abril de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senadores: **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Blairo Maggi, Antônio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Wellington Dias, Marcelo Crivela, Pedro Taques, Ivo Cassol, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Jayme Campos.** Também estiveram presentes os Senadores não-membros: **Clésio Andrade e Eduardo Suplicy**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da 6ª reunião extraordinária, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para conhecimento: Aviso nº 269, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha informações acerca de indícios de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores na seguinte obra: (PAC) BR-101/PE – adequação trecho divisa PB/PE – divisa PE/AL (tc 019.731/2009-3).Em seguida, dá-se início à realização da audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 8 e 9, de 2011-CI, aprovados em 24 de março e 07 de abril, de

autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro e Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, para debater a construção do trem de alta velocidade e sua viabilidade, com a presença dos seguintes participantes: Bernardo Figueiredo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Henrique Amarante da Costa Pinto – Superintendente da área de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Marcos José Mendes – Consultor Legislativo do Senado Federal; Joseph Barat – Economista da Planam Consult – Planejamento, Assessoria e Monitoração de Projetos Ltda; e Paulo Fleury – Diretor do Instituto de Logística e Suply Chain (ILOS). A Presidente destacou a importância desta discussão, em especial pela Medida Provisória nº 511, de 2010, que *dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro – RJ e Campinas – SP, e dá outras providências*, chega ao Senado Federal, com pontos relevantes a serem discutidos, embora com prazo curto para assim fazê-lo. Após a apresentação dos convidados, usam da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Marcelo Crivella, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy** e **Delcídio Amaral**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente.

Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 269, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha informações acerca de indícios de irregularidade grave, com recomendação de retenção parcial de valores, na seguinte obra: PAC BR-101, Pernambuco, adequação trecho divisa Paraíba-Pernambuco, divisa Pernambuco-Alagoas.

O referido documento está à disposição dos senhores membros na Secretaria da Comissão.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 8 e 9, de 2011, Comissão de Infraestrutura, aprovados em 24 de março e 7 de abril, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro e Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, com a finalidade de debater a construção do trem de alta velocidade e sua viabilidade.

Convido para compor a Mesa, como convidados, para participarem desta audiência pública, os Srs. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Henrique Amarante da Costa Pinto, Superintendente da Área de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal; Josef Barat, economista da Planam Consult (Planejamento, Assessoria e Monitoramento de Projetos Ltda); Paulo Fleury, Diretor do Instituto de Logística Suply Chain.

Informo aos senhores expositores que terão quinze minutos cada um para a sua explanação.

Antes de dar a palavra aos nossos expositores, eu gostaria de fazer algumas considerações. Nesta tarde, vamos discutir, com o auxílio dos nossos convidados, o projeto do trem de alta velocidade, que pretende interligar as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Inicialmente, eu gostaria de ressaltar a importância do debate que aqui vamos realizar.

A Medida Provisória nº 511, de 2010, que trata do assunto, foi aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada e chega ao Senado com graves limitações de tempo para discussão, pois seu prazo para apreciação vence já na sexta-feira, dia 15 de abril. Não há dúvidas de que nosso País necessita de mais e melhores recursos para o transporte. Há enormes carências advindas do baixo volume de recursos investidos ao longo das últimas décadas.

Especificamente em relação ao transporte de passageiros, não há dúvidas de que o projeto do trem de alta velocidade poderia trazer benefícios múltiplos no campo ambiental, na capacitação da engenharia nacional e mesmo na melhoria da nossa autoimagem como uma iniciativa que desse visibilidade, no cenário mundial, ao bom momento vivido por nossa economia.

A engenharia financeira por trás de um trem de alta velocidade, entretanto, traz muitas preocupações, Srs. Expositores, e muitas interrogações desta

Comissão, quais sejam, o custo total da obra previsto em R$34.63 bilhões, dos quais a União se dispôs a entrar com R$3.40 bilhões diretamente, por meio de uma empresa pública específica. Além disso, preocupa que o BNDES se ofereceu para financiar o projeto em até R$20 bilhões, recursos estes que serão aportados pelo Tesouro Nacional, com taxas de juros subsidiadas, carência de seis meses e prazo de 30 anos.

É evidente que o volume de recursos faz com que a Comissão ou os Srs. Parlamentares demandem alguns questionamentos.

Primeiro, sobre a prioridade da obra. Sabemos que na área de infraestrutura temos graves problemas de navegação fluvial, temos graves problemas na duplicação das rodovias, nas ferrovias Norte-Sul, inclusive da Região Centro-Oeste, na construção da Transnordestina. Ou seja, do ponto de vista do mérito de uso, há muitas alternativas para os recursos alocados. Daí por que gostaríamos de saber qual foi a prioridade estabelecida para o Governo implantar este projeto.

Além disso, há muitas dúvidas acerca dos índices de dimensionamento utilizados no projeto, principalmente sobre a demanda. O que aconteceria, por exemplo, caso as previsões de demanda não se concretizem e a concessionária de serviço não seja capaz de sobreviver financeiramente somente com os recursos gerados pela operação do sistema? Essa é uma das perguntas sobre essa questão. E, neste cenário, o que faria o Governo?

Por fim, queremos saber se a tecnologia adotada não poderia ser substituída por outra mais barata. De qualquer maneira, independente dos posicionamentos aqui externados pelos Srs. Expositores, entendemos ser muito importante este debate, uma vez que poderá nos oferecer elementos indispensáveis para a avaliação que vamos fazer da medida provisória que deveremos votar nos próximos dias.

Era só o que eu tinha a dizer. Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Bernardo Figueiredo, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço a oportunidade de estar hoje participando desta reunião. Penso que é necessário que os debates sejam efetuados de forma a que todos compreendam o que está fazendo, quais são as intenções, qual o modelo segundo o qual o projeto está sendo feito, isso para que nós possamos ir formando as convicções.

Esse projeto já vem sendo discutido de uma forma intensa com a sociedade de uma forma geral e com todos os Municípios por onde passa já há algum tempo. Só no processo de consulta pública já vamos partir para o segundo ano em que todos os dados estão disponíveis para consulta. Mas é sempre importante o aprofundamento do debate.

No entanto, como o Dr. Henrique Pinto, do BNDES, tem uma apresentação técnica com todas as informações detalhadas, gostaria que essa parte técnica fosse apresentada por ele. Só gostaria de fazer alguns comentários gerais e considerar que a minha fala se complementa com a fala dele.

A primeira coisa que se debate é quais são as razões para se fazer um trem de alta velocidade entre Rio, São Paulo e Campinas. Quando esse projeto... Eventualmente, vou falar aqui um pouco como testemunha ocular do processo que foi construído, não necessariamente como diretor da Agência, porque estou no cargo há pouco tempo. Talvez algumas falas envolvam... Talvez tivesse alguém do Ministério dos Transportes que poderia estar falando isso com mais propriedade. Mas como acompanhei todo o processo, posso falar um pouco sobre as razões para a construção.

Quando se discutiu a introdução desse projeto no PAC, em janeiro de 2007, não era uma novidade, era uma discussão antiga. Em 1998, o Governo Federal, num acordo com o governo alemão, fez um estudo detalhado dessa região, da necessidade de transporte tanto de carga quanto de passageiros no eixo Rio-São Paulo-Campinas. Esse trabalho foi a base para a retomada da discussão em 2007. Na verdade, em 2007, retomou-se um processo de discussão e de estudo desse projeto que vinha desde 1998. Em 2000, inclusive, foram realizados vários eventos de discussão desse projeto, não se avançou muito na modelagem e na decisão de fazer a obra. Na época em que foi inserido no PAC, discutia-se a equação de transporte no eixo Rio-São Paulo. Era uma época em que vínhamos de um trauma com a questão aérea e discutia-se como equacionar o transporte de pessoas nesse eixo, olhando o impacto que essa demanda tem no transporte aéreo e o efeito que o atendimento dessa demanda tem nos centros urbanos e na região.

Então, quando você olha com a visão do século XXI uma questão dessa magnitude, que pega o maior aglomerado urbano do mundo, a região que concentra a maior parte do PIB nacional, 30% da população nacional, em um espaço geográfico curto, você tem que olhar quais são as soluções de transporte que existem para esse tipo de demanda. E não existe hoje no mundo uma tecnologia mais adequada. E existe um consenso entre todos os especialistas de transporte do mundo de que, nestes casos, como no eixo Rio-São Paulo-Campinas, a tecnologia mais indicada é o trem de alta velocidade. E não é só pela qualidade do que representa esse transporte ou pela qualidade da

tecnologia, é pelos efeitos positivos que a aplicação dessa tecnologia gera em todos os sentidos, seja na reordenação da ocupação urbana, ao permitir que a população saia dos grandes aglomerados e vá morar em outras regiões com mesma qualidade de acesso aos centros urbanos, às vezes até melhor do que se tivesse morando nos aglomerados urbanos, a possibilidade de integrar no desenvolvimento econômico municípios que estão nesse eixo e que podem, por ter uma sensibilidade mais adequada, alavancar o seu desenvolvimento, seja pelo impacto que isso gera no meio ambiente ao substituir as opções que existem ao transporte ferroviário, ao avião ou ao automóvel, e todas duas com efeitos muito danosos para o meio ambiente e para a qualidade de vida, especialmente no caso dos aeroportos urbanos. Nós não temos condições de replicar o aeroporto na cidade do Rio ou na cidade de São Paulo de forma a manter o mesmo tipo de atendimento que tem hoje, seja na qualidade que isso gera da ordenação da ocupação.

Uma estrada gera uma ocupação desordenada ao longo dela, que gera efeitos danosos tanto para o meio ambiente quanto para o desenvolvimento da cidade. O trem não, ele consolida mais os polos de desenvolvimento e o crescimento mais organizado da sociedade. Então, ele gera efeitos de uma forma geral, tanto para economia quanto para o meio ambiente.

Quando se discutiu esse projeto, se discutiu olhando o que era o investimento que equacionaria de uma forma sustentável o transporte. Não adianta eu falar assim: "Ah, eu vou duplicar, hoje, um aeroporto; daqui a 20 anos eu vou instalar um novo aeroporto; e daqui a 40 anos..." Então, nós estamos olhando essa região para os próximos 40 anos e o único investimento que tem o atributo de ter uma capacidade crescente e adequada ao nível de demanda é o transporte ferroviário, especialmente o transporte de alta velocidade.

Nós temos situações, que foram apresentadas em um seminário que teve agora, recentemente, em São Paulo, de linhas como essa transportarem até 400 milhões de passageiros. Então, ele tem o atributo de poder, a partir de um investimento na instalação de infraestrutura, vir crescendo e fazer um atendimento sem necessidade de novos investimentos a longo prazo, a longuíssimo prazo. Aliás, haja vista o que acontece, hoje, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, que consolidaram, na época em que a ferrovia era tecnologia moderna, uma malha ferroviária que até hoje é utilizada, inclusive para o transporte de alta velocidade.

Esse projeto tem uma outra razão, que é a qualidade de serviço que vai ser oferecida para os usuários. A experiência internacional que tem na instalação de trens de alta velocidade indica que esse serviço é a opção natural da população, mesmo em condições adversas, em relação às outras alternativas. Então, ele acabou com o transporte aéreo de Tóquio para Osaka, ele teve um efeito drástico na redução do transporte aéreo na Coreia e em todos os países onde foi instalado. Por quê? Porque a opção pelo trem de alta velocidade é a opção para o serviço que é confortável, sem comparação com o aéreo e com o rodoviário. Ele é confiável, ele é previsível. O atraso médio, no Japão, é de 20 segundos por ano no transporte ferroviário de alta velocidade. Então, ele é previsível, ele é confiável, ele é confortável, ele é seguro, ou seja, o Japão há 40 anos tem o trem de alta velocidade e nunca teve um acidente fatal. Então, é um transporte seguro. Ele é um transporte que tem alta capacidade, que tem capacidade de responder a demandas, qualquer que seja o tipo de perfil dessa demanda, e ele é um transporte de baixo custo.

A ferrovia é, estruturalmente, mais barata nessa distância que qualquer outra alternativa de transporte. Então, olhando numa perspectiva de longo prazo, ele é o transporte sustentável que encaminha um transporte estruturalmente mais barato que os outros.

Então, essas foram as discussões que ocorreram na época, especialmente porque o trem de alta velocidade, ao interligar os aeroportos, permite que se faça uma utilização mais racional e um redesenho da malha aérea, utilizando os aeroportos de uma forma mais racional, especialmente o aeroporto de Viracopos, que, hoje, é um aeroporto que tem um potencial de crescimento muito grande e está deslocado, porque não tem uma alternativa de ligação nem com os centros urbanos, nem com as outras cidades.

Então, o trem de alta velocidade permitiria, por exemplo, que Viracopos virasse um grande *hub* internacional e estivesse conectado com o Galeão, que seria um grande *hub* regional. Estou falando numa figura sem nenhum estudo, estou falando só que ele permite, dá liberdade a um desenho de malha aérea, olhando a otimização do uso da infraestrutura aeroportuária que existe na região.

Bom, falando um pouco do trabalho que foi feito a partir da decisão e da inclusão do projeto no PAC, nós começamos a fazer o estudo, e nós tínhamos como base o estudo que foi feito em 1998, que foi um estudo da maior qualidade, e a realidade, que mudou de 1998/2000 até 2007/2008.

Foram contratadas as melhores... Numa seleção feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, foram contratados os melhores escritórios de engenharia, com as melhores especialidades, porque não

é uma cultura que nós temos no Brasil. Então, fizemos um trabalho técnico.

Esse projeto tem um atributo que, às vezes, é mal compreendido: é que nós temos poucas, mas temos várias tecnologias disponíveis. Nós temos a tecnologia europeia, que se divide em duas ou três, nós temos a japonesa, a coreana, agora temos a chinesa, que está entrando, e cada tecnologia dessas tem um atributo que a diferencia das demais. Alguns atributos são importantes orientadores do projeto de engenharia. Então, nós não poderíamos fazer um projeto e dar rigidez de um projeto de engenharia, porque estaríamos privilegiando uma tecnologia em detrimento da outra, ou estaríamos impedindo que uma tecnologia aportasse na engenharia alguma vantagem comparativa que ela tenha em relação as outras. Então, tínhamos de fazer um projeto que era construído para a pior situação e que a cada um trouxesse o seu fator de competitividade e gerasse ganhos para o projeto. Então, fizemos um processo que é neutro em relação às diversas tecnologias, ele não induz adoção de nenhuma das tecnologias existentes. É um projeto consumido com as melhores técnicas disponíveis no mundo. É um projeto que, desde a sua formulação, foi discutido com a área de meio ambiente do Governo. Tanto o Ministério do Meio Ambiente, quanto o Instituto Chico Mendes e o IBAMA participaram desde as definições das diretrizes do traçado do projeto: onde deveria ser evitado; o que deveria ser evitado; o que poderia ser feito; qual era o melhor encaminhamento. Isto gerou a condicionante para a empresa de engenharia fazer o seu projeto. Então, ele é discutido com o meio ambiente desde a sua formulação.

Nós fizemos um estudo profundo sobre a demanda, sobre o mercado que esse projeto deveria atender e construímos o modelo que entendemos que inova e desafia. Ele inova porque estamos fazendo a infraestrutura, fugindo desse conceito normal em que faz uma parceria público-privada em que eu coloco subsídio e jogo para a iniciativa privada construir o projeto e gerenciá-lo, e esse nível de subsídio ele parte de um patamar inicial e depois ninguém tem controle sobre o final ele.

Nós construímos uma modelagem em que a concessão tem uma condição de financiabilidade dada pelo Governo. E esta condição de financiabilidade é dada por um financiamento em condições adequadas para esse tipo de projeto igual temos financiamento adequado à construção de moradias, temos financiamento adequado para saneamento, temos financiamento adequado para esse tipo de projeto e para projeto com esse perfil. Mas estamos trazendo para esse empreendimento o perfil do empreendedor privado. O gestor do projeto é privado. O que o Governo está dando é condições de financiabilidade. E aí, um pouco antecipando a fala do Henrique e respondendo a questão que a senhora colocou no início, o risco, o Governo esta colocando um orçamento de R$33 bilhões e ele está viabilizando um financiamento de R$20 e um aporte de R$3 com recurso público. Se esse projeto descolar desse valor, e nesse nível o investidor privado vai ser responsável por aportar R$10 bilhões, certo? Se ele descolar, o descolamento que houver, se ele custar R$50, a iniciativa privada vai ter de colocar mais R$17, seja buscando novos financiamentos, seja aportando capital próprio. Então, é um projeto que quanto menos competitivo for o grupo que quiser obter essa concessão, menor vai ser o retorno que ele vai ter, porque o impacto do aumento de preço não é no valor do subsídio nem no valor do que o Governo aporta. O impacto que vai ter é na redução da taxa de retorno do investidor. E o que garante o projeto, o que garante o aporte do Governo é que o Governo assuma o projeto no caso de a iniciativa privada não conseguir colocar o projeto de pé. E aí todos vão falar: “Então, essa vai ser a lógica da iniciativa privada; ela vai fazer o projeto e vai largar o mico na mão do Governo”. Só que isso é um contrassenso em relação ao que é a lógica da iniciativa privada, porque quem é o empresário que vai aportar R$27 bilhões em um projeto para depois largar ele na mão de quem botou R$23. Porque, na hora em que o Governo assume, ele é responsável por tocar o projeto e os seus aportes são prioritários em relação aos demais. Então, não tem lógica de fazer um projeto para dar errado. A iniciativa privada é tão sócia do Governo em fazer dar certo... Outra coisa importante é que o que a gente quer da iniciativa privada é exatamente que ela busque o menor custo. Nós fixamos um patamar de rentabilidade de 9,5% de taxa de retorno, por ano. Se o empresário tirar um orçamento de R$50 bilhões, ele sabe que é 6% o retorno dele. Ele vai ter um retorno menor, vai ter menos atratividade. Então, esse projeto vai ser tão mais atrativo para ele quanto mais competitivo ele for, e é isto o que estamos buscando na licitação: quem é mais competitivo.

Bom, é verdade que nós temos uma repartição de risco que é agressiva com relação ao empreendedor. Ele assume todo o risco da construção, e esse projeto tem um componente de construção civil muito grande. A gestão desse risco é privada, é de quem vai construir. O governo não tem como fazer a gestão disso, por isso é que esse risco está passando para ele.

O risco de demanda: nós fizemos uma previsão de, nos primeiros dez ano, na alavancagem do projeto, o governo poder flutuar juros e prazo de concessão de forma a adequar o fluxo de caixa ao pagamento

do financiamento para não deixar o projeto quebrar. Nós fizemos isso, inclusive, tendo como base a experiência que foi feita em Singapura, onde o projeto teve problema exatamente por não ter esse tipo de mecanismo. Mas o retorno que temos, inclusive por parte de quem está estudando seriamente para participar como investidor do projeto, é de que a nossa previsão de demanda é até conservadora. Então, dificilmente esse instrumento vai ser utilizado. A demanda projetada pelo estudo sai de oito milhões de passageiros no eixo Rio-São Paulo e chega a 40 milhões. Pegando a regional, são 32 milhões, chegando a 100 milhões em quarenta anos.

Discutimos este projeto com todos os governos estaduais. Hoje nós temos o apoio do Governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo, da Prefeitura de São José dos Campos, da Prefeitura de Volta Redonda, da Prefeitura de Barra Mansa, do Governo do Rio, da Secretaria de Transportes do Rio e da Prefeitura do Rio. Esse projeto foi exaustivamente discutido e hoje ele tem o apoio de todas as entidades que se manifestaram formalmente. Então, temos convicção de que estamos fazendo aquilo de que o Brasil precisa.

Assisti como técnico, Senadora, nos anos 80, à discussão sobre metrô e ônibus. O pessoal dizia: "Nós não vamos fazer o metrô, porque, com o dinheiro que usaríamos para isso, compramos não sei quantos ônibus e fazemos não sei quantas faixas exclusivas para ônibus". Isso ocasionou o atraso do Brasil nessa área.

O Brasil tem de ousar, não podemos ficar a reboque da tecnologia e não podemos achar que o eixo Rio-São Paulo não precisa fazer nada. Quando a gente discute esse projeto pensando: "O que eu poderia fazer se não fizesse isso? Ah, eu poderia resolver o problema da fome no Nordeste". Poderia, mas eu posso não resolver o problema do eixo que congrega 30% da população brasileira e 60% do PIB brasileiro? Esse eixo pode ficar com um sistema de transporte acanhado ou vamos ter de fazer uma nova Dutra, como já chegou a ser proposto em 2006, ou fazer mais quatro aeroportos em São Paulo? Nós temos de discutir essa questão olhando o Brasil daqui para frente e procurar encaminhar uma solução definitiva para os problemas.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Bernardo Figueiredo e passo a palavra ao Dr. Henrique Amarante da Costa Pinto, Superintendente da Área de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.

V. Sª dispõe de quinze minutos.

Eu pediria, a propósito, que os expositores acompanhassem o painel para evitar a campainha.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, boa tarde, Senadores, senhoras e senhores, colegas da Mesa. Para mim é uma satisfação, uma honra e um prazer estar aqui para discutir este projeto, que é um dos mais relevantes projetos neste momento que o país está vivendo, de necessidade profunda de investimento em infraestrutura.

Vou apresentar alguns dados para complementar o que o Bernardo falou há pouco e responder algumas perguntas com números sobre demanda e outras questões.

Peço que seja colocada a apresentação por favor.

Vou passar rapidamente pela apresentação.

O que é esse projeto? Com o Bernardo falou, esse projeto vem sendo pensado há muito tempo. Em 1998, tivemos um trabalho de muito boa qualidade que produziu todo o conceito que usamos. O problema que se quer resolver é o problema de transporte, e o problema é a demanda.

Nós temos um problema de demanda para ser resolvido. Não é questão de fazer um projeto de trem de alta velocidade. Essa não é a questão que se coloca. A questão que se coloca é de transporte. Nós temos um gargalo de demanda entre Rio, São Paulo e Campinas que tem que ser resolvido de alguma forma. O estudo feito em 98 já mostrava que a melhor solução de transporte para resolver a questão de demanda era um trem de alta velocidade. E isso não é novidade. Quer dizer, para quem é especialista no setor, não é nenhuma surpresa que seja essa a solução para esses pares de origem-destino. Temos outros exemplos no mundo e vemos hoje o crescimento dessa solução entre pares de cidades em que a distância se situa entre duzentos e oitocentos quilômetros, e isso está até crescendo para mil quilômetros, na medida em que a velocidade do trem vai crescendo.

O que acontece é que as cidades têm uma saturação em seus meios tradicionais de transporte, principalmente o meio aeroviário, e a forma de resolver isso normalmente não é fazer outro aeroporto, porque já são cidades saturadas e essas soluções são muito complexas. A forma de se fazer isso é fazer o trem de alta velocidade e especializar o avião em mais longas distâncias. Essa tem sido a solução adotada no mundo inteiro e foi a solução adotada no Japão em 1964. E quando falamos em demanda, vamos ver que, em 1964, no par Tóquio-Osaka, em que Tóquio tinha nove milhões de habitantes e Osaka perto de três milhões de habitantes, no primeiro ano de operação, eles transportaram 32 milhões de passageiros. Na verdade, não é ponta a ponta, as pessoas se confundem com isso.

Não estamos falando, nem aqui nem lá, Rio-São Paulo, direto. Estamos falando de transporte na região, com foco em vetores de desenvolvimento e organização das cidades, que foi o que aconteceu lá. É uma ligação, Tóquio-Osaka, com várias paradas ao longo do percurso. E o somatório de todas as viagens ao longo de um ano, no ano seguinte ao da implantação, foi 32 milhões de passageiros, que é o número que estamos colocando aqui, na situação de 2014, que foi a data do estudo.

Vocês vão ver algumas datas aí, em 2014. Um par origem-destino, em que temos: região metropolitana de São Paulo, com 19 milhões de habitantes; região metropolitana do Rio de Janeiro, com 12 milhões de habitantes; Campinas, com 2,7 milhões; e ainda temos São José dos Campos e uma população total abrangida pela atuação desse trem, pela linha por que ele passa, de 36 milhões de habitantes. E uma região que, como o Bernardo falou, concentra grande parte do PIB nacional. Ou seja, é uma necessidade para a região esse transporte. E o trem de alta velocidade não é uma escolha de trem, é uma escolha de transporte.

Por favor.

Aqui temos alguns dados de outros projetos que foram feitos no mundo. Aqui, o primeiro projeto que citei, Tóquio-Osaka, inaugurado em 64. Eu não imagino o que seria uma economia no Japão, em 1964, que motivasse 32 milhões de passageiros no ano seguinte de implantação. Eu imagino que aqui no Brasil mesmo, com uma renda *per capita* inferior, mas com uma densidade e uma lógica de geração de viagens entre os dois polos mais importantes do País, exista a probabilidade de uma geração de viagens muito superior a isso.

E outras linhas que vieram em seguida, como Paris-Lion, que têm, em população, Paris, nove milhões e Lion, um milhão; Seul-Busan, na Coréia; Beijing-Shanghai, que já é uma distância bem maior, 1.300Km; Madri-Barcelona, que foi inaugurada há poucos anos. E para Rio-São Paulo, comparado a elas em distância e em concentração de população, esse modal de transporte é o mais adequado, indubitavelmente. O potencial de geração de viagens no par Rio-São Paulo é muito superior a outras ligações feitas com essa lógica de transporte.

O que temos? Temos um esgotamento de capacidade. Chegamos a uma total saturação em todos os meios de transporte.

A rodovia é perigosa e saturada; os aeroportos, por mais que sejam centrais – e os serviços, ótimos –, estão saturados, além de haver dificuldades de ampliação dos modais atuais.

Outra coisa que colocam: opção por trem de média velocidade. Pela característica do relevo, ele não seria tão mais barato e também não resolveria o problema de transporte. A demanda se dá pela velocidade, pelo tempo, então o passageiro, inclusive de ônibus – isto tem acontecido –, está migrando para o avião hoje, com o crescimento da classe "C" e com esta necessidade que a lógica econômica traz por viagens em que o tempo é importante. Então seria jogar dinheiro no lixo fazer um trem de média velocidade para essa ligação Rio–São Paulo.

Aqui tenho um exemplo. Os dados que conseguimos de origem e destino vêm muito defasados. Então, os últimos que saíram são do final do ano passado, da Anac. Queria destacar aqui justamente a ligação, que é o maior gargalo hoje, da ponte aérea Rio–São Paulo. Então, olhamos Congonhas–Santos Dumont, que não cresce, não cresceu de 2008 para 2009 e que não vem crescendo. O que vem crescendo, como podemos ver, é Santos Dumont–Guarulhos e Santos Dumont–Viracopos, cuja demanda está explodindo. A que atribuímos isso?

Não dá mais para crescer. Em Congonhas não entra nem mais um voo, sabemos disso, ou seja, está saturado, e a demanda está indo para outros lugares. Mesmo sem um transporte adequado, em Viracopos a demanda está explodindo. Quando estávamos fazendo o estudo, Viracopos estava com 1,2 milhão de passageiros/ano. No ano passado, foram cinco milhões de passageiros. Isso, por duas razões, que atribuo... Estou aqui dizendo da minha cabeça, mas vemos que muita gente vai para Campinas e pega uma ligação de ônibus para São Paulo, com a ida da Azul para lá. E, quando a Azul foi para lá e começou a fazer ligações para outras partes do Brasil, outras empresas também foram para lá, para competir, e aconteceu que Viracopos virou também outra opção de ligação com vários outros pontos do País, o que gerou uma demanda reprimida regional que responde por parte desse crescimento explosivo.

Mas é claro para mim que o esgotamento da capacidade da ligação Santos Dumont–Congonhas é, em grande parte, pelo crescimento de Viracopos e também de Guarulhos, que já está superfaturado, muito acima da capacidade.

Aqui, um pouco do que foi o estudo. Esse foi um estudo bastante detalhado. Nós tivemos o apoio muito relevante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que nos apoiou o tempo todo, que fez as contratações internacionais de empresas de engenharia capacitadas em trem de alta velocidade.

Fizemos um estudo de demanda bastante profundo, com metodologia de demanda também de ponta

– o que é usado no mercado, com detalhes de modelagem, estado da arte de modelagem. Fizemos estudos ambientais, como foi dito aqui pelo Bernardo, com a participação e a orientação do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes.

Tivemos o apoio da CPRM, e houve uma empresa, também, de pesquisa geológica. E aqui cabe um elogio à CPRM, que fez um trabalho excelente. Esse trabalho está todo disponível. Eles coordenaram o trabalho geológico e apresentaram um trabalho da mais alta qualidade. E a supervisão do estudo foi feita por nós, ANTT, Ministério dos Transportes, Banco Mundial, BNDES e mesmo outras firmas contratadas. O Bird também contratou outra firma de engenharia e transporte nos Estados Unidos. Tivemos uma checagem no modelo de demanda da Universidade do Chile, que é considerada um centro de conhecimento em estudos de demanda. Então, temos um estudo que foi bem feito, que é bastante detalhado e que está disponível no *site* da ANTT, para quem quiser olhar todos os detalhes.

Este aqui é um traçado que considera a ligação com os aeroportos, como foi falado aqui, que faz... Há uma lógica da integração multimodal.

Quando falamos de transporte, temos de considerar que eles têm que ter integração, inclusive na cidade – as pessoas saem de casa e voltam para casa. A otimização disso se dá quando a gente tem ligações multimodais. Por isso que a lógica de interligação com os aeroportos foi uma das premissas desse estudo. Esse estudo é um traçado referencial; o consórcio que ganhar pode mudar e otimizar, trazer a experiência própria, a característica própria de cada tecnologia para otimizar o sistema, mas nós consideramos paradas no Galeão; Volta Redonda/Barra Mansa; Resende a gente colocou no estudo mas não é uma parada que seja obrigatória; uma para obrigatória no Vale do Paraíba carioca, do Rio de Janeiro, e uma no Vale do Paraíba paulista; uma parada obrigatória em Aparecida; São José dos Campos é a nossa sugestão de parada no Vale do Paraíba paulista; Aeroporto de Guarulhos, centro de São Paulo; Jundiaí foi estudado mas também não é uma parada obrigatória; Aeroporto de Viracopos e centro de Campinas, com essas distâncias.

Esse é o desenho que foi apresentado do traçado.

Já falamos bastante do aspecto socioeconômico da região; já falamos do número de habitantes que pode se beneficiar desse meio de transporte e, considerando a população dos municípios que ele atravessa, os municípios que o trem atravessa – são 41 – representam 3,9% da população do Brasil e 23,8% do PIB. E, numa comparação de PIB *per capita*, que é uma medida relevante para esse estudo, também, vemos que estamos trabalhando numa região bastante rica do País. Isso responde um pouco também pelos preços da ponte aérea, que são exorbitantes hoje e responde pela demanda que acreditamos ser bastante até superior ao que estudamos.

Esses estudos de demanda foram realizados de uma forma bastante técnica e a previsão é de que, em 2014 – o estudo mostra 2014, sabemos que 2014 vai ser praticamente impossível ter esse trem funcionando – mas se ele se iniciasse em 2014, teria 32 milhões de passageiros, sendo que isso equivale a 90 mil passageiros/dia, desses 90 mil, 17 mil seriam entre Rio e São Paulo, e o restante seria nas outras ligações regionais.

Olhando outras experiências, vimos que houve muita comparação com outros projetos recentes, por exemplo, Taiwan, desse projeto que foi o único no modelo de concessão, que considero um êxito total, o projeto Taiwan; teve alguns problemas que, aqui nessa modelagem, tratamos de resolver *a priori.*

O primeiro problema, a própria projeção de demanda lá parece ser um pouco maior, mas ninguém pode afirmar isso hoje. Em Taiwan, só para dar alguns dados, a população total é em torno de 20 milhões de passageiros, 40% concentrados em Taipei, que é uma das pontas da linha de trem de alta velocidade lá implantada, por volta de 320 quilômetros, e na outra ponta uma cidade, cujo nome não me lembro agora, que tem por volta de 2 (dois) milhões de habitantes. E eles, já no segundo ano de operação, estão transportando o mesmo que estamos projetando para 2014, com uma lógica que eu imagino de geração de viagem muito inferior à nossa. Então vemos que a nossa projeção de demanda, considerando a competição com o modal aéreo, que é competitivo, considerando que o modal aéreo vai baixar o preço – tudo isso faz parte do modelo de demanda, nada disso é desconsiderado – temos um estudo que consideramos bastante consistente.

E aqui mostramos o que seria hoje uma base do estudo, o que seria hoje a demanda. Hoje eu digo 2008, quando foi feito; terminou em 2009 esse estudo de demanda; 2008 foi a base.

Como foi a demanda em 2008? Foi um total de 33 milhões de passageiros, distribuídos daquela forma: modal aéreo, com 4 milhões; automóvel e ônibus, com o restante – isso entre Rio e São Paulo. Depois, a divisão dos modais considerando a existência hipotética do trem de alta velocidade. Ali, o trem de alta velocidade absorveria, nesse modelo de demanda que foi desenvolvido, aproximadamente 50% dessa demanda total. Então, essa é a base do estudo.

Algumas outras características desse estudo: entre Rio e São Paulo, a base é avião; e, mesmo considerando os outros modais, a razão dessas viagens é basicamente trabalho.

Aqui, a projeção para 2014. Considerando o crescimento que está acontecendo nesse período, observando o que aconteceu nos últimos anos, foi projetado para 2014 32 milhões de passageiros, crescendo até 99 milhões de passageiros em 2044. Então, essa é a estimativa de passageiros/dia, para se dar uma noção de carga diária em mil passageiros... Quem é do meio de transportes, trabalha com metrôs etc., tem muito esses números na cabeça.

Quanto aos tempos de viagem, a gente mostra que ele é muito competitivo. O trecho Rio–São Paulo, em 93 minutos de viagem total; São Paulo–Campinas, 30 minutos; São José dos Campos–São Paulo, 27 minutos; Rio de Janeiro–Volta Redonda, 34 minutos. Então, são tempos muito competitivos e que mostram, como o Bernardo disse agora há pouco, que esse trem se presta a uma organização urbana. Quando a gente fala de transporte urbano, de mobilidade urbana, a gente não pode se esquecer de que o que vem antes é o planejamento urbano. E isso daí é uma ferramenta muito útil para planejamento urbano, porque a gente dá formas de as pessoas se deslocarem com mais facilidade, terem mais qualidade de vida e saírem de centros superdensos.

E o preço da passagem que foi estudado é nessa faixa: Rio–São Paulo, classe econômica, R$200,00... Vou falar mais dessa passagem. Hoje, para a ponte aérea – e quem usa muito a ponte aérea sabe que a média do preço da passagem está na faixa de R$400,00 –, se a gente chegar no aeroporto no horário de pico e comprar a passagem, provavelmente vai pagar mais de R$800,00. Então, com a entrada desse novo competidor, o que deve acontecer é uma queda do preço das passagens de avião também. Deve haver uma queda dos preços de todos os modais.

As receitas. Ele é um forte gerador de caixa. A receita, se começasse em 2014, seria de R$2 bilhões indo até R$8 bilhões.

Vamos, por favor. (*Pausa*.)

Pode até passar. Os critérios técnicos foram traçados. Um pouco mais do traçado, da engenharia, a divisão de custos: 33 bilhões muito concentrados no que se chamam estruturas, que seriam túneis e viadutos. Se feita a comparação com custos de outros países – e isso aqui está em euros –, a gente vê que está dentro de uma média razoável. É muito difícil comparar, porque custos regionais são muito diferentes, com países diferentes, em momento diferentes e em relevos também completamente diferentes. Então, fazer essa comparação é muito difícil, mas a gente fez essa comparação para mostrar que não está fora da realidade mundial. E aquilo são preços finais; não são preços de projeto, não são custos de projeto.

Aqui, um pouco dos custos operacionais, que mostra que esse projeto é um forte gerador de caixa. Na estruturação financeira, isso foi a base que motivou a lógica financeira da estruturação.

Podemos passar. (*Pausa*.)

Pensou-se em uma concessão única com alinhamento de interesses e com foco no serviço. Quando a gente fala dessa maneira, a gente coloca que o que o concessionário tem de entregar é o serviço de transporte com qualidade.

O detalhe de como vai construir: ele pode otimizar com a tecnologia própria e será responsável por isso. Por isso, dizemos que há um alinhamento de interesses. A tarifa teto que foi determinada e que põe o modelo financeiro em equilíbrio é R$0,49 por quilômetro da ligação Rio-São Paulo. A tarifa média de todo o sistema no estudo que fizemos é de R$0,34 por quilômetro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quantos passageiros?

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – A carga inicial, se não me engano, em horário de pico, é de 20 em 20 minutos, e cada trem pode transportar 400 a 500 passageiros. Há aqui a composição e a carga diária, há uma freqüência também bastante adequada, que o faz também competitivo. Fora do horário de pico, será uma frequência de 40 minutos, o inicial projetado, e cresce ao longo do tempo. Então, vai haver um trem de 20 em 20 minutos em horário de pico e de 40 em 40 minutos fora do horário do pico. Cada composição, como disse, carrega de 400 a 500 passageiros.

Voltando ao anterior, o apoio público seria a constituição de uma SPE, a participação pública R$3,4 bilhões da empresa pública e um financiamento de R$20 bilhões para a realização desse investimento. Então, a concessionária vai aportar R$3,4 bilhões, vai participar minoritariamente no Conselho de Administração e vai olhar, de forma prioritária, a questão de transferência de tecnologia.

Próximo.

Aqui são os detalhes da transferência de tecnologia, o desenho do que imaginamos que tenha esse foco tecnológico, as premissas da modelagem financeiras: concessão de 40 anos, início da operação 2016, como disse, R$33 bilhões, um grau de alavancagem de 70/30, com financiamento do Governo de R$20 bilhões. Modelamos que alguns equipamentos foram importados no valor de R$3,2 bilhões, em condições

de agências de exportação do país que vier, e a ETAV colocando os R$3,4 bilhões.

Condições de financiamento: TJLP mais 1%, 30 anos. O que vimos nesse projeto é que, como ele é um forte gerador de caixa, o que precisa é de tempo para pagar. Então, um financiamento adequado para que ele se pague é a solução financeira para resolver esse problema. Então, ele tem o risco da obra inicial, que está compartilhado com o privado, ele também vai ter prejuízo se, por acaso, der alguma coisa errada na implantação. Tendo tempo suficiente para pagar esse financiamento, esse projeto tem retorno adequado.

Alavancagem.

Há mais detalhes desse financiamento. Se quiserem mais detalhes financeiros podemos dar o detalhe do financiamento público. Algumas medidas que tomamos para antecipar possíveis problemas como vimos no caso de Taiwan, que demorou dois anos para estruturar o fechamento financeiro. Depois, eles tiveram um problema de prazo, tiveram que renegociar os contratos. Aqui já estamos pensando em alguma coisa que funcione para não ter esse atrito que eles tiveram lá, de eventualmente ter alguma repactuação.

Foi pensada também a questão da demanda, caso no período inicial não fosse atingida. Acho que todos os grupos estão estudando, acreditam que esse mecanismo vai ser usado, todos estão acreditando que a projeção de demanda foi muito bem-feita, mas ela existe para também dar uma solidez ao modelo.

Esses são os resultados que encontramos no nosso modelo. A taxa de retorno do projeto é 6,3; alavancagem 10,9; esse projeto vai gerar lucro e vai pagar imposto no total de R$46 bilhões, o que daria um valor presente de R$3,2bilhões, descontando a Selic. A própria TIR do projeto é próxima à Selic.

E o estudo que foi feito pela Ralco mostra um benefício econômico que foi valorizado pela metodologia do estudo em 78 bilhões. Então é isso um pouco do detalhe do processo de licitação. Acho que já foi bem falado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esclarecido no debate.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Ok. Pode ser esclarecido. Acho que já passei bastante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Dr. Henrique Amarante e passo, em seguida, a palavra ao Dr. Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Quero reafirmar o tempo aqui de 15 minutos, uma vez que os Srs. Senadores precisam de um tempo para questionamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Peço à Secretaria que encaminhe aos Srs. Senadores as planilhas oferecidas aqui pelo Dr. Henrique Amarante.

Com a palavra o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Srs. Senadores, Colegas de Mesa, Colegas presentes, muito boa tarde.

Agradeço o convite. Considero uma honra ser convidado para participar deste debate de alto nível.

Fiquei triste, agora, porque achei que o eu tempo seria de meia-hora. Vou ter apenas 15 minutos.

O que vou apresentar aqui é um resumo de dois artigos técnicos que produzi para o centro de estudos da Consultoria do Senado. Os textos estão disponíveis na Internet, podem ser baixados conforme está escrito na transparência, clicando em Senado e Centro de Estudos da Consultoria do Senado.

Estes textos refletem uma opinião minha, não representam uma posição oficial da Consultoria do Senado; as informações que estão contidas nesse trabalho forram retiradas de fontes oficiais ou de textos acadêmicos internacionais. As projeções e estimativas têm as respectivas metodologias detalhadas no texto.

O que eu gostaria de falar, antes de começar essa explanação, é que essa reunião da Comissão é fundamental para se discutir o projeto. Talvez seja o único momento em que o Senado Federal vai conseguir discutir esse projeto, pelo simples fato de que a maior parte dos recursos envolvidos no projeto vai passar por fora do Orçamento federal. Então, não teremos condições de discutir nesta Casa, os Senadores não terão condições de discutir nesta Casa ao longo do debate do orçamento. Vai ser feita a discussão da Medida Provisória nº 511 que já está na Casa, a partir daí o Senado e o Congresso não terão muito mais interveniência nesse projeto Então, daí a importância desse debate.

Passando a falar especificamente do projeto, a primeira coisa que deve se falar a respeito de trem de alta velocidade é que eles são fantásticos, são rápidos, são confortáveis, são seguros; têm horários previsíveis, geram um grande benefício, agora geram também um custo razoável, não só o custo da sua construção, mas o custo de oportunidade, porque o dinheiro que vai ser colocado no trem de alta velocidade poderia ser colocado em outro investimento.

As Senadoras e os Senadores sabem que dinheiro não nasce em árvore e a discussão do Orçamento nesta Casa todos os anos é uma briga porque o dinheiro que vai para a despesa “a” não vai para a despesa “b”. Então, se tem dinheiro público envolvido existe a

questão da discussão da alocação orçamentária. Está certo? Não vale dizer que está fora do orçamento; tirar do orçamento, só tira a transparência. Não vai fazer o dinheiro se multiplicar só porque ele está fora do orçamento. E o que vou procurar mostrar, é que também não vale dizer que tem dinheiro para tudo, porque sabemos que o Orçamento está apertado, o Governo acabou de propor um corte de R$ 50 bilhões.

O ponto básico da minha argumentação aqui é que existe no País uma série de investimentos em problemas de infraestrutura que, se resolvidos, vão dar um retorno econômico e social para o País, muito superior à construção do trem bala. Só para citar alguns problemas: saneamento básico, 41% dos domicílios do Brasil não têm serviço de esgoto. Grande concentração de habitações em área de risco. Enchentes nos grandes centros se repetem todos os anos nos meses de janeiro. Aeroportos congestionados e ineficientes; rodovias necessitando de duplicação e manutenção. Nós poderíamos ir com essa lista aí por um longo tempo.

Nesses estudos, fiz uma estimativa de qual seria o valor presente do custo pago e com o dinheiro do Tesouro em vários cenários diferentes, de maior ou menor sucesso no empreendimento.

Em vários cenários diferentes, de maior ou menor sucesso no empreendimento. O que eu cheguei lá foi um valor presente entre R$15 bilhões e R$35 bilhões de custo público, não é o custo total da obra, que pode chegar a R$50 bilhões. Essa estimativa é imprecisa, até porque há algumas lacunas no projeto, como foi explicado aqui. Muito do projeto de engenharia vai ser resolvido depois da licitação. Então, há dúvidas com relação a isso.

A pergunta fundamental é: vale a pena gastar todo esse dinheiro público construindo o trem-bala? Bom, nós estamos ali com uma estimativa entre R$15 e R$35 bilhões de custo público. Vamos pegar a média disso aí, que dá R$25 bilhões, e vamos fazer um exercício: o que dá para fazer com R$20 bilhões de dinheiro público? Vinte bilhões de dinheiro público dá para construir uma hidrelétrica do porte de Belo Monte. É quase uma Itaipu em capacidade de geração de energia. Dá para fazer 8.300 quilômetros de ferrovia de carga, contra 510 quilômetros de um trem-bala. Dá para ligar doze milhões de moradias à rede de esgoto, cortando pela metade o déficit de assistência de esgoto no País. Segundo um estudo recente da Agência Nacional de Águas, dá para resolver toda a deficiência de água nos 3.056 maiores Municípios do País.

Pegando um caso de transporte, o transporte urbano de metrô, que é um investimento caríssimo em termos de transporte urbano – você tem VLT, você tem corredores de ônibus, você tem integração, mas vamos pegar o metrô, que é um investimento mais caro –, só botando esses R$25 bilhões dava para dobrar a rede de metrô de uma cidade como São Paulo, ou estender o metrô a outras capitais do Brasil. Se for feito em termos de PPP, com a entrada de capital privado, está para quadruplicar a rede de metrô.

Bom, o primeiro ponto que eu queria colocar é este: há alternativas à aplicação desse dinheiro e é preciso ser discutido nesta Casa o que se quer fazer com o dinheiro público e quais resultados e quais direções se quer dar ao investimento público.

Vou passar a discutir agora o custo total do projeto. Existe uma forte incerteza quanto ao custo total do projeto. Dando uma geral, uma comparação de qual é o tamanho financeiro desse projeto, coloquei nessa tabela a comparação do orçamento oficial do TAV com outros grandes projetos envolvidos no PAC.

O TAV, o trem de alta velocidade, é o projeto mais caro. O que vem em segundo lugar, com o orçamento oficial de R$19 bilhões, é Belo Monte, um pouco mais da metade do trem de alta velocidade.

Os senhores veem aí ferrovias de carga, como a Norte-Sul e a Transnordestina, saindo muito mais baratas. Mas eu gostaria de chamar a atenção para este dado aqui: R$16,6 bilhões foi tudo o que se gastou em investimento público e privado em ferrovias ao longo de nove anos, de 1999 a 2008. Então, o que se quer gastar com o trem de alta velocidade é o dobro de tudo o que se gastou com ferrovias de carga, investimentos públicos e privados, ao longo de nove anos. Então, é um investimento muito grande e tem-se que pensar muito e se discutir muito a sua oportunidade.

Agora, esse custo de R$34,6 bilhões está sendo fortemente questionado ao longo dos debates sobre o projeto. Há várias sinalizações de subestimação de custos. Gostaria de chamar a atenção apenas para aquele fator que considero mais grave: não existe, no estudo de viabilidade, uma margem para contingências na obra. Um túnel que você vai furar e não sabe o que tem a pedra lá dentro, o custo para furar o túnel é muito mais alto; o terreno é menos estável do que se imaginava; uma exigência ambiental obriga que se desvie o traçado...

E qual o impacto dessas contingências numa obra de grande porte? A literatura internacional, analisando um grande número de projetos em todos os continentes do mundo, encontrou uma média de 45% no estouro de orçamentos de obras de grande porte de transporte. E essa literatura diz também que países em desenvolvimento estouram acima dessa média. Mas vamos ficar com a média internacional. O nosso trem-bala chega – se estourar em 45% – a R$50 bilhões no custo.

Agora, quero chamar a atenção para o trecho do relatório de viabilidade que fala do fator de contingência na estimativa de custo.

São dois trechos do relatório contratado oficialmente pelo Governo. O relatório diz o seguinte: "Tendo em vista as incertezas inerentes, é padrão incluir-se um fator de contingência durante o estágio de viabilidade de um projeto. Riscos específicos conhecidos incluem condições geológicas, limitações do dado de custo, precisão do modelo de elevação digital etc". A seguir, vem o seguinte: "No entanto, as contingências não foram incluídas na estimativa de custo, seguindo orientação do Governo Federal, em vista da partilha de risco por meio de participação pública no empreendimento". Não dá para entender muito o que se quer dizer, mas penso que o que se quer dizer é o seguinte: se houver contingência, o Governo pagará. Talvez, mais à frente, a gente possa discutir a questão do alinhamento ou não dos incentivos.

Apenas para dar um exemplo relativo à questão de contingências em obras públicas, eu trouxe aqui uma notícia recente do *Valor Econômico*, uma manchete do *Valor Econômico* do dia 10 de março na área de construção de hidrelétrica: "Custos de Jirau sobem, e obra já atinge R$13 bilhões". O primeiro parágrafo da matéria diz o seguinte: "Desafios continuam rondando a usina hidrelétrica de Jirau no seu terceiro ano de construção. O volume de escavação da obra foi muito maior do que o previsto". Ou seja, é uma contingência, houve uma diferença entre o que estava programado no projeto e o que se encontrou na realidade. Foi preciso que se cavasse mais, e isso aumentou o custo, que pulou de um orçamento inicial de R$9 bilhões para R$13 bilhões. Coincidentemente, houve 44,4% de salto no custo, muito próximo da média internacional de 45%. É preciso considerar que as empreiteiras, que a construção civil brasileira tem uma histórica capacidade e experiência em construção de hidrelétricas, mas não o tem em trens de alta velocidade.

Há outro ponto que penso ser muito relevante e para o qual quero chamar a atenção: é que o projeto conflita com a política econômica e social do Governo. Quais são os dois principais problemas da política econômica hoje? A valorização do real frente ao dólar e a inflação.

A valorização do real frente ao dólar prejudica as nossas exportações, dificulta a produção de nossos exportadores, aumenta a importação de produtos chineses e de produtos provenientes de outras localidades, diminui o emprego em nossa indústria, diminui o potencial de crescimento da nossa economia. Uma forma correta de médio e longo prazos para se lidar com esse problema é reduzir o custo dos nossos exportadores. E reduzir o custo dos nossos exportadores significa investir em transporte de carga, significa investir em modernização dos portos. Investir em transporte de passageiros não ajuda nesse processo.

O problema número dois é a inflação. A inflação brasileira está dando sinais de elevação, e, mais cedo ou mais tarde, vai ser preciso fazer um ajuste fiscal consistente, e ajuste fiscal, infelizmente, no Brasil, é sinônimo de corte de investimentos. Por mais que se tente, num primeiro momento, não cortá-los, quando chega o momento de fazer um ajuste fiscal mais severo, os investimentos não escapam. E, se entrarmos num processo de ajuste fiscal, já tendo começado a obra do trem de alta velocidade, não podendo cortar os investimentos do trem de alta velocidade, vai ser preciso fazer um corte muito mais drástico nos outros investimentos. Então, talvez, estejamos engessando o orçamento, ou melhor, a despesa pública – porque isso não estará oficialmente no orçamento – com um investimento de alto custo.

Por fim, também o projeto inverte a lógica de redistribuição de renda, de oportunidade, que vem sendo perseguida nos últimos governos, porque esse trem gerará uma passagem cara e vai ser utilizado por pessoas de renda alta. Se se pega esse dinheiro e faz um investimento em metrôs, em sistemas urbanos, para desafogar o trânsito nas grandes metrópoles, serão dadas condições de qualidade de vida diretamente à população mais pobre, que usa o transporte público. Isso vai aumentar a produtividade dessa população, vai aumentar a qualidade de vida da população mais pobre. O trem de alta velocidade pode até ter alguma interveniência, gerando empregos, alguma coisa assim, mas não atuará diretamente sobre o serviço prestado à população mais pobre.

Esse projeto começou com a ideia de que ele seria 100% privado. Apresentou-se ao Governo um estudo de viabilidade, no sentido de que o investidor privado ficaria muito satisfeito em colocar seu capital para construir e operar o trem e de que seria obtida rentabilidade sem nenhum subsídio público. De lá para cá, o custo do projeto só aumentou, bem como a participação estatal e os subsídios. Falei no começo da exposição que o custo para o Erário ficaria entre R$15 bilhões e R$35 bilhões em termos de valor presente.

Eu vou detalhar um pouco o que seria esse custo.

Existe a empresa de alta velocidade, que está aí na Medida Provisória nº 511, que deve ser votada em breve aqui nesta Casa, R$3,4 bilhões mais correção pelo IPCA – então já não é mais esse R$3,4 bilhões.

Manutenção dessa empresa – essa empresa vai ser criada, vai ter funcionário, vai ter fundo de pensão,

assistência médica, etc. Eu fiz um cálculo bastante econômico, que, se essa empresa for muito eficiente, ao longo desses trinta anos, trazendo a valor presente o custo de manutenção dessa empresa, daria R$1,2 bilhão.

Financiamento do BNDES, que está na Medida Provisória nº 511 – R$20 bilhões, corrigidos também pelo IPCA, que já dará uns R$22 bilhões, com garantias fracas ao Tesouro. Eu vou discutir, à frente, essa questão das garantias, o que gera um risco de *default* por parte do investidor privado.

Subsídio embutido no financiamento do BNDES – a taxa de captação dos recursos do setor público é menor do que a taxa que vai ser feito o empréstimo e tem um subsídio embutido, que eu estimei em valor presente de R$4,8 bilhões.

Foi criada uma subvenção econômica para o caso de a demanda não ser a esperada no estudo de viabilidade. Então, se houver pouco passageiro, se houver pouca receita, R$5 bilhões a mais de subvenção econômica para os operadores.

Além disso, fala-se em participação de fundo de pensão das estatais, como sócio do consórcio, de empresas estatais, como Correios e Eletrobras, como sócio do consórcio, de modo que um custo total de R$50 bilhões, digamos que chegue a isso, o Tesouro pode vir a ter que bancar até os R$35 bilhões.

(A Srª. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES – Vou pedir mais uns cinco minutinhos de tolerância porque já estou acabando.

A princípio, como foi falado aqui, o excesso de custo fica por conta do consórcio, mas o modelo de financiamento contido na MP nº 511 fragiliza o Tesouro e induz o Governo a fazer aportes adicionais de recursos ao longo da obra e da operação do trem. Por quê? Vou explicar rapidamente o que é esse mecanismo de financiamento.

O BNDES vai emprestar ao consórcio R$20 bilhões, ou um pouco mais. Se o consórcio não pagar ao BNDES, o Tesouro paga ao BNDES e aí o Tesouro vai ter que ir atrás do consórcio para se ressarcir.

Qual é a garantia que o Tesouro vai ter para tentar se ressarcir junto a esse consórcio? São duas: as ações do consórcio e a receita do consórcio.

Ora, digamos que o investimento não esteja dando certo, os trens estejam deficitários, com pouca receita e pouco passageiro, as ações desse consórcio não vão valer muita coisa e as receitas também não serão lá muita coisa. Mas, mesmo que o empreendimento esteja indo bem e o consórcio não pague, o que o Governo vai fazer? Vai confiscar as ações e aí? Vai operar o trem ou vai ter que procurar outro consórcio para operar o trem? Se ele for procurar outro consórcio, o outro consórcio para entrar vai saber que o Governo está com um mico na mão e vai fazer exigências adicionais para entrar.

Então, eu acho que essa ideia de que há um alinhamento de interesses fragiliza no momento em que o consórcio terá uma carta muito forte na sua mão, que é a possibilidade de declarar *default* junto ao BNDES.

O resultado desse jogo aí é que o Governo Federal provavelmente vai ficar numa posição de inferioridade na barganha e vai tender a ceder a todos os pedidos de subsídios adicionais, capital público adicional e um pouco já está se sentindo isso no processo de discussão do projeto, porque esse subsídio de R$5 bilhões não existia e apareceu, os Correios entrando no projeto não existia e apareceu... A cada dia vem notícia de mais capital público entrando. Então, isso já parece ser uma sinalização de que o Tesouro está um pouco fragilizado.

Para terminar, vou pular aqui várias partes, eu só queria chamar a atenção para uma coisa: o principal argumento é que a ligação Rio/São Paulo está congestionada e precisa de outro modal. Foi isso que foi apresentado aqui. Não tem como agilizar aeroportos, expandir aeroportos, Congonhas está saturado, Santos Dumont está saturado.

Quando nós vamos olhar a estimativa de demanda por passagens no trem, a gente vê que apenas 18% da demanda é a ligação Rio/São Paulo; 60% da demanda estimada está no eixo São Paulo/Campinas, São Paulo/São José dos Campos. Ora, obrigatoriamente, quando a gente se depara com esses dados, a gente tem que estudar projetos alternativos, está certo?

A ligação São Paulo/Campinas/São José dos Campos é muito mais simples do que uma ligação até o Rio, porque não precisa descer a serra, já existem projetos alternativos de trens regionais em São Paulo que podem tratar dessa demanda. Existem processos de ligação do centro de São Paulo com o aeroporto de Guarulhos.

Então, por que não começar de uma forma mais cautelosa, fazendo a ligação ferroviária no Estado de São Paulo para depois expandir, em um país que não tem nenhuma tradição de transporte ferroviário de passageiros?

Tenho uma exposição mais extensa, mas vou respeitar o tempo e deixo o restante para o momento de debate.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Dr. Marcos José.

Passo a palavra ao Dr. Joseph Barat.

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. JOSEPH BARAT – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores. Muito obrigado pelo honroso convite, Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar o Assessor Legislativo do Senado, Marcos José Mendes, porque da forma como apresentou os seus argumentos, eu subscreveria, ou seja, assinaria as argumentações dele. Vou, então, procurar aprofundar um pouco mais esta discussão.

A discussão do trem de alta velocidade, do chamado trem bala, tem a capacidade de tirar o foco da discussão dos problemas reais do País. Se examinarmos toda a amplitude da região geoeconômica em torno do eixo São Paulo/Rio de Janeiro, vamos ver que temos problemas seriíssimos de gargalos infraestruturais, relacionados com a logística do transporte, que afetam o Estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e até uma parte do Estado do Paraná. Essa é a visão que temos que ter do problema, que não pode estar centrado em trem de passageiros. O problema é ferrovia para transporte de carga; é onde a competitividade das exportações brasileiras encontra estrangulamentos sérios e onde o abastecimento interno é encarecido pela ineficiência do transporte.

Então, este deveria ser o foco do planejamento e da discussão. No entanto, estamos aqui discutindo se um passageiro entre São Paulo e Rio de Janeiro merece ser transportado a 350 ou 400 quilômetros por hora, quando ele tem alternativa do avião, do ônibus e do automóvel.

O congestionamento na rodovia Presidente Dutra não é de ônibus e nem de automóveis; é de caminhões. Qualquer pessoa com um mínimo de discernimento, passando pela rodovia Presidente Dutra, verá que dezenas e dezenas de caminhões poderiam ser substituídos por trens unitários, trens com composições de *containers* para transportar uma carga que é geral, carga de produtos industrializados, entre os dois maiores centros de produção e consumo do País.

Muito bem! Estamos falando de acessibilidade ao porto de Santos, ao porto de Sepetiba, de circulação de grãos para Santos, de transporte de carga industrializada que hoje já sai também por São Sebastião. Estamos falando de graneis líquidos, graneis sólidos, carga geral. É esse o problema.

Fazendo uma consulta em meus arquivos, descobri uma coisa interessante. Em 1998, foi feito um estudo pelo Geipot, com financiamento do governo alemão, e foi um dos estudos feitos para o trem bala. Conheço esta história há pelo menos 30 anos. Isso vem desde os anos 80. E eu participei de um grupo de trabalho... E tive a honra de participar com o saudoso engenheiro Lafaiete Prado, fundador e presidente do Geipot, com o engenheiro João Carlos Linhares, que foi quem concebeu todo o sistema de logística da Vale do Rio Doce.

Eu vi uma nota técnica que eu havia redigido na época, em que nós propugnávamos pela solução do trem de média velocidade para cargas e passageiros. Não vai fazer a menor diferença para um passageiro se deslocar de São Paulo para o Rio de Janeiro, de centro a centro, em três horas e meia ou em uma hora e meia. Não faz diferença palpável, a não ser a diferença do custo.

Voltando então ao foco dos problemas reais, da realidade do País, quais são de fato as necessidades de transporte? Nós temos uma rodovia Presidente Dutra congestionada pela carga, nós temos uma rodovia BR-393, que é o acesso para o Sudeste e o Nordeste, por Minas, que está completamente saturada. Nós temos, como eu disse antes, saturação na acessibilidade ao porto de Santos. É uma vergonha os quadros que são vistos anualmente de caminhões parados e de vagões de trem servindo de armazém para grãos. Então, é nisso que nos devemos focar.

Numa visão mais internacional do problema... Antes de entrar nesse aspecto, lembrei-me da questão da saturação dos aeroportos, que é outra coisa engraçada. Os aeroportos brasileiros estão saturados, estão há mais de dez anos sem investimentos. Os aeroportos principais do chamado terminal São Paulo – Congonhas, Guarulhos e Viracopos – não recebem investimentos adequados. A terceira pista e o terceiro terminal de passageiros de Guarulhos já deveriam ter sido feitos em 1985. Então, são esses gargalos que temos de remover.

Olhando o quadro internacional, trens de alta velocidade surgiram no Japão e na Europa e, mais recentemente, na China. A China tem uma taxa de investimento em relação ao PIB de 45%. O Brasil, quando chega a 19%, é um grande feito. Em geral, está numa média de 17% a 18% de investimento. Nós não temos capacidade de investimento para enfrentar um investimento desse porte.

Curiosamente, na Europa, os trens de alta velocidade tiveram um desenvolvimento muito grande a partir de tecnologias, ou alemã, de levitação sobre os trilhos, ou a tecnologia francesa dos chamados TGV, que se expandiram muito e resolveram um problema concreto de congestionamento de espaço aéreo. Nas distâncias de 400 a 500 quilômetros, o trem de alta velocidade, de fato, é competitivo com o avião. E a Europa tirou partido disso, mas a Europa tem uma tradição ferroviária muito consolidada, muito forte. Mesmo assim, é interessante o crescimento do transporte

por ônibus na Europa, basta qualquer visitante andar pelas grandes cidades europeias e ver a importância hoje dos ônibus interurbanos, principalmente os ônibus de turismo.

O que causa estranheza é como países como os Estados Unidos e o Canadá, mais ricos do que o Brasil, têm tradição ferroviária e não embarcaram ainda no trem de alta velocidade. O que funciona nos Estados Unidos é o bom e velho Amtrak, com 150 a 160 quilômetros por hora. E funciona muito bem.

Hoje os americanos estão começando a se preocupar com o trem de alta velocidade por uma razão, na Costa Leste: é o congestionamento do espaço aéreo. Para os senhores terem uma ideia, apenas como um termo de referência, em 1988, o aeroporto de Chicago, nos Estados Unidos, movimentou cerca de 70 milhões de passageiros no ano.

Os 67 aeroportos da Infraero movimentaram 113 milhões. Então, nós não temos, ainda, problemas de congestionamento do espaço aéreo. No eixo Rio – São Paulo, isso ainda não existe. Poderá existir no futuro? Sim, lógico, mas há outras soluções.

Então, um trem com velocidade de 120 a 180km, capaz de transportar carga e passageiros, principalmente carga conteineirizada, é uma solução que pode ser implantada gradualmente.

Nós vimos, ali, que há demanda para passageiros em Campinas, São Paulo e São José dos Campos. A descida da serra próxima ao Rio de Janeiro pode ser postergada e implantada gradualmente também.

Muitos podem argumentar: "Mas um trem de 180km tem um custo de infraestrutura elevado também." É mais elevado que o desses trens que nós temos, que, no máximo, atingem 60km. Sim, mas, de qualquer maneira, é mais barato que o do trem de alta velocidade e atende às duas coisas.

Nós temos questões institucionais sérias, também, a serem resolvidas.

O nosso quadro de segurança jurídica em contratos não é dos mais bem conceituados no mundo e os nossos processos de regulação, quer dizer, o funcionamento das agências reguladoras não atende, frequentemente, às exigências de fiscalização e controle de contratos de concessão.

Então, nós temos de tomar muito cuidado, porque contratos dessa magnitude podem trazer, no futuro, demandas de reequilíbrio econômico-financeiro, indenizações, atos unilaterais que podem comprometer essa rentabilidade também. Então, nós não temos um quadro tão tranquilo assim em relação a isso.

Uma outra questão que a mim me preocupa muito é a da transferência de tecnologia. Está todo mundo encantado com a China, com os trens chineses. Nós vamos regredir para o século XIX? O Brasil vai importar trens, trilhos, material ferroviário e ficar exportando grãos e minério para a China? Quer dizer, vamos retornar ao modelo que tínhamos com a Inglaterra no século XIX?

Esta é uma questão que tem de ser colocada: nós temos capacidade de absorção dessa tecnologia e de difusão da tecnologia do trem-bala no País? Nós temos condições, hoje, de criar centros de absorção de tecnologia para que isso seja implementado em futuro próximo?

Muito bem. É claro que, sempre, essas concessões, esse contratos fazem previsões de transferência de tecnologia, mas a gente sabe que não é bem assim, não é? Há, sempre, uma questão de caixa-preta que acaba não sendo transferida.

Gerenciamento de riscos. Foi mostrado pelo assessor do Senado, o Marcos, que os riscos envolvidos são grandes. Eles são preocupantes, até, em termos de contrato dessa magnitude. Então, é preciso ter muita lucidez, num momento como este, para saber se essa, de fato, é uma alternativa de interesse do País.

Temos fatores de contingenciamento, como falou o Marcos, temos a questão da partilha dos riscos e, curiosamente, um projeto que é concentrador de renda. Por mais emprego que ele gere, por mais difusão que ele possa oferecer à atividade econômica, ele está atendendo a uma parcela muito pequena da população, enquanto que os problemas de carga, que atendem ao abastecimento dessa população, à competitividade dos produtos exportados, estão sendo negligenciados. Nós temos gargalos, como eu disse logo no início, muito sérios, que vêm desde Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Triângulo Mineiro, Santos e Sepetiba.

Então, eu acho o seguinte: como já foi dito aqui, logo no início desta nossa reunião, é uma oportunidade que nós temos, hoje, de refletir sobre o projeto.

A sugestão que eu havia feito há muito tempo, e que defendo, a defendi inclusive em um artigo de 2006, publicado no *Estadão*, é a de que possamos desenvolver projetos de trens de média velocidade para cargas e passageiros. O passageiro, como foi durante muito tempo na Europa, é uma consequência de um bom sistema de transporte de carga, como acontece nos Estados Unidos, como acontece no Canadá e como já houve no Brasil no passado.

Acho que essa seria uma solução de bom senso que pode ser implantada gradualmente. Lembro o seguinte: temos outras prioridades. Nenhum aeroporto brasileiro tem uma ligação ferroviária. Todos os acessos aos aeroportos são rodoviários. O passageiro do aeroporto está sujeito a congestionamento constantemente.

O sujeito faz uma viagem interoceânica de 12 horas e perde quatro horas na marginal do Tietê e Pinheiro. Então, é isso que eu estou querendo colocar.

Acho que o meu tempo já se esgotou e ficaria à disposição dos senhores.

Só uma última lembrança. Hoje, por acaso, estava lendo o jornal, uma declaração do presidente do FMI – nós já tínhamos nos esquecido do FMI; é uma lembrança tão remota, mas ela volta –, dizendo o seguinte: "Problemas econômicos que o Brasil vai enfrentar em futuro próximo: valorização cambial, inflação e a necessidade de um ajuste fiscal rigoroso; taxa de investimento muito baixa". Alguma coisa não fecha aí.

Então, essa a reflexão que convido as Exmºs Srªs e os Exmºs Srs. Senadores fazerem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Joseph Barat.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Fleury, o último expositor para, em seguida, passar a palavra aos Srs. Senadores, autores do requerimento.

O SR. PAULO FLEURY – Srªs e Srs., para mim é um enorme prazer, é um sentimento de cidadão poder estar aqui conversando com vocês sobre um problema tão importante do nosso País.

Eu gostaria de falar rapidamente com o Bernardo e o Amarante, pessoas que têm dedicado as suas vidas a esse tipo de problema, pessoas que acreditam no que estão fazendo, mas, infelizmente, discordo fortemente dos argumentos aqui utilizados. Da mesma forma que o Barat, eu assinaria embaixo as duas posições colocadas pelo assessor do Senado e pelo Barat.

Eu vou começar falando sobre o conceito de macroprojetos.

Países como os Estados Unidos e os da Europa viveram situação como essa. O Eurotúnel é um exemplo marcante de um macroprojeto. Existe, no Brasil, a famosa ferrovia do aço, que nunca foi terminada, um sonho que acabou deixado pela metade, ficou parada, e por aí vai.

Quais são as características do macroprojeto? É que eles têm demanda muito incerta, eles têm custos de investimentos dificilmente passiveis de serem previstos; correm risco de ter guerra de preço, pois, ao entrar no mercado, provocam concorrência de outras alternativas. Portanto, estabelecer um preço com base na concorrência é um erro brutal, porque esse preço muda para todos os lados. Aliás, a Petrobras teve um exemplo desse. Há 20 anos resolveu construir um duto que ia de São Paulo a Goiânia, baseado no preço que a ferrovia cobrava. Lembro-me de que a ferrovia cobrava 42 e a Petrobras justificou com 38. Só que a rede ferroviária foi privatizada e o preço caiu para 22. A Petrobras ficou dois anos com o duto vazio e até hoje não acabou de pagar os investimentos que foram feitos.

Então, estamos tratando de um projeto – e hoje ficou ainda mais claro – que gera incertezas enormes. São tecnologias novas. Olha só, nós não vamos importar tecnologia, nós vamos desenvolver uma própria.

Olha o risco! Nunca fizemos isso aqui no Brasil.

Existe hoje, neste mundo turbulento em que vivemos... Hoje um acidente qualquer que aconteça na China reflete no Brasil, um problema no Japão reflete no Brasil e no mundo inteiro. Nós estamos vivendo um mundo muito convulsionado, o que traz a questão da previsibilidade como um fator extremamente difícil de se prever. Na verdade, hoje, como eu digo aos meus alunos, quanto à questão da previsão, a única certa que se sabe é que vai dar errado. Isso é absolutamente verdadeiro, cada vez mais verdadeiro, principalmente numa situação em que há riscos desta ordem.

Então, outro problema desse tipo no Brasil é o prazo para o início da operação. Esse projeto, quando começou, tinha a justificativa de atender à Copa do Mundo; depois, virou Olimpíada. Agora ninguém sabe mais quando esse projeto vai ficar pronto. A justificativa inicial, que era essa, já está jogada na terra, não existe mais. Principalmente aqui, onde temos uma estrutura institucional que envolve TCU, Ministério Público, agências de meio ambiente, cada um deles podendo interferir no projeto e causar atrasos, paradas de obra. Em um projeto desta dimensão, a cada mês que você o adia, o custo financeiro é extraordinário, o que pode tornar o projeto inviável. Aliás, estávamos falando aqui de Mato Grosso; o Sr. Olacyr de Moraes quebrou quando resolveu fazer a Ferronorte e uma ponte que era para ser feita atrasou dois anos. Ele quebrou, porque não tinha mais fluxo de caixa capaz de manter o projeto em andamento e depois fazer o pagamento desse projeto.

Então, eu acho que ouvi aqui do Bernardo e do Amarante muita certeza, não ouvi uma dúvida. É tudo certo, vai ser assim, vai ser assado, vai ser assado. E aí há uma questão: o método que eles usaram e que a maioria das empresas usa hoje, que é o valor presente no fluxo de caixa, é um método fantástico quando você tem previsibilidade do que vai acontecer – previsibilidade da demanda, previsibilidade do custo de investimento. Só que aqui estamos falando de uma coisa e a certeza de que isso vai acontecer leva a que você negligencie certas análises. Uma, por exemplo, é o estudo de estresse, até onde esse projeto fica de pé à medida que as coisas não ocorram como previsto, à medida que houver menos passageiros, à medida que o custo fique maior. Isso é absolutamente necessário. Em Harvard, por exemplo, hoje já existe um grupo de

pessoas defendendo que esse método, valor presente de fluxo de caixa, só serve para situações que você já conhece e já dominou. Para um projeto como esse, ele vale zero, porque os pressupostos são de tal ordem que a chance de acertar é zero. Não se pode trabalhar com valor presente de fluxo de caixa sem ter os planos de contingência. O preço que se paga por essa certeza é tê-los, e no caso, aparentemente, não tem.

Essa complexidade também tem a ver com essa questão da Serra do Mar. Eu não conheço nenhum projeto – não sei se os senhores conhecem – que tenta vencer 700 metros de altura em 400 metros de distância. É um desafio tremendo. Isso vai aumentar o custo tremendamente, além dos riscos de atraso que isso pode trazer.

Então, eu diria que não deveríamos falar em 33 bilhões; nós deveríamos estar falando em uma faixa que vai de vinte a cinquenta ou sessenta, porque essa é a realidade de um projeto como este.

Tudo bem, esses são os problemas. E as alternativas? Temos alternativas para resolver o problema da ligação Rio-São Paulo, apesar de eu concordar que o nosso problema não é passageiro e sim carga.

Possibilidade de um trem de média velocidade. Mais fácil isso na Dutra. O pessoal fala: "Mas isso já foi levantado". Mas cadê o estudo disso? Eu não o vi. Eu não vi o estudo comparando a Dutra com o trem-bala. Estudo mesmo, como foi feito para o trem-bala. É como se não existisse alternativa.

Obviamente, existe um mundo de outros investimentos para carga, como o Barat já falou. Só para citar rapidamente: o ferroanel do porto de Santos. É uma coisa absolutamente inaceitável. O principal porto da América Latina e principal porto do Brasil não tem acesso ferroviário adequado. Vocês sabem que todos os Estados do Brasil, sem exceção, exportam pelo porto de Santos? Todos. É um porto formidável, sob o ponto de vista locacional, mas faltam investimentos, há anos e anos. E tem o ferroanel de São Paulo; e tem a hidrovia Tietê-Paraná; e tem a hidrovia Teles Pires-Tapajós, em Santarém; e tem a BR-101, que é um grande problema; e tem a recuperação e a manutenção de rodovias, que estão em frangalhos; e tem os sistemas aeroportuários, de que já falamos. Só como exemplo.

BR-163. Olha só a cabeça do Governo. Resolveram fazer uma estrada, a BR-163 – o Senador deve conhecer muito bem. Essa estrada sofreu pressões enormes do meio ambiente, dificuldades para ser implantada, e ninguém teve a ideia de dizer: "Bom, se não pode ser rodovia, será que dava para fazer uma ferrovia? Ou uma hidrovia?". Nós fizemos esse estudo. Conclusão: a pior alternativa, tanto financeira quanto de emissão de gás CO^2, é a rodovia. De longe, a melhor solução, sob o ponto de vista financeiro e sob o ponto de vista de emissão, é a hidrovia. Aliás, já existe estudo pronto para a hidrovia Teles Pires-Tapajós. Quer dizer, a ideia de não olhar alternativas. Eu escolho uma alternativa e vou batendo nela, em todos os problemas que ela tem. Precisamos mudar isso. Precisamos ter estudos comparativos, com o mesmo grau de profundidade do estudo central a que você queria dar origem.

Voltando à questão de cargas, hoje, o Brasil tem um preço de transporte superior ao do americano, com exceção da rodovia. Sabem por quê? Porque nós temos um sistema de transporte rodoviário totalmente, vamos dizer, desregulamentado, com os autônomos fazendo absurdos, rodando com caminhões de quarenta anos e dirigindo quarenta horas sem dormir, o que faz com que esse cara, que está sozinho, transporte a qualquer preço, criando uma externalidade gigantesca. Vocês sabem que morrem no Brasil cem pessoas por dia em acidentes rodoviários? São 35 mil pessoas por ano. Foram assassinadas treze crianças, houve uma convulsão nacional. Morrem cem pessoas por dia em acidentes, e não acontece nada. Então, isso o Governo pode prever e pode melhorar a qualidade da estrada. E não é só asfalto não. É sinalização, é o tipo de curva que você tem... Tudo isso... Parece que não é uma obra nova, mas é uma obra que vai salvar vidas, que vai permitir mais velocidade. Não se gasta nada com isso. E vamos colocar R$33 milhões no projeto do trem-bala, não é?

Quando você conversa com usuários de transporte de carga, com quem contrata transporte de carta, a percepção deles é que a nota que se dá para a infraestrutura brasileira, de zero a dez, é cinco. Mal passa na nota. É metade do que deveria ser. Em relação ao PAC... O PAC até tem algumas ideias boas, mas a execução é um desastre, nota três. O PAC hoje é visto, na área de logística, pelos usuários de transporte, como um projeto que está indo muito mal, sob o ponto de vista de gestão e de execução. Os projetos são bons, mas, infelizmente, a gestão deixa a desejar.

Para dar um exemplo agora, nós fizemos um exercício de simular o seguinte: se o Brasil fosse ter uma estrutura, mas uma estrutura logística, que o colocasse no mesmo pé de competição com os Estados Unidos... Quer dizer, equivalente em que sentido? Você pega os Estados Unidos e pega o Brasil e compara a população, compara o número de veículos, compara o espaço territorial e vê qual deveria ser a infraestrutura brasileira se ela fosse equivalente, levando em consideração esses fatos, com a americana. Então, olha só: nós precisaríamos investir R$20,5 bilhões em construção e ampliação de portos; R$17,8 bilhões em

acessos terrestres aos portos; R$2,8 bilhões em dragagens e derrocagens; e R$2,3 bilhões em infraestrutura portuária. Isso dá um total de R$42,9 bilhões. O que é que o PAC alocou a essa área de portos? Dois vírgula quatro bilhões, numa necessidade de R$42 bilhões, treze vezes menos do que deveria fazer.

Olhando para as ferrovias, seria preciso investir R$9,8 bilhões para a recuperação das ferrovias; R$465 milhões para resolver o problema de passagem de nível, porque há inúmeras; e R$120 bilhões para a ampliação ao nível que necessitaríamos. Isso dá R$130 bilhões contra um orçamento do PAC de R$54,8 bilhões. É o que se aproxima mais, aliás, do que é preciso.

Finalmente, no rodoviário o número é espantoso. O Brasil possui 1,6 milhão de quilômetros de estradas, dos quais apenas 200 mil são estradas pavimentadas. Isso dá pouco mais de 11%.

Então, têm-se 150 contra 200. Se se fosse chegar ao nível de asfaltar as estradas... Seria preciso investir, para a recuperação do que já existe, R$64 bilhões; para a pavimentação do que não está pavimentado, R$74,7 bilhões; e, na ampliação, acreditem, R$8,8 trilhões. É um número quase impensável. Achei que estivesse errado; fui checar, e é isso mesmo, 1,6 milhão que não é pavimentado.

O total para a rodovia deveria ser R$9,6 trilhões, e o PAC destina R$43,5 bilhões.

Então, essa é a realidade do que o Brasil precisa. Exatamente, o Barat tinha chamado a atenção. Se somarmos tudo isso, seria preciso investir R$42,9 bilhões em portos, R$130,8 bilhões em ferrovias e R$9,6 trilhões em rodovias.

A minha pergunta é a seguinte, seguindo a linha do Barat: quem vai usar o trem bala? A informação que temos é a de que são pessoas que estão a trabalho, que não vão pagar do bolso próprio.

Daria para fazer 300 quilômetros de metrô, se pegássemos esse dinheiro e colocássemos em metrô. E o metrô atende a quem? Atende à população pobre, que mora a duas horas do trabalho, que gasta quatro horas ao dia para viajar, e o trem bala para trazer nós, executivos, que viajamos. Aliás, eu viajo, toda semana, do Rio para São Paulo. Acho uma maravilha viajar de avião do Rio para São Paulo. Para mim, o trem bala não vai ter a menor importância. Agora, imaginem para o cara que mora na periferia, que não tem o metrô para chegar...

Aliás, grande parte dos trens de alta velocidade do mundo terminam dentro de uma grande central de metrô. Sai-se do trem, entra-se o metrô. Em São Paulo, o que vai acontecer? Vai-se sair do trem e ficar engarrafado por duas horas, até chegar ao local aonde se quer chegar, porque não se tem o metrô.

Bem, senhores, era isso que eu queria expor.

Agradeço a atenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia**.** Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Paulo Fleury e passo a palavra ao Senador Aloyzio Nunes Ferreira, autor do requerimento; logo em seguida, ao Senador Ricardo Ferraço, também autor do requerimento, e, posteriormente, ao Senador Flexa Ribeiro, coautor do requerimento assinado pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYZIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, eu começaria por agradecer imensamente a presença dos senhores e a qualidade das exposições que fizeram aqui, nesta etapa inaugural da nossa audiência pública. Realmente, temos hoje uma tarde memorável nesta legislatura do Senado.

É uma pena que este debate não possa produzir-se perante todo o Senado, porque teríamos ocasião de um esclarecimento melhor das questões polêmicas que envolvem esse projeto.

No entanto, votaremos uma medida provisória que está trancando a pauta, uma medida provisória que é para resolver questões urgentes em tese, que não podem esperar o trâmite legislativo normal, nem mesmo o trâmite dos projetos com regime de urgência constitucional; uma medida provisória que é para resolver um problema que, segundo nossos expositores, está na mente dos planejadores, das pessoas que se interessam por transporte desde 1998, dos órgãos governamentais.

Mas, de qualquer forma, a questão que se colocou hoje é a questão das alternativas, do uso alternativo desses recursos, que são muito vultuosos e cujo montante não pode ser estimado com absoluto rigor. Pelo contrário, há muitas incertezas que cercam o projeto.

Se tivéssemos vivendo nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, um país que já tivesse um sistema ferroviário altamente denso e satisfatório, como é o caso da França e da Alemanha, ou extenso, como é o caso dos Estados Unidos, um país que já tivesse resolvido seus problemas, como saneamento básico, que vem do século XIX ou do início do século XX, um país que tivesse uma estrutura logística compatível com as nossas aspirações e com as nossas necessidades atuais de desenvolvimento, talvez não precisássemos ser tão criteriosos nas escolhas.

Se não vivêssemos em um país onde, no orçamento público, pouco mais de 7% do Orçamento federal são destinados a investimentos produtivos, não precisaríamos discutir com tanto cuidado. Ou na China, como foi bem apontado, que tem uma taxa de poupança altíssima. Portanto, somos obrigados a fazer isso.

Para comparar o custo de oportunidade do trem bala em relação ao saneamento básico, fiquemos com o sistema ferroviário de passageiros das grandes cidades. Esse, sim, Dr. Henrique Amarante, esse, sim, verdadeiro instrumento de estruturação das cidades, metrô e trens metropolitanos; e, no entanto, sabemos que o metrô de São Paulo, hoje, é o metrô mais congestionado do mundo, e os trens metropolitanos do Brasil inteiro são de uma carência de dar vergonha, apesar dos investimentos que estão sendo feitos, no meu Estado inclusive.

Mas fiquemos no sistema ferroviário excluindo dele o sistema de passageiros nas regiões metropolitanas.

Lembrava-me há pouco de uma conversa que tive uma vez com um amigo que é um funcionário público graduado de Cuba. E ele me confidenciava que o problema maior que condicionava os marcos mentais dos formuladores da política de Cuba, hoje, ele dizia: "Aloysio, é que nós fazemos parte de um sistema que não existe mais". O trem-bala faz parte de um sistema que ainda não existe, ou que não existe mais no caso de transporte de passageiros de média distância. Já existiu. No Estado de São, as regiões do Estado de São Paulo são denominadas pelos nomes das antigas ferrovias: a Sorocabana, a Araraquarense, a Paulista, a Mogiana, a Noroeste. Hoje não existe mais.

Então, começamos a criar um sistema de transporte ferroviário de passageiros logo pelo trem-bala. Quer dizer, somos nisso mais inteligentes e mais capazes que os Estados Unidos, talvez, e mais ricos também.

A questão do custo de oportunidade é crucial. Comparar os benefícios econômicos, sociais e tecnológicos de um trem-bala, cuja tecnologia, aliás, não sei se serve para outra coisa além de fazer trem-bala – não sei se o Brasil poderá ser um exportador de tecnologia de trem-bala, se a nossa empresa, que vai ser criada por essa medida provisória, vai concorrer com aqueles que vierem aqui para investir no Brasil no trem-bala no exterior em novos projetos. Duvido. Mas, enfim, é comparar esse investimento com aquilo que é realmente importante, hoje, e fundamental, hoje, para reduzir o custo Brasil, que é o investimento produtivo, aquele investimento que faça diminuir o custo de transporte dos grãos do Centro-Oeste em relação aos portos, que melhore o sistema ferroviário de cargas que temos hoje, diminuindo os incômodos das cidades que são atravessadas por ferrovias, de modo não só a diminuir os incômodos, mas também a aumentar a velocidade desses trens, a condição operacional desses trens. Dobrar, pelo menos, a malha ferroviária de transporte de carga que nós temos no Brasil hoje. E é uma primeira pergunta: quantos mil quilômetros nós temos de malhar ferroviária no Brasil hoje, Dr. Barat? Para dobrar essa malha ferroviária, qual seria o custo? Qual seria o impacto disso sobre a economia brasileira, o impacto positivo para a economia brasileira em termos de um acesso mais rápido aos portos?

E, aí, o tema do estrangulamento dos aeroportos, Dr. Henrique Amarante... É claro que os aeroportos brasileiros não vão bem; e não vão bem porque não há investimentos neles. Não se fazem investimentos nos aeroportos e, depois, fala-se: "Ah, os aeroportos não agüentam mais!" Há quanto tempo estão esperando outra pista para o aeroporto de Viracopos, de Guarulhos? E quem sugeriu um terceiro aeroporto depois da crise aérea a que V. Sª se referiu foi o Presidente Lula. "Precisamos fazer um terceiro aeroporto na região metropolitana!" Não foi a oposição ao governo que o sugeriu.

Quanto aos mecanismos de financiamento, eu não quero parecer aqui um passadista. O senhor lembrou aqueles que nos anos 80 eram contra o metrô porque eram a favor dos ônibus. Passadista é a forma de financiamento que está sendo adotada pelo BNDES e pelo governo... Aliás, a forma de garantia de resultados de lucros para os investidores, que foi adotada por D. Pedro II, não só na primeira linha de trem construída pelo Barão de Mauá como nas outras linhas ferroviárias construídas no Brasil do século XIX. Chamava-se, na época, garantia de juros. É exatamente isso que os senhores estão fazendo. Se não der certo, se o projeto não ficar de pé, nós vamos – e a expressão do Dr. Bernardo Figueiredo é, digamos, pudica – promover uma flutuação de juros e também do prazo de concessões. Ou seja: é mais dinheiro público; é mais vantagens para o investidor privado em detrimento da solução de outros problemas que afetam o nosso País, especialmente o nosso sistema de transporte.

São considerações de ordem geral que eu estou fazendo e gostaria muito de ver o debate entre os nossos convidados. Mas é essa a apreciação que faço, renovando o meu agradecimento pela altíssima qualidade dos depoimentos que ouvimos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Aloysio, permita-me interromper V. Exª, mas como começou a votação nominal no plenário, eu vou me dirigir para lá e volto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria aos Srs. Senadores que fossem breves nas intervenções, uma vez que estamos na Ordem do Dia e, naturalmente, precisamos encerrar a audiência pública.

Antes, porém, de passar a palavra ao segundo autor do requerimento de convocação da audiência

pública, eu gostaria de perguntar aos Srs. Expositores se desejam fazer alguma consideração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria, como sugestão, de ponderar a V. Exª que pudessem uns cinco Senadores, pelo menos, fazer os seus questionamentos e, então, abriríamos espaço para que os nossos convidados dessem as respostas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos aceitar a sugestão do Senador Flexa, solicitando aos Srs. Senadores que sejam breves nas intervenções para que todos tenham oportunidade de perguntar.

O segundo autor do requerimento é o Senador Ricardo Ferraço, a quem concedo a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, Srs. Senadores, essa é uma das contradições do Senado: desde que estamos aqui na Casa, há pouco mais de dois meses, essa é a segunda matéria que julgo relevante, estratégica para o País e não temos tempo para discuti-la. Primeiro, não temos tempo porque o sistema de discussão e deliberação da medida provisória sufoca e impede que os Srs. Senadores possam discutir.

Não podemos emendar, porque, se emendarmos, a MP tem que voltar para a Câmara. Segundo, se não votarmos, a Medida Provisória cai. Ou seja, se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. Essa é a conjuntura a que nós, Senadores da República, estamos submetidos. Agora não podemos debater, porque deveríamos não ter limite para esse debate e temos que ficar entre essa audiência e o plenário para votarmos indicações de Embaixadores. Então, vejam a contradição de como é difícil ficarmos equilibrando e elegendo as nossas prioridades, sendo que essa eu considero a segunda mais importante depois que votamos aqui o salário mínimo há pouco mais de trinta dias.

Acho Srª Presidente que há muitos conceitos e avaliações que foram feitas que dão conta do sentimento da prioridade por esse empreendimento.

Naturalmente , é facultado ao representante popular que se elege o direito de fazer usa escolha. A democracia e a eleição direta asseguram-lhe essa intenção e essa indicação. Sinceramente, não acredito em céu e inferno, sorte e azar. Acho que pagamos por aquilo que escolhemos e, eventualmente, pelas omissões em relação aos temas que fazem parte da nossa agenda. Sinceramente, vendo com todo o respeito a fala do Dr. Amarante e do Dr. Bernardo Figueiredo e ouvindo os demais oradores, fico imaginando: que dois mundos são esses? O mundo apresentado pelo BNDES e pela ANTT são dois mundos inquestionáveis, que não tratam de nenhuma variação da previsibilidade. Quando ouvimos os outros oradores, o Dr. Marcos, que é Consultor da Casa, o Economista Joseph Barat, o Professor Paulo Fleury, vemos que há uma distância muito grande entre as afirmações. Então, todos nós Senadores deveríamos abrir mão da nossa palavra para que o Dr. Amarante e o Dr. Bernardo pudessem contestar tudo aquilo que foi falado aqui, porque nenhum de nós aqui, Senadores, é especialista. Não somos especialistas, somos generalistas. E precisamos de opiniões e contraditórios para que possamos exercer o nosso voto com qualidade e com responsabilidade.

Então, nada é mais importante do que fazermos um contraditório entre o que foi afirmado aqui pelas duas versões apresentadas: uma versão do Governo, uma versão do consultor e dos profissionais que representam a entidade. Muito se falou aqui a respeito dos outros modelos que, mundo afora, servem como exemplo. Mas o que temos aqui, de nota, dá como dimensão, por exemplo, que o sistema dos países que implantaram o trem de alta velocidade, o caso da Itália, Japão, França, Espanha, Coréia, Taiwan, em todos eles os subsídios têm sido uma marca constante. Peguemos o caso de Taiwan, que foi abordado aqui pelo Dr. Amarante. A nota que tenho dá a dimensão do seguinte teor:

"O projeto de Taiwan tem grande similaridade com o do Brasil. Lá o governo responsabilizou-se pela desapropriação de terrenos, pela construção de acessos rodoviários e conexões com o sistema de trânsito. Também ofereceu garantias financeiras ao empréstimo tomado pelos concessionários privados que construíram o trem de alta velocidade. Porém a forte frustração na demanda e na receita estimada exigiu que o governo prestasse socorro financeiro ao consórcio privado, já no terceiro ano de operação. O consórcio já acumula dívida superior a US$13 bilhões, enfrentando dificuldade para o seu pagamento.

O governo também precisou entrar, de forma indireta, na composição do consórcio privado. A abertura de capital não atraiu investidores suficientes levando o Governo a induzir fundos parestatais a comprarem ações dos consórcios. O Governo por meio de agências e fundos detém hoje quase 20% do capital do consórcio.

Essa nota é do *Valor Econômico* de 19/10/2009.

Peguemos o caso do Japão, que é um caso citado como pioneiro nessa questão. O Japão é um país pioneiro na implantação do trem de alta velocidade,

sendo constantemente citado como exemplo de sucesso nesse tipo de empreendimento e foi citado aqui. Ali o trem de alta velocidade nasceu estatal, construído e gerido pela empresa pública ferroviária nacional do Japão, iniciando suas operações nos Anos 50. As ferrovias japonesas sempre operaram com lucro antes da criação dos TAV, passando a operar no vermelho depois da introdução dos trens velozes.

Em 1987, tal empresa sucumbiu ao alto endividamento e o Tesouro japonês foi obrigado a assumir um débito da ordem de 200 bilhões de dólares. Promoveu-se, então, uma reforma em que a agência estatal constrói as linhas e as aluga às operadoras privadas. O custo é bancado pelo governo central, 2/3, e pelos governos locais, 1/3. Os operadores privados obtêm lucro na operação do trem, mas esse lucro só é possível porque o tesouro japonês assumiu os custos de capital do passado e os custos de expansão do sistema. Podemos aqui citar o caso da Itália, podemos aqui citar o caso da França e podemos aqui citar o caso da Espanha, porque no sistema de financiamento do pretendido trem de alta velocidade, nós percebemos claramente um envolvimento muito grande por parte do Tesouro Nacional. Ou seja, estamos, a partir do BNDES concedendo empréstimos da ordem de 20 a 22 bilhões de reais , com garantia do Tesouro. Estamos, também, oferecendo contra garantias ao Tesouro. Se esse tiver que pagar empréstimo ao BNDES ele pode acionar as contas garantias.

As contas garantias oferecidas pelo concessionário são as ações da empresa e as receitas geradas, além do subsídio embutido pelo BNDES, em razão da taxa de capitação e da taxa que está sendo ofertada. Então, são muitas, Srª Presidente, Srs. Senadores, as dúvidas, os questionamentos, as incertezas, em que pese o Dr. Bernardo, o Dr. Henrique Amarante terem estudado profundamente esse tema. Mas nós, Senadores da República, que aqui estamos para representar a população brasileira, precisamos firmar um juízo de valor para que no plenário, nós possamos exercê-lo.

Venho do Espírito Santo, um Estado em que o nosso aeroporto está há quatro anos paralisado; quatro anos paralisado, porque a Infraero quando fez a concorrência pública, a fez suportada por um projeto básico, sem informações detalhadas. Depois, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público entraram e embargaram essa obra que a Infraero não consegue desembargar há três anos.

Também, em nosso Estado, temos duas rodovias sucateadas, a BR-101e a BR-262, duas das mais importantes artérias para o transporte de cargas e pessoas, assim como uma infraestrutura portuária muito aquém daquilo que o nosso Estado tem dado de contribuição ao desenvolvimento nacional. E vir aqui assistir a uma proposta como essa, sinceramente, como se essa proposta não tivesse contra-argumentações, acho que precisamos aprofundar o debate. Não sei se estaremos votando essa MP hoje ou amanhã, mas acho que esta Comissão cumprirá o seu papel e todos nós Senadores se dermos oportunidade para que o contraditório possa se estabelecer e nós possamos anoitecer, virar a noite aqui, mas debater cada um desses pontos para que nós Senadores possamos ser justos e honestos com os eleitores que confiaram um mandato a cada um de nós.

Muito obrigado;

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Srs. Convidados, lastimo apenas que, em função da Ordem do Dia, nós tenhamos tido a ausência dos Senadores da base do Governo, principalmente do nosso Líder Romero Jucá, do Líder do PT, Senador Humberto Costa, do nosso Senador Delcídio do Amaral, porque o que tivemos aqui hoje foi uma aula de civilidade. Eu aprendi bastante e gostaria que os nossos pares, ao caminharmos para o plenário para votarmos a Medida Provisória nº 511, levassem daqui esse aprendizado e pudéssemos votar com a consciência de brasileiros e não de membros da base do Governo. Não há como votarmos num projeto “lulático”, como esse que está hoje em discussão aqui.

Até proporia, Senador Aloysio Nunes, que o Senador Lindbergh Farias, que retorna à discussão, propusesse a troca do nome trem-bala para trem-bomba, porque realmente é uma bomba que está sendo colocada no colo da sociedade brasileira. Isso vai explodir em cima de todos nós, porque nós brasileiros é que iremos pagar essa conta. Está claro, claro.

Quero aqui parabenizar os palestrantes Dr. Marcos Mendes, o Dr. Joseph Barat, o Dr. Paulo Fleury, que foram claros, claros. Eu não tive oportunidade de ouvir a exposição do Dr. Bernardo Figueiredo, porque estava em um compromisso fora do Senado e não procurei saber se tinha um documento impresso, mas vou ver pelos Anais a exposição de V. Sª e a do Dr. Henrique Amarante.

Mas V. Sªs, como membros do Governo, fizeram o papel que já era esperado, de defender o projeto, algo indefensável, algo indefensável.

O nosso País requer investimentos em todas as áreas básicas para a melhoria da qualidade de vida da nossa população e não pode e não deve se dar ao luxo de investir R$50 bilhões num projeto como esse,

como eu disse "lulático", para não dizer lunático. Espero que a Presidente Dilma, que se mostrado... Sou de oposição, mas tenho dito que a Presidente Dilma tem nos surpreendido positivamente com as posições que ela tem tomado no início do Governo. Espero que ela coloque na geladeira, no *freezer* esse projeto aí, para as gerações daqui a cem anos, quando o Brasil possa então se dar ao luxo de ter esse projeto.

Dr. Henrique, o senhor se referiu, para justificar ao retorno do investimento, parece-me, ao custo de R$400,00 da passagem área Rio/São Paulo. Papel é algo que até hoje não reclama do que se escreve nele. E os economistas são sábios ao fazer justificativas para enquadrar o retorno dos investimentos, essas taxas de retorno, TIR, que V. Sª mostrou aí.

Eu mandei rapidamente buscar no gabinete as tabelas da Gol e da TAM para ver quanto custa uma passagem aérea Rio-São Paulo. Fui surpreendido pela Gol, tarifa programada R$119,45. Não sei onde V. Sª foi buscar R$400,00. Na TAM, a tarifa é de R$88,00. Quer dizer, é uma questão de se programar para poder viajar. Mas não é nunca estes R$400,00 que V. Sª colocou aí no seu quadro de justificativa de retorno para investimento ou de compatibilidade de custo entre a passagem aérea e a passagem do trem-bala.

Senadora Lucia Vânia, eu não sei o que vai acontecer no plenário hoje, mas espero que o Senador Lindbergh suba até a mesa do Presidente Sarney e não deixe votar a medida provisória, lembrando o tempo de juventude quando ele pintava o rosto e tomava aquelas atitudes em defesa do País, que ele possa hoje repetir. Não podemos votar essa medida provisória hoje; não podemos e não devemos. Essa seria uma ação lesa-pátria.

Acredito, Dr. Henrique Amarante, Dr. Bernardo Figueiredo que, se o trem-bala, melhor dizendo, o trem-bomba for totalmente executado com investimento privado, entenda-se privado e não com financiamento do BNDES; vamos deixar de querer tampar o sol com a peneira. Financiamento do BNDES, com subsídio... O BNDES toma dinheiro no mercado para emprestar a taxas subsidiadas e quem paga, como bem disse o Dr. Marcos, a valor presente, com subsídio de 4,5 bilhões, se não me falha a memória, quem está pagando isso é a sociedade, somos nós, todos os brasileiros.

Venho para a minha Amazônia, venho para a minha Amazônia! Quero parabenizá-lo, Dr. Fleury! V. Sª, pela primeira vez, trouxe aqui, ao Senado Federal, um assunto que – estou aqui há seis anos – há 20 anos venho abordando. Mas parece uma conversa de surdo-mudo. Eu falo que é para mudar o modal de transporte no Brasil, que tem sistema hidroviário. E vem V. Sª falar na Teles Pires-Tapajós, na Araguaia-Tocantins; não falou na Madeira-Mamoré, que o Senador Blairo implantou, onde vamos ter relação de redução de custos de um para oito. Podíamos trazer toda a produção de soja do centro-oeste brasileiro pela Teles Pires-Tapajós ou pela Araguaia-Tocantins escoando pelo Porto de Santarém ou de Barcarena sem sobrecarregar o Porto de Santos ou de Paranaguá, reduzindo os custos e, mais, tirando o tráfego das estradas e deixando de perder vidas.

Então, eu não sei, não. Senador Ricardo, V. Exª fez referência ao Aeroporto de Vitória. Há 15 anos, mais ou menos, foi construído com recursos do Estado do Pará, 40% recursos do Estado, Tesouro estadual, e 60% da Infraero foi construído o terminal de passageiros de Belém.

Aí a Infraero, para fazer o novo terminal teve de demolir o terminal de carga e colocar os galpões de plástico, de lona, como temporários. E eles lá estão até hoje. Doze anos depois o temporário virou permanente. Está lá o terminal de carga com os galpões de lona da Infraero. Então é isto: falta de investimento. E nós vamos pegar R$50 milhões, subsidiados pelo BNDES. Ainda há pouco os jornais noticiaram que o Brasil está financiando pelo BNDES 67 bilhões em outros países, com valores subsidiados, em vez de financiar obras aqui dentro. Aí as regiões esquecidas – nem digo subdesenvolvida – como a Amazônia, a Região Nordeste, a Centro-oeste, que ainda não se incorporaram ao Brasil. O Brasil fala para fora e se esquece de olhar para dentro. Eu farei o possível e o impossível, no dia de hoje no plenário, para que possamos derrubar essa medida provisória, porque acho que é um crime de lesa-pátria. Quero ter o apoio de V. Exªs, Senador Ricardo, Senador Ciro, Senador Moka, Senador Valadares – V. Exª é da base do Governo e não pode, como brasileiro, cometer um crime contra a Pátria, aprovando essa medida provisória que vai permitir tirar da sociedade brasileira esses recursos para permitir esse projeto lunático do "trem-bomba". (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/ PSDB – GO) – Srs. Senadores, por sugestão do Senador Ferraço, gostaríamos de ouvir os dois representantes do Governo, mas eu não poderia deixar de dar a palavra aos Senadores para, pelo menos, fazer uma observação bem rápida a respeito do assunto.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, eu não tenho dúvida de que esse projeto é bastante polêmico; há posições favoráveis e desfavoráveis. Como em todo empreendimento, existem os riscos. O Governo, naturalmente, está calculando os riscos da execução do projeto do

trem-bala. É preciso que tenhamos em mente que o Brasil hoje atravessa uma situação excepcional, tendo em vista a sua credibilidade internacional e o seu equilíbrio fiscal. O Brasil está empreendendo esforços no sentido de conter o processo inflacionário, de fazer contingenciamentos pelo menos temporários, para saber qual o cenário que vai se apresentar até o fim do ano. A Presidente Dilma tem demonstrado muita firmeza e responsabilidade na condução dos destinos do Brasil. Tenho absoluta certeza de que a Presidente Dilma jamais abraçaria uma causa que não fosse viável para o Brasil. Entendo que existem gargalos, como aqui foram referidos pelos nobres integrantes desses debates, pelos Senadores, nas regiões mais pobres, como a Nordeste e a Centro-Oeste, que precisam ser resolvidos. Quanto a problemas de infraestrutura urbana e de transporte, de melhoria das nossas rodovias, das nossas hidrovias, da elaboração, feitura e projetos como, por exemplo, nós queremos na nossa região Nordeste obras de irrigação. No Estado de Sergipe, por exemplo, tem um projeto da maior importância, que vai beneficiar milhares e milhares de pequenos e médios agricultores, que é o canal de Xingó, uma obra do Ministério da Integração que vai custar perto de R$1 bilhão. Em Alagoas, o projeto do alto sertão, o Projeto Sertanejo, também uma obra de irrigação de mais de R$4 bilhões, e assim por diante.

Obras existem em profusão, necessidades são imperiosas em todo o Brasil, sem dúvida alguma. Agora, o Brasil não pode parar. O Brasil tem que criar alternativas para o seu crescimento, em todas as regiões, e não pode deixar uma região tão desenvolvida e que pode sofrer um obstáculo com repercussão nas outras regiões, como é a região do Rio de Janeiro e de São Paulo porque há riscos que nós consideramos que existem na construção dessa obra.

Para ser breve, Srª Presidente, eu apenas apontaria o seguinte: eu falei, no início, na credibilidade de que o Brasil hoje dispõe. A Presidente da República está na China. Entre as conversações, não só da representante do Brasil, a Presidenta Dilma, como de empresários ligados ao setor de transporte está a questão do financiamento do trem-bala. E há uma notícia, agora no começo de abril, de que a própria China se interessaria em participar do empreendimento financiando cerca de 85% desse projeto. Não sei se isso vai se viabilizar. Mas se isso se viabilizar... Já teve Senador aqui que disse “bom, eu avisar aos meus amigos que entrem no empreendimento, que vai dar certo”. Se há um país que tem dinheiro sobrando, que está crescendo estupidamente, é a China. Não é a toa que a Presidenta Dilma está lá nas tratativas com diversos setores do governo chinês, inclusive do empresariado local, que se interessa. Há um conglomerado de empresas que já se entendeu com a associação de empresários de obras públicas do Estado de São Paulo e há essa divulgação, que saiu recentemente, logo no começo deste mês... Tenho certeza de que o Dr. Bernardo Figueiredo e os demais devem ter lido essa notícia do interesse do governo chinês.

Ora, assim como o governo chinês está interessado, outros poderão aparecer e então o BNDES ficará praticamente dispensado, quem sabe, de efetuar financiamentos previstos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só para contribuir no raciocínio, Senador Valadares. O problema não é o empréstimo, mas as garantias do empréstimo. As garantias que estão sendo dadas são do...

(Interrupção do som.)

...empréstimo, mas quem fosse dar a garantia real fossem os eventuais concessionários não teria problema.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sei. Mas se o investimento, se a obra, pelo que aqui foi dito, se manifestar viável do ponto de vista econômico e obtiver a lucratividade suficiente, não há por que o Brasil temer com isso, a não ser que estejamos tratando aqui de um projeto inviável economicamente. O projeto é viável economicamente ou não? Porque o que tenho ouvido aqui é a argumentação de que o Brasil não tem dinheiro, que o Brasil não tem recurso para fazer esse investimento. Mas se aparecer dinheiro, nós não queremos? Eu acho que nós devemos querer, porque vai sobrar dinheiro do BNDES para fazer os investimentos a que nós aqui estamos nos referindo.

Portanto, votarei favoravelmente à medida provisória. Deposito confiança no Governo, sei da responsabilidade que tem a Presidente Dilma com o Brasil. Onde ela assinar em cima neste projeto, eu assino embaixo, porque tenho certeza de que ela não vai cometer uma aleivosia, uma irresponsabilidade contra o povo brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Srª Presidente, senhores convidados, nobres colegas, quero, em primeiro lugar, parabenizar a felicíssima ideia dos Senadores Aloysio, Ferraço e Flexa. Gostaria que, em todos os temas polêmicos, tivéssemos, como agora,

a oportunidade de sermos esclarecidos para termos um julgamento melhor.

O que está em jogo aqui são inúmeras coisas. Quero, a propósito, parabenizar demais o Dr. Marcos Mendes, o Dr. Joseph Barat e o Dr. Paulo Fleury pela coerência das exposições, feitas em cima de um modelo e de um momento. O custo Brasil não está nos passageiros, o custo Brasil está na logística, no transporte, para mencionar um deles.

Todo negócio, Senador, tem riscos, só que, na iniciativa privada, o dono paga com o seu patrimônio; na pública, é o povo quem paga. Esse é que é o grande risco.

Fiquei bastante animado com o que ouvi dos dois lados e acho que cada um dos senhores deveria esclarecer a parte do outro para que possamos fazer esse julgamento.

Agora, em sã consciência, sem pensar em situação ou oposição, o mínimo que tínhamos de ter era muito mais tempo para pensar. Esse é o mínimo que deveríamos exigir. Para mim, teríamos que rejeitar, mas tínhamos, no mínimo, que ter mais tempo para examinar ponto por ponto. A partir do que ouvimos aqui, chegamos à conclusão de que é uma incoerência aprovar isso a toque de caixa.

Tenho algumas perguntas rápidas.

Ao Dr. Bernardo: de que autoridade partiu a ordem para não incluir a margem de contingência nos estudos de viabilidade?

Agora perguntas dirigidas ao Dr. Henrique: o BNDES já concedeu algum outro financiamento em que as contragarantias do projeto fossem a própria receita do investimento? Como se pretende fazer no caso do trem-bala? Qual é a experiência prática do BNDES com essa modalidade de garantia?

Deixo essas perguntas. Acho que os senhores teriam muitas coisas a nos esclarecer, mas não estamos aqui tratando de situação ou oposição, estamos tratando aqui de algo muito sério, de um investimento de R$34 bilhões a R$50 bilhões. O papel aceita tudo. Delinear essas coisas todas no papel é muito fácil. Há contradição nos números aqui, como nos números relativos a tarifas, várias coisas.

Deixo essas indagações e gostaria muitíssimo que os senhores as respondessem.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Obrigada, Senador Cyro.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nossa Presidenta, a Senadora Lúcia Vânia, e os nossos convidados. Parabéns pelos posicionamentos colocados. São posicionamentos diferentes, mas cada um acredita naquilo que defende.

Eu, particularmente, conheço pouco este assunto, mas, pelo que foi dito e pela experiência que tenho de obras também, acho-o preocupante. Já construí porto, já fiz usina hidrelétrica, já construí silos grandes e, em nenhuma dessas obras, consegui chegar ao final com o orçamento ajustado. E olhem que houve sondagens, consultorias e tudo mais. Quando chega o final da obra, você vê um estouro parecido com esse que você viu aqui: de 40 – mas pode ser 30, pode ser 20, pode ser 15. Em toda a minha história de empresário, de construtor e de comprador de construção, o único que pagou a conta no final foi a minha empresa, eu, como dono. Não encontrei ninguém que assumisse a responsabilidade pelas coisas que acontecem pelo meio.

E aqui, neste projeto, vejo que temos um problema bastante grande. E a minha pergunta aqui vai ser nesse sentido. Em que pé estamos com os projetos? Já fomos ao local aonde vai passar o trem, já sabemos qual a montanha que vai ter que ser cortada, quantos túneis tem que se fazer, a geologia daquele solo, os viadutos que devem ser feitos. Quer dizer, nós temos um projeto acabado, definitivo, pronto? Para, pelo menos, saber que, depois do projeto pronto, nós temos uma variação ainda de 15%, de 20%, que é possível. Pela minha experiência, tenho visto que é sempre isso.

Então, parece-me muito, muito temeroso – e é temeroso – nós fazermos, ou melhor, jogarmos um projeto desse sem um esclarecimento maior, sem uma base maior. A não ser que vocês tenham os projetos e não foram aqui colocados.

Então, essa é a minha pergunta. Porque, se nós não tivermos esses projetos, nós não temos como levar adiante.

Outra coisa: quem é o nosso sócio? Quem é o sócio desse empreendimento? Nós ainda não soubemos. Pena que eu não tenha capital para fazer frente a um negócio desse, porque me parece um negócio bom para ser sócio, um negócio com o Governo brasileiro. Você entra praticamente sem risco. Se dá tudo certo, você fica 40 anos mantendo o trem rodando; e se dá errado, o Governo fica com o trem. Então, não me parece, assim, um negócio bom para a sociedade brasileira. E pena que nós não temos mais aqui, Senador Aloysio, a oportunidade – aí a reclamação que todos nós colocamos.: as matérias chegam nesta Casa para amanhã, não para ontem. Mas nós podíamos aprovar o projeto, mas colocar aqui dentro, numa emenda qualquer, em qualquer lugar aqui, dizendo o seguinte: está bom, está autorizado a fazer, a estudar e, se chegarmos a que temos uma tarifa compatível com aquilo que está dizendo, o Governo está autori-

zado a fazer o negócio e tocar para frente. Ninguém quer ver um país parado. Ninguém não quer ver um país andar para frente. Todos nós queremos. Agora, a minha preocupação aqui é no sentido da viabilidade econômica desse negócio. Quer dizer, eu não sei quanto custa, sei que vou ter que colocar dinheiro e estou dizendo que, se faltar, eu coloco mais e, se der errado, eu vou bancar esse negócio.

Então, não me parece que é uma coisa bastante, bem transparente, bem tranquilo aqui.

Portanto, minha pergunta aqui é – de repente, até para mudar de posição: Que tipo de projeto nós temos: temos um projeto executivo, temos um projeto básico, ou temos uma ideia?

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu sou a favor do Rio, mas não sou contra o Brasil. Acho que, no nosso projeto, temos uma coisa a celebrar. É que a maior demanda se encontra na parte mais barata do trajeto. Realmente, subir do nível do mar para 700 metros com um veículo que só suporta 2% de rampa – alguém falou 3%, trem é 3% –, 2% ou 3% de rampa, isso significa sair furando muito túnel. E quando a gente faz um túnel e não encontra a montanha com solo, é uma coisa. Quando a gente faz um túnel no meio da montanha, é outra coisa. De tal maneira que nós temos incertezas.

Agora, é uma obra de caráter pioneiro, extraordinária. É uma Brasília. E Brasília teve, à época, uma oposição da UDN também, que consideravam imenso o prejuízo. Mas havia objetivos nacionais. Se nós conseguirmos viabilidade econômica, ainda que parcial, se nós não duvidarmos tanto da demanda, porque somos imensamente pessimistas. Nós fomos pessimistas ao quadrado. Primeiro porque nós achamos que a obra vai dobrar de preço e, segundo, porque a demanda vai cair para a metade Formei-me em engenharia civil e para um prédio não cair, nós consideramos as cargas com fator de correção de 40 e a resistência do material com fator de diminuição de 15% – 085 e 1.4.

Estamos usando esse nível de conservadorismo. Acho que nós devemos dar chance ao capital brasileiro, aos empresários de apostarem no desenvolvimento, no crescimento do País. Nós temos um grande argumento que foi pouco citado.

A Bíblia foi escrita há 4 mil anos, muita gente não acredita, mas quando lemos a Bíblia vimos que no Paraíso, Deus colocou o homem para cuidar do jardim. Hoje, com essas catástrofes, hecatombes, as agressões à natureza, nós tínhamos mesmo que ser jardineiros. E nesse aspecto o trem bala favorece. Em termos de velocidade e rendimento é o que menos polui.

Eu queria fazer um discurso no sentido de estudarmos em profundidade o assunto e tentarmos encontrar um caminho. Esta Casa é política e é a Casa de entrarmos em acordo. Quem sabe podemos dividir o projeto em duas fases e começarmos pela fase mais viável e encaminhar. Está todo mundo olhando para o agora, olhando para o umbigo. Ah, eu viajo do Rio para São Paulo e estou satisfeito. Nós estamos satisfeitos, mas não significa que os nossos filhos e nossos netos vão ficar satisfeitos. Nós temos que planejar o futuro hoje., até porque estamos vivendo uma fase favorável, Ferraço. Você sabe que nós arrecadamos em janeiro e fevereiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – Concede-me um aparte?

O SR MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ) – Todo o aparte que quiser.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – Fui um Senador que questionou alguns pontos, Senador Crivella e não fiz porque... Primeiro acho que esse debate não se limita à questão de ser base ou oposição. Eu me considero um Senador de situação. E sou de situação. Também não sou pessimista. O que não posso é deixar de considerar as experiências que o mundo viveu. Se a Espanha, se a Itália, se o Japão, se a Coréia, se Taiwan viveram essa experiência é natural que eu tente compreendê-la e até não reproduzir aqui no Brasil eventuais erros que outros países cometeram porque nesses países esses sistemas estão deficitários, dependendo de elevadíssimos investimentos por parte do poder público. A China tem hoje 2 trilhões de dólares em caixa. Nós não temos isso. Temos que fazer escolhas e prioridades. Precisamos priorizar se queremos reduzir o custo Brasil, melhorando o transporte de cargas ou se queremos fazer isso. Precisamos priorizar se vamos ampliar o saneamento básico ou se vamos fazer isso. Essa é a nossa realidade à luz da conjuntura internacional e à luz da recessão fiscal. Essa é a contribuição que quero trazer ao raciocínio de V. Exª e agradeço o aparte.

O SR MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ) – Preciosa e valiosa. Isso também foi o que me fez dizer que sou a favor do Rio, mas não sou contra o Brasil. Também sou torturado por essas coisas que V. Exª coloca aqui. Eu peso isso tudo. Mas nós precisamos também pesar o outro lado, Senador Ferraço. Nós somos pioneiros. Várias coisas no mundo não deram certo, mas aqui deu. Temos como exemplo o Proálcool. Somos pioneiros no Proálcool e também estamos fazendo o biodiesel de maneira pioneira. Podemos ter uma tecnologia nossa que favoreça o trem-bala.

Gostaria que nós tivéssemos aqui um caráter de aperfeiçoar o projeto. O projeto passou na Câmara. Mas

por que passou na Câmara? Lá não tem deputados do nordeste? São mais de 70. Lá não tem deputados do Norte? Tem . Eles não analisaram isso? Analisaram todos eles com muito cuidado. Mas creio que o espírito dos nossos companheiros da Câmara foi o seguinte: olha, nós temos que dar oportunidade para caminhar. Vamos ver como vão estar os nossos empresários; vamos ver essa visita da Ministra à China, vamos ver se conseguimos transformar esse sonho em algo que possamos sonhar juntos e construir.

Aquilo que eu dizia para vocês, Ferraço, e já vou concluir, Sr. Presidente: a nossa arrecadação de janeiro e fevereiro foi R$27 bilhões a mais do que a arrecadação passada.

É claro que não podemos gastar isso com custeio. É claro que temos que ter cuidado para que nossa política fiscal não gere inflação. Mas temos ventos favoráveis para bons investimentos. Podemos continuar o PAC, que está tratando do assunto do saneamento, está tratando também da questão da habitação – Minha Casa, Minha Vida –, e essas coisas demoram um tempo. Não adianta a gente colocar R$70 bilhões para resolver o problema do saneamento e não fazermos outras coisas.

As coisas andam concomitantemente, entendeu, Marcos? Não adianta dizer assim: "Não vou fazer trembala porque vou fazer saneamento". Mas o saneamento demora um tempo. Você não vai fazer tudo de uma vez. Você pode fazer as duas coisas. Você pode até correr mais com o saneamento. Você coloca o seu cronograma do saneamento mais rápido, com mais recursos. Mas você pode também fazer o outro devagar.

Lembrem-se daquele dito: "Dez operários fazem uma casa em 100 dias; então, 20 operários fazem a casa em 50 dias; 1.000 operários fazem a casa em 1 minuto". Não fazem! Não fazem!

Então, eu gostaria apenas de ponderar com os meus colegas da infraestrutura de que nós temos o dever com as futuras gerações e precisamos pensar, sem medo, naquilo que poderemos implementar no futuro.

Rio e São Paulo em termos de avião eu não vejo tanta viabilidade assim. Em termos de ônibus e carros também. Se for pensar para o futuro, a via Dutra não entope. A Dutra entope com caminhão, mas também tem carros demais, sobretudo naquela área de São José dos Campos até São Paulo, trajeto que agora vai ser feito em 30 minutos, mas vamos fazer uma economia de petróleo danada.

Meus irmãos, o mundo está indo para uma crise de combustível absurda! Os Estados Unidos consomem 25% do petróleo do mundo e produzem só 25%! É uma baleia atrás de petróleo! A crise será aguda!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para concluir, Srª Presidente. Eu não posso deixar de atender a um pedido de uma dama tão ilustre, que não só representa a delicadeza e a ternura da alma feminina, mas também as resistências morais e de caráter da mulher brasileira. Eu quero deixar isso até, porque teve uma reeleição extraordinária.

Srª Presidente, eu apenas peço que possamos olhar esse projeto com todo o carinho, para encontrarmos o caminho. Nós temos boas coisas. A maior demanda dele é na parte mais barata. E acho que nós podemos também conseguir, se a Presidenta Dilma tiver sucesso, um melhor arranjo para o nosso financiamento, que também não me agrada.

Desculpe-me por ter tomado tanto tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Crivella pelas palavras gentis.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidenta, Srs. que debateram o assunto, começo dizendo o seguinte: quanto à medida provisória, o que vamos realmente votar amanhã é uma autorização para que o BNDES possa financiar R$20 bilhões a um sócio que não sabemos ainda quem será, e provavelmente mais R$5 bilhões flutuando, decorrendo de flutuação de juros.

Então, na verdade, estamos colocando R$25 bilhões como quem diz: "Se a gente oferecer R$25 bilhões, é possível que a gente arrume um parceiro". É essa a impressão que me dá. "Se nós não votarmos a medida provisória, se não houver esse recurso ou essa facilidade, dificilmente vai se encontrar um parceiro."

O que eu esperaria de um projeto seria que a iniciativa privada, sem financiamento do BNDES, pudesse achar-se consistente e viesse aqui fazer. Aí não há nada que a gente possa pelo menos contestar. Mas aportar R$34 bilhões num projeto e sabendo...

Eu sou do Estado do Mato Grosso do Sul. Todos nós sabemos o problema que temos para escoar o nosso produto. Ora, estamos brigando por uma ferrovia que liga Maracaju a Cascavel, no Paraná, e que vai baratear sensivelmente o custo do nosso produto, que terá um valor muito menor.

E outra coisa, vamos tirar milhares e milhares de carreta que hoje levam a soja do Mato Grosso do Sul para o porto de Paranaguá. Quer dizer, em termos de prioridade, eu tenho dificuldade para aceitar isso, em que pese o projeto... Não, nós vamos transportar de São Paulo para o Rio de Janeiro em alta velocidade... Tudo bem, mas se compararmos os critérios, onde es-

ses investimentos... Coloca o BNDES para financiar 20 bilhões nas nossas ferrovias. Nós vamos reformular a ferrovia do País e vamos ter um melhor escoamento, eu não tenho a menor dúvida, vamos baratear o custo dos nossos produtos e vamos tirar milhares e milhares de carretas das nossas estradas. É assim que eu consigo entender. A não ser que me provem diferente.

Eu só lamento que esse debate não seja travado de forma mais ampla aqui no Senado. A impressão que eu tenho é que passou na Câmara por falta de pressão, de um debate mais esclarecedor porque, a partir do que ouvi aqui hoje, terei uma dificuldade muito grande de votar favoravelmente neste projeto amanhã no plenário. Ainda irei ouvi-los, mas, neste momento, eu não entendi. O Marcos Mendes não está aí, mas ele fala que para esse tipo de projeto você precisa ter um recurso de contingência. E, ao mesmo tempo em que fala que tem que ter, parece-me que dá a entender que este custo está fora do projeto.

Ora, o Governador Blairo Maggi – ninguém pode negar a sua experiência... Em obras desse tipo dificilmente vamos encontrar essas contingências pelo caminho. Então, tem tudo para um projeto ter um investimento público muito maior do que se imagina. E aí eu fico pensando: é a garantia, é o cara que vai fazer, se não der certo – alguém disse isso – vocês ficam com o trem e eu estou fora do negócio. A não ser que eu tenha entendido mal – isso é possível – e eu não gosto de radicalizar nas minhas posições, até porque não tenho esse perfil, mas, de tudo o que ouvi aqui hoje, sinto que terei uma enorme dificuldade para votar essa medida provisória amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Apenas para trazer um aparte, e seria importante que os colegas me ouvissem. Há um banco de dados que relaciona que 258 projetos de infraestrutura de transportes, executados em diversos países do mundo foram considerados à luz da contingência. Duzentos e cinqüenta e oito! Pois bem, em 90% dos projetos de infraestrutura de transportes têm custos efetivos superiores ao estimado para os projetos. No caso de projetos ferroviários, a diferente entre custo realizado e custo estimado é em média da ordem de 45%, considerados 258 projetos no campo da infraestrutura em todo o mundo. Não é possível que esse venha a ser "uma jaboticaba brasileira", que só existe aqui. Nós seremos cobrados amanhã, não como Senadores da oposição ou da situação, mas como Senadores que estamos aqui representando o povo brasileiro. Então, essa a contribuição que quero dar à reflexão que faz V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço o aparte (*Fora do microfone.*) eu só estou tentando entender o projeto, porque tenho certeza de que as pessoas que o defendem o fazem com enorme convicção, até porque, também, sobre ele se debruçaram. Às vezes, a partir do que você ouve, você tem que emitir uma opinião. Eu gostaria de emitir essa opinião no sentido de que, se houver mais esclarecimento, eu gostaria de ter esse esclarecimento até para que amanhã... Como eu disse – não é uma opinião radical – com essa exposição, dificilmente terei condições de votar favoravelmente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu estou na mesma posição dos meus demais colegas Senadores. Acompanhando passo a passo este projeto, nós, ao mesmo tempo, temos grande probabilidade de dar um tiro no pé, pois assistimos, há poucos dias atrás, um corte de Orçamento de mais de 50 bilhões de reais. Nós assistimos também – e não fui da legislatura passada, não fui governador – um corte de emendas já pactuadas, de recursos já aprovados com as prefeituras, com os Estados, que ainda não foram executados – eu não sei o montante, só sei que o valor é grande. Mas sei também que o projeto é audacioso, porém mais que audacioso é a conta que vai ficar para nós. Temos aí a Copa do Mundo, a partir de 2014, e temos uma boa parte dos nossos aeroportos pela metade.

Está aqui o Senador Blairo Maggi, que foi Governador, e pode nos dizer: faz quantos anos que estão reformando o Aeroporto de Cuiabá? (*Pausa*.) Dez anos, e ainda está pela metade.

A nossa infraestrutura, por mais que tenhamos que pensar no futuro, com agilidade, com facilidade, por mais que os caminhões estraguem nossas rodovias, ainda assim eles deixam uma margem positiva, que são os impostos que entram nas peças, nos caminhões, nos empregos que traz; e sempre o Governo Federal tem preservado isso.

Ao mesmo tempo, a gente vê que há outras obras estruturantes que não têm dinheiro. E aí não consigo entender a facilidade que o BNDES tem de dar 20 milhões... Pois é 20 milhões, 25 milhões... mas não consegue, muitas vezes, 30 milhões para um investimento com empresa sólida daqui, mas arruma 20 milhões, como se tivesse dando um trocado para um cara que está numa esquina pedindo esmolas.

Eu falo isso com tristeza, mas é isto que acontece: qualquer empreendedor, qualquer empresário para pegar 20, 30 milhões, 2 bilhões, 3 bilhões é como passar

manteiga no pão. Mas um outro que vai pegar coisa pequena, infelizmente, é que nem perna de cobra: todo mundo fala que tem, mas ninguém vê. É verdade, falo isso com experiência, pois também sou empresário. E a preocupação que eu tenho sobre esse empreendimento não é diferente da do Senador Blairo não. Nós somos empreendedores pequenos e nenhum dos projetos, mesmo particulares, igual ao tratamento dos PCHs, nenhum bateu. Estão lá os dois empreendimentos da Usina do Madeira, que já estourou em dois bilhões. E aí eu vejo a declaração do Senador em 258 horas, duzentas e não sei quantas horas. Estourou em 40%. Então, nós temos 35 bilhões com 40%, nós já passamos de 50 bilhões. E quem vai pagar essa conta? Tudo bem que sou da base também, quero ajudar a nossa Presidente. Mas todo mundo sabe que muitas coisas, quem manda para a Presidente são os assessores, é a equipe, são os ministros.

Então, a minha decisão é de nós verificarmos melhor, analisarmos com mais calma, vermos exatamente se é projeto executivo; esse projeto executivo não tem nada feito ainda, é projeto básico, "feito nas coxas". E aí, meu Deus, é botar o Brasil inteiro... E nós estamos já sendo criticados, porque vem a Copa do Mundo e os estádios estão pela metade, é uma dificuldade para liberar dinheiro, é uma burocracia sem tamanho.

Então, quem sabe se, de repente, com a viagem que a nossa Presidente Dilma está fazendo – ela que é dinâmica, extraordinária, que foi com um grupo de empresários à China –, quem sabe a própria China se interessa de vir aqui implantar esse sistema, e aí nós não precisaremos mais botar a mão no nosso pouco dinheiro do BNDES que tem. Sem contar que está vindo dinheiro para cá a custos elevados. O Brasil paga o maior juro do mundo, a inflação está subindo, está deixando todo mundo com a orelha em pé, com o cabelo em pé. E aí vamos aventurar com um investimento desse de 35 bilhões? Eu quero dizer a vocês: vamos pensar direito aqui, para começar, porque o chumbo vem depois, a plantação de fumo vem depois.

Srª Presidente, por isso, eu gostaria, compactuando aqui com os outros Senadores da preocupação, nós não queremos atrapalhar o desenvolvimento nem do Rio nem de São Paulo, nem de qualquer outro lugar, é fundamental. Mas antes desse trem bala, sendo usado o dinheiro do BNDES, nós temos obras muito mais importantes, estruturantes, como o Senador Moka falou, igual à ferrovia que tem de Sapezal para Porto Velho para ser feita, que vai diminuir custo, vai desafogar as BRs nossas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O ferroanel em São Paulo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – São Paulo, enfim.

Então eu acho que não podemos atropelar não. Porque tudo o que for atropelado, infelizmente, depois para poder consertar, cicatrizar e curar, vai gastar muito remédio.

Então eu peço encarecidamente que analisássemos com mais calma para que nós não déssemos um tiro no pé. E, de repente, demos sorte de vir esse empreendedor chinês que vai ser um negócio da China e faça isso sem precisar do BNDES, e o BNDES para de investir só bilhões e invista em trocos menores para esse pessoal menor.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, eu estou aqui, o debate das posições vamos fazer amanhã no plenário. Este é o momento de aprofundar, de tirar dúvidas, de levantar alguns pontos em consideração. Primeiro, é claro que quem convive no eixo Rio/São Paulo sabe que nós já temos hoje um problema de saturação da Dutra, também do sistema de transporte aéreo – isso é fato hoje.

Eu vi os senhores falando dos Estados Unidos aqui, que não têm de alta velocidade. Pois bem, tem estudos do Governo Obama falando em investimentos em trens de alta velocidade pelo próximo período, porque a discussão lá é de investimentos de até 53 bilhões. Estão vivendo esse debate lá. Eu falo aqui a posição do Secretário de Transportes americano, que diz que, daqui a quatro décadas, os Estados Unidos terão 100 milhões de habitantes adicionais. Se nos acomodarmos com estradas, pontes e aeroportos, que já estão sobrecarregados e são insuficientes, nossa próxima geração encontrará artérias de comércio intransitáveis na América.

Eu vi aqui, eu fui prefeito de um Município – o Aloysio esteve a frente de São Paulo, ajudou em várias administrações, tem muita experiência; aqui tem vários ex-governadores, Blairo Maggi, Ivo Cassol – e fiz um financiamento pelo BID. Os senhores sabem o rigor do BID – não sei se o Blairo fez lá no Estado – nos estudos técnicos feitos pelo BID. São extremamente... Eu quase desisto como Prefeito de Nova Iguaçu, porque foram quase dois, três anos de estudos de viabilidade econômico-financeira na ponta, contagem. É um processo desgastante. É difícil um administrador público que agüente. Havia até uma brincadeira entre os prefeitos: é bom pegar um empréstimo do BID porque são tantas as etapas que o próximo prefeito vai inaugurar a obra, mas eles são muito rigorosos.

Pois bem, vejo aqui esse estudo de viabilidade e eu queria perguntar isto: sobre a demanda, porque

todo mundo aqui está com a visão de que vai quebrar. Não é uma visão, me desculpem os senhores, de um país que se pretende ser a quinta economia do mundo, tem que olhar para o futuro, tem que ter planos ambiciosos. E outra coisa, digo mais: esse trem-bala pode estimular, sim, investimentos no metrô nos Estados, é a mudança da discussão aqui, de um paradigma.

Vale dizer que a Presidenta Dilma tem um DNA aí, tem que ser colocado isso, a discussão de ferrovia volta ao País a partir da atuação dela como Ministra-Chefe da Casa Civil. Volta com ela. E aí Bernardo vai poder falar como Diretor Geral da ANTT sobre outros investimentos para as pessoas terem noção dos investimentos em ferrovia que estão sendo feitos no País. Eu queria que falassem sobre isso. Pelo que estou vendo aqui na fala do Amarante, que representa o BNDES, diz que nos primeiros cinco anos foi levada em consideração uma demanda 50% menor do que a estimada nos estudos técnicos.

Vamos fazer outra discussão aqui, porque pela... Quero inclusive cumprimentar o Marcos Mendes, consultor legislativo do Senado, é sempre bom a gente ver uma Consultoria brilhante, estimulada pelo debate político e econômico. Isso é algo que precisamos estimular, porque é muito interessante, mas parece que nós estamos pegando dinheiro do orçamento. Vamos investir em saneamento...não é isso! Nós estamos falando de um financiamento e nós vamos ter uma garantia porque não existe obra nenhuma desse porte sem o Estado garantidor por trás... E quando as pessoas falam em saneamento sabe o que está faltando no saneamento? Uma modelagem, Senador Aloysio, como essa!

Hoje nós temos nas regiões metropolitanas do País sabe qual problema? Nós não temos o marco regulatório que estimule investimentos na área de saneamento. Você sabe que em todas as regiões metropolitanas do País – é assim na do Rio de Janeiro – está garantido por uma lei que diz que é atribuição do Estado. Lá no Rio de Janeiro é a Cedae.

Eu queria fazer algo como isso, em que estimulássemos a iniciativa privada, que o Estado fosse garantidor, para ter investimentos e saneamento. Então vejam bem, estamos vivendo um momento do mundo no qual temos crédito em abundância também.

Falo tudo isso aqui. Estou querendo construir tudo para dizer que não me venham confundir também aqui esse empréstimo do BNDES com recursos do Orçamento. Aqui é discussão de uma modelagem eficiente. Nós podemos alavancar a discussão que sempre fiz aqui – o nosso Armando Monteiro, da CNI, que não está aqui –, é que várias áreas de infraestrutura estão carentes de uma modelagem eficiente que possa pagar pelo serviço. Volto a falar da questão do saneamento.

Estou falando tudo isso, meu grande Senador Ricardo Ferraço, que admiro, Senador atuante, batalhador, porque acho que temos que repensar, fazer esse debate com muito cuidado. Os senhores têm razão quando dizem que devíamos ter feito esse debate a mais tempo. Isso é verdade. A formação de opinião do voto dos Senadores já devia estar sendo produzida há algum tempo. Devíamos estar fazendo esse debate aqui na Comissão de Infraestrutura. Quero parabenizar a nossa Presidente Lúcia Vânia por esse evento de hoje aqui, que é esclarecedor. Todos nós vamos estudar de hoje para amanhã. Vamos ter tempo de formar as nossas opiniões. Amanhã, no debate, novamente vai ter mais espaço para esse debate. Mas eu queria relativizar. Pedir aos Senadores, em especial ao Senador Ricardo Ferraço que está envolvido com esse tema, que a gente abrisse um pouco o espaço para um debate mais aberto aqui entre a gente.

Queria que os senhores falassem também porque eu vi uma confusão muito grande nos números. Eu queria que o senhores falassem também sobre esses cinco bilhões a mais que podem vir no caso de haver na margem de rentabilidade do projeto. Como é feito isso? É de uma vez só? Se é nós dez anos iniciais? De que forma pode haver essa equalização, digamos assim, da margem de juros, que alteraria impactaria o projeto na ordem de cinco bilhões?

Só acabo por dizer, e os senhores estão vendo aqui, nós estamos tentando formar...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Permita-me um pouquinho, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pode falar, Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero cumprimentar V. Exª pelo discurso eloquente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – A gente quando fala do País quer ver o País para frente, vigoroso. Eu aqui só discordo de um ponto. Coloquei aqui meu ponto, mas não quero passar aqui como alguém que está querendo aqui ser contra o País. Não, de forma nenhuma. Só acho que nós temos o projeto. Eu fiz a pergunta, vou aguardar a resposta.

O que nós não podemos é entrar numa aventura. Aí V. Exª vai concordar comigo que nós não podemos entrar numa aventura. Agora que todos nós queremos e temos que pensar grande e temos que planejar o futuro a partir de agora, não há dúvida nenhuma

disso. Mas entrar num projeto sem ter base, sem ter pé? Pelo menos, eu não conheço. Vou aguardar aqui para ouvir ainda aqueles que defendem o projeto. Mas quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento. Se eu não tivesse essa dúvida aqui, eu ia endossar o seu discurso.

Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

Senador, concordo plenamente com V. Exª. Só que eu acho que, de hoje para amanhã, a magnitude de um projeto desse não vai mudar em nada. Nós não vamos ter tempo para esclarecer coisa nenhuma. Só peço isso: acho que nós temos que ter tempo. Isso tem uma magnitude muito grande. O senhor tem toda razão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ninguém pode ser contra, mas acho que amanhã entrar numa votação? O que vai mudar de hoje para amanhã?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Permito, nobre Senador Aloysio.

Senador Ricardo, depois o Senador Aloysio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu também me incorporo aos brasileiros absolutamente otimistas. Mas nós aqui assistimos a dois questionamentos muito claros. De um lado, uma afirmação de que dois terço do fluxo desses passageiros estão entre Campinas e São José dos Campos. Se dois terços estão entre Campinas e São José dos Campos, logo teremos um subsídio cruzado para financiar a chegada dessa ferrovia até a cidade de Rio de Janeiro.

Assistimos também a uma fala absolutamente forte e firme do consultor marco Mendes...

Gostaria que V. Exª me ouvisse. Em seguida, eu...

Tivemos uma fala em que o consultor alega que, em qualquer dos cenários, veremos subsídios do Governo Federal – portanto, do contribuinte brasileiro – que vão variar entre 14,6 bilhões de reais, ou 36,4 bilhões de reais. Como Senadores que não somos especialistas nesta tese, precisamos que esses contraditórios sejam esclarecidos para que exerçamos o mandato que a população nos delegou sem incorporarmos aqui a questão de ser governo ou oposição. Perdoe-me, seria banalizar o debate político e penso que essa não é a proposta de S. Exª, nem a minha. Mas esses dados contraditoriamente colocados precisam ser esclarecidos pelas partes que vieram a esta comissão para que nós Senadores possamos formar e firmar à luz do nosso juízo as posições que estaremos amanhã defendendo em plenário; posições técnicas e políticas. São essas questões que julgo merecerem esclarecimentos para que possamos exercer amanhã com responsabilidade os nossos votos. Obrigado, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Senador Aloysio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador, eu gostaria também de um aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Rollemberg, creio que nenhum de nós aqui imagina que a capacidade do BNDES financiar empreendimentos é infinita. Se fosse assim, nós viveríamos em um País maravilhoso; o mundo das maravilhas. Não é. A capacidade de investimento do BNDES e aporte de recursos para financiar projetos é finita. E a capacidade do nosso combalido Tesouro Nacional de garantir esses empréstimos também é finita. Logo, somos obrigados a verificar qual será o melhor emprego desses recursos finitos, tendo em vista a solução de problemas mais urgentes no País.

O principal problema da estrutura de transporte no Brasil não é a ligação de transporte de passageiro por trem de alta velocidade entre Rio e São Paulo; o problema é a carga, que afeta dramaticamente o custo Brasil; não é a viagem mais rápida de executivos entre Rio e São Paulo, entre Campinas e Rio, mas é o transporte de massa nas regiões metropolitanas. Esses sim são os fatores, as questões que devem ser enfrentadas.

Capacidade, iniciativa empresarial para construir metrô ou trem metropolitano, para fazer aeroportos, para fazer linhas de trem de carga, ductos, isso existe no Brasil e no mundo. Há empresários dispostos a investir; se tivessem o respaldo que este projeto do trem-bala merece do Governo, tenho certeza, esses projetos iriam proliferar pelo Brasil. Então trata-se de escolher com mais critérios os empreendimentos de natureza privada que devam merecer a atenção prioritária do governo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quebrando o regimento, mas acho necessário, em função da exiguidade de tempo para o debate. Só pediria desculpas aos expositores e peço ao Senador Valadares que seja breve para concluirmos esta dis-

cussão e passarmos a palavra aos representantes do Governo que aqui estão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu compreendo que o debate sobre assunto tão importante e relevante para o transporte de passageiros no Brasil se instalou no Congresso Nacional principalmente a partir dessa medida provisória.

Antes podia ser que um ou outro parlamentar fizesse um pronunciamento, um discurso, sobre o assunto, mas sem maior profundidade. O debate está se instalando nesta comissão graças à compreensão, à tenacidade, ao espírito de visão de V. Exª e dos Senadores que compõem esta comissão.

Esse projeto não nasceu do dia para a noite; ele não nasceu na cabeça da Presidenta Dilma ou do Presidente Lula. É uma coisa antiga. Há muito que se discute no Brasil a viabilidade desse projeto. Aqui temos dados que nos foram fornecidos pela nossa consultoria: em 1981, estudo preliminar do transporte de passageiros no eixo Rio de Janeiro-São Paulo; em 1986, relatório de viabilidade para trem rápido do Rio de Janeiro a São Paulo; em 1987, projeto de transporte de passageiro do Rio de Janeiro a São Paulo, da Mitsui; Tem Pendular Talgo como solução para o transporte de passageiro entre Rio de Janeiro e São Paulo, em 1987, e assim por diante, até em 1990 com o denominado Projeto Transcor, com o objetivo de identificar investimentos para a modernização do sistema de transporte do corredor Rio de Janeiro –São Paulo–Campinas.

Recentemente o Decreto 6.256 autorizou a contratar serviços de consultoria pra estudar a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento, tendo como referência inicial estudo do Transcor.

Então, esse assunto vem rolando desde 1981, e em outros países, como o Japão, desde a década de sessenta. É verdade que o debate tem que ser aprofundado. Reconheço que poderíamos ter mais tempo para tirar as dúvidas, mas o Brasil, com responsabilidade, vem trabalhando nesse projeto há muitos anos, não apenas a partir do governo Lula; antes do governo do Presidente Lula já se estudava matéria tão importante. É lógico que não quero partidarizar. Quando eu disse que confio na responsabilidade da Presidenta Dilma, eu não quis politizar o debate. Eu quis dizer apenas o seguinte: uma Presidenta que foi eleita recentemente com a votação que todos nós sabemos empreender um projeto que não tenha qualquer viabilidade e que tenha sido inventado do dia para a noite seria um ato de insanidade. Quando eu disse que ela tinha responsabilidade eu não quis dizer que os outros governos não tinham responsabilidade. Tanto tinha m que começaram a estudar essa matéria antes dela.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidenta, só para contribuir, nós precisamos priorizar os investimentos, mas precisamos diversificar também os investimentos. Se nós pegarmos 40 milhões para fazer saneamento, vão faltar tubos, retroescavadeira para fazer vala, vai faltar um monte de coisa. Priorizar também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA(Bloco/PSDB – SP) – Vamos fazer trem convencional,metrô, metropolitano.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Temos que diversificar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só quero encerrar... Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero chamar a atenção, porque ainda há um orador e é fundamental que os representantes do Governo possam se pronunciar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Do contrário, nós não teremos a conclusão dessa audiência pública.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vou concluir de forma muito sintética, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, dizendo o seguinte: Senador Ricardo Ferraço, aumento de custo – eu ouvi a exposição do nosso consultor Marcos Mendes – pode existir em qualquer obra. Nós sabemos. Existe em qualquer obra, em qualquer obra, da pequena prefeitura a uma obra grande e complexa como essa do governo federal. Eu só queria acabar dizendo o seguinte: sobre uma pergunta que o Senador Aloysio fez seria importante o Dr. Henrique Amarante, do BNDES, falar. Eu sei que o dinheiro não é finito, mas vamos falar dos vinte bilhões ao longo de quanto tempo? Quanto é que o BNDES financia por ano? Seria importante dizer qual a proporção disso ao longo de oito, sete anos. É importante ver. Acho que pergunta é importante

Eu prefiro muito mais – eu não estou aqui na provocação já –, mas o BNDES estimulando esse tipo de atividade que em outros períodos, que, infelizmente, a nosso contragosto, financiou um projeto de privatizações aqui no País.

O que eu queria dizer, Senador Aloysio, é que esse debate...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com excelente resultado, aliás.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ...esse debate eu provoquei errado. Esse debate é para amanhã.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com excelente resultado, aliás, para o povo brasileiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse debate é para amanhã. Eu provoquei errado, Senador Aloysio. Deixa para amanhã que a gente vai...

Eu queria chamar atenção, para concluir, é que o que foi mais questionado aqui é o que eu acho mais interessante: essa nova modelagem. Nós estamos num outro momento. Eu fui de uma geração que começou defendendo investimentos públicos só estatais aqui. Nós estamos com uma Presidente da República que falou agora em concessão para os aeroportos, e falou de forma correta.

Então, nós estamos apostando, Senador Ricardo Ferraço, veja bem, em um outro caminho. É um caminho que eu acho corretíssimo estimular o desenvolvimento econômico deste País estimulando a iniciativa privada, o Estado tendo um papel indutor. Eu acho que o que é mais interessante foi o que houve mais crítica porque é algo novo aqui. A gente está tentando construir algo novo, que eu acho que pode ser a cara do Governo da Presidenta Dilma. E volto a dizer: espero que aqui aconteça uma modelagem parecida com essa na questão do saneamento e em outros setores da infraestrutura.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, eu quero sobretudo ouvir os nossos convidados para aprender e poder votar mais consciente amanhã.

Mas por tudo que tenho até agora visto sobre o trem-bala, o trem de alta velocidade... Eu, por exemplo, em 2007, estava na China e, de repente, quando vi se movimentar o trem de alta velocidade ligando dois pontos estratégicos na China, um país em desenvolvimento, eu pensei, Senador Antonio Carlos Valadares: poxa vida, por que nós ainda não temos um trem como esse?

Todos nós reconhecemos que o Brasil, infelizmente, se atrasou no que diz respeito ao transporte ferroviário. E temos aqui uma oportunidade que me parece ser muito positiva para que venhamos a desenvolver não apenas esse trem de alta velocidade entre Rio de Janeiro, o vale do Paraíba, São Paulo e Campinas, mas, possivelmente, – é isto que eu gostaria de ouvir dos senhores – quais serão os efeitos previstos do ponto de vista do avanço tecnológico e capacitação da economia brasileira para produzir não apenas essa linha de trem de alta velocidade, mas, quem sabe, uma outra que em breve possa também, ao longo da próxima década, quem sabe ligar Vitória, quem sabe ligar Aracaju e outras capitais do Nordeste, e assim por diante, ou Porto Alegre, Florianópolis e assim por diante, porque me parece que esse investimento poderá suscitar oportunidades de desenvolvimento e preparo tecnológico de nós, brasileiros, para avançarmos.

Eu, aqui, neste debate, fiquei me lembrando um pouco porque vejo no Senador Ricardo Ferraço uma pessoa que está colocando dúvidas, como os demais Senadores, apropriadas. Mas eu fico pensando naquelas pessoas que colocaram dúvidas, por exemplo, quando Juscelino Kubitschek quis muito ousar e construir Brasília como nossa capital no Centro-Oeste e havia muitas pessoas que colocavam dúvida sobre quanto iria custar e tudo, mas hoje todos nós reconhecemos que ali a ousadia valeu. Valeu do ponto de vista de contribuir muito para que o Brasil se desenvolvesse.

Eu quero convidá-los assim para... E gostaria, inclusive, de dizer até ao colega Senador por São Paulo, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que eu, por exemplo, fiquei feliz ao perceber que o Governador Geraldo Alckmin, no diálogo com a Presidenta Dilma Rousseff, apoiou o trem de alta velocidade.

Então, eu ainda quero ouvi-los. Mas eu estou otimista de que o trem de alta velocidade poderá ser positivo e, se há algum lugar do Brasil onde poderíamos, pela primeira vez, realizar, seria justamente na ligação dos centros metropolitanos de maior população. Então, por isso, acho que há sentido, há um bom senso na decisão que foi tomada até o presente momento, mas eu ainda quero ouvi-los melhor.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Sr. Joseph Barat terá que se ausentar às 18 horas.

Com a palavra, Dr. Bernardo Figueiredo.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu queria falar, primeiro, que foram muitas as colocações, então eu não sei se vou ter a capacidade, até por não ter o traquejo parlamentar, de responder a tudo, portanto eu me coloco à disposição o tempo que for necessário para esclarecer o que eventualmente eu não consiga esclarecer.

Eu queria colocar algumas coisas. Eu vejo técnicos fazendo discurso político e eu acho isso importante, porque eu acho que o técnico tem que ter a consciência política. Então, existem duas ordens de dúvida que se colocaram sobre esse projeto: uma é de ordem política, macroeconômica vamos dizer. Eu preciso ou não preciso fazer alguma coisa para resolver estruturalmente, de uma forma definitiva, o transporte no eixo Rio-São Paulo.

Considerando que há a possibilidade de não se fazer nada, considerando, como disse o nosso Joseph Barat: "Não, o aeroporto resolve esse transporte, e isso é uma coisa adequada". Ou a Dutra resolve, se a gente sinalizar e manter adequadamente, a gente resolve essa questão...

Então, essa é uma...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor citou o FMI, e o FMI está dizendo que nós vamos ter que fazer um ajuste fiscal.

O SR. JOSEPH BARAT – Desculpe, eu não disse.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós não precisamos mais de conselho do FMI, Dr. Barat.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu entendi que Chicago transporta não sei quantos milhões de passageiros, mas isso era para dizer que a gente poderia transportar tantos milhões de passageiros. Perfeito.

Então, há uma questão que é política. Essa é uma solução. Quer dizer, nós temos um problema objetivo de transporte nesse eixo? Temos. Tem soluções? Tem. Cada uma vai ter seus benefícios, seus custos? Nós vamos ter um número maior de aviões circulando por dentro de São Paulo? Isso gera insegurança, isso já foi uma questão levantada e discutida inúmeras vezes quando se tem uma crise aeroportuária, mas, quando essa crise passa, mesmo sem investimento, por questões operacionais, equaciona-se, isso é esquecido e depois volta, e eu sou acostumado com isso, porque eu trabalho com transporte desde 1973, então eu já assisti às discussões serem importantes e deixarem de ser importantes, dependendo da circunstância em que a gente vive.

Então, há uma questão que é política assim: nós precisamos ou não precisamos fazer alguma coisa por São Paulo? Considerando que existe a possibilidade de não fazermos nada, nós temos que discutir o que mais nós poderíamos fazer, mas sempre existe essa coisa de se falar assim: não é para você fazer o que o Brasil precisa, eu preciso discutir o que eu vou deixar de fazer.

A questão, por exemplo, que foi levantada dos caminhões na Dutra, é como se fosse assim: investir no trem de alta velocidade é negligenciar esse fato de que o problema da Dutra é o tanto de caminhões que circulam. Nós não precisamos fazer investimento de nenhuma natureza para resolver o problema de transporte de carga na Dutra. Nós precisamos arrumar um modelo ferroviário inadequado, que foi feito nos anos 90, em que você vendeu para a sociedade que a privatização da ferrovia ia resolver todos os problemas da ferrovia brasileira, e não resolveu. Criou alguns outros que nós não tínhamos. Um deles é que a ferrovia que passa ao lado da Dutra, que é feita para transporte de cargas, não transporta carga. Ela é ociosa. Eu não preciso investir para ampliá-la, eu preciso usá-la e, para usá-la, eu só preciso mudar o modelo de ferrovia, que é o que a gente está tentando fazer, e está fazendo de fato, com as resoluções que estamos colocando em audiência pública.

É inédito neste País. São cinco mil quilômetros de ferrovia nova, moderna, que está se fazendo hoje, o que nunca foi feito. Nunca! Os últimos esforços de ferrovia que foram feitos foram a de Carajás e a Ferrovia do Aço, que foi muito criticada e acusada de megalômana, que não era prioritária. E, no entanto, hoje, você não imagina a economia do Rio, de Minas e de São Paulo funcionando sem a Ferrovia do Aço. E ela sofreu o mesmo debate, porque eu participei desse debate. Então, uma coisa é discutirmos o que o Brasil precisa e como vamos resolver as questões do País. E essa questão é muito mais afeta ao debate político, realmente, no Congresso do que ao debate técnico. Veio aqui o Senador do Mato Grosso do Sul. Estamos fazendo dois projetos de ferrovia para o Mato Grosso do Sul. É óbvio, fiz o estudo de viabilidade da ferrovia de Mato Grosso do Sul, que antes não era Mato Grosso do Sul, era apenas Mato Grosso, em 1976, e nunca foi feita. Certo? O que o PAC fez, o grande atributo do PAC, foi exatamente organizar todas as prioridades em programas de cada setor, um não competia com o outro, cada um falava consigo mesmo, cada um encaminhava quais as prioridades de saneamento que tinha que fazer, quais as prioridades de transporte de passageiro, transporte de carga. E foi feito, claro com as limitações que temos no País de capacidade de investimento.

Agora, o fato de termos limitação, não quer dizer que a gente tenha que fazer a coisa de anteontem como solução para as coisas de hoje. Já que nós vamos fazer, vamos fazer coisas que a solução... Eu andei na China, de Xangai para Pequim, em um trem de média velocidade, na linha de carga. Funciona. Do lado, estava a construção do trem de alta velocidade, que eles vão inaugurar agora, paralelo à linha. Por quê? Porque o trem de média velocidade não resolve o problema que o trem de alta velocidade resolve. Em todo lugar, isso é sabido, tanto que a Europa está passando todas as suas linhas de média para alta. E o que ele está construindo hoje é para alta, não é para média. E nós vamos começar por onde os outros estão acabando. Nós perdemos, Senador, a ferrovia do Brasil perdeu transporte de passageiro porque ela fazia de forma

ineficiente, a baixa velocidade. Um ônibus hoje está perdendo passageiro para o avião não é por causa do preço, é por causa da qualidade do serviço, é por causa da velocidade, por causa do tempo das pessoas.

Então, acho que esse debate precisa ser feito. Agora, eu já vi no Congresso mais de cinco vezes debater o trem de alta velocidade nos últimos três anos. Então, assim: esse debate ocorreu. Não me lembro de ter vindo a esta Casa, a esta comissão. Mas, assim, na Câmara dos Deputados, com certeza, mais de cinco vezes, em diversas comissões, debatemos.

Esse projeto está em audiência pública, todos os estudos – viu, Senador Blairo – técnicos de engenharia foram feitos com o maior critério, com o maior rigor, dentro das limitações do que a gente precisa e deve fazer para esse processo, de uma forma inquestionável. Ninguém nunca entrou, nenhum técnico, nenhum grande professor ou conhecedor desse assunto nos apontou onde está o erro dos estudos que nós fizemos. Eles preferem não ler e fazer a crítica política do estudo – que eu acho que é legítima, não estou me queixando disso. Agora, o estudo está lá, de engenharia. Você sabe por que a gente não fez o projeto de engenharia, o projeto final de engenharia? Porque, nesse caso, fazer isso implicava você assumir o partido de uma tecnologia *a priori*. A sessão do túnel no Japão é uma sessão muito menor do que qualquer uma outra e ele passa dois trens no túnel ao mesmo tempo, porque tem uma tecnologia para isso. Na Europa, eles não fazem isso.

Então, se eu fizesse um projeto de engenharia fixando que esse é o túnel que eu quero, o europeu estava fora da licitação. Assim como, se eu fizesse o contrário, se eu fizesse dois túneis ou como o europeu quiser, eu ia pegar e fazer assim: – Ô japonês, você não pode aportar a sua eficiência no projeto. Então, tínhamos que fazer um projeto que fosse suficientemente aberto para que qualquer um tivesse oportunidade. Agora, ele não é feito, como o Senador ali falou, sem o cuidado técnico devido. Ele é feito com muito cuidado, com muita competência e com muita discussão. E nós não temos nenhum questionamento, nem das empreiteiras nem dos investidores sobre a qualidade do projeto de engenharia que foi feito. Nós fizemos a sondagem, porque é assim: o investidor tem liberdade de ajustar o traçado. Nos segmentos críticos, nós fizemos, com a CPRM e a Geo-data, os estudos que foram preciso fazer. O resto é detalhamento que o investidor vai fazer.

Há, porém, uma questão Senador. O senhor como empresário privado quando o senhor vai fazer uma obra e erra no orçamento quem paga a conta é o senhor. Aqui é a mesma coisa. Se houver um erro no orçamento, quem vai pagar é o investidor privado. Contingência é um custo que pode existir ou não. Respondendo à pergunta do Senador, a decisão de retirar esses custos foi do grupo técnico que discutiu esse projeto. E sabe por quê? Porque nós achávamos que na quantificação dos quantitativos do projeto já tinha... ele foi feito de forma conservadora para o lado da segurança. Já foi feito com esses padrões de segurança. Se eu tivesse colocado a contingência, provavelmente eu estava respondendo aqui por que vocês colocaram 12 bilhões de contingência. Isso é só para engordar a obra de empresário. Estaríamos sendo acusados de qualquer forma. O que nós fizemos foi o seguinte: o risco da contingência, o risco do projeto, o risco do sobrepreço é do empresário privado. E ele parte nesse projeto colocando 10 bilhões de dólares, que é risco dele. Se ele perder, se esse projeto for para 50 ele tem que botar mais 17 e é risco dele. Se o projeto der errado, se o governo assumir esse atributo de assumir o projeto porque o projeto não está pagando, ele perde o capital dele.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse 10 que ele vai colocar é dele ou nós vamos financiar para ele?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – É dele ou de financiamento que ele busque.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Vai trazer de fora, mas não do sistema brasileiro.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Senador, o projeto é orçado em 33. Vinte é financiamento em condições favoráveis... Quando o Sr. Marcos fez a conta, ele pegou como se o governo pegasse o dinheiro e falasse: vou aplicar em Selic,ou vou financiar esse projeto. Então aqueles 4,8 bilhões de subsídios que ele falou no financiamento é isso. É como se o governo tivesse a opção de chegar e dissesse: vou aplicar em Selic. Os 10 são dele é risco e garantia dele. E, além disso, ele dá garantia de execução de projeto, garantia de proposta e dá garantia e seguro de performance do projeto. Além disso, se o projeto que ele orçar for mais, se ele achar importante colocar contingência que o orçamento não vai ser 33, vai ser 45, os 12 bilhões, ele vai ter que 30% de capital dele e vai ter que buscar em algum lugar, com garantia corporativa os outros 7. Qual é o empresário que vai colocar 6 bilhões de capital próprio e mais 12 bilhões de financiamento com garantia para entregar o projeto depois para o governo? Ninguém. Acho que o projeto é polêmico, acho que temos que receber as críticas com humildade e analisar.

O projeto está na Internet, está desenhado dessa forma, é dessa forma que ele funciona. Não podemos ficar discutindo como se ele não fosse isso; não pode-

mos ficar falando aqui que o governo está colocando 50 bilhões no projeto. Não é verdade e as pessoas que estão falando isso sabem. O que é público e conhecido tem que ser considerado. Eu não sou funcionário público, eu estou funcionário público por acaso, já até fui. Mas não posso admitir que sempre o pressuposto das coisas seja que a administração pública é leniente com as coisas que toca e incompetente para tocar as coisas.

Não é verdade, não estou defendendo a minha posição, estou defendendo muitos servidores competentes e eficientes que trabalham na NTT, no BNDES e que cuidam da coisa pública com o mesmo carinho que qualquer um de nós cuida, eventualmente com muito mais.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Até esse investidor?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – A licitação é para identificá-los.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Se não aparecer nenhum interessado.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Se não aparecer nenhum interessado nessas condições temos que rediscutir tudo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – A juízo do senhor por que os leilões têm sido prorrogados?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Senador, vou explicar o que assisto.

Quando se marcou o primeiro leilão nós vínhamos de um processo político, em novembro, de discussão política. Tinha candidato que não ia fazer, outros que falavam que iam fazer. Quando acabou a eleição, e o leilão estava marcado logo em seguida, os grandes empresários brasileiros e os grandes detentores de tecnologia internacional chegaram e afirmaram para o Governo que não poderiam investir o que tinham que investir para fazer os projetos, porque tinham incerteza política. Não sabiam quem iria ganhar a eleição e se quem ganharia iria fazer ou não o projeto. Então, só agora isso está claro e só agora poderiam investir mais profundamente no estudo. Então precisariam de um prazo adicional para fazer os estudos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E qual a previsão que o senhor faz de previsão da participação da iniciativa privada e do setor publico?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – E nós concedemos três meses.

Naquela época, as grandes empreiteiras nacionais, as grandes empresas de engenharia, que são uma boa parte do investimento, tinham uma séria dúvida sobre a modelagem e sobre os estudos, principalmente estudos de demanda e estudos de engenharia que nós fizemos. Nós demos o prazo. Em final de fevereiro, nós fomos convidados para participar de uma reunião lá em São Paulo, um *workshop* com os investidores e eles colocaram para nós: não há mais dúvida com relação à demanda, fizemos o dever de casa com relação à engenharia. O que precisamos hoje é refinar a engenharia com a tecnologia. Quer dizer, as empresas detentoras de tecnologia fizeram os seus estudos olhando mais o seu aspecto e menos a construção; os da construção fizeram olhando o seu aspecto e menos a tecnologia. Eles concluíram que era preciso refinar o estudo fazendo o casamento com a tecnologia. Então, hoje, esse adiamento que teve agora é para dar oportunidade – e foi unânime –, inclusive o investidor que já estava assegurado pediu um prazo adicional para aumentar a sua base empresarial, é uma extensão de prazo para concluir acordos. E nós temos, nos nossos atributos, uma transferência de tecnologia que não é uma transferência vulgar e sem estar amarrada. São contratos, nós vamos deter o conhecimento sobre essa tecnologia e a ETAV é um instrumento importante para fazer essa absorção, vamos trabalhar e já mapeamos isso com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério da Indústria e Comércio, quais são as indústrias que são centros de pesquisa e estudos técnicos no Brasil, tipo EPT, a Coppe. Quem está habilitado a receber que parcela dessa tecnologia. E essa estratégia vai ser conduzida pela ETAV; por isso que é importante ela ser criada para ela começar a se preparar para absorver e transferir essa tecnologia para o mercado. O Brasil vai ser um grande mercado de trens de alta velocidade, como a América do Sul é um grande mercado de trens de alta velocidade, como a América do Norte é um grande mercado. Deter essa tecnologia e a capacidade de produzir trens de alta velocidade aqui vai nos dar um posicionamento nesse mercado, no nosso e no que está em torno, muito grande. E isso vai viabilizar e virar escala a nossa produção. É nisso que acreditamos e é isso que estamos construindo.

Estamos errados, onde, em que ponto? O que precisamos arrumar? Vamos arrumar. Toda a observação que falava assim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Bernardo, fala um pouquinho da conta garantia.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Vou pedir ao banqueiro para falar em conta garantia, que ele poderá falar com mais competência que eu.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de o Dr. Joseph se ausentar, que ele pudesse dar uma palavra curtinha para ouvirmos o Presidente do BNDES.

O SR. JOSEPH BARAT – Senadora, agradeço essa oportunidade. Quero apenas, mais uma vez, agradecer esse convite que me foi feito para participar desse debate. Quero deixar claro que não tenho nada contra o trem de alta velocidade, nem contra a velocidade, em si. Só acho que a sabedoria, talvez, a essa altura esteja em buscar soluções que sejam mais compatíveis com a capacidade que o País tem hoje de investir e de desenvolver a sua própria tecnologia.

Chamo a atenção para o fato de que já tivemos uma indústria de material ferroviário altamente avançada, que já forneceu, inclusive, trens para o metrô de Nova Iorque e cuja cadeia produtiva acabou se desfazendo ao longo de muitos anos. A minha preocupação, quando falo em transferência de tecnologia é a recomposição de uma cadeia produtiva, é saber até que ponto nós temos capacidade, realmente, de dominar uma tecnologia e de difundi-la.

Não estou aqui fazendo discurso político, aliás nunca fui e nem pretendo ter esse discurso. A minha observação é de alguém que acompanha isso há muito tempo. Esse texto que foi entregue aos senhores é de 1998, portanto eu já alertava para esses problemas naquela época, por ocasião daquele estudo que foi feito pelo Geipot. Então, me sinto muito à vontade para poder estabelecer os parâmetros daquilo que considero como uma posição de bom senso. Essa é a minha posição.

Falei da saturação dos aeroportos, estamos muito longe ainda da costa leste americana. Os aeroportos brasileiros, Congonhas e Cumbica, o próprio Santos Dumont ainda tem muito a oferecer; o aeroporto do Galeão opera com ociosidade, nós todos sabemos disso, é um aeroporto ocioso. Então, ainda há muita coisa a se fazer em termos de transporte aéreo. Infelizmente, os investimentos que a Infraero fez são insuficientes; tivemos vários exemplos aqui do que tem ocorrido. Eu tenho me batido por isso há muito tempo.

O problema da Dutra é um problema de transporte de carga. Se a ferrovia que corre paralela à Dutra não ofereceu condições de transportar sequer um container, pode ser problema da concessão, pode ser problema da via permanente, pode ser problema da sinalização e do mercado. Agora, isso tem que ser resolvido.

Só para terminar aqui. Houve um trem de passageiros que foi colocado em operação pela Rede Ferroviária Federal que fazia o percurso São Paulo-Rio em doze horas. Ele tinha que parar em Barra Mansa para passagem do trem de minério, e por isso ele demorava doze horas. Não estou aqui dizendo que não poderemos ter um dia um trem de alta velocidade. Só estou dizendo que a realidade do País, hoje, comportaria soluções mais intermediárias e soluções graduais. Esse é o ponto que eu defendo. Aliás, Senador Crivella, não sei se o senhor vai concordar comigo, mas o ponto culminante da literatura bíblica é o Livro da Sabedoria de Salomão, que acho ser o ponto alto do pensamento bíblico. Talvez Salomão recomendasse um trem de média velocidade.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Joseph Barat. Quero dizer da nossa satisfação em recebê-lo aqui nesta Comissão.

Passo a palavra para as suas despedidas, porque S.Sª tem horário para o avião, ao Sr. Paulo Fleury.

O SR. PAULO FLEURY – Estou frustrado por não poder ficar aqui até o final. Acho que esse é um momento histórico, reunir o Senado Federal com técnicos, com pessoal envolvido no projeto, numa discussão aberta como essa, tentando contribuir para o futuro.

Eu vou pedir ao meu amigo Bernardo, que na certa fez uma indireta ao dizer que tem gente fazendo política técnica, dizer que nunca participei de nenhum partido político e nunca trabalhei para governo. Então, é uma boa maneira de jogar lama naquilo que está sendo dito sem visão política. Pode ter certeza de que não, o que estou dizendo vem do fundo da minha crença de vinte anos de trabalho nesta área.

Eu queria chamar à atenção para dois pontos importantes. À afirmação de alguns de que é uma maravilha o grande eixo Rio-São Paulo, congestionado, esse trem vai adicionar nada a isso, ou vai acelerar o processo de mais congestionamento na cidade. Não gera riqueza. O que gera riqueza é o trem no Mato Grosso, é o porto de Santos, é a hidrovia no Pará. Isso gera riqueza. Então, é nisso que nós temos que jogar os parcos recursos que nós temos e não em um projeto que vai adicionar praticamente nada à produção brasileira. E mais, à medida que você desenvolve novas regiões, a migração volta, o que é fundamental neste País. Nós tivemos uma concentração enorme no Sul e Sudeste. Nós precisamos agora desenvolver o Centro-Oeste, desenvolver a Amazônia, desenvolver o Nordeste. E são as obras de infraestrutura que permitirão isso. Veja o exemplo aqui, eu sou goiano, e meu pai fazia política no Tocantins, e você não chegava ao Tocantins antes da Belém-Brasília; a abertura da Belém-Brasília trouxe uma explosão de crescimento e agora, com o Tocantins, ainda mais.

Então, o trem que o Bernardo está fazendo lá, o Norte-Sul, é um fantástico projeto. Infelizmente não saiu mais cedo. Nisso é que nós temos que apostar.

E, finalmente, eu gostaria de ter...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Paulo, apenas fazendo aqui uma reminiscência.

O SR. PAULO FLEURY – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – É que Lacerda dizia...

O SR. PAULO FLEURY – Ah, já sei! Lacerda dizia assim...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Ligava o nada...

O SR. PAULO FLEURY – É que vai do nada a coisa nenhuma. Ou a estrada das onças.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu queria apenas prestar um tributo aqui ao Mourão, engenheiro da minha terra que morreu com um galho de uma árvore alta, que caiu e ele morreu no meio da estrada...

O SR. PAULO FLEURY – Foi em Goiânia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Em Goiânia. E nós deveríamos por o nome dessa estrada com o nome dele, que foi um grande...

O SR. PAULO FLEURY – Bernardo Sayão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Isso. Foi um grande engenheiro, lá da minha terra.

O SR. PAULO FLEURY – Mas vocês não estão lendo os estudos que estão lá disponíveis.

Eu gostaria, Bernardo, que você mostrasse os estudos das alternativas. Você fez um tremendo estudo para olhar para o trem-bala. Você fez para olhar para a média velocidade? Você fez pelo olhar da Dutra? Cadê o estudo, para poder comparar, saber qual é o melhor? Se não foi feito, por que não o foi? Já está determinado, antes de fazer, que seria o trem-bala? Não teria outra alternativa? A gente pode afirmar isso hoje, sem fazer um estudo? Como eu disse, eu já fiz um estudo. Você conhece, lá do Norte do País? O acesso a Santarém? Você conhece?

E mostrou aqui a opção que estava errada, não é a opção rodoviária; a opção maior é a hidroviária.

Então a minha posição é esta, Bernardo: é preciso estudar mais, não podemos partir do pressuposto de que aquele é o projeto. Vamos ver se ele é viável. Eu quero saber qual é o mais viável, o que vai trazer mais riqueza para o povo brasileiro.

Então, agradeço a sua boa vontade. E um grande abraço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Paulo Fleury, e desejo aos senhores muitas felicidades. E obrigada por atender ao nosso convite.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Henrique Amarante.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Bem, eu gostaria de repetir tudo o que o Bernardo falou, porque acho que ele se colocou muito bem, mas eu vou enfocar em dois pontos uma questão que é o modelo; e uma outra questão que é de aspecto geral, porque todo mundo está falando aqui de aspectos mais gerais também. E a gente sabe, pelo momento que estamos passando – e sou um funcionário do BNDES a vida inteira, entrei em 82 –, que esse momento de desenvolvimento que o País está passando é único. Então, isso traz uma séria de desafios que estão sendo enfrentados por este Governo de uma forma como nunca foi enfrentado antes. Nós temos necessidade de investir, senão a gente não consegue manter esse nível de crescimento. Então isso impõe a necessidade de fazer muita coisa, como o Senador Crivella comentou: nós não podemos escolher uma coisa, se dar ao luxo nesse momento de escolher uma coisa ou outra; a gente tem que fazer muitas coisas.

Então eu gostaria de ir ao ponto em que o Senador Lindbergh comentou, que é a questão do modelo e que é essencial nesse caso, e que o Bernardo falou também sobre ele. É óbvio que temos restrições. E quando a gente tem restrição nós tentamos, com a criatividade, ultrapassar essas restrições.

O modelo que foi feito para esse trem é exemplo disso, não é novidade, a gente não está inventando nada; estamos fazendo um modelo que é concessão, tipo PPP, ou concessão, onde nós trazemos a iniciativa privada com recursos e comprometimentos e divisão de riscos. E nós conseguimos multiplicar os esforços, tanto esforços gerenciais como esforços de recursos. E esse é o caso específico desse modelo. Temos um financiamento que vai ser pago, é óbvio que temos que fazer um monte de investimentos em infraestrutura com recursos do Orçamento da forma tradicional. Mas onde conseguimos montar dessa forma, acho que nós temos que fazer.

O caso desse trecho de trem de alta velocidade Rio/São Paulo é único, e coube na nossa concepção esse modelo, porque ele se sustenta sob o ponto de vista financeiro.

E nós acreditamos nisso. Se nós não acreditássemos, nós não colocaríamos isso no mercado. E se por acaso a gente estiver errado, não vai ter nenhum interessado. Como o Bernardo falou agora há pouco, o leilão foi postergado justamente porque os interessados estão estudando. E nós temos um projeto adequado ao modelo que nós estamos fazendo. E como o modelo prevê a divisão de riscos e o risco da obra é do provado, eles estão fazendo, por exemplo, o detalhamento geológico. Eu não conheço os projetos privados porque é uma questão hoje de segredo dos concorrentes, mas eu ouço que tem grupos fazendo pesquisa geológica praticamente já num nível executivo.

Então, essa divisão e esse modelo é que torna possível esse projeto.

Indo ainda um pouco além nessa mesma questão mas em outras necessidades, foi falado aqui também pelo Senador Lindbergh a questão de saneamento. Todos nós concordamos que temos que fazer outros investimentos; estamos também fazendo. No Rio de Janeiro, por exemplo, temos um projeto muito interessante na PC5, no mesmo modelo de concessão, trazendo a iniciativa privada com algo que consegue se sustentar. Também temos em Vitória, na região metropolitana de Vitória, um projeto do mesmo tipo de saneamento. Eu acho que esse modelo, onde se sustenta, pode se expandir para todo o País e a gente multiplicar a nossa capacidade de enfrentar esse desafio.

Alguns dados que acho interessantes: a questão do financiamento, garantias e etc. Também para poder multiplicar a capacidade de financiar obras de infraestrutura relevantes, o BNDES vem fazendo o que o mercado vem fazendo há muito tempo: financiamentos baseados no próprio retorno do projeto, que é chamado de "*project finance*". Esses projetos, um não é igual ao outro, não é simplesmente garantia das ações, tem uma série de outras garantias que são colocadas, todos os seguros, uma engenharia financeira um pouco mais complexa, mas que faz viável esse projeto.

Aí, então, eu vou tocar em outro projeto que foi citado aqui e de forma completamente errada. Os projetos de infraestrutura de hidrelétrica, esses grandes projeto do Madeira, Jirau, ele não estourou orçamento, o projeto é outro. Por que o projeto é outro? Porque existe a liberdade para o privado otimizar o projeto e ele mudou a localização do projeto. Como é que eu vou comparar um projeto que foi colocado em um local com outro que foi colocado em outro local? Eu não posso fazer isso. Mas o modelo permite isso e quem fez está correndo esse risco e está gastando mais ou menos, não sei, porque tem retorno nesse investimento.

Então, o modelo é adequado para multiplicar a nossa capacidade de investimento e é isso que a gente está usando aqui, nesse caso e em outros casos em que for possível fazer isso.

O BNDES, no ano passado, financiou mais de 150 bilhões...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – E as contragarantias para essas operações? É isso que o Senador Crivella perguntou.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – As garantias são estas, as garantias típicas de um *project finance*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Mas, objetivamente, as garantias são o fluxo financeiro da empresa, as garantias são as ações. Quais são as garantias reais para operação de crédito?

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Fluxo financeiro, ações e uma série...

Um *project finance* não usa garantia real, por isso a gente multiplica capacidades. Se nós fizermos todos os investimentos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Nós gostaríamos que o senhor entendesse que nós não somos do mercado financeiro e não somos obrigados a entender essas qualificações técnicas. Se o senhor pudesse nos responder em português claro seria mais importante.

A pergunta é, por gentileza: quais são as contragarantias reais que serão oferecidas a essa operação de crédito? Isso foi o que o Senador perguntou.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Muito bem, a gente fala em garantia e a gente fala em caso real. É melhor falar em caso real, dar exemplo. O projeto de Santo Antônio foi feito nesses moldes. O *project finance* não tem o que se chama normalmente de garantia real, ou seja, o bem. Ele não dá o patrimônio da empresa ou imóvel, ele não é baseado nisso. Ele é baseado numa série de seguros e uma série de documentos que são comprometimentos do privado para se estruturar.

Por que isso é tão importante não só nesse caso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Amarante, banco privado faz isso?

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Faz. Qual é o problema do Brasil?

Quem conhece o projeto, quem o analisou, quem o estudou... Aliás, eu não tive tempo... O estudo de alternativas foi feito em 1998 pelos alemães, do trem de média velocidade em relação ao de alta. Estudos existem, está tudo na Internet.

Agora, a questão do projeto é a seguinte.

Você imagina que vai fazer uma ferrovia para transportar passageiros entre Rio e São Paulo e que essa ferrovia pode ser retirada de lá? Não existe isso. Então, esse projeto vai funcionar porque é um serviço público que vai ficar ali o resto da vida. Se o empreendedor colocar 20 bilhões de risco pessoal e estiver disposto a jogar tudo isso no lixo, entregar isso de volta para o governo, para o governo vai ser um grande negócio, porque ele vai ter um projeto desonerado dos 20 bilhões que a iniciativa privada investiu, um projeto de gera caixa, que é capaz de se pagar, e ainda perpetua um serviço público de alta qualidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Procede a informação de que 2/3 do fluxo de passageiros estão entre Campinas e São José dos Campos?

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Esses 2/3 representam 40% da receita. Esses

passageiros estão no sistema, Senador, porque... Uma coisa é você ter um sistema de transporte que vai do Rio até Campinas, interliga os aeroportos e tem várias funcionalidades – uma delas é atender o fluxo de média distância e de curta distância.

No Japão, o trem tem estações a cada trinta quilômetros, porque isso propicia diversos serviços aderentes à demanda. Então, essa demanda é volumosa em número, mas, em receita, representa menos de 40% da receita do projeto. Portanto, o projeto não é lastreado nessa demanda de curta distância, e fazer um projeto de média velocidade para atender Campinas e São Paulo é perder a oportunidade de fazer uma coisa maior, é olhar só para a questão paulista. Se eu estou em São Paulo e quero resolver as questões do Estado de São Paulo, talvez essa seja uma coisa que faça sentido. Agora, quando se olha a questão maior do Brasil, isso não faz o menor sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, é o seguinte...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Bem rapidinho, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – O modelo foi concebido com o financiamento e estudos técnicos para atrair a classe empresarial para o projeto. Claro, os envelopes não foram abertos ainda, mas gostaria de saber qual é a previsão da participação da empresa privada nesse empreendimento. É importante sabermos isso. Acho que esses estudos foram feitos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu peço desculpas por me haver ausentado, mas é que aqui é preciso atender um monte de coisas ao mesmo tempo. Eu fiz algumas colocações e quis voltar exatamente porque acho que não se trata de ser contra ou a favor. É aquilo que eu disse: quem está defendendo com convicção o faz porque acredita realmente que o projeto é viável.

Os outros que contestaram não estão aqui mais, mas está o nosso consultor. É fundamental para nós, que estamos assistindo, poder ouvir também o contraditório do que os senhores estão afirmando. Eu não sei se isso é possível, Presidente, mas eu gostaria muito que o Marcos pudesse fazer o contraditório do que o Dr. Henrique e o Dr. Bernardo acabaram de colocar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Nós estamos aguardando o término da apresentação dos dois expositores para passar a palavra ao Dr. Marcos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu gostaria de ouvir a resposta para a minha pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Amarante.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – O mercado de detentores de tecnologia de trens de alta velocidade é muito restrito. Podemos enumerar uma meia dúzia no mundo. Para eles virem ao Brasil e fazerem esse investimento, eles vão ter de fazer associações, porque é um consórcio complexo – desde a construção, material rodante, os sistemas – e envolve o comprometimento desse grupo. Só vamos saber no dia se vai haver alguém e quantos serão. Temos muita convicção de que o modelo é bom e vai atrair interessados, mas não podemos adiantar quantos vão apresentar propostas. No entanto, durante esse período, com as pesquisas, as conversas e dúvidas dos interessados, enumeramos os grupos que são formados em torno das tecnologias.

Na Europa, nós temos principalmente o francês, que tem estudado muito, liderado grupos aqui no Brasil. Nós temos o espanhol, que foi abatido pela crise, mas voltou – e aqui faço esta observação porque acredito no projeto –, porque oportunidade de investimento como esta é muito importante. Para esses grupos que trabalham com o trem de alta velocidade, conseguir pegar uma oportunidade de investimento como esta que montamos aqui no Brasil é importante do ponto de vista estratégico também.

O chinês entrou um pouco atrasado no processo, mas está também, como foi citado aqui. O alemão tem associações com o espanhol e também esteve aqui, demonstrando interesse. Há pouco tempo, uma comitiva de alto nível da Alemanha esteve aqui demonstrando o interesse do país.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois é. Eu fiz aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Japão e a Coréia estão estudando isso desde o início.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu fiz aqui algumas afirmações e gostaria de ter essas informações retificadas ou ratificadas, porque se trata de um ponto convergente com o Senador Valadares. Eu afirmei aqui que o sistema italiano, que o sistema japonês, o sistema francês, o sistema espanhol, o coreano, o de Taiwan, enfim, todos eles em algum momento tiveram problemas complexos, e os governos tiveram que aportar muitos recursos. Isso é procedente. Isso é verdade. Aconteceu. De que forma nós estaremos protegendo o contribuinte, o Estado brasileiro, de eventuais circunstâncias como essa?

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Realmente, é muito mais do que isso. Nesses países, tirando Taiwan, todos os outros foram 100% bancados pelo poder público, pelo governo. Cem por cento de recursos públicos. Não houve recurso privado. Não há recurso privado na França, não há recurso privado na Alemanha, não há na Espanha, não há no Japão. Houve em Taiwan, que foi um modelo à parte: cem por cento público. Hoje estão buscando os privados. Quer dizer, hoje é um serviço... Tive oportunidade de conhecer os operadores de trens de alta velocidade da França, da Alemanha, da Espanha, do Japão e da Coreia, todos... Na China é diferente. Se você abstrair o custo do investimento, é um sistema altamente rentável, o investimento na via. Ele é gerador de caixa. Essa premissa que a gente adota, de que ele vai gerar muito caixa, é verdade. Qual a questão fundamental que ele não está em Taiwan, que foi a primeira experiência na linha do que estamos fazendo, de dar condições de financiabilidade e colocar o financiamento todo gerido na ótica privada. Lá houve um problema de caixa no começo e não houve flexibilidade no financiamento. É por isso que estamos prevendo que se houver uma frustração muito grande de demanda, em que não acreditamos e hoje nenhum mercado acredita que haverá uma frustração de demanda, nós possamos fazer uma flutuação de prazo e juros de forma a não deixar o projeto ter problema financeiro. É isso. Nós estamos inovando em relação à experiência histórica, porque estamos trocando o Estado como empreendedor pela iniciativa privada como empreendedora e estamos colocando o Estado como base do financiamento do empreendimento privado. O que estamos garantindo é que o projeto seja financiado em condições adequadas. É claro que se fizéssemos financiamento com cinco anos para pagar, não seria possível. Por isso que ele tem trinta. Por isso que ele tem uma taxa de juros mais baixa, que é compatível com a taxa de juros de projetos dessa natureza. Nós estamos falando que é juro subsidiado, mas é juro real de 3%, 4%, que é juro atrativo em qualquer lugar do mundo. Ele é juro subsidiado, olhando pela ótica do ...

O SR BERNARDO FIGUEIREDO – É outra realidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS MENDES – Muito obrigado, Senadora.

Uma série de questionamentos foram feitos. Vou começar pela questão objetiva do custo orçamentário. O Senador Lindbergh Farias disse: "É dinheiro do BNDES; não é dinheiro orçamentário". Vamos fazer a conta item por item: Empresa de Transporte de Alta Velocidade: 3,4 bilhões; valor presente do custo de financiamento dessa empresa ao longo da sua vida, fazendo uma estimativa muito por baixo, 1,2 bilhões; subsídio, custo de captação de recursos do Tesouro, frente à taxa de juros cobrada pelo BNDES, 4,8 bilhões; subvenção a ser dada por conta de frustração de demanda... Isso se a gente puder discutir mais adiante, tenho o argumento de que essa subvenção já é despesa feita, pela forma como está modelada. Só ai, se o projeto der tudo certo, maravilhoso, somamos aí 14,4 bilhões de reais. Aí temos os tais 20 bilhões de empréstimos do BNDES. Aí o Dr. Bernardo Fiqueiredo me disse o seguinte: "Ninguém"...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Quatro bilhões é referente a quê? Não é o valor preservado do financiamento? Quatro bilhões é o valor presente. Então não há mais 20 bilhões. Vinte bilhões viram quatro.

O SR. MARCOS MENDES – Não, não, você tem um subsídio e uma possibilidade de *default* em parte da dívida. Você tem uma possibilidade de *default* em parte da dívida... E aí o Sr. Bernardo Figueiredo me diz o seguinte: o empresário privado que colocou o dinheiro aqui não vai querer abandonar o negócio e sair deixando seu investimento de 10 bilhões. Ele pode abandonar. Se ele tiver uma perspectiva de que ele vai perder 12, ele abandona os 10 e vai embora. Mas não é isso que vai acontecer. E aí eu não estou fazendo um raciocínio político, Dr. Bernardo. Eu estou fazendo um raciocínio de economista. Economista pensa com incentivos e poder de barganha.

O consórcio privado, que não vai ser privado, porque vai ter, segundo anuncia, Correios, Eletrobrás, fundos de pensão de estatal, Etav e etc, tem a faca e o queijo na mão. Cada vez que ele ameaçar o governo de não pagar, porque está havendo problemas, ele vai ter um *lobby* forte junto ao governo, ele vai extrair mais e mais vantagens e subsídios. É uma questão de poder de barganha.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu não posso aceitar que o conceito de uma agência reguladora seja esse. Eu não posso... Você pode ter a opinião...

O SR. MARCOS MENDES – Eu não estou falando...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu posso achar que com o salário de um assessor eu contratava dez professores, eu posso achar qualquer coisa, mas eu acho que as coisas são necessárias. Agora, é necessário ter respeito pela Administração Pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Bernardo, por favor, a palavra está com o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS MENDES – Outro comentário. Foi comentado aqui que os Estados Unidos estão ini-

ciando um grande processo de instalação de trens de alta velocidade. De fato, o Presidente Obama, no seu projeto de estímulo ao investimento, lançou um programa de trens de alta velocidade. Só que nos Estados Unidos o investimento é no plano estadual. Então, ele lançou um plano de subsídio aos trens estaduais e o que aconteceu? Tem dois projetos mais adiantados nos Estados Unidos: na Califórnia e na Flórida.

O Governador da Flórida disse "não, muito obrigado. O custo para o meu contribuinte vai ser muito alto. Eu não vou receber esse dinheiro para o investimento".

É muito bom tocar no caso dos Estados Unidos porque ele tem três diferenças muito grandes com o caso brasileiro. Primeiro: tudo lá passa pelo Orçamento. Não tem verba extraorçamentária e é discutido. Segundo: a população é chamada em plebiscito para discutir. Na Califórnia e na Flórida foram chamados em plebiscito. E terceiro: são feitos estudos aprofundados com relação aos benefícios.

Eu li os estudos que estão na Internet, analisei e, inclusive, os citei aqui. De forma que não acredito que eu tenha feito análise política, e sim técnica. Não vi, em nenhum desses estudos, quantificação dos benefícios ambientais, quantificação e análise de custo das compensações, dos benefícios ambientais. Disse, por exemplo, que é um investimento ambientalmente positivo.

Já se comparou o custo ambiental da construção do trem? Quantos anos de economia de energia fóssil, de substituição de energia fóssil por energia elétrica vão ser necessários para compensar o custo ambiental? Foi feito esse estudo? Não foi feito esse estudo. Como um outro expositor fez aqui, não foi feito estudo comparativo das outras opções de investimento.

Então, o caso dos Estados Unidos é muito interessante. A população é chamada em plebiscito para se pronunciar ou não. Na Flórida a população se pronunciou favoravelmente e depois foi a outra votação retirar esse pronunciamento favorável porque achou o custo muito alto.

Falou-se aqui na questão da China. Quem sabe a Presidente volte da China com um financiamento camarada. Esse financiamento não é de graça. Esse financiamento vai ter que ter um colateral brasileiro do mesmo jeito. Então, não vejo diferença se o dinheiro vem da China ou de onde vem. O problema é a questão das garantias do Tesouro e quão exposto o Tesouro está a isso. E fora as garantias, já tem um custo inicial de 15 bilhões, que é dinheiro do Orçamento e que não dá em árvore. Dinheiro que faz uma coisa não se usa para outra.

Falou-se aqui na questão do BNDES e do Tesouro. Ora, nós estamos vendo, há pelo menos dois anos, um programa chamado PSI, Programa de Sustentação de Investimento, que nada mais é do que repasse de recurso do Tesouro para o BNDES poder conceder financiamentos. Então, o Tesouro aumenta a sua dívida pública para dar recursos para o BNDES, para o BNDES conceder financiamentos. O BNDES hoje não tem *funding* suficiente para toda a demanda de investimentos. Então, tem uma conexão direta na questão de alocação de investimentos também.

Bom, foi dito que projetos ousados do passado – foi citado aqui o metrô das grandes cidades, como Brasília – foram contestados, mas a Transamazônica também foi contestada, as usinas atômicas, no contrato Brasil – Alemanha, também foram contestadas e geraram grande prejuízo para o País. Geraram uma dívida pública que paralisou a economia brasileira durante toda a década de 80, está certo?

Taiwan está sendo mostrado como a única possibilidade, o único exemplo em que está sendo feito um investimento com parceria público-privada.

Eu tive a felicidade de visitar Taiwan antes da construção do trem-bala. Eles têm uma rede de metrô fantástica, equiparável, superior à rede de metrô de Paris, das grandes capitais. O sujeito vai a qualquer lugar da ilha de metrô. O trem-bala foi a cereja do bolo que se colocou num sistema muito estruturado.

Nós, aqui, estamos querendo começar pela cereja. Esta é a questão.

Eu acredito que já fiz todos os comentários que precisavam ser feitos.

Agradeço à Presidente, agradeço pela audiência.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Dr. Marcos, uma coisa que o senhor precisa considerar: o senhor considera – hoje, que nós estamos colocando 14 bilhões *a priori,* sem considerar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os vínculos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, sem considerar que a empresa vai funcionar, que ela vai dar lucro e que esse lucro vai ser aplicado para pagar os funcionários da Etav. Ela vai gerar recursos e não será um desembolso...

O SR. MARCOS MENDES – Vai, mas, para gerar recursos, investimentos em outras áreas também podem gerar recursos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu sei, querido.

O SR. MARCOS MENDES – Investimentos alternativos podem gerar recursos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas nós não podemos dizer assim: "Nós estamos colocando, hoje, 14 bilhões." Isso nós não podemos falar, Dr. Marcos. Isso nós não podemos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de ouvir, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, Presidente. Não, não. Vamos encerrar já?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O senhor ainda quer mais debate?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É que eu não entendi. Srª Presidente, eu não entendi.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ainda querem mais debate?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas 14 bilhões de quê? Referentes a quê? Eu não entendi.

O SR. MARCOS MENDES – São da empresa de transporte de alta velocidade: 3, 4 bilhões de capital inicial.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas tem o lucro, Dr. Marcos.

O SR. MARCOS MENDES – Custo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O lucro da operação de negócios.

O SR. MARCOS MENDES – Não, eu estou falando dos custos. Nós estamos falando, aqui, de custos. As receitas...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Mas esse capital vai custar o que ele imagina que é o dinheiro...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Bernardo, a palavra está com o Dr. Marcos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E só vamos ter prejuízo na passagem. Toda passagem tem prejuízo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Marcos, encerrou a sua intervenção?

O SR. MARCOS MENDES – Eu acredito que sim. Só um final para dizer ao Senador Crivella que eu sou ousado e penso nos nossos filhos. Acho que temos de ser ousados. O senhor falou que os nossos filhos podem nos criticar no futuro, mas também podem nos criticar por termos deixado uma dívida pública muito alta, como a minha geração teve de criticar a dos meus pais por ter recebido uma dívida pública e um Brasil quebrado durante uma década.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Dr. Marcos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É um questionamento não muito longo. Dr. Bernardo...

Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu só pediria um pouquinho da sua atenção,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu atendo V. Exª com muito prazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ... Senador Ferraço, para perguntar aos expositores se eles desejam, ainda, permanecer, porque eu acho que já foi no limite.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É muito rápido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É uma oportunidade, Srª Presidente, para cada um se despedir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É muito rápido.

A questão das contingências: elas acabam... Eu entendi bem a explicação que o Dr. Bernardo deu, mas as contingências, a existências delas ou não, acabam tendo um impacto sobre a tarifa, porque você vai ter de ter uma taxa interna de retorno para compensar os investimentos feitos.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Não, existe uma tarifa-teto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Essa tarifa-teto vai ser a variável de leilão. Então, se ele tiver um custo muito além daquilo, a tarifa-teto é dada, ela não muda. Ela não muda. Ele reduz a taxa de retorno.

Se ele trabalhar nos parâmetros que estão definidos no projeto, ele tem um retorno – ele, como investidor – de 10%. Se isso descolar o custo, o retorno vai caindo, até seis, cinco, quatro, depende. Então, é isso que é o fator de estímulo.

Para o empresário buscar o melhor retorno, ele vai ter de ter o melhor custo. Esta é a lógica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A outra questão, que eu acho que também é um pouco técnica, é a seguinte...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador, eu pediria... (*Fora do microfone*) Vai responder e, ao mesmo tempo, fazer as considerações gerais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu peço ao Dr. Bernardo que responda a V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu não concluí, Presidente. Está tão bom o debate! Tem tanto tempo que a gente não faz um debate desses no Senado... Eu estou me sentindo Senador hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E faça suas considerações. Eu acho que ele está matando a vontade de ser Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu estou me sentindo Senador. Porque os debates aqui estão tão escassos, na Casa, que, quando nós temos oportunidade de fazê-los, é importante, para pavimentar, para clarear o nosso juízo de valor. Tenho uma outra questão para perguntar, é a última questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu entendo, Senador. Mas é preciso que V. Exª saiba que temos que respeitar os nossos expositores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, mas eles estão disponíveis, estão felizes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Já são quatro horas de debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É apenas uma última questão, apenas uma última questão.

E é a seguinte, Dr. Bernardo: O trem de alta velocidade não opera porta a porta, ele necessita de outros sistemas e de outros modais que possa levar o passageiro, o usuário até o seu *start*, ou a sua chegada. A pessoa vai embarcar, ela vai ter que chegar de táxi, vai ter que chegar de ônibus, vai ter que chegar por meio de algum sistema de transporte; e, da mesma forma, no seu desembarque. Nós precisamos, portanto, de terminais que possam operar interligados com as estações que vão operar com o trem de alta velocidade.

A questão que se coloca, e quem exerce o mandato, é essa: é mais importante isso, ou é mais importante construirmos 500 quilômetros de BRTs em várias médias cidades brasileiras, que vai também facilitar o deslocamento do trabalhador. Quer dizer, o sistema de metrô de São Paulo pode transportar, por ano, um bilhão de pessoas. Esse sistema pode transportar 36 milhões de pessoas. São opções, são escolhas que o governante faz. Nós somos aqui obrigados a questionar um pouquinho essas escolhas. Porque esse é um debate realmente que o governante que é eleito pode fazer. Mas nós que estamos aqui votando temos a obrigação de fazer, porque sabemos que a mobilidade urbana é um grande desafio hoje nas grandes cidades brasileiras, porque o brasileiro fez uma opção pelo carro particular. E isso está trazendo enormes prejuízos às cidade brasileiras. Estamos aí com os BRTs para serem implantados agora para a Copa.

Então, são escolhas e prioridades que, à luz das políticas públicas, merecem esses questionamentos e merecem que nós possamos aprofundar. E julgo eu ser essa uma das tarefas da Comissão de Infraestrutura.

Quero agradecer ao Dr. Bernardo, ao Dr. Amarante e ao Dr. Marco, pela presença e pela paciência para este debate, que amanhã nós estaremos externando lá no Plenário do Senado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Bernardo.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu queria agradecer a oportunidade de ter participado deste debate. Agora que o senhor já encerrou, eu posso falar que eu ficaria aqui mais o tempo que fosse necessário, sem problema.*(Risos)* Mas conheço a sua preocupação, Senador, com essas questões, já tivemos oportunidade de debater outras questões. Então, é o maior prazer, é a maior alegria fazer este debate.

Acho que você tem toda razão. É a síndrome: meu filho tem que comer ou tem que ir para a escola. Ele tem que fazer as duas coisas.

Então, o que temos que entender no Brasil é que esse falso dilema de prioridades levou o País a parar. Quer dizer, vai lá no Pará e no Amazonas e vê se a Transamazônica não tem nenhuma funcionalidade lá hoje, se ela não gerou nenhuma transformação naquela região.

Quer dizer, a gente tem que perceber que temos que olhar este País no que ele precisa e buscar fazer o que ele precisa. Vamos supor: vamos abandonar o trem de alta velocidade, vamos puxar um projeto e colocá-lo em pé. E qual será o projeto? Então, é assim: nós precisamos, primeiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A modelagem que a gente está propondo, que o Henrique falou sobre isso, é uma modelagem que vai permitir que a gente coloque projetos de metrô de pé e aumente a capacidade nossa de fazer esse tipo de projeto. BRT é o acanhamento da minha impossibilidade de fazer metrô. Nós temos que pensar este País com a dimensão que ele precisa ter.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Bernardo e passo a palavra ao Dr. Amarantes.

O SR. HENRIQUE AMARANTE DA COSTA PINTO – Eu queria agradecer aqui o debate. Acho que nós passamos por pontos que são, de fato, importantes. A gente reafirma que o projeto tem viabilidade, ele foi bem estudado, ele tem uma lógica no seu modelo. As

comparações são feitas, e eu queria só que tivessem algum cuidado, apesar de ter feito algumas comparações também. Nós comparamos momentos diferentes, com situações e países diferentes. Mesmo no Brasil, quando a gente compara a década perdida que eu vivi, entrei no mercado nesta década, também não sou economistam mas trabalho no BNDES há muito tempo acho que a razão pela qual aquela dívida levou o Brasil a passar uma década perdida não é a situação que temos hoje. Acho que são comparações bastantes diferentes. Temos que enfrentar este desafio e estamos aqui dispostos a isso.

Quero agradecer e me colocar à disposição para, no futuro, a qualquer momento, ou qualquer outro debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB-GO) – Agradeço (falha na gravação)... a palavra ao Dr. Marcos.

O SR. MARCOS MENDES – Gostaria de dizer, antes de tudo, que o meu envolvimento com essa questão é estritamente técnico na condição de economista preocupado com a baixa capacidade de planejamento e análise de projeto no Brasil. Diante da dificuldade de se fazer adequados projetos, me debrucei sobre a questão do trem-bala e também com a preocupação da minha área econômica que é a área fiscal.

Eu diria que a última vez que se tentou neste País, porque o Brasil precisava avançar rápido, fazer tudo ao mesmo tempo sem prioridade e sem prestar atenção nas restrições de poupança interna e de capacidade de financiamento do setor público, o País foi jogado numa hiperinflação e num processo de sobre-endividamento. Não há numa cabeça de economista como pensar sem a ideia de elencar prioridades. Elencar prioridade e olhar o cenário macroeconômico de médio e longo prazos. Este cenário é altamente desafiador, no Brasil. É um cenário de valorização permanente do real perante o dólar de forte perda de competitividade econômica e que o País deveria estar muito preocupado em aumentar sua produtividade, em reduzir o custo Brasil, em reduzir os custos de logísticas. E com recursos finitos, como eu coloquei no início da minha exposição, seria preciso fazer um esforço, não só de alocação de dinheiro, mas esforço regulatório, esforço de solução de projetos para canalizar solução do grande problema de custo que é a matriz do transporte de cargas. Em segundo lugar, as grandes economias que temos nos grandes centros urbanos, com grandes congestionamentos, 150, 200 Km de congestionamentos diários, na cidade de São Paulo.

A minha preocupação maior com todos os estudos de viabilidade do trem é que não se faz uma codificação dos benefícios. Os benefícios são citados mas não se quantifica. Eu estava falando aqui no caso dos Estados Unidos. Eu perguntaria ao Dr. Bernardo Figueiredo se existe uma estimativa de redução do tráfego na Via Dutra, porque os estudos que eu li foram relativos aos Estados Unidos que dizia que a ligação na Flórida, onde teria o trem-bala, a redução do fluxo de veículos seria, apenas, de 4%. Uma redução irrisória.

Fica a minha mensagem. Temos que discutir prioridades e olhar quais são os problemas macroeconômico de médio e longo prazos do País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB-GO) – Vou passar a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi para as considerações finais e agradecer, em nome da Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR-MT) – Só para agradecer, Presidente, já falamos bastante hoje.

Quero de fato agradecer a presença de todos, para mim foi muito esclarecedor o debate hoje em nossa comissão. Como eu estava presidindo, eu disse: nós pretendemos que todos os debates sejam desse jeito. Vamos ter que discutir muito aqui, estou vendo a felicidade do Senador Ferraço, ao meu lado. Nós queremos isso, aqui no Senado Federal, não queremos ser apenas um carimbador. Chegar aqui e dizer: sim, sim; não, não. Precisamos discutir e, se convencido for, se tivermos argumentos suficientes a gente acompanha, senão vamos propor outras coisas. Acho que o papel nosso aqui no Senado, e principalmente na comissão é de exaurir, discutir.

Quero cumprimentar a vocês todos e agradecer pela presença e pela paciência. Desde às 14h30 até agora quase 19 horas e estamos aqui debatendo.

Parabéns. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia**.** Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, eu também, como autor do requerimento, ao lado do Senador Ferraço e do Senador Flexa, agradeço imensamente a presença dos nossos convidados, a qualidade das intervenções, que seguramente vão ser úteis para a decisão amanhã, porque infelizmente, Dr. Bernardo Figueiredo, a escolha de prioridades, para nós, não é um falso dilema: é um dilema real. Senão não seria preciso política, não seria preciso Congresso. Era só mandar os projetos, que sairiam diretamente das agências reguladoras, das empresas estatais, dos bancos, e seriam aprovados.

Passa pelo Congresso e passa pelos decisores políticos porque o dilema das prioridades não é um falso dilema: é um dilema real. E acho que esse, na verdade, foi o tema subjacente ao debate que tivemos hoje à tarde.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de saber se o Senador Ferraço deseja falar. (*Risos*.)

Agradeço aos senhores expositores pela paciência e quero pedir desculpas por ter que cortar às vezes a palavra deles. Mas estamos muito felizes com a presença dos senhores, acho que o debate foi esclarecedor, quebramos o protocolo para que os Senadores pudessem questionar, fazer réplica, tréplica. Eu só peço desculpas pelo tempo em que os senhores se dedicaram a esta Comissão, mas acredito que não foi em vão, foi muito importante a paciência dos senhores.

Obrigada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

(Levanta-se a reunião às 18h53min)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às duas horas e cinqüenta e dois minutos do dia vinte e três de março do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número nove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, José Pimentel e Ivo Cassol; e ainda do Deputado Federal Beto Mansur. Deixam de comparecer os Senadores João Durval, Wilson Santiago, Aécio Neves, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senadores Vicentinho Alves e Ana Amélia. É declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira parte destinada à apresentação de Técnicos do Tribunal de Contas da União, em atendimento ao Requerimento nº 10/2011-CDR, de autoria do Senador Benedito de Lira; e a segunda parte à 1ª Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos nº 03, 04 e 09/2011-CDR, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena e Ana Rita, respectivamente, com o objetivo de "debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo". Passando à primeira parte, o Sr. Presidente convida Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do TCU, para ocupar lugar à mesa e proferir sua apresentação. Finda esta, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo e Ana Rita. Segue-se, então, à segunda parte. São convidados para ocupar assento na mesa os senhores Ricardo Martini Moesch, diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Antônio Maurício Ferreira Netto, diretor de Revitalização e Modernização Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República; Márcia Leite, coordenadora do Grupo de Estudos Técnicos de Infraestrutura de Operações da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (ABREMAR); e José Adilson Pereira, presidente da Intersindical da Orla Portuária-ES. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Benedito de Lira, Presidente da Comissão, e Ana Rita, bem como o Deputado Federal Beto Mansur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP-AL) – Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª sessão legislativa ordinária , da 54 legislatura.

Conforme requerimentos aprovados, fizemos convites a diversas autoridades para fazerem exposição no que diz respeito à infraestrutura portuária. Mas eu pediria permissão aos senhores senadores porque antes ficou definido que iríamos proporcionar oportunidade ao Tribunal de Contas da União para, num relato suscinto fazerem uma demonstração do que é possível e em que o TCU pode auxilar esta comissão em suas ações.

Antes de convidar os palestrantes da Audiência pública queria convidar o técnico Marcelo Luiz Souza do TCU que fará uma apresentação de no máximo 15 minutos, a quem concedo a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B– AM) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de comunicar a V. Exª que daqui a alguns instantes vou me retirar momentaneamente porque estou inscrita no plenário para fazer um pronunciamento e, em seguida, voltarei

a participar desta audiência. Não sou tão rápida quando o nosso companheiro, Senador que aqui está, foi o primeiro a se inscrever...

O SR. VITAL DO REGO (PMDB-PB) – Mas eu posso ficar representando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP-AL) – Mas o plenário não pode abrir mão dessa Senadora.

Gostaria até que V. Exª mandasse suspender a sua inscrição para após o expediente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT-ES) – Obrigada Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira Bloco/PP-AL) – Com a palavra, o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para nós é uma honra sempre comparecer aqui às comissões do Senado Federal. Hoje, por designação do nosso Presidente do TCU, Benjamin Zymler, vamos tentar expor como funciona o Tribunal de Contas da União e a colaboração que pode ser dada a essa comissão, principalmente os trabalho que podemos realizar em parceria.

O Tribunal de Contas tem essa estrutura, conforme o material que foi distribuído a V. Exªs. O tribunal se compõe de 9 ministros e 4 ministros substitutos. A secretaria do tribunal, ou seja, a área técnica, é composta por uma quantidade bastante representativa de secretarias. Em todos os Estados temos uma secretaria do Tribunal de Contas da União e aqui em Brasília temos as secretarias de um a oito, que são as secretarias típicas que cuidam dos órgãos do Governo Federal e as secretarias especializadas. Apenas em obras públicas temos 4 secretarias especializadas nesse setor. Em desestatização, concessões, PPT, temos 2 secretarias que cuidam desse tema. Vamos falar bastante sobre esses assuntos aqui.

Conforme o art. 71 da Constituição Federal, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Também a razão da minha visita é ver como podemos trabalhar dessa forma. Trabalhar em conjunto, buscando atender os interesses da CDR.

As principais áreas fiscalizadas pelo Tribunal, avaliação de programas de governo, licitações, contratos, convênios, obras, pessoal, regulação.

Temos uma atuação bastante representativa e muito bem conhecida na área de obras públicas. Mas também na área de regulação, na área de agências reguladoras, na área de concessões, temos trabalhos muito relevantes, muito importantes, como também responsabilidade fiscal, transferências...

Que tipo de solicitações, então, o Congresso Nacional pode fazer ao TCU?

O Congresso pode solicitar realização de fiscalização específica. Então, se alguns dos Srs. Parlamentares entender que é necessária uma fiscalização, uma auditoria em algum ponto, isso pode ser solicitado ao TCU, como também informações específicas sobre alguma fiscalização já realizada ou sobre alguma outra despesa sobre a qual o Tribunal possa levantar a informação e fornecer a V. Exªs.

Quem solicita, no caso? Os presidentes das Casas ou os presidentes das Comissões, sejam comissões técnicas, sejam comissões de inquérito, desde que essa solicitação de informações seja aprovada pela respectiva Comissão. O Parlamentar encaminha a proposta, que é aprovada pela Comissão, e o Tribunal recebe aquela solicitação como algo especial, como algo que precisa ser atendido, que tem prazo para atendimento, que tem um trâmite diferenciado no TCU, porque é uma solicitação do Congresso Nacional – não poderia ser diferente.

Então, essas solicitações são autuadas em caráter urgente e preferencial. O presidente da Comissão que encaminhou a solicitação ao TCU recebe uma confirmação da parte do Tribunal, e, se tratar de assunto não processado ou de processo encerrado, o presidente do Tribunal é quem vai responder, o próprio presidente é quem vai dirigir esse processo. Se for uma outra matéria, o relator do processo será designado no TCU para cuidar do assunto. Também no caso de CPI é o presidente do TCU que atende.

Se a Comissão solicitar uma fiscalização, uma auditoria, o Tribunal tem até 180 dias para responder, não mais do que isso. Esse prazo não é para dizer que está investigando, mas esse prazo é para, de fato, dar o resultado da fiscalização, para informar o resultado da fiscalização.

Se for uma solicitação de informações, o prazo é de 30 dias, mas normalmente não se gasta esse prazo todo. Normalmente se responde de forma mais rápida.

Entrando no tema da Comissão, falando um pouco sobre trabalhos desenvolvidos pelo TCU na área de desenvolvimento regional, esse assunto é um dos temas prioritários para o TCU em 2010 e 2011. Com base num trabalho que foi feito em 2009, que foi um levantamento nessa área de desenvolvimento regional, o TCU constatou que a materialidade é muito grande, já fez algumas recomendações aos órgãos envolvidos, mas principalmente elencou esse tema para aprofundamentos. Então, diversas auditorias estão sendo feitas nos bancos oficiais, nos fundos, nessa área de desenvolvimento regional.

Ali está a materialidade: R$23,1 bilhões realmente é muito dinheiro, sendo R$13 bilhões de fundos

constitucionais. Então, temos um cuidado bastante especial, no ano passado e neste ano, com esse tema. E também não é desprezível, muito pelo contrário, a cifra de R$5 bilhões em incentivos fiscais. O Tribunal também fiscaliza renúncia de receitas. Isso também está na nossa alçada.

Falando um pouco sobre concessões, aqui o exemplo é da Antaq, mas poderia ser outra agência. O TCU fiscaliza os processos no caso da Antaq de arrendamento, diárias, instalações portuárias. Então, fiscaliza a Antaq e verifica naquela agência como ela está desenvolvendo o seu trabalho.

Para poder fiscalizar como o trabalho é desenvolvido na Antaq, o TCU precisa chegar até aqui. Então, o TCU vai até a autoridade portuária e verifica como a Antaq está desenvolvendo seu papel junto à autoridade portuária. Então, trata-se da análise dos estudos de viabilidade dos futuros arrendamentos e questões ambientais ilegais envolvidas: procedimentos licitatórios etc, envolvidos com arrendamentos. E na própria agência reguladora, o Tribunal fiscaliza a gestão, os atos de gestão da agência, como fiscaliza de qualquer outro órgão público.

No setor aeroportuário, falando de concessões, eu queria trazer esta aqui, que é a primeira concessão de estrutura aeroportuária do Governo Federal, em torno de R$700 milhões. Construção e operação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, vizinho à Natal, rio Grande do Norte. Esse processo está sendo analisado no TCU. Como todos as outras concessões, o TCU faz uma análise prévia nesse caso. Está sendo analisado o primeiro estágio, que é o estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira. Então, o TCU vai se pronunciar nos próximos dias sobre o estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira. Inclusive, estão em análise também projetos de obras e impacto ambiental para verificar se isso está de acordo, ou seja, se o estudo é plausível, se o retorno previsto corresponde de fato ao que se pode esperar, de forma que o processo de concessão transcorra da forma mais transparente e correta possível.

Na área de viação regional, também esse aqui seja a mais importante dessa área: trata-se da licitação de serviços de transporte rodoviário, interestadual e internacional de passageiros. Essa licitação vem sendo discutida há bastante tempo, vem sendo preparada há bastante tempo. Já existe um acórdão do TCU acerca disso. Atualmente, o cronograma é este aqui: está previsto para julho deste ano o lançamento do edital e o leilão em outubro deste ano. O resultado deverá ser homologado em janeiro de 2012. Já houve vários atrasos e várias prorrogações desses prazos, mas hoje os prazos são estes, da ordem de R$3,5 bilhões de reais, portanto, bastante dinheiro. O TCU está aguardando a documentação, que não chegou ainda, referente ao primeiro estágio desse empreendimento. A NTT ainda não encaminhou.

Alguns trabalhos no setor portuários, na área de concessões: estrutura operacional sobre o tema portos. Esse é um trabalho bastante abrangente, depois distribuiremos o material, faremos chegar aos gabinetes de V. Exªs esse trabalho, que é bastante completo. É de 2009, relativamente atual.

Outras auditorias: arrendamentos de terminais portuários. Exemplos: terminais de granéis sólidos, terminal de veículos de Santos. Havendo interesse de V. Exªs sobre temas específicos, podemos, se V. Exªs pedirem, participar de outra audiência, ou falar diretamente com nossa assessoria parlamentar, e encaminharemos os documentos relativos a esses trabalhos: terminal de grãos de Itaqui, terminal de contêineres de Imbituba; terminais de uso privativo P100 e de Complexo Portuário do Açu. Então, esses trabalhos sobre concessões foram realizados.

Um exemplo aqui apenas para entendermos um pouco como o Tribunal trabalha e o que faz. O que o Tribunal encontrou nesse caso da auditoria dos portos, a mais ampla? Os planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos auditados são vistos como planos de zoneamento de área. Estão desatualizados. Isso era uma realidade, na época bastante visível, flagrante. Possui fragilidades técnicas. Constatou-se ausências de orientação central, falta de normativo para regulamentar o PDC que contivesse definições, diretrizes, processo de elaboração etc, inclusive metas, prazos.

O que o Tribunal determinou com relação a isso? Que a SEP desenvolva normativos para regulamentação do PDC e tal; que a SEP também oriente e acompanhe as autoridades portuárias na promoção de programas de arrendamento. Então, um exemplo, um exemplo de atuação nessa área.

Ainda nesse mesmo caso, outros achados, outras ocorrências que o Tribunal constatou: descasamento entre receita e despesa, o que é um problema sério; a autoridade portuária ficou com as despesas da operadora e não com as da administradora, o que também não é correto; desequilíbrios patrimoniais expressivos, passivos trabalhistas, fiscais – quer dizer, isso também são fatos que também estão bem apontados, expressos em detalhes nos relatórios; e falta de regras claras para revisão e reajuste de tarifas.

Então, foram feitas determinações à Antaq e à SEP também a respeito disso.

Saindo um pouco de concessões e passando para obras públicas, em matéria de obras públicas, alguns trabalhos realizados pelo TCU, a título de exemplo tam-

bém nessa área portuária, no ano passado: obras do berço de atracação do Porto de Vitória. Também é um tema que, se houver interesse, podemos encaminhar a matéria ou podemos via comparecer a uma audiência específica se for o caso. Reconstrução emergencial de Itajaí; modernização do cais do Porto Novo, em Rio Grande; e dragagens desses portos.

Sobre dragagens, o Programa Nacional de Dragagens, o Tribunal fez um levantamento amplo em 2009 sobre dragagens de portos, abrangendo essencialmente verificação de conformidade, legalidade, legitimidade e economicidade. Então, como qualquer auditoria de obras, o que o Tribunal verifica? Se os preços estão adequados, por exemplo; se a lei está sendo observada. Então, isso foi verificado. Então, as principais constatações estão ali: orçamento inadequado.

Houve uma grande discussão com a SEP, por exemplo, como devem ser os orçamentos de dragagens. Então, foram feitos trabalhos nesse sentido. Isso evoluiu bastante de lá para cá, de 2009 para cá.

Deficiência na apresentação das informações da planilha orçamentária. Nem sempre era possível, lendo a planilha orçamentária, identificar qual seria exatamente aquele serviço ou qual a unidade de medida daquele serviço. E sobrepreço, em alguns casos. Alguns casos de sobrepreço também foram detectados.

Alguns exemplos. No Porto de Santos, principais constatações: inadequação da viabilidade, orçamento inadequado, sobrepreço, etc.

Rio de Janeiro, semelhante. A obra estava com previsão de término para fevereiro de 2011, mas ainda não está finalizada.

Fortaleza, também problema de orçamento e sobrepreço.

Porto de Santos, mesma coisa.

Para 2011, o que temos programado na área de portos? Os portos da Copa, aquilo que está na matriz de responsabilidade. Ou seja, terminais de passageiros nesses portos; e, em dois deles, Santos e Rio de Janeiro, construção de cais de atracamento. Então, isso está sendo...

Ainda não há edital. Assim que os editais forem lançados, o TCU vai fiscalizar essas obras desde o lançamento do edital.

Ok, era isso, então, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Estamos à disposição.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não é para debater e, sim, atestar, em nome do meu mandato, trabalho extraordinário que o Tribunal de Contas presta a este País e como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Eu tenho tido curiosidade de estudar a matéria das funções do Tribunal de Contas.

Inclusive, fui autor de uma PEC aprovada em duas instâncias na Câmara dos Deputados, a PEC nº 28, que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Em parceria com o Tribunal de Contas da União, com Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, nós construímos esse Conselho, que aguarda providências da Mesa Diretora da Casa para a sua deliberação em plenário. Já recebeu, da parte da Comissão de Justiça e da Comissão Especial, sua aprovação unânime.

Eu sou um devoto do trabalho do Tribunal de Contas. Entendo que, de vez em quando, acontecem ruídos de comunicação, principalmente explorados pela mídia, entre o exercício e as atribuições do Tribunal de Contas, o seu dever de fazer, que é, por fim, o nosso próprio dever, o dever de fiscalização – isso é responsabilidade do Congresso –, que o Tribunal de Contas exerce com muita competência.

Nós devemos entender que o Tribunal de Contas não é órgão adversário, mas, sim, órgão auxiliar e de prestação de inestimáveis serviços ao Governo, que precisa efetivamente ter suas obras fiscalizadas, segundo os padrões que a própria legislação assim define.

Por isso, testemunho a competente assessoria parlamentar que o Tribunal de Contas desempenha aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Considerando que nós temos...

Com a palavra a Senadora Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaríamos aqui de cumprimentar também o Dr. Marcelo, Secretário Adjunto de Planejamento do Tribunal de Contas da União.

Dr. Marcelo, apenas um esclarecimento eu gostaria de obter de V. Sª.

Recentemente, nós estivemos, a bancada de Deputados e Senadores do Estado do Espírito Santo, em conversa com o Presidente do Tribunal de Contas da União, com o Sr. Ministro, e dessa reunião ficou encaminhado que os técnicos fariam uma visita ao Porto de Vitória, até para verificar *in loco* os problemas que o Porto tem, no sentido de dar continuidade ao projeto de dragagem do Porto.

Eu gostaria de saber de V. Sª se há algum retorno, como é que foi essa visita, quais as informações possíveis de o senhor nos fornecer agora, neste momento.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Srª Senadora Ana Rita, a obra do Porto de Vitória é uma das obras para a qual o Tribunal tem uma atenção

especial, pela relevância da matéria, pela relevância social do Porto de Vitória.

E nós estamos, neste ano agora, neste mês, com uma auditoria em execução, justamente para complementar aquele trabalho anterior, verificar o andamento das medidas adotadas, se as medidas efetivamente foram adotadas e se resolveram os problemas. A gente acredita que, até o fim do mês que vem, teremos uma conclusão a esse respeito.

Então, a visita foi feita e, mais do que isso, está sendo feita a complementação da auditoria para justamente poder finalizar o processo e dar um parecer sobre a situação atual da obra: se eventuais irregularidades foram sanadas e em que pé está.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT-ES) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Bom, eu quero agradecer ao Dr. Marcelo, ao tempo em que agradecemos ao Tribunal de Contas pela sua presença e pelas informações que o senhor nos trouxe, e dizer que estaremos sempre a postos para, a qualquer momento, convidá-lo de novo. Vai ser muito importante esse assessoramento que o Tribunal de Contas vai dar a esta Comissão, porque nós temos um trabalho muito grande e vital pela frente.

Acho que esta Comissão vai ter uma importância fundamental neste momento, para que a gente possa encontrar os caminhos. E hoje nós vamos começar com esta primeira audiência pública.

A segunda etapa da nossa reunião é uma audiência pública, com diversas autoridades, sobre a infraestrutura portuária do Brasil, que é uma coisa! Estou vendo aqui qualquer coisa e me assusta!

Eu recebi, logo ao chegar aqui, uma informação da Drª Márcia Leite que diz respeito ao meu Estado – e não é diferente para os outros Estados, pelo que eu estou vendo aqui.

Então, eu quero agradecer ao senhor e vou convidar os nossos palestrantes da tarde de hoje para que a gente possa iniciar esta segunda etapa da nossa audiência pública. Muito obrigado, Sr. Marcelo. E aqui o senhor continue mandando.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente,. Só para comunicar a V. Exª que eu terei que me ausentar por alguns instantes. A Bancada do PMDB está recebendo, neste exato momento, o Vice-Presidente da República, o nosso queridíssimo Michel Temer, que vem fazer uma visita aos Senadores do PMDB e do Bloco. Essa reunião será rápida, até porque tenho total interesse, sou um apaixonado pelo tema da infraestrutura aeroportuária no País e devo voltar. Peço licença a V. Exª para cumprir essa missão parlamentar.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Com a mesma justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Também vai?

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Também vou lá, porque é do Bloco, mas eu também retorno logo, logo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vamos dar continuidade à nossa audiência pública.

Convido, para tomar assento aqui na mesa, o Dr. Ricardo Martini Moesch, Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Antônio Maurício Ferreira Neto, Diretor de Revitalização e Modernização Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República; Drª Márcia Leite, Coordenadora do Grupo de Estudos Técnicos de Infraestrutura e Operações da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos; e o Sr. José Adilson Pereira, representante da Intersindical da Orla Portuária do Estado do Espírito Santo.

É muito protocolar. Composta a Mesa. Esse pessoal de assessoria é um pessoal muito exigente. Querem que eu fique gritando aqui artigo do Regimento do Senado, para poder então instalar a Mesa dos trabalhos da audiência pública.

Eu queria apenas dizer, para complementar as informações, que isso tem como base o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, para proporcionar a oportunidade de fazermos as audiências públicas.

Os convidados farão suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. Gostaríamos de aqui estabelecer quem primeiro começa. Quinze minutos para cada um dos nossos convidados.

Eu gostaria de fazer pequenas considerações, antes de passar a palavra ao primeiro palestrante.

Senadora Rita, minhas senhoras, meus senhores, o dia a dia vai mostrando a cada um de nós as coisas deste maravilhoso Brasil. Pelo que a gente tem visto das coisas que acontecem no mundo, nós somos privilegiados de Deus em morar nesta terra. País da extensão territorial que nós temos, em que, na verdade, em muitos e muitos anos as coisas não aconteceram, e com especialidade, no que diz respeito a investimentos nessa área, daí porque as dificuldades que estamos atravessando, e vamos continuar trabalhando muito para as coisas acontecerem.

A infraestrutura aeroportuária do Brasil está muito aquém das nossas necessidades e da nossa representação nacional e até internacional.

Vou fazer aqui umas observações: de 20 países consultados, nós somos o 17º. Isso é uma tarefa, para o senhor que representa aqui as ações de Governo.

Eu conversava com algumas pessoas, numa audiência pública no Ministério do Esporte, quando o Ministro do Esporte estava fazendo uma dissertação a respeito da atividade do esporte no Brasil e das tarefas que estão lhe aguardando nesses próximos quatro anos, e fiquei um pouco preocupado. Não é o fato de termos os dois eventos internacionais, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Mas isso é um fato que vai fazer com que as coisas possam acontecer. E se não andarmos rapidamente, não sei se vai acontecer como nós aguardamos.

Então, temos muita coisa para fazer. E eu dizia, no início da instalação desta Comissão, que o País com essa grandiosidade perde muitas vezes para os que cabem dentro de um Estado nosso, no que diz respeito ao fluxo de turistas, do turismo brasileiro. Mas há razões sobradas para que as coisas não aconteçam. As dificuldades, por exemplo, do turista que usa o meio de transporte marítimo. Ele chega aqui e tem dificuldade até para se deslocar. E digo isso começando pelo meu Estado, um Estado que, sem nenhum demérito a nenhum outro, reputo um dos Estados que têm a maior e a mais bonita orla marítima do Brasil. Não é puxar sardinha para a brasa de Alagoas, não. Mas é isso aí.

E eu dizia o seguinte: um dia fui convidado para fazer uma viagem, um cruzeiro. Vamos ao Caribe, cantado e decantado, maravilhoso. Pois é, fui. Desculpem-me os caribenhos e os que gostam do Caribe, mas eu não gostei. Eu não gostei, porque não vi nada de novidade. A única coisa que ele tem de diferente da minha Praia do Francês é a infraestrutura. Mas a natureza não lhe deu o privilégio que deu a nós. A cor da água do Caribe é bonitinha, mas a minha é melhor. Pois bem, eu tive as minhas frustrações.

Aproveitando essa oportunidade, vamos discutir coisas do Brasil, essa infraestrutura, Senador Wellington, V. Exª que é oriundo de um Estado do nordestino, onde temos sol e água quase os 360 dias do ano. Precisamos fazer, infelizmente, essa infraestrutura, que, nesses últimos quatro anos, é que começou a receber um pouco de oxigênio para poder, então, tentar sobreviver. Mas isso foi conversado, e que tem quem tem que conversar aqui hoje são eles, não sou eu.

Então, feitas essas observações, em boa hora a Comissão convida todos os senhores e senhoras para esse encontro, porque aqui vocês vão fazer uma dissertação e, depois, será aberto o debate. Cada um terá 15 minutos e, à proporção que os quatro se manifestarem, eu queria cumprimentar meu querido amigo Deputado Beto Mansur, que é um Deputado de São Paulo, que vem aqui prestigiar essa audiência pública.

Então, para começar, eu concedo a palavra ao Dr. Ricardo Martini Moesch, que representa aqui o Ministério do Turismo.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Boa-tarde. Em nome de V. Exª, saúdo os demais Senadores presentes, o Deputado Beto Mansur, que é nosso companheiro nessa batalha pelo turismo náutico. O fato de eu estar aqui hoje deve-se ao fato de que represento o ministério, mas eu coordeno um grupo de turismo náutico, Senadora Lídice, nossa companheira nessa árdua batalha. Esse grupo de turismo náutico, instituído por portaria ministerial, congrega a área pública e representantes da iniciativa privada, representantes de classes e demais órgãos interessados.

Por meio desse grupo de turismo náutico, nós já conquistamos alguns pontos essenciais. O último deles foi a Portaria nº 24, da Saepu, da Secretaria do Patrimônio da União, de 26 de janeiro deste ano, que está determinando a regularização dos espelhos de água, as ares contíguas aos espelhos de água. Com isso, poderemos fazer uma verdadeira revolução na ocupação de marinas e equipamentos de apoio ao turismo náutico.

Quando nós falamos de turismo, temos basicamente a questão do transporte. Então, os meios de transporte são essenciais para a movimentação das pessoas, além dos atrativos e as necessidades básicas do turista, conforme está nesses ícones internacionais no quadro.

Hoje, Senador, nós entendemos quando V. Exª fala da problemática da logística. Eu estava em um congresso, em Recife, sobre o direito do turismo, na beira da praia em Boa Viagem, dentro do hotel, num sábado de manhã. Tivemos que fechar as cortinas porque a praia estava realmente atrativa, para discutir a logística, por exemplo, de Porto de Galinhas e Olinda, de se chegar ali, o problema de passar por uma BR etc. Quando disse aos presentes: “Pois é, nós esquecemos que temos um trajeto, pelo mar, em que levaríamos em torno de 20 minutos, 30 minutos num bom catamarã.

Então, o Brasil parece que se virou de costas, por um bom tempo, para toda essa faixa litorânea. Deixamos de lado o investimento em hidrovias, em infraestrutura portuária. Quando o turismo vem falar em um terminal de passageiros, nós ficamos numa situação delicada porque sabemos que temos hoje contingências logísticas de carga. Sabemos que hoje, em Paranaguá, deve ter mais de 50 navios esperando para carregamento, e nós vamos lá falar de um terminal turístico, parece uma coisa...

Porém o turismo não respeita esses degraus do desenvolvimento. O turismo contemporâneo se faz presente a todo momento, e é uma indústria, uma atividade econômica altamente impactante, uma atividade econômica que, por exemplo, fez com que o Estado do Espírito Santo, há 4 anos, pensasse em desativar seu departamento de turismo porque eles não sabiam dos números do turismo. Eles fizeram um estudo do impacto do turismo no Espírito Santo, e, invés de desativar, criaram uma secretaria de turismo no Estado. Naquele ano, a área de turismo no Espírito Santo representava uma movimentação de 4,2 bilhões.

Pode passar o próximo, por favor. No Ministério do Turismo, nós trabalhamos em três tópicos nessa área: na normatização, qualificação e investimentos.

A minha área, da Secretaria das Políticas, trata diretamente das duas primeiras. A Secretaria de Programas é área de investimentos.

No Ministério, o orçamento este ano foi bastante contingenciado. Nós sofremos um grande contingenciamento. Porém, ele realizou no ano passado em torno de 90% da emendas, e chegamos um orçamento de quase R$4 bilhões também em investimentos.

Próximo, por favor. A Lei nº 11.771, de 17 de dezembro de 2008, é uma conquista para o setor do turismo, qualificamos ela como a Lei Nacional do Turismo e ela disciplina o planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor e também cadastro, classificação e fiscalização dos prestadores de serviço turístico.

Hoje, nós temos um marco regulatório que esta Casa entendeu a importância. O projeto do Executivo tramitou em apenas seis meses, Senador. Em seis meses, entramos com esse projeto e votamos ele em plenário e conseguimos aprová-lo porque era considerado aqui a lei do bem. Todos os setores ela beneficiava, então, não houve oposição. Então, presto uma homenagem a esta Casa porque foi um grande entendimento para a área de turismo, porque tínhamos uma verdadeira colcha de retalhos, tínhamos resoluções, instruções normativas, decretos-lei, ainda do tempo da Embratur e, hoje, nós temos uma lei nacional do turismo. Isso é muito importante, dá segurança jurídica tanto para o investidor como um conforto para o turista.

Quando nós falamos da questão dos portos, nós temos que ter noção do fator histórico da ocupação territorial do Brasil. E ela se deu muito preponderantemente através dos rios. Nós utilizamos aqui, então, hoje. No ano passado nós fizemos um seminário junto com a Antaq e com um grupo holandês que está fazendo uma assessoria e, segundo estudos, se nós investirmos R$5,6 bilhões no Brasil, nós transformaremos de 13 mil para 54 mil quilômetros navegáveis por hidrovias. Isso é muito importante.

Nós temos condições de também trabalhar muito a parte interna do Brasil.

Essa lei, em seu art. 3º, determina que o poder público atuará, mediante apoio técnico e logístico, na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.

Então, é muito importante essa lei. Ela é moderna.

Recebemos, agora, uma requisição da embaixada da China, porque os chineses estão pensando numa legislação sobre turismo, ouviram falar da nossa lei, conheceram num congresso e alguns países da Europa estão utilizando também a nossa lei, pela conotação da preservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.

Eu trouxe este *slide* porque ele é bastante representativo para os senhores verem. Só no Brasil, nós temos ainda jangadas com duas velas. Isso é lá na Paraíba e são as últimas no Brasil. E nós estamos tentando preservá-la através de um trabalho com o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico). Para os senhores terem uma ideia, os saveiros da Bahia remontam ao desenho original de dois mil anos. Eles eram utilizados no Nilo aquela forma de desenho dos saveiros. E hoje nós estamos tentando recuperar para não perder essa memória, ou seja, a Bahia de Todos os Santos já foi, por importância, em 1870, considerada a segunda baía do mundo para a navegação. E depois, aos poucos, nós fomos relegando isso.

Os objetivos, então, da política nacional de turismo, um deles aqui que eu friso é estimular a criação e difusão de destinos brasileiros com vistas a atrair turistas nacionais, diversificando, especialmente na região de menor nível de desenvolvimento econômico e social.

Então, esse é o interesse é da estruturação que se faz na área de turismo hoje para buscar dirimir essa desigualdade que nós temos como herança social e que estamos combatendo.

Trabalhamos, hoje, com 65 destinos turísticos. Nós temos mais de 3.200 Municípios turísticos no Brasil, mas determinamos que 65 são aqueles que estamos chamando de destinos indutores, aqueles que podem levar desenvolvimento num raio de 100km para os destinos próximos que seriam os induzidos.

Desses todos, se nós olharmos, eu acho que 60% possuem portos, portos menores ou maiores, mas de toda essa configuração, e hoje são os destinos mais procurados tanto pelo turismo interno como o internacional.

Essa lei também visa promover, descentralizar e regionalizar o turismo, envolvendo e participando

da comunidade, porque a questão náutica, por exemplo, um grande iate ou um veleiro de bom parte, pode deixar até US$2 mil por dia no local em que ele atracar, em termos de provisionamento, manutenção e de utilização de bens e serviços. Hoje o Brasil caminha para ser um desses expoentes, porém nós temos que acelerar o passo, pois a Croácia e a China já estão bastante desenvolvidas. Nós temos que criar melhores condições para receber não só os grandes navios – que já estamos recebendo – mas embarcações de médio e pequeno porte.

Próximo, por favor.

Quando nós falamos em economia de turismo trago esses slides que servem para muitas atividades. Porém na área do turismo é o que melhor representa, porque a ponta do iceberg são as atividades intrínsecas ao turismo: hotelaria, operadoras... Porém a cadeia do turismo é muito maior, ela envolve, pelo menos, todas as outras atividades econômicas . Quando se fala em turismo, estamos movimentando toda a cadeia de forma muito consistente.

Por favor, o próximo.

Também como os objetivos no sistema nacional de turismo criado hoje é estimular a integração de diversos segmentos em comparação com os órgãos públicos e também promover a melhoria e a qualidade dos serviços turísticos do País. Neste ponto faço um breve aparte. Se o Brasil quiser se transformar num concorrente internacional temos que qualificar os serviços turístico brasileiro. Acabou o tempo em que o jeitinho brasileiro era um atrativo. Hoje, se o turista vier e for mal atendido ele não volta e faz uma propaganda negativa. E o Brasil hoje concorre com vários outros países. Nós temos um programa cambial para atrair turistas internacionais. Portanto temos que melhorar muito a qualidade e esses grandes eventos pode trazer isso de legado porque temos que entender, e a África do Sul está aí para provar que não é durante o evento que vai aumentar o nível de turismo ou a atividade econômica no Brasil. Há estudos que mostram que turistas deixam de visitar países com grandes eventos em função da cumulação de pessoas. Mas é um legado que pode transformar, que transformou Barcelona, que ajudou a Alemanha a se transformar num país amigo. A Alemanha tinha a fama de país carrancudo de não ser amistoso, utilizou a Copa do Mundo para mudar e quase que duplicou o número de pernoites.

Há um estudo da Organização Mundial do Turismo onde o Brasil está em uma faixa intermediária. Ainda temos que avançar muito para chegarmos a uma nota média de qualificação de serviços em torno de 4,6 (de 1 a 10), por esse estudo de competitividade que realizamos.

Próximo, por favor.

Também esta lei fala do Planejamento e Execução de Obras de Infraestrutura, tendo em vista o seu aproveitamento para finalidades turísticas. E um dos motes dessa audiência, hoje, é que nós devemos pensar seriamente no orçamento disponibilizado, via emenda, ou do próprio ministério, em que a finalidade seja atingida, porque muito se investiu no turismo sem razão de ser. Por exemplo, coloram recursos para fazer um portal numa cidade, onde ela tem um portal e não tem mais nada a oferecer. Então aquele portal fica quase sem finalidade.

Próximo, por favor.

Temos um programa hoje de qualificação que é o Bem Receber Copa, isso pode ser um grande legado para a Copa. Ele atinge as cidades sedes e a meta é qualificar 306 mil profissionais. Podemos trabalhar muito na área da náutica para trazer para o Brasil um a série de atividades.

Próximo, por favor.

Finalmente, regulamentamos em dezembro, por meio do Decreto 7381. Isso foi um avanço pois nós determinados, dentre outros, no art. 39, a definição do que é cruzeiro de cabotagem, cruzeiro internacional de longo curso e misto. Tínhamos muitos problemas de definições. Trouxemos ao Ministério do Turismo a competência para que todos esses roteiros sejam apresentados pelo Ministério. Vamos trabalhar junto ao Ministério da Defesa, respeitando a capacidade de carga em cada destino para normatizar ou regular a atividade na costa brasileira. Isso já é utilizado em alguns países e, dentro em breve, devemos ter uma espécie de torre de controle,um comando aqui em Brasília para definirmos quais as áreas que podem ser utilizadas para o turismo. No nosso litoral, hoje, nós concorremos com o petróleo, com as fazendas aquicolas e outras atividades. Portanto temos que definir quais serão as áreas em que o turismo possa se desenvolver de forma sustentável que tenha esse revés, sem revés econômico.

Próximo, por favor.

Para terminar, trouxe alguns exemplos de que não precisamos ter investimentos megalomaníacos que geraram problemas nos aeroportos do Brasil, porque várias licitações não saíram em função de grandes investimentos e hoje estamos trabalhando com praticáveis que os Estados Unidos utilizaram na década de 80.

Esse é um exemplo na cidade de Nice, na França, é novo, faz seis meses, e esse é um terminal portuário.

Pode passar o próximo, por favor. É uma estrutura simples, barata, e aqui é o turista chegando a pé ou de carro.

Pode passar o próximo. Aí alguns locais.

O próximo por favor. Uma pequena estação com algum oferecimento. Eu trouxe um exemplo bastante singelo. Lá no fundo, está a cidade, ali estão os prédios, V. Exªs podem ver.

Pode passar o próximo. Aqui algumas questões de seguridade, praticáveis, um *scanner*.

Mais um. Os equipamentos móveis, e aqui a embarcação se dirigindo à beira do porto.

Então, quando se pensa em grandes investimentos, na verdade, temos que ter muita capacidade gerencial e fazermos acontecer de forma articulada.

Pode passar o próximo, por favor. Trouxe esse exemplo para demonstrar como existe uma convivência segura... Temos a pesca aqui desenvolvida, o lazer náutico, o turismo e lá à direita, no fundo, em cima, o cruzeiro saindo daquele porto que vimos há pouco. Então, demonstra a convivência pacífica entre vários setores e como pode ser ordenado esse segmento, causando benefícios para toda a população.

Para finalizar, trouxe alguns exemplos. Esse é também Monte Carlo, onde são utilizados os iates. Não são grandes edificações, mas terminais já preparados para não misturar com a carga. O grande problema é que temos a operação portuária e a dos cruzeiros.

Pode passar o próximo, por favor. Essa é Veneza. Pode-se ver como já é utilizada a navegação em vários portos, vários níveis. E, finalmente, o embarque na Itália, Titikaveka, também moduláveis, não são grandes, e à direita algo que é de grande utilização hoje, que são os *ferries* de dois e três andares. Aqueles caminhões vão entrar no mesmo navio de cruzeiros: quatro *decks* levam passageiros e a parte inferior leva muitos veículos. E essa pode ser uma alternativa para o Brasil, para desafogar determinados trechos.

Finalizando com Barcelona, uma estrutura moderna, onde temos os *fingers* para chegar até os navios.

Mais um por favor. Ali é um *finger,* para atingir o navio, que é um problema na área portuária, e não são grandes os investimentos. Pelo que se vê aqui, não são obras faraônicas, são todas obras feitas dentro das possibilidades. E para demonstrar que lá também existe... É aqui é um grupo de turista de Barcelona que desembarcou e está esperando os ônibus. Isso não vai diferenciar muito às vezes. Nós temos esse movimento de turistas, mas todo o mundo já está acostumado.

Só para finalizar, tenho três *slides* de alguns problemas da infraestrutura no Brasil. Fui eu mesmo que tirei as fotos por ocasião do embarque. Essa aqui é a situação de um terminal em Salvador, em pleno carnaval. Eu a tirei de uma cabine. Aqui o navio atracou no meio da carga. Abrimos a janela pela manhã e estavam lá os operários, os guindastes e tal. E esse é o nosso problema. Em Vitória acontece isso também quando há um fluxo maior. Não é uma crítica, estamos buscando alternativas, mas temos que evitar isso.

Pode passar o próximo. Aqui a situação do receptivo em Búzios. Estão chegando, aquela coisa desordenada, todo mundo chegando. Existe um assédio incrível aos turistas, e temos que melhorar isso, essa imagem, o que às vezes afugenta até...

Esse é um terminal de passageiros para o navio ficar fundeado.

E, finalmente, atracando em São Paulo, em um berço que não está próximo ao cais, um terminal de passageiros já bem para cá, no meio das obras e tal. Este é o problema da atividade no Brasil hoje: nós buscamos espaço dentro dos navios de carga, que têm prioridade; sempre têm prioridade.

Então, foram esses os exemplos que pude trazer – estourei 45 segundos do meu tempo. O meu *email* está aí, o telefone também, e eu vou pedir licença um pouco antecipadamente porque eu tenho uma audiência com o Ministro às 16h30. Mas ainda permaneço mais 30 minutos aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Dr. Ricardo pela exposição que fez. Talvez o senhor não possa ficar para as indagações que serão postas pelos Srs. Senadores por conta de seus compromissos fora, mas poderemos, em outra oportunidade...

O SR. RICARDO MARTINI MOESH – Já estou convocado para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... tecermos os comentários a respeito disso.

Eu agora concedo a palavra ao Dr. Antonio Maurício Ferreira Netto, diretor do Departamento de Revitalização e Modernização Portuária da Secretaria de Portos.

S. Sª tem quinze minutos.

O SR. ANTONIO MAURÍCIO FERREIRA NETTO – Muito obrigado. Quero agradecer ao Senador Benedito pelo convite.

Srªs e Srs. Senadores, Deputados, Deputado Beto, é um prazer grande estar aqui por vários motivos. O primeiro é a oportunidade de mostrar para um público qualificado o trabalho que nós viemos fazendo na SEP nesses últimos três anos e dez meses, um trabalho que para mim particularmente me dá muito orgulho. Então, quando se está orgulhoso, é bom falar sobre o assunto.

Obviamente, é um trabalho que está começando, um trabalho em que pegamos um passivo grande, mas

eu vou dar aqui uma pincelada, tentando atender aos dois pedaços da demanda, que é a questão da distribuição de recursos regionais e a questão do turismo.

A minha ideia é dar uma pincelada na Secretaria de Portos, no sistema portuário nacional, nos investimentos portuários regionalizados e me deter um pouco mais na questão do turismo marítimo.

O que é a Secretaria de Portos? Até 2007, nós tínhamos a questão portuária restrita a um departamento do Ministério dos Transportes, no qual até eu trabalhava. Era um departamento, com trinta pessoas, que tratava da questão portuária no universo muito grande de assuntos que o Ministério dos Transportes carregava.

Foram feitos vários trabalhos e concluiu-se que, para fazer frente ao déficit de investimentos portuários e de política, de intervenção do Estado na questão portuária, seria preciso um lugar personalizado. E foi criada, em 2007, a Secretaria de Portos – na época a Secretaria Especial de Portos –, ligada à Presidência da República.

Essa Secretaria tem como objetivos básicos estabelecer as diretrizes da política portuária – e quando se fala em estabelecer diretrizes é estabelecer a própria política –, fazer investimentos na infraestrutura portuária com sustentabilidade, tanto na de carga quanto na de passageiros. Já estava, no nosso decreto de criação, a previsão para se trabalhar com passageiros. Obviamente que a gente não começou por eles.

Então, essa Secretaria é desde 5 de setembro de 2007; quer dizer, é uma Secretaria neném, um Ministério neném, que ainda está nos seus primeiros passos. Mas, nesses anos, ela tanto trabalhou na formulação de políticas – que não podem ser objeto dessa audiência, já que seria uma audiência só para o assunto porque a gente tem muita ação na política portuária –, como na questão de infraestrutura, tema da nossa audiência de hoje.

O nosso objeto são esses 34 portos públicos marítimos. Esses portos têm várias formas de gerenciamento. São de companhias docas, que os gerenciam, podem ser delegados aos Estados, no caso de Recife e vários outros, delegados aos Municípios e há um que é concedido para a iniciativa privada. Então, eles têm várias formas de administração.

Na questão dos investimentos, a SEP tem investimentos para melhoria da infraestrutura portuária, para operações de carga e operações de turismo, cujo principal foco hoje é a questão da Copa de 2014, e os investimentos para melhorias institucionais de inteligência logística – planejamento estratégico, gestão operacional, liberação de cargas –, quer dizer, vários investimentos estão sendo feitos e que não são investimentos em infraestrutura mas que vão dar maior integridade na gestão operacional, na gestão do porto e na segurança e integridade da operação portuária.

Vou passar muito rapidamente nessa questão de investimento. Apenas vou dar a ordem de grandeza.

Primeiro, mostrar que os investimentos são distribuídos regionalmente, obviamente, não poderia deixar de ser assim. A segurança institucional que a SEP trouxe para o setor, a segurança normativa, está fazendo que tenhamos investimentos públicos da ordem de R$31,7 bilhões previstos para esses portos, tendo vários já em andamento em todos esses lugares aqui.

Este quadro está muito confuso, mas são todos os investimentos gerais que fizemos durante esses quatro anos, regionalizados em todas as localidades do Brasil, em todos os portos das mais variadas natureza, tanto o cais como a questão de molhe, da questão de dragagem – dragagem é um investimento que vou falar um pouco mais –, mas todas as regiões, todos os portos e em todas as suas características para que possam melhorar a sua competitividade e sua questão de desempenho operacional, consequentemente reduzir o custo de operação.

O programa de dragagem, o consideramos exitoso. Não se fazia dragagem no Brasil há 15 anos. Nestes últimos três anos e meio temos R$2,6 bilhões em obras de dragagem (pegando todos estes portos aqui). Temos 29 obras em 22 portos; seis obras concluídas até 2010; novas obras a serem concluídas em 2011; oito obras em andamento; quatro obras iniciadas em 2010 e 14 obras em ação preparatória. Ela tem um sistema de dragagem que saiu de um projeto de lei, de uma lei, ela é uma dragagem por resultados, e ela associa a dragagem de operação com a dragagem de manutenção, ou seja não é só fazer a dragagem de operação, tem um contrato que garante a profundidade do porto por vários anos. Teve muita participação de empresas estrangeiras, nós tínhamos dificuldades, o nosso parque de dragagem também, como não se fazia dragagem há muitos anos, ele simplesmente foi extinto, então tivemos concorrências internacionais com grande participação de empresas estrangeiras.

Nesse programa de dragagem – foi interessante o nosso colega falar –, nós aprendemos e eles aprenderam conosco; tivemos um aprendizado mútuo de como se estimar custo de dragagem, o que não se fazia há anos – processos, custos –, e hoje estamos juntos, com o apoio do Exército, desenvolvendo o manual de custo de dragagem interessantíssimo.

Produto de dragagem. Estamos mudando a legislação internacional com os resíduos da nossa dragagem, porque, no mundo, não se fez dragagem nesse volume. Então, com o segmento de dragagem, estamos

fazendo todo o mapeamento desses portos e vamos criar uma norma, um modelo, do que se encontra em sedimentos de dragagem. Então, são produtos marginais à dragagem.

Então, no PAC 2 estão previstos, dragagem de derrocamentos: R$967 milhões; outras obras em infraestutura portuária: R$2.599 bilhões; a inteligência logística: R$409, no PAC 2, quer dizer, este aqui foi o mais difícil de vender; terminais de passageiros da Copa, este valor, R$741, é o que já está aprovado, mas estamos gestionando com a Casa Civil, já estamos aguardando a aprovação dele, para alguns ajustes, porque esse valor vai chegar a R$1.130 bilhões, dando um total de R$4.716 bilhões.

Vamos falar do tema focal, até sinto-me mais à vontade do que falar em investimento e em infraestrutura.

Chegamos na SEP, eu sou neoportuário, estou há seis anos apenas mexendo com porto, a minha área é urbana, mas agora eu já pegueis esse vírus e não saio mais. Tivemos a liberdade de criar uma estrutura na SEP, depois de compreender a questão, para enfrentar, em curtíssimo prazo, um problema enorme e acumulado.

Sou Diretor da Revitalização de Modernização Portuária. O que é esta Diretoria? Esta é uma novidade enorme em tratar de questões portuárias. É uma Diretoria que trata de todas as outras questões que não são operações portuárias, mas que são fundamentais para que a gente tenha o porto como, conceito que foi abandonado, uma fronteira. Tanto uma fronteira para as questões do "mal" como para as questões do bem. É uma fronteira que vai proteger a população, vai proteger a cidade onde está inserido o porto, cujo território pertence à cidade, de todas as possibilidades de ameaças externas que o porto possa trazer, como qualquer outra fronteira. Então, nós trabalhamos inicialmente com a questão de saúde, proteção pandêmica, proteção de agentes etiológicos nocivos, a fauna sinantrópica nociva, que é aquela fauna que vem com os navios e também que a operação portuária atrai, trabalhamos com segurança ambiental, trabalhamos com o meio ambiente no lato senso, trabalhamos com toda a questão da adequação dos projetos à realidade urbana em que está inserido, ou seja, não podemos chegar a uma cidade para ampliar a capacidade portuária e acabar com toda a sua característica de visibilidade, você não consegue nem reconhecer mais o espaço em que você mora.

Então, não vou falar mais, porque isso aí é muito grande, mas é um nicho de trabalho em que há 15 anos nunca se imaginava que poderia trabalhar alguém para dizer que não se pode ampliar um porto; falar dentro do setor portuário que não pode.

Outra coisa importante que é princípio: ninguém trabalha, ninguém faz nenhuma obra que não seja em total harmonia com as instâncias locais, ou seja, as nossas obras são debatidas... O Humberto conhece o trecho 1 lá da Perimetral de Santos. Nós estamos há dois anos e meio debatendo. Demora? Demora, mas tem que atender interesses do Município, tem que atender interesses do Ministério Público, tem que atender... Não sei, é uma lista. Tem que se debater e chegar a um acordo que seja harmônico e seja possível, um resultado que produza mais efeitos positivos do que externalidades. E estamos conseguindo, na verdade, pelo Brasil todo. Eu estava brincando com o Senador aqui que eu ganhei quatro pontes de safena por causa brincadeira de trabalhar 24 horas por dia. Mas está divertido. É uma ponte de safena bem justificada.

Essa questão aqui faz a relação interssetorial, interinstitucional, ou seja, nós pavimentamos com todo mundo que tenha a ver com a questão, para que aquela obra produza mais benefício do que deseconomia, no caso, impacto urbano negativo, impacto ambiental, etc.

Nós esbarramos no setor turismo. Obviamente, como nós colocamos nessa criação que havíamos trabalhado a infraestrutura tanto para o setor de carga como para o setor de passageiros, o turismo estava dentro dele. Só que ele não era, no momento, prioritário. Há quatro anos havia um cenário que vou mostrar – a Márcia vai me ajudar a mostrar melhor a questão exponencial do setor –, mas nós nos concentramos muito em carga.

Na questão saúde, foi interessante. Nós começamos a acelerar nossa ação com relação a transporte marítimo de passageiros porque há uma exigência de protocolos nacionais e internacionais de fiscalização de passageiros e tripulantes vindos de áreas de risco. Então nós tínhamos os protocolos e tínhamos que fazer a fiscalização de todos esses passageiros conjuntamente entre a Anvisa, Vigiagro e Receita Federal. Quando vimos nosso universo de áreas para fiscalizar – Recife era uma tenda, à época, você fazia a fiscalização debaixo dessa tenda –, não tínhamos condição de cumprir esse protocolo. Aí procuramos o Ministério do Turismo, não tínhamos recurso. Em parceria com o Ministério do Turismo, conseguimos fazer a primeira obra, que foi o Brazil in Set de Recife. E daí por diante, fomos negociando, negociando, até que a oportunidade da Copa apareceu e vendemos para a Casa Civil que deveríamos fazer uma ação determinada – eu vou mostrar daqui a pouquinho –, para mostrar, para compensar essa necessidade de leitos

do setor hoteleiro em situações em que não valeria a pena o investimento, para atender um mês, dobrar a rede hoteleira. Com essa argumentação, fomos construindo a nossa atuação nesse setor.

Esse setor – a Márcia vai falar melhor – gerou 40 mil empregos diretos na última temporada, 2009-2010. Quer dizer, é forte gerador de emprego. Tem uma porcentagem de tripulação, de que ela vai falar, porque não sei de cabeça, que tem que ser brasileira, e aí gera muito emprego. Onde param geram absoluta economia. Eu li um estudo um dia desses de que são R$200 em Ilhabela por passageiro. Cada um tem 2.500 a 3.000 passageiros. Chegarem a um lugar como Ilhabela dois navios por dia é uma mudança na economia regional, não local.

Bom, só que nos pegaram de calças curtas. Olha a evolução que aconteceu no setor de cruzeiros marítimos nos últimos anos. É absolutamente exponencial. O problema que nós estávamos vendo é que, lá em 2007, estávamos na casa dos 290 mil passageiros; em 2009 e 2010, estamos em... Parece que está em 800 mil já, não é? Nessa temporada. Mais do que isso. Ou seja, nós não só fomos pegos de calças curtas como tivemos que rever praticamente toda nossa atuação com relação à questão.

Deixe-me passar, senão, vou passar do tempo.

Colocamos a fotografia errada. Eu havia colocado a fotografia de Salvador. Nessa temporada do carnaval, nós tínhamos dez navios pegando praticamente toda a área do porto. O porto tem uma concorrência entre carga e passageiro. Quer dizer, não existe uma concorrência, mas o passageiro tem preponderância sobre a carga. Só que a carga, no caso do porto de Salvador, nós estamos... Ele é um porto de carga no momento, com dois berços para passageiros. Então, ele ficou totalmente ocupado, bloqueado por uma semana, para receber os cruzeiros. Obviamente que a deseconomia foi brutal. Não podia entrar trigo... Nada. Não podia entrar nada. Então, ficou parado, travou o porto. Só que aquilo que foi mostrado, a desgraça é maior do que aquilo. Quando você fala em dez navios, você fala em mil e quinhentos ônibus, mais ou menos? É, mil e quinhentos ônibus. É uma coisa que... Você deve ter perdido uns cem passageiros nessa estadia, que ficaram por ali, pelo porto de Salvador. Quer dizer, em termos de qualidade, o terminal existente não serve para absolutamente nada. Ele não existe.

Obviamente que a ação do Governo para um setor que produz esse efeito econômico tem que ser muito rápida e muito efetiva. E para compor também com a carga, porque o porto está lá, é uma infraestrutura absolutamente complexa. Você não faz um porto do dia para a noite, ele está lá na cidade que lhe deu origem, então, ele tem que ser adaptado para essa questão. E depois, com o tempo, mudar as áreas proporcionais aos dois serviços, não é?

Eu estava falando que conseguimos conquistar esse espaço na Copa. Foi um espaço batalhado. Tínhamos como objetivo o atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes para atender tudo aquilo, a questão da fiscalização e todas essas questões de vigilância. Essa foi uma justificativa forte, em que mostramos que não poderíamos ficar ilegais. Quer dizer, não posso receber um navio e fazer uma fiscalização absolutamente aparente no navio. Tem que fazer naquele lugar, daquela forma, segundo o protocolo nacional e internacional.

A meta: oferecer leitos e navios de cruzeiro para a Copa de 2014 e deixar – o que é importante – um legado. A Copa dura um mês. Nós vamos deixar um legado, uma infraestutura que possa tentar atender à demanda crescente do setor de turismo marítimo. Tentar, porque nós não vamos conseguir, mas vamos tentar.

Critério de seleção: porto localizado próximo à cidade sede da Copa e que tenha sido incluído no Programa Nacional de Dragagem. Eu também não posso pegar um porto que não tenha dragagem e colocar lá. Então, no que nós fizemos dragagem...

Vou correr um pouco, se não, vou perder o tempo.

Então, os investimentos são esses. Há uma diferença grande de investimentos porque, na verdade, em alguns casos, estamos fazendo cais e terminal; em outros casos, estamos só reformando um terminal ou um armazém existente. Quer dizer, tem todos os casos, o que vamos ver adiante, possíveis e imagináveis. Daí a discrepância de orçamento de um porto para outro. De 740 já está passando para 1 bilhão. Quando os projetos se transformam de básicos para executivos, encontramos algumas dificuldades e vai aumentando o custo desse projeto, acompanhado, *pari passu*, pelo nosso TCU, que nos acompanha nessa...

Então, os portos são: Manaus, Mucuripe, em Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos.

Uma passadinha aqui no projeto.

No porto do Rio de Janeiro, na altura dos Armazéns 3 e 4, estamos construindo um Y que permite a atracação de seis navios e um projeto que dialoga absolutamente com o projeto de revitalização da área central do Rio de Janeiro, da área do porto do Rio de Janeiro.

Aqui estão as descrições do projeto. Eu acho que não vou ler as descrições do projeto, senão vou passar muito, não é?

Santos.

Pode voltar um pouquinho?

Santos. Esse aí, por incrível que pareça, apesar de não ser o mais bonito, é um projeto absolutamente importante. O que você colocou de os navios estarem espalhados por toda a área do porto, é que, na verdade, eu só tenho espaço para atracar dois navios, e atracam sete.

Então, eles se espalham pelo porto todo e inibem a operação portuária.

Esse projeto para Santos é a retificação de 1,3 mil metros de cais, que vai permitir que seis navios atraquem na frente do terminal da Concais. Há uma diminuição de custo de operação para os operadores portuários absurda. Então, esse projeto é muito importante.

Qual a vantagem? Estamos andando no cravo e na ferradura. Esse cais é de múltiplo uso, ou seja, fora da temporada, usa-se para carga, porque há várias transportadoras que ficam nessa região. Vamos passar mais rápido.

Recife. Esse foi o primeiro em que mexemos. Aquele terminal do fundo é o terminal 7, que foi com recurso do Ministério do Turismo – nós demos um arranjo nele –; aqui na frente é a sala Pernambuco, uma sala para dar um aspecto mais monumental ao terminal e para fazer quase uma integração com toda a área revitalizada do Porto de Recife, que é a área central de Recife.

Já foi inaugurada a primeira parte. Já está pronta aquela primeira parte, que foi inaugurada no ano passado. Essa aqui já está em andamento também. Vai ser bem rápido.

Natal. Também é um projeto de recuperação de um antigo frigorífico, que é aquele marronzinho ali, um antigo frigorífico que há ali na frente. Este aqui. E a reconstrução desse galpão inteiro e o alargamento do cais.

A vantagem de Natal? Isso aqui vai funcionar como uma âncora para toda a revitalização dessa área central, que foi feita, mas não houve nenhuma âncora que pudesse dar-lhe vida. Isso aqui vai dar vida à área central da cidade.

Fortaleza. É um projeto de um terminal novo. É um terminal de uso misto. Há um cais para atracação de cruzeiros e cargas; aqui, um pátio de contêineres, e aqui, um terminal de passageiros, numa área que se chama Praia Mansa, que foi acrescida devido a esse enrocamento que existe aqui. Ele vai ter essa fisionomia aqui, voltado para o nascente e para o poente. É uma situação muito interessante.

Eu estava comentando com o Senador que já estão sendo vendidos os cruzeiros de 2013 para esse terminal, que não começou a ser erguido.

Salvador. Essa é uma das ideias... Essa ideia é da Codeba, a ideia de revitalização do Armazém 2, mas, por uma questão que eu estava falando... A nossa mania é trabalhar em harmonia com a Prefeitura, com o Governo, e isso está na matriz de responsabilidade. Estamos agora finalizando com o Governo Estadual e com o Governo Municipal uma nova tese, que estão levantando, de fazer um projeto com uma arquitetura um pouquinho diferenciada. Então, estamos batendo o martelo, daqui a dois dias, sobre isso.

Estacionamento é o problema mais grave, porque aqui há uma avenida, mas estamos negociando o outro lado da rua. Então, isso vai resolver um pouco o problema de Salvador quanto ao receptivo, mas não vai resolver quanto à acostagem de navios.

Manaus. Uma restauração de um píer que já existe – há um alargamento dele – e uma restauração do Armazém 3 e 4 e do Armazém Zero, para dialogar também com a área toda revitalizada da cidade e com seu receptivo aqui, na área central.

Isto aqui está com problema de institucionalidade; o Ministério dos Transportes está pegando a delegação do estado do Porto de Manaus de volta para o Ministério, e estamos com o protocolo do Ministério dos Transportes para trabalharmos juntos, aqui nesta área.

Bem, teoricamente acabei, mas há outra coisa. Trabalhamos na revitalização de áreas portuárias degradadas, ou seja, para aquela área portuária que não tem mais utilização portuária, fizemos um normativo dentro de um decreto, e ela passa a ter outro uso, passa a ter um uso... Por exemplo, em Santos, os Armazéns 1 a 8. Estamos com um projeto que está sendo negociado há algum tempo, mas que agora está andando e que vai devolver para a cidade todos os armazéns com um uso cultural. Vão querer colocar três museus lá, um terminal de passageiros e algumas escolas – um museu do mar. Quer dizer, vão devolver para a cidade um espaço de frente para o mar. Vai ser, provavelmente, um dos maiores projetos de revitalização que já se fez até hoje. Inclusive, vamos fazer um museu dos barcos lá, o museu das embarcações será lá.

Queria agradecer, falei muito, mas... Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Dr. Antônio Maurício Ferreira Netto a sua exposição.

Gostaria de dar uma acelerada porque a sirene já está chamando para a Ordem do Dia.

Concedo a palavra à Drª Márcia Leite, que terá 15 minutos. Acredito que dará tempo, Rita.

Quando começar a Ordem do Dia, acenda a luz vermelha aqui; aí a gente tem que parar.

A SRª MÁRCIA LEITE – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, é um prazer para a Abremar (Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos) participar dessa audiência. Vou procurar ser o mais breve possível.

Na verdade, eu trouxe alguns *slides* que coincidiram com os do nosso... É verdade. Acho que nós compartilhamos as informações, mas são importantes para termos uma visão de crescimento dos últimos anos. Isso está muito relacionado também à infraestrutura portuária de hoje. Se pegarmos, nos últimos dez anos, dez anos atrás, recebíamos 27 mil passageiros no Brasil. Hoje, recebemos 720 mil passageiros. O que isso quer dizer? Que aumentamos de 27 mil parra 720 mil passageiros, aumentamos muito a nossa oferta, mas pouco foi feito na questão de infraestrutura portuária.

Saímos de quatro navios, que era praticamente dividido por duas armadoras no Brasil, e hoje estamos com 18, 19 navios que estão vindo para o nosso litoral brasileiro.

Na verdade, qual foi o critério. Temos aqui diversos portos que trabalhamos, juntamente com Abremar. Peguei alguns portos, dois portos do Nordeste, dois portos do Sudeste, apenas para exemplificar os nossos problemas portuários de infraestrutura.

Por exemplo, Maceió. Tivemos uma movimentação este ano, até o momento, de mais ou menos 113 mil cruzeiristas, tendo uma quantidade de sete navios passando por Maceió, num total de 19 navios no País.

Esses são os dados da Abremar.

Coloquei aí os dados de um armador, da MSC Cruzeiros em relação à venda de excursões, só para que possam ter uma ideia: dos passeios, escunas, ônibus, enfim, todos os passeios que são vendidos à bordo.

Na temporada passada, vendemos mais de 21 mil passageiros. Nesta temporada, já estamos com 25 mil passageiros vendidos em excursões.

Falando rapidamente da infraestrutura portuária de Maceió, quais as principais dificuldades? Temos ali uma profundidade que aparece como 10.5 metros, só que temos ali alteração de maré, temos várias variáveis que dificultam muitas vezes a atracação dos navios de passageiros; temos a problemática da falta de um terminal de passageiros. Temos, além disso, excelentes oportunidades de vendas de passeios que movimentam os agentes de viagem, os taxistas, empresas de ônibus, enfim, restaurantes, bares; mas o que falta é infraestrutura.

Temos também, de acordo com ISPS CODE, como aparamos uma área bem afastada da saída do porto, temos que colocar um *shuttle service*, o que onera muito os custos dos armadores no Brasil hoje. Além disso, os altos custos operacionais, como praticagem, taxas portuárias etc.

O píer hoje que temos ali para atracar os navios está em condições realmente muito precárias. Como eu estava conversando com o presidente, hoje o grande problema é que não se pode usar sequer a hélice de propulsão para tirar o navio. Essa é uma problemática realmente muito séria que a gente enfrenta hoje. Um navio como um classe do Costa Serena, ou seja, um classe orquestra, que são navios, para os senhores saberem, de três mil pessoas, quando ele atraca no porto, utilizamos rebocador.

Só que o rebocador que há hoje lá no porto realmente não consegue sequer começar a pensar em mover ou dar qualquer ajuda ao navio. Então, qual seria a saída? Usar essa hélice de propulsão. Só que, hoje, não é possível fazê-lo, porque, quando você liga a hélice, o píer, que já está tão precário, pode acabar sendo ainda mais danificado. Então, a nossa solicitação é de mais investimentos no Porto de Maceió. Realmente, esse porto carece de mais investimentos, pois é um destino que vende muito bem, vende-se sozinho; é um destino não só para os passageiros, para os cruzeiristas brasileiros, mas, principalmente, para os cruzeiristas estrangeiros.

Voltando um pouco, vamos a Salvador. Este ano nós tivemos, aí, mais ou menos 229 mil cruzeiristas, com uma quantidade de 14 navios passando pelo Porto de Santos, e 19 navios, como já citei ,pelo País. Há uma pequena estrutura para embarque e desembarque, falta o raio-x.

Tive a oportunidade de conversar hoje com a Senadora Lidice da Mata, explicitando que houve um projeto de um armador de colocar um navio para o Nordeste, para ficar, começando com seis meses e, quem sabe, estendendo mais essa temporada. Então, foi pensado um projeto de seis meses, colocando um navio parado em Salvador, que faria o roteiro Salvador, Maceió, Recife , Cabedelo, às vezes um pouco invertido, enfim, e ia até Fortaleza.

O que acontece? Com a falta de estrutura no Porto de Salvador, nós não tínhamos nem raio-x para fazer o escaneamento de todas as malas antes do embarque no navio. O armador optou por trazer num contêiner o seu próprio raio-x, uma vez que o porto não tinha o aparelho para implantar esse sistema. Além de improvisada uma infraestrutura para atender os passageiros com tendas... Quer dizer, todos os armadores, juntamente com a Abremar, se reuniram e construíram algumas tendas, improvisaram um terminal de passa-

geiros com tendas para atender esses passageiros que embarcavam e desembarcavam nesse porto

Foi um projeto que nós tínhamos aí para, pelo menos, os três próximos anos, e, infelizmente, no ano passado, depois de nossa folheteria estar toda pronta, com esse navio, dando continuidade no Nordeste, fazendo novamente Salvador, Maceió, Recife e outros portos do Nordeste, nós perdemos esse navio devido à falta de estrutura e aos altos custos de operação no Nordeste. Nós perdemos esse navio para a África do Sul. Depois de todo um trabalho feito no Brasil, o nosso escritório central, em Genebra, disse: "Analisamos e vocês vão ficar sem o navio para colocar no Nordeste". Essa foi uma frustração – inclusive comentei com a Senadora Lídice – pela perda de um projeto que foi criado, foi pensado durante muitos anos, com pesquisa de mercado. É um mercado muito bom, mas muito carente de infraestrutura. De acordo com a Secretaria de Turismo de Salvador, foram movimentados na economia local, mais ou menos, quarenta milhões de reais.

Eu estive em Ilhéus recentemente, inclusive o Deputado Geraldo Simões estava presente também, e nós comentamos muito sobre Ilhéus, que recebeu, nessa temporada, mais ou menos, 120 mil cruzeiristas, com uma injeção na economia local de R$6,5 milhões.

Aqui a questão do Porto de Salvador. Eu trouxe algumas fotos mais recentes apenas para ilustrar para os senhores a falta de infraestrutura e o que ela ocasiona ao armador.

Essa foi uma situação ocorrida duas semanas atrás no Porto de Salvador, onde, por falta de defensas, os navios Costa Serena, o MSC Música e o Vision foram danificados, como vocês podem ver. Houve um tempo realmente atípico, mas muito forte. Se houvesse as defensas, teria sido evitado esse tipo de acidente com grandes avarias nos navios. Isso, para nós, é uma grande avaria, porque esse tipo de avaria o seguro não cobre.

Por quê? Foi negligência nossa não ter cobrado as defensas; ou seja, as defensas que tinham eram muito pequenas. Eu vou mostrar para V. Exªs as defensas que foram colocadas para a operação do carnaval.

Essas são as defensas atuais depois daquele acidente. Nós solicitamos que fossem colocadas defensas, aí estão, são pneus de tratores, de caminhões, enfim. Mas, para navios de três, quatro mil passageiros, como Costa Serena, MSC, navios de grande porte, são fixadas correntes nesses pneus para reter o navio.

Essa é uma outra foto. Essa é a defensa que se usa lá fora. A defensa recomendada, ou seja, se for uma defensa móvel como a de cima, que é Yokohama, ou a defensa fixa, que é a de baixo, que é totalmente segura e protege totalmente o navio.

Passando agora para o porto do Rio de Janeiro. Movimentação: 507 mil cruzeiristas, com 18 navios passando pelo Rio, sendo que, do total dos 19, 18 passaram no Rio porque um ficou lá em cima, no Nordeste, fazendo Fernando de Noronha, ou seja, aquela parte lá de cima.

O que vale a pena ressaltar, embora toda a reestruturação do porto do Rio de Janeiro esteja sendo elaborada, é que ainda existem muitas dificuldades. Como bem lembrado aqui, nos portos do Brasil, até a dez anos atrás, havia movimentação apenas de navios de cargas. Os portos não são preparados para receber navios de passageiros, ou seja, são portos onde o costado, local onde o passageiro desembarca, são cheios de buracos, não tem defensas. No porto do Rio de Janeiro tem guindastes abandonados. A um mês atrás, atrasamos o navio em mais de duas horas para conseguir tirar esses guindastes que estão lá desativados, porque hoje naquela área não param mais navios de cargas.

Hoje temos a falta de estacionamento de retroárea para abastecimento e, de acordo com a Secretaria de Turismo do Rio Janeiro, nós estamos aí, porque os dados deles de 700 mil cruzeiristas incluem os navios que vêm de fora, os europeus, os americanos, os navios estrangeiros que passam por um dia, não são navios de cabotagem, mas que passam também pelo porto do Rio de Janeiro e movimentaram mais ou menos 210 milhões; foi o que trouxeram de renda para a cidade.

Búzios recebeu mais de 376 mil cruzeiristas em 2009/2010, injetou mais de 90 milhões. Esses são dados da Universidade do Rio de Janeiro. O Porto de Santos, o maior porto, sofre hoje com um gargalo muito grande operacional. Um porto até então tradicionalmente de cargas e que passou a receber navios de passageiros tendo apenas um berço em frente ao terminal. Isso dificulta e encarece muito as operações dos armadores.

Temos outro problema de infraestrutura, cujo exemplo coloquei para V. Exªs. Hoje, para fazer o *scanner,* ou seja, o raio-X da bagagem, nós temos cinco raios-X para receber até sete navios, 15 mil hóspedes. Em média, cada um leva 1.5 mala, teríamos 22 mil malas para escanear em cinco raios-X. V. Exªs podem imaginar qual é a nossa situação e sob qual situação trabalhamos no Porto de Santos! Nós colaboramos muito com o Porto de Santos, com as autoridades no sentido de fazermos a checagem de bagagem no próprio *scanner* do navio, porque eles não têm condições de fazer em terra.

Voltando, nós tivemos um problema em relação à perimetral, que acho importante. Realmente desa-

fogou muito o trânsito, mas precisaríamos de, pelo menos, mais uma ou duas saídas para desafogar o tráfego local.

Esta é apenas uma foto de um dia de quatro, cinco navios, para os senhores terem uma ideia, no Porto de Santos. As malas, as pessoas, qual é a situação.

Aí são alguns dados de arrecadação. Em Santos, como falei para os senhores, 274 milhões; Ilhabela, são 15 milhões na economia local. Os senhores imaginam 15 milhões para um Município como Ilhabela! Tem famílias ali... Já foi feito um levantamento, 2 mil famílias vivem somente do segmento do turismo. Eles esperam os navios chegarem, principalmente os operadores de receptivo local.

Enfim, os outros são dados também de impacto econômico, impacto relacionado a... Por exemplo, há um dado da Abremar que está estimado em 500 milhões, nós tivemos aí cerca de 44 mil empregos indiretos e diretos. São dados da Abremar.

Nós temos aí também... Esta é interessante. Conversando com a Secretária de Turismo, ontem, de Santos, e com a Concais, eles nos passaram que a arrecadação apenas com a parte operacional portuária – não entrou nada de turismo, de passeios, bares, restaurantes, nada – foi da ordem de 230 milhões, dados da Concais, na região. Apenas com movimentação operacional no Porto de Santos.

Além disso, vale a pena citar também que o comércio varejista também identificou o crescimento dos gastos dos hóspedes, dos cruzeiristas, e isso foi detectado tanto no setor de alimentos, bebidas, transportes, quanto nos demais.

Outro dado que é muito interessante ressaltar são os projetos que a Abremar, junto com os armadores, e os armadores, juntos com Municípios e Governo, vêm desenvolvendo.

Nós temos um projeto em Santos chamado Projeto Tripulantes do Futuro. Esse é um projeto, na verdade, idealizado pela Prefeitura de São Vicente, visando aos jovens, adolescentes, que realmente precisam de um preparo e de uma oportunidade. Foi criado esse projeto, com uma escola, Tripulantes do Futuro, em que eles ficam por um ano e, quando saem, os armadores já têm condições de contratá-los. Até o momento – ele é de 2008, já tem dois anos, mais ou menos, dois anos e meio –, já foram contratados pela MSC mais de 300 tripulantes desse projeto.

Um outro projeto é o Unicef também, que beneficia mais de 126 comunidades das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro dado importante em relação à compra de alimentos e bebidas. Eu citei aí o exemplo do abastecimento apenas de quatro navios, que girou em torno de 24 milhões no ano passado, e, neste ano, de 26 milhões. Imaginem: temos 19 navios este ano na costa brasileira, se quatro navios tiveram essa movimentação apenas com verduras, frutas, alimentos, bebidas no País, os senhores imaginem os 19 navios! Realmente, movimentou muito a economia.

Sei que já passei do meu horário, mais um minuto só.

Os grandes desafios nossos são a questão da tributação; dos vistos para a tripulação; da infraestrutura, conforme já citei; das taxas portuárias operacionais.

Magaeventos. Como foi citada há pouco, a Copa. O que fazer na Copa do Mundo? Os navios vêm ou não vêm para a Copa? Nós temos aí uns desafios para poderem pensar em vir para a Copa. O desafio nosso para a Copa é a infraestrutura; impostos; a alta temporada, em que vamos competir com o Caribe e a Europa; as taxas operacionais; e vistos para a tripulação. Por quê? Hoje, nós temos um período de seis meses para realmente ficar no Brasil com esses vistos. Para os armadores trazerem os navios e ficarem aqui – em vez de irem embora em abril, maio, estenderem para o período da Copa –, realmente necessita-se de uma extensão desse prazo dos vistos.

Era isso, senhores. Obrigada.

Desculpe-me por ter ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Drª Márcia.

Gostaria de comunicar ao plenário e à Senadora Ana Rita, que foi autora do requerimento, pedindo para convidar também a representação do Intersindical. Já conversei aqui com o José Adilson e disse a ele que, por conta da informação que recebi do plenário, começou a Ordem do Dia e, consequentemente, isso suspende toda e qualquer atividade nas comissões, quer permanente, quer audiências públicas.

Quero agradecer ao Dr. Antonio Nasser, e o Adilson está convidado – depois, a Comissão lhe enviará um novo expediente –, porque vamos ter a segunda etapa deste mesmo procedimento desta audiência pública, também ainda com relação aos portos.

Agradeço aos senhores pela presença. Os senhores deixaram aqui uma contribuição extraordinária para que a Comissão possa debruçar-se em cima de tudo aquilo que tivemos oportunidade de ver. Eu conversava aqui com o representante dos portos quando ouvia o relato da Márcia. Realmente, a gente tem consciência de que se está precisando fazer algo no que diz respeito à infraestrutura aeroportuária no Brasil. Agora, isso não deve ser uma ação apenas...às vezes, a gente diz que isso é uma ação do Governo. Temos de fazer parcerias, parceria do Governo com a iniciativa privada. O Governo faz a infraestrutura, mas

a iniciativa privada também é a grande beneficiária de um processo deste tamanho.

Amanhã, nós vamos convidar novamente a associação dos cruzeiristas e o Governo, para que, numa ação conjunta... A nossa preocupação não é apenas pensar na Copa do Mundo, pois a Copa do Mundo dura um mês; depois, vai embora, e o que fica? As coisas têm de ficar, para continuarem acontecendo.

Mas, antes de fazer o encerramento final, queria dar essas explicações e pedir desculpas ao companheiro Adilson. Gostaria de saber se a Senadora Ana Rita deseja manifestar-se. *(Pausa.)*

Concedo também a palavra ao nobre Deputado Beto Mansur, que é originário do maior porto do Brasil, o Porto de Santos. Ele veio aqui para ver o porto e terá oportunidade de fazer sua manifestação, se desejar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, infelizmente, o tempo realmente é curto. Temos de ir para o plenário, mas gostaria, neste momento, de agradecer muitíssimo pelas apresentações feitas pelo Dr. Antonio e pela Drª Márcia, assim como ao Dr. Ricardo, que teve de sair; agradeço muito a presença do José Adilson, grande companheiro da Intersindical, acompanhado aqui de um outro companheiro do Estado do Espírito Santo, conhecido como King, que são dois grandes trabalhadores e lutadores da orla portuária e que muito nos honram com suas presenças aqui hoje. Infelizmente, nosso tempo não foi suficiente, esperamos contar com a compreensão deles e que, num próximo momento, possamos tê-los aqui novamente.

Nós passamos, Drª Márcia, por problemas seríssimos no Porto de Vitória; há uma demanda lá muito grande; estamos nos empenhando, juntamente com os demais parlamentares do Estado, Deputados e Senadores, para que possamos, junto com o Governador Renato Casagrande, resolver o problema do porto. O Espírito Santo hoje passa por um processo de desenvolvimento muito importante, e o porto cumpre um papel, nesse processo de desenvolvimento, e que está impedindo de uma certa forma esse crescimento, considerando as dificuldades que estamos enfrentando. Este é um momento importante de debate. É claro que não é aqui que resolvemos as questões, mas pelo menos aqui podemos debater, esclarecer, enfim, trocar informações para que, juntos, possamos ajudar na solução dos problemas.

Quero muito agradecer a presença de vocês. Eu me senti extremamente honrada com a presença de todos vocês, aqui, gratificada e que, em outro momento, possamos tê-los aqui, se for possível, a Intersindical, para contribuir também com este debate.

Agradeço também aos Deputados que aqui estão. Que bom que a Câmara dos Deputados se fez presente aqui hoje com diversos parlamentares. Isso é muito importante.

Acho que, na medida do possível, precisamos estreitar essa relação entre Câmara e Senado.

Era isso que gostaria de registrar neste momento e agradecer mais uma vez a oportunidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Deputado Beto Mansur.

O SR. BETO MANSUR (PP – SP) – Rapidamente, gostaria de agradecer a presença da Câmara no Senado, cumprimentar os nossos companheiros Senadores e dizer a vocês que estou envolvido nesta questão que discutimos hoje, dos cruzeiros marítimos, há muito tempo.

Eu ainda era prefeito na cidade de Santos quando iniciamos, muito acanhadamente, operando com um navio, e acreditamos no projeto. Acho que é um grande negócio. Os números já foram apresentados e mostram que é um grande negócio tanto para o Governo quanto para a iniciativa privada.

Sr. Presidente Benedito de Lira, que foi meu colega na Câmara e hoje é um grande Senador, só vou deixar aqui um questionamento para a Secretaria de Portos. Penso que temos que nos aprofundar na discussão do investimento por parte da iniciativa privada.

Temos uma situação hoje, no Brasil, que não é fácil. Temos que conter gastos. Então, temos que enfrentar a nossa realidade. Fazer todas essas obras pura e simplesmente com recursos do Poder Público, pela experiência que temos acumulada ao longo dos anos, é muito difícil. Assim, acho que a Comissão vem em um belíssimo momento, porque não temos tempo a perder, mas também acho que temos que nos aprofundar, inclusive a Secretaria de Portos também tem que se aprofundar nessa questão, de fazermos parcerias com as operadoras de cruzeiros marítimos que têm experiência no mundo. Diversos portos que operam no mundo também com cruzeiros marítimos, operam também com terminais privativos, construídos por essas operadoras.

É lógico que temos 8.500 quilômetros de costa; temos lugares aprazíveis. Em Búzios, por exemplo, existem diversos cruzeiros querendo ancorar. Mas é praticamente impossível ter nove navios atracados em Búzios, porque não lá não há infraestrutura.

Portanto, precisamos de um acordo logístico e operacional com os operadores, mas, fundamentalmente – e deixo aqui uma participação minha, uma colaboração –, não existe outra solução, de uma parceria com a iniciativa privada, para que ela invista à sua conta e o seu risco, a fim de que se possa melhorar as nossas

condições portuárias. Isso porque o Poder Público não vai ter condições de fazer isso sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Depois da sua manifestação, nobre Deputado, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que V. Exª nos dá muita alegria ao sair da Casa vizinha e vir aqui participar desta audiência pública não só pelo seu interesse de ordem pessoal e política, mas para rever os amigos, que é muito importante.

Quero agradecer a todas as pessoas da área de turismo que vieram, e da iniciativa privada que também cuida do turismo.

O que o Deputado Beto Mansur disse é mais pura realidade. Precisa haver essa parceria entre a iniciativa privada e o Poder Público, para que possamos ter, realmente, instalações compatíveis, oferecer conforto e dignidade às pessoas que se deslocam tanto interna quanto externamente e, assim, as coisas possam acontecer no Brasil.

Quero agradecer mais uma vez a você, José Adilson, e dizer que não vai deixar de participar do processo. E quero assumir um compromisso – vou comunicar, posteriormente, aos Senadores – no sentido de que vou iniciar exatamente na hora previamente estabelecida, porque se tivéssemos começado às 14 horas, teríamos ouvido todos os nossos palestrantes. Mas é no dia-a-dia que vamos aprendendo as coisas.

Quero também agradecer a minha querida companheira, Senadora Ana Rita, que tem dado uma colaboração e uma contribuição muito grande da Comissão e dizer que, na próxima audiência pública, nós começaremos, nem que sejam só o presidente e os convidados, exatamente em cima da hora marcada. Eu gosto muito de cumprir horário e gosto muito da hora. Infelizmente, a agenda do Senador é muito vasta. Hoje, por exemplo, eu tive que participar de reuniões de cinco comissões. É absolutamente impraticável isso, mas faz parte da agenda. O Senado é menor do que a Câmara e tem um número considerável de comissões.

Então, quero agradecer à Márcia, foi um prazer muito grande tê-la aqui. Nós vamos nos encontrar de novo, outras vezes. Agradeço ao Dr. Antônio. Quero marcar já um encontro à frente, quero pedir uma audiência ao Ministro dos Esportes, quero trazê-lo aqui para uma audiência entre a iniciativa privada e o poder público, ele na condição de Ministro dos Esportes, para que possamos fazer, cada vez mais, um trabalho melhor em benefício daqueles que utilizam o transporte marítimo ou terrestre, que façam turismo ou não, mas precisamos dar ao País essa estrutura capaz de receber as pessoas que nos visitam e que andam pelo Brasil.

Quero agradecer mais uma vez e dou por encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h40min)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia seis de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e Ivo Cassol. O Sr. Presidente registra a presença do Deputado Jonas Donizetti, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados na sala de reuniões da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Durval, Eduardo Amorim, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Aécio Neves e Maria do Carmo Alves. É declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos nºs 03, 04 e 09/2011-CDR, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena e Ana Rita, respectivamente, com o objetivo de "debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo". A Audiência Pública é realizada com a presença dos senhores Ricardo Martini Moesch, Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas da Marinha do Brasil; Miguel Masella, Secretário de Gestão de Programas de Transporte do Ministério dos Transportes; e José Adilson Pereira, Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo. O Sr. Roberto Nami Garibe Filho, Diretor de Infraestrutura do PAC; e o Sr. Frederico Bussinger, Consultor de Portos e ex-Presidente da Companhia Docas de São Sebastião/SP, também convidados para a presente reunião, encaminharam à secretaria da Comissão as suas justifi-

cativas de ausência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ana Rita, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE(Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srªs e Srs Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública. Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de fazer algumas comunicações.

O Ministério da Integração Nacional convida para a oficina de planejamento da Cooperação Brasil/União Européia, em política regional, para o período de 2011/2013.

O Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, na forma de sua Presidente, Srª Nilde Brum, convida a todos os membros para a 78ª Reunião, que acontecerá no Hotel Villa Mazaropi, em Campos do Jordão, São Paulo, no próximo dia 14, às 10 horas.

A Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo, na figura do seu Presidente Antonio Oliveira Santos, convida a todos os membros para participar de visita técnica à Estância Ecológica SESC Pantanal, localizada no Estado de Mato Grosso. A visita está programada para acontecer entre os dias 02 a 05 de junho próximo, ocasião em que serão debatidos temas como a sustentabilidade da Copa de 2014.

As Srªs e os Srs Senadores que desejarem participar podem entrar em contato com a Secretaria da Comissão para maiores informações.

A Senadora Lídice da Mata encaminhou um relatório de sua visita ao ITB Berlim 2011, a maior feira de Turismo do mundo, que aconteceu entre os dias 09 e 11 de março passado em Berlim, Alemanha.

O Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste Wellington Dias convida a todos os membros da Comissão, especialmente os da região Nordeste, para uma visita que fará ao Ministério da Integração, na próxima quinta-feira, dia 07, às 16h30min, ocasião em que o Sr. Ministro fará uma exposição das ações daquele órgão para a região Nordeste.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, a segunda audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº s 03 e 04, de 09 de 2011, CDR de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena e Ana Rita, respectivamente com o objetivo de debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária, com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e a potencializar o turismo.

Já se encontram presentes ao Plenário da Comissão os nossos convidados Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, a quem convido para participar da mesa; Vice Presidente Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costa, Marinha do Brasil; Sr. Miguel Masella, Secretário de Gestão de Programa de Transportes do Ministério dos Transportes; José Adilson Pereira, Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE(Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e Srs Senadores.

A palavra às Srªs e aos Srs Senadores será facultada pela ordem de inscrição...

Senadores e Senadoras será facultada pela ordem de inscrição. As interpelações dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Os Srs. expositores terão 15 minutos para fazer as suas exposições

Concedo a palavra a Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, em primeiro lugar, é uma satisfação atender ao convite desta Comissão, para falar a respeito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e também fazer uma exposição da nossa participação na questão do transporte náutico. Importante ressaltar que, do ponto de vista da ação institucional, de forma direta, cabe ao Ministério do Turismo, a coordenação do turismo náutico, do ponto de vista das embarcações, do ordenamento desse transporte de turismo náutico.

A Antaq tem funções muito mais ligadas às questões de terra, que são os terminais. À marinha, cabe a questão da segurança, Almirante Leal vai falar tam-

bém, vai fazer exposição a respeito da Marinha e nós temos procurado dar as soluções de terra, soluções de acostagem para as embarcações. Temos tido um acompanhamento muito próximo dos temas, porque vimos com muita preocupação a evolução que, provavelmente, a Abremar já fez na sua apresentação, mas tem aqui a evolução dos números em ritmo acima dos chineses. Então, nós temos tido, no Brasil, um crescimento vigoroso e, por isso, temos tido esta preocupação em acompanhar de perto o processo de provimento de infraestrutura.

Pode passar.

A Antaq, não posso deixar de falar um pouco, é a Agência Reguladora que cuida do setor aquaviário, tem vínculo com o Ministério dos Transportes e com a SEP e tem a função de entidade reguladora, fiscalizadora e harmonizadora das atividades portuárias e de transporte aquaviário.

Pode passar.

É importante ressaltar, e nós procuramos atuar dentro do mais estrito princípio da legalidade, obedecendo toda a legislação em comento, a Antaq tem um papel que também controla o patrimônio público à disposição dos portos públicos. A Antaq tem um papel também que, do ponto de vista do transporte aquaviário de cargas, o transporte marítimo, é a Antaq que autoriza e, em conjunto com o Ministério dos Transportes, que faz o papel de fomento para a construção de embarcações, assegura o crescimento da oferta de embarcações para a cabotagem brasileira.

Pode passar.

Algumas das tarefas institucionais, quer dizer, normas e regulamentos relativos ao setor portuário, atos de outorga e permissão da navegação marítima, navegação interior e também na área portuária, também representação em conjunto com a Marinha, que é titular do assento lá, na IMO, e autorizar, também, a construção de terminais portuários de uso privativo.

Pode passar.

Como já falei, a Antaq tem vinculação com o Ministério dos Transportes na ligação que trata das questões de navegação e com a Secretaria Especial de Portos. Aliás, navegação, nas hidrovias, também, e com a Secretaria de Portos no que trata das questões dos portos públicos marítimos, tanto nos portos públicos como nos terminais de uso privativo.

O arcabouço jurídico portuário brasileiro – acho que é importante esse *slide* – é exercido sempre em nome da União. A Constituição brasileira prevê que é uma atribuição pública federal a atuação nos portos e terminais. A atuação desses portos é exercida de duas maneiras: de forma direta, pela União, nos portos organizados, através das suas concessionárias, tais como a Codesp, a Codesa, lá em Vitória, ou, de forma indireta, através de convênios de delegação feitos a Estados, como, por exemplo, no Maranhão, no porto do Itaqui, no Estado do Paraná, como porto de Paranaguá, ou até por licitação de concessão. Ainda não tem nenhuma licitação, mas tem uma concessão privada, que é a de Imbituba, no Estado de Santa Catarina.

A operação propriamente ocorre através de operadores privados por arrendamento ou por credenciamento como operador privado, e outro regime que também existe no setor portuário é o regime dos terminais de uso privativo. Esses terminais são exclusivos para movimentação de carga própria, misto para movimentação de carga própria e carga de terceiros. Foi criado – e, nesse caso, foi uma modificação na Lei nº 8.630, incluída pelo Congresso, por proposta da Senadora Ideli Salvatti – o terminal de uso privativo de turismo, como forma de incentivar a instalação de novos terminais de turismo na costa brasileira.

As ETCs – Estações de Transbordo de Carga são especificamente para os rios e têm, também, o objetivo de fomentar as atividades econômicas, próximas dos rios, notadamente na Região Amazônica, que tem uma quantidade enorme de estações de transbordo de carga; e IP4, que também foi uma mudança na legislação, que é a Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte. Ela veio substituir a legislação que existia antes da Lei nº 8.630, que tratava dos portos rudimentares. Depois ficaram sem amparo.

Então, pequenos terminais e portos existentes na Amazônia e em algumas regiões do interior do País se viram obrigados a um custo muito grande de operação e manutenção porque tinham de se adequar à lei dos portos públicos.

Um aspecto importante é que nós temos procurado, no setor portuário, tratar com planejamento. Esse trabalho tem sido muito fortalecido no Ministério dos Transportes, com o PNLT; agora, mais recentemente, com a Secretaria de Portos também tratando do PNLP, Plano Nacional de Logística Portuária. Na Antaq, nós já fizemos o Plano Geral de Outorgas Portuário. Estamos em andamento, num estudo muito interessante que vai gerar o Plano Geral de Outorgas Aquaviário, porque ele vai juntar o hidroviário com o portuário. Estamos acompanhando esse plano de zoneamento dos portos, vislumbrando que futuro espera os portos para os próximos 15, 20 anos. Temos, aí, uma demanda crescente, crescendo de forma muito vigorosa e temos a grande preocupação de que a infraestrutura não tem tido a capacidade de acompanhar na mesma velocidade do crescimento da demanda.

Infelizmente, isso não acontece apenas no setor portuário e, também, não é um privilégio do setor de

transporte de passageiros. Em nossa regulação, nós tratamos de transporte de passageiros, basicamente, na Região Amazônica, porque o transporte de passageiros nas hidrovias é regulado, sim, pela Antaq e nós criamos uma norma específica, criando direitos e deveres das empresas e dos passageiros, e fazemos, inclusive, um trabalho de divulgação grande para ampliar a melhoria na oferta dos serviços para os passageiros daquela região.

Pode passar.

Fazendo aqui uma observação temporal, a questão dessa nossa norma de turismo só veio acontecer agora em 2009, porque em 2008 foi incorporada à lei essa atribuição específica para a Antac. Antes disso, não podíamos atuar, porque não havia atribuição legal. Isso era tratado apenas dentro dos portos públicos, mas, só em 2008, foi criada a lei; em 2009, nós fizemos a regulamentação dos terminais de uso privativo do turismo.

Pode passar.

O contexto geral da Lei nº 8.630 cuida de desestatizar as operações portuárias. As operações portuárias, no passado, eram feitas diretamente pelas empresas públicas e passaram a ser feitas por operadores privados, por arrendatários. Então, o terminal de uso privativo também está nesse contexto: a descentralização, para permitir que a atividade econômica tenha mais fluidez. A questão dos trabalhadores foi também um incremento da Lei nº 8.630, a multifuncionalidade, hoje, cada vez mais, com vínculo, o que tem sido uma constante ampliar – mesmo os trabalhadores do Ogmo, trabalhando com vínculo com os arrendatários – e aumentar a competição e fazer uma oferta maior de serviços em benefício da sociedade, quebrando alguns monopólios.

Pode passar.

Especificamente na questão do transporte de passageiros, provavelmente esse gráfico a Abremar já demonstrou, mas o crescimento tem sido vigoroso. Hoje nós temos... na última temporada foram 720 mil passageiros. Então, inclusive a fonte desses dados é a Abremar...o transporte aquaviário...

Quero ressaltar que, na Antac, temos trabalhado com muito cuidado as estatísticas portuárias todas, e o Brasil foi o primeiro país do mundo, neste ano de 2011, a publicar a estatística aquaviária. Desde fevereiro, está disponível no nosso site – www.antac.gov.br. Trata-se de estatística com qualidade e no tempo certo, para apoiar as ações de governo e as ações privadas no seu planejamento, mas a estatística de passageiros não é controlada diretamente pela Antac, porque, como já disse, não é uma atribuição direta da Antac o transporte de passageiros, mas, sim, do Ministério do Turismo. Mas, na questão das cargas, nós temos um controle muito bom e rigoroso, que tem contribuído para o planejamento do País.

Pode passar.

A questão da quantidade de cruzeiros. São números que demonstram que temos de ter um crescimento de oferta de infraestrutura.

Pode passar.

Isso é agravado pela necessidade trazida pela demanda da Copa do Mundo de 2014. Esta demanda é uma demanda específica; houve um delineamento de política pública do Governo Federal, de suprir a deficiência hoteleira nas cidades-sedes, que será uma deficiência hoteleira momentânea, com a utilização de embarcações que são basicamente hotéis flutuantes, os grandes navios de cruzeiro. Para que isso acontecesse, precisávamos de investimentos nos portos, para que possamos ter a possibilidade de receber essas embarcações. E aí, por parte da Antac, fizemos dois estudos: um, na questão dos terminais de uso privativo de turismo – pode passar –, fazendo uma avaliação legal e, inclusive, uma pesquisa para poder compor uma norma que permitisse, o que aconteceu agora em 2009, a instalação de terminais de uso privativo de turismo.

Pode passar.

Fizemos uma pesquisa nacional, uma pesquisa em todos os terminais existentes no Brasil, verificando as condições de operação, tipos de serviço ofertados aos usuários, com que eles podem contar, do ponto de vista de segurança, para embarque e desembarque. Que tipo de operação de embarque e desembarque existe; e, aí, em cima disso, fomos elaborando a norma. Pode passar.

Fizemos também uma pesquisa internacional verificando a situação de terminais no mundo. Isso apenas para exemplificar apenas alguns terminais que existem no mundo. A Flórida é um dos grande operadores do mundo todo. Pode passar.

E, aí, em função disso, a norma saiu com características de outorga, de autorização dada pela Antac no terminal de uso privativo. Isso significa dizer que o terreno seria de propriedade do outorgado, do autorizado. A construção e exploração do terminal por conta integralmente do ente privado e ela se prestará para a movimentação de passageiros, atendendo essa demanda também. Pode passar.

Algumas das características desse tipo de outorga que era um ato administrativo por contrato de adesão com proposta de embarque e desembarque e trânsito de passageiros e é um documento fornecido pela Antac após a verificação de toda a documentação inclusive

das licenças ambientais, das licenças dos órgãos municipais e também do SPU. Pode passar.

Na norma, nós tratamos essas novas instalações basicamente com três características, com duas básicas, mas tem três características: com atracação; e atracação, como vocês estão vendo na foto, em cais; e, sem atracação ou fundeio. *P*ode passar.

E, aí, exemplifica: com atracação as operações que ocorrem com ou sem movimentação de bagagem, por exemplo, com atracação lá em Santos, lá no Rio de janeiro. Normalmente, tem embarque e desembarque de passageiros e movimentação de passagens.

Com atracação, mas sem movimentação. Por exemplo, em Itajaí, nesse formato.

E de fundeio como temos em Angra, como existe em Ilha Bela e são instalações em que o navio não chega próximo à Costa, mas existe a operação *contenders* e nós procuramos entender bem essa operação e refletir isso na nossa norma.

A norma passou por uma audiência pública, sofreu contribuições. A ABREMAR (???) trouxe diversas contribuições à norma, o Ministério do Turismo também participou trazendo várias contribuições e ela hoje está vigendo e nós estamos aí, inclusive, em processo de regularização de alguns terminais. Pode passar.

Outra visão que nós procuramos colocar na norma, com a visão do passageiro, foi um tempo mínimo de espera, menor distância de circulação no terminal, conforto, serviço adequado, segurança e necessidades especiais – este é um aspecto importante que nós procuramos frisar. Isso quer dizer que os terminais não podem deixar de ter acessibilidade. Isso faz parte da legislação brasileira e foi colocado nas nossas normas, proteção máxima contra acidentes, superfícies e equipamentos seguros, visibilidade e iluminação, comunicação também foi um aspecto importante.

Na visão do empreendedor o custo mínimo de investimento, de operação, dimensionamento correto da capacidade, a norma procurou tratar isso de forma adequada, flexibilização de operação e aí podendo, inclusive, utilizar esses terminais para outras atividades fora do período da temporada, como no mundo todo acontece, atividades de eventos em geral, eventos que compõem a matriz de receita desses terminais.

Do ponto de vista da empresa de navegação: dispor de infraestrutura adequada e condições para prestar serviços adequados. Quer dizer, essa foi a matriz que nós utilizamos na elaboração da norma. Pode passar.

Essa capacidade de previsão de outros tipos de eventos, fora o evento direto da operação portuária de passageiros, também está previsto na norma e também é o que tem acontecido, inclusive, nos terminais públicos do Rio de Janeiro, por exemplo, como a foto demonstra. Pode passar.

No Brasil, são esses os terminais e portos existentes na costa brasileira com toda a quantidade de movimentação. Vocês vão ver que existe uma concentração grande em Santos, Rio de Janeiro, mas Búzios que tem um terminal remoto, *contender(???)*, também tem uma movimentação vigorosa. Ilha Bela, outra parada que tem tido também uma atenção especial. E aí, em búzios e Ilha Bela temos procurado interagir com as Prefeituras no aprimoramento da infraestrutura de terra. Existe um prazo na norma para que esses terminais se adequem a norma que, de forma direta, eles ainda não estão adequados por condições de acessibilidade, por condições de facilidades

Por condições de acessibilidade, por condições de facilidades ao usuário para instalações sanitárias, instalações para comunicação telefônica. Isso tudo nós estamos trabalhando e negociando com as prefeituras.

Mas vocês vêem que a costa brasileira tem tido uma freqüência muito grande e nós acreditamos que muitos terminais virão a se adequar como terminais de uso privativo. Aí esses pequenos deverão ser terminais de uso privativo, mesmo que públicos, como Búzios e Ilha Bela. Nós acreditamos que num horizonte de médio prazo essa norma é um incentivo para a oferta de novos serviços de infraestrutura. Pode passar.

Dando seguimento à questão das instalações que estão sendo preparadas para a Copa, eu sei que a SEP já fez uma apresentação a respeito dessa matéria, e eu quero apenas fazer alguns comentários a respeito de cada um dos projetos, de forma muito rápida. Pode passar.

Os investimentos todos estão previstos no PAC da Copa e serão investimentos públicos. E aí nós temos dois formatos de transferência da operação para a iniciativa privada. No Rio de Janeiro esse é o projeto que está sendo discutido já com a Antac, mas nós temos discutido em reuniões com a CEP. O processo que tem de ter autorização da Antac ainda não está tramitando na Agência, porque eles estão complementando as aprovações junto ao IPHAN, no caso do Rio de Janeiro, junto à USPU, junto ao meio ambiente, para concluir toda a parte de processo, para fazer a licitação da construção.

No Rio de Janeiro, o modelo de operação deve ser um aditivo. Depois de construído, aditivar o contrato do operador portuário existente, para que ele possa operar um volume maior de navios. Pode passar.

O caso de Santos, da mesma forma. Está previsto um recurso público do PAC, para a melhoria de cais, para a ampliação de capacidade operacional e com

isso também o próprio operador já existente deve ter a sua capacidade incrementada. Pode passar.

No caso de Recife, Natal, Fortaleza e Salvador, todos eles serão também construídos com recurso público, alocados no PAC; e, após a conclusão das obras, eles têm duas alternativas que estão sendo estudadas desde já com a Secretaria de Portos: ou o arrendamento para a operação, com a remuneração também pela entrada na operação ou o credenciamento dos operadores portuários para que eles possam operar esses terminais. Isso está em fase de estudo junto com a Secretaria dos Portos.

Por último, o último terminal é o de Manaus. Esse é um caso que eu reputo como um dos casos mais atrasados e mais graves. Manaus tem uma instalação no porto público. O porto público de Manaus tem tido uma operação extremamente deficiente ao longo desses últimos anos, com diversas irregularidades apontadas nas fiscalizações da Antac. O porto público está completamente deteriorado. Nós, inclusive, já solicitamos ao Ministério dos Transportes que cancelasse o convênio da delegação com o Estado, que faz a gestão do píer. Isso foi iniciado. O Ministério dos Transportes depois pode comentar a respeito. Esse processo foi iniciado e paralisado recentemente pela justiça, mas eu não tenho dúvidas que as gestões da AGU na justiça vão fazer com que a gente continue para poder retomar esse patrimônio diretamente para a União, para o Ministério dos Transportes, para que esse processo possa ser implementado, porque hoje eu lhe diria que o mais grave problema de prazo, para o atendimento da Copa, seria Manaus, porque ainda há uma questão institucional séria a ser resolvida, que é a retomada do porto público diretamente pelo Ministério dos Transportes, pela União, para que possam ser implementadas essas obras e depois dada a solução de operação de forma direta ou indireta.

Seguindo a apresentação, quero dizer que a Antac participa do GT de turismo náutico junto com o Ministério do Turismo, com diversas entidades. Procuramos dar a nossa contribuição; inclusive, levando nosso conhecimento nas normas de transporte de passageiros que nós utilizamos na região amazônica, para que seja implementada, a partir do Ministério do Turismo, um regramento de controle.

O Ministério do Turismo um regramento de controle e de acompanhamento com relação ao transporte de turismo náutico (Pode passar). Isso também, em que estado estão os projetos, mas eu já comentei (Pode passar). Eu só quero aproveitar mais dois minutos da atenção para falar, dentro das nossas atribuições, dos 34 portos públicos marítimos (Pode passar), dos 129 terminais de uso privativo. (Pode passar).

Como frisei, a Antaq tem trabalhado fortemente para valorizar a questão das estatísticas. (Volta, por favor). 84,4% das importações brasileiras e 95,94% das exportações brasileiras passam pelos portos, em tonelada; 71,86 das importações e 82,92 das exportações, em dólar, também passam pelos portos. Isso significa que o setor portuário tem uma absoluta relevância no comércio internacional brasileiro e nesse processo de internacionalização que o Brasil tem trabalhado e tem cada vez mais aumentado, nesses últimos anos. Passou de cem bilhões de dólares para 400 bilhões de dólares a corrente de comércio, portanto a gente precisa de cada vez mais atenção. Nós temos discutido diversos temas sobre a infraestrutura portuária, eu quero me colocar à disposição dos senhores para amiudar discussões a respeito dos demais entraves na infraestrutura brasileira. Eu acho que nós temos sim que discutir isso aqui nesta Casa, acredito que temos que aprimorar o nosso arcabouço jurídico e regulatório e é a partir das discussões aqui no Congresso Nacional que eu tenho certeza de que isso vai acontecer. (Pode passar, que eu só quero mostrar a estatística do ano passado). 834 milhões de toneladas circularam pelos portos brasileiros, das quais 545 milhões nos terminais de uso privativo e 289 milhões nos portos públicos. Há uma complementaridade da infraestrutura brasileira entre os portos públicos e os terminais privativos e (Pode passar; aqui muito rapidamente eu já falei; volta um pouquinho desse *slide*) a sintonia que nós temos tido, inclusive com atendimento do pré-sal, criamos norma específica para a construção de novos terminais para atendimento dessa demanda crescente e vigorosa do pré-sal (Pode passar), a questão das hidrovias também é um tema que nós discutimos permanentemente, o Ministério dos Transportes agora está trabalhando em um novo plano para utilização dos recursos que foram destinados no PAC. O PAC destinou 2 bilhões e 600 milhões de reais para as hidrovias, para o PAC 2; o PAC 1 teve 1 bilhão de reais, o PAC 2 teve mais do que duplicados os recursos, e o Ministério tem trabalhado, nós temos participado juntos na preparação de um plano para que isso possa – para que nós possamos utilizar mais adequadamente a nossa infraestrutura aquaviária, em benefício da logística do País, trazendo competitividade e trazendo economia para o País, além da questão ambiental, que também é uma questão que é muito relevante. Quando se utiliza a hidrovia, nós emitimos até 70% menos de CO2 no transporte da mesma tonelada de mercadoria. (Pode passar) Só para falar das atribuições, que atuamos na questão da navegação de cabotagem. (Pode passar). Por último, a questão das hidrovias brasileiras que, inclusive, podem gerar crédito de carbono, e

nós temos aí uma grande opção para o escoamento, e de retirada de sobrecarga das rodovias, que muitas das vezes acabam seu pavimento antes do tempo por causa da sobrecarga que se coloca no transporte de mercadorias, notadamente na nossa grande safra de grãos e que pode ser escoada através das hidrovias. Muito obrigado pela atenção. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Antes de conceder a palavra ao Vice-Almirante Eduardo Bacellar, eu convido o Sr. Ricardo Martini, Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo. (*Pausa*)

Eu concedo a palavra para fazer as suas

O SR. PRESIDENTE(Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra para fazer as suas exposições, durante 15 minutos, ao Vice-Almirante Eduardo Baccelar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas da Marinha do Brasil. Tem a palavra.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Bom dia, Senador Benedito de Lira, Dr. Fernando Fialho, Dr. Miguel Masella, Dr. José Adilson Pereira, é uma grande honra para o Diretor de Portos e Costas estar aqui, neste momento, para fazer uma ligeira apresentação sobre o papel da autoridade marítima da Marinha do Brasil exatamente nessa área de turismo e da navegação ligada ao turismo regional e turismo, que nós temos hoje, de grandes cruzeiros, visitando nossos portos.

A Marinha do Brasil, que nós chamamos hoje, em termos de segurança e navegação, de autoridade marítima, pela lei, lhe compete a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar aberto e nas hidrovias interiores, a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas e suas instalações de apoio e ordenamento do espaço aquaviário, com vistas à segurança da navegação. Esse ordenamento do espaço aquaviário é feito junto com outros órgãos, como o Serviço de Patrimônio da União e a própria Antaq. Cabe a ela, essencialmente, garantir que o espaço aquaviário não tenha interferências que causem algum prejuízo à navegação ou venha a causar problemas na navegação na utilização desse espaço.

O Brasil é membro da organização marítima internacional, inclusive já há muitos anos que é um dos membros do Conselho da Organização Marítima Internacional por causa do volume de cargas e volume de transporte marítimo que nós temos aqui no País. Isso faz com que grande parte da legislação que rege a segurança da navegação, as normas com referências às embarcações e ao tráfego marítimo, grande parte das quais é importada das convenções e das normas estabelecidas por essa organização marítima. Então, nós temos a Solas, que é a grande convenção que estabelece as normas de segurança a serem cumpridas por parte das embarcações em todo o mundo, e nós seguimos fortemente isso. A mesma coisa na formação do marítimo, também seguimos as normas da Organização Marítima Internacional.

Uma outra tarefa da Marinha é o ensino profissional marítimo. Ela é responsável pela formação dos marítimos, dos fluviários, dos trabalhadores portuários autônomos, os avulsos, os pescadores, nos aspectos marinheiros da profissão, e, dos mergulhadores profissionais, ela faz o controle e certificação. Em paralelo, cabe à Marinha, também, certificar e garantir a formação daqueles profissionais não tripulantes que guarnecem os transatlânticos quando vêm para o Brasil – uma enorme massa de garçons, pessoal que trabalha no serviço de hotelaria, que não trabalha ligado à operação do navio, mas que tem responsabilidades com a segurança do navio.

Então, nós temos um curso básico de segurança no navio, que é dado a esse pessoal por escolas credenciadas pela Marinha – não é a Marinha que faz o curso, ela credencia e fiscaliza esses cursos. É uma massa, são milhares de pessoas que, por ano, fazem esse curso, para garantir que, nos transatlânticos, exista o mínimo da capacitação com vistas à segurança por parte de todos os que vêm a guarnecer e operar o navio.

Para ter uma idéia, no ano passado, fizemos cursos para 30.880 aquaviários, incluindo os fluviários, os marítimos e os pescadores, 11.958 portuários e 5.568 atividades correlatas, e a parte de administração, ligada às agências de navegação e a parte que fica na retaguarda.

Também somos responsáveis pela formação de oficiais de Marinha Mercante. No ano passado, chegamos a formar 500 oficiais. Batemos a marca de 500. Neste ano, chegará a 700 e, nos próximos três anos, se Deus quiser, chegaremos até 1.000 oficiais por ano.

Com respeito à autoridade portuária, há uma ligação muito grande entre autoridade marítima e autoridade portuária para garantir alguns aspectos da operação de um porto. Especificamente no nosso caso, nós nos preocupamos com o calado, o porte e as dimensões máximas das embarcações. Há uma coordenação entre autoridade portuária e autoridade marítima para estabelecer esses valores.

Bacia de evolução, canal de acesso,balizamento, áreas de fundeadouro, cargas e descargas, áreas de inspeção; toda a distribuição no mar do porto é feita em coordenação com a Marinha, para garantir exatamente que não haja acidente e que todos os entes que operam aquele porto possam fazê-lo com segurança.

Especificamente com relação às embarcações de passeio, inclusive as embarcações de que estamos falando principalmente hoje, que é turismo, para efeito das normas da autoridade marítima não há diferença entre um transatlântico ou outra embarcação de passageiro. São todas embarcações de passageiros, são todas embarcações para as quais temos uma séria de requisitos que eles devem cumprir, seja uma barca Rio/Niterói, seja uma embarcação que faz transporte no rio Amazonas, todas são embarcações de passageiros e todas têm esses requisitos a serem cumpridos, e esses requisitos fazem parte de normas da autoridade marítima. Temos duas normas que tratam disso: a norma para mar aberto e a norma para navegação interior. Depois que essas normas são estabelecidas, as de embarcação de passageiros se submetem às sociedades classificadoras, que são certificadas pela autoridade marítima; elas são credenciadas, têm delegação de competência para assegurar que as embarcações que estão se fazendo ao mar atendem a esses requisitos de segurança e essas normas todas que são estabelecidas.

As normas específicas para embarcações de passageiros são sem dúvida as mais rigorosas possível, há muito mais rigor para uma embarcação de passageiros do que para uma embarcação de carga, ou para uma embarcação de pesca, por exemplo.

Um outro aspecto que temos lidado, que tem afetado um pouco o desenvolvimento portuário são as obras de dragagens. Nesse caso, a autoridade marítima autoriza a dragagem sob o ponto de vista mais uma vez da segurança da navegação, garantir que aquela obra está sendo feito sem interferência com outros em todos os aspectos da segurança da livre navegação, e essa autorização é dada sem prejuízo dos demais órgãos: Meio Ambiente, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os vários órgãos que entram no processo de autorização de uma dragagem. Nós verificamos sempre o aspecto da segurança da livre navegação que deve ser mantida durante uma obra. Após a obra, quem realizou faz uma batimetria, verifica o novo calado, apresenta esses dados à Marinha e nos, então, homologamos o novo calado junto com a autoridade portuária.

Os portos flutuantes que existem muito nos rios, é um aspecto que nos tem preocupado muito. Tem havido um grande crescimento de portos flutuantes e é necessário que eles se mantenham dentro das normas classificadoras. Tecnicamente, são embarcações, eles se comportam como embarcações, flutuam, afundam e têm todas os problemas inerentes. É o caso, por exemplo, no Porto de Manaus. Eles têm que ter uma série de requisitos de segurança específicos, característicos das embarcações. Cabe, então, às sociedades classificadoras certificá-los de acordo com as normas que nós estabelecemos. Esse é um assunto que é muito importante para o rio Amazonas, com uma série de novos portos e todos eles terão de atender essas necessidades de classificação.

Só para se ter uma ideia de alguns dados estatísticos, no ano de 2010, tivemos um total de 207 vítimas fatais e desaparecidos em acidentes no mar no Brasil, não necessariamente em acidente de navegação. Existe uma diferença para nós entre o acidente de navegação, que é um naufrágio, um emborcamento, uma colisão, um incêndio, uma explosão, quer dizer, aconteceu alguma coisa com a embarcação e, em virtude disso, tivemos uma fatalidade ou um ferido; e um acidente que acontece dentro da embarcação mas que não tem a ver com a navegação em si: alguém que teve um ataque cardíaco e morreu, ou um assassinato, ou qualquer problema que acontece mas que não tem a ver com o ato de navegar Existe essa diferença.

Essas vítimas fatais e desaparecidos incluem todos os tipos, tanto os que aconteceram em acidente de navegação como aqueles que aconteceram em outras circunstâncias.

Cerca de 10% dos acidentes com vítimas fatais ocorreram em navios de passageiros. Especificamente, 28 fatalidades ou desaparecimentos em navios de passageiros no ano passado. Esses navios não são os transatlânticos. Mais uma vez, são todos os navios que transportam passageiros no País. Nos transatlânticos, nós tivemos três fatalidades no ano passado. Nenhuma das três foi associada a um acidente de navegação. Foram mortes de pessoas por outras causas, queda, ataque cardíaco, passou mal, mas não houve nenhum acidente associado a um fato específico da navegação. E tivemos também outro, passageiros e carga, aquilo que acontece, mais uma vez, muito no nosso interior, em que uma embarcação mista transporta carga e transporta passageiros. Nós tivemos também um total de 25 fatalidades e desaparecimentos. Total, nessas duas categorias, dá cerca de 20% do total. Mas a maior dos problemas de fatalidades que nós temos acontece na pesca e na de esporte e recreio. Infelizmente.

Mas os nossos números não são expressivos, não. Duzentos e setenta e sete, obviamente, tem como melhorar, principalmente na pesca e no esporte e recreio deve melhorar, mas são números perfeitamente compatíveis com a média internacional. Brasília, em seis meses, no trânsito, o número é maior até. Então, nós estamos lutando para reduzir ainda mais esses números, apesar de estar dentro da média internacional.

Pode passar, por favor.

E tivemos acidente de navegação no ano passado: 67 em navios de passageiros e 61 em passageiros e cargas. Mais uma vez, desses acidentes, em transatlânticos, tivemos três acidentes de navegação em navios transatlânticos; os demais não ocorreram em navios transatlânticos. Também tivemos nos navios transatlânticos cinco feridos, dos quais três foram em acidente de navegação e dois em outras circunstâncias.

Então, era isso, senador, a apresentar. O nosso papel é, essencialmente, o de garantir a segurança da navegação, garantir que o turismo, os passageiros, quem vai num navio de cruzeiro desses, vai para se divertir e não para se aborrecer. E a gente ter certeza de que ele vai e volta satisfeito, sem grandes problemas. Sob o ponto de vista da segurança da navegação, acho que isso, aqui no Brasil, nós não estamos tendo, com todas as dificuldades, com esse enorme crescimento exponencial de atracações, de desatracações, de trânsito, quer dizer, é um trânsito enorme de navios, mas nós estamos conseguindo suportar esse incremento sem maiores dificuldades em termos de acidentes e de segurança da navegação.

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Almirante a sua explanação. A Comissão agradece.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Miguel Massela, Secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes.

O SR. MIGUEL MASSELA – Bom dia, Senador. Bom dia a todos. É uma satisfação, em nome do Ministério, participar desta Comissão.

Vamos começar com a primeira tela.

O Ministério dos Transportes, tradicionalmente, sempre se caracterizou por investimentos em massa no setor rodoviário. Essa é uma tendência que está mudando. No PAC I, houve a retomada do investimento no setor ferroviário. Nestes quatro anos, foram feitos mais quilômetros do que nos 20 anos anteriores de ferrovias, principalmente a Norte-Sul, que foi inaugurada até a capital de Tocantins, Palmas, depois de ter sido iniciada há mais de 20 anos. E o setor que vai se desenvolver no PAC II é o hidroviário. Na verdade, os investimentos em hidrovias vão ser multiplicados por dez em relação ao que era antes. Por que multiplicar por dez? Porque o grande investimento que houve no PAC I em hidrovias foi na eclusa de Tucuruí. Só na eclusa de Tucuruí, foram mais de R$1 bilhão, e os outros investimentos – dragagem, manutenção – foram poucos. E, no PAC II, agora o que vai aumentar são os investimentos em dragagem e manutenção das vias. Ou seja, vão ser criadas hidrovias, vão ser garantidas condições permanentes de navegação.

Uma hidrovia que só é navegável na cheia é como se fosse uma estrada de terra em que, quando chove, ninguém transita; então, ela tem o tráfego interrompido, não vai gerar uma atividade permanente nunca lá. A ideia é perenizar as condições de navegação dos principais corredores. E por que isso? Por causa dessas duas premissas aí, que o próprio Fialho comentou. A grande movimentação de carga que tem em toneladas e, em termos percentuais, do volume de importações e exportações e o crescimento previsto.

O crescimento anual dessas toneladas é superior a 10%. É claro que têm de canalizar isso nas modalidades que gastam menos, porque senão as rodovias não vão aguentar – já não aguentam hoje. Se aumentar 10% ao ano a tonelada, as rodovias vão acabar. É mais barato investir em hidrovias e ferrovias do que fazer a manutenção das rodovias.

Aqui estão os portos. Bom, na verdade, isso é um mapa ilustrativo, porque o Ministério dos Transportes não cuida mais dos portos. Na verdade, os portos são atribuição da Secretaria Especial dos Portos. A gente colocou os 37 portos marítimos, que devem ser a ênfase da discussão aqui nesta Comissão, mas, só para destacar, conforme o próprio Fialho falou, o que envolve mais são os portos que têm obras da Copa, como foi destacado: Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos. Estou destacando esse porque, apesar de todos serem de responsabilidade da SEP, esta semana foi feita uma portaria transferindo o de Manaus, a parte da obra da Copa de Manaus, que era da SEP, para o Ministério dos Transportes. Isso tem a ver também com o que disse o Fialho: o convênio que existe entre delegação e o Estado do Amazonas.

Então, por enquanto, o que já existe? As obras da Copa do porto de Manaus, diferentemente dos outros, que são da SEP, vão ser tratadas pelo Ministério dos Transportes. Inclusive, há uma licitação prevista este mês para fazer o projeto. Então, nós vamos compensar o atraso a que o Fialho se referiu há poucos minutos. Isso fora o convênio, não é? O convênio da delegação corre na Justiça, conforme ele falou, e a nossa ideia é retomar o porto o mais breve possível. Mas, independentemente da providência de retomar o porto, as obras da Copa do porto de Manaus que passam a estar, a partir desta semana, a cargo do Ministério dos Transportes vão ser iniciadas imediatamente.

A única atividade nossa nos portos é na parte do porto de Manaus na Copa. Os outros são atribuições da Secretaria Especial de Portos que esteve aqui semana passada numa exposição.

O que cabe ao Ministério dos Transportes? Fazer a integração entre o sistema viário, que canaliza a carga para os portos. É aí que entra o Ministério dos

Transportes. É o sistema viário de apoio aos portos, que é o título. O que vamos destacar é a importância da integração das diversas modalidades com o sistema rodoviário, que é o sistema alimentador, o sistema ferroviário e hidroviário, que são as artérias que devem alimentar os portos marítimos. O hidroviário é o principal, porque, se começa nascendo a carga na hidrovia, fica fácil depois passar para a cabotagem a longo curso, porque já se está no segmento aquaviário.

Os portos são normalmente concebidos para finalidades múltiplas, todos os tipos de carga. Tem áreas de retroportuários. Isso daqui é só uma explanação geral, apenas para constar na tela como o Ministério dos Transportes interpreta os portos, normalmente com atividades múltiplas, inclusive passageiros. Aí entra o impacto do turismo.

Essas áreas são destinadas ao manejo de cargas para exportação e importação. Tem equipamentos, tem correias transportadoras com balanço para alcançar o porão do navio.

Embaixo fala sobre o espaço para instalações, movimentação de embarque e desembarque de passageiros, sistema aduaneiro, sistema alfandegário, para permitir o desembaraço. Isso aqui é só um tópico geral.

Agora vem, então, onde estão os investimentos do Ministério dos Transportes por região. Primeiro, a região Norte. Aqui embaixo estão todos os Estados da região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. Tem na primeira coluna o que foi investido no PAC 1, que foram R$6,820 bilhões e, em 2011, que foram R$2,448 bilhões. Lembrem-se de que a primeira coluna corresponde a quatro anos, de 2007 a 2010, e 2011 é um ano só. Então, a tendência do PAC 2 é ter investimento maior do que o PAC 1. Os investimentos principais lá são a Transamazônica, a BR-319, Manaus–Porto Velho, a 364 no Acre. Aqueles círculos em Rondônia, que são travessias urbanas, estão lá em função do quê? Justamente naquela BR, a 364, grande parte da soja do Mato Grosso sobe até Porto Velho e depois escoa por hidrovia pelo Madeira. As travessias urbanas são para separar o tráfego de longa distância do tráfego local da cidade para evitar acidentes. Então, tem bastante tanto em Rondônia como emTocantins.

O que destaco, aqui, nos Estados da Região Norte, é o investimento no Acre, de um bilhão e, no Pará, dois bilhões. No Acre, é por causa da 364 e, no Pará, é por causa da Transamazônica.

Região Nordeste. O investimento global é de R$6,6 bilhões. Em 2011, R$4,193 bilhões. Destaca a 101 (litorânea), a 135 (no interior, pega Minas e pega o Piauí).

O destaque, em termos dos Estados, é Bahia, com R$1,6 bilhão, e Pernambuco, com R$1,3 bilhão. Para 2011, o destaque é a Bahia, com R$2,1 bilhões, por causa da ferrovia, que já começou a ser feita, de Barreiras a Ilhéus.

Esse quadro aí tem os investimentos não só em rodovias, mas também em ferrovias e hidrovias. É o investimento global do Ministério dos Transportes na região. O destaque da Bahia é por causa da FIOL – Ferrovia de Integração Oeste– Leste, que já começou e vai unir Barreiras a Ilhéus.

A Região Sudeste, R$7,2 bilhões. Para 2011, temos R$2,5 bilhões. Aí, está tudo coalhado em estradas. Minas Gerais é o destaque, com R$4,8 bilhões; São Paulo, R$1,4 bilhão. Os principais projetos são esses que estão aí. Vou deixar a apresentação e, aí, tem cada obra do PAC I e PAC II. Está tudo somado.

Na Região Sul, R$5,2 bilhões. Para 2011, R$1,9 bilhão. O destaque é a duplicação da 101, tanto em Santa Catarina, no Paraná, como no Rio Grande do Sul.

A grande diferença que há entre esse investimento e aquele das Regiões Norte e Centro-Oeste é que, aqui, como a malha está saturada, a gente está duplicando as rodovias e, nas regiões de fronteira, estamos implantando, fazendo pavimentações em pista simples, por enquanto. O destaque aqui é Rio Grande do Sul, com R$2,7 bilhões.

A última Região, Centro-Oeste, cinco e setecentos no PAC I e dois bilhões só em 2011. O destaque também aqui é a 163, que atravessa o Mato Grosso. A 163, na sequência, do Mato Grosso, entra no Pará e vai de Cuiabá até Santarém.

Muito bem. Aqui são os investimentos regionais e, como falei, esses investimentos são globais: envolvem rodovias, ferrovias e hidrovias.

Os mapas mostram as rodovias porque, senão, não dava para ver claramente o que é uma coisa e o que é outra. São muitas obras. Em seguida, vem um mapa só ferroviário. Esse é o mapa ferroviário. No mapa ferroviário, a gente coloca o Brasil como um todo para dar uma idéia de conjunto, para não quebrar. O sistema rodoviário, como é alimentador, é melhor visto por região. O sistema ferroviário, como é troncal, tem de ser visto no País como um todo. O grande eixo é o Norte-Sul, certo?

Os retângulos em azul é aquilo que já ficou pronto, que é aquele trecho Norte, subtrecho de Açailândia a Palmas. Embaixo, há o subtrecho Aguiarnópolis-Guaraí e, embaixo, Guaraí-Palmas, que foi inaugurado no ano passado.

A idéia é dar sequência a essa ligação Norte-Sul e, no planejamento, está até o Rio Grande do Sul, mas

no PAC II, o que tem de estudo é chegar com obras até Panorama. Com isso, vai fazer a ligação com a antiga Fepasa em bitola larga, ou seja, dá para ligar a bitola larga do Norte-Sul com a bitola larga do Estado de São Paulo até Santos, ou seja, vai ter uma ligação Santos-Itaqui, por ferrovia em bitola larga.

Complementando a Norte-Sul, há as ligações transversais. Aquela que falei antes, da Bahia, é aquela que sai de Figueirópolis, passando por Luiz Eduardo, Ibotirama, no São Francisco, desce para Brumados e vai até Ilhéus. Nessa daqui já começou a obra e se chama FIOL – Ferrovia de Integração Oeste-Leste, da Bahia.

A outra, que fica mais para cima, sai de Aguiarnópolis, vai para Eliseu Martins, Salgueiro, Suape, Pecém é a Transnordestina, também em bitola larga, articulando com a Norte-Sul. Mais ao Sul, há uma saída de Uruaçu para Mato Grosso, que vai para Sorriso, tendo em vista a área de influência da soja, que vai ser uma alternativa a mais para trazer o grão do Mato Grosso para unir para os portos.

Esse sistema viário ferroviário vai mudar toda a logística atual. Em vez dessa carga do Centro-Oeste, por exemplo, se dirigir a Santos, ela tem como opção se dirigir aos portos da Região Norte e Nordeste, ou seja, em vez de congestionar as Regiões Sul e Sudeste, abre fronteiras novas.

Quer dizer, a carga já está ao Norte, só que, em vez de ela ter de dar a volta para descer, ela continua na região em que ela está e vai para os portos das Regiões Norte e Nordeste. Inclusive de lá é até mais fácil para exportar para a Europa. Bom, então esse é o sistema ferroviário, que é o grande avanço que teve o PAC I e que vai dar sequência no PAC II.

Aí vêm os corredores hidroviários a que o Fialho também fez referência. Essa é a novidade do PAC II. Como falei, os investimentos em hidrovia vão multiplicar por dez, tirando a eclusa de Tucuruí, que é uma obra pontual.

Aí a visão de corredores. Por que a visão de corredores? Porque vão abstrair a idéia da hidrovia em si e dos terminais que têm em cada hidrovia. É o conjunto que interessa. Ou seja, o corredor envolve a hidrovia e os terminais que estão em volta dele, que é o que vai alimentar o transporte hidroviário. Então, temos o corredor do Solimões-Madeira, corredor do Tocantins, corredor do São Francisco, corredor Paraná-Tietê, corredor do Mercosul, Paraguai e Itapajós. Em seguida, vamos ver cada um deles.

Esse e o corredor Solimões-Amazonas-Madeira. O que estamos destacando aí? São as ligações intermodais. Então, as ligações intermodais são estas: Humaitá, onde vai ser feito o novo terminal; Porto Velho, onde tem o porto antigo que vai ser reequipado e vai ser construído um novo porto, Porto Velho. Essas cores indicam medidas de curto prazo e médio prazo. O amarelo ou que tende a ser amarelo, o de baixo, o porto antigo de Porto Velho, é ação imediata este ano; os outros começam no ano que vem.

Lá em cima, tem Manaus, tem Itacoatiara, Santana em Macapá, no Amapá, e Santarém. Esses são os terminais que fazem interligação do sistema rodoviário com a hidrovia. Então, ao lado de cada terminal desse tem as interligações. Algumas já existem e alguns acessos têm de ser construídos. Por exemplo, Humaitá, o novo terminal; tem de plantar o acesso rodoviário com a BR 319-230.

Santarém é uma conexão entre a navegação fluvial e navegação de cabotagem de longo curso. É integração entre os dois modos.

O próximo corredor, por favor. Itapajós. É o que tem Miritituba e Santarém. Miritituba interliga com a 163 e a Transamazônica; Santarém, com a 163.

Tocantins. Tocantins, aquele lago que tem abaixo de Tucuruí é o lago de Tucuruí. Ele praticamente chega a Marabá, e Marabá tem integração com a Transamazônica e com a própria ferrovia Carajás da Vale e com a hidrovia que foi criada agora, depois da construção da eclusa. Eu diria que Marabá é uma plataforma perfeita em termos de logística. Ela tem uma rodovia pavimentada, que é a Transamazônica, uma ferrovia de excelentes condições, que é a ferrovia Carajás e a hidrovia do Tocantins, que, com a eclusa de Turucuí, vai permitir a navegação franca.

Imperatriz também. Imperatriz é onde passa a Norte-Sul. Também é uma interligação com o sistema Tocantins. Então, a gente procurou destacar exatamente os terminais que fazem integração modal entre o sistema rodoviário e ferroviário com a hidrovia para fazer a alimentação do sistema. Lá chegando, em cima, têm os portos de Vila do Conde, Belém e Outeiro, que é onde faz a exportação por longo curso.

São Francisco. São Francisco é a navegação entre Pirapora, ao Sul, e Juazeiro-Petrolina, ao Norte. Essas são as obras previstas nos terminais, que incluem Ibotirama e Bom Jesus da Lapa.

Em Bom Jesus da Lapa, vai fazer integração com a FIOL, aquela estrada de ferro de integração no Oeste-Leste, além da 349, que é a BR. Então, lá também vão ter três modalidades. Vai ter modalidade hidroviária, cruzando com a rodoviária e a ferroviária.

Tietê-Paraná tem todas essas interligações previstas ao longo do rio Paraná. Atualmente, está-se estudando um sistema de cooperação com o Estado de São Paulo para incrementar o uso do rio Tietê. Bom, esse rio é diferente de todos os outros. Todos os ou-

tros chegam na costa e vão para o porto. Esse para antes de São Paulo; tem de fazer uma integração ferroviária antes de chegar a Santos, porque o rio corre para o Paraná.

Então, essas obras são feitas em cooperação com as concessionárias ferroviárias, porque a idéia é fazer o transbordo da hidrovia para a ferrovia, já que a hidrovia não vai a Santos. Tem de fazer o transbordo ferroviário antes de chegar em São Paulo. A grande vantagem desse sistema funcionando é que se retiram caminhões da cidade. Na medida em que se coloca na hidrovia e depois na ferrovia, retira do tráfego urbano, do Rodoanel lá de São Paulo.

Bom, esse é o corredor do Mercosul. O Mercosul, porque tem área de influência uruguaia. Inclusive, no mapa está desenhada uma Ruta 5, lá, que é o Uruguai, e dois rios uruguaios. Naquela região, tem muito arroz. Qual é a ideia? É usar o transporte hidroviário. Sobe pela Lagoa Mirim, chega a Rio Grande. Em vez de aquela carga que hoje vem de caminhão e sobe pelo Brasil todo de caminhão vir dessa forma, em Rio Grande pega-se o navio da cabotagem e se abastecem os mercados de arroz, por exemplo, sem precisar usar as estradas. Essas são as integrações todas do Sistema Mercosul.

Pronto. Coisa do Paraguai. A mesma coisa. Lá tem muito tráfego de minério da região lá da Bolívia, para exportação, passando pelo rio Paraguai. E tem carga brasileira também, que sai da região de Corumbá e Ladário. A previsão é subir até Cáceres de forma navegável. É uma opção a mais para transporte de soja também.

Próximo. Bom, tirando os corredores, agora vem os terminais, que são os terminais que o próprio Fialho também comentou. Aí estão alguns terminais. São terminais que independem dos corredores. O objetivo aí não é de transporte de massa, como foi falado antes em termos de corredores hidroviários, mas é atendimento às populações locais. Como na região amazônica o transporte natural é o hidroviário, até para transporte de passageiro, o que falta é dar terminais seguros e eficientes para aquelas localidades.

Então, esses são alguns terminais previstos na Região Amazônica. Na verdade, no PAC II – eu tenho aqui um quadro suplementar –, além desses, entraram mais quatro terminais no Acre, 12 no Amazonas, 13 no Pará e 5 em Rondônia. Aí, totaliza esse número grande de terminais que independem de corredores. É um atendimento local às populações.

Muito obrigado. Esses são os investimentos do Ministério dos Transportes. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Dr. Miguel pela sua brilhante apresentação.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. José Adilson Pereira, Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo, em homenagem à minha querida amiga, Senadora Ana Rita.

O SR. JOSÉ ADILSON PEREIRA – Senador, bom dia a todos.

Gostaria de agradecer o convite à Intersindical, ao senhor e à Senadora Ana Rita, que tem debatido conosco e tem estado muito preocupada com o desenvolvimento do Espírito Santo e nos convidou para fazer uma exposição.

Quero parabenizar toda a Mesa pelos expositores anteriores. Nós estamos num momento muito positivo no País, no qual se vê o trabalho que o Dr. Fernando Fialho realiza, coordenando a Antaq, e se vê a Secretaria Especial de Portos também, analisando toda essa problemática que estamos discutindo aqui e buscando solução. Então, acho que esta audiência vem num bom momento pra ajudar a integrar mais ainda todos os atores, para buscarmos solução de infraestrutura e de atendimento ao turismo.

Aí, até por ser uma questão e fazer parte de uma região, vou trazer uma apresentação que vai tentar trabalhar um pouquinho primeiro a questão da mão de obra portuária. Depois, um pouco da filosofia que nós temos de infraestrutura portuária, e abordaremos como foi realizada essa questão do turismo lá no Espírito Santo.

Por favor. Eu precisaria, depois, de uma caneta para poder trabalhar.

A Intersindical é uma organização sem fins lucrativos, que representa os sindicatos da orla portuária no Espírito Santo, que são esses sindicatos. Ela tem a função de integrar toda a ação dos trabalhadores portuários e nada mais é do que a semente de um sindicato único na orla portuária, no Espírito Santo.

Por favor. Ela surgiu como um movimento nacional em defesa dos portos, exatamente quando foi debatida a Lei nº 8.630 e teve a missão de ser referência nacional nas relações de capital e trabalho no País. Ela se transformou em Intersindical exatamente para fazer toda a negociação e toda a ação dos trabalhadores portuários na implantação da Lei nº 8.630.

E aí a gente se coloca à disposição. E temos nos colocado para a SEP, para o Ministro Leônidas Cristino, bem como para a Antaq e para a Marinha.

Como sempre, o Espírito Santo como um porto piloto de ações, das várias ações governamentais, de melhora da infraestrutura portuária. Por que isso? Porque, no Espírito Santo, evoluímos muito na relação

capital e trabalho. Quando o Dr. Fernando Fialho coloca lá, da relação de tentar trabalhar os trabalhadores multifuncionais, desde 1999 nós já trabalhamos a multifuncionalidade. É onde a convenção coletiva, na sua sexta geração, já evoluiu muito, em todos os pontos que a Lei nº 8.630 determina, como o dimensionamento do quadro dos trabalhadores, como a forma de acesso, como a multifuncionalidade. E, na redução, na discussão de custo, reduzimos o custo portuário de mão de obra em torno de 60%. Porque tivemos a filosofia de quê? Você tem de ter uma mão de obra qualificada, com um custo mais baixo, para atrair movimentação de mercadoria. Até pela concepção de avulso, que só recebe quando trabalha, se você não tiver carga, o seu trabalho não representa muito em termos de remuneração. Então, nós conseguimos ter uma integração onde a convenção coletiva – as convenções coletivas que houve ao longo do tempo sempre são assinadas por todos os sindicatos. Eu, como Presidente da Intersindical, coordeno todas as negociações de todos os trabalhadores. Então, há uma integração muito positiva de todos os trabalhadores portuários.

Estamos caminhando para uma única categoria, para um único trabalhador portuário, e multifuncional. O que hoje precisa evoluir em termos de mão de obra? A implantação da 137, porque lá, como a gente conseguiu um resultado muito positivo em termos do processo de negociação, com a garantia de remuneração básica, Dr. Fialho, eu acho que se resolve um conflito que nós temos entre a forma de trabalho vinculado e a forma de trabalho avulso. Porque aí dá uma tranquilidade para os trabalhadores, para não ter o problema do vínculo e não ter essa discussão de o trabalho avulso e o vínculo empregatício. Nós já conseguimos lá ter uma integração positiva que dá para ir encaminhando todo ano, fazer um censo das duas formas de trabalho, permitindo que isso aconteça. Desde que proteja o avulso em sua garantia de remuneração. E garanto que no Espírito Santo, a implantação dela, o custo para o setor patronal seria zero, porque a média dos trabalhadores na sua remuneração é positiva, porque nós temos um dimensionamento de quadro correto dos trabalhadores portuários, que permite ter um quadro extremamente trabalhado e pensado para as requisições de mão de obra e para atender todos os terminais que utilizam a mão de obra.

E uma curiosidade no Espírito Santo: quando o Dr. Fialho apresentou a questão do porto organizado e os terminais privativos, a remuneração dos trabalhadores portuários do Espírito Santo vem em torno de 55% dos terminais privativos fora da área do porto organizado. Então, por isso tudo é que a gente diz que o Espírito Santo é um bom estudo de casos para implantação da Lei nº 8.630 e para todos os projetos que o Governo tenha para discutir essa questão portuária, porque eu não sei se existem no Brasil, eu creio que – já vasculhei tudo isso junto com as federações – trabalhadores portuários avulsos que trabalham ainda fora da área do porto organizado. E aí evoluiu o vínculo empregatício, evoluíram outras relações de trabalho. Então, isso nos permite ter uma condição positiva. E aí, resolvendo bem a relação capital e trabalho, tendo a mão de obra que tem um custo muito positivo, tendo uma mão de obra organizada na sua qualidade, no seu treinamento, com ajuda da Marinha, que também é parceira no Espírito Santo, em termos de todos os trabalhos que nós realizamos, nós conseguimos desenvolver um trabalho muito mais positivo no sentido de que o papel dos sindicatos, da estrutura sindical, não é só pura e simplesmente para discutir a relação capital e trabalho. Aí vem o que foi implantado na Lei nº 8.630, que é o Conselho de Autoridade Portuária, que a Antaq fez um esforço tremendo para melhorar a qualidade da intervenção dos atores, qualificar, já teve seminários da Antaq para isso. E eu, José Adilson, sou membro do CAP do Espírito Santo, coordeno três Comissões, uma de tarifa, uma de relações de trabalho e a outra de treinamento no Conselho de Autoridade Portuária.

Então, permitiu aos trabalhadores do Espírito Santo sair da relação capital e trabalho, discutir simplesmente os acordos coletivos e ir discutir a política portuária. Sendo assim, então, vamos levantar alguns pontos que a gente acha interessante.

Por favor. Aí está, e aí eu trouxe a figura, a vista aérea de Vitória, para a gente poder debater, levantar algumas questões que nós pensamos. Veja bem, tudo isso é a vista aérea de Vitória. O Porto de Vitória fica exatamente aqui nesse canal. Talvez a embarcação tenha que entrar por todo esse canal. Aqui é o nosso terminal de contêiner, aqui é o todo o Porto de Vitória. Quando um cruzeiro vem, ele para aqui. Então, dá para ver bem, nessa figura, a questão da área de porto organizado. Onde está a área de porto organizado no espírito Santo? Exatamente um triângulo pegando toda essa situação toda aqui, ou seja, um canal, áreas abrigadas, exatamente como foi toda a concepção de construção de portos no País ao longo do tempo. Do mesmo jeito que aqui, antes, se embarcavam minérios e evoluiu para essa ponta de Tubarão, exatamente aqui está o terminal de Tubarão, que exporta minério, e aqui o terminal de produtos siderúrgicos. Mole faz parte da área do porto organizado, e a bacia de evolução, porque foram construídos com investimento do Governo. Mas os terminais são fora da área do porto organizado. Então, do mesmo jeito que o minério saiu

daqui e veio trabalhar aqui, para ter águas profundas, esse é o grande debate.

Toda a discussão do PAC, toda a discussão que a Antaq e SEP têm feito é, primeiro, melhorar nossa infraestrutura portuária. Quando se fala do programa de dragagem, nós temos que tentar otimizar toda a estrutura que nós temos, com o melhor calado possível, para atender melhor as embarcações com a estrutura que nós temos . E muito do PAC 1, veio isso na nossa visão na questão portuária, foi trabalhado exatamente para poder melhorar as infraestruturas existentes. Quando a gente fala de melhorar dragagem, é mais um futuro que vai ser, como vai ser o transporte no futuro.

Peço para passar outro *slide*, e depois retornar.

Essa é uma figura que todo mundo usa. É a mais simplória delas. Naquele canal, só entra este navio aqui, que é em torno de mil a 2.500 TEUs de movimentação. Então, esse é o grande problema nosso de infraestrutura portuária. Nós já estamos com o Hamburg Süd trabalhando, e trazendo navios para trabalhar nesse patamar, ou seja, nesse patamar, esse navio não entra naquele canalzinho de Vitória, como não entra nas várias áreas de porto organizado do Brasil.

E aí vem o esforço do Governo de melhorar a dragagem, para que a gente possa atender á carga do futuro, que é o contêiner ,e o nosso País trabalhar isso de forma positiva.

O Espírito Santo, nosso Estado, é vocacionado para a logística. Se nós não trabalharmos essa infraestrutura, ficaremos fora de operar com os navios maiores, exatamente naquele canal. Esse é o nosso problema. Aqui só entra aquele navio de 2.200 TEUs.

Essa é grande discussão da infraestrutura no País da questão portuária. Por isso a gente tem a tese de discutir que o Governo deveria trabalhar muito a ampliação da área de porto organizado, e até com a visão de olhar a costa brasileira. Com certeza, a Antaq e a SEP estão vendo isso, e reservar áreas para construir portos de águas profundas, portos que possam trabalhar com aqueles navios de contêiner de maior profundidade, de maior calado. Esse é o grande pensamento que nós temos para o futuro.

Os trabalhadores portuários do Espírito Santo fizeram uma proposição de porto. Então, veja bem. Até chocou todo mundo, quando os trabalhadores portuários fizeram uma proposta de porto de águas profundas. E fizemos uma proposição de um porto exatamente nessa área, porque aqui há ,num patamar muito curto, vinte metros de profundidade.

Então, nessa discussão de política portuária, saindo da relação capital e trabalho, fizemos uma proposta de porto. Debatemos isso pesadamente, exatamente para melhorar a nossa infraestrutura portuária.

Está aí a Senadora Ana Rita, que tem acompanhado todos os debates sobre essa questão.

Esse projeto hoje está aqui. Ele não foi feito nessa concepção, mas numa outra concepção que os trabalhadores realizaram, um porto público que não impeça investimento privado, absolutamente, que não seja obrigado a ter mão de obra pura e simplesmente portuária, que isso seja um processo de discussão, até porque nós trabalhamos fora da área do porto organizado e temos 50% da nossa remuneração, mas que venha a atender a movimentação de contêiner e todo o complexo portuário do Espírito Santo na sua logística.

Então, esse debate extrapola para o que estamos discutindo também sobre a questão do turismo. Por quê? Se a gente tem a nossa infraestrutura, chegou aí uma grande oportunidade, apresentada muito bem pela associação que congrega os cruzeiros marítimos, de turismo, e nós não estávamos totalmente preparados, não estamos preparados para essa situação. O Governo já veio aqui, tanto a SEP quanto a Antaq, e mostrou todos os seus esforços para a gente poder trabalhar. Eu acho que já está dando resposta a todos os anseios que temos para resolver essa questão. Mas esse é exatamente o problema que temos.

Então, essa é a nossa visão. Acho que temos que trabalhar o futuro, qual vai ser a nossa infraestrutura para atender os portos, e a gente acha que tem que ter uma política pública mais bem definida para isso. E uma coisa que é importante no papel da Antaq e da SEP é que estamos construindo o que não existia antes: uma política nacional portuária mais bem definida. E o Dr. Fernando Fealho, quando faz sua apresentação, coloca todo o delineamento dos problemas disso tudo. Então, isso é extremamente importante. Por isso, reforço que essa audiência é muito positiva.

Vamos, então, para a parte do turismo.

Busquei alguns dados sobre o que foi o Espírito Santo nessa questão da movimentação do turismo – e aí pegando com a Secretaria de Turismo.

Cinquenta e cinco mil passageiros transitaram por Vitória, nessa última temporada. Foram 31 escalas de navios atracados no Porto de Vitória, com duas internacionais.

(Próximo)

Cerca de 55 mil passageiros, 9,320 mil embarques, 8,9 mil desembarques, 36 mil passageiros em trânsito, em Vitória. Partidas e chegadas ocorreram no Armazém 5.

Então, foi um *boom* a situação a que chegou, e a gente teve que debater.

(Próximo)

Não foi vista aí nenhuma ocorrência negativa em relação a isso e, pelas pesquisas, todos que passaram tiveram uma boa impressão de Vitória.

(Próximo)

O embarque no Porto de Vitória permitiu ao turista o pernoite, porque a embarcação chega lá e fica durante a noite. Então, permitiu que o turista saísse e conhecesse Vitória, que desfrutasse das ações noturnas. E também ajudou uma coisa, porque antes quem estava no Espírito Santo tinha que sair para outro Estado para poder embarcar num navio de cruzeiro. Diminuiu custos, reduziu o preço dos embarques, facilitando muito o turismo também, e isso teve um incremento muito positivo.

(Por favor)

Vitória é um lugar privilegiado, bonito, dá para trabalhar muito bem isso, apesar de não estar nos sete portos escolhidos. Mas, com certeza, as embarcações vão chegar e vão transitar pelo Brasil. E aí todo mundo vai ser muito bem atendido por isso, e temos que estar preparados para isso.

(Por favor)

Olha a integração que tem que ser feita para poder atender todo esse *boom* da situação que chega. Ou seja, todo mundo tem que estar integrado para poder buscar a ação de atender essa nova movimentação. Então, isso faz com que tenha que haver uma sinergia muito positiva para poder atender esse movimento de turismo que chega.

(Próximo)

Aí estão algumas fotos para vocês verem onde atraca o navio em Vitória – exatamente onde eu tentei mostrar, naquela figura anterior.

(Por favor)

Problemas existem, e aí posso falar do ponto de vista do morador de Vitória, do turista – porque eu também já fiz um cruzeiro e aconselho a todo mundo a fazer isso, se puder –, e do ponto de vista do membro do Cape, que está discutindo os problemas da autoridade portuária na hora em que coloca o navio. Então, um dos pontos que a gente trouxe de curiosidade em relação a isso.

(Por favor)

Aí vou tentar ver se ela consegue rodar lá YouTube. Isso é uma pessoa da cidade fazendo uma denúncia no YouTube, falando: – Olha o esgoto na baía de Vitória. Ou seja, se nós vamos receber um navio de turismo, nós temos que preparar o nosso município e a cidade, para poder mostrá-los bem ao turista. E aí um companheiro lá da cidade mostrou o esgoto saindo na baía de Vitória. Então, isso é um problema, porque temos que nos preparar para receber em nossa casa. Temos que ter cuidado com isso aí. Olha só, o navio está perto exatamente de onde o esgoto está chegando. Vocês vão ver que vai rodar e vai aparecer o navio lá atracado. É bom que vocês ficam conhecendo um pouquinho do canal de Vitória, olhando isso aí.

Então, essa é uma questão. É um problema que todos têm que pensar, em como vão receber o turista, do ponto de vista de cidade.

(Vamos para frente.)

Aí é um outro problema. É muito bom ter uma sensibilidade e tudo, mas, quando chega um cruzeiro, é uma demanda na cidade tremenda. Quem está aqui neste ônibus ou quem está aqui diz:

"Pelo amor de Deus, como atracaram o cruzeiro aqui, inviabilizaram a nossa vida?" Então, junto com todas as oportunidades vêm os problemas. E isso é um problema claro. Essa via aqui, há a continuidade lá atrás disso aqui. Com certeza, foi num momento em que estava vazio para mostrar toda a estrutura de táxis, de ônibus, de vans que têm que parar ali, mas, na hora de pico, olha o que acontece, olha a embolação que há. Esse é um problema.

Próximo, por favor. Aí, algumas coisas que a gente discute no Conselho de Autoridade Portuária em relação a isso. A primeira questão é que paralisa um berço de movimentação de carga. Então, do ponto de vista do operador portuário, ele não mandar entrar o navio, porque o cruzeiro tem preferência de atracação. Não dá para chegar o cruzeiro e ficar lá fora esperando. Não existe essa possibilidade. Então, ele chega e já tem que ser atracado. E o operador portuário fala: "Pelo amor de Deus, e eu? Já tenho, com todos os problemas de infraestrutura portuária, que movimentar... Isso vai aumentar ainda o custo Brasil, o custo de nossas cargas".

Então, esse é um conflito real: há uma redução da oferta de trabalho dos portuários. Porque se tivesse o navio de carga, o trabalhador portuário estaria lá fazendo a sua faina, realizando seu trabalho. Quando se retira ele, tira-se isso. Então se tem uma série de ganhos, como foi muito bem colocado e é muito produtivo, e se tem um problema quando se tira o trabalho...

Vocês viram a figura que foi passada ainda há pouco, do porto de Salvador, se não me engano, com vários navios. Parou o porto em termos de movimentação de mercadorias naquele momento. Para quem está dentro do porto isso é um problema. Ele diz: "Pelo amor de Deus, como fazemos isso?"

Sobre isso, o Fernando Fialho colocou muito bem sobre a necessidade da integração e da construção de novos terminais.

Uma outra questão, a receita da tarifa. Fui buscar na Codesa quanto se paga por um cruzeiro. Não chega a dois mil reais a sua atracação. Então, sob o

ponto de vista de tarifa, é um debate que tem que ser feito, porque para a autoridade portuária, para a Codesa, do ponto de vista da empresa, não seria positiva a entrada do navio. Do ponto de vista do Ceumar, do social, de tudo que vai trazer de bom para a sociedade, é muito positivo. Mas esse conflito existe. Então isso tem que trazer também para a empresa uma situação positiva.

Outro problema é quando não se resolve a questão de um berço, de um terminal de turismo específico, você tem um problema de barulho. Agora isso eu também vi na Argentina, como quando MSC Opera atracou no terminal de contêiner, um *hit stack* lá funcionando, acordou todo mundo. Ou seja, onde a gente não tem preparação para isso, estamos com a movimentação de carga logo do lado. E esse é um problema que temos que resolver, porque o turista vai ser acordado com o barulho de guindaste, com o barulho de empilhadeira, com barulho de toda movimentação. Isso é um problema.

Próximo. Agora o problema é o conflito entre o navio de cruzeiro e carga. Acho que, como a Antaq coloca, quando forem construídos os terminais para turismo disso vai melhorar um pouco.

Vitória. Então tem uma proposição de se construir um terminal que atenda a isso. Se vocês observarem aqui é a terceira ponte, naquela foto inicial tinha a fonte, na foto de cima, via-se a ponte, seria logo perto da entrada aqui construído um terminal, um terminal baseado aí no MSC Opera que, com certeza, não giraria naquele canalzinho lá em frente ao porto de Vitória. Então, atenderia navio de maior porte, estaria fora do tráfego mais urbano da cidade. Então a gente vê que é exatamente o que foi apresentado pela Antaq. Essa é uma das soluções: criar-se condições claras.

Agora, para finalizar, Sr. Presidente, uma discussão que se tem é se o terminal se paga para isso aí. Então está aí a localização.

Próximo. Dentro disso aí, a CDV fez até uma proposição – por favor, tente rodar a matéria do YouTube –, que é o Cais da Artes, que é a integração não só dessa questão do cruzeiro com ações efetivas da cidade para atender o turista, para pode que, já que é um período curto, ao longo do ano, o investimento possa se pagar e valer.

Era isso que tinha para falar. *(Apresentação de matéria do YouTube)*. Aí é o exemplo do que seria o Cais da Artes, exatamente naquela área que foi apresentada. Essa é a contribuição que a gente traz. Creio que estamos num momento extremamente positivo, em que os atores todos estão trabalhado muito pra tentar atender essa demanda, que é muito positiva. Toda vez que há uma situação dessa, também vêm os problemas para os quais temos que buscar solução.

Muito obrigado, espero ter contribuído.

Uma questão, Presidente, a Intersindical da Orla Portuária dos Trabalhadores do Espírito Santo está à disposição como um estudo de caso para aprofundarmos questões como essas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado.

Como último palestrante, dou a palavra ao Dr. Ricardo Martini.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, em nome do Ministério do Turismo, é um privilégio estar nesta Mesa e discutir. O turismo ficou para o final. Nada mais justo, porque é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Nosso enfoque aqui não é só os cruzeiros, que apresentamos na última audiência, mas também a concepção de turismo náutico. O turismo náutico não se faz só com os cruzeiristas; nós temos hoje o movimento forte do turismo interno. Então vou trazer rapidamente – o tempo é exíguo – alguns conceitos que estamos trabalhando no Ministério do Turismo.

(*Apresentação de slides*.)

Repito este *slide*, que é importante. Quando se fala em turismo, se fala em toda uma cadeia; aquela ponta do *iceberg,* retomo a discussão, são os nossos prestadores de serviços turísticos, um trabalho intrínseco ao turismo. Mas ao falarmos de turismo estamos falando também de toda aquela parte que fica abaixo do nível da água, da movimentação da atividade econômica.

O Brasil então tem mais de 35 mil quilômetros de vias internas navegáveis, clima ameno. E tivemos essa liberação a partir de 1995 na cabotagem; a partir daí foi que tivemos um incremento na área considerada também de turismo, o que permitiu a cabotagem.

Para o ministério, a conceituação do turismo náutico são embarcações náuticas com finalidade de movimentação fluvial, em represa, lacustre e marítima. Hoje trabalhamos não só com as grandes embarcações e megaiates, mas também pequenas e médias embarcações. Isso é muito importante porque temos toda a Amazônia hoje trabalhando inclusive com rotas integradas com outros países.

Eu participo da OTCA, que é a organização do tratado de cooperação amazônica, já estamos com três circuitos, desses três circuitos internacionais dois são aquaviários.

Aqui trago um *slide* do índice de competitividade do turismo no Brasil. Hoje nós temos que avançar, estamos naquela faixa intermediária, o Brasil é um destino

bastante procurado, porém nós temos que incrementar não só a infraestrutura, mas também a qualidade dos serviços. Temos que aproveitar esses grandes eventos que virão para o Brasil que vão colocar o Brasil em exposição mundial. Sabemos que durante os grandes eventos não se aumenta substancialmente o fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil, mas a decorrência de bom atendimento, da atratividade e do conhecimento que esse turista terá do Brasil poderá trazer, reverter para um bom quadro de viagens futuras.

Perfil do turista náutico: quando falamos do turista náutico, não estamos colocando o cruzeirista; estamos colocando aquelas mais de 25 mil embarcações que hoje navegam pelo mundo; a maioria entre 40 e 50 anos de idade, com poder aquisitivo elevado; ele acaba tendo um gasto muito grande em terra; ele se interessa pela questão cultural, pelo esporte. Nós conseguimos avançar nisso a partir de um decreto que permitiu a permanência por dois anos renováveis por mais dois anos da embarcação estrangeira.

Anteriormente, Presidente, nós tínhamos aqui uma contingência: a embarcação estrangeira podia ficar apenas três meses no País. Tivemos aqui uma extradição à época: o presidente mundial da Basf não quis deixar o seu barco sob pena de arresto, então foi extraditado do País. Naquele período ele podia permanecer apenas três meses com o seu barco.

Com o turista náutico, como é que funciona? Ele traz sua embarcação para o Brasil, e essa embarcação ele vai utilizar por 10, 15 dias.

Ele volta para o seu país de origem e amigos ou conhecidos vêm e utilizam essa embarcação para fazer um outro trajeto. E essa movimentação é muito importante. Por quê? Porque move a indústria hoteleira, o transporte, o receptivo, o provisionamento. E cada barco desse ancorado tem um gasto médio de US$2 mil por dia quando está sendo utilizado, e pressupões, no mínimo, três empregos diretos, só para cuidar da embarcação.

Então, é muito importante que o Brasil se abra para esse turismo, porque nós estamos sendo hoje considerados um dos pulmões verdes para essa área. Porém, a Croácia e também a China, por exemplo, já estão se preparando celeremente para receber esses turistas. E nós temos algumas contingências, hoje.

Mais um, por favor.

Aqui, os principais destinos. Nós temos lá a América do Sul, com 1,8%, enquanto, no Caribe, estamos com 56%. E também a origem – esta apresentação vai ficar à disposição –, demonstrando que o Caribe é muito próximo do Brasil, e nós poderíamos utilizar, em função das rotas... A rota natural... Se nós largarmos uma garrafa de água com rolha lá na África, ela virá bater aqui na nossa costa. Então, essa é uma tendência. Aquela rota, observa-se – ali está um pouco escuro –, mas a rota natural dos barcos que saem da Europa para o Caribe, eles passam proximamente a Fernando de Noronha e não vêm para o Brasil. Por que eles não vêm para o Brasil?

Ontem, fizemos esta apresentação para o Ministro do Turismo, que hoje à tarde estará aqui na Comissão da Câmara, também de Turismo, e ele fez esta pergunta: "por que não vêm para cá?". O Ministro, como maranhense, querendo saber por que não chegam ao litoral do Maranhão.

Porque nós temos alguns problemas de deficiência na infraestrutura do nosso receptivo. Um barco estrangeiro, para chegar aqui, às vezes leva 48 horas para fazer a internação, porque ele tem de ir à Polícia Federal, ele tem de ir à Anvisa, ele tem de ir à Receita. A nossa proposição é de que tenhamos alguns pontos com uma espécie de SAC, um serviço de atendimento a esse cliente, em que ele possa agendar, via Internet, já que esses barcos todos têm acesso, e tenha lá esse trabalho sendo feito concomitante.

Aconteceu neste verão que um turista alemão chegou ao litoral de São Paulo, ele vinha diretamente, navegando, parou seu barco e desceu com um dinger, um barco menor, para a beira da praia e pediu a um rapaz: "Olha, cuida do meu barco que eu vou cuidar aqui dos meus documentos" e tal. Até agora ele está procurando o seu dinger e as coisas do seu barco internamente, porque realmente falta-nos hoje a capacidade de nos integrarmos a essa rede. E é muito fácil, não são investimentos estratosféricos. É fazer o que estamos fazendo através do GT Náutico, junto com a maioria dos parceiros que estão aqui presentes nesta Mesa.

Pode passar mais um, por favor.

O mercado alvo, então, é o Sul e o Sudeste, notadamente a Região Sul, o Mercosul. Nós temos hoje... Sou natural do Rio Grande do Sul, por exemplo, e Porto Alegre é uma das cidades que têm um bom fluxo da vela. Hoje, temos uma movimentação Punta Del Este/Porto Alegre em iates, por exemplo. Depois, o Nordeste do Brasil já atinge esse público norte-americano e o público europeu.

Através desse Decreto nº 5887 foi que houve a permanência por dois anos. A partir de então, começamos a divulgar isso no exterior, principalmente nos grandes eventos internacionais. E, pasmem os senhores, havia pessoas que diziam assim: "Por que vou levar meu barco para a Bahia, no Brasil, se lá tem geada, se lá tem frio?". Existia essa falta de informação. Era decorrência dessa falta de informação. Hoje,

então, sabe-se que o Brasil tem um clima ameno durante todo...

A idéia do Ministério é de que tenhamos – e poderemos usar isto – a Copa do Mundo como um exercício para que tenhamos, futuramente, embarcações o ano todo no Brasil, embarcações de cruzeiro durante todo o ano. Por quê? Porque é, justamente no período da Copa, a alta temporada na Europa. Esses navios estarão na Europa e será uma dificuldade trazermos eles para o Brasil. Não é tão fácil assim, porque eles estão...

Eu participo do Comitê das Olimpíadas, por exemplo, e no dossiê que apresentamos ao Comitê Internacional nós complementamos a hotelaria do Rio de Janeiro pensando nos navios de cruzeiro. Porém, nós não temos nenhum contrato assinado com armador, porque esses navios estarão na alta temporada na Europa.

Porém, como hoje a indústria fabrica cada vez navios maiores, estão sobrando – não exatamente sobrando –, navios de médio porte, de mil ou mil e duzentos passageiros. È interesse nosso trazer esses navios inclusive para a Amazônia. Para os senhores terem uma idéia, existe uma operação *back to back* no porto de Manaus. São três mil e duzentos passageiros que desembarcam do navio de cruzeiro, embarcam em voo fretado *charter*, chegam a fechar o aeroporto de Manaus. Esses passageiros que vêm da Europa e Estados Unidos, embarcam ali, fazem a troca nesse modal. Isso ocorre em novembro, uma vez por ano.

Próximo.

Impactos econômicos. No caso desses barcos, eles geram esses empregos, a média de gastos é de US$3 mil por mês a mais. Os turistas deixa, em média, US$130 por dia nas escalas. Então, há destinos para o quais colocaram *charters*. São as empresas que fazem locação de barcos, Seychelles, San Martin, por exemplo. Há 80 barcos de *charters* lá, as grandes companhias que fazem esse tipo de serviço. Isso corresponde a quase catorze milhões de euros por ano em renda, ou seja, é o que traz esse tipo de turismo.

Próximo.

Avanços do GT Náutico. A instalação através de portaria do GT Náutico foi um grande avanço para a área. Hoje, temos na esfera pública e junto à iniciativa privada um fórum de discussão. A cada dois meses realizamos essa reunião, já passamos por diversas cidades do País, desde Florianópolis a Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, Búzios, Santos e outros. Realizamos também em Brasília. Nesse grupo, tivemos a participação do Ministério no gerenciamento costeiro, que é muito importante, no próprio CIRM, dos recursos marítimos, o Proantar. Para os senhores terem uma idéia disso, o Decreto nº 7381 estabelece que quaisquer embarcações que transitarem na Antártica para turismo deverão pedir autorização prévia através do Ministério do Turismo e da Marinha brasileira. Isso porque somos signatários de um tratado internacional que pressupõe que saibamos quais os barcos que estarão ingressando no ambiente antártico. Isso é para a nossa segurança porque nós, como signatários, temos que prestar socorro, como aconteceu nessa temporada por exemplo.

A Lei nº 1177108, chamada Lei Nacional do Turismo, já dispõe que, na política nacional do turismo, esse segmento deverá ser atendido pelo nosso plano nacional de turismo. E o Decreto nº 7381 nominou as diferentes modalidades entre longo curso, misto, de cabotagem, estabelecendo que os roteiros deverão ser previamente informados ao Ministério do Turismo. Por que isso, senhores? Porque temos hoje uma capacidade de carga nos destinos e devemos ordenar a utilização sob pena de matarmos, como falamos no turismo, a galinha dos ovos de ouro, que é o meio ambiente. Como foi demonstrado aqui, temos que ter um profundo cuidado com o ambiente já que essas embarcações causam um grande impacto também.

Próximo.

Há o PanSec. Trabalhamos com o Ministério do Trabalho, 3200 vagas para a capacitação na área náutica. Está faltando apenas a publicação do edital. Isso vai trazer aquela população em vulnerabilidade social para uma capacitação, e isso é muito importante no nosso litoral. Então, isso vai desde uma costureira de vela até o garçom que pode trabalhar dentro de uma embarcação. Por essa razão, é muito importante essa nossa associação com o Ministério do Trabalho.

Apoio à realização de eventos náuticos – regatas, eventos náuticos internacionais.

Próximo.

Trabalhamos hoje com muitos destinos, esses destinos estão entre os 65 destinos prioritários dentro do Ministério. Temos alguns eventos nacionais, mas ainda podemos aumentar muito a participação nos eventos internacionais. Por exemplo, no Piauí, tivemos uma regata, que passou para o segundo ano consecutivo. São mais de 50 barcos que viajam pelo mundo. Falta estrutura, sabemos, mas a atratividade é tão grande, o interesse pelo Brasil é tão grande que isso ainda estamos conseguindo tirar de letra, mas naturalmente temos que nos preparar. Houve o Barco Du Solei, que veio para o Piauí, lá no Delta, e a impressão foi maravilhosa desse local. Esses barcos estão aí pelo mundo todo.

Próximo.

O Brasil já está participando de alguns eventos e feiras internacionais.

Temos o próximo agora no Rio Boat Show, onde fazemos um fórum onde discutimos e também vamos ter uma apresentação em La Rochelle, que é considerada, hoje, uma das maiores feiras do mundo em água, com um pavilhão no Ano de 2012 no Brasil.

Pode passar o próximo:

Finalmente aqui alguns trabalhos que elaboramos apoiando o Iphan. Para os senhores terem uma idéia, esse eu trouxe na última apresentação. Só existe no Brasil uma jangada com duas velas. Nós estamos tentando recuperar, pois é um patrimônio cultural brasileiro, assim como os saveiros em Salvador.

Então, essa imagem é muito significativa porque, protegendo o patrimônio cultural, nós estamos incentivando e estamos proporcionando que não só o estrangeiro, mas que o brasileiro conheça a sua história.

Sucintamente eram essas as informações. Nós trabalhamos hoje em sinergia, assim como falou o diretor Fernando Fialho, com a Antaq. Estabelecemos que a Antaq cuida das permissões nos transportes regulares. O transporte marítimo cabe ao Ministério do Turismo, e estamos trabalhando com a Marinha brasileira uma adaptação da Normam, porque tínhamos um entendimento de que o barco de turismo e de esporte e recreio é o barco usado para turismo. Nós deveremos encaminhar uma definição de embarcação de turismo sob pena de nós observarmos alguns acidentes, e essa é uma questão muito importante, e que são pessoas despreparadas utilizando comercialmente embarcações de lazer. E isso ocorre aqui no Lago Paranoá. Aqui nós temos isso. Recebo semanalmente oferta por *email* por passeios no Lago Paranoá; são embarcações de lazer que não estão preparadas para isso, às vezes, a tripulação não é nem profissionalizada, e utilizam o turismo como atividade econômica.

Muito obrigado, Presidente. Estamos à disposição para alguns questionamentos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

Encerrada a segunda etapa da nossa audiência pública. Concedo a palavra para interpelação ou comentários, à Senadora Ana Rita, autora de um dos requerimentos para a realização dessa audiência pública.

Tem a palavra a Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Inicialmente, queremos aqui agradecer muitíssimo a presença de todos os senhores que aqui estão, as mais variadas representações aqui do Governo, da Marinha, de uma maneira particular o Dr. Fernando, o Dr. Miguel, o Dr. Ricardo, o Vice-Almirante e também o nosso amigo e companheiro do Espírito Santo, representando aqui os trabalhadores. Teríamos muitos pontos para debater aqui hoje. Acho que essa audiência é extremamente importante. Nós começamos na semana passada e não tivemos o tempo necessário para concluirmos a discussão. Estamos no dia de hoje também fazendo esse debate, que considero extremamente importante. Acho que esse espaço aqui do Senado é muito dinâmico e até pedimos desculpas aos nossos convidados porque estamos com várias atividades acontecendo ao mesmo tempo. Então, são quatro comissões funcionando ao mesmo tempo, então ficamos com essa divisão de ir e vir e, na verdade, não estamos com um quórum desejado aqui em função disso.

Mas, podem ter certeza de que esse é um tema extremamente importante para nós que estamos aqui e particularmente para mim, moradora do Estado do Espírito Santo. Estamos aqui como Senadora, representando o nosso Estado, e esse é um tema que temos nos debruçado lá no Estado juntamente com a nossa bancada federal, juntamente com o Governo do Estado no sentido de buscar avançar, melhorar e tornar os nossos portos cada vez mais dinâmicos e mais atualizados para atender às demandas que o Estado tem.

Então queremos aqui agradecer muito a presença dos senhores, dizer que esse é um espaço de muita visibilidade. O fato de estarmos fazendo essa audiência pública possibilita que outras pessoas que não estão aqui, que estão nos nossos Estados possam acompanhar esses debates, conhecer e receber as informações bastante atualizadas que os senhores estão trazendo aqui para nós. Então muito obrigada pela presença.

Queremos agradecer muito mesmo, inclusive, ao José Adilson, que, aqui, está representando a Intersindical, que também é um setor extremamente importante dos trabalhadores. Sem os trabalhadores, com certeza, não seria possível que nada disso acontecesse. Toda essa dinâmica dos portos depende muito da mão de obra que lá está, que são os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras, que, de fato, contribuem com essa dinâmica.

Eu gostaria também de dizer que, com relação ao Estado do Espírito Santo – o José Adilson está aqui –, queremos fazer, posteriormente, um debate específico, o que também é muito importante. Hoje, o Estado do Espírito Santo tem um complexo portuário extremamente rico. Há o porto de Vitória, que vocês tiveram a oportunidade de observar e que é um porto bastante antigo. Esse porto começou suas atividades em 1870. Então, é um porto que já contribuiu e que

contribui muito com o desenvolvimento do Estado, mas que, hoje, carece de melhorias, carece de infraestrutura mais adequada. Esse Porto precisa se atualizar, precisa ser dragado, para que, inclusive, possa receber não somente os grandes navios que transportam minérios e outros tipos de carga, mas também os transatlânticos, que contribuem para o turismo. Hoje, o Estado do Espírito Santo tem um potencial turístico muito grande, mas sua infraestrutura e toda a sua logística precisam ser melhoradas, para que os turistas que lá chegam possam ser, realmente, bem acolhidos. Há um esforço muito grande nesse acolhimento, mas é necessário que avancemos e nos adequemos a essa nova realidade.

Eu gostaria apenas de citar um dado: os portos capixabas, hoje, movimentam em torno de 45% do PIB estadual e são responsáveis por 9,13% de todo o valor exportado pelo País e por 4,95% de todo o valor importado, sendo o segundo maior complexo exportador em valor e o sétimo maior importador do Brasil.

Então, o Espírito Santo, embora seja um Estado pequeno, tem um potencial extremamente grande que precisa ser visto com todo o carinho e respeito. Entendemos que o Governo Federal tem olhado o Estado com carinho. Quero fazer um destaque, porque, pelas as apresentações aqui feitas, o Estado do Espírito Santo, no que se refere não somente à questão portuária, mas também à questão das ferrovias, tem recebido recursos do PAC 1 e do PAC 2. Alguns desses recursos ainda estão em processo de deliberação, mas estamos acompanhando isso, na tentativa de oferecer nossa contribuição, para que o Estado não fique de fora desse processo.

Eu teria muito o que perguntar, mas considero que o tempo, aqui, realmente, é curto. Eu gostaria, se possível, de receber de vocês algumas informações.

Alegrou-me muito a fala do Sr. Ricardo Martini, Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, sobre a questão do Planseq, um dos itens que foi abordado por ele, no sentido da qualificação dos nossos profissionais, para que, de fato, possam atender à demanda junto ao Ministério do Trabalho. Isso é muito importante.

Eu teria duas perguntas a fazer.

Acompanhei bem a exposição, mas não percebi esta questão. Precisamos, de fato, investir nesses portos. Além da qualificação profissional na área do turismo, para receber o turista, é preciso também que haja a ampliação e a duplicação dos portos ou a construção de novos portos. Há uma demanda de trabalhadores muito grande. Sabemos que é preciso investir na mão de obra, na construção de novos portos e na ampliação dos portos. Se fosse possível, eu gostaria que vocês falassem sobre isso, sobre como isso está sendo tratado.

Com relação ao projeto Porto sem Papel, se não me engano, foi dito por vocês que esse projeto tem o objetivo de minimizar todo esse processo burocrático, para que os portos possam ter uma dinâmica maior na sua transação de exportação e de importação.

Se vocês tiverem condições de falar um pouco sobre isso, eu gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre como está o andamento disso.

Por último, gostaria de justificar que eu não vou poder aguardar o final desta reunião, porque estão me chamando para outra comissão, pois temos projetos em andamento que serão votados e, como somos titulares também em outras comissões, deveremos estar presentes lá. Mas, se for possível, gostaria de receber algumas informações sobre esses dois aspectos que abordei aqui: o projeto Porto Sem Papel e com relação à capacitação e qualificação dos nossos trabalhadores, que fazem parte do processo de construção e de ampliação dos portos do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Obrigado pela oportunidade. Eu queria fazer um comentário a respeito do Porto Sem Papel. Nós temos participado dessa iniciativa, junto com a Secretaria de Portos, que efetivamente está conduzindo este projeto, e é um projeto que está muito mais focado na questão das cargas.

O *slide* que o Adilson mostrou em relação a entidades envolvidas em uma operação portuária foi muito apropriado, porque mostra que, para que uma única operação portuária aconteça, mais de dez órgãos precisam intervir nesse processo, desde a Anvisa, com a liberação na chegada do navio, passando pela Polícia Federal, nas questões de segurança, passando pela Receita Federal, autoridade portuária, então essa é uma atividade que tem uma complexidade do ponto de vista da inter-relação entre essas atividades, o Ministério da Agricultura, a Vigiagro, todas as entidades que estão lá relacionadas .

Esse trabalho visa ter um canal único de comunicação para todas essas entidades, em que a informação eletrônico entra e cada um desses atores faz a sua intervenção eletronicamente nesse processo, inclusive nas questões aduaneiras, colocando sinal vermelho para que a carga seja inspecionada de forma isolada ou não, mas tudo se processando dentro de um ambiente eletrônico.

Hoje, cada uma das entidades tem o seu sistema de controle que acabam se comunicando muito por via papel ou por transferência de arquivos de dados, mas isso torna esse procedimento, muitas vezes, de-

morado, e esse tempo de permanência de cada embarcação nos portos tem sido um dos alvos de ataque nos trabalhos que nós temos desenvolvido junto com a Secretaria de Portos, para reduzir o tempo de permanência no porto e o tempo necessário, para que, chegando ao largo para acostar, possam fazer a operação de carga e descarga.

Então, Porto Sem Papel tem um foco muito mais específico na questão das cargas, que é o desembaraço aduaneiro na questão das cargas.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Complementando o diretor Fialho, no caso do turismo, nós avançamos na questão dos cruzeiros. Só para a Senadora ter uma ideia, no início a Anvisa tinha diversos procedimentos. Eu sempre conto um fato típico: num porto, a lixeira tinha que ser com tampa; no outro porto, tinha que ser a lixeira com pedal, e no outro porto, sem tampa. Então, o navio tinha que ter três lixeiras para determinado procedimento. Hoje a Anvisa padronizou e é um procedimento só em todos os portos, e diminuiu até o número, porque aquele que está em cabotagem, um navio de cruzeiro, no momento em que você o recebe do exterior, você faz a primeira checagem geral, depois é a manutenção disso, eventuais denúncias ou então algum procedimento.

O que eu me referi quanto ao SAC, que seria o atendimento, é para as pequenas e médias embarcações que estão navegando, porque elas vêm individualmente e chegam ao Brasil e têm que ser internada. Então a nossa concepção são as que chamamos de marinas de passagem junto aos portos turísticos, porque hoje consideramos portos turísticos – marina de passagem onde aquela embarcação pode permanecer um tempo para fazer essa facilitação. Em Vitória, por exemplo, é utilizado o Iate Clube hoje pela Polícia Federal, através de um acordo. Inclusive, estamos com a SPU hoje tentando resolver um caso da obra de Vitória.

No ano passado, 650 embarcações estrangeiras entraram por Vitória. É um número expressivo. São essas embarcações que trazem para o turismo uma receita considerável.

No caso da mão de obra, o Plansec foi discutido dentro da âmbito do UGT Náutico porque nós vimos deficiências desde Manaus até Florianópolis. Nós especificamos essas 3.200 vagas. No primeiro, são cursos de formação de seis meses a um ano em várias cidades e em algumas categorias.

Estamos com uma carta de apoio da FIN, que é a Federação das Indústrias Náuticas francesa, para possibilitar fazer um acordo de cooperação para trazermos expertises da FIN, que é, hoje, considerado o melhor do mundo na capacitação para trazermos para o Brasil. Deveremos avançar com isso.

Então, hoje o Brasil realmente tem. Por quê? Porque nós nos voltamos de costa para o mar. Eu sempre me reporto à minha cidade. Em Porto Alegre, aconteceu isso: criou-se um muro lá e o cidadão gaúcho ficou de costa para o rio. E o Brasil, por um bom tempo, ficou de costa para o mar. Nós olhamos o mar de outra forma.

Então, cobramos as vias, e aí o Ministério dos Transportes trouxe o exemplo de hidrovias, que nós vamos poder passar de 13 mil para 54 mil quilômetros de hidrovias. Imagina o turismo que vai se beneficiar com isso, por nós termos esse modal, porque há regiões que não podemos atingir hoje.

Então, a capacitação vem ao encontro dessa... Nós temos um programa, o Bem Receber Copa, que é específico para hotelaria, mas temos uma deficiência na área de embarcação. Nas embarcações, como o Comandante falou, nós temos problema de segurança para levar o turista para um passeio turístico hoje no Brasil.

Nós não podemos ser silentes nisso, pois hoje as embarcações devem ser cadastradas, necessariamente, pela Lei nº 11.771, sejam de frota própria ou de transportadoras, mas o transporte... Nós estabelecemos que a Antaq cuida do transporte. O transporte turístico está... O turismo até utiliza o transporte regular de passageiros. Agora, excursões, passeios e tal é o Ministério do Turismo, através das Secretarias de Estado de Turismo.

Uma boa notícia. Ontem, estivemos com o Secretário de Turismo do Espírito Santo já discutindo esse plano para fazer um plano integrado para utilização da costa.

Por que a importância do Espírito Santo, necessariamente? Porque é um ponto de passagem entre o Rio de Janeiro e a Bahia, e nós não temos condições, hoje, de ter uma rota normal, fluida, se não tivermos um ponto de apoio de 80 em 80 milhas, tanto para vela como para náutica em geral.

O SR. JOSE ADILSON PEREIRA– Senadora, a senhora sabe bem que, no Espírito Santo, agora, depois de todas essas questões que colocamos de mão de obra, estamos gerando trezentos novos postos de trabalho avulso.

Então, normalmente o treinamento é feito através da Capitania dos Portos, esse primeiro treinamento. Nós temos uma dificuldade exatamente nos recursos que são recolhidos e que vão para o ensino profissional e o que retorna para o Espírito Santo. Se eu não me engano, são recolhidos em torno de R$2,5 milhões e retornam R$300 mil ou R$400 mil, exatamente porque

há alguma dificuldade de aplicação da formulação do ensino profissional marítimo.

A Marinha tem feito todos os esforços para isso e a gente tem tentado. Está em discussão no Conselho de Autoridade Portuária, como em vários lugares do País, a constituição do Centro de Treinamento Portuário.

E os trabalhadores portuários do Espírito Santo, vendo as dificuldades que estamos tendo, até principalmente para as questões do trabalho que não exige maior tecnologia, tiramos do nosso fundo social, que seria para o trabalhador, para a questão social dele, do impacto da implantação da Lei dos Portos, 1% para poder fazer treinamento.

Um exemplo que a gente cita é a barcaça de madeira de Porto Céu que carrega as toras de madeira. Foi feito um treinamento específico para poder atender àquela situação. Por quê? Porque muitas vezes o ensino profissional marítimo não tem aquele equipamento, aquela tecnologia para poder formar o trabalhador.

Com relação ao turismo, eu acho que é muito importante, Vice-Almirante, a gente pensar na adequação da Lei nº 8.630, que foi atualizada, quando fala que cabe também ao operador portuário a questão das bagagens.

Cabe, eu creio – e isto vai servir para o País todo –, a utilização do trabalhador portuário, se possível nessa operação, como uma solução para o desemprego ou para o problema que está ocorrendo nos portos. E aí caberia, eu creio, ao ensino profissional marítimo pensar num treinamento específico para essa questão de atender ao turismo e quais as condições em que poderia esse trabalhador estar trabalhando para resolver os problemas de desemprego, caso ocorram.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Benedito de Lira, cumprimentando também todos os expositores.

Vou diretamente às perguntas, para agilizar o trabalho.

Queria perguntar ao Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira especificamente: impressionou-me muito o índice de acidentes com embarcações, atingindo especificamente o turismo, o lazer, a pesca. Por quê? Porque são embarcações maiores, porque o passageiro, o usuário não está preparado para isso; então, qual é motivo que leva a um índice tão alto?

E gostaria de saber também se, depois daquele famoso e histórico acidente com o Bateau Mouche, houve, de parte da Marinha, uma fiscalização acentuada.

Por último, por que estamos vendo, com muita frequência, especialmente na alta estação de verão, muitos acidentes marítimos envolvendo pequenas embarcações, com vítimas fatais ou com sequelas muito graves, como pessoas que perdem uma perna e outros acidentes do gênero.

O SR. ALMIRANTE EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O número de acidentes, quer dizer, qualquer acidente a gente não pode aceitar. E não precisamos aceitar. Quando a gente estuda esse acidentes, a grande verdade é que 95% deles poderiam ser evitados se medidas mínimas de segurança – que cabem ao condutor, ao responsável pela embarcação, a quem tripula – tivessem sido tomadas. E realmente a senhora foi muito feliz ao apontar o aspecto das pequenas embarcações. No verão, houve uma série de acidentes com jet skis, com banana boats, e a gente percebe que eles poderiam ter sido evitados. Esse é o grande drama.

Existem regras de navegação, existe o programa de gerenciamento costeiro, e cada Município é responsável por estabelecer que faixa de praia é destinada a cada atividade. É importante que isso aconteça. E é importante que aqueles que operam as embarcações, seja como turistas, seja como esporte de recreio, sigam regras simples de segurança.

É fácil. Não se pode, por exemplo, aproximar-se de uma praia com velocidade acima de 5 km/h. É bem devagarzinho, e sempre perpendicularmente. Não é proibido chegar à praia, a não ser que o Município tenha estabelecido que naquela praia é proibido chegar. Isso é uma obrigação de cabe a cada Município. Não havendo isso, uma embarcação pode chegar à praia, mas tem que chegar com alguns cuidados. Um banana boat não pode fazer o que eles chamam de rabo de arraia: chegam no final, jogam... E um outro navegante de uma lancha não pode chegar paralelamente à praia. Ele se aproxima perpendicularmente, sai a 200 metros e, depois, vai navegar normalmente.

Se essas providências todas forem tomadas, nós não teremos acidentes.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É mais ou menos equivalente ao trânsito no Brasil?

O SR. ALMIRANTE EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Sim, mais ou menos equivalente. Agora, nossos índices, apesar disso... E me dá pena, exatamente porque, na pesca e no esporte recreio, eu sinto que a gente podia diminuir os índices. Quando a gente compara, pergunta-se: acontece em outros países? Acontece. Mas também nos outros países o índice talvez possa diminuir. E não podemos ficar satisfeitos com o que vemos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Almirante.

Eu queria agora dirigir minha pergunta ao nosso Secretário de Gestão de Programas de Transportes, o Dr. Miguel Masella.

O senhor apresentou o corredor do Mercosul com uma auspiciosa notícia quanto à questão da ligação intermodal. Eu lhe pergunto, então: para quando está prevista a conclusão dessa obra nessa circunstância muito importante e estratégica?: E outra indagação: nesse projeto, eventualmente, será incluído no futuro o projeto Ferro Sul como transporte intermodal, já que essa foi uma decisão dos governadores do Codesul, interligando a Ferroeste no Estado do Paraná?

Outra pergunta: chamou-me muito a atenção o processo da modernização do porto de Rio Grande para, a partir do transporte de cabotagem, haver um escoamento mais eficiente, mais rápido e mais barato, possivelmente, para desafogar as BRs nessa região de acesso ao porto de Rio Grande. Especificamente, o senhor citou o caso do arroz. Eu queria saber se o senhor já tem ou se o Governo já tem uma estimativa de que percentual dessa carga de escoamento pode ser usada por cabotagem.

São essas as minhas perguntas para o senhor.

O SR. MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA – Muito obrigado pela pergunta, Senadora.

A primeira parte: todas as hidrovias, como apresentei na projeção, terão seu estudo começado neste ano. Algumas já estão maduras para se iniciarem as obras. É o caso do Mercosul. Eu acredito que, de todos os corredores apresentados, o que está mais maduro é o do Mercosul. Por quê? Porque o que tem que ser feito lá de eclusa já foi feito, há muito tempo, foram os alemães que fizeram isso quando não havia tecnologia brasileira para fazer eclusa, como temos hoje.

Então, os investimentos feitos em décadas anteriores no rio Jacuí e Taquari e na Lagoa dos Patos já permitem explorar a navegação, ou seja, não precisa mais fazer investimentos pesados lá, o que precisa é só garantir dragagem e sinalização. Dragagem, um pouco de derrocamento e sinalização para garantir que aquilo seja navegável o tempo todo. É aquilo que eu estava falando antes: não adianta uma hidrovia que só seja navegável em um pedaço, é como uma estrada que quando chove ninguém anda nela. A atividade, para poder ser permanente, tem que ter a garantia de uma rodovia asfaltada. No caso uma hidrovia com dragagem e com sinalização corresponde a uma rodovia asfaltada.

Bom, como os investimentos lá são menores e como o empresariado lá é forte, qual é a ideia de se fazer os corredores nessa visão integrada? Fazer os corredores junto com os terminais. Já tivemos oportunidade de estar lá no Rio Grande do Sul em duas oportunidades com os prefeitos que são das áreas de influência da hidrovia do Mercosul e todos eles se dispõem a destinar área, fazer um tipo de investimento público-privado em que o Governo faria a obra de cais, vamos chamar, e os empresários colocariam os equipamentos necessários para operar. Não há necessidade de o Governo Federal fazer tudo. A gente só precisa coordenar o que já existe lá de poder empresarial local: o prefeito juntamente com o Ministério dos Transportes – já tivemos várias reuniões entre eles – estão dispostos a ceder as áreas sem desapropriação, as áreas que já são deles, o Ministério faria as obras de cais e os privados equipariam e operariam isso daí, como nos terminais na modalidade que o próprio Fialho apresentou.

É como se fosse, comparando com uma rodovia, cada um ter um garagem onde faz o embarque e desembarque. Então, em termos práticos, quando a gente falou do Rio Grande do Sul e da possibilidade de pegar a carga do Uruguai, que é o arroz, que a gente sabe que hoje vem de caminhão e passar de caminhão por toda a BR-101, por exemplo, pegando a litorânea, a gente não tem um estudo de qual o percentual que pode, mas eu acredito que na hora que viabilizar essa integração, mas da metade vai vir por hidrovia. Mas o que pode ser feito para isso?

Quando a embarcação chega no porto de Rio Grande e não encontra um berço de atracação próximo onde opera a cabotagem, ele fica inviabilizado. É mais fácil ir de caminhão, porque o caminhão chega direto onde o navio embarca. Ou seja, o fundamental para haver integração dentro do próprio módulo hidroviário passando da navegação interior para cabotagem é simples: é só reservar uma área onde opera embarcação fluvial contígua à área onde opera a cabotagem, porque aí não vai haver movimentação interna dentro do porto que inviabiliza esse elo de ligação. Ou seja é apenas uma questão de adequar a destinação das áreas de forma que seja vantajosa a integração. E aí não tem como ganhar do modal hidroviário porque a carga já vem na água, atraca ao lado do navio que opera na cabotagem e aí, em seguida, é feita a transferência porque não há distância entre eles.

Em compensação, se o local de atracação for distante, inviabiliza tudo, porque não tem como movimentar aquilo, ele tem que pegar um caminhão para fazer o transporte, então ele vai de caminhão direto.

Agora, como é que está esse entendimento? É com a SEP, porque o porque o porto do Rio Grande é com a SEP. E em conjunto com a Antaq também, porque todos os entendimentos estão indo nesse sentido.

Por isso que eu digo que o corredor do Mercosul é o que está mais maduro para dar resultado. Falta

pouco, é só coordenação. Não precisa mais grandes investimentos lá, os investimentos já foram feitos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito bom. Ferrosul.

O SR. MIGUEL MASELLA – Ferrosul. Tem estudos também. A Ferrosul está no PAC também, mas o que está no PAC é um estudo ainda, eles não estão ainda com a ideia de fazer a implantação. Se reparar naquele mapa de ferrovias, isso consta da programação do PAC, mas em termos de estudo. A curto prazo, não precisa essa integração para poder corredor funcionar.

O corredor hidroviário do Mercosul que está maduro pode funcionar a curto prazo sem grandes estudos adicionais. Tudo que precisa para ele funcionar já existe, já foi feito anteriormente.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Secretário.

Eu queria agora perguntar ao nosso Diretor Geral da Antaq, Dr. Fernando Antonio Brito Fialho. O Secretário Miguel falou da questão dos terminais e aí a questão para o senhor é especificamente sobre isso: o Decreto nº 6620, de 2008, criou restrições bastante à movimentação de terminais de uso privativo.

Então, essa é a primeira questão para o senhor. E se isso não fere exatamente a necessidade que o Brasil tem de ampliar os serviços prestados nessa área. E, para surpresa do setor dos terminais privados, a Secretaria de Patrimônio da União, agora no mês de fevereiro, criou uma taxa de uso do espelho d'água. Acontece que isso vai representar um gasto adicional estimado em R$30 milhões por ano. O problema é que, na licitação de uso desses terminais, não houve a informação e o aviso de que essa taxa seria cobrada. Então, há uma insegurança jurídica até e um gasto adicional para o setor que presta esses serviços.

Então, são essas as questões que eu queria apresentar ao senhor e gostaria de uma informação.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Muito obrigado, Senadora. Acho que são perguntas muito interessantes. Eu queria só, antes de entrar diretamente nelas, de fazer um comentário...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É a velha repórter, a velha repórter.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Queria fazer um pequeno comentário. Realmente, o corredor do Mercosul é o corredor que está mais pronto. Esta operação, inclusive, que o Miguel comenta, de fazer quase que um *transshipment*, isso ocorre lá em Itacoatiara e isso é uma questão que está sendo discutida e trabalhada para ser operacionalizada lá.

E mais: não só na questão dos grãos, como no caso do arroz, mas também existe um projeto de integração de contêineres. É um projeto que tem sido desenvolvido através de um convênio que foi celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o governo da Holanda. Existe um projeto para a instalação de uma linha de contêineres com embarcações apropriadas para contêineres, e isso tem avançado de forma muito célere...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É o país mais avançado nessa área.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Eu estive recentemente representando o Brasil...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Em Amsterdã?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – ...em Amsterdã. E a discussão tratou especificamente desse tema. Eles estão muito motivados. Demos algumas alternativas com relação a eles trazerem essas embarcações especializadas, inicialmente por afretamento. Então, esse é um tema que...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ah, que bom! Boa notícia!

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – ...tem avançado bem. Acredito que neste ano já começamos a ter operação de contêineres nessa região.

Mas, indo à questão do Decreto...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Decreto nº 6.620.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – ...nº 6.620. Bom, o Decreto nº 6.620 tem sido alvo de muitas discussões no setor portuário. Aliás, a questão dos terminais de uso privativo – e fiz questão de mostrar as estatísticas – tem sido uma discussão muito séria dentro do setor portuário. Vou retornar um pouquinho lá atrás. Antes da edição do Decreto nº 6.620, o que existia até 2006 era apenas a Lei nº 8.630, que não impunha nenhuma restrição quanto à movimentação de carga de terceiros nos terminais privativos.

De fato, a lei, quando criada, e toda a sua discussão se pautou na ampliação de oferta de serviços portuários do Brasil. A Lei nº 8.630 previu a movimentação de carga própria em terminal exclusivo de carga própria e de terceiros nos terminais de uso privativo. Mais adiante, no ano de 2005, a Antaq fez um estudo e criou a Resolução nº 517 – a Resolução nº 517 impunha já algumas restrições –, que considerava que a carga de terceiro, para ser movimentada em terminais de uso privativo... Aliás, que a carga própria precisava justificar por si só a existência do terminal. A maioria dos terminais, dos 129 terminais que citei, têm sua autorização inclusive anterior à resolução da Antaq – portanto, sob a égide da Lei nº 8.630 – e, na grande maioria, celebrados contratos de adesão com o Ministério dos Transportes à época.

A Resolução nº 517 passou a tratar como uma autorização e começou a ser estudado pela Antaq, inclusive, um aprimoramento dessa resolução. No bojo dessas discussões foi ventilada esta questão: se essa restrição era ou não adequada. O Governo Federal, através da Presidência da República, emitiu o Decreto nº 6.620, que delineou, a nosso ver, qual a política que o Governo queria para o setor portuário brasileiro. Impõe, sim, restrições, mas essas restrições estão muito focadas nos terminais que visam prestar serviços a terceiros.

O Decreto nº 6620 não é absolutamente restritivo quanto à instalação de novos terminais. Terminais que tenham o objetivo de fomentar um processo industrial complementar, como, por exemplo, nos terminais da Vale lá no espírito Santo, os terminais da Cargil, os terminais da Bunge, esses terminais continuam ser incentivados inclusive pelo Decreto nº 6620. No entanto, há, sim, uma restrição para a movimentação de carga de terceiros em terminal privativo. O Governo entende que, desta forma, está preservando a prestação de serviços de forma mais generalizada dentro dos portos públicos. A partir do Decreto nº 6620 , nós reproduzimos na resolução da Antac essas restrições, no entanto, fazendo uma ressalva importante. Continuamos com algumas discussões que, no fundo, acabam se restringindo à questão dos terminais de contêineres do Brasil. O foco dessa discussão toda está em terminais de contêineres. Nessa linha, temos uma discussão sobre se ...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O porto público está todo preparado para atender a essa demanda crescente?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Senadora, a demanda tem crescido mais que a oferta. Só no ano passado, crescemos 20% na movimentação de contêineres no porto de Santos. Esses são números expressivos e demonstram que dificilmente a velocidade da oferta de infraestrutura vai atender á demanda. Esse é um fato, os números não mentem. Infelizmente, isso tem acontecido em diversos setores da infraestrutura brasileira por causa do ritmo de crescimento da economia. Segundo aspecto: dentro do arcabouço jurídico existente, dentro dos portos públicos, fora alguns projetos como, por exemplo, o que foi apresentado pelo Adilson, que é um estudo que ainda está em fase preliminar e de discussão, não temos grandes áreas a serem ofertadas dentro dos portos públicos. Temos, sim, no Pará, e isso está sendo providenciado, ou seja, um arrendamento no Pará, temos ainda em Aratu, mas, nos principais portos, são pouquíssimas as áreas que permitirão a oferta de novos serviços portuários. Então, há, sim, uma imitação de oferta.

Outro aspecto importante, se V. Exª pegar todos os registros de embarcações e tempo de permanência na fila de espera das embarcações, vai verificar que temos, sim, uma deseconomia com navios que, às vezes, têm custos diários de US$150 mil, US$200 mil, e ficam aguardando.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe, Diretor, mas por essa lógica, parece que o Governo não faz porque tem limitação orçamentária e não deixa fazer, quer dizer, não deixa operar o terminal, pelo menos temporariamente até que o porto público esteja habilitado a fazer.

O SR. MIGUEL MASELLA (?) – O Decreto nº 6620, do ponto de vista dos terminais existentes, procura faze ruma ressalva. O art. 53 ressalva que aqueles já autorizados podem continuar operando, e é nessa linha que estamos trabalhando. Mas essa é uma discussão rica, e concordo com V. Exª que é um tema que tem que ser debatido.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) **–** E a questão dessa taxa sobre o uso do espelho d'água?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – A taxa de uso sobre espelho d'água não era cobrada, no passado, pela SPU, porque, quando a autorização a autorização era dada para o terminal, já estava considerado que tudo aquilo estava sendo abrangido. A taxa de uso de espelho d'água passou a ser cobrada a partir de 2008 especificamente par terminais de uso privativo porque o SPU entendia que, como aquele espelho d'água pertencia à União e como esses terminais já estavam em terreno foreiro e já pagavam uma taxa de foros anuais para a parte terrestre, deveriam pagar também pela parte marítima. Essa portaria que ampliou a necessidade de pagamento dessas taxas dentro dos portos públicos tem sido discutida. Estamos junto com a SEP, junto com a Receita Federal, fazendo discussões para resolvermos. Essas áreas que estão dentro dos portos públicos são de posse também da União através das suas companhias docas. Então, não há sentido na cobrança dessas taxas para os portos públicos.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Pelo menos, o porto público deveria, por ser patrimônio da União, estar dispensado do pagamento dessa taxa. Mas, pelo menos, um tratamento um pouco mais adequado nesse ponto. Agradeço-lhe muito pela resposta. Termino ali com o Dr. Ricardo Moesch, diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

Gostei muito, porque o senhor enfatizou, pelo menos três vezes, a questão de Porto Alegre. Sou cidadã honorária de Porto Alegre, mas nasci em Lagoa Vermelha, onde há somente uma lagoa pequena, que não permite navegação de forma alguma, que somen-

te deu nome à minha cidade, Lagoa Vermelha. Mas o senhor falou das condições logísticas de Porto Alegre especialmente em relação à Copa do Mundo. Há um foco nessa questão, porque o evento vai atrair milhares de turistas. Há, sobretudo, a questão do transporte marítimo, dos iates. O senhor falou também que o Rio de Janeiro aproveitaria os navios, mas há o problema de que o evento coincide com o verão do Hemisfério Norte, com a alta estação. Então, esses navios já estariam comprometidos para fazer uma complementação da hospedagem no Rio de Janeiro. Gostaria de saber se Porto Alegre estaria também dentro dessa ideia, já que também vai ser uma das cidades sedes da Copa.

No caso do turismo entre Uruguai e Rio Grande do Sul, nessa época, qual é a previsão de crescimento? Quais são as necessidades? O Ministério, juntamente com o Governo do Estado, e a própria Prefeitura de Porto Alegre já estão trabalhando em relação a isso?

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH– Obrigado, Senadora.

Inicialmente, trago duas contribuições rápidas.

Quando o preço da saca de arroz está no nível de hoje, R$22,00, o frete para levar um *truck* ou um caminhão com arroz do sul do País para o interior é maior que o preço da mercadoria. É impressionante! Já acompanhei isso. Esse é um problema. Então, essa logística é primordial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria que o senhor repetisse o valor.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Hoje, a saca de arroz está em R$22,00.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está em R$22,00, pagando bem. Estão pagando R$19,00.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Pagam R$19,00. O frete fica quase o dobro, porque o embarque é feito num bitrem ou num caminhão, para entregar a safra no interior da Bahia, por exemplo, que é um mercado muito grande de arroz hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O frete rodoviário, não é?

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – É. Quero dar outra contribuição. Há a questão da Holanda. Como falei na vez passada, diz o ditado que “Deus criou o mundo, e os holandeses criaram a Holanda”. Por isso, lá há *expertises* para fazer isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eles são especialistas, *expertises* em canais.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Nos Países Baixos, ninguém queria os reinados.

Logicamente, não vão ser construídos leitos em função de um evento. Há o exemplo da África do Sul. Pensava-se que seriam vendidos seiscentos mil pacotes, mas foram vendidos 280. Eles tiveram de, como se diz popularmente, desová-los no último período. Então, há contingência de leitos. No caso de Porto Alegre, não está sendo pensada a utilização do porto, porque se trabalha a hotelaria num raio de cem quilômetros. Lá há a Serra Gaúcha, por exemplo, em que se pode utilizar a hotelaria. Em Manaus, por exemplo, há um problema de leitos hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De logística, não é?

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Então, lá está sendo considerada a utilização de alguns barcos, de alguns grandes equipamentos, mas há esse problema, sim, de trazermos aqui essas grandes embarcações numa época de alta temporada. Hoje, aqui, está o representante da Abremar, que sabe que estamos debatendo isso. Mas não será tão fácil assim tirá-lo de um destino para colocá-lo aqui, até porque, aqui, ele viria para dar um atendimento por vinte ou trinta dias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É economicamente pouco viável.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Há outras modalidades de hospedagem, como as que se usaram em Porto Alegre, nos Fóruns Sociais Mundiais. Há a alternativa de hospedagem domiciliar, de uma rede que se faz. Descobriu-se que, hoje, na parte do turismo religioso, há grande disponibilidade de leitos em mosteiros, em conventos. Então, temos de trabalhar essas particularidades.

Na questão do porto, particularmente, advogo que devemos esquecer um pouco os projetos megalômanos e trabalhar como se trabalhou no Pará. No Pará, há um porto, que é a belíssima Estação das Docas, que, hoje, é utilizada no turismo e onde há uma área de gastronomia, áreas para eventos culturais. E são portos com características similares às do porto de Porto Alegre. São grandes pavilhões que não são mais utilizados para carga. Em Porto Alegre, criaram-se três projetos megalômanos, com torres de hotelaria. Não se previu o impacto ambiental numa cidade espremida entre o rio e a montanha. Então, até hoje, o projeto não saiu. Essa estrutura já poderia ser utilizada em benefício da população.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cito também Puerto Madero, em Buenos Aires.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – E o Ministério do Turismo tem trabalhado com esse foco, porque temos de dar sustentação econômica para os portos e para os terminais de passageiros durante o ano.

Há um período lá, praticamente de seis a oito meses, dependendo dos locais, em que o porto não é utilizado. Está aí o Rio de Janeiro utilizando o Píer

Mauá para Rio Fashion Week e várias outras utilizações, porque senão você vai ter toda uma estrutura montada para entender três meses... No caso de Maceió, não durou dois meses e, depois durante todo o ano, você não tem aquelas estruturas. Nós estamos aqui, conforme colocaram, brigando com carga. Nós sabemos que, neste momento, em Paranaguá, deve haver quarenta navios esperando para...

E aí nós vamos discutir o quê? "Ah, eu preciso de um berço para o turismo!" Complicado, não é? Complicadérrimo para nós do turismo. Nós estamos trabalhando com o Ministério do Meio Ambiente no gerenciamento para dizer o seguinte: existe um litoral imenso, nós precisamos adequar esse litoral, onde nós podemos ter terminais.

Então, existem terminais de fundeio, por exemplo, terminais de passageiro; São Francisco do Sul, por exemplo, está sendo bastante utilizado por cruzeiros... Portanto, tem que adequar alguns terminais e não colocar tudo no Porto de Santos. Nós tivemos, nesse veraneio, sete navios ao mesmo tempo.

A logística para desembarcar e embarcar sete navios... São trinta mil pessoas.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Em Porto Alegre, há o problema da ponte.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH– E está trabalhando com carga. Como é que vai fazer? Não pode. No mundo todo não se faz sete navios; no máximo são quatro navios num terminal. No Rio de Janeiro também se observou, na época do *réveillon*, até nove navios simultâneos. Dá problema de fluxo? Dá problema de fluxo. É o mesmo que encher o Maracanã, encher o Engenhão e mais alguns eventos ao mesmo tempo. Vai dar problema de fluxo. Nós temos que adequar isso. O Ministério do Turismo está aí para adequarmos.

Por isso que eu falo: a capacidade de carga é essa. Não existe capacidade de carga para atender ao mesmo tempo trinta mil pessoas chegando. São ônibus que vêm do interior, gente saindo... Então, nós temos que trabalhar mais essa questão da modalidade e proporcionar outras alternativas. Imbituba, por exemplo, seria uma alternativa para o Mercosul, mas hoje não está sendo utilizado por navio de passageiro. É muito difícil a operação, mas seria uma alternativa. Por quê? Porque o navio sai de Santos e não tem onde fazer embarque e desembarque. Ele vai fazer só lá em Punta Del Este ou em Buenos Aires, e nós temos que propiciar Florianópolis e outras condições.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O Beira Rio é um pouquinho menor que o Maracanã.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – E quanto ao Uruguai, o Mercosul tem uma capacidade enorme hoje, só que a navegação é um pouco restrita em função das condições do mar. Então, nós temos períodos mais benéficos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito De Lira. Bloco/PP – AL) – Eu agradeço a V. Exª pelas oportunas perguntas que foram formuladas.

Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero cumprimentar V. Exª, Senador Benedito de Lira, e cumprimentar também pela iniciativa, porque nós estamos vendo neste debate o quanto é importante discutir a infraestrutura brasileira, sobretudo sob uma ótica de uma política de combates às desigualdades regionais. E esse é o objetivo principal dessa audiência pública.

Além da Comissão, foram criadas algumas subcomissões; uma que trata de questões relativas ao Sul do País, outra, ao Nordeste e outra, à Região Amazônica. Então, esse debate que estamos tendo aqui é um debate genérico, sobre o Brasil inteiro, as mais diversas regiões, mas o objetivo da Comissão é reunir todos os estudos que se tem, região por região, para que a gente possa ter uma função mais pró-ativa junto ao Governo Federal, porque nós sabemos da necessidade que existe de um investimento maior, sobretudo nas regiões ainda carentes de infraestrutura, Norte e Nordeste.

Tenho aqui, Senador Benedito de Lira, e conversava com o Senador Wellington, um estudo que foi apresentado recentemente pela CNI – Confederação Nacional da Indústria –, um trabalho encomendado à macrologística, que trata de toda a infraestrutura de transporte no Brasil.

Nós estamos trabalhando, há divergências em relação a alguns dados, em relação a hidrovias, sobretudo a rodovias, à importância estratégica que tem essas rodovias, entretanto, no sentido da organização portuária – falo aqui da Amazônia, que é a minha Região –, nós temos quatro portos na Amazônia Legal que estão entre os vinte maiores do Brasil. Só que esses quatro, Senador Wellington, movimentam cerca de 21% da carga; são só quatro entre os vinte maiores, mas movimentam 21% da carga – óbvio, grande parte dela, minério que vem sobretudo da Amazônia Oriental, com exceção do porto de Manaus, que não tem essa característica, mas os demais têm, alguns até exportando grãos, por conta da localização, como é o caso do porto de Itacoatiara, uma cidade do interior do meu Estado.

Então, certamente os senhores que aqui estão hoje serão demandados muito mais pela Comissão –

muito mais – e pelas subcomissões, para que a gente aprofunde mais esse debate.

Quando falamos em Amazônia, falamos muito mais em hidrovia do que rodovia, porque as nossas rodovias são as hidrovias. Nosso maior meio de transporte na região, sobretudo no Amazonas, são as hidrovias, e até então nós tínhamos pouquíssimos Municípios com portos, nós não tínhamos portos. Não tínhamos. O Ministério dos Transportes começou há alguns anos a desenvolver esse empreendimento em parceria com alguns governos de Estados ou por meio do Dnit. Enfim, não tínhamos portos, Senador Benedito de Lira. Cidades de 100 mil habitantes sem porto, porto organizado, porto construído, enfim, terminal.

Nós precisamos discutir essa infraestrutura. Não tenho dúvida nenhuma de que, no período do governo do Presidente Lula, nós demos passos largos, estamos dando passos largos. Precisamos dar passos novos e mais significativos ainda do que temos dado, mas avançamos muito nestes últimos anos. Não tenho dúvidas ainda quanto a isso, exemplo é o meu Estado.

Mas, Senador Benedito de Lira, quero, neste momento, pelo tempo, pela importância do debate, eu teria inúmeras questões relativas aos portos, à segurança da Amazônia, que é um problema grave e que parece que a gente só se lembra quando afunda um navio regional e morrem 150, 200 pessoas. Isso tem acontecido, em tempos recentes, com muita frequência lá. Temos problemas, Senador Benedito, com a forma como os navios regionais, as embarcações regionais são construídas, porque elas não obedecem à segurança estabelecida. Mas, por outro lado, não conseguem, esses armadores, proprietários de embarcações de transporte de pessoas ou de carga regional, porque lá se mistura tudo, não conseguem acessar recursos públicos da Marinha Mercante, recursos do BNDES. Nós vamos tratar esse problema porque esse problema é muito grave. Agora, peguem os grandes armadores, aqueles que têm embarcações, balsas que transportam combustíveis, tudo financiado pelo Fundo da Marinha Mercante. Tudo. Mas o pequeno, que leva a farinha, o arroz, o feijão, as pessoas do interior para a capital, da capital para o interior, não acessa e fica nas mesmas condições de insegurança.

Então, esses temas todos, temos interesse em debater e nós vamos apresentar alguns requerimentos de informação, pedindo de cada um desses representantes que aqui estão, inclusive dos trabalhadores, da Marinha brasileira, do Ministério do Turismo, no que diz respeito, do Ministério dos Transportes, da Antaq, um diagnóstico e a opinião de cada um desses órgãos acerca de cada um dos problemas que vamos levantar.

Mas eu volto aqui a dizer que acho que, neste momento, tenho um tema principal para tratar, que é a Copa do Mundo, a preparação do Brasil para a Copa do Mundo. Temos 12 sedes. Não são subsedes, são 12 sedes, porque ninguém sabe qual vai ser a sede da abertura e a sede do encerramento. Então, são 12 cidades. Das 12 cidades, há uma determinação de que sete delas têm que ter investimentos significativos na estrutura portuária, não só porque será um meio de transporte, mas porque pode servir também como alojamento para as pessoas que vêm de fora para assistir à Copa do Mundo. E nós temos que ter a capacidade, na Amazônia e no Sul do Brasil, de trazer, lá no Sul, gente da Argentina, do Uruguai, do Paraguai; e nós, do Peru, da Venezuela, da Colômbia, que são nossos vizinhos. Nós temos que lotar a cidade de Manaus de colombianos, de peruanos. Para isso, temos que dar condições. Porque é possível isso, Senador Benedito de Lira. É possível isso. E, entre essas sete sedes que têm portos, está a cidade de Manaus.

Cheguei atrasada, mas fui informada de imediato que o Dr. Fernando a classificou como a mais atrasada do ponto de vista da estrutura portuária.

E aqui tem um problema mais complexo, mais complexo. Infelizmente, Senador Benedito, Manaus está em frente ao rio Amazonas, mas logo ali do lado da nossa cidade, dentro da cidade ainda, ele se encontra com o rio Solimões e forma o rio Negro. Nós estamos de frente para o rio Negro, que se encontra com o rio Solimões e forma o maior rio do planeta, que é o rio Amazonas, que tem condições de navegabilidade excelentes. Então, por isso é que recebemos navios transatlânticos de turismo. É isto: transatlânticos param lá, aportam com dois mil, três mil passageiros. É uma coisa assim fantástica, mas sem nenhuma infraestrutura.

O porto de Manaus foi, acho que há doze, treze anos, quatorze anos, concedido à iniciativa privada, naquela orientação de passar. Em seguida, nós tivemos acesso a todo o processo, e eu, como parlamentar, ingressei com uma ação na Justiça para cancelar. O processo corre até hoje. Inicialmente, era contra o governo do Estado; e, logo em seguida, o governo do Estado passou a fazer parte também, denunciando a forma com foi feita a concessão. De tal forma que está tudo parado lá, Presidente Benedito. Está tudo parado, tudo parado. Eu não entendo.

Foi-nos mostrada aqui uma transparência sobre portos de oceano, de mar, aí o nosso está incluído. Não é porque ficamos no mar. Lá, o rio é quase um mar. É o rio-mar, como nós chamamos, o rio Amazonas. Mas não é mar, é um rio. A água é doce, mas ele é classificado como mar e estaria na Secretaria...

Olhem só o imbróglio... Mas isso é recente, porque a Secretaria é recente.

Estive na Antaq inúmeras vezes durante anos, há dez anos freqüento a Antaq: "Vamos resolver o problema", "Temos como denunciar". Mas nada foi feito. Só agora, às vésperas da Copa do Mundo – está aí, já foi dito –, primeiro, passou da Secretaria para o Ministério dos Transportes, uma confusão que ninguém entende, e no ano passado foi tomada alguma iniciativa. Acho que, em agosto, foi criada uma comissão para tratar do problema do porto de Manaus e publicada a portaria que cria a comissão de transição agora, no dia 1º deste mês. Foi publicada essa portaria que cria a comissão de transição, que prevê investimentos já – se se puder fazer –, imediatos, de R$98 milhões, quase R$100 milhões, pelas necessidades que temos.

Manaus é a nossa porta de entrada e, por conta desse problema no porto, o centro da cidade virou uma desordem. E nós não vamos consertar o centro da cidade sem consertar o porto, a situação do porto. Até um camelódromo construíram lá, que a Justiça parou. É uma situação de desmando completo. Até um camelódromo construíram lá, agora particular, privado também. Quem deu a autorização, não sei. Mas agora a empresa está indo embora do camelódromo, porque a cidade inteira, o centro da cidade virou um camelódromo só. E, como vamos ser sede...

Então, eu quero levantar essas preocupações e, primeiro, lamentar, Senador Benedito – chegamos atrasadas, porque estávamos, eu e a Senadora Ana Amelia, votando na Comissão de Assuntos Sociais –, lamentar porque não vejo, entre nós, a Secretaria Especial de Portos, que era muito importante. Lá, não vamos resolver o problema do porto principal, público, que está concedido, só com ele. Nós precisamos da construção de outros portos de carga e descarga.

O aeroporto de Manaus, para que os senhores tenham uma ideia, é o terceiro maior do Brasil em movimentação de cargas. Com o porto, não é muito diferente, porque lá temos um polo industrial com uma produção grande, significativa. E grande parte dela sai pelo porto, insumos recebidos de fora, produtos, televisores, tudo isso que tem aqui vem de lá, e tem que ser transportado. E nossa situação, desse jeito.

Então, há também um outro projeto em andamento, que é a construção de um porto de carga e descarga de contêineres, de mercadorias. Esse não está com o Ministério dos Transportes; está com a Secretaria dos Portos. Primeiro, teria um porto no Encontro das Águas, mas lá também a Justiça embargou, porque declarou patrimônio natural, com o que concordo plenamente, o Encontro das Águas. Aquilo é um patrimônio nosso, de que temos de cuidar muito, que a natureza nos deu. Agora, vai ser na Siderama, que é uma antiga empresa de siderurgia. Mas não está com o Ministério; está, sim, com a Secretaria.

Então, eu primeiro quero lamentar, porque acho que todas as providências que estão sendo adotadas agora já poderiam ter sido adotadas há anos.

Nada mudou. De dez anos para cá, a situação é a mesma. O que mudou foi que o porto foi abandonado em estado deteriorado. O próprio levantamento que a comissão fez tem que corrigir o problema do cais, do rodoway, da torre, recuperar os dois flutuantes – porque o nosso é flutuante, sobe e desce de acordo com a subida ou descida do rio. Agora, temos que fazer. Então, não adianta ficar aqui fazendo críticas.

Quero apenas que o senhor, Dr. Miguel – infelizmente não está aqui a secretaria do porto, estou com todo o relatório da Antac, aliás, do Ministério dos Transportes, que coloca um diagnóstico terrível acerca da situação do porto de Manaus – seja sincero. Quero lhe fazer uma pergunta muito simples: a Comissão de transição tem um período de noventa dias. Noventa dias. Se correr tudo bem, em noventa dias, prepara-se e passa-se a administração para a União – esse também é o caminho transitório – para fazer os investimentos necessários e urgentes. Pergunto se o senhor acha que vamos poder cumprir esse prazo. E que caminhos devemos perseguir que construa uma unidade entre Estado, Município e União para que consigamos isso? Em segundo lugar, não está aqui a secretaria, mas pergunto se o senhor, que é dos Ministérios dos Transportes, tem condições de falar um pouco sobre a situação dos portos de cargas e descarga, pelos menos do novo, que deverá ser construído no Amazonas. Dirijo a mesma pergunta da Antac. Também ao Ministério do Turismo, porque o nosso porto é classificado como porto de turismo também. Eu gostaria de muito apoio, não podemos deixar só nas mãos do Ministério dos Transportes ou da Secretaria de Portos. Precisamos nos unir, já que estamos discutindo uma cidade que vai ser sede da Copa do Mundo e, se não houver essa integração, essa unidade, dificilmente vamos conseguir. Era isso, Senador Benedito. Muito obrigada.

O SR. MIGUEL MARIO BIANCO MASELLA – Muito bem, vamos começar as respostas.

Realmente, a portaria foi criada recentemente, com o prazo máximo de noventa dias. Não se fala em "noventa dias"; fala-se em "até noventa dias". Não tenho dúvidas de que será concluído antes dos noventas dias. Essa era a primeira ciosa. Por isso é que houve a clareza de dizer "até noventa dias".

A segunda coisa: veja que a colocação das obras da Copa por conta do Ministério dos Transportes, independentemente desta Comissão de Transição, que

fala do porto, significa que temos que separar uma coisa da outra. Existe uma grande discussão entre o Ministério dos Transporte e a SEP em torno de quem é cada porto. É aquela velha discussão: a classificação é geográfica ou a classificação é funcional? O normal é que a classificação dos portos seja funcional. Se ele é preparado para atender navios de longo curso, é considerado um porto de longo curso, um porto internacional. Isso independe de onde ele está situado, não é a geografia que interessa, não interessa se a água na frente é salgada ou doce. É como um aeroporto internacional, que pode estar colocado em qualquer lugar O que define se ele é internacional é o tipo de avião que frequenta aquele aeroporto. Isso é a tradição normal. Mas existe uma grande discussão para saber se um porto é assim ou assado. Para não envolver a obra da Copa nessa discussão, o Ministério resolveu separar uma coisa da outra. Prossegue a discussão de quem é o porto, mas Manaus, como tem obra da Copa, e obra da Copa é do Ministério, é do Ministério dos Transportes. Essa é a primeira definição. Independentemente da discussão filosófica, a obra da Copa de Manaus é do Ministério dos Transportes. Por quê? Porque, na discussão do convênio, como foi colocado em termos de delegação que foi feita no passado entre a União e o Estado do Amazonas, também foi decidido que quem vai retomar o porto é o Ministério dos Transportes, independentemente dessa discussão toda. Então, já que já foi decidido que o Ministério dos Transportes vai pegar o porto, é ele que faz a obra da Copa. Enquanto isso, discute-se o resto das coisas, os outros portos que estão lá, Manaus Moderno, o Siderama.

Toda a discussão que existe no entorno vai continuar. Essa não sei quanto tempo vai levar. Certamente, mais de noventa dias.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) Se o senhor me permitir, acho que não pode ser assim não. Acho que tem que ser junto com o Manaus Moderno. Sabe por que, Dr. Miguel? Porque estamos falando do porto público. O porto público, pelo seu tamanho, vai receber apenas os transatlânticos, navios que vêm de fora, e de turismo.

Os regionais, que são uma quantidade enorme, não têm onde atracar. Está aqui a Marinha, eles não têm. Então, temos que ter o terminal e tem que ser conjunto. Se é o Ministério do Transporte que vai fazer ou não, tem que coordenar, porque isso tudo faz parte da obra para a Copa. Então, tem que ter esse terminal, que é um terminal internacional, posso assim dizer, e o terminal regional, que é próximo, de acordo com os estudos.

O SR. MIGUEL MASELLA – Certo, quando digo que o Ministério dos Transportes cuida de um e a SEP cuida de outro, não quero dizer que não possamos conversar com a SEP.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A SEP é que vai cuidar desse regional?

O SR. MIGUEL MASELLA – Não, o que estou dizendo é que, independente de ser de um ou de outro, nada impede que os dois trabalhem juntos. É tudo União.

O que digo é que já foi definido que o de Manaus, onde tem a obra da Copa, esse não tem o que discutir. Quem vai assumir o porto é o Ministério dos Transportes e quem vai fazer todas as obras referentes à Copa, previstas nos portos de Manaus é o Ministério dos Transportes.

Os outros portos da região dependem da discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, tudo bem, até acho que é carga . Mas o porto que o senhor fala da Manaus moderna, que é o regional, esse é carga regional, mas é de passageiros, também.

O SR. MIGUEL MASELLA –Isso, esse é o Ministério dos Transportes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Está com o senhor, também,. esse?

O SR. MIGUEL MASELLA – O que digo é que as duas coisas estão precisando ser discutidas em conjunto; o Ministério dos Transportes e SEP. Isso aí não impede que o trabalho ..

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, só para eu entender, o Ministério dos Transportes tem os dois portos, tem esse ...

O SR. MIGUEL MASELLA – Não, o que falei é que o primeiro porto está garantido em função da portaria que foi editada, porque havia um convênio de delegação e a delegação foi ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E a construção do outro?

O SR. MIGUEL MASELLA – Qual do novo?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Do porto da Manaus moderna.

O SR. MIGUEL MASELLA – Esse não posso dizer por enquanto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não é com o senhor, dizer.

O SR. MIGUEL MASELLA – Então faz parte, a Antaq que é o órgão regulador garante que isso aí faz parte do complexo do porto de Manaus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É, porque é isso mesmo, é um complexo.

Exatamente, separar apenas tipos de embarcações regionais com ...

O SR. MIGUEL MASELLA – Então, esse não tem problema. Mas mesmo que fosse, por exemplo, um outro porto que fosse por conta da SEP, nada impede que o Ministério dos Transportes e a SEP trabalhem juntos. Tanto esse trabalho conjunto funcionou que, independente da discussão, o de Manaus foi definido: esse vai tocar o Ministério dos Transportes. Pronto, por facilidade logística, vamos chamar.

Então, não existe uma opinião, uma posição extrema em que diga: não, aqui ninguém entra. Não é assim, a posição é negociada. Então, embora haja uma discussão filosófica sobre o que é fluvial o que é marítimo, no caso de Manaus houve um acerto entre o Ministério dos Transportes e a SEP que o porto, vamos dizer, entre aspas, vai passar para o Ministério dos Transportes. Ou seja, para todos os efeitos o Ministério dos Transportes é que vai tocar; independente da outra discussão.

Agora, mesmo naquele em que a discussão não chegou a um acordo, o trabalho vai ser feito em conjunto. Acontece que no porto de Manaus era mais fácil fazer, porque já vamos pegar o porto, então quem pega o porto pega a obra. Então, em termos de tempo, como falei a portaria fala até 90 dias, não tenho dúvida de que antes de 90 dias chega a uma conclusão.

Agora em termos das obras, como também falei na exposição, independente até da transição, as providências para fazer as obras começam com a contratação de um projeto. Como não tem projeto, então nós estamos fazendo um edital e antes de concluir essa comissão de transição, já estamos fazendo um edital, o edital vai ser publicado ou no fim deste mês, ou no início do mês que vem; o edital do projeto da obra da Copa no porto de Manaus, que pode, inclusive, ser fatiado, ou seja, não preciso fazer um projeto só envolvendo a parte de restauração, que é a tombada do patrimônio histórico dos prédios , das obras de segurança do cais. Não precisa uma coisa esperar a outra, mesmo porque uma obra é de um tipo e a outra é de outro tipo. A expansão do cais e as providências que têm que ser tomadas, tendo em vista a segurança, são muito mais importantes do que todo o resto. Então, nada impede que isso seja feito de forma especial.

E o projeto de arquitetura da restauração dos prédios pode ser feito de forma separada. O mais urgente é esse primeiro. Ambos vão sair a curto prazo. Ou seja, o que estou querendo dizer é que não é a discussão sobre o porto ser fluvial ou marítimo é que vai impedir que tudo aconteça no prazo. E o prazo de 90 dias se pode cobrar. .

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos cobrar, porque estamos correndo contra o tempo.

Eu gostaria de ouvir a Antaq, também,Presidente sobre isso.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Bom, rapidamente para relatar, realmente o problema do porto de Manaus é gravíssimo e é antigo. Nós temos feito relatórios – posso lhe enviar todos eles – desde 2007 que a Antaq pediu a denúncia desse convênio da delegação, vem reiterando isso, e agora, depois de resolvido um pouco mais esse imbróglio se é SEP ou se é o Ministério dos Transportes é que foi tomada a decisão pelo Ministério dos Transportes que está efetivando. A despeito, a Comissão vai concluir seus trabalhos, a despeito de que a efetividade disso dependerá ainda do deslinde de uma demanda judicial que, na semana passada... A senhora sabe que houve uma nova ação que está impedindo que seja retomado o porto, mesmo com a conclusão dos trabalhos. Mas nós estamos acompanhando isso de perto.

Agora, do ponto de vista do atendimento da Copa, é como o Miguel já disse: o Ministério dos Transportes está agora elaborando os projetos e deve ser feito independentemente de se chegar ao deslinde dessas questões de forma imediata.

Com relação ao *roadway*, ele está embutido nesse projeto, desde o início ele está fazendo parte. A melhoria na parte do atendimento de cargas e passageiros regionais e na parte do turismo. Agora, dos grandes volumes de carga, essas cargas não vão mais voltar para o Porto de Manais porque não tem como, nem acessos, inclusive por impedimentos do IPHAN. Ou seja: nem acesso mais se tem para voltar a carga para lá. Então, quais são as soluções? Hoje, Manaus é atendido por dois terminais de uso privativo, alfandegados, que são o Chibatão e o Super Terminais. Os dois é que atendem essas cargas da região de Manaus e que fazem todos os contêineres que entram e saem com mercadorias por lá. Existe um projeto, sim; a Secretaria de Portos fez uma licitação, um chamamento público para novos projetos, houve a seleção de um projeto. E, agora, o que está acontecendo é que eles estão elaborando todos os estudos para encaminhar à Antaq para fazer a licitação da concessão. Então, estão em fase...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque a licitação foi para o projeto básico, não é isso? O da construção do porto.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO – Exatamente. Inicialmente, selecionaram o melhor projeto. Agora, estão elaborando todos os estudos, inclusive licenciamento ambiental, e os demais estudos

necessários, como o estudo de viabilidade econômica e financeira, para encaminhar à Antaq para fazer a licitação da concessão. Então, neste momento, está com a SEP o andamento desse projeto do porto novo, e eles disseram que devem, até meados deste ano, concluir esses estudos para encaminhar à Antaq. Esta é uma posição recente, tirada de uma reunião recente que tivemos com o Ministro Leônidas Cristino.

O SR. RICARDO MARTINI MOESCH – Senadora, rapidamente, só porque o Ministério do Turismo foi citado quanto ao apoio. Quero lembrar que o Ministério do Turismo participa do comitê gestor junto à Casa civil; é um dos cinco Ministérios que participa. Então, eu entendo ser um fórum adequado, e a Senadora poderia propor também, dentro desta Subcomissão do Norte, que nós trabalhássemos isso.

Nós estivemos em Manaus e, lá, fizemos uma reunião do GT Náutico, Naquela oportunidade, visitamos o porto. E ali vimos realmente a situação do camelódromo. Simplesmente havia um problema de camelôs, de ambulantes, no centro de Manaus, e a solução foi colocar no porto, fazer um camelódromo na área portuária, que era para ser provisório. Nós conhecemos esse "provisório" que se torna permanente. E, depois, como é que se vai tirar? "Não; vai ficar só dois anos, depois sai.." Vão se resolver ali e terminou. E note-se que ali é um porto com características muito importantes para o turismo.

E, para a Senadora Ana Amelia, quanto à questão da Portaria nº 24, de 26 de janeiro deste ano, da SPU, gostaria de dizer que nós do GT Náutico acompanhamos essa portaria. Em contrapartida, ela possibilita – e, hoje, o prazo de validade é até o dia 26 de julho – que nós regularizemos 640 marinas que temos no litoral brasileiro e que estão pendentes de regularização, em função de problemas fundiários, de legitimação da utilização da parte de terra. E a portaria vai beneficiar que nós façamos, pela primeira vez, não neste País, mas pela primeira vez dentro da área do náutico, proporcionaremos que haja a regularização sem multa.

E qual foi o modelo utilizado? Estou colocando isso porque participei com a SPU dessa modalidade. Ok! A fórmula tem algumas críticas? Sim, tem críticas. Nós apresentamos agora em fevereiro em Búzios. Vamos remodelar? Vamos remodelar, mas a França utiliza isso. E, particularmente, usei um exemplo, porque eu estava em Paris, visitando a região da Bastilha, e perguntei como é que aqueles barcos estavam ali, perto do rio Sena. E eles disseram: "Ah, essa é uma marina pública da prefeitura de Paris". E aí eu perguntei: "Então eu posso ter um barco aqui?" Ele disse: "Pode, mas tu vais esperar de três a quatro anos a tua reserva por quarenta e cinco dias". E eu disse: "Como é que faz?" Ele disse: "Tu entras aqui na lista e tal, pode trazer o teu barco através das hidrovias, dos canais, deixa o teu barco por quarenta e cinco dias no centro de Paris, paga para a prefeitura de Paris a utilização de só 40 dias. Qual é a nossa proposição? Abrir vaga. Estamos estudando junto ao SPU, para, no caso daquelas construções que foram feitas de forma irregulares e que teriam que ser demolidas às custas e expensas do consultor, transformarmos em vagas públicas, o que possibilitará que o Ministério as utilizasse para a movimentação dos brasileiros e estrangeiros. O maior problema para a Aeronáutica brasileira hoje é acesso ao mar. Nós não temos acesso às marinas. Praticamente há uma privatização, quando a lei deixa bem claro que deveria ter esse acesso.

Então, nós estamos trabalhando nisso. Em contrapartida, pode haver algum problema. Mas existe uma reserva na portaria, há uma interpretação que a SPU pode dar que isenta de cobrança do espelho d'água em algumas situações e principalmente na questão de movimentação de cargas. Agora, para a Aeronáutica é importantíssima essa portaria porque abre, pela primeira vez, a possibilidade de legitimação do espelho d'água. Eles podem inclusive participar de uma linha do financiamento do FAT, que nós abrimos agora aos prestadores de serviços turísticos, que dá 7% ao ano. E já temos aí algumas marinas que estão cadastradas no Ministério e participando do movimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a participação da eminente Senadora Vanessa. Tenho certeza absoluta de que, depois desses apelos que V. Exª formula diante das pessoas que aqui se encontram, as coisas vão acontecer – porque há necessidade de acontecer, não tenho a menor dúvida disso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, Presidente, quero parabenizar a Senadora Ana Rita e V. Exª e a Comissão por essa iniciativa. Também sinto falta aqui da Secretaria Nacional dos Portos. De qualquer modo, acho que a presença das demais autoridades é importante. A gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Queria só fazer uma observação, Senador. É que a Secretaria Nacional dos Portos participou da primeira audiência. Como essa é a continuidade, é a sequência... Nós dividimos em duas etapas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu digo é porque esse formato, as áreas de carga com turismo, com os estudos não só de portos marítimos como fluvial, para tudo isso é muito importante a gente ter as partes no meio das proposições.

Na verdade, eu queria tratar de três temas. Um com o Dr. Miguel, em relação a esse intermodal – e

estou pegando agora a parte do Nordeste. Nós temos a Norte-Sul, que está em andamento, a Transnordestina, que se interliga com ela, como foi dito, na segunda etapa, mas é preciso... Há um aspecto que venho criticando desde o começo da Transnordestina, porque a capital do Piauí vai ser a única a não estar integrada nem com a norte-sul nem com a transnordestina.

Então, há um estudo muito antigo, sobre o qual já estive lá no Ministério tratando, e eu queria aqui, Presidente, encaminhar um requerimento em nome da Comissão, para ver se tem mais força, para ver se agilizaria, que faz uma ligação de Teresina em direção a Picos e entre o Município de Simplício Mendes e Paulistana se faz a integração. É importante porque, nesse ponto, já tem um ramal – porque tem uma indústria da Eucatex que explora a vermiculita ali na região de paulistana, que faz uma integração com Petrolina, Juazeiro, e integra com a Bahia e outras regiões.

O que nós estamos querendo? É interessante! A trinta anos atrás essa obra começou e ainda hoje estão lá as pontes que foram paralisadas, ninguém nunca me explicou por que, faz tanto tempo que acho até que quem lidou com isso não está mais vivo. O resultado é que precisamos fazer essa integração. Temos todo um potencial em desenvolvimento, que vai ajudar nesses polos do sul, mas acho que a integração com a capital do Estado é fundamental.

Outro ponto: a agilidade – queria que o senhor anotasse também – para a recuperação, a revitalização do trecho

O Piauí era o único Estado brasileiro com acesso ao mar em que não havia porto. Também era uma obra inacabada. Essa obra estava com 23 anos quando consegui retomá-la, numa pareceria, inclusive, com o Governo do Estado, para que houvesse previsão de conclusão do porto neste ano. Mas o porto só terá sentido se a ferrovia for revitalizada. Existe a ferrovia, mas esta ficou, por muito tempo, abandonada, tendo, inclusive, ficado impedida de fazer o transporte de combustível e de outras cargas, por conta da falta de restauração. Essa ferrovia federal – as outras são privadas – era da Refesa, mas ficou com o Dnit, com o Ministério dos Transportes. Já fiz esse encaminhamento com o Governador, já estive lá, mas eu gostaria que também pudéssemos contar com um tratamento especial em relação a essa ferrovia, que, como eu já disse, liga Teresina ao litoral, ao Porto de Luís Correia.

Sr. Presidente, a outra questão diz respeito à área da hidrovia. Já sabe o Dr. Fernando Fialho quantas vezes tratamos disso. Foi com V. Sª que aprendi algo importante. Já foi feito o estudo do Corredor Parnaíba, como é chamado, na área da hidrovia. Veja que ele não está em meio aos que, agora, estão no Plano. Não vamos permitir isso. Isso não tem cabimento.

Qual a região que mais cresce no Brasil? É a região do sul do Piauí com o sul do Maranhão. Essa região cresce a uma média de 27% ao ano, desde 2001. Continua crescendo e vai continuar crescendo. Ali, há dez milhões de hectares de cerrados. Hoje, há mais ou menos um milhão de hectares sendo explorados. Então, friso o potencial de crescimento dessa região, com o algodão, com a soja, com reservas mineiras. Houve, inclusive, a descoberta de gás, de petróleo. Enfim, não há cabimento no fato de não haver esse olhar para essa região. Por que estou chamando a atenção para isso? Porque pode ficar tarde demais. Agora, o Ministro das Minas e Energia esteve lá, anunciando mais três hidroelétricas.

Falta somente equipar a eclusa de Boa Esperança. Primeiro, questionaram que estaria estreita para certos padrões. Tenho viajado pelo mundo e visto que o padrão usado no mundo inteiro é aquele. Hoje, há embarcações com todas as condições de uso. Então, faremos um encaminhamento disso também à Antaq e ao Ministério dos Transportes, para que possa haver a finalização desses estudos e do projeto – nesse caso, o que está faltando é o projeto –, para viabilizar a eclusa de Boa Esperança. São cerca de mil quilômetros, inicialmente, de Santa Filomena e de Balsas – passa-se o rio Balsas – até a capital. São mil quilômetros. No último estudo, falava-se em R$180 milhões. É brincadeira não se fazer uma obra dessa! Então, eu queria que o Ministério dos Transportes e a Antaq nos ajudassem a completar os estudos e o projeto, para que tivéssemos condições de implantar essa obra. São R$180 milhões para mil quilômetros de hidrovia. É inaceitável não fazermos essa obra! Estamos encaminhando essa questão pela Comissão.

Aprendi com a Antaq que, fazendo um canal por um riacho que existe de Teresina a Caxias, no Maranhão, um canal de apenas oitenta quilômetros, faremos uma ligação hidroviária também com o Porto do Itaqui pelo rio Itapecuru. Conversei com o Presidente Sarney nesses dias. Como é que não priorizamos uma obra dessa?

Dr. Fernando, poderíamos completar esses estudos. Aliás, já existe o estudo. Penso que, agora, falta completar o projeto. Não consegui incluir essa obra no PAC, porque o projeto básico não estava pronto. Mas temos condições de discutir com o Governo Federal, para incluir essas obras, porque são obras relativamente baratas.

Por último, na área de portos. Veja, colado ao Porto de Luis Correia há o atracadouro de duzentos anos, que era chamado no passado de Porto da Amar-

ração, onde se mandava carne seca, o charque, que é a nossa carne de sol hoje, para Portugal.

Então, o que estamos querendo? É um investimento barato. Com apenas R$15 milhões, e o Dr. Ricardo Martins falou aqui que houve essa regata com a presença de cerca de cinqüenta embarcações do mundo lá no rio Igaraçu. Com R$15 milhões apenas – é esse o projeto que está pronto, inclusive feito pela Secretaria de Turismo do Estado –, a gente pode fazer a marina do Delta.

Hoje, você tem um porto em Itaqui e você vai encontrar um outro porto em Fortaleza. O turista não agüenta um percurso deste tamanho dentro de um navio. A marina fica exatamente no meio. Todos os estudos apontam seis mil embarcações, passando ao lado de Luis Correia, ao lado dessa área.

É claro que nós já vamos ter um porto importante que é o porto de Luis Correia, mas eu quero aqui fazer um apelo para que o Ricardo, do Ministério de Turismo – eu acho que é uma coisa que pode ser feita pelo próprio Ministério do Turismo – para aprovarmos este projeto da marina do Delta. Não tem cabimento, foi-se lá, outros membros do Ministério foram lá, é um lugar belíssimo, é um lugar para o mundo, é uma jóia para o mundo.

Hoje você já tem ali na Região Nordeste, Senadora Ana Amelia, várias empresas, principalmente esta maior que é até brasileira e aluga navios, como a CVC, que faz Fortaleza, Natal, Fernando de Noronha, Recife, Salvador, enfim, e esse trecho de São Luís do Maranhão, que é uma cidade histórica, a Fortaleza fica impossível de conhecer por conta disso.

Ali nós criamos uma coisa inédita no Brasil, com base na Lei de Consórcio, que é um consórcio turístico da rota das emoções, que pega essa região de Lençóis Maranhenses, onde está localizada a cidade de Barreirinhas, Delta do Parnaíba, e Camocim e Jericoacoara, no Ceará. Uma região espetacular para o mundo. Já existe o aeroporto internacional, está sendo feito um outro lá, em Jericoacoara, deve estar ficando pronto o de Barreirinhas, mas além do acesso por aviões, além do acesso por rodovias, a gente precisa fazer essa marina, porque ela vai viabilizar tanto a parte do Maranhão como a parte do Ceará e a parte do Piauí.

Então, eu queria fazer um apelo. E é barato. É nessa linha aqui. Não é nada extravagante, é uma obra simples, é mais para terem condições de abastecimento, condições de receber as embarcações, atracadouro, enfim, uma obra modesta, simples, feita por quem entende. Quer dizer, foram contratadas pessoas que já fizeram marina simples assim, confortável para qualquer lugar do mundo.

Então, Sr. Presidente, eu quero parabenizar aqui e fazer esse apelo. Vou apresentar para a Comissão para ver se – porque indo em nome de Governador não atendeu, em nome de Senador não atendeu –, em nome da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, a gente possa.... Inclusive a bancada do Piauí está apresentando agora para o PPA, para a LDO, de novo, porque consta do PPA, consta da LDO. Mas, por falta do projeto, a gente não consegue andar. E, quem tem expertise aí é a Antaq, é o Ministério dos Transportes, do Turismo, eu quero fazer esse apelo.

E estou muito feliz aqui com esse encontro. Eu acho importante esse debate, até para conhecermos mais as demandas que temos nessa área, na Região Sul, na Região Amazônica, na Região Sudeste, Centro-Oeste e do Nordeste.

Então, fico feliz e queria fazer esse apelo para que a gente consiga realizar essas obras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ao encerrar essa audiência pública, eu gostaria de agradecer a presença dos nosso convidados.

V. Exªs bem viram as demandas, as dificuldades, as solicitações e as necessidades de cada Região deste País.

Eu conversava aqui com o Dr. Fernando que, infelizmente, ao longo da história do Brasil, muita coisa deixou de ser feita no tempo certo, no tempo aprazado. As coisas foram se acumulando, Senador Wellington. E é exatamente em função desses acúmulos que a gente tem essa série de demandas. O senhor veja, por exemplo, no Estado do Amazonas, a situação caótica que nós presenciamos aqui; as demandas que o nobre Senador apresenta, que a Senadora Ana Amelia apresenta.

Então, a Comissão não vai se restringir apenas a trazer os senhores aqui para um debate desse porte. Nós vamos depois cobrar. Lógico que todas as nossas audiências públicas serão filtradas, faremos um relatório exatamente para cada caso, para cada ação, para começarmos a cobrar dos Ministérios, do Governo as ações. Como acabou de dizer V. Exª, uma obra de mil quilômetros pelo valor de 180 milhões de reais, eu dizia aqui ao Dr. Fernando, é coisa pequena. Infelizmente, esse é o comportamento da infraestrutura do País.

Mas nós queremos aqui agradecer a todos que aqui compareceram, foi uma contribuição extraordinária que vocês trouxeram para nós, o debate foi rico. As ações serão implementadas.

Senador Wellington, nós estaremos juntos. A Comissão vai onde for necessário ir para cobrar do Governo, cobrar da iniciativa privada aquilo que possa realmente melhorar a infraestrutura portuária do nos-

so País, porque é de fundamental importância. Nós temos dito muito isso aqui, e vamos trabalhar nessa direção.

Sou muito feliz por esse encontro. Quero mais uma vez agradecer ao José Adilson, agradecer ao Vice-Almirante Eduardo, agradecer ao Dr. Fernando Fialho, agradecer ao Dr. Miguel Masella e agradecer ao nosso Ricardo Martini.

E vamos cobrar, Wellington, da Secretaria dos Portos, que é fundamental. Ela esteve aqui na audiência anterior. Com esta audiência, completamos este ciclo das duas audiências, que foi subdividida, com os requerimentos de V. Exª.

Agradeço às pessoas que aqui se encontram, à imprensa e aos auxiliares de cada órgão convidado para esta audiência pública.

Muito obrigado.

Dou por encerrada esta reunião na manhã e tarde de hoje.

(Levanta-se a reunião às 13h14min.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE ABRIL DE 2011.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia sete de abril de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, WALTER PINHEIRO E BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): João Pedro, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2010. EMENTA:** Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja – PROAP Laranja. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1 a 4. **Observações:** – Votação Nominal. **–** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – Em 24/3/2011, a matéria constou da pauta da 4ª Reunião Extraordinária da CRA, tendo sido retirada, a pedido do relator, para reexame. Em 30/3/2011, o Senador Eduardo Suplicy apresentou novo relatório pela aprovação do Projeto com as emendas nºs 1 a 4.– A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação do projeto e das emendas, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 4 – CRA. ITEM 2: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010. EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico. **Autoria:** Senador Heráclito Fortes. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1. **Observações:** – Votação Nominal. **–** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Ana Amélia, Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Jayme Campos, Delcídio do Amaral e Casildo Maldaner. **Resultado: Concedida Vista Coletiva. ITEM 3– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, DE 2008. EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Reguladora Territorial Rural (ARTR). **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda nº 1. **Observações:** A matéria será encaminhada posteriormente à CCJ, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Ivo Cassol, Ana Amélia, Casildo Maldaner e Delcídio do Amaral. Passa-se a votação do projeto e da emenda, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CRA. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para debater a reforma agrária e a questão fundiária do país, em todos os seus aspectos, as seguintes pessoas: Sr. **Celso Lisboa de Lacerda** – Presidente do Instituto da Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**); Sr. **Fábio de Salles Meirelles Filho** – Comissão Nacional de Assuntos Fundi-

ários da Confederação Nacional da Agricultura (**CNA**); Sr. **Afonso Florence** – Ministro do Desenvolvimento Agrário (**MDA**); Sr. **Wagner Gonçalves Rossi** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO S/N, DE 2011**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo, 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Procuradora da República no Distrito Federal, **Michele Rangel de B. V. Bastos**, com o objetivo de explanar sobre as irregularidades na celebração, na prestação de contas e na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA, investigadas pela Procuradoria da República no Distrito Federal, originando a ação de improbidade administrativa, processo nº 0017488-02.2011.4.01.3400, que tramita na 7ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado: Adiado. ITEM 6: REQUERIMENTO SN, DE 2011**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma subcomissão permanente no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir as assimetrias nas políticas agrícolas dentro do MERCOSUL, bem como os seus impactos na agricultura brasileira. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado: Requerimento retirado pela Autora.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias. O resumo do primeiro encontro do ciclo de palestras, debates, seminários e painéis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater a regularização e reordenamento fundiário do Brasil.

A Comissão de Agricultura realizou, no dia 25 de março de 2011, às 14 horas, o primeiro encontro do ciclo de palestras, debates, seminários e painéis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O tema foi "Política de Regularização e de Reordenamento Fundiário Brasileiro".

Estiveram presentes como expositores os seguintes convidados: Sr. Adhemar Lopes de Almeida, Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Carlos Mário Guedes de Guedes, Secretário Extraordinário de Reorganização Fundiária da Amazônia Legal; Alberto Lourenço, Secretário de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Sr. José Lopes de Oliveira, Engenheiro Agrônomo do Incra.

Nessa reunião, foram debatidas as estratégias de atuação dos órgãos federais para regularização e reordenamento fundiário, para que os proprietários de áreas irregulares tenham a segurança jurídica necessária para investir na terra e recebam acesso ao crédito e incentivos fiscais e outros benefícios governamentais.

O reflexo positivo da regularização fundiária se dá quando o cidadão que explora a terra passa a ter o documento da titulação ou o direito à titulação, e a sociedade passa a ter um instrumento de verificação muito poderoso para controle da adequada utilização do imóvel.

Foram destacadas também as ações do Programa Terra Legal, que atua na regularização de áreas urbanas e rurais e leva recursos da União para Estados e Municípios, para que eles possam fazer a regularização conforme a legislação especializada de terras públicas estaduais.

Foi demonstrada a importância do monitoramento de toda a área da Amazônia Legal para evitar o desmatamento ilegal da região. Uma vez que todo o trabalho de transferência de títulos vem sendo realizado em regiões anteriormente habitadas, propiciando, além da regularização fundiária, a regularização ambiental.

Temos convicção de que as terras sem documentação, sem acesso ao crédito e sem assistência governamental são terras exploradas e desmatadas ilegalmente, sem nenhum compromisso com a agricultura sustentável e com o meio ambiente.

Encontra-se em fase de implantação, um sistema nacional de gestão territorial, com a utilização de plataformas livres, que irá possibilitar a uniformização da base tecnológica e permitir a unificação nacional do cadastro. E, desse modo, qualquer imóvel para ser transferido deve obter a certificação do Incra.

Foram sugeridos subsídios de escrituras públicas para famílias com recursos de até cinco salários mínimos, o que traria consequências positivas, pois proporcionará a segurança psicológica, a plena possibilidade de investimentos públicos e a possibilidade de obtenção de créditos pelas famílias para investimentos na produção.

Ainda hoje há terras devolutas no Brasil, o que favorece as ações de grileiros e desmatadores. E em razão da lentidão do processo de regularização fundiária, as áreas de preservação ambiental ficam mais suscetíveis a risco.

Deve haver, portanto, por parte do Governo Federal, mais rigor na atuação dos órgãos federais que combatem crimes ambientais e a manutenção de processos de regularização fundiária em todo o País, mais coordenado e célere.

A regularização fundiária é uma ferramenta que o Governo tem para combater o desmate ilegal.

A ocupação das terras fundada no modelo agrícola utilizado no passado em várias regiões do País não pode ser condenada, porque foi capaz de favorecer o desenvolvimento local. No entanto, outro modelo de regularização precisa ser adotado para coibir o desmatamento originado por esse modelo agrícola.

Quanto aos procedimentos dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário para assegurar a expedição de títulos em faixa de fronteiras, informou-se que é possível a transferência de domínio também por meio de Programa Terra legal, nos termos do que preconiza a lei. O que se propõe é retirar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, em razão da inviabilidade de se reunir o conselho a cada pedido de transferência de domínio. Já há muito tempo, esse conselho não se reúne, prejudicando, assim, os proprietários de terras nas áreas de fronteiras brasileiras.

Os desafios apontados pelos especialistas brasileiros estão voltados à estruturação dos órgãos ligados à questão fundiária, de modo que equipes sejam capacitadas para aprimorar as vistorias e as análises de campo em terras públicas e ainda a modernização do sistema cartorário brasileiro no que diz respeito às custas cartorárias, além da capacidade de reprimir o ilícito fundiário.

É esse, então, o resumo das nossas últimas atividades, Srªs e Srs. Senadores.

O debate desta sexta-feira, dia 8, às 14 horas, abordará dois temas. O primeiro é endividamento agrícola com um histórico sobre: frustração de safra, como, por exemplo, em 2004; variação cambial de 2006; desequilíbrio entre o custo dos insumos e o custo das commodities; taxa de juros; e alto custo do crédito rural. Outro tema é renegociação das dívidas com os produtores. Instrumentos legais, leis ordinárias, resoluções do Conselho Monetário Nacional e outros instrumentos existentes são insuficientes e operacionalmente exequíveis sob a ótica do agente financeiro, produtor rural e Governo Federal. Estarão presentes os seguintes convidados o Sr. Gilson Bittencourt, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Sr. José Carlos Vaz, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil; Sr. José Andrade Costa, Superintendente do Banco do Nordeste; Sr. Evandro Ninaut, Gerente de Desenvolvimento de Mercados; Sr. José Alves Bezerra, Gerente Executivo do Banco da Amazônia; Srª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil; Sr. João Guadagnin, Diretor de Financiamento da Produção Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Essa audiência começará, amanhã, às 14 horas.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, quero agradecer à Senadora Ana Amélia pelo valioso debate que tivemos aqui no último dia 25 sobre o tema reordenamento fundiário e regularização fundiária. É um tema importante e o Brasil nos cumprimentou, com certeza, pela tema. Quero agradecer pela sua presença, mais uma vez, Senadora.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sobre isso, Presidente Acir Gurgacz, penso que esse relatório pode ser introduzido no debate do Código Florestal, porque ele está intimamente ligado a isso, uma vez que a regularização também ajuda na questão da preservação ambiental. Penso que foi extremamente oportuna a escolha da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Na verdade, o Código Florestal está ligado diretamente praticamente a todos os assuntos da agricultura. É essa a nossa preocupação e a preocupação de todos os membros desta Comissão em debater a reforma do Código Florestal.

O seu pedido de fazermos juntos as audiências públicas com a Comissão de Meio Ambiente nos possibilita a debater com muito mais precisão e mostrar ao Brasil a nossa preocupação e o nosso desprendimento de que nós devemos estar juntos, ambientalistas e produtores rurais, debatendo o mesmo tema, sob a mesma ótima, pois nós todos temos o mesmo objetivo: produzir mais e cuidar das nossas reservas e do meio ambiente.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2010, terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Va-

ladares, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja – Proap Laranja.

Como nosso Senador Relator, Eduardo Suplicy, ainda não chegou, vamos inverter a pauta e passamos para o Item 2.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010, terminativo, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Passo a palavra ao Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Parecer de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010, do Senador Heráclito Fortes, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.

Em exame para a decisão terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 190, de 2010, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico. O art. 1º da proposição modifica os arts. 2º e 3º da mencionada lei para:

instituir o conceito de defensivo agrícola genérico;

determinar a observância dos critérios de equivalência da organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, para fins de registro do defensivo agrícola genérico.

(.....)

atribuir ao interessado no registro do defensivo agrícola genérico a responsabilidade pela observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual.

O art. 2º do PLS impõe a adoção da nomenclatura do princípio ativo do produto técnico no receituário agronômico e, por ocasião das compras realizadas pelo poder público, que deverá dar preferência ao defensivo agrícola genérico nas aquisições em que houver igualdade de preço.

Não há registros de emendas ao projeto, que tem, no art. 3º, estabelecido sua cláusula de vigência.

Análise.

Preliminarmente, cabe informar que, no final da legislatura passada, esta Comissão recebeu relatórios sobre a proposição e análise da lavra do ilustre Senador Gerson Camata. Em documento que não chegou a ser votado, o Relator acolheu a sugestão de emenda do Senador Heráclito Fortes, autor do projeto, que aprimora a proposta no sentido de conferir maior eficiência ao processo de registro do defensivo agrícola genérico.

Concordado com os termos do parecer anterior, passo a analisar o projeto.

Nos termos da disposições constantes do inciso VI do art. 104-b do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura apreciar as proposições atinentes à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

A apreciação do PLS nº 190, de 2010, se dá em decisão terminativa, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal. A apreciação do PLS nº 190, de 2010, se dá em decisão terminativa. O que torna necessária a análise da proposta sobre aspectos relativos a sua constitucionalidade, ao mérito e à técnica legislativa e à juridicidade.

Encontram-se observados quanto à constitucionalidade da matéria os requisitos da competência legislativa da União, prescritas no art. 22 da Constituição Federal, e do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 49, caput, da Carta Magna. Ademais, o projeto respeita também a iniciativa de leis ordinárias tratadas no art. 61 da Lei Maior.

No que tange à juridicidade, a proposição apresenta-se adequada, haja vista a inovação do ordenamento jurídico e a generalidade e coercitividade das disposições contempladas em instrumento gerador de lei ordinária.

Quanto à técnica legislativa, não cabe reparo ao projeto de lei em foco, que se apoia nas diretrizes traçadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sobre o mérito, é importante assinalar que o Brasil utiliza anualmente mais de 600 mil toneladas de defensivos agrícolas para proteção de nossas lavouras.

Assim, é suficiente para nos posicionarmos favoravelmente ao PLS em exame à expectativa dos efeitos positivos advindos da redução dos custos, da produção pela disponibilidade de mais produtos defensivos concorrentes, do aumento da oferta de produtos agrícolas e da redução do preço dos alimentos.

A emenda proposta pelo autor e acatada pelo relator anterior ajusta o texto do projeto à terminologia técnica utilizada na legislação atual e acrescenta dispositivo que facilita o acesso das empresas interessadas na produção dos defensivos genéricos às informações dos produtos de referência após o fim do período de proteção da patente.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010, com a emenda a seguir:

Emenda nº – CRA. Dê-se aos arts. 1º e 2º do PLS nº 190, de 2010, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 1º Os arts. 2º e 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....
.....
.....
.....

III – defensivo agrícola genérico ou agrotóxico genérico: produto equivalente a outro agrotóxico já registrado".

"Art. 3º .....
.....
.....
.....

§1º Para o defensivo agrícola genérico, o registro de que trata o §1º será avaliado e concedido pelo órgão registrante.

. .....

§7º A avaliação para determinação da equivalência de defensivo agrícola genérico será realizada pelo órgão registrante, com observância dos critérios de equivalência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

§8º Para fins de registro de defensivo agrícola genérico, as informações do produto técnico de referência serão mantidas no órgão registrante por prazo indeterminado.

§9º O produto técnico registrado como defensivo agrícola genérico não poderá ser indicado como produto técnico de referência.

§10º A observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual protegidos no país é de responsabilidade do interessado no registro do defensivo agrícola.

Art. 2º As aquisições de agrotóxicos pelo Poder Público e o receituário agronômico adotarão obrigatoriamente a nomenclatura do ingrediente ativo.

Sala das Comissões. – Relator: Senador **Waldemir Moka.**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Waldmir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, fiz questão de ler, e já consultei a maioria dos Senadores, mas, como há uma preocupação em votarmos isso sem um exame maior, estou pedindo à Comissão que peça vista coletiva para que a gente possa, no conjunto, não deu tempo de discutirmos isso, e, na semana que vem, aí já quem sabe até com... Quero chamar a atenção para a discussão. Não quero que essa matéria seja votada dessa forma.

Peço que a Comissão faça o pedido de vista no sentido de que possamos dar a essa matéria... Queremos votar isso, Senador Blairo Maggi, Ana Amélia, Cyro, da maneira mais aberta possível.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Embora tenha achado esse seu relatório excelente, sem dúvidas, mas eu penso que o pedido do relator é uma ordem para nós.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Senador Blairo Maggi, para discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Concordo com a Senadora que já pediu vista e eu também pedirei vista. E vamos ao debate, vamos chamar as empresas principalmente que fazem genérico porque, aliás, Senadora Ana Amélia, tem havido muita reclamação nesse sentido, do tempo que se demora para conseguir um registro na Anvisa, eu acho que a gente deve ampliar um pouquinho essa discussão e vamos pedir vista, então, do projeto, e na semana que vem voltamos a discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Para discutir o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Concordo plenamente, mas quero salientar que pelo que nós estamos vendo aqui já tem um pedido de vista do Governo, tem um pedido de vista aqui do Governo, quer dizer, o Governo já se manifesta contrário a esse item do genérico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco PMDB – MS) – Senador Cyro, isso é apenas uma orientação da Liderança do Governo, não significa necessariamente que esta Comissão deva obedecer. Por isso mesmo e até...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – ...o grau de dificuldade que nós vamos enfrentar porque eu não sei, se essa aprovação fosse, eu acho que ele está bem explicativo, mas eu concordo contigo, se nós aprovássemos, nós íamos ganhar um pouco mais de tempo porque eu não vejo tanta dificuldade na discussão, acho que isso é mais do que patente o mérito e as vantagens que vêm oferecer, mas de qualquer maneira, eu acho que tem que ficar, só queria salientar. esse ponto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – A questão do Governo é apenas uma orientação a sua Bancada para que a Bancada peça vista, não é uma posição oficial do Governo, não tem essa

condição de pedir vista, apenas uma orientação. E o nosso relator...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Mas se nós aprovássemos hoje?

O SR. PRESIDENTE (ACIR GURGACZ Bloco/PDT – RO) – Se nós aprovássemos hoje, ela estaria aprovada sem nenhuma dificuldade. Nós temos a total tranquilidade para fazemos o que é necessário.

O SR. CIRO MIRANDA (PSDB – GO) – Era esse o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Para continuar a discussão, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, eu quero dizer o seguinte, exatamente porque tem essa orientação à Bancada do Governo, e nós poderíamos até ter votado o projeto, mas entendo que esse é um projeto que nós, enquanto conhecedores, vamos dizer assim, do assunto, nós não podemos ter nenhuma dificuldade para defender. Então eu acho que isso e se o Governo tem uma orientação, eu estou pedindo que a própria Bancada peça vista coletiva para que dê mais tempo e eu tenho comigo que podemos convencer a própria Liderança do Governo e o Governo em si de que esse projeto é um projeto que tem um alcance muito grande, sobretudo para os produtores rurais. E eu não vejo como um defensivo agrícola que guarda a mesma referência química, a mesma estrutura molecular e a mesma equivalência adotada pela FAO possa ser diferente do produto hoje que é usado no mercado. Pode ser que haja problema de preço, Presidente, mas quimicamente não há o que se falar.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Parabéns Senador, pelo seu espírito de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Valter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, eu acredito que o debate poderia até se processar com um caráter, eu diria, até finalizador no dia de hoje, levando em consideração a importância desse projeto, o que significa para a gente ampliar, inclusive, as condições de utilização dos defensivos, obviamente estou falando do ponto de vista econômico, até por conta do barateamento na ponta da aplicação de algo que tem cada vez mais encarecido o resultado final que é o produto agrícola. E de certa maneira, os maiores prejudicados nessa etapa tem sido principalmente os pequenos agricultores porque não tem sido barato o acesso a isso. E aí, numa genérica comparação aos genéricos da saúde, os medicamentos, nós guardaríamos, obviamente, guardadas as devidas proporções, nós teríamos exatamente o mesmo encaminhamento. Então até quero dizer que, da parte do Governo, pelo menos no que nos compete, não há nenhuma posição firmada no sentido de operar um processo para retardar aqui, criar caminhos para evitar a aprovação dessa matéria. Pelo contrário. A diferença é que instituições como a Embrapa e outras têm pedido para que possam aprofundar esse nível de debate no sentido de a gente ir superando as dificuldades.

Como por exemplo, uma experiência foi divulgada pela Universidade Federal do Estado do Mato Grosso, meu caro Senador Blairo, no que diz respeito à questão do leite materno. Houve um debate sobre a questão da contaminação por agrotóxico nessa experiência.

Então o que nós estamos pedindo efetivamente para o adiamento é que a gente possa, inclusive, em conjunto com a Embrapa, colher estudos que nos orientem de forma mais precisa, para não ficarmos com a cabeça somente na economia e esquecermos da questão principal que é o impacto disso na saúde.

Então a ideia do pedido de vista é um certo tempo para essa questão, mas sem qualquer posição do Governo para que se jogue isso para as calendas ou para que, usando o pedido de vista, retardemos a apreciação. Muito pelo contrário. Quero insistir: da nossa parte, há uma decisão muito clara de apoiar essa iniciativa e, portanto, consolidar essa linha de atuação para os agrotóxicos genéricos, favorecendo assim a utilização, mas de forma responsável e cientificamente consistente, a fim de que economicamente a gente extraia as vantagens devidas da utilização dos genéricos agrotóxicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu só quero lembrar os Senadores que, na próxima quinta-feira, dia 14, está confirmada a presença do Ministro Afonso Florence, do MDA, para uma audiência pública. Na próxima quinta, dia 21, será feriado, portanto, vamos nos reunir para deliberar dia 28 de março. Será a nossa próxima reunião deliberativa. Queria apenas comunicar isso.

Pergunto se mantemos a discussão.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria acrescentar ainda que agradeço a posição do Governo manifestada pela palavra do Senador Walter Pinheiro, pois, de fato, esse pedido de vista implica na tolerância e na boa vontade do Relator no sentido de ampliar a discussão para que não haja o risco de um veto ou de um tropeço futuro. Entendo que esse pedido de vista, no meu caso, tem essa boa vontade no sentido de que o Governo, também com a pressa possível nessa matéria complexa, tome uma decisão favorável, porque não só, como lembrou o Senador Walter Pinheiro, em relação à saúde dos genéricos e a esse

problema que aconteceu no Mato Grosso, o que está acontecendo muito hoje é que, na região de fronteira, para baratear o custo da lavoura, os produtores estão buscando, via contrabando ou outra forma, trazer para o Brasil, internalizar produtos cuja fórmula nem se sabe quais os componentes incluídos. Há um risco não só na manipulação, mas também de contágio de algum tipo de epidemia ou doença que possa conter nesse processo de comércio ilegal. Então, também sob esse aspecto tem muita relevância a definição da questão dos genéricos para o setor agrícola, como dispõe o projeto relatado pelo Senador Waldemir Moka. Essa é minha posição, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amelia.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, com relação a essa questão dos genéricos na agricultura, nós não podemos de forma alguma afastar a possibilidade de utilizá-los. Ao contrário. Temos que incentivar, buscar maneiras de fazer com que mais empresas e mais genéricos apareçam no mercado para termos a possibilidade de maneiras de fazer com que mais empresas e mais genéricos apareçam no mercado para a gente ter a possibilidade de baratear o custo de produção, uma vez que esse segmento é dominado por grandes multinacionais, transnacionais, que impõem o preço da maneira como quiserem.

Quando eles fazem, Senadora Ana Amélia, pesquisa para saber como vendem os produtos, eles chegam ao agricultor, contam uma história e perguntam: "Quanto você pagaria por esse produto?", o que acaba indicando o preço do produto pelas facilidades que têm e acabam, com o tempo, retirando as moléculas mais antigas, inclusive uma coisa que esta Comissão terá de discutir.

Muitas vezes, usam-se parâmetros não tão corretos quando se diz assim: "Olha, cinco países já retiraram de produção essa molécula, esse genérico". Você vai ver é Bermudas, Belize, outros países que não têm a mínima tradição ou importância na agricultura. Portanto, se temos problemas com genéricos, eles são problemas de fiscalização, de controle de qualidade e, aí, temos de remeter ao órgão competente que faça a fiscalização.

Agora, criar barreiras e proibição, eu não concordo de forma nenhuma. O meu voto, aqui na Comissão, vai ser para que a gente cada vez amplie mais, dê condições para que os produtores pequenos, grandes e médios possam ter acesso a esse tipo de produto, assim como têm acesso, na saúde humana, que é muito mais complicado e que se compra em qualquer esquina, em qualquer farmácia, a grande maioria dos produtos, sem nenhuma receita médica.

Portanto, temos de ter os cuidados, mas concordo com o pedido de vista, que vai ser coletivo, todos vamos discutir, mas, também, digo o seguinte: temos pressa na matéria. Na próxima reunião desta Comissão, deveremos trazer aqui e votar.

E mais uma orientação: quando nós conseguirmos introduzir os genéricos na agricultura, só conseguimos trazer esse genérico para a agricultura porque a então Ministra da Casa Civil, a hoje nossa Presidente Dilma Rousseff, foi quem tomou à frente esse pleito, chamou as indústrias, chamou os cientistas, os técnicos dos Ministérios e decidiu que deveríamos fazer porque tínhamos garantia de legalidade, garantia de sanidade e tudo o mais.

Portanto, não teremos na Presidenta da República uma posição contrária. Talvez, algum órgão de Governo tenha oposição porque está com a orientação errada, não da Presidente, mas orientação de outros interesses do mercado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, eu o inscrevo.

Agora, com a palavra, a Senadora, Gleisi Hoffmann.

V. Exª está inscrito na sequência, Senador Jayme Campos. Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente, também quero aqui manifestar-me em relação a esse projeto, que considero muito importante.

É uma discussão que temos feito com os agricultores do Estado do Paraná. Aliás, o Estado é grande produtor agrícola e que tem uma fronteira junto ao Paraguai e Argentina. Sabemos bem os problemas que enfrentamos com a questão dos defensivos agrícolas. Muitos dos nossos agricultores acabam optando por trazer defensivos que existem no Paraguai para as suas lavouras, correndo o risco nas questões relacionadas a fisco por ter um preço mais barato e nem sempre ter a qualidade devida que precisaríamos ter.

Então, acho que é um problema em que temos de nos focar aqui. Considero que o projeto é muito importante. Como disse o Senador Blairo Maggi, a Ministra, então Chefe da Casa Civil, hoje é nossa Presidenta e já havia conversado conosco sobre isso, e acredito que não vamos ter oposição de Governo. Mas, como disse o Senador Walter Pinheiro e também a Senadora Ana Amélia, é para que a gente apare um pouco as arestas e se adapte junto à Embrapa, tirando as

dúvidas que possam ter do projeto. Mas não tenho dúvidas de que esta Casa vai receber esse projeto de uma forma a aprová-lo, inclusive com o nosso posicionamento favorável.

Quero aqui já externar, pela importância que tem isso para a economia e para os nossos agricultores. Isso abre também para que a gente possa fazer um debate de algo que também é necessário a nossa agricultura, que é discutir as bases para uma indústria nacional de insumos e fertilizantes, o que também é defendido pela nossa Presidenta. Acho que nós temos aqui de somar esforços, chamar uma audiência pública, fazer a discussão, Presidente, sobre essa questão. Não dá mais para ficarmos pagando royalties de fertilizantes. Há um impacto grande em nossa produção, sendo que o Brasil tem jazidas importantes para a gente explorar e fazer aqui os nossos fertilizantes, os insumos agrícolas e reduzir o custo da nossa produção.

Então, eu queria deixar esse posicionamento e dizer que com certeza na próxima reunião nós estaremos aqui votando essa matéria, que é importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Bem, com a palavra o Senador Jayme Campos, para discutir a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Serei rápido, Sr. Presidente Acir.

Caro amigo, Senador Waldemir Moka, que é autor da matéria, quero apenas acrescentar que esse é um projeto meritório. Ninguém pode abrir mão de um projeto que vem pensar efetivamente na diminuição dos custos da nossa agricultura brasileira.

E já tramita também aqui no Congresso um outro projeto, que foi do ex-Senador César Borges, da Bahia, que também fala com relação aos produtos veterinários. Nós estamos acabando com as reservas, as patentes que dominam este País já há alguns séculos. Neste caso aqui, o que se pensa é com certeza diminuir os custos. Nada mais é.

Quando o Senador Walter Pinheiro levanta uma questão aqui em relação ao Município de Lucas do Rio Verde, em que após fazerem uma pesquisa naquele local, constataram que 26 senhoras dali estavam com o leite contaminado por defensivo agrícola. Eu acho que foi até irresponsável se divulgar uma matéria como essa sem ter feito uma apuração melhor. Entretanto, como causa aqui preocupação de alguns Parlamentares com relação a essa questão de segurança, o projeto é muito claro, sobretudo no que diz o art. 2º, Senador Acir: "No PLS impõe-se a doação da nomenclatura do princípio ativo do produto técnico, receituário agronômico e por ocasião das compras realizadas pelo Poder Público, que deverá dar preferência a defensivos agrícolas nas aquisições em que houver igualdade de preços".

Ora, é preciso um receituário. Não vai ser também assim como uma bananinha comprada em boliche em ponto de rua. Então, não tenho nenhuma dúvida de que nós temos que votar esse projeto, que sobretudo vai diminuir...

Hoje, lamentavelmente, nós estamos sujeitos às grandes multinacionais. O Brasil tem um potencial que, confesso, poucas pessoas têm a capacidade de mensurar o tamanho dessa potencialidade. E isso é fatal, na medida em que quando você compra adubo e outros produtos que ocupam o plantio da nossa agricultura, quase tudo é importado. E nós temos aqui.

Vou dar um exemplo: Mato Grosso, particularmente. Hoje tem um potencial de fosfato lá que está sendo pesquisado, já até com perspectiva de ser explorado. Os custos vão diminuir. Então, acho que é uma matéria que nós temos que aprovar rápido. Evidentemente, respeitando aqui de forma regimental o pedido de vistas coletivas. Mas é uma matéria a favor da qual faço um apelo a V. Exª para que dentro do prazo regimental volte para esta Comissão, a fim de votarmos na próxima semana, tendo em vista que regimentalmente são apenas cinco dias que V. Exª concede ao autor desse pedido.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Waldemir Moka pelo belo trabalho que fez, sobretudo pela análise e pelo voto que V. Exª deu com relação a esse projeto, que é fundamental para o Mato Grosso e para aqueles que trabalham no campo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Jayme Campos. De fato, esse projeto é muito importante para a agricultura brasileira. Nós entendemos que é um projeto que vem ajudar a diminuir o custo dos nossos produtos. Portanto, eu concedo vistas coletivas para esse projeto. E peço ao Senador Waldemir Moka, que divide os trabalhos conosco nesta Comissão, para que na próxima sessão votemos, para dar celeridade aos projetos que são de maior interesse para os nossos produtores rurais. E esse, com certeza, é um projeto que tem o interesse da população produtora de alimentos brasileiros. Então, fica concedido vista coletiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer que vou ouvir as pessoas interessadas. O pedido é no sentido de que possamos... Mesmo ter aprovado hoje aqui, eu acho que havia número e clima suficiente para isso. Mas eu acho que a preocupação é votar com o Governo sabendo e apoiando, até para evitar um veto de alguma parte técnica, porque o que o Senador Blairo disse é

real. Uma das pessoas que, na época, deram muita força para a discussão do genérico foi a então Ministra Chefe da Casa Civil, hoje a nossa Presidente. Eu me lembro dessa discussão na Câmara dos Deputados. Então, não vejo por que nós não darmos tempo, construirmos junto aos órgãos técnicos do Governo. Se tivermos que propor alguma alteração de texto, desde que mantenhamos a questão maior, que é o genérico, eu acho que esta Comissão deve tentar construir, votando – é claro –, discutindo isso com a sociedade da forma mais aberta possível, sem nenhum tipo de atropelamento, tanto que a iniciativa de que se pedisse vista coletiva partiu do próprio Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Entendemos que esse pedido de vista é no sentido de acelerar a aplicação dessa lei.

Item 3.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral para discussão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Somente para registrar o relatório, parabenizar o Senador Moka pelo relatório. Senador Moka é uma referência no nosso Estado, no nosso Mato Grosso do Sul, no agronegócio, um parlamentar atuante competente, sereno, equilibrado. Parece que estou falando uma coisa meio óbvia aqui, mas não o é, lamentavelmente. Devia ser regra. Eu gostaria só de registrar que acho absolutamente pertinente esse pedido de vista, tendo em vista um trabalho, uma costura definitiva do texto, como disse o Senador Moka, no sentido de nós, na próxima semana, apreciarmos o relatório do Senador Moka. Quero dizer aqui – eu estava conversando com a Senadora Gleisi – que, no mérito, eu sou absolutamente favorável a esse projeto, e a Presidenta Dilma. Eu mesmo também fui Relator de projetos aqui, no Senado Federal, que, à época, foram muito polêmicos, principalmente no que se refere a genéricos, a toda uma política. Aqui todos nós nos lembramos da grande disputa que foi a soja, a biotecnologia, como disse muito bem a Senadora Ana Amélia. Aqui todos lembram a questão do algodão. Esse projeto, relatado pelo Senador Moka, vem ao encontro desse avanço que o agronegócio, efetivamente, exige.

Quero já adiantar, meu caro Senador Moka, que sou absolutamente favorável a esse projeto. Acho pertinente essa medida cautelosa de tentar ainda qualificar mais o texto do projeto, mas é absolutamente pertinente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Item 3.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria, como o Relator do projeto sobre laranja não está, que fosse invertida a ordem em função de que tenho que fazer um outro relatório na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós estamos tentando antecipar o item 13, já imediatamente, para que possamos avançar.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Que bom. Ótimo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem a palavra o Senador Casildo, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas, Sr. Presidente, Senador Acir, ouvindo a Comissão pela Rádio Senado, no caminho, eu ouvi o Senador Jayme Campos, em relação a essa matéria dos genéricos, em relação aos insumos, falar sobre os genéricos sobre produtos veterinários. Só para deixar claro na Casa também, para endossar, inclusive, a tese do Jayme Campos, o Projeto de Lei da Câmara nº 3, que tramitou também nesta Casa... Na época, o Senador Gilberto Goellner relatou um projeto aqui de genéricos. Inclusive havia um projeto meu que tramitava aqui, foi incorporado a um da Câmara, voltou para Câmara, onde está sendo analisado.

Então, tudo isso vem ao encontro de quê? Os genéricos nos produtos veterinários vêm ao encontro do que o Senador Moka vem relatando, em fazer frente aos genéricos relacionados aos insumos.

Essa tese dos insumos, só para deixar registrado também, é um clamor que ouvimos em toda parte. Já existem os genéricos para as pessoas, os genéricos em relação aos veterinários e também em relação aos insumos, até em função do que falou o Senador Amaral, agora há pouco, que todos nós entendemos, da importância que tem, do peso da economia, no peso do alimento, no peso do Brasil, para competir, em função de que as multinacionais interferem muito em relação a isso.

Só para constar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Reguladora Territorial Rural, ARTR.

Com a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Chega a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Reguladora Territorial Rural, a ARTR.

A proposição tem quatro artigos. O primeiro autoriza o Poder Executivo a criar a agência, vinculada ao Ministério respectivo. O segundo artigo estabelece que a ARTR destina-se a fiscalizar, monitorar, controlar e autorizar transações comerciais de imóveis agrários em todo o território nacional, assegurando-lhes plena autonomia administrativa, patrimonial e financeira. O art. 3º estabelece que o ato do Poder Executivo determinará a estrutura organizacional e a dotação financeira da Agência. O Art. 4º trata da clausula de vigência.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que o setor imobiliário rural, notadamente nos Estados que possuem área de floresta amazônica, carecem de regulação e controle permanente, tendo em vista a crescente especulação e cobiça, sobretudo, de estrangeiro.

O PLS será analisado também pela Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, cabendo a esta decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

O PLS nº 401, de 2008, não apresenta vícios de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 104-B, incisos I, XIII, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) opinar sobre as matérias que digam respeito ao Direito Agrário, especialmente no mérito sobre o que se refira à regularização dominial das terras rurais.

De fato, a preocupação do ilustre Senador Jayme Campos com a crescente aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, destacada pela imprensa, é pertinente.

São muitas as riquezas conhecidas e ainda por conhecer nessa imensa região do País. Com respeito ao mérito, entende-se que o Projeto de Lei não poderia ser mais oportuno.

A Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que regulamenta a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no País ou por pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e sua regulamentação pelo Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, enseja a criação de uma agência reguladora que atue na normatização complementar e fiscalização no cumprimento da legislação vigente.

Cumpre apenas destacar a necessidade de uma retificação no texto do art. 1º, que localiza a ARTR no Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, quando o correto é a sua localização no Ministério do Desenvolvimento Agrário, razão por que deve ser apresentação uma emenda ao projeto.

Voto.

Pelo motivo exposto, opinamos pela aprovação pelo Projeto de Lei do Senado,PLS nº 401, de 2008, com a seguinte emenda:

Emenda nº – CRA: Substitua-se no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2008, a expressão “Ministro da Agricultura e Reforma Agrária” por “Ministério do Desenvolvimento Agrário”.

Sala das Comissões. – Relator: **Ivo Cassol.**

Obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL(Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Com a palavra, para discutir, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL(Bloco/PT – MS) – Quero apenas adiantar, Sr. Presidente, que há três comissões funcionando nesta manhã e há problema de quorum na Comissão de Infraestrutura, para onde vou precisar me deslocar. Primeiro, eu gostaria de saudar o Senador Ivo Cassol e de registrar antecipadamente o meu voto favorável a esse projeto apresentado pelo Senador Jayme Campos.

E queria ponderar em relação ao item 4, que é um requerimento da Senadora Ana Amélia, convocando o Presidente do Incra, o Dr. Fábio Meirelles, da CNA, e os dois Ministros. Talvez, pelo fato de estarmos trazendo dois Ministros, Senadora Ana Amélia, não seria melhor fazer um split, dividir essa audiência pública?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia chegar lá, Senador Delcídio. Estávamos examinando...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Peço desculpas, porque vou ter de ir à Comissão de Infraestrutura.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu estou com o mesmo problema: eu preciso ir à Comissão de Assuntos Sociais, porque tem um requerimento meu...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, peço a V. Exªs para votarmos. Temos uma votação que será feita em dez minutos e precisamos da presença dos senhores e das senhoras. Vamos avançar, colocando em votação o relatório do Senador Ivo Cassol.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais discussão, passo à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2010, terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Va-

ladares, que autoriza a criação do programa de apoio aos pequenos e médios produtores de laranja.

Informo que não foram oferecidas emendas no prazo regimental. A matéria constou da pauta da reunião do dia 24 de março corrente, tendo sido retirada pelo relator para reexame.

Passo a palavra ao relator, Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vem ao exame, em decisão terminativa, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o projeto de lei de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja – Proap Laranja.

O projeto está constituído de seis artigos. O primeiro deles autoriza o Poder Executivo a criar o Proap Laranja e o art. 2º lista os objetivos principais do programa. Por meio dos arts. 3º e 4º, o PLS estabelece a execução de uma política de crédito alinhada com o cumprimento dos objetivos traçados. Finalmente, o art. 5º prescreve ações de marketing visando o aumento do consumo de laranja pela população e o art. 6º fixa a cláusula de vigência.

O autor da proposta justifica a importância do PLS com base no fato de ser o Brasil o maior produtor mundial de laranja, em um momento de enfraquecimento do mercado externo, decorrente da crise econômica e financeira que atingiu os países consumidores de suco concentrado produzido no Brasil. Adicionalmente, o domínio da industrialização da fruta por poucas empresas gera uma situação ainda mais crítica para o pequeno citricultor, que não encontra nos preços pagos pela indústria a sustentabilidade financeira da atividade.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Conforme as disposições constantes do art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura opinar sobre as proposições pertinentes aos temas que estão correlacionados ao PLS nº 76, de 2010: agricultura, agricultura familiar, segurança alimentar, comercialização e fiscalização dos produtos, políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais.

Como mencionado, o exame do PLS nesta Comissão se dá em decisão terminativa. Por essa razão, a análise da proposta se estenderá aos aspectos relativos à constitucionalidade, ao mérito, à técnica legislativa e à juridicidade da iniciativa.

No tocante à constitucionalidade da matéria, encontram-se observados os requisitos da competência legislativa da União, prescrita no art. 22, da Constituição Federal, e do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 49 da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, observa-se que a proposição se apresenta adequada, haja vista a inovação do ordenamento jurídico e a generalidade e coercitividade das disposições, contempladas em instrumento gerador de lei ordinária.

O projeto de lei em foco, que se apoia nas diretrizes traçadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, dispensa reparo quanto à técnica legislativa empregada.

No que tange ao mérito, concordo que o apoio ao produtor de laranja se faz necessário diante das dificuldades do setor. Não podemos cometer a injustiça de excluir de uma política pública tão relevante os pequenos produtores de limas, limões, tangerinas e outros citros.

Nesse sentido, julgo que o programa proposto deva ganhar abrangência e apresento para esse fim três emendas que ajustam o nome do programa para Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros, Proap-citros.

Para maior clareza, apresento outra emenda que deve enfatizar que a pesquisa agropecuária deve estar voltada para a geração e transferência de tecnologia à produção de novas variedades.

E a terceira emenda tem por objetivo autorizar o Governo Federal a instituir a Câmara de Arbitragem da Citricultura – Consecitrus com o objetivo de estabelecer os parâmetros para a definição dos preços dos citros e derivados, a exemplo do que ocorre com a Consecana, no setor de cana-de-açúcar, e que tem sido recomendado pelos Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues.

Avalio que essa emenda poderá dirimir a crise na citricultura brasileira e paulista, que dura cerca de vinte anos como resultado do processo de concentração e verticalização das empresas que controlam o processamento e principalmente a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido.

Acompanho de perto esse processo. Promovi três audiências públicas no Senado com representantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, da indústria processadora dessas frutas, dos trabalhadores rurais e dos citricultores. Meu objetivo sempre foi reverter o movimento de concentração no setor, pois esse resultado é reconhecido na literatura e na história econômica, tendo como efeito a redução das oportunidades de emprego, elevação no preço do produto final, queda dos rendimentos dos trabalhadores, dos pequenos produtores e dos produtores independentes.

O projeto cria condições para o estímulo da citricultura num setor que emprega mais de 400 mil pessoas no País e gera anualmente US$1,5 bilhão em divisas, números suficientes para nos posicionarmos favoravelmente ao PLS em exame.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76 com as seguintes emendas.

Dê-se à Emenda PLS 76, de 2010, a seguinte redação: "Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros – Proap-citros".

Emenda seguinte: "Dê-se ao art. 1º do PLS de 2010 a seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros – Proap-citros".

E finalmente a terceira: "Dê-se ao inciso X, do art. 2º, do PLS nº 76, a seguinte redação: Apoiar a pesquisa para geração e transferência de tecnologia inclusive para a produção de novas variedades".

Outra emenda: "Inclua-se onde couber o seguinte artigo e seu parágrafo único: Fica autorizada a instituição da Câmara de Arbitragem da Citricultura – Consecitrus com o objetivo de estabelecer os parâmetros para a definição dos preços dos citros e seus derivados. A organização e o funcionamento da Câmara de Arbitragem da Citricultura serão regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. A Câmara terá em sua composição um representante de pequenos e médios produtores de citros, um dos trabalhadores rurais da citricultura, um das empresas processadoras de citros e um do Governo Federal.

Gostaria de salientar que o autor, Senador Antonio Carlos Valadares, é de Sergipe, um dos Estados que têm na citricultura um dos elementos importantes da sua agricultura, assim como também acontece com um setor muito importante no Estado de São Paulo, mas também em muitos outros Estados do Brasil.

Também gostaria de mencionar que o processo de concentração no setor de produção de sucos continua a acontecer no Brasil, tanto é que está sob o exame dos órgãos de defesa econômica justamente a passagem, o exame de nova fusão de quatro grandes empresas e duas delas estão considerando a sua fusão, que está sob o exame dos órgãos de defesa da concorrência. Por isso é mais um aspecto importante que precisa ser considerado para a citricultura, Sr. Presidente.

Tomei conhecimento de que o Senador Vital do Rego fez um requerimento para que esse projeto também seja examinado pela CAE, mas o meu dever foi o de... Ainda mais tendo em vista que já foi examinado na última reunião, alguns dos comentários às observações feitas na nossa última reunião foi aqui considerada.

Uma delas foi que abrangesse não apenas a laranja, mas toda a citricultura. Isso levando em conta, além da outra emenda para proporcionar a Concecitrus. É uma proposta que vem, há tempos, sendo considerada inclusive recomendada pelos órgãos de defesa da concorrência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

O Senador Relator Eduardo Suplicy concluiu pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 01 a 04.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa exigindo quorum e votação norminal.

Coloco em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Votação nominal.

Para a votação, a Senadora Gleisi Hioffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Clésio Andrade. (Pausa).

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Aprovação.

Favorável ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Clésio Andrade

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O projeto foi aprovado com oito votos "sim".

Consulto a Comissão se podemos votar em globo as quatro emendas oferecidas pelo Relator.

Vamos prosseguir com a votação, não havendo discussão.

Para votar, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela aprovação, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Clésio Andrade. (Pausa).

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – As emendas foram aprovadas por unanimidade.

Dessa forma, aprovado o PLS nº 76, de 2010 e as Emendas nºs 01 a 04, as matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 4 da pauta.

Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer, nos arts. 58, art. 2º, II, da Constituição Federal combinado com os arts. 93, II e 104, b, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater a reforma agrária e questão fundiária do País em todos os seus aspectos com os seguintes convidados: Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Sr. Fábio de Salles Medeiros Filho, da CNA, e o Sr. Afonso Florense, Ministro do MDA; Sr. Wagner Gonçalves Rossi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária, Abastecimento MAPA.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acyr e nosso Vice-Presidente Waldemir Moka, não há dúvida de que esse tema, aliás, já objeto também daquela primeira audiência realizada na sexta-feira, dia 25, aqui, pela Comissão... Esse tema não perde nunca a atualidade. O Senador Delcídio Amaral fez uma sugestão de que esse debate se limite, até porque os dois Ministros já foram convocados para estar nesta Comissão... Concordo com a argumentação do Senador, já me antecipando na apresentação desse requerimento, de que o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, atual Presidente do INCRA, esteja presente na Comissão, bem como o representante da CNA para debater o tema. Posteriormente, poderei fazer um aditamento ao requerimento com algum especialista, dois especialistas, fora da área governamental para incluir nessa pauta, o que certamente também será submetido à votação deste Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Coloco em votação o requerimento com as mudanças que a senhora está sugerindo.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Item 5.

Como a Senadora Kátia Abreu não se encontra presente, passamos para o item 6.

Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia que requer, no art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma subcomissão permanente no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir assimetrias das políticas agrícolas dentro do Mercosul, bem como os seus impactos na agricultura brasileira.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, prefiro, porque estamos assoberbados aqui com o trabalho das comissões técnicas e também com as subcomissões, muitas já foram criadas, já foram instaladas... Estamos tendo dificuldade para acomodar tempo para esse trabalho. Quero substituir verbalmente aqui neste requerimento a criação de uma subcomissão para um programa na sexta-feira, dia 15, para tratar das assimetrias no Mercosul. Com isso, atendemos o objetivo em relação à questão abordando esse tema das assimetrias do Mercosul, que têm um impacto muito grande sobre a agricultura, especialmente em toda a região sul do País. Então, substituo aqui, oralmente, esse requerimento: em vez de subcomissão, para evitar ampliar as demandas que temos e o trabalho, por uma audiência que teremos em uma sexta-feira, possivelmente no dia 15 de abril próximo, para debater a questão das assimetrias do Mercosul. Assim, fica abrigado o que eu pretendia fazer aqui na Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária, Sr. Presidente. Se o Plenário aceitar, fica de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Está retirado o seu requerimento.

Confirmo a V. Exª que está marcado para o dia 15, no ciclo de debates, uma audiência para a questão do Mercosul, o Mercado do Mercosul, para debatermos esses assuntos que V. Exª nos coloca neste momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz) – Antes de encerrarmos a reunião, comunico à Comissão que amanhã, dia 8 de abril de 2011, sexta-feira, às 14h, será realizado o segundo encontro do ciclo de debates e palestras com o objetivo de avaliar a questão do endividamento do setor agropecuário, bem como a implementação das renegociações previstas em lei.

Agradeço às Senhoras e aos Srs. Senadores pela presença e pelo trabalho nesta manhã.

Declaro, sem mais nada a tratar, encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h38min)

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE ABRIL DE 2011.

Às oito horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de abril de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, BLAIRO MAGGI E ANTONIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010. EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico. **Autoria:** Senador Heráclito Fortes. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1. **Observações:** – Votação Nominal.– Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.– Na 7ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 7/04/2011, após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Waldemir Moka, a Presidência concede vista coletiva, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do RISF.– A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. **Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do Relator. ITEM 2: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2011. EMENTA:** Altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais. **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatoria:** Senador João Pedro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** – Votação Nominal. – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Gleise Hoffmann e Delcídio Amaral. Passa-se a votação do projeto, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2010. EMENTA:** Estabelece o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Relator AD HOC:** Senador Cyro Miranda. **Observações:** – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – A matéria será encaminhada posteriormente à CAE, em decisão terminativa. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação do projeto, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, audiência pública com a presença do Sr. **Jay Wallace da Silva Mota**, Diretor da **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC**, para informar sobre as atividades da CEPLAC para os próximos anos. **Autoria:** Senador João Pedro. No encaminhamento, usou da palavra para tecer comentários sobre o assunto, o Senador João Pedro. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por

unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO S/N, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a participação da Procuradora da República no Distrito Federal, **Michele Rangel de B. V. Bastos**, com o objetivo de explanar sobre as irregularidades na celebração, na prestação de contas e na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA** e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – **ANARA**, investigadas pela **Procuradoria da República no Distrito Federal**, originando a ação de improbidade administrativa, processo nº 0017488-02.2011.4.01.3400, que tramita na 7ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro. **Resultado: Adiado. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com o objetivo de discutir o uso e o consumo de agrotóxicos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Representante do Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas – **SINITOX**, da Fundação Oswaldo Cruz; Representante da **Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida**; Representante da Associação Nacional de Defensivos – **ANDEF**. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Blairo Maggi. No encaminhamento, usou da palavra para tecer comentários sobre o assunto o Senador Antonio Carlos Valadares. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com a presença da Sra. **Ideli Salvatti**, **Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura – MPA**, para informar sobre as atividades e os projetos daquele Ministério para o Brasil e a Amazônia. **Autoria:** Senador João Pedro. No encaminhamento, usaram da palavra para tecerem comentários sobre o assunto o Senador João Pedro e Casildo Maldaner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, informo à comissão o recebimento do Ofício nº 203 da CGAC/SE/MAPA, datado de 4 de abril corrente, subscrito pelo Sr. Agnaldo José de Lima, Coordenador-Geral de Apoio às Comissões Temáticas do Ministério da Agricultura, o qual encaminha ofício do Presidente da Comissão Temática de Insumos Agropecuários – CTIA, bem como estudos do ICONE sobre garantias financeiras e seguros nas negociações do Protocolo de Cartagena e as regras da Organização Mundial do Comércio relativas ao Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança:

A referida Câmara de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicita a esta Comissão apoio para promover debates entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil antes da adesão do Brasil ao Protocolo, pois a adesão ao tratado poderá trazer ao País comprometimento no desenvolvimento da biotecnologia, a produção de alimentos e até a produção de fontes de energias renováveis.

Srªs e Srs. Senadores, eu faço uma leitura aqui sobre o que nós debatemos na última sexta-feira. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou, no dia 8 de abril de 2011, o segundo encontro do ciclo de seminários Agricultura em Debate, com o objetivo de avaliar a questão do endividamento do setor agropecuário, bem como as políticas de renegociações previstas em lei.

O seminário da última sexta-feira, na CRA, deu início a uma experiência nova de participação e interação popular com o processo legislativo. Pela primeira vez, os cidadãos que acompanhavam o seminário pela TV Senado, pela Rádio Senado ou por meio da Internet puderam enviar perguntas e sugestões em tempo real para os Senadores que aqui estavam e os debatedores. A participação popular foi feita através do Alô Senado via telefone, por meio de formulário digital, pelo Twitter, enfim, pelas redes sociais à disposição dos Senadores e da população brasileira. Por meio dessas mídias, ampliamos a interação no debate, o que antes estava restrito apenas aos Senadores e

convidados. Aproximamos, assim, o Senado à população brasileira.

As informações foram sistematizadas pela Secretaria de Pesquisas e Opinião Pública do Senado. Recebemos mais de 130 questionamentos. Muitas perguntas foram respondidas na hora pelos palestrantes e Senadores e as demais foram respondidas posteriormente pelos debatedores, individualmente, e a todas aquelas pessoas que fizeram os seus questionamentos.

Agradeço a participação no seminário dos Senadores Blairo Maggi e Ivo Cassol, que nos ajudaram muito nos trabalhos da última sexta-feira, dia 8. Agradeço também a participação dos palestrantes, técnicos e diretores dos órgãos que trataram do tema. Agradeço ao Sr. Gilson Bittencourt, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; ao Sr. José Carlos Vaz, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil; ao Sr. José Andrade Costa, Superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste; ao Sr. Evandro Ninaut, Gerente de Desenvolvimento de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras; ao Sr. José Alves Bezerra, Gerente-Executivo do Banco do Amazônia; à Srª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e ao Sr. João Guadagnin, Diretor de Financiamento e Proteção da Produção Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O endividamento agropecuário decorre principalmente da dificuldade de se implementar a atual política de crédito no País. Há na agricultura brasileira um choque entre a política de financiamento da agricultura atualmente adotada em 1965, que se pautava por um modelo diferenciado na economia brasileira quando havia uma política de mercado e, por fim, de se aprimorar o seguro rural, para que as perdas por condições adversas não sejam suportadas apenas pelo nosso produtor.

Os planos que existiram para corrigir a situação do endividamento no passado não resolveram o problema do endividamento do produtor e, em muitos casos, só agravaram o que já era muito ruim.

É preciso, portanto, uma política agrícola moderna, que venha a atender à condição do mercado atual. Caso contrário, haverá uma retração na produção do campo, o que poderá causar falta de alimentos no meio urbano e uma inflação com relação à alimentação.

Em comum, os bancos mantêm uma política de financiamento da produção agrícola e entendem que não adianta tão-somente manter-se uma política de crédito. Por isso, ressaltaram a necessidade de manter instrumentos de negociação de dívidas, tanto legais quanto os instrumentos dos próprios bancos, além de um trabalho desenvolvido em parcerias para oferecer assistência técnica para a agricultura familiar.

Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, que trabalha em parceria com agentes financeiros, os Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, ressaltou-se o alto índice de adimplência da agricultura familiar brasileira, sendo a inadimplência uma das mais baixas do Brasil, com um índice que não chega a 4%, menor que qualquer outra linha ou programa de crédito brasileiro.

Grande parte dos recursos para empréstimos vem dos fundos constitucionais de financiamento, considerados os grandes parceiros da agricultura familiar. Além disso, para manter o financiamento em dia, há algumas políticas implementadas para auxílio aos agricultores. Entre elas, está o seguro da agricultura familiar, Proagro Mais, que é compulsório: todo agricultor que contrata financiamento de custeio para cultura zoneada ou não zoneada tem de aderir ao Proagro Mais, que cobre 100% do valor financiado e mais de R$3,5 mil da receita bruta esperada, o que deixa uma margem de lucro para o agricultor brasileiro.

Também se mencionou que um mecanismo muito importante para facilitar o pagamento do financiamento é a redução das taxas de juros oferecidas pelo Pronaf, na casa de 2% ao ano.

Renegociar dívida não é a melhor solução para o produtor brasileiro. Cada vez mais a possibilidade de pagamento vai ficando menor e se torna mais difícil cumprir os compromissos com os custos da produção. Por isso é essencial que os produtores passem a contar com o auxílio dos programas de financiamento para se capitalizar, por meio das parcerias com o Governo, com os bancos e com as organizações dos movimentos sociais. Esse foi o nosso tema da última sexta-feira.

Relativamente ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a referida Câmara de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicita a esta Comissão apoio para promover debates entre o Governo, setor privado e sociedade civil, antes da adesão do Brasil ao Protocolo, pois a adesão ao tratado poderá trazer ao País comprometimento no desenvolvimento da biotecnologia à produção de alimentos e até a produção de fontes de energia renováveis.

Comunico à Comissão que a audiência pública previamente marcada para hoje com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário foi transferida para o dia 26 de maio do corrente ano.

Informo o recebimento do Ofício nº 120, de 2011, datado de 11 de abril do corrente, subscrito pelo De-

putado Júlio Cesar, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, por meio do qual convida membros desta Comissão para participar do 4º Encontro durante a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação – Agrishow 2011, na cidade de Ribeirão Preto, bem como da exposição de pecuária de gado zebuíno Expozebu 2011, em Uberaba, ambos os eventos a serem realizados no dia 2 de maio corrente, às 11h15 respectivamente.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Item nº1.

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010, terminativo, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os defensivos agrícolas genéricos.

Informo que, na sétima reunião da CRA, realizada dia 7 de abril de 2011, após leitura do relatório pelo Relator, Senador Waldemir Moka, a Presidência concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 132, §§1º e 4º do Regimento Interno do Senado. Naquela ocasião, o Relator, Senador Waldemir Moka, concluiu pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal.

Em discussão o Item nº 1 da pauta.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ainda dentro daquele propósito de que a gente aprove tentando o maior consenso, porque não nos interessa aprovar um projeto que possa, amanhã ou depois, receber algum tipo de veto ou não ser implementado, este é um assunto por demais importante, sobretudo para os produtores. Quero fazer um esclarecimento.

Questionaram o termo “defensivo agrícola”, querendo acrescentar “agrotóxico”. No nosso entendimento eles são sinônimos, mas, para acabar com a polêmica, nós aceitamos a emenda. Utilizar defensivo agrícola genérico ou agrotóxico genérico é uma questão apenas de terminologia.

Evidentemente nós fizemos com que o projeto pudesse, talvez aí esteja a resistência, que é o registro dessas patentes – há uma burocracia, há uma dificuldade. Tenho informações de que temos mais de duzentos pedidos de registro, e se conseguem registrar, meu caro Presidente, três, quatro patentes por mês. Então, é um negócio que... Enquanto isso, o produtor fica impedido de ter um produto com a mesma qualidade técnica; do ponto de vista químico, a mesma estrutura molecular, porque não pode.

Na verdade, o projeto trata disso. Há uma reunião, uma articulação de Governo. E aí pode ser coincidência ou não, mas a Senadora Gleisi é quem tem insistido. Já se colocou favoravelmente. E, ainda ontem, numa conversa ainda que informal, mas para mim oportuna e importante com a Ministra do Meio Ambiente, ela se colocou à disposição para que pudéssemos tirar qualquer dúvida, porque também entende que é um avanço e seria importante.

É claro que o pedido veio da Casa Civil, no sentido de que eu mais uma vez o retirasse de pauta. E vou fazê-lo, para darmos a oportunidade, daqui para a semana que vem, de termos um texto que contemplasse... Quais são os setores ou segmentos envolvidos nisso? O Ministério da Saúde, por meio da Anvisa; o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama; e o Ministério da Agricultura. O que cabe, na nossa avaliação, é um ministério que deve ou não registrar as patentes.

Tudo isso está previsto no projeto. Quer dizer, ouve-se a Saúde por intermédio da Anvisa, ouve-se o Meio Ambiente por meio do Ibama, mas o registro terá que ser feito no Ministério da Agricultura. Claro que tem condicionantes técnicas, porque se você vai colocar um produto genérico e o texto diz isso, esse produto tem que ter uma equivalência química, sobretudo com a exigência até da FAO. Quer dizer, não há como prescindir do parecer técnico da Saúde e do Meio Ambiente por intermédio do Ibama. Mas, na nossa avaliação, isso não pode servir de prorrogação para dificultar o registro dessas patentes.

Então, o objetivo, sendo bem pragmático, é que se tenha alternativa. A indústria brasileira vai poder colocar produtos com custo menor e nós vamos, se Deus quiser... Principalmente nós que moramos na fronteira temos uma dificuldade, porque o valor dos produtos atuais no Brasil é um e você anda, no meu Estado, 100 ou 150 quilômetros e compra o produto muito mais barato. Aí não temos como saber se aquele produto importado entre aspas tem as mesmas características técnicas do produto daqui, que se vende aqui. Essa é a dificuldade.

Então, para contemplar, aproveitei até para atualizar, por que nós não votamos, se praticamente aqui existe... Pelo menos na reunião passada, todos que aqui manifestaram o fizeram de forma favorável. É que estou procurando um texto que possa contemplar realmente esses três segmentos do Governo e, aí sim, a gente tem um texto que contemple o produtor, mas que tenha também, do ponto de vista de registro técnico, uma segurança que é importante para quem vai manipular, usar esse tipo de defensivo agrícola.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/RO) – Muito obrigado, Senador Moka, que divide a Presidência desta Comissão conosco.

Então, fica aceita a retirada de pauta do Item 1. Daí passamos logo para o Item 2, Senadora, para aproveitarmos o quorum que temos aqui no momento e votarmos o Item 2, que é de sua autoria. E faríamos a discussão já diretamente. Pode ser?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pode ser.

Não, eu só queria registrar e também parabenizar o Senador Moka pelo trabalho que fez, pelo relatório e também por essa possibilidade de abertura de diálogo com o Governo. De fato, penso que temos um consenso na Comissão, porque o genérico para defensivos agrícolas já é uma reivindicação nossa há muito tempo e uma necessidade da nossa agricultura. Nós queremos que, de fato, o projeto e a lei aconteçam. Se ela sair desta Casa articulada e nós tivemos a aprovação de todos os setores envolvidos, creio que o sucesso será muito maior. Então, quero me solidarizar com o Senador e também parabenizá-lo por essa condução. Tenho certeza de que, na próxima pauta, nós já vamos deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi. Pergunto ao Senador Rodrigo Rollemberg se deseja usar da palavra para discutir a matéria, já que ela foi tirada de pauta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não. Eu abro mão, Sr. Presidente. Inscrevo-me para falar no próximo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências para socorrer agricultores e familiares atingidos por desastres naturais.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Com a palavra o Relator, Senador João Pedro, para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências para socorrer agricultores e familiares atingidos por desastres naturais.

O projeto é composto de dois artigos, sendo que o art. 1º altera o art. 8º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Esse artigo dispõe que o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) terá como finalidade custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres nos entes federativos que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecidos.

O PLS em questão acresce a esse artigo um parágrafo único para estabelecer que entre as ações de reconstruções estão as destinadas à recuperação dos solos e dos investimentos produtivos realizados em propriedades de agricultura familiar definida nos termos da Lei nº 11.326, de 2006.

Em sua justificação, a autora argumenta que, em caso de chuvas catastróficas ou que causem o deslizamento de encostas em áreas agrícolas, a lama leva não apenas o produto da agricultura familiar, mas toda a camada do solo que já estava preparada, fertilizada e semeada para essa atividade econômica cuja recuperação se dá a longo prazo e envolve mais investimentos.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos VIII, X e XVII do art. 104, b, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o uso e a conservação do solo na agricultura, política de seguro rural e endividamento rural, política de apoio a pequenas e médias propriedades rurais.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 85 de 2011, observa-se que a União é competente para planejar e promover a defesa permanente contra a calamidade publica e em comum com os Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar a respeito da proteção ao meio ambiente e produção agropecuária.

A matéria vinculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República e, quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a maté-

ria não está reservada na Constituição Federal à lei complementar.

Mais adiante, Sr. Presidente, na página 22:

Se as políticas de seguro rural existentes são adequadas para a recuperação dos custos de produção diante da ocorrência de chuvas e secas excessivas, o PLS em questão vem socorrer os produtores mais gravemente afetados por chuvas excessivas que causam enxurradas e perdas da camada superficial ou mesmo da camada arável do solo. Tais perdas não podem ser recuperadas apenas com a reposição dos recursos destinados ao preparo do solo e plantio. São necessárias obras de engenharia rural, reflorestamento, recomposição da camada fértil do solo que demandam investimentos maiores do que os relacionados à produção tradicional. Devemos considerar a contribuição da produção da agricultura familiar para o equilíbrio dos preços locais dos produtos alimentares e a importância de serviços ambientais decorrentes da manutenção ou recuperação de áreas florestadas. É importante que sejam destinados para esse fim recursos do Fundo Especial de Calamidade Pública – Funcap, previsto na Lei nº 12.340, de 2010, que também dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec, sobre as transferências de recursos para as ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução das áreas atingidas por desastres.

Voto, Sr. Presidente.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 85, de 2011, na forma apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT–RO) – O Relator, Senador João Pedro, concluiu pela aprovação do projeto.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo *quorum* e votação nominal.

Em discussão.

Para discutir, com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PDB–DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V. Exª e os demais membros desta Comissão, de forma muito especial a Senadora Gleisi Hoffmann, autora desse projeto.

Entendo que a iniciativa é extremamente positiva. Há poucos dias, debatendo a questão do Código Florestal, o representante da Embrapa levantava a questão da importância dos solos brasileiros, a riqueza que representa para o País o solo brasileiro e que o ideal nessa discussão sobre o tamanho das áreas de preservação permanente era levar em conta as características do solo, de declividade, de espessura e de textura.

Tudo isso nos leva a compreender que para garantir a fertilidade do solo para gerações futuras, que continuem produzindo riqueza... Hoje está nos jornais os Estados Unidos reconhecendo que em alguns anos o Brasil já passará os Estados Unidos como uma grande potência mundial na agricultura. E para que isso possa ser consolidado é claro que nós precisamos garantir a preservação dos nossos solos.

Além disso, o projeto da Senadora Gleisi Hoffmann tem um grande caráter social ao permitir a recomposição das perdas de desastre naturais para os agricultores familiares.

Portanto, considero que é positivo. A nossa posição é favorável ao projeto da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT–RO) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Não havendo mais quem queira discutir, passo à votação.

Senador Casildo, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PSDB–SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, quero cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann. Ainda ontem à noite eu estava dizendo que ela a 120 por hora. Chegou agora e apresentou um Projeto de Lei nº 12.340... Mas a senhora apresentou agora, Senadora, este ano? A senhora entrou este ano no Senado, entrou agora no Senado e já está aqui, sendo votado?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu sou a Relatora.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Olha, uma dinâmica dessas, já passou e estamos aqui com um projeto com uma questão terminativa nesta Comissão, de tamanha envergadura.. Não só a Senadora Gleisi que anda a 120 por hora, é muita velocidade, mas já disse ontem à noite, numa reunião com a Ministra do Meio Ambiente, na casa do nosso Presidente Acir, tratando da questão do projeto de florestas, o Código Florestal. O Senador Pedro também esteve lá e agora, às 8h30 da manhã já está relatando isso.

Sabem por que eu falo isso? E nos desastres ambientais cita o Fundo de Defesa Civil para poder atender. Eu digo isso porque tenho um projeto da Legislatura passada, quando eu estava aqui no Senado, para criar um Fundo Nacional de Defesa Civil, porque nós, no Brasil, somos imprevidentes. E eu tenho batalhado muito por isso, não só porque eu sentia, quando Governador, quando o pessoal me despertava de madrugada com notícia de catástrofes, e nós não tínhamos reservas. E a gente sente na pele isso.

Embora este se dedique mais ao pequeno produtor, ao trabalhador rural, nós temos uma proposta que está na Comissão de Economia para criar um Fundo Nacional, Senadora Gleisi, e de todo seguro. E a gente cita a fonte, porque se nós levantarmos hoje entre os Municípios, vamos supor no sudoeste do Paraná, que deu um desastre, um vendaval, ou qualquer outra coisa que aconteça, os Municípios levantam os prejuízos, cai a escola, cai a ponte, a pinguela, postos de saúde, levam para a Defesa Civil do Estado, e o Estado não tem recursos. Aí vem à Defesa Civil Nacional, no Ministério da Integração Nacional, e eles não têm também os recursos. Aí vai para a Casa Civil e depois de meio ano fazem uma medida provisória, vem para o Congresso Nacional. Mas já se passou meio ano. Quer dizer, os recursos são escassos, porque a gente não sabe o que vai ocorrer.

Então nós estamos com uma proposta na Comissão de Economia, já está tramitando lá, para se criar um fundo de todo seguro que se fizer no Brasil, seja de automóveis, seja do que se imaginar, do prêmio do seguro já acompanhar o seguro quando receber. De automóveis, por exemplo, R$1 mil, 1%, quer dizer, R$10,00 vão para a Defesa Civil Nacional, 1/3 desse valor vai para o Estado de origem e outro terço... Quer dizer, 1/3 fica para a Defesa Nacional, 1/3 vai para o Estado de origem e o último terço, Sr. Presidente, para fechar o inteiro, vai para a Defesa Civil onde estiver organizada no Município correspondente onde se originou o seguro. Quer dizer, nós seremos mais previdentes.

Este não é o momento para se debater. Eu estou pegando uma carona nessa velocidade da Senadora Gleisi e do nosso Relator Pedro para abordar esse tema que já temos debatido em alguns lugares do Brasil e acho que vai envolver a Casa, vai envolver o Congresso Nacional e vem na carona dessa proposta da Senadora Gleisi, para ajudar, vem ao encontro. Mas quero, de antemão, Sr. Presidente, deixar aqui, neste início de manhã, com uma proposta dessas pegando velocidade, eu quero louvar, porque acho que é disso que nós precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, mas o tema requer a urgência e a pressa. As famílias que dependem desse socorro precisam dessa urgência, e nós estamos tentando dar uma resposta ao povo brasileiro. E a Comissão de Agricultura, com o apoio dos Srs. e Srªs Senadoras, está conseguindo votar.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, antes, Senador Cyro, a Senador Gleisi pediu a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a agilidade da Comissão. O Presidente Acir tem sido um Presidente muito empenhado no funcionamento da Comissão de Agricultura, começando sempre no horário, cedinho, o que tem muito a ver com a atividade agrícola. Começa-se bem cedo, não é, Senador Moka? A nossa Comissão está andando pari passu com os agricultores do Brasil. Então eu queria agradecer, agradecer também ao Senador João Pedro pelo relatório apresentado, a manifestação do Senador Rollemberg, do Senador Casildo. Eu vou diminuir a velocidade, senão vou ser multada. O Senador Acir já falou. Então eu tenho que baixar para 80.

Na realidade, este projeto vem ao encontro exatamente da necessidade que nós vimos agora no Paraná, numa catástrofe que tivemos lá no nosso litoral, que atingiu uma área de produção rural. E como teve deslizamento de morro, toda a terra preparada, todo investimento feito acabou indo por água abaixo literalmente. E, como já temos aqui essa lei, que é o Fundo Especial de Calamidades Públicas, e fazia um elenco de tudo aquilo que é passível de ser recuperado com recursos desse fundo, nós sentimos falta da questão do solo, da recuperação dos solos e dos investimentos produtivos.

Então, estamos propondo uma lei que já está em vigor, que foi aprovada por esta Casa no final do ano passado e é muito importante, para que esses dois itens façam parte. Não tem um impacto financeiro, porque está dentro dos itens que vão ser compensados, então é mais descritivo daquilo que pode ser acudido pela União, pelos recursos federais no caso de uma catástrofe.

É importante lembrar, Senador Casildo, primeiro, que esse fundo que V. Exª propõe é de extrema importância. E vamos ter oportunidade de discuti-lo na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas também quero informá-lo de que na semana passada o Ministro da Integração Nacional lançou um cartão para que os Municípios e Estados pudessem utilizar, no caso de recebimento de recursos federais para catástrofes. Ou seja, não precisando ter um trâmite muito longo e uma burocracia na apresentação de projetos.

Esse cartão, tão logo seja declarada a situação de calamidade pública e tenha um limite de recursos a serem utilizados, é repassado ao prefeito ou ao governador do Estado que faz os gastos neste cartão e,

depois dos gastos feitos, presta conta e apresenta o projeto para adequação.

Então eu achei muito importante. Seria importante até convidarmos o Ministro a esta Comissão, já deve estar convidado, para que explique como está funcionando e como o Governo está trabalhando e consolidando todas as ações para que a gente possa fazer frente às agruras e tragédias a que estamos sendo acometidos quando temos catástrofes naturais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann.

Para discutir, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito rápido, Sr. Presidente.

Primeiro, saudar a iniciativa da Senadora Gleisi, complementando, especialmente em função da experiência acumulada, a Lei 12.340/10. Eu fui o relator desta lei. Quando fui o relator desta lei no Senado, fiquei muito feliz porque achei que, com ela, teríamos agilidade em situações de calamidade pública. Ledo engano. O nosso Estado, o Mato Grosso do Sul, passou por uma das maiores crises ou catástrofes nesses últimos dois, três meses, nesse início de ano, e as dificuldades permanecem. Esse projeto de lei foi aprovado para dar celeridade nas situações de calamidade pública, *lato senso*, olhando de uma forma mais ampla.

Agora, o projeto da Senadora Gleisi ainda aprofunda mais esta questão. Mas, infelizmente, continuamos tropeçando na burocracia, por mais que o Ministro da Integração, que é um homem competente, o Ministro Fernando Bezerra, se esforce. Ele é um Ministro ativo, ágil, presente, mas estamos novamente esbarrando na burocracia, e quem sofre é a população, os municípios, a área rural, o Estado, as nossas pontes, as estradas vicinais.

Então, espero que nós venhamos a efetivamente cumprir o que essa lei determina. Ela foi criada exatamente para trazer agilidade, para o plano ser apresentado *a posteriori*, mesmo sendo apresentado depois, passando por fiscalização, por acompanhamento, por controle,

Aparentemente, a situação de emergência é decretada, mas os atos e os fatos não correspondem às situações com que o Municípios e os Estados se defrontam. Espero que essa lei pegue e que a burocracia não prejudique uma iniciativa extremamente relevante e importante para facilitar a vida daquelas pessoas que são diretamente atingidas por essas catástrofes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio. Acreditamos que essa alteração possa contribuir para a celeridade da aplicação dessa lei.

Não havendo mais ninguém para discutir, coloco em votação.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Gleisi, como V. Exª é autora, apenas para efeito do quórum.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o parecer. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Parabenizando a autora e o Relator, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tivemos 8 votos SIM. Dessa forma, foi aprovado o PLS nº 85, de 2011. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que estabelece o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório.

Sob análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que objetiva instituir o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural, mediante dezoito artigos, distribuídos em três capítulos.

O Capítulo I, dos Princípios Fundamentais, compõe-se do art. 1º, que anuncia o objeto da lei, e do art. 2º, que estabelece, para efeito de concessão, a observância obrigatória do equilíbrio entre a evolução da dívida rural e a receita advinda de atividades financiadas.

O Capítulo II, dos Direitos e Garantias, abrange os dispositivos que vão do art. 3º ao art. 12. No art. 3º, fica assegurado o direito do mutuário ao extrato detalhado sobre os financiamentos obtidos. O art. 4º assegura aos produtores rurais e suas cooperativas o acesso ao crédito rural a taxas de juros compatíveis com sua capacidade de pagamento. O art. 5º veda a liberação do crédito rural em contas de terceiros, sem a prévia autorização do mutuário. Observados os limites definidos pelas políticas agrícolas, os custos estimados e as expectativas de receita, o art. 6º estabelece a concessão de crédito proporcional à área e à produção. O art. 7º determina a liberação de créditos rurais em tempo oportuno. O art. 8º prevê a prorrogação de parcelas vincendas nos casos de incapacidade de pagamento decorrente de frustração de safra ou de problemas de comercialização. O art. 9º veda a transferência da conta bancária do mutuário do crédito rural sem prévia autorização, assegurando-se, no entanto, nos termos do art. 10, a portabilidade do contrato de financiamento entre agências bancárias e entre instituições financeiras a crédito do mutuário. O art. 11 obriga os agentes financeiros que operam o crédito rural a informarem mensalmente ao Banco Central o saldo de financiamentos e aplicações que foram realizadas com o mutuário do crédito rural. O art. 12 proíbe os agentes do crédito rural de exigir dos mutuários reciprocidades financeiras.

Finalmente, o capítulo 3º apresenta os dispositivos finais contidos nos arts. 13 ou 14 da proposta. O art. 13 assegura aos mutuários do crédito rural a isenção de despesas cartorárias. O art. 14 estabelece parâmetros para a classificação de risco de crédito; o art. 15 estabelece que a tempestividade será tributo essencial das orientações emanadas do Banco Central aos agentes financeiros nas renegociações de dívidas rurais.

Observada a capacidade de pagamento do mutuário, o art. 16 estabelece o direito a crédito rotativo, para custeio e investimento rural. O art. 17 prevê a aplicação de penalidades aos agentes financeiros, e o art. 18 estabelece a cláusula de vigência.

O projeto foi distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à Comissão de Assuntos Econômicos, para manifestação em caráter terminativo.

Na CRA o PLS chegou a receber relatório pela aprovação, da lavra do Senador Osmar Dias, mas, em face da vista coletiva, a matéria não recebeu deliberação definitiva.

Com o fim da legislatura, o processo foi encaminhado para a Secretaria-Geral da Mesa. No entanto, por força do disposto no art. 332 do Regimento Interno, a matéria foi reencaminhada para análise à CRA.

Não foram apresentadas emendas na presente Comissão.

Análise.

O PLS nº 288, de 2010, tem sua iniciativa fundamentada nas disposições do art. 22, VII, da Constituição Federal, que atribui à União a competência para legislar privativamente sobre a política de crédito, e no art. 48, XIII, da Lei Maior, que atribui ao Congresso Nacional poderes para legislar sobre todas as matérias de competência da União, especificamente sobre as instituições financeiras e suas operações.

A proposição respeita os requisitos da boa técnica legislativa, prescritos pelas Leis Complementares nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e nº 107, de 26 de abril de 2001.

Quanto ao mérito, o PLS nº 288, de 2010, aperfeiçoa as disposições da Lei nº 4.595, de 1964, ao proteger direitos fundamentais do mutuário de crédito rural em sua relação com os agentes financeiros, inibindo eventuais abusos por parte desses.

Assim, espera-se alcançar maior transparência na relação entre financiador e financiado, por meio da obrigatoriedade da emissão de extratos por parte do agente credor, contemplando as principais informações dos empréstimos concedidos.

O projeto também se destaca pelo estabelecimento de um rol de parâmetros técnicos a ser observado por ocasião da concessão do crédito, com ênfase na tempestividade da liberação dos recursos e na renovação dos contratos, com evidência para o respeito e a capacidade de pagamento do mutuário rural.

Ressalta-se que o projeto em exame inova ainda, ao proibir a exigência de reciprocidades financeiras por parte de operadores de crédito rural, prática mais conhecida como venda casada.

Como se sabe, essa prática resulta na obrigação de aquisição de outros serviços bancários, quando da concessão do crédito rural, desvirtuando, muitas vezes, o objetivo do financiamento.

Obrigado. Um dos abusos que se pretende coibir por meio das disposições do projeto em foco é a liberação do crédito rural em conta bancária de fornecedores sem a prévia autorização do mutuário. Essa vedação almeja dar maior equilíbrio na relação comercial entre fornecedores de insumos e produtores rurais.

A modalidade do crédito rotativo no contexto de reconhecida capacidade de pagamento do mutuário representará uma redução do custo das operações para os agentes, fortalecendo o sistema financeiro, agregando a eficiência à utilização do crédito rural.

Além da eficiência, esperamos que a aprovação do PLS nº 288, de 2010, leve ao campo mais dignidade para os mutuários do crédito rural, estimulando aqueles que têm contribuído, de forma abnegada, para o desenvolvimento do País.

Do voto.

Pelo exposto, votamos favoravelmente pela aprovação do PLS nº 288, de 2010.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Senador Cyro Miranda, Relator *ad hoc* do Senador Jayme Campos, que concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados

Aprovado o parecer.

A matéria será encaminhada à CAE, em discussão terminativa.

Item 4:

Requerimento de autoria do Senador João Pedro, que requer, nos termos regimentais, audiência pública com a presença do Sr. Jay Wallace da Silva e Mota, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), para informar sobre as atividades daquele órgão para os próximos anos.

Em votação.

Para encaminhar, o Senador João Pedro, autor do requerimento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Exª já colocou em votação sem discussão. É a velocidade de 120 Km/h!

Presidente, o requerimento é no sentido de fazermos uma discussão com a instituição Ceplac. V. Exª é do Estado de Rondônia, onde há a Ceplac e o cacau, e fazemos a discussão – o meu Estado hoje é o quinto produtor de cacau; a Bahia lidera a produção, e o Pará tem uma produção significativa também, sendo o segundo produtor de cacau – para ouvir o dirigente da Ceplac. Evidentemente, contribuiremos com essa cultura no sentido de fazer com que os produtores possam não só compreender como contribuir com suas ideias, propositurs. Enfim, acho que esta Comissão pode e deve fazer o debate com os dirigentes da Ceplac no sentido de fortalecer esse segmento produtivo e muito importante para a biodiversidade, muito importante para o Brasil.

O mercado todo consome chocolate. O Brasil hoje lidera como um dos países de maior consumo e produção. Enfim, estamos vendo a África com conflitos políticos, e o Brasil pode alavancar ainda mais uma produção que já foi importante na economia nacional.

Nesse sentido, considero importante realizarmos uma audiência pública para aprofundar o debate sobre a cultura do cacau.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Os nossos Estados, tanto o de V. Exª, o Amazonas, como o nosso, Rondônia, têm uma vocação para o cacau e precisam ter realmente uma assistência muito grande do Governo através da Ceplac. Em muito podemos ajudar os produtores de cacau brasileiros, em especial dos Estados de Rondônia e do Amazonas.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação da Comissão.

Como a Senadora Kátia Abreu e o Senador Flexa Ribeiro não se encontram, não vamos fazer a leitura do Item 5.

Passemos ao Item 6.

Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em função do quadro, em função do processo em si, das investigações feitas pelo Ministério Público, pela Procuradoria da República do Distrito Federal, entendo que, até pela situação em que se encontra o objeto desse requerimento, é despropositado trazer a Procuradora Michele Rangel Bastos para audiência pública aqui na Comissão de Agricultura, uma vez que esse processo está sendo apurado ainda pelo Ministério Público. Portanto, entendo que é absolutamente precipitado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador.

Nós não podemos colocar em votação, em face da ausência da Relatora e do Relator do requerimento. Assim o encaminharemos na próxima reunião.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação.

Esse requerimento já está há algumas sessões aqui na Comissão, e a autora e o relator não aparecem aqui para fazer o encaminhamento.

Acho que nós deveríamos adotar alguns procedimentos em relação a isso. Talvez permitir que fique por uma ou duas sessões, até para que não fique congestionando pauta e toda vez sendo publicado.

Queria requerer a V.Exª que possa conversar com a equipe da Comissão e talvez nos trazer, na semana que vem, uma proposta sobre esse tipo de matéria e comportamento dos Senadores. Se o autor não estiver presente por mais de duas ou três sessões consecutivas da Comissão, que a gente possa deliberar a matéria sem a presença dele ou então retirar definitivamente de pauta, no caso de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora. Agradeço a sua consideração. Vamos consultar o Regimento para saber o que dispõe acerca de casos como esse e, na próxima sessão, traremos a resposta sobre esse assunto.

Passamos ao Item nº 6.

Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Blairo Maggi, que propõem, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o objetivo de discutir o uso e o consumo de agrotóxicos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; representante do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Sinitox, da Fundação Oswaldo Cruz; representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida; representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef.

Em votação.

O Senador Antonio Carlos Valadares tem a palavra para fazer seu encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, tomei a iniciativa de apresentar esse requerimento, tendo em vista que o Brasil, segundo informações que nos foram concedidas, lidera o *ranking* dos países que utilizam agrotóxico para incrementar sua produção de alimentos.

O nosso País consumiu, na última safra, 1 bilhão de litros de agrotóxicos, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola. Isso equivale a um consumo anual *per capita* de 5 litros por pessoa. É um consumo incrível. Cinco litros de veneno por ano para cada cidadão brasileiro é a média de consumo de agrotóxicos em nosso País.

Esse uso indiscriminado não só agride os consumidores de alimentos como o próprio trabalhador rural que manipula com esses insumos.

O Brasil, no dia 7, através de vinte entidades da sociedade civil brasileira, entrou na campanha permanente contra o uso de agrotóxicos.

Logicamente, com esse debate, nós não pretendemos acabar de uma vez por todas com o uso de defensivos, porque essa é uma prática mundial. Entretanto, queremos alertar a sociedade, a opinião pública e os próprios Senadores e Senadoras para o fato de que a utilização dos agrotóxicos prejudica a saúde, prejudica a população, prejudica os trabalhadores e discutir que saídas, que alternativas podemos encontrar para desenvolver a agricultura e reduzir ao máximo o uso de agrotóxicos. Então o nosso objetivo, Sr. Presidente, fundamentalmente é este: esclarecer.

Não tenho a pretensão, como eu disse, de acabar de uma vez por todas com o uso de defensivos agrícolas, porque os defensivos são essenciais para uma cobertura vegetal visando a proteger a nossa agricultura. Quem sabe poderemos encontrar aconselhamentos, orientações de especialistas que foram convidados no intuito de oferecer a todos nós tudo aquilo de que precisamos para aperfeiçoar as atividades agrícolas sem agredir o meio ambiente e sem prejudicar a saúde da população.

Esse é o objetivo do requerimento, Sr. Presidente. Espero contar com o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Esse requerimento também foi assinado pelo grande pecuarista e produtor rural do Brasil, o Senador da República Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, pela sua exposição, e o parabenizo pelo requerimento. É um tema importante para a população brasileira, que precisa estar informada sobre de que forma estamos usando os agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil.

Não havendo mais ninguém para encaminhar, eu o coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Passamos ao Item 7, último item da nossa pauta de hoje.

Requerimento de autoria do Senador João Pedro, que requer, nos termos regimentais, audiência pública com a presença da Srª Ideli Salvatti, Ministra de Esta-

do da Pesca e Aqüicultura, MPA, para informar sobre as atividades e os projetos daquele Ministério para o Brasil, em especial a Amazônia.

Esclareço ao Senador João Pedro que em 23 de fevereiro corrente foi aprovado por esta Comissão o Requerimento nº 3, de 2011, CRA, de minha autoria, que trata do mesmo tema, qual seja, audiência pública com a Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura.

Para encaminhar, o Senador João Pedro. Desculpe-me, Senador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, na medida em que V. Exª já apresentou um requerimento que é aprovado por esta Comissão, penso que o meu requerimento perde a eficácia porque já foi atendido. Então, basta acertarmos a data. Estou compreendendo dessa forma. Não sei se a Mesa tem outro entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós poderemos aprová-lo juntos e fará parte dos dois requerimentos para a mesma audiência. É importante que o aprovemos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Aproveito para perguntar se já tem data. Já houve algum contato com a Ministra no sentido de...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não. Nós estamos aguardando, Senador, a posição da Ministra para marcar o dia. Estamos aguardando a...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Considero importante o debate com a Ministra Ideli. A pasta é estratégica para a costa brasileira, enfim, para todas as regiões. A Ministra acaba de passar por Manaus, visitando pólos importantes da pesca, apresentando projetos inovadores. Considero importante que esta Comissão trave o debate com a nossa Ministra. Esse é o intuito do requerimento e quero aplaudir o requerimento aprovado de V. Exª. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador João Pedro. Informo também que a Ministra esteve no nosso Estado de Rondônia, visitando o nosso Estado e conversando. Reuniu-se com os pescadores, com o nosso Governador do Estado, Dr. Confúcio Moura, e entendemos, assim como V. Exª, que é importante o nosso pedido para que ela venha aqui debater esse assunto conosco.

A assessoria me informa que já está confirmada para o dia 12 de maio a presença da Ministra aqui na Comissão, para que possamos debater esse assunto tão importante.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Casildo, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho que aqui deve ser uma questão de redação, mas pelo que ouvi V. Exª afirmar no seu requerimento, diz que é para os projetos daquele Ministério, para o Brasil e em especial a Amazônia. E aqui nessa redação diz que são os projetos daquele Ministério para o Brasil e a Amazônia. Isso dá a entender que... Fala-se, às vezes, que a Amazônia pode... está entendendo? É...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É outro País.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É. Apenas a conjunção ficou.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento e confirmada a presença, então, da nossa Ministra da Pesca e Aqüicultura para o dia 12 de maio, na Comissão, aqui no Senado.

Antes de encerrar, faço aqui uma propaganda a pedido dos nossos alunos: debate de lançamento do livro. Dos alunos da Faculdade de Agronomia e Veterinária da UnB, autores brasileiros e franceses: *"Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade"*, hoje, às 14 horas, na UnB. Peço para que a TV Senado faça a divulgação. Espero que o encontro de vocês seja um sucesso.

Amanhã, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária trará, no nosso ciclo de debates e palestras, em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, a realizar-se em 15 de abril de 2011, sexta-feira, amanhã, portanto, às 14 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, o debate com o objetivo de avaliar a questão das assimetrias do Mercosul e seus impactos na agricultura brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Federal Luis Carlos Heinze; Embaixador Bruno Bath, Diretor do Departamento do Mercosul e Ministério das relações Exteriores; Ministra Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior; Sr. Carlos Rivaci Sperotto, representante da CNA na Federação das Associações Rurais do Mercosul.

Consulto se algum Senador necessita usar da palavra.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, queria só fazer uma consulta: se já foi apresentado à Secretaria da Comissão convite para audiência pública com o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional. Gostaria de fazer essa consul-

ta porque, se não houver, eu apresentarei na próxima sessão, até para discutirmos um pouquinho o que o Senador Casildo Maldaner levantou e também as dúvidas que temos sobre as questões referentes às catástrofes e às ações do Governo Federal em relação ao socorro nessas situações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ainda não há um requerimento posto. Peço a V. Exª que o traga na próxima sessão para esta Comissão aprovar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se a Senadora Gleisi permitir, eu subscrevo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Ótimo. Farei junto com o Senador Casildo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço às Srªs e Srs. Senadores que participaram desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h35min)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2011

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa Diretora para o ano de 2011. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Júlio Cesar, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Sérgio Guerra, Vitor Penido, Weliton Prado e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, Itamar Franco, João Vicente Claudino, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Antônio Roberto, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Daniel Almeida, Danilo Forte, Heuler Cruvinel, João Carlos Bacelar, José Airton, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Zé Geraldo; **– Senador suplente:** Anibal Diniz. Registrou-se a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Fábio Ramalho, Jorge Pinheiro e Valtenir Pereira; **– Senadores titulares:** Jayme Campos, Magno Malta e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Senador Wilson Santiago. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de março e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente em exercício, Senador Francisco Dornelles (PP/RJ), declarou iniciados os trabalhos, conforme dispõe o *§ 2º do art.10 do Regimento Comum*. Informou que havia *quorum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional e declarou instalada a Comissão para o ano de 2011. **ORDEM DO DIA:** Eleição da Mesa Diretora da Comissão para 2011. O Presidente em exercício leu os seguintes expedientes: 1– Ofício GLPMDB nº 92/2011, de 28 de março, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) para o cargo de Presidente da Comissão; 2– Ofício nº 307/2011/PSDB, de 29 de março, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE) para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão; e 3– Ofício nº 177/2011, de 29 de março, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Britto (PP/BA) para o cargo de 3º Vice-Presidente da Comissão. Em seguida, o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) comunicou ao Plenário o seu nome para o cargo de 2º Vice-Presidente da Comissão. Logo após, o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) informou o falecimento do ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, e o Presidente em exercício solicitou um minuto de silêncio em sua memória. Dando continuidade à reunião, o Presidente em exercício propôs que a eleição da Mesa Diretora fosse por aclamação e informou a composição da chapa única: para Presidente: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB); para Primeiro Vice-Presidente: Deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE); para Segundo Vice-Presidente: Senador Cyro Miranda (PSDB/GO); e para Terceiro Vice-Presidente: Deputado Roberto Britto (PP/BA). Em votação, a proposta para eleição por aclamação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente em exercício declarou eleita e empossada a nova Mesa Diretora da Comissão para 2011 e convidou o Presidente eleito, Senador Vital do Rêgo, para assumir a direção dos trabalhos. O Presidente eleito proferiu o pronunciamento de posse e convidou para compor a mesa os Vice-Presidentes eleitos. A seguir, o Deputado Da-

nilo Forte (PMDB/CE) parabenizou o Presidente e manifestou interesse na realização de reunião com o Ministro Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira. O Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) cumprimentou o Presidente e aos membros da Mesa e lastimou a morte do ex-Vice-Presidente da República. O Presidente enalteceu a figura do ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, e demonstrou interesse em suspender a reunião em sua memória. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) teceu comentários sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão nos anos anteriores e informou que apresentou dois requerimentos: o primeiro solicitando reunião de audiência pública para debater a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo; e o segundo, solicitando que seja convidada a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimentos sobre o Decretos nºs 7.445/2011 e 7.418/2010 e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011. O Presidente afirmou ter recebidos os requerimentos do Deputado Claudio Cajado e um requerimento do Deputado Rubens Bueno e informou que constarão da pauta reunião seguinte. O Deputado José Airton (PT/CE) cumprimentou os membros da Mesa Diretora da Comissão e manifestou interesse em debates sobre a Resolução nº 1/2006-CN e o orçamento geral da união. O Presidente agradeceu a presença dos Deputados que compõem a Bancada da Paraíba, Deputados Benjamin Maranhão (PMDB/PB) e Wellington Roberto (PR/PB) e a Deputada Nilda Gondim (PMDB/PB). Em sequência, os Senadores Wilson Santiago (PMDB/PB) e Gleisi Hoffmann (PT/PR), e os Deputados José Priante (PMDB/PA) e Rogério Marinho (PSDB/RN) discursaram sobre os trabalhos da Comissão e parabenizaram os membros da nova Mesa Diretora. Logo após, o Presidente comunicou o recebimento do Ofício nº 044/Gab, de 29 de março de 2011, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012. Em seguida, informou a sua designação para o cargo de Relator-Geral e convidou-o a tomar assento à mesa. O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) comentou sobre os trabalhos da Comissão, cumprimentou o Presidente juntamente com os demais membros da Mesa Diretora e afirmou apoiar a iniciativa dos debates. Em seguida, o Deputado Arlindo Chinaglia discursou sobre a posse no cargo de Relator-Geral do Orçamento para 2012. Dando continuidade aos discursos de cumprimento ao Presidente, fizeram uso da palavra os Deputados Marçal Filho (PMDB/MS), Wellington Roberto (PR/PB), Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), João Carlos Bacelar (PR/BA), Vaz de Lima (PSDB/SP), Roberto Britto (PP/BA), e o Senador Anibal Diniz (PT/AC). Dando prosseguimento, o Presidente informou que conforme o disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* o dia 3 de abril será estabelecido como prazo final para os seguintes procedimentos: 1. indicação para os cargos de Relator da Receita e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2012, Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias para 2012 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Lembrou que, para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008-CN.* 2. prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês estabelecidos no *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2008-CN,* quais sejam, Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Tendo em vista que dia 3 de abril cairá em dia não útil, o Presidente estendeu o prazo para o dia 5 de abril, terça-feira. Solicitou que fosse feita a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Afirmou que, inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às quartas-feiras, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Finalizando, informou que será designado, oportunamente, relator do ajuste do Regulamento Interno da Comissão à Resolução nº 1/2006-CN, *alterada pela Resolução nº 3, de 2008-CN*. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Antes, convocou reunião ordinária a ser realizada no dia seis de abril, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Dornelles) – Sras. e Srs. Senadores e Deputados, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Assumo a condução desses trabalhos, conforme estabelecido no § 2º do art. 10 do Regimento Comum.

Declaro iniciada a reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão de Orçamento para o ano de 2011.

Havendo *quorum* para deliberação nas representações das duas Casas, declaro instalada a Comissão para o ano de 2011.

Expediente.

Ofício nº 92/2011, de 28 de março, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Vital do Rêgo para o cargo de Presidente da Comissão.

Ofício nº 307, do PSDB, de 29 de março, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Sérgio Guerra para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão.

Ofício nº 177, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Britto para o cargo de 3º Vice-Presidente da Comissão.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA – Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Cyro Miranda, pelo Estado de Goiás, PSDB. Fui indicado pela nossa Liderança para 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Dornelles) – O Senador Cyro Miranda, indicado pela Liderança do PSDB para 2º Vice-Presidente da Comissão.

Há indicação verbal do Senador.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero concordar com V.Exa. nesse encaminhamento e, ao mesmo tempo, lamentar, é uma tristeza para o País todo, a perda do nosso ex-Vice-Presidente e grande liderança José Alencar. Quero concordar com V.Exa., mas, ao mesmo tempo, queremos deixar registrada a nossa tristeza, não só como mineiros, mas como brasileiros. É uma perda muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Dornelles) – É uma grande perda para o Brasil, uma das figuras mais marcantes da política brasileira.

Peço que todos de pé façamos um minuto de silêncio em homenagem ao Presidente José Alencar.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Dornelles) – Em votação a proposta de eleição por aclamação do Deputado Gilmar Machado na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Foi aprovada a eleição por aclamação.

Informo a composição da Chapa Única.

Para Presidente, Senador Vital do Rêgo; para 1º Vice-Presidente, Deputado Sérgio Guerra; para 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda; para 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto.

Declaro eleita e empossada a nova Diretoria da Comissão para 2011, com a composição que acabei de anunciar.

Muito obrigado.

Passo a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador Vital do Rêgo, a quem cumprimento, desejando-lhe muito sucesso no comando desta Comissão, que é a mais importante do Congresso Nacional, composta por Deputados e Senadores que constituem a elite financeira da Casa.

Desejo a todos vocês muito sucesso nos trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados, as Lideranças que compõem esta Comissão.

Ao iniciar os nossos trabalhos, eu gostaria de, primeiramente, registrar de público o meu agradecimento ao PMDB, na pessoa do meu Líder, meu amigo Renan Calheiros, pela confiança em mim depositada, expressa e traduzida na indicação para presidir a mais importante Comissão do Congresso Nacional. Por extensão, extremamente lisonjeado, agradeço a expressiva demonstração de confiança dos meus pares, que por aclamação, num gesto simbólico extremamente expressivo, ofereceram apoio a meu nome e a todos os membros desta Comissão. Saúdo o Deputado Mauro Benevides.

Sinto-me honrado e feliz por haver sido eleito para o exercício deste mandato. Não tenho absolutamente qualquer dúvida quanto à importância do nosso trabalho e ao desafio que vamos enfrentar. Já a partir do próximo mês de abril, deverá ter início a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como todos sabemos, é a lei que determinará muito o que virão a ser a forma e o conteúdo do Orçamento de 2012. Também tramitam, ainda no segundo semestre deste ano, os projetos de outras duas leis: o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Temos, portanto, senhoras e senhores, logo à nossa frente, um quadro que em si mesmo já é bastante desafiador: elaborar, discutir e votar a LDO para 2012, e, imediatamente após, fazer o mesmo tanto em relação ao Plano Plurianual, válido para os próximos 4 anos, quanto à LOA de 2012. Sem dúvida alguma, não se trata de tarefa fácil, sobretudo por ser este o primeiro ano de uma nova legislatura. Em meio a esses três projetos de grande envergadura, ainda é preciso lembrar que a CMO dará continuidade ao seu grande leque de atividades, tão bem desempenhadas pelos meus antecessores. Essas atividades incluem a manifestação da Comissão sobre os mais diversos e variados assuntos, especialmente os inúmeros créditos, projetos de crédito adicional que tramitam pelo Congresso, as contas públicas, o planejamento e a execução da ação governamental, a regularidade na execução das obras e a gestão fiscal. Enfim, são bastante variados os temas e múltiplas as matérias que integram o rol das competências que perfazem o trabalho cotidiano desta Comissão. Exatamente por isso, ressalto e entendo significativo o papel a ser desempenhado individualmente por cada um dos membros da CMO e coletivamente pelos seus quatro comitês permanentes. É preciso que os membros da Comissão e os seus quatro comitês atuem coordenadamente com método, disciplina e, sobretudo, com o intuito de fazer, nos prazos assinalados por nossas normas regimentais, o seu trabalho.

Também é preciso que trabalhemos sempre com o olhar voltado para o futuro. Digo para o futuro, porque não desejamos perder de vista, em meio às nossas atribuições cotidianas, que também se deva criar um espaço necessário para que a CMO atue estrategicamente, para que ela se debruce, por exemplo, sobre os aspectos macroeconômicos da ação governamental, manifestando-se sobre a política econômica, sobre as formas de melhor propiciar o desenvolvimento ao País e qualidade de vida aos cidadãos; que se deva criar espaço, também, para que a CMO vislumbre novos instrumentos e soluções estratégicas que permitam estreitar os laços de cooperação, particularmente pela via orçamentária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. É preciso, no contexto dessa cooperação, que a União tenha um programa mais preciso e rigoroso das necessidades públicas em âmbito local, Estado por Estado, Município por Município. A nossa proposta é firmar um banco de dados de todas as necessidades estratégicas do País.

Acredito, sinceramente, que a CMO possa cumprir esse papel, e que o fará com eficiência, criando condições necessárias para que estruturemos leis orçamentárias mais eficazes e sintonizadas com as verdadeiras necessidades da população.

Paralelamente, a CMO também pode dar contribuição decisiva na arquitetura de uma nova legislação de finanças públicas, Senador Ricardo Ferraço. Para tanto, a Comissão dispõe de experiência, talento e conhecimento, acumulados em anos de atividades, após a nossa abertura democrática. Almejamos uma legislação moderna, adequada aos desafios do nosso tempo e que nos permita levar ao País o desenvolvimento sem o sacrifício do equilíbrio econômico e da higidez das contas públicas.

Não tenho qualquer sentimento de dúvida ou temor, senhoras e senhores, com relação ao trabalho que nos desafia. Como eu disse no início deste discurso, estou feliz e honrado com as responsabilidades que ora assumimos, que engrandecem qualquer homem público e se propõem como instrumentos de participação ímpar naquela que é uma das tarefas mais nobres dos parlamentos democráticos: a construção do orçamento público. Pretendo enfrentar todos os desafios com firmeza de caráter e, sobretudo, com transparência. Com a inestimável parceria de cada uma das senhoras e dos senhores, espero ver o trabalho da CMO amplamente conhecido, e, se méritos nele houver, que possa um dia alcançar o reconhecimento público.

Assumo o compromisso de exercer a Presidência desta Comissão com seriedade, honestidade e grande dedicação. Igualmente, tenho como ponto de relevo especial na agenda da Comissão uma gestão transparente, marcada pelo respeito às normas regimentais e pelo fiel cumprimento da lei. Para tanto, conto com o apoio e o conhecimento de V.Exas. Também sei que podemos contar com o trabalho dos nossos servidores do Congresso Nacional, especialmente com os da Secretaria da Comissão e os das Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Quero saudá-los nas pessoas de Mirna, Orlando e Wagner, respectivamente. Trabalharemos em equipe, sempre oferecendo ao Brasil o melhor dos nossos esforços e da nossa integridade.

Finalizando, agradeço, sensibilizado, de coração, a todos. Espero honrar com a confiança em mim depositada.

Muito obrigado, senhoras e senhores. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o 1º Vice-Presidente, Deputado Sérgio Guerra, recém-eleito. S.Exa. esteve aqui na Comissão, quando foi eleito, e agora está retornando; *(palmas)* o 2º Vice-Presidente, meu queridíssimo Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás; *(palmas)* o 3º Vice-Presidente, meu queridíssimo

Deputado do PP da Bahia, Roberto Britto. *(Palmas. Muito bem!)*

Alguns Parlamentares estão inscritos para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela sua brilhante eleição por aclamação, um reconhecimento de todos nós aqui à sua competência e à sua capacidade de trabalho.

Segundo, todos nós, no retorno de nossas bases, no final de semana, fomos muito inquiridos com relação à questão dos restos a pagar de 2007, 2008, 2009, como prevê o decreto presidencial, um problema sério que está na pauta da Comissão Mista de Orçamento. Os Prefeitos, principalmente os dos pequenos Municípios, são os que sofrem mais com as dificuldades no saneamento de seus processos em relação a esses empenhos, um compromisso da União para com esses Municípios. Suas angústias consistem na expectativa de terem os recursos simplesmente deletados do Orçamento, do um compromisso da União.

Eu gostaria que V.Exa., como Presidente da Comissão, pudesse solicitar uma reunião nossa junto ao Executivo, à Secretaria de Relações Institucionais, ocupada pelo Ministro Luiz Sérgio, para que pudéssemos debater, na próxima reunião da Comissão, esse problema que tanto angustia os pequenos Municípios brasileiros com relação ao corte dos restos a pagar.

Muito obrigado e parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

Conforme solicitado pelo Deputado Danilo Forte, já está agendado na Secretaria um convite ao Sr. Ministro Luiz Sérgio, atendendo à reivindicação justa de V.Exa. e de todos os Municípios brasileiros.

Tem a palavra o Deputado Ademir Camilo, do PDT de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os componentes da Mesa.

V.Exa., que participou conosco da legislatura passada e dizem que foi para o Céu, ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estou aqui vivo!

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO – ... mas eu tenho certeza de que conosco aqui na CMO, pela segunda vez que estou participando desta importante Comissão da Casa... O ano passado, tivemos também um trabalho belíssimo, mas influenciado pela eleição, a qual, todos nós sabemos, prejudica, ou prejudicou um pouco o andamento da Comissão Mista de Orçamento.

Mas para nós, mineiros, brasileiros, é com imenso pesar que recebemos a notícia do falecimento do mineiro José Alencar. José Alencar, para nós, representou a esperança não só do povo mineiro, repito, mas também do povo brasileiro, quando equilibrou e, junto com o Presidente Lula, deu oportunidade de o País – e aí quero lembrá-lo e parafraseá-lo – vencer o medo. De forma que é importante para nós, mineiros, essa referência. E a faço aqui com muito pesar.

Espero que V.Exa., Sr. Presidente, e todos os membros da Mesa possam, neste ano de 2011, como bem nós escutamos no seu discurso de posse, fazer desta Comissão Mista de Orçamento uma Comissão verdadeira, transparente, mas sobretudo que dê uma resposta satisfatória ao País.

Sucesso a todos!

Parabéns, Sr. Presidente, pela assunção não só ao Senado, mas também à Presidência da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., Deputado Ademir Camilo, as palavras. Que bom reencontrá-lo aqui neste espaço, que talvez seja tão bom quanto o Céu. É o espaço na convivência com V.Exa., na convivência com os meus queridíssimos companheiros Deputados, e agora poder participar de uma Comissão Mista dessa envergadura.

Eu gostaria de propor, tão logo terminem as nossas indagações, as nossas participações, que seja ouvido o Plenário – e não consta do Regimento – em homenagem ao Senador, ao Vice-Presidente José Alencar, este grande e extraordinário brasileiro, que não ocupava nenhum cargo nos Poderes Executivo e Legislativo, no momento atual, mas a homenagem é à sua história, à beleza do que foi a sua vida de empreendedor, de homem que construiu, como poucos, este Brasil. Ao final de todas as participações, que homenageemos aquela liderança, levantando esta sessão, em homenagem e respeito à sua memória. Quero consultar a todos, mas depois da participação dos senhores e das senhoras representantes desta Comissão.

Está inscrito este jovem e experiente Parlamentar de Orçamento, o meu ex-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, meu queridíssimo Claudio Cajado, do Democratas da Bahia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito obrigado, Presidente.

Eu acabo de dar a demonstração de que nós da Oposição estamos trabalhando em conjunto para o bem

do País e do funcionamento correto desta Comissão, ao concordar com a eleição por aclamação de V.Exa. e dos demais Vice-Presidentes, em especial do baiano Roberto Britto, que ali se encontra.

Quero dizer, Presidente, que as preocupações do Deputado Danilo Forte, ainda que não tenham sido requeridas por escrito ou não tratem de questão de ordem, já estão atendidas, porque acabo de apresentar um requerimento convidando a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, para prestar os esclarecimentos a respeito da programação orçamentária e financeira que estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e que também prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, além dos vetos à Lei Orçamentária de 2011, Lei nº 12.381.

Esse requerimento já foi apresentado, já se encontra protocolado na Mesa, como também, Presidente, eu apresentei um outro requerimento, que considero de importância fundamental: o de realização de audiência pública para se debater a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos e Militares e da Copa do Mundo.

Para isso, sugiro que o Plenário possa, na sessão ordinária que V.Exa. deverá convocar possivelmente amanhã, ouvir o Ministro do Esporte, o Diretor-Geral do DNIT, o Presidente da Caixa Econômica Federal e o Presidente do Tribunal de Contas da União.

Nós queremos contribuir, Presidente. Conheci V.Exa. quando foi membro titular atuante, competente e brilhante na Comissão de Defesa do Consumidor, da qual tive a honra de exercer a Presidência no ano passado. Sei da sua seriedade. V.Exa. é um homem oriundo do Ministério Público. E, como político, exerce as funções, tendo a transparência – palavra, aliás, que gravei no discurso de V.Exa. por várias vezes como uma postura digna de exercício do mandato parlamentar e da representação do Estado da Paraíba, que V.Exa. tão brilhantemente aqui vem exercer.

Da nossa parte, nós queremos contribuir, Presidente. V.Exa. foi amigo ao dizer que este Parlamentar já tem experiência na Comissão. Não tenho. Eu tive a oportunidade, algumas vezes, de participar desta Comissão, nunca neguei a paixão que este ambiente traduz, no convívio dos colegas, no convívio das contradições, mas principalmente porque esta é a única Comissão da Casa em que só se vota por acordo. Aqui não existe aquele famoso "tratoramento"; aqui não se atropela quem quer que seja, porque o Regimento e a Resolução nº 1 preveem claramente os limites da atuação da Oposição e do Governo.

Portanto, esta Comissão é a síntese do que deve ser o Parlamento: o diálogo, o estabelecimento do contraditório, a exposição das ideias, a convergência para os acordos possíveis e, acima de tudo, o transigir-se na defesa do interesse de cada Município, de cada Estado, de cada região, mas pensando no conjunto do País.

Ao longo de todos os mandatos anteriores, eu não tive a oportunidade, por força também da Resolução, de exercer a titularidade nesta Comissão por anos seguidos, mas tenho conhecimento do trabalho feito pelo Senador Dornelles, do trabalho feito pelos Presidentes que por aqui passaram. No início, se adotarmos como premissa o respeito a todos, inclusive às minorias, às oposições, esta Comissão fluirá normalmente.

Por isso, Presidente, tenho convicção de que V.Exa. irá, sim, dar oportunidade a que as ideias sejam debatidas. Nós não podemos fazer com que requerimentos como esses dois que acabo de protocolar na Mesa fiquem engavetados. Isso não é bom para a democracia; isso não é bom para o Parlamento; isso não é bom para a gestão dos recursos públicos.

Espero que, pela seriedade com que se conduz na vida pública, pela retilínea ação coerente das suas atividades parlamentares, V.Exa. possa traduzir isso não como uma oposição de querer o pior para o País, de querer se sustentar por meio de gritos, da voz mais elevada. Não. O que queremos é contribuir para encontrarmos sempre o caminho do entendimento. É essa a minha manifestação para V.Exa.

Procure sempre, Presidente, o entendimento. Estaremos sempre presentes nos dias de convocação. V.Exa. sabe que, como fui Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, eu tinha as metas de estabelecer, em determinados dias da semana, audiências públicas. V.Exa. pode adotar a mesma postura. É importante o debate das proposições e das ideias.

Não tenho dúvida alguma de que V.Exa. será auxiliado por esta Comissão, que tem, dos quadros técnicos da sua assessoria, talvez o melhor. V.Exa. elogiou a Myrna, o Vagner, e nós, que conhecemos ambos, sabemos da competência, da seriedade, da postura correta e equilibrada de ambos. Espero que possamos, neste ano de 2011, exercer com brilhantismo as nossas funções, para coroar, ao final deste exercício, o início brilhante que V.Exa. está tendo.

Portanto, da nossa parte, pode contar que estaremos à disposição, sempre, para comparecer a qualquer reunião que V.Exa. determinar e marcar. E o meu partido, o Democratas – estou aqui ao lado do Deputado Júlio Cesar –, estará sempre disposto a dar tudo de nós para o bom andamento dos trabalhos, sem obstruções radicais, sem posicionamentos que não se-

jam de convergência das nossas ideias, principalmente para que possamos ter um Orçamento equilibrado, executado, fazendo com que o que decidirmos aqui possa efetivamente ser implementado como política pública nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa. essa espontânea manifestação de carinho, de amizade, de apreço. Espero que tenha a mesma noção que tenho sobre as responsabilidades deste exercício e que, ao final, participemos juntos de momentos em que cumpriremos com êxito o nosso papel.

Deputado Cajado, os 2 requerimentos que V.Exa. colocou sobre a Mesa, além do requerimento do Deputado Rubens Bueno, estarão na próxima reunião deliberativa da Comissão, na próxima quarta-feira, de acordo com o nosso calendário.

Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Podemos votar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – José Airton, meu cearense querido, concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON – Muito obrigado. Quero, primeiro, abraçá-lo e felicitá-lo pela eleição de V.Exa. como Senador do grande Estado da Paraíba, que, tenho certeza, está muito feliz, muito contente.

O fato de S.Exa. hoje ter sido eleito Presidente por aclamação é uma demonstração de reconhecimento da sua capacidade e da credibilidade que tem neste Parlamento. Por isso, Sr. Presidente, quero lhe felicitar e desejar bons trabalhos à frente desta Comissão, juntamente com o Relator. São os dois que terão uma responsabilidade maior.

Espero, Sr. Presidente, que esta Comissão possa fazer dois grandes debates. No primeiro, espero que possamos discutir a reavaliação da Resolução nº 1 deste Congresso Nacional. Penso que precisamos aperfeiçoar essa resolução no sentido de permitir que façamos um processo maior de descentralização dos recursos públicos desta Nação brasileira, sobretudo para os Municípios menores, que não têm representatividade e que precisam ser reconhecidos como unidades da Federação.

Outro debate, Sr. Presidente, que espero que esta Casa venha a propiciar é no sentido de que possamos verdadeiramente aprovar um orçamento que seja o mais realista possível. Já estamos habituados – estou nesta Casa e nesta Comissão pela segunda vez – a nos deparar praticamente todo ano com a lenga-lenga das receitas extras que aparecem. Acabamos com isso inflando o orçamento, o que provoca também um processo desgastante de corte, de vetos.

Espero que esta Comissão faça com a área econômica um debate produtivo e responsável e que nós aprovemos um orçamento realista para ser executado, pelo menos, quase que em sua plenitude. É frustrante, é algo que realmente deixa muito a desejar nós aprovarmos certos investimentos e certas ações, muitas de grande importância, e, de repente, não os vermos se concretizar porque o Executivo, em sua avaliação, com responsabilidade também, acaba vetando ou fazendo cortes para não deixar o orçamento inflado, como ocorreu em outros momentos nesta Casa. Acho que são dois debates importantes.

Para concluir, Sr. Presidente, quero me acostar aos demais colegas e ao Danilo para que possamos fazer esse debate dos Restos a Pagar. É algo importante que está preocupando vários gestores. Neste debate com a Ministra do Planejamento e o Ministro Luiz Sérgio, precisamos ter realmente a noção daquilo que vai ser implementado, para que possamos levar tranquilidade aos Municípios.

Por fim, quero mais uma vez parabenizar todos os membros da Comissão e me acostar a V.Exa. para que possamos suspender a sessão em homenagem a esse grande brasileiro que foi José Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço o apoio a V.Exa., um apoio amigo e solidário à causa.

Gostaria de agradecer a presença aos colegas Deputados do PMDB do meu Estado, a Paraíba. O Deputado Benjamin Maranhão, a Deputada Nilda Gondim e o Deputado Wellington Roberto compõem a nossa bancada. Agradeço a presença a todos.

Passo a palavra ao meu colega e querido companheiro Deputado e hoje Senador Wilson Santiago.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR WILSON SANTIAGO – Senador Vitalzinho, V.Exa. assume hoje missões, no cargo de Presidente desta Comissão, as mais importantes do País, não só para o Congresso Nacional e para a população, mas também para o nosso Estado, a Paraíba. A importância é muito grande.

Particularmente, fico feliz por várias razões. A primeira delas é porque sou companheiro de V.Exa. desde quando era Deputado Estadual, cargo que exerci por duas. Posteriormente, fui Deputado Federal duas vezes e V.Exa. uma vez, e agora estamos os dois juntos no Senado Federal. E, para nossa alegria, estamos no PMDB. Minha alegria, repito, é muito grande.

Tenho certeza de que V.Exa. tem a responsabilidade para dar conta da nova missão, que não só será

gratificante para a Paraíba, mas também para todo o restante do Brasil.

Parabéns a V.Exa., parabéns a todos os companheiros desta Casa. Enfim, parabéns ao Congresso Nacional e parabéns à Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa., nobre Deputado.

Não me canso de falar do papel importante que V.Exa. desempenha em favor do País, especialmente do nosso Estado, pela sua garra, obstinação e competência.

Eu perguntei agora há pouco à Mirna, que é a nossa bússola: *"Mirna, eu posso já indicar os relatores?"* E ela disse: *"Não, porque tem que vir uma indicação das Lideranças".*

Eu vi o Deputado e Presidente Arlindo ali e estou vendo a Senadora Gleisi Hoffmann. Que prazer é ter V.Exa. na Comissão, minha colega e companheira Senadora! Eu espero que o PT a indique rapidamente como Relatora do Plano Plurianual, para que eu possa oficialmente transformar essa indicação em uma certeza do êxito do trabalho de V.Exa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN – Obrigada, Senador Vital do Rêgo. Quero também parabenizá-lo pela presidência desta Comissão, é uma grande responsabilidade. Temos por V.Exa. muito respeito, muita deferência. Fico muito feliz de estar participando deste momento com V.Exa. nesta Comissão. Aliás, com todos os Deputados e Senadores que aqui estão, porque é uma das Comissões mais importantes do Congresso Nacional a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Desejo-lhe muito sucesso. Que estejamos juntos nesta caminhada, pois temos um grande desafio. Ao lado de inquirir o Executivo, de chamá-los para discutir a questão de Restos a Pagar, esta Comissão também tem o dever de olhar os processos e os procedimentos da tramitação orçamentária no Congresso Nacional.

Temos de mudar procedimentos aqui. É impossível continuar como estamos. Temos uma realidade orçamentária que não cabe no Orçamento, ou uma demanda orçamentária que não cabe dentro da realidade do orçamento. Tenho certeza de que esta Casa terá a responsabilidade de fazer essa discussão. Gostaria muito de participar desse processo que V.Exa., junto com os demais relatores do orçamento, vai conduzir.

Quero fazer também uma saudação à Mirna, uma amiga, Secretária desta Comissão. Fico muito feliz de estar atuando aqui e de recordar o tanto de trabalho que já tivemos quando fiz assessoria na Câmara.

Então, agradeço muito essa oportunidade e desejo-lhe muito sucesso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Gleisi. Dizia que Mirna é unanimidade aqui.

Passo a palavra ao meu queridíssimo e novo Deputado que volta ao PMDB, José Priante, depois de uma passagem extraordinária na Casa. É muito bom tê-lo de volta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Muito obrigado. Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os Senadores e Deputados e, na pessoa do nosso Presidente, o Senador Vital do Rêgo, cumprimentar toda a Mesa que nos dirigirá nesta Comissão. Desejo pleno êxito ao Presidente.

Cumprimento o meu partido, o PMDB, pela brilhante escolha e pelo encaminhamento do novo Presidente da Comissão de Orçamento. Ressalto a enorme expectativa de que todos nós possamos fazer um bom trabalho, sempre atentos e em sintonia com a dinâmica financeira e orçamentária do nosso País.

Desde já, coloco-me à disposição, junto com o PMDB, o nosso partido, nessa lide que nos envolverá no dia a dia desta Comissão.

Volto a esta Casa, Sr. Presidente, com a alegria de rever amigos, velhos correligionários, companheiros e perceber que esta Comissão tem, na sua composição, o que há de melhor no Congresso Nacional, uma representatividade dos diversos partidos, alguns dispositivos do tempo em que fui membro desta Comissão, que tive a honra de ser Relator da Infraestrutura por duas vezes e militar ativamente nesta Comissão. Alguns dispositivos foram alterados de lá para cá.

Hoje, a maioria não fala por si só. Tem que se compor a maioria com o entendimento de todos, para que haja uma deliberação nesta Comissão. É um rito democrático especial, um rito democrático diferenciado das demais Comissões desta Casa. Portanto, uma dinâmica a que todos devem adaptar-se, no sentido de deliberar da melhor forma possível.

Eu, neste primeiro dia de reunião, arvorei-me em elaborar um requerimento que vem de um sentimento que, tenho certeza, é de todos os membros desta Comissão.

Aqui já se manifestaram o Deputado Danilo Forte e o Deputado Claudio Cajado, apresentando um requerimento. V.Exa. noticiou à Comissão que já houve um encaminhamento, no sentido de chamar o Ministro da coordenação política para estar presente.

Vou mais além. Apresento um requerimento a esta Comissão pedindo a prorrogação do decreto. Sei que todos os meandros do debate resultarão nesse desiderato. Peço a prorrogação do decreto e apresento este requerimento à Mesa para que possamos deliberar sobre ele, sem prejuízo, evidentemente, do

que haverá de acontecer com relação às iniciativas dos demais Parlamentares.

No mais, desejo bom êxito a V.Exa. no encaminhamento dos trabalhos. Conte com o seu companheiro da bancada do PMDB. Desejo a todos sucesso e que possamos fazer um bom trabalho à frente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado José Priante. Espero receber rapidamente da sua assessoria o requerimento por escrito. Já está aí? Ligeiro esse paraense.

Meu queridíssimo Rogério Marinho, do PSDB, do Rio Grande do Norte, que alegria puder rever V.Exa. Somos vizinhos, companheiros e amigos.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela investidura ilustre como Presidente desta Comissão tão importante e com a certeza de que o brilhantismo que V.Exa. demonstrou no exercício dos mandatos consecutivos certamente se espelhará nesta Comissão com equidade, com equilíbrio e com o cuidado de fazer do seu mandato, certamente, uma extensão da sua vida pública, representando o nosso ilustre Estado da Paraíba.

Além da saudação a V.Exa. e a toda a Mesa, aos companheiros que fazem parte da Comissão, falo a V.Exa. a respeito de uma situação que certamente é recorrente nesta Comissão, na qual estamos começando hoje. No decorrer das reuniões que teremos, será um tema que nós abordaremos com uma certa frequência.

Há necessidade, Sr. Presidente – e aí chamo a atenção dos companheiros do Governo– –, de trabalharmos a possibilidade de mudar a sistemática do nosso Orçamento, um orçamento que, infelizmente, por ser autorizativo, permite que o Governo o utilize de forma discricionária, muitas vezes privilegiando os seus companheiros, os seus correligionários, não tendo uma visão republicana do País. Isso vem acontecendo. Inclusive, basta ver o que diz, por exemplo, no caso dos Parlamentares, o nível de execução orçamentária no que tange às emendas individuais de Parlamentares tanto do Governo quanto da Oposição.

Então, não falo aqui ao vento. Falo em cima do que ocorre na prática nesta Casa. Além disso, o equilíbrio dos Poderes — a relação entre Legislativo, Executivo e Governo — se dará certamente com muito maior eficácia se tivermos um orçamento impositivo, pelo menos no que tange à questão das emendas, para evitarmos o que a imprensa denominou de balcão de negócios.

Na hora em que o Governo tem interesse de votar projetos que lhe são caros, há uma grande liberação de emendas parlamentares, e isso não é bom para a imagem do Legislativo.

Depois, Sr. Presidente, um outro assunto recorrente é a questão dos Restos a Pagar. De forma geométrica, essa situação vem perdurando e não se vê um fim disso, a não ser quando há mudança de Governo, após o interregno de 4 anos.

No ano passado, por exemplo, mais de 50 bilhões de reais foram acostados e escritos como investimento. O recurso deste ano chegará a mais de 60 bilhões. Se colocarmos custeio, irá a mais de 100 bilhões de reais. É um recurso que comprime o Orçamento do ano em curso. No caso de 2010, comprime 2011 e os anos anteriores. O Governo não define critérios para fazer um redutor nesses Restos a Pagar.

Estamos debruçados agora sobre um decreto do Governo Federal feito no último dia do ano pelo Presidente da República, no qual S.Exa. simplesmente manda suprimir 18 bilhões de reais de Restos a Pagar de 2007 até 2009 e, coincidentemente, nenhum desses recursos têm a ver com o Programa de Aceleração do Crescimento. Ou seja, o que interessa ao Governo é preservado, o que interessa ao Parlamento não é.

Então, temos de ter critérios cristalinos e transparentes. Por exemplo, obras que não foram licitadas há mais de 2 anos, obras que têm problemas no Tribunal de Contas da União, independentemente de serem, inclusive, do PAC do Governo Federal, porque não se pode haver discriminação com quem destinou recurso. Porque a lei foi votada por todos nós e, se foi destinada pelo Executivo ou pelo Legislativo, não tem por que haver essa distinção.

O Governo, quando estabelece o decreto, o coloca, parece-me, contra o Parlamento, achando que nós é que temos de pagar o preço do desequilíbrio econômico e fiscal que ocorreu no País nos últimos 3 anos.

Então, hoje nós temos, Sr. Presidente, é verdade, um problema sério. No ano passado o Governo não cumpriu o superávit, apesar de ter retirado do cálculo do superávit os recursos do sistema ELETROBRÁS. Mesmo baixando de 3,4 para 3,1 não cumpriu, nem mesmo retirando o sistema ELETROBRÁS. Então, não fez o seu dever de casa.

Nós perdemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o controle do processo inflacionário. Qualquer cidadão que vai hoje ao supermercado sabe que a inflação de alimentos, que é o que pressiona mais fortemente a classe menos favorecida, é muito maior do que aquela anunciada como uma taxa média de inflação no País.

Então, precisamos, sim, ter austeridade fiscal. Precisamos ter responsabilidade fiscal, mas precisamos também de ter critérios e uma visão republicana do Orçamento, porque Orçamento não é feito para um governo de ocasião, é feito para uma Nação, para um Estado e para um país.

Há uma outra questão que acho extremamente importante. Permita-me e desculpe-me expor isso logo no início, mas, como V.Exa. deve saber, fui nomeado coordenador da bancada do PSDB e tenho aqui a responsabilidade de dar o tom do relacionamento que teremos nesta Casa, que certamente será o mais civilizado possível em função do nosso País, do Brasil, que é maior do que todos nós e a quem devemos respeito.

Mas uma questão que nos une a todos, Governo e Oposição, é o fato de que nunca antes na história deste País se fez um corte de emendas individuais. Não se fez um contingenciamento, fez-se um corte. E isso, Sr. Presidente, acredito que não seja saudável para a convivência entre Legislativo e Executivo. E se nós, como Parlamentares, permitirmos esse tipo de situação, é evidente que vamos nos apequenar perante o Executivo.

Veja qual o critério ditado pelo Governo. Foram cortados recursos não possíveis de serem contingenciados, porque a legislação não permite contingenciamento de recursos da área de cultura e de ciência e tecnologia. Esse foi o argumento utilizado pelo Governo para cortar os recursos das emendas parlamentares e individuais, e não apenas das coletivas.

Quando o Governo age assim, esquece-se de que os Secretários-Executivos desses Ministérios estiveram nas Comissões de Ciência e Tecnologia e Educação e Cultura e expuseram, propuseram e estimularam os Parlamentares a fazer emendas nesses fundos setoriais, justamente porque não poderiam ser contingenciados, em razão de serem áreas estratégicas do País, que precisava investir em empreendedorismo, em fomento à pesquisa, em educação, em cultura. Aí, Sr. Presidente, fomos surpreendidos com uma argumentação que eu diria, no mínimo, frágil. Mas o pior, Sr. Presidente, é que estamos na verdade correndo o risco de quebrar o equilíbrio constitucional. Houve um veto, Sr. Presidente, não um contingenciamento de emendas parlamentares individuais.

Para fechar, sei que outros companheiros falarão mais um pouco, digo a V.Exa. que nós, do PSDB, vamos lutar nesta Casa, pedindo apoio, porque é uma ação do Parlamento, não de um partido político, para que o Congresso Nacional paute o mais brevemente possível os vetos individuais, até para que o Governo use a sua maioria e consiga manter o veto.

Nós vamos fazer um trabalho para que os nossos Parlamentares se lembrem de que, antes de sermos Governo ou sermos situação, representamos um poder, que é o Parlamento, e na democracia é importante que haja equilíbrio entre os Poderes.

Então, concluo dizendo a V.Exa., Sr. Presidente, que estaremos aqui juntos. V.Exa. vai contar conosco, sem dúvida alguma, como toda a Comissão. Nós tivemos no ano passado embates duros, mas embates de mérito. Nenhuma vez obstaculizamos o prosseguimento dos trabalhos da Comissão em virtude de questões pessoais. Certamente este ano faremos o mesmo, sempre querendo aperfeiçoar o nosso Orçamento, que sem dúvida alguma é algo do interesse de todo o Brasil.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Rogério Marinho. V.Exa. é um dos componentes do nosso Colégio de Líderes. Durante a tarde de hoje vou reiterar às Lideranças que indiquem os seus representantes para debater temas importantes como esse que V.Exa. apresentou, a possibilidade de restruturação de uma legislação complementar que possa dar novos rumos à Lei nº 4.320, de 1964, e a outros temas que V.Exa. abordou com muita propriedade.

Gostaria de comunicar à Comissão que o Partido dos Trabalhadores, por intermédio da sua Liderança, Deputado Paulo Teixeira, encaminhou ofício a esta Presidência, indicando o experimente Deputado Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício 2012. E, por tudo quanto essa figura humana, este cidadão brasileiro, este sindicalista, este médico, e, para mim, particular amigo e irmão, representa para este País, eu tenho a honra de designá-lo Relator-Geral do Orçamento de 2012 e o convido para fazer parte da Mesa. *(Palmas.)* É um experimentado Deputado, efetivamente, nosso Presidente, com tanta história.

Antes de passar a palavra ao Relator-Geral, eu gostaria de ouvir uma dessas figuras que desafiam a própria resolução. O seu partido e o Governo precisam tanto dele que a Resolução nº 1 incomoda, porque prevê que não pode haver continuidade de presença de membros da Comissão. Mas Gilmar Machado é tão importante nesta Comissão e tem resolvido tantos problemas no exercício da Liderança do Governo que, efetivamente, pelo seu espírito conciliador, pela força dos seus argumentos, mas, principalmente, pela forma como conduz a sua Liderança, é muito bom tê-lo aqui, meu queridíssimo Deputado Gilmar Machado, a quem passo a palavra. Depois ouviremos o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer que estou aqui como membro. Fiquei dois anos sem poder participar como membro da Comissão, portanto, não votei durante esse período, na Legislatura passada, pois estava no exercício da Vice-Liderança do Governo, mas agora estou aqui apenas como membro da Comissão.

Quero dizer a V.Exa. que queremos dar a nossa contribuição, cumprimentá-lo, cumprimentar a Mesa, o meu companheiro Arlindo, que tenho certeza de que vai fazer um grande trabalho na Relatoria do Orçamento, e nós queremos aqui somar.

Tenho certeza de que na próxima semana o Governo vai indicar sua Liderança e também a sua Vice-Liderança nesta Comissão, e podem ficar tranquilos os Parlamentares de que nosso objetivo é fazer o debate. Esta Comissão nunca se furtou de debater tema algum, os Ministros nunca se recusaram a estar aqui presentes. Logicamente que se fosse amanhã a votação, por exemplo, nós teríamos alguma dificuldade, já que a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, está no Canadá, então não teríamos como cumprir a agenda. Mas na outra semana com certeza nós teremos condições de discutir um cronograma, com a presença dos Ministros. Este é um tema realmente importante para todos, porque o debate do Orçamento não é do Governo, não é da Oposição, é do País, interessa a nós todos. Mas é bom que todos os Parlamentares tenham claro que nos últimos anos a Casa tem acertado todos os Orçamentos que são previstos. Muita gente faz discurso de que nós aumentamos, mas nos últimos anos nós não erramos. E, neste ano, tenho certeza de que não erraremos de novo. Nós acrescentamos, o Relator foi o Deputado Bruno Araújo, que fez um relatório brilhante – ele nem é do PT, é do PSDB, mas como Relator de Receita fez um relatório brilhante –, acrescentou 20 bilhões, e nós votamos, e as receitas dos meses de janeiro e fevereiro e o que já está sendo previsto em março está mostrando que nós vamos acertar de novo. Mas isso faz parte. Todo início de governo fazem isso. O Prefeito da minha cidade agora cortou 30% dos recursos este ano para poder organizar. O Governador de Minas acabou de assumir e também fez cortes para poder ajustar. Isso parte do processo, que nós conhecemos, mas, no segundo semestre, esse processo vai se organizar.

Quero então, Sr. Presidente, cumprimentá-lo, cumprimentar a Mesa e dizer que nós, na condição de membros da bancada do PT, estaremos aqui apoiando essas iniciativas, porque não temos medo do debate. Temos certeza de que estamos fazendo o melhor para organizar o País e possibilitar que ele continue crescendo, incluindo renda. Temos certeza de que a Presidente Dilma Rousseff vai continuar no bom caminho que já iniciou e fazendo mais do que o Presidente Lula, que preparou a Casa para que ela pudesse fazer mais do que ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Gilmar Machado.

Com a apalavra o nosso Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Em primeiro lugar, a exemplo de vários Deputados e Senadores, cumprimento V.Exa., Senador Vital do Rêgo, e também o Deputado Roberto Britto e todos os eleitos para a Presidência desta Comissão.

Agradeço a V.Exa. as generosas palavras. Vi que V.Exa., quando eu me dirigi à Mesa, usou o termo "experimentado" e o fez por prudência, até porque, nesse caso – a Deputada Nilda Gondim vai entender perfeitamente –, o passado te condena. Explico à imprensa e aos demais presentes: é que S.Exa., apesar de parecer tão jovem, é tão experimentado quanto muitos dos que ele atribui essa qualidade.

De qualquer maneira, é um prazer estar nesta Comissão, tendo o Senador Vital do Rêgo como Presidente. Diferentemente da grande maioria, não tenho nenhuma experiência na Comissão Mista de Orçamento. Por isso terei cuidados redobrados. É exigido de todos nós, mas especialmente de quem exerce determinadas funções, como a Relatoria, um intercâmbio permanente de ideias, uma consulta permanente aos pares, para que, ao final do nosso trabalho, o Brasil se beneficie. As nossas bancadas, os nossos posicionamentos partidários evidentemente fazem parte desse processo.

Apoiando-me na Presidência da Comissão e em V.Exas., procurarei fazer com que o nosso trabalho coletivo esteja contemplado no relatório final. Espero que consigamos, portanto, elaborar o melhor orçamento para o País.

Quero agradecer à minha bancada por ter-me indicado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Arlindo Chinaglia, nosso eterno presidente. Tenho absoluta confiança no trabalho que V.Exa. vai desempenhar.

Com a palavra o Deputado Marçal Filho, do PMDB, meu querido companheiro de partido.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, as minhas primeiras palavras são para cumprimentá-lo. Nós do PMDB estamos satisfeitos com a indicação de V.Exa., por conta das notícias que temos da sua atuação na Câmara e da brilhante atuação no Senado da República.

Cumprimento o Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, que já foi Presidente da Câmara. S.Exa. atuou muito bem. Com serenidade, segurança e firmeza conduziu a nossa Câmara dos Deputados.

Tenho algumas preocupações com relação ao nosso papel nesta Comissão de Orçamento. Uma delas, como já foi dito aqui, é a respeito das emendas individuais. Sou um Deputado da base do Governo, fui indicado pelo Líder do meu partido, Deputado Henrique, mas tenho preocupação com as emendas individuais, porque quando cheguei aqui, em 1996, portanto já há algum tempo, aprendi que elas eram sagradas, ou como diria um Ministro que passou pela República, "imexíveis". Ao longo do tempo, tivemos contingenciamento das emendas individuais, mas nunca uma atitude de corte, como ocorreu agora.

Sabemos muito bem que as emendas individuais não representam o Deputado, mas o Município e os anseios da população, porque muitas delas são as únicas fontes de investimento de vários Municípios. Às vezes, o Município vai pagando a sua folha, levando em frente o seu custeio, mas nenhum tipo de investimento é feito, a não ser por meio do trabalho do Parlamentar.

Então, acho que isso tem de ser cada vez mais valorizado nesta Comissão. O que percebemos é que a convergência sempre reinou e esperamos que continue assim: esta Comissão sempre se entendendo no sentido do bem do nosso País.Eram apenas essas as minhas palavras de cumprimento a V.Exa. Desejo-lhe sucesso na condução dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço. Vamos precisar muito do talento e da firmeza com que V.Exa. defende suas convicções.

Tem a palavra o querido colega e amigo paraibano, Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO – Quero cumprimentá-lo Senador Vital do Rêgo Filho pela nova etapa da sua vida pública. Cumprimento também o Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, eterno Presidente desta Casa, e todos que fazem parte desta Mesa. Cumprimento também a querida Mirna, com quem mais uma vez nos encontramos, em 2011.

Desejo a V.Exa., a quem eu chamo carinhosamente de Vitalzinho, muito sucesso. Estou à disposição.

Os Deputados João Bacelar, Giroto, Gorete e eu, que fazemos parte do PR, vamos juntos contribuir com a apreciação, votação e aprovação da peça orçamentária.

Muito sucesso a V.Exa., que sempre fez tudo com muita competência – sua mãe, Nilda Gondim, Deputada hoje, é prova viva disso.

Vou encerrar proferindo aquela frase do seu eterno pai, que também foi Deputado nesta Casa: "*Nós vamos comer com farinha os problemas que acontecerem aqui dentro*".

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Se Deus quiser, Deputado. O senhor rememora uma parte importante da minha vida e um lado permanentemente visto como referência da minha vida pública.

Muito obrigado pela homenagem a Vital, obrigado pelas palavras sobre a Deputada Nilda.

Convido para fazer uso da palavra, por ordem de inscrição, o meu querido amigo Márcio Reinaldo, um dos economistas de maior respeito na Casa. Discreto, competente, operoso e extremamente importante na condução desta Comissão em diversos anos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Obrigado, meu caro Senador Vital. Hoje estou imensamente feliz. Primeiro, por ver que V.Exa. já não é o nosso colega Deputado, mas Senador. Até agora minha ficha não havia caído. Eu o parabenizo e desejo muito sucesso como Senador e, sobretudo, como Presidente desta Comissão.

Esta é uma Comissão que pode enaltecer ou afundar a vida de muitos políticos, como já vimos aqui. Eu acompanho esta Comissão desde 1988. Na condição de assessor ou de Deputado temos um vínculo muito grande com esta área e, por isso, já vimos de tudo. Já vimos pessoas saírem extremamente bem e outras, por algumas bobagens, perderem-se no caminho.

Mas tenho certeza de que a sua garra, a sua tradição e o seu conhecimento vão norteá-lo bem. V.Exa. vai ser daqueles amigos de que temos orgulho pela condução dos trabalhos desta Comissão.

Quero saudar imensamente o Deputado Arlindo Chinaglia, um belo valor que esta Casa tem. Nós já nos encontramos em várias Comissões, como a de Fiscalização Financeira. Depois, como Presidente da Casa, sempre trilhou muito bem seu caminho. Deixou realmente marcas muito fortes, não só como Presidente da Casa, mas perante os seus amigos, entre os quais me incluo. Então, acho que o poder imperial do Relator-Geral, como diziam alguns, fica em boas mãos. Agora, é um poder que realmente precisa ser cauteloso, porque as raposas e os urubus estão por todos os lados.

Saúdo também o Deputado Roberto, Vice-Presidente da Comissão e colega de partido – fico muito feliz em vê-lo nesta Mesa –, além da Mirna, que é uma bússola, conduzindo os trabalhos da Secretaria há muitos anos.

Além das boas-vindas que dou aos que estão na direção dos trabalhos e aos demais membros desta Comissão, gostaria de refletir um pouco sobre o que disseram aqui. Eu concordo com a maioria das ponderações. Nós já tivemos uma forma de agir em relação

às emendas individuais e aos restos a pagar, mas isso, no último mandato do Presidente Lula, praticamente virou piada. Foram se acumulando os restos a pagar, e a cada ano liberavam menos.

Os Municípios que assinaram contrato com o Governo Federal, com os Ministérios, ficaram praticamente a ver navios. Nada acontecia, e algumas obras, muitas vezes, já haviam até sido iniciadas. E quem acaba pagando o custo de tudo isso é o Parlamentar, Senador ou Deputado, que disse que ia ajudar a fazer aquilo que virou uma piada.

Agora, anuncia-se que se vai cancelar tudo. Talvez até seja bom cancelar para limpar a área e começar vida nova. Mas vamos deixar na frustração todos esses Municípios? Eu garanto que é um problema sério. O mesmo digo em relação ao veto a várias emendas, que agora aconteceu.

É aquele negócio. Na LDO foi estabelecido, alguns anos atrás, que recursos destinados à ciência, à tecnologia, à cultura e a determinados programas não deveriam sofrer contingenciamento. A partir daí, muitos, malandramente, começaram a destinar emenda só para essas áreas. Ontem, conversei com um Deputado que destinou 12,5 milhões de emenda individual e ainda induziu o Estado a colocar todas as emendas nisso aí. Moral da história: foi tudo vetado.

Quando vetaram uma emenda minha de 1 milhão para um laboratório, para fazer pesquisa sobre uma nova modalidade de algodão no norte de Minas, em Catuti, uma cidade pequena, a pedido da EMBRAPA, eu perguntei a um colega do Ministério do Planejamento, que já foi meu funcionário: *"Por que isso?"* "*Ah, porque nós não temos poder de contingenciar"*. Vejam que a burocracia está muito forte nesse processo de decisão. Fiquei estarrecido. Exerci cargo técnico e fui até secretário naquele órgão, porém jamais tive a petulância de falar ou fazer alguma coisa assim. Então, mudou-se muito o procedimento.

Geralmente os Deputados são vistos, em vários lugares, seja no nosso Estado de origem, seja no âmbito da União, como provocadores de problemas. Às vezes alguns provocam mesmo, mas nem todos. Eu acho que o Parlamentar tinha de ser mais respeitado e mais bem-visto pelas autoridades efetivas.

Na Comissão Mista, estávamos sem Presidência. O mandato do Presidente anterior terminou na outra Legislatura. Eu acho que está na hora de chamarmos aqui os Ministros que foram citados, talvez até o Ministro Mantega, que é o dono do cofre, é quem está com a chave do cofre na mão. Na hora H, quem fala que vai fazer ou não é ele. E vamos ver, afinal de contas, como ficamos neste cenário.

De qualquer forma, acho que esta Comissão está sendo feita para corrigir deficiências do Orçamento passado e para preparar o Orçamento futuro. E nós temos de nos debruçar sobre isso da melhor forma possível.

Dessa maneira, parabenizo a Mesa. Espero muito de V.Exas. e me coloco, junto com tantos que já falaram aqui, à disposição para que possamos fazer um bom trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao queridíssimo amigo Deputado Márcio Reinaldo. A contribuição de V.Exa. sempre será muito importante.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar, meu amigo e companheiro do PR da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo Filho; Relator do Orçamento de 2011, Deputado Arlindo Chinaglia; Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Roberto Britto; Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo por estar conduzindo esta Comissão que eu reputo a mais importante do Congresso Nacional. A Comissão Mista, que envolve a Câmara e o Senado, é esta na qual iremos debater, ao longo do ano de 2011, a principal matéria do País: o Orçamento.

Parabenizo V.Exa., jovem Parlamentar que eu conheci no início da minha Legislatura, um menino, mas que galgou no seu Estado um cargo de relevância, o de Senador da República.

Presidente, tenho certeza de que a vontade, o ímpeto, o arrobo da sua juventude e a experiência do Presidente Arlindo Chinaglia, um conceituado Parlamentar, farão com que esta Comissão mostre um bom trabalho.

O Deputado Arlindo Chinaglia disse, com humildade, que não conhecia profundamente a matéria. Mas com certeza S.Exa., com a ajuda dos pares aqui envolvidos, da assessoria, em especial da Mirna, vai desempenhar papel fundamental nesta Comissão como Relator da peça orçamentária do primeiro ano de governo da Presidenta Dilma.

Acima de tudo, Presidente e Relator, quero expressar minha opinião, em conformidade com o que disseram outros pares anteriormente, sobre a importância do Orçamento sobretudo na ponta. Nós, Deputados Federais, que aqui estamos representando diversas regiões do País, temos um papel fundamental nesta Comissão: trazer o anseio da ponta, o anseio das cidades do interior da Paraíba, Senador Vital do Rêgo, assim como do interior da Bahia, do interior de São Paulo, os anseios das grandes capitais, como a

Grande São Paulo, que o Deputado Arlindo Chinaglia representa. Esses anseios são extremamente amplos e precisam ser, acima de tudo, dignificados neste Parlamento.

Não é possível que o nosso Orçamento, que é autorizativo, sofra um corte tão profundo. Espero que V.Exa. e os demais pares aqui presentes somem forças para impedir que cortes como esse aconteçam, até porque as nossas indicações, as nossas posições têm representação muito grande e precisam ser preservadas pelo Executivo. Elas precisam não apenas ser preservadas como também adicionadas.

Eu vejo agora, por exemplo, o Decreto Presidencial nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010, segundo o qual os restos a pagar não processados em 2007, 2008 e 2009 correm sérios riscos de ser contingenciados a partir do dia 30 de abril de 2011. Vejo isso, Senador Vital do Rêgo, como uma grande preocupação para este País. Centenas de prefeitos têm-nos procurado pedindo auxílio, muitos deles dizendo que não são culpados.

Digo isso porque os investimentos feitos nos últimos anos do Governo Lula foram de grande monta e abarrotaram os Ministérios e a Caixa Econômica. Sei que muitos processos desses não foram nem analisados na Caixa Econômica. Irei externar isso daqui a pouco ao Presidente Hereda, que está tomando posse na Presidência da Caixa Econômica. Ele tem um raciocínio muito amplo em torno deste problema. Quando foi vice-presidente de governo, discutiu essa questão conosco, não só nesta Comissão, mas em outras, como a de Desenvolvimento Urbano, a de Minas e Energia e a de Infraestrutura. Ele disse que esses projetos não podem ser contingenciados, não podem deixar de ser atendidos.

Quero ressaltar que o Deputado Márcio Reinaldo, um grande mestre nesta Casa, da qual me orgulho, que foi assessor do meu saudoso pai, o Deputado João Carlos Bacelar, neste Congresso Nacional, quando eu ainda era menino me fez aprender com tamanha magnitude, naquele momento, que o Orçamento desta Nação é dos mais importantes da Casa.

Quero parabenizar V.Exa., Deputado Vital do Rêgo, assim como o Deputado Arlindo Chinaglia, que com a sua importante experiência irá desenvolver um grande trabalho nesta Comissão.

Todos nós, juntos, independentemente de posicionamentos partidários, se Oposição ou se Situação, temos de preservar o Parlamento, temos de preservar a Comissão de Orçamento e fazer com que ela se torne cada vez mais forte e significativa nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado João Carlos Bacelar, que tem uma história bonita nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Vaz de Lima, ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Dizem que lá é que era o céu, não é?

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Pois é. Eu ouvi aqui essa conversa, Excelência. Mas me disseram que o céu é a Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Amém.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os demais integrantes eleitos e o Deputado Arlindo Chinaglia – fomos Presidentes de Casas legislativas na mesma época, o Arlindo Chinaglia aqui e eu em São Paulo. Lá, além de presidir a Assembleia Legislativa, também tive a oportunidade de, por muito tempo, ser membro e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Quero, primeiramente, fazer uma pergunta ao Relator: *"V.Exa. é mineiro?" (Pausa.)* Pela conversa toda aqui, parece-me que é, pois chega dizendo que não sabe nada, que não entende nada. Isso é conversa de mineiro, Deputado, e não de paulista.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Com a concessão do Presidente e de V.Exa., registro que fui mais cauteloso. Eu disse que não sabia tanto quanto os pares, porque se dissesse que não sabia nada eu seria sincero, mas seria cobrado imediata e publicamente. Então, eu fui um pouco mais cauteloso.

Com certeza, vou aprender muito com V.Exa. também, na condição de paulista.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA – Nobre Deputado Arlindo Chinaglia, acho que esta é uma virtude de V.Exa.: assumir uma nova função e, apesar de ter sido Presidente da Casa, ser capaz de dizer que está aprendendo.

Eu também chego aqui para aprender. Não é a experiência de tantos anos em São Paulo que me dá uma condição diferenciada. Estou aqui para aprender e contribuir no que for possível, Presidente.

Quero só fazer uma justificativa: o Deputado Sérgio Guerra, titular desta Comissão – sou o suplente dele –, não se fez presente aqui porque está em uma sessão, no Senado, em homenagem à memória do Senador e Governador Mário Covas. Portanto, S.Exa., que é Presidente do PSDB, tinha de estar presente naquela sessão. Acabo de ver, pelo Twitter, que o Senador Álvaro Dias falou em nome da Liderança do partido.

Quero apenas dizer que a palavra do Deputado Márcio Reinaldo Moreira e de todos os demais consubstancia o meu sentimento a respeito da Comissão. Na minha opinião, ela tem um papel importantíssimo e pode sim, Presidente, dentro dos seus limites e das suas atribuições, fazer uma coisa que, às vezes, não conseguimos nem no plenário da Câmara nem no do Senado: as mudanças necessárias para repartir corretamente as receitas do Orçamento. Esta Comissão tem o papel de atender a Estados e Municípios e repartir, com justiça, o Orçamento do País.

Então, quero me associar à fala de todos e dizer que V.Exa. terá em mim também um parceiro e companheiro, para, evidentemente com a liberdade que nos dá a democracia, apontar falhas que acreditamos estarem acontecendo no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço ao Deputado Vaz de Lima. V.Exa. bem representa, além do seu partido, o nosso 1º Vice-Presidente Sérgio Guerra, que, por motivo absolutamente justificável, se encontra ausente desta reunião. Seja bem-vindo à Casa, Deputado Vaz de Lima. V.Exa., com toda sua experiência e sapiência, vai nos ajudar bastante.

Concedo a palavra ao penúltimo orador, o meu queridíssimo Senador Aníbal Diniz, do PT do Estado do Acre.

O SR. SENADOR ANÍBAL DINIZ – Senador Vital do Rêgo, a quem admiro pela atuação brilhante e responsável no plenário do Senado, sempre trazendo à baila assuntos da máxima relevância para o Brasil e o Estado da Paraíba; Sr. Relator, Deputado Arlindo Chinaglia, meu companheiro do Partido dos Trabalhadores e uma das referências a que mais recorremos quando se trata de conhecimento da vida parlamentar e de atuação de qualidade na Câmara dos Deputados; Sr. Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-los pela ascensão a esses cargos na mais importante Comissão do Congresso Nacional, a Comissão que vai tratar do Orçamento da República Federativa do Brasil para o próximo ano.

Tenho certeza de que os senhores contarão com a ajuda de todos para produzirmos a melhor peça, a mais responsável, a que mais espelhe as necessidades, a realidade e os desafios do Brasil para os próximos dois e quatro anos.

Falo na condição de coordenador da bancada federal do Acre. Represento aqui os Senadores Jorge Viana e Sérgio Petecão, os Deputados Federais Marcio Bittar, Flaviano Melo, Gladson Cameli, os companheiros Sibá Machado, Traumaturgo Lima e Henrique Afonso e as Deputadas Federais Perpétua Almeida e Antônia Lúcia. Faço questão de citar o nome de todos os Deputados porque, apesar de termos posicionamentos diferentes na atuação, na política local, quando o assunto é Orçamento, é construção da peça orçamentária, é defesa das emendas, costumamos atuar em bloco, em conjunto, em defesa do que é melhor para o Estado e os Municípios do Acre. Imagino que também seja o espírito que norteia a atuação dos demais componentes desta Comissão e dos integrantes do Parlamento.

O assunto que está mais em pauta aqui são os restos a pagar. Trata-se de algo para o qual não devemos desistir de encontrar uma saída. E a Direção desta Comissão Mista poderia ter esse assunto como da máxima importância para este momento e tentar uma saída, porque as emendas parlamentares são simplesmente a vida dos pequenos Municípios dos rincões do Brasil. Falo especificamente sobre os Municípios do Acre. Se não temos liberados os recursos que estão como restos a pagar de 2008 e 2009, se não conseguimos a liberação das emendas de modo geral, praticamente condenamos esses Municípios a terem que viver só na administração da folha de pagamento, com sérios riscos de não conseguirem sequer cumprir com essas obrigações.

As emendas parlamentares, em que pese sempre ficarmos expostos na imprensa como sendo objetos de barganha – não se trata disso –, são recursos de máxima importância para a sobrevivência dos nossos Municípios e até para os Estados pequenos, como o Acre, que depende muito da atuação parlamentar em todos os investimentos.

Nesse sentido, eu quero me juntar aos demais integrantes da Comissão para que possamos somar forças e ir à Ministra Míriam Belchior, do Planejamento, e ao Ministro Guido Mantega, da Fazenda, para tentar reverter o quadro. Nós somos a favor e estamos completamente solidários com a política da Presidente Dilma Rousseff. Realmente, temos de reajustar o Orçamento para que o País não caia no risco da inflação. Ao mesmo tempo, não podemos condenar os pequenos Municípios do Brasil, que dependem dessas emendas. Vamos ter de defender que os ajustes sejam feitos, mas não à custa do que é a vida de um Município pequeno do Brasil. Se em nosso trabalho parlamentar pudermos fazer com que esses ajustes ocorram sem o sacrifício dos Municípios menores, vamos fazer um grande bem para o Brasil.

No mais, coloco-me à disposição de todos, para colaborar com a construção da melhor peça orçamentária possível para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço-lhe, Senador. Sou testemunha permanente do compromisso que V.Exa. tem com a Nação e o povo

do Acre, pela forma afirmativa com que se posiciona no Senado Federal.

Vou dar a palavra ao último orador. Em seguida, vou ler algumas diretrizes gerais e, ao final, suspender nossos trabalhos, por força de entendimento da Comissão, em virtude da ausência física e material deste grande cidadão brasileiro, o ex-Vice-Presidente José Alencar.

Meu querido Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Vital do Rêgo, Sr. Relator do Orçamento da União, nosso eterno Presidente Arlindo Chinaglia, Sra. Myrna, nossa secretária, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, minhas primeiras palavras são de agradecimento à minha bancada, do Partido Progressista, em nome do meu querido amigo Márcio Reinado. Agradeço também ao Dilceu Sperafico, ao meu xará e amigo de Pernambuco, Roberto, e em especial ao Líder da bancada, nosso amigo Nelson Meurer, que me deu a honra da indicação para esta Comissão.

Eu já participei desta Comissão no ano passado e retorno agora na condição de seu Vice-Presidente.

Quem já foi Prefeito sabe o que representa o Orçamento para os pequenos Municípios, e para os grandes também. A peça orçamentaria, nós sabemos, Deputado Arlindo Chinaglia, nosso Relator, é um verdadeiro espelho de uma administração. O Orçamento é aquele espelho que nós temos para nos guiar ao longo de uma administração. E aqui, no Governo Federal, não é diferente. E esta Comissão de Orçamento tem a responsabilidade de espelhar o nosso Governo Federal na condução de seus trabalhos.

Na mesma linha do Senador Anibal Diniz e de outros que aqui comentaram, como o Deputado Márcio Reinado, os pequenos Municípios, evidentemente, são aqueles que mais sofrem com a perda dessas emendas parlamentares. Eu faço coro com todos, e acredito que todos os Deputados e Senadores também fazem parte deste coro no sentido de que fica difícil não somente para o Parlamentar mas também para os Municípios.

Acho que as emendas parlamentares são um verdadeiro PAC dos pequenos Municípios. O Governo Federal criou a imagem do PAC, esse programa revolucionário e vitorioso. Mas é preciso que a Ministra do Planejamento entenda que essas emendas são um verdadeiro PAC dos pequenos Municípios. O Senador disse isso muito claramente.

Eu fui Prefeito de um Município da Bahia com quase 200 mil habitantes e sei o que representa para os Municípios essas emendas parlamentares. Fui também Presidente da União dos Prefeitos da Bahia, onde há 417 Municípios. E a grita geral de Municípios com menos de 20 mil habitantes é única e exclusivamente a dependência do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e das emendas parlamentares que pudessem chegar a eles.

Então, eu acredito plenamente que o Governo Federal, na figura da Ministra do Planejamento e do Ministro Guido Mantega, vai repensar e ver que os Municípios pequenos efetivamente precisam das emendas parlamentares.

No mais, Sr. Presidente, estou ao inteiro dispor. Vamos lutar para que essa peça orçamentária seja a mais fiel possível e o Governo Federal possa executá-la em sua plenitude.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Obrigado, Deputado Roberto Britto. Estamos juntos na condução de nossos trabalhos.

Finalmente, diretrizes gerais para conhecimento dos senhores, das assessorias e da imprensa.

Conforme o disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1, de 2006, o dia 3 de abril é prazo final para indicação das seguintes relatorias: Relator-Geral, já indicado, a minha direita, Deputado Arlindo Chinaglia; Relator da Receita e Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2012; Relatores dos projetos de lei do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012; e o Relator das contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do chefe do Ministério Público.

Repetindo: o prazo se encerra, de acordo com a Resolução nos artigos supracitados, no dia 3 de abril. Três de abril cai num domingo, e nós vamos jogar para a terça-feira. Os líderes chegam na terça, e nós vamos jogar o prazo para a terça-feira. Então, em vez de 3 de abril, o prazo se estende até 5 de abril. Relator da Receita, Relatores Setoriais, Relatores de projetos do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e prestação de contas.

Para fazer as indicações, as lideranças deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1. O dia 5 de abril – porque o dia 3 cai num domingo – também é prazo final para a indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelecido no art. 18 da mesma Resolução: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e o quarto e último comitê

permanente da Comissão, o Comitê de Exame da Admissibilidade das Emendas – as famosas emendas.

Solicito, então, a indicação por parte dos líderes partidários dos Parlamentares que integrarão o colégio de representantes das lideranças partidárias com assento na Comissão. É outro colégio, outro conselho, outro grupo de trabalho, que são os representantes das lideranças partidárias. É o nosso Colégio de Líderes, e também vamos esperar até o dia 5.

Todos serão avisados via ofício.

Inicialmente, as reuniões ordinárias, até o Colégio de Líderes decidir, serão realizadas às quartas-feiras, às 14h30min, neste plenário.

Informo que será designado oportunamente o Relator de Ajuste do Regulamento Interno da Comissão, a Resolução.

Convoco reunião ordinária a ser realizada no próximo dia 6, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Vou encerrar a reunião, em virtude do falecimento do nosso ex-Vice-Presidente José de Alencar.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

Declaro encerrada a reunião.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2011.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 2. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Jorge Pinheiro, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Weliton Prado e Wellington Roberto ; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Vital do Rego e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes:** Agnolin, Alex Canziani, Alexandre Leite, Antônio Roberto, Audifax, Carlos Magno, Dalva Fiqueiredo, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Luiz Argôlo, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção e Vaz DE Lima; **– Senadores suplentes**: Anibal Diniz, Inácio Arruda e Ivo Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Júlio Cesar, Sérgio Guerra e Vitor Penido; **– Senadores**: Francisco Dornelles, Itamar Franco e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** O Presidente comunicou o encaminhamento a todos os membros da Comissão do exemplar reeditado da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. O Presidente anunciou que a reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias foi marcada para o dia doze de abril, às quinze horas, na sala de reunião da Presidência da Comissão, com o objetivo de definir a Relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Informou, ainda, que faltam as indicações, na Câmara dos Deputados, do PT, PMDB, DEM, e PSB, e, no Senado Federal, do PR, PDT, PCdoB, PRB, PMDB, PMN, PV e PPS para concluir a composição do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão, e solicitou que as Lideranças encaminhassem as indicações pendentes. O Presidente passou à apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 10ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 21 e 22/12/2010; e Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada em 29/3/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 2 **–** Apreciação do **Requerimento nº 1/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença do Ministro dos Esportes, do Diretor-Geral do DINIT, do Presidente da Caixa Econômica Federal e do Presidente do Tribunal de Contas da União". Autor: Deputado Claudio Cajado (DEM/BA). Fez uso da palavra o autor da proposição, Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), que apresentou as razões que justificam o escopo do requerimento. Aberta a discussão, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), que fez suas considerações favorável à matéria. O Senador Walter Pinheiro (PT/BA) sugeriu o adiamento da apreciação do requerimento a fim de introduzir novos elementos com o objetivo de ampliar e aprimorar a matéria em debate. Falaram, ainda, os Deputados Gilmar Machado (PT/MG), Hugo Leal (PSC/RJ) e José Airton

(PT/CE) que sugeriram a inserção da autoridade olímpica, dos representantes das empresas participantes do processo licitatório, da Controladoria Geral da União e a exclusão do DNIT. O Presidente consultou o autor da proposição acerca das sugestões apresentadas para o adiamento da sua apreciação e, havendo concordância do parlamentar, a apreciação foi **adiada. 2 –** Apreciação do **Requerimento nº 2/2011-CMO**, que "Solicita seja convidada a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 7.445 de 01/03/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, e dá outras providências; o Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381 de 09/02/2011". Autor: Deputado Claudio Cajado (DEM/BA). Fez uso da palavra o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) que apresentou os argumentos favoráveis ao requerimento. O Presidente informou que a Ministra disponibilizou os dias vinte seis e vinte sete do mês de abril para que o Plenário possa eleger a data mais oportuna para a reunião. Ficou definida a data de vinte seis de abril às quinze horas para a realização da audiência pública. Fizeram uso da palavra para manifestar concordância com a data aprazada, os Deputados Claudio Cajado (DEM/BA) e Geraldo Simões (PT/BA). O Senador Walter Pinheiro (PT/BA), embora tenha apoiado a reunião com a Ministra, sugere a retirada do requerimento. O Deputado José Airton (PT/CE) destacou a importância do tema, e lembrou que o Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, limita o prazo de validade dos restos a pagar até trinta de abril, portanto a necessidade de antecipar o debate. Manifestou-se no sentido de prorrogação do prazo do referido decreto os Deputados José Priante (PMDB/PA) e Geraldo Simões (PT/BA). O Presidente sugeriu a fusão dos Requerimentos nºs 02 e 03/2011-CMO, de autorias dos Deputados Claudio Cajado (DEM/BA) e José Priante (PMDB/PA), respectivamente. Em apoio à sugestão da Presidência, falaram os Deputados Rui Costa (PT/BA), Agnolim (PDT/TO) e Roberto Britto (PP/BA) que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) sugeriu que a reunião de audiência pública, constante do Requerimento nº 2/2011-CMO, fosse transformada em reunião de audiência pública conjunta da CMO com a Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU e a Comissão de Finanças e Tributação – CFT, ambas da Câmara dos Deputados. O Presidente comunicou que entraria em contato com os Presidentes da CDU e CFT para tratar da proposta. **3 –** Apreciação do **Requerimento nº 3/2011-CMO**, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização – CMO, determine que o Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis". Autor: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR). Apreciação **adiada** em virtude da ausência do autor. **4 –** Apreciação do **Requerimento nº 4/2011-CMO**, que "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO que seja solicitada a Presidenta Dilma Rousseff a prorrogação do Decreto nº 7.418, que dispõe sobre os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009." Autor: Deputado José Priante (PMDB/PA). Apreciação **adiada** em virtude da ausência do autor. **5 –** Apreciação do **Requerimento nº 5/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Secretaria das Relações Institucionais, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Decreto de nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010.(Ministro Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira)." Autor: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). Apreciação **adiada** em virtude da ausência do autor. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia quatorze de abril, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras Senadoras e Srs. Senadores.

Havendo número regimental, com a proteção de Deus, declaro abertos os nossos trabalhos.

Declaro ainda iniciada a 1ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 01, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos, aqui atrás. Reitero a informação: o avulso das matérias da pauta desta sessão encontra-se na mesa de trabalhos.

Há *quorum* para deliberarão nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo a concordância do Plenário, proponho seja dispensada a leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8 do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 10ª reunião extraordinária, realizada nos dias 7 a 9, 13 a 15 e 20 a 22 de dezembro de 2010; reunião de instalação e eleição da mesa diretora do Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 29/03/2011.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

EXPEDIENTE

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da Reunião da Bancada do Estado da Bahia, em 16 de fevereiro de 2011, informando que foi eleito como Coordenador daquela Bancada o Deputado Nelson Pellegrino e como Subcoordenador o Deputado Cláudio Cajado.

2) Ofício nº 0547/2011-GP, de 14 de março, do Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), consultando sobre a possibilidade de apresentação de emenda ao Orçamento Geral da União, visando atender pleito do Lions Clube de Cabrobó-PE.

3) OF. N º 166/2011 – SGM, de 21 de março, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando os nomes dos Senadores que foram designados para membros desta Comissão.

4) Ata da reunião da Bancada Federal do Acre e representantes de entidades do poder público do estado, realizada em 16 de fevereiro de 2011, informando a eleição do Senador Aníbal Diniz (PT/AC) como Coordenador e do Deputado Gladson Cameli (PP/AC) para Vice-Coordenador daquela Bancada.

– Expedientes solicitando alteração em emendas apresentadas ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):

1) Ofício nº 003/2010 – BANCMS, de 28 de dezembro de 2010, do Coordenador da Bancada do Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio Amaral, solicitando alteração da Emenda nº 71130016, daquela Bancada.

2) OF. GSVG Nº 063/2011, de 21 de fevereiro de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando alteração da Emenda individual nº 34970001, de sua autoria.

3) OFÍCIO Nº 0056/2011-Gab./VPR, de 30 de março, do Vice-Presidente da República, ex-Deputado Michel Temer, solicitando retificação do beneficiário da Emenda parlamentar nº 1944.0007, de sua autoria, tendo em vista a ocorrência de erro técnico na elaboração da mesma.

– Expedientes indicando membros para composição dos Comitês Permanentes conforme estabelece o art. 18 § 1° da Resolução 1/2006-CN:

1) Ofício n° 77/11-GLPSDB, recebido em 31 de março, do Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias, indicando o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).

2) Ofício n° 0028/2011 GDVP, de 31 de março, do Deputado Vitor Paulo, Líder do PRB, indicando o Deputado Jorge Pinheiro (PRB/GO).

3) Ofício n° 044/2011 – GLDBAG, de 4 de abril, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando os Senadores Walter Pinheiro (PT/BA) para coordenador, Magno Malta (PR/ES), Acir Gurgacz (PDT/RO) e a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA).

4) Of. n° 179/2011 – LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Giroto (PR/MS) e a Deputada Gorete Pereira (PR/CE).

– Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

1) Ofício N. 89/11, de 30 de março, do Deputado Osmar Junior, Líder do PCdoB, indicando a Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

– Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

1) Ofício n° 091/11/LIDPV, de 4 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Rubens Bueno (PPS/PR).

2) Of. N° 203, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Teixeira (PP/PE).

3) Ofício Ind. 323-11/PDT, de 5 de abril, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado João Dado (PDT/SP).

4) OF. N° 035/11-GLDEM, de 5 de abril, do Senador Demóstenes Torres, Líder do Democratas, indicando o Senador Jayme Campos (DEM/MT).

– Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Ofício Líder nº 99/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Hugo Leal (PSC/RJ).

2) Ofício Líder nº 100/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Hugo Leal (PSC/RJ) para Coordenador do Comitê.

3) Ofício n° 091/11/LIDPV, de 4 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do Bloco PV/PPS, indicando o Deputado Fábio Ramalho (PV/MG).

4) Of. N° 202, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG).

5) Of. N° 133/2011, de 5 de abril, do Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Alex Canziani (PTB/PR).

6) Ofício Ind. 323-11/PDT, de 5 de abril, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado Ademir Camilo (PDT/MG).

– **Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Of. n. 305/2011/PSDB, de 29 de março, do Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB, indicando o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN).

2) OF/LID/Nº 032/2011, de 30 de março, do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), Líder do PPS, indicando o seu nome.

3) Ofício nº 093/2011, de 30 de março, do Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Líder do PSC, indicando o seu nome.

4) Ofício Líder nº 98/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR).

5) Ofício N. 88/11, de 30 de março, do Deputado Osmar Junior, Líder do PCdoB, indicando a Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE).

6) OF. Nº 34/2011-GSACV, de 31 de março, do Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB, indicando a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA).

7) Ofício n° 78/11-GLPSDB, recebido em 31 de março, do Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, indicando o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).

8) Ofício n° 027/2011 – GLDPT, de 4 de abril, do Senador Humberto Costa, Líder do PT, indicando o Senador Walter Pinheiro (PT/BA).

9) Ofício n° 090/11/LIDPV, de 4 de abril, do Deputado Sarney Filho, Líder do PV, indicando o Deputado Fábio Ramalho (PV/MG).

10) Ofício n° 025/2011 – GLDPP, de 4 de abril, do Senador Francisco Dornelles, Líder do PP, indicando o Senador Ivo Cassol (PP/RO).

11) Ofício n° 0029/2011 GDVP, de 5 de abril, do Deputado Vitor Paulo, Líder do PRB, indicando o Deputado Jorge Pinheiro (PRB/GO).

12) OF. N° 079/2011/GLPTB, de 5 de abril, do Senador Gim Argello (PTB/DF), Líder do PTB, indicando o seu nome.

13) Of. N° 200, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Britto (PP/BA).

14) Of. n° 178/2011 – LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA).

15) Of. N° 134/2011, de 5 de abril, do Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO).

16) Ofício Ind. 322-11/PDT, de 5 de abril, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado Ademir Camilo (PDT/MG).

17) OF. N° 034/11-GLDEM, de 5 de abril, do Senador Demóstenes Torres, Líder do Democratas, indicando o Senador Jayme Campos (DEM/MT).

– Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:

1) Ofício n° 76/11-GLPSDB, recebido em 31 de março, do Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias, indicando o Senador Cyro Miranda (PSDB/GO).

2) Ofício Líder nº 100/2011, de 30 de março, do Deputado Ratinho Junior, Líder do PSC, indicando o Deputado Hugo Leal (PSC/RJ) para a relatoria da área VIII – Poderes do Estado e Representação.

3) Ofício n° 043/2011 – GLDBAG, de 4 de abril, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando os Senadores Delcídio do Amaral (PT/MS) e Inácio Arruda (PCdoB/CE).

4) Of. N° 201, de 5 de abril de 2011, do Deputado Nelson Meurer, Líder do PP, indicando o Deputado Dilceu Sperafico (PP/PR).

5) Of. n° 181/2011 – LPR, de 5 de abril, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Partido da República, indicando o Deputado Wellington Roberto (PR/PB).

– Expedientes encaminhados pelo Primeiro Suplente, no exercício da Primeira Secretaria do

Senado Federal, informando o envio de autógrafos de Decretos Legislativos:

1) Ofício nº 96-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 06/2011.

2) Ofício nº 98-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 07/2011.

3) Ofício nº 100-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 08/2011.

4) Ofício nº 102-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 09/2011.

5) Ofício nº 104-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 10/2011.

6) Ofício nº 106-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 11/2011.

7) Ofício nº 108-CN, de 17 de fevereiro, Decreto Legislativo nº 12/2011.

– Expedientes encaminhados pelo Presidente do Congresso Nacional informando término do prazo para interposição de recurso a Avisos do Congresso Nacional:

1) Ofício nº 111-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 13/2010-CN.

2) Ofício nº 112-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 22/2010-CN.

3) Ofício nº 113-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 26/2010-CN.

4) Ofício nº 114-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 29/2010-CN.

5) Ofício nº 115-CN, de 17 de fevereiro, ao Aviso nº 31/2010-CN.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 594/MP, de 21 de dezembro de 2010, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, solicitando ajustes de diversos órgãos do Poder Executivo, conforme quadros apresentados, ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN, conforme Nota Técnica nº 17/SECAD/SOF/MP, de 16 de dezembro de 2010, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal daquele Ministério.

2) Ofício nº 2.616/2010/SUDENE-AGI, de 14 de dezembro de 2010, do Superintendente, Paulo Sérgio de Noronha Fontana, encaminhando o Relatório de Resultados e Impactos – 1º semestre – Exercício de 2010, sobre as atividades Desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 08/2010/SDR/SUDENE/MI, de 30/11/2010, e a Resolução CONDEL nº 037/2010, de 10/12/2010, que aprovou, "ad referendum" do CONDEL, o referido relatório.

3) Ofício PGR/GAB/nº 1.335, de 22 de dezembro de 2010, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando os Ofícios n°s 73/2010/1ºOF. DEFESA PATRIMÔNIO/PR-RR/MPF e 78/2010/1ºOF. DEFESA PATRIMÔNIO/PR-RR/MPF, datados de 6 de dezembro de 2010, expedidos pelo Procurador da República Rodrigo Golívio Pereira no Inquérito Civil Público MPF/PR/RR nº 1.32.000.000500/2010-62.

4) Ofício nº 08/MP, de 07 de janeiro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, encaminhando Relatório com as modificações no Programa de Aceleração do Crescimento–PCA.

5) Ofício nº 0716/2011 – IPL 0059/2011-4 – SR/DPF/PR, de 01 de fevereiro de 2011, do Delegado de Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, do Departamento da Polícia Federal, Regional no Paraná, solicitando informações sobre o acatamento ou não de recomendação emanada pelo Tribunal de Contas da União, em seu Relatório de Fiscalização referente as obras de modernização e adequação de sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária/PR.

6) Ofício nº 04/2011-BCB/Aspar, de 10 de fevereiro de 2011, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Sr. Luiz do Couto Neto, consultando a possibilidade de agendamento para o dia 17/03/2011, de reunião de audiência pública, com a presença do Presidente daquele Banco, no intuito de explanar sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados.

7) Ofício nº 0351/2011 – IPL 0007/2009-4 – DPF/DRS/MS, de 14 de fevereiro de 2011, do Delegado de Polícia Federal, José Antonio Simões de Oliveira Franco, da Delegacia de Polícia Federal em Dourados, do Departamento da Polícia Federal, solicitando cópia integral da Emenda Orçamentária nº 22900019, OGU/2000, apresentada pelo Senador Ramez Tebet, visando a aquisição de Unidade Móvel de Saúde, no município de Maracaju/MS.

8) Ofício nº 1.204/2011–IPL 0111/2011-4 – SR/DPF/PE, de 18 de fevereiro de 2011, do Delegado de Polícia Federal, Luiz Gustavo Pedroza Santana, do Departamento da Polícia Federal, Regional em Pernambuco, solicitando informar se houve determinação de repactuação dos contratos envolvidos no Acórdão do Plenário do TCU n º 3.362/2010, referente a obras de construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife-PE.

– Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3° quadrimestre de 2010 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:

– Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª.

– Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Alagoas, Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraiba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

– Supremo Tribunal Federal.

– Superior Tribunal de Justiça.

– Tribunal de Contas da União.

– Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

– Tribunal Superior Eleitoral.

– Tribunal Superior do Trabalho.

– Conselho Nacional de Justiça.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 8 de dezembro de 2010:

1) Aviso n°2.276/2010 (Acórdão n° 3.371/2010): Obras de pavimentação, abrangendo a supervisão ambiental, a implementação de programas ambientais e o gerenciamento ambiental da Rodovia BR 158/MT, segmento km 328,0 a km 417,8.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 10 de novembro de 2010:

1) Aviso n°2.052/2010 (Acórdão n° 3.002/2010): Contratação de serviços de transporte aéreo de carga pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 19 de janeiro:

1) Aviso n° 012/2011 (Acórdão nº 038/2011) : Expansão do ensino superior – campus da Unifesp em Diadema/SP.

2) Aviso n° 013/2011 (Acórdão nº 034/2011): Modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Duque de Caxias – Reduc/RJ .

3) Aviso n° 025/2011 (Acórdão nº 023/2011): Construção da Rodovia BR-010, no Estado do Tocantins.

4) Aviso n° 027/2011 (Acórdão nº 033/2011): Apoio à melhoria das condições de habitabilidade no bairro Bananeira, em Itabuna/BA.

5) Aviso n° 033/2011 (Acórdão nº 055/2011): Construção da Escola Agrotécnica de Nova Andradina/MS.

Avisos Seses de 26 de janeiro:

1) Aviso n° 043/2011 (Acórdão nº 117/2011): Adequação de programas/indicadores constantes do PPA 2008/2011 aos objetivos das políticas de governo.

2) Aviso n° 049/2011 (Acórdão nº 107/2011): Manutenção da infraestrutura operacional de parque de refino da Petrobras.

Avisos Seses de 2 de fevereiro:

1) Aviso n° 065/2011 (Acórdão nº 172/2011): Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.

2) Aviso n° 066/2011 (Acórdão nº 205/2011): Obras de implantação da Via Expressa de Acesso ao Porto da cidade de Salvador/BA.

3) Aviso n° 076/2011 (Acórdão nº 165/2011): Conjunto de sistemas informatizados que compõem ou subsidiam o portal, em que são realizados os pregões eletrônicos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg).

4) Aviso n° 080/2011 (Acórdão nº 167/2011): Construção da Ponte Sobre o Rio Madeira – no município de Abunã – na BR – 364 – no estado de Rondônia.

5) Aviso n° 085/2011 (Acórdão nº 206/2011): Obras de modernização e adequação do sistema produtivo da Refinaria Gabriel Passos – Regap, no Município de Betim/MG.

Avisos Seses de 9 de fevereiro:

1) Aviso n° 115/2011 (Acórdão nº 271/2011): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco.

2) Aviso n° 122/2011 (Acórdão nº 268/2011): Obras para construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba-PR.

3) Aviso n° 135/2011 (Acórdão nº 282/2011): Manutenção rodoviária na BR-364/MT.

4) Aviso n° 136/2011 (Acórdão nº 283/2011): Acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2010, de diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.

5) Aviso n° 138/2011 (Acórdão nº 285/2011): Obras de derrocamento do porto de Santos/SP.

6) Aviso n° 143/2011 (Acórdão nº 263/2011): Obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).

Avisos Seses de 16 de fevereiro:

1) Aviso n° 160/2011 (Acórdão nº 384/2011): Obras de construção de edifícios para abrigar diversos

Institutos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais.

2) Aviso n° 164/2011 (Acórdão nº 393/2011): Atuação da Caixa Econômica Federal na interveniência dos convênios e dos contratos de repasse, exercícios de 2003 a 2008.

3) Aviso n° 189/2011 (Acórdão nº 387/2011): Obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).

4) Aviso n° 201/2011 (Acórdão nº 402/2011): Aplicação de recursos federais em obras públicas de Habitação e Saneamento.

5) Aviso n° 207/2011 (Acórdão nº 396/2011): Obra de Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luiz Carlos Prestes, no Município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul.

Avisos Seses de 23 de fevereiro:

1) Aviso n° 222/2011 (Acórdão nº 473/2011): Avaliação do cumprimento das metas de arrecadação das receitas primárias da União, durante o 1º semestre do exercício de 2010.

2) Aviso n° 223/2011 (Acórdão nº 493/2011): Obras e serviços relativos à implantantação de unidade de enriquecimento de urânio no município de Resende – RJ.

3) Aviso n° 240/2011 (Acórdão nº 452/2011): Obras de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj.

4) Aviso n° 242/2011 (Acórdão nº 492/2011): Obras de construção de 429 unidades habitacionais unifamiliares em Brasília-DF.

Avisos Seses de 2 de março:

1) Aviso n° 250/2011 (Acórdão nº 538/2011): Obras da expansão do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

2) Aviso n° 255/2011 (Acórdão nº 551/2011): Obras de urbanização de assentamentos precários Vila do Mar, no Município de Fortaleza/CE.

3) Aviso n° 273/2011 (Acórdão nº 547/2011): Implantação das obras civis e da via permanente da Linha 3 do Sistema de Transporte Metroviário do Estado do Rio de Janeiro, ligando os Municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo.

4) Aviso n° 274/2011 (Acórdão nº 543/2011): Obras do Projeto de Irrigação São João, no Estado de Tocantins.

Avisos Seses de 16 de março:

1) Aviso n° 294/2011 (Acórdão nº 592/2011): Avaliar controles gerais de tecnologia da informação no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs.

2) Aviso n° 295/2011 (Acórdão nº 593/2011): Obras de construção da BR-487/PR, trecho Porto Camargo – Campo Mourão.

Avisos Seses de 23 de março:

1) Aviso n° 350/2011 (Acórdão nº 653/2011): Obras da Usina Termonuclear de Angra 3.

2) Aviso n° 351/2011 (Acórdão nº 654/2011): Obras da Usina Termonuclear de Angra 3.

3) Aviso n° 363/2011 (Acórdão nº 650/2011): Obras de construção da Barragem do Rio Arraias/TO.

Avisos GP/TCU de 30 de março:

1) Aviso n° 247/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 512/2011, que trata do acompanhamento da arrecadação das receitas primárias da União, durante o exercício de 2009, com vistas à avaliação do cumprimento das metas de arrecadação estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 19 de janeiro:

1) Aviso n° 026/2011 (Acórdão nº 033/2011): Obras e serviços para apoio à melhoria das condições de habitabilidade no Bairro Bananeira, em Itabuna/BA.

2) Aviso n° 032/2011 (Acórdão nº 055/2011): Obras de construção da Escola Agrotécnica de Nova Andradina/MS.

Avisos Seses de 16 de fevereiro:

1) Aviso n° 184/2011 (Acórdão nº 361/2011): Obras de Modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, no Paraná.

2) Aviso n° 185/2011 (Acórdão nº 362/2011): Obras de Modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, no Paraná.

Avisos GP/TCU de 22 de fevereiro:

1) Aviso n° 129/2011 (Acórdão nº 044/2011): Obra de implantação da BR-440/MG, entre a BR-040 e a BR-267, no Município de Juiz de Fora/MG.

Avisos GP/TCU de 3 de março:

1) Aviso n° 163/2011: Obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins/MG.

Avisos GP/TCU de 22 de março:

1) Aviso n° 220/2011: Obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins/MG.

– Avisos encaminhados pelo Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 1º de março:

1) Aviso n° 047/2011 (Acórdão nº 1.289/2011): Aquisição de unidade móvel de saúde, em Bacabal/MA.

– Aviso Seses-TCU encaminhados ao Presidente do Senado Federal para autuação e posterior tramitação na forma de AVISO do Congresso Nacional:

Aviso Seses de 30 de março:

1) Aviso n° 374/2011 (Acórdão nº 773/2011): Obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus – AM.

– Ofícios encaminhados pelo Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo, à CMO:

Ofício TCU/SECEX-RJ de 31 de janeiro:

1) Ofício nº 34/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 107/2011 referente à Manutenção da infraestrutura operacional de parque de refino da Petrobras.

Ofício TCU/SECEX-MT de 4 de março:

1) Ofício nº 324/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 3.058/2010 referente as obras dos Setores A, B e C do Aeroporto Marechal Rondon em Várzea Grande/MT, também designado Aeroporto de Cuiabá.

– Perguntas de cidadãos encaminhadas através do *Fale Conosco/CMO*:

1) Cidadã Cristina Maria, de Brasília/DF, em 27/12/2010. Solicita informações sobre o plano de cargos e salários do Poder Judiciário na LOA 2011.

2) Cidadão Antônio Vitório de Souza, de Juiz de Fora/MG, em 10/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.

3) Cidadã Hilda Gomide, de Araguaína/TO, em 12/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.

4) Cidadã Luciana Estevam de Almeida Maia, de Salvador/BA, em 12/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.

5) Cidadã Cassia Monteiro, de Fortaleza/CE, em 12/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.

6) Cidadão Wagner Guimarães de Campos, de Belo Horizonte/MG, em 19/1/2011. Solicita informações sobre as verbas suplementares para efetivar a Lei 12.321/2010 – criação de cargos para o MPU.

7) Cidadão José Luiz da Silva Valente, de Brasília/DF, em 31/1/2011. Solicita informações sobre pesquisa de emendas na página da CMO.

8) Cidadão Jader Cardoso Treme, de São Paulo/SP, em 10/2/2011. Informações sobre o orçamento das empresas estatais.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Liderança partidárias nesta data.

Estamos encaminhando a cada um dos membros da Comissão a reeditada Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional, que tanto deu trabalho, com direito a autógrafo.

Ordem do dia.

Pauta 1.

Apreciação do Requerimento nº 1/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença do Ministro dos Esportes, do Diretor-Geral do DNIT, do Presidente da Caixa Econômica Federal e do Presidente do Tribunal de Contas da União".

O autor é o Deputado Claudio Cajado, e S.Exa. está com a palavra para apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Posso falar? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Ah, desculpe-me Presidente, eu estava aguardando.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Congressistas desta Comissão, o que me leva a subscrever o requerimento é a intenção de debatermos aqui, na Comissão, as alterações que estão sendo propostas em medida provisória que, embora já em trâmite na Câmara dos Deputados, diante das inúmeras MPs que estão trancando a pauta, acho que deve levar um pouco de tempo até que ela possa ser discutida e votada.

De certa forma, após a crise moral que ocorreu em 1992 e ensejou modificação na Lei de Licitações, mexer na Lei n º 8.666 tornou-se um tabu. Portanto, modificar a Lei das Licitações é mexer em um vespeiro, principalmente se não houver transparência e participação plural dos órgãos fiscalizadores.

Veja V.Exa. que eu não chamo aqui a CGU porque nós acreditamos que este debate deve ser feito por um órgão de assessoria direta do Congresso, o Tribunal de Contas da União, e dois outros órgãos que operam na execução: a Caixa Econômica Federal, que, sem dúvida, tem tido uma ampla participação

na execução de inúmeros projetos, seja do PAC, seja das emendas parlamentares coletivas ou individuais, e o Ministério do Esporte, haja vista que a Copa do Mundo e as Olimpíadas que se aproximam e as obras estão em andamento.

É fato que, quem quer que seja gestor público municipal, estadual ou de algum órgão federal, sabe das dificuldades que às vezes enfrenta em função da severidade da Lei nº 8.666. Então, há determinados entraves que fazem com que as obras não tenham a celeridade que muitos gostariam. Porém, a regra jurídica é para ser cumprida, e sabemos que uma alteração dessa lei não pode ser imposta sem uma prévia discussão, a qual deve ocorrer em vários segmentos, inclusive aqui, na CMO.

Daí por que, sendo a Comissão de Orçamento uma das mais transparentes da Casa e por trabalhar diretamente com a fiscalização da execução orçamentária, com obras com indícios de irregularidades graves – por diversas vezes discutimos obras para excluir do Orçamento, para excluir ou incluir na dotação orçamentária –, eu acredito que essa seja esta a Comissão adequada para discutirmos amplamente a alteração da Lei nº 8.666 .

Gostaríamos que esse requerimento fosse aprovado para podermos auxiliar na discussão que vai ser travada na Câmara sobre a MP que trata da alteração da Lei nº 8.666 tendo como fim específico a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e também quando chegar ao Senado, já que esta é uma Comissão Mista.

Portanto, diante da justificativa autoexplicativa apresentada no requerimento, peço que aprovemos o requerimento. Esse é o pedido que faço aos meus pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra, por ordem de inscrição...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – Quero informar ao ilustre Deputado Claudio Cajado, que citou requerimento relativo à MP nº 503, que, segundo informação que chega da nossa assessoria, a MP nº 503 perdeu a eficácia. Então, ela iria entrar na MP 510, não entrou, e a informação que temos é que a MP 503 perdeu a eficácia.

Então, quero deixar esse registro aqui ao ilustre Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. pediu a palavra pela ordem, não trouxe uma questão de ordem, Deputado, mas fica a advertência de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas esse assunto vai surgir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estão inscritos Walter Pinheiro – o Bacelar já falou –, Hugo Leal e José Airton .

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, não tive a oportunidade de cumprimentá-lo na sessão em que V.Exa. foi, mais do que eleito, consagrado como Presidente desta Comissão. Para nós, do Senado, é uma honra, e para nós, que viemos da Câmara, também uma honra, porque é a continuidade de um trabalho importante. Eu estive aqui naquele dia mas não pude ficar, principalmente para os momentos das saudações.

Eu queria começar, Sr. Presidente, dizendo que a postura que deveremos assumir nesta Comissão, até em relação ao que propôs o Deputado Claudio Cajado, é a de, efetivamente, ouvir. Nesse caso em particular, devemos ouvir a Autoridade Olímpica, o DNIT e inclusive outros dirigentes sobre quaisquer dessas matérias. Portanto, não há nenhuma intenção, Deputado Claudio Cajado, de manobrar ou de criar obstáculos para que esta Comissão promova ou até obtenha os devidos esclarecimentos. Eu só quero ir ao encontro do que V.Exa. mesmo disse.

Essa matéria ainda tem a percorrer um certo rito processual, meu caro Relator Arlindo Chinaglia. Então, o mais prudente é esperarmos o final desse processo para, na sequência, aprovarmos o requerimento. Se porventura acontecer com essa medida provisória a mesma coisa que aconteceu com a MP 513, que foi aqui sobejamente bem lembrado pelo Deputado João Carlos Bacelar, nós teríamos aprovado um requerimento sobre algo que, efetivamente, não se processa, ou não se processará.

Então, eu pediria, neste caso, que aguardássemos até a apreciação da outra parte, sem nenhum problema. Se já o tivéssemos apreciado, Deputado Claudio Cajado, eu defenderia inclusive que o requerimento voltasse para discutirmos qual o melhor momento para a realização da audiência com a presença dos dirigentes.

Nesse caso em particular, além de a própria questão da MP 503 ter, efetivamente, sido prejudicada, ou seja, os seus efeitos jurídicos, no caso específico inclusive no que diz respeito à Autoridade Olímpica, um dos problemas centrais que eu diria até que talvez devesse ser objeto de apreciação, como V.Exa. levantou aqui, no que diz respeito à Lei nº 8.666, principalmente na reno-

vação de contratos de aeroportos, a própria Presidenta da República adotou uma medida de veto. Portanto, esse debate ocorre hoje em compasso adequado, em conjunto com a INFRAERO e com o Ministério Público, na construção de um TAC, buscando se ajustar os diversos contratos desses concessionários.

Portanto eu pediria – eu sei que é não só da índole, mas também da própria capacidade parlamentar do meu nobre companheiro da Bahia, Deputado Claudio Cajado, contribuir com os trabalhos –, até para atender ao segundo requerimento que, por ventura, também é do nobre Deputado, e também para agilizarmos os trabalhos, que deixássemos a apreciação dessa matéria para a próxima reunião e passássemos a apreciar o segundo requerimento. Em consonância com o que efetivamente estamos fazendo, não haveria nenhum prejuízo ao debate mas, na minha opinião, ficariam prejudicados o debate, a apreciação e principalmente a deliberação sobre uma matéria que a Câmara e o Senado – há deliberação em conjunto – ainda não se posicionaram. Enfim, nós não temos a matéria final consolidada, o que poderia levar a que esta mesma Comissão tenha que reavaliar sua posição.

Creio que o mais prudente seria adotarmos a postura de esperar o momento de o conteúdo proposto pelo Deputado Claudio Cajado se processar. Aí sim, apreciaríamos aqui o requerimento, sem nenhum problema, volto a insistir. Inclusive a posição da bancada do Governo no Senado, e creio que também a da bancada do Governo na Câmara, é tocar os trabalhos, aprovar os requerimentos; trazer a esta Comissão Ministros, dirigentes, para que possamos fazer o bom debate e aprovarmos aqui as matérias, inclusive com a contribuição daqueles que estão no Executivo, para que façamos as coisas ajustadas ao desejo que esta Comissão tem e a sua obrigação de trabalhar estritamente com o rigor da lei, cumprindo o nosso dever.

Então, é esse o apelo que eu faço ao Deputado Claudio Cajado, até para que ultrapassemos essa etapa e passemos a discutir o outro requerimento, porque aí acho que nós já temos matéria concreta, atos e propostas, uma LDO já a caminho. Assim, daria para efetivamente discutirmos a vinda da Ministra do Planejamento já com matérias concretas para uma apreciação por parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Continua em discussão, sem a manifestação do colega baiano, Deputado Claudio Cajado.

Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu só queria saber, Deputado Claudio Cajado, se V.Exa. aceita a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Vamos ouvir o Deputado Claudio Cajado, já que V.Exa. insiste.

Deputado Cajado, rapidamente para dizer se apoia ou não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, eu acho que o assunto já foi pautado na Câmara. A matéria já foi pautada. A medida provisória perde a eficácia, mas já foi pautada. Nós temos informação de que o Governo voltará com a essa mesma matéria, que trata de assuntos importantes como, por exemplo, a inversão de fases do processo licitatório, a questão de técnica ao invés de preço ou, então, preço inicialmente para, depois, técnica. Quer dizer, acho que são assuntos para os quais não há prazo em função de já terem sido pautados na Casa.

Agora, a preocupação do Senador Walter Pinheiro me parece que é priorizar o requerimento seguinte, que também é de minha autoria, para que possamos discutir. Se for o caso de fazermos uma inversão de pauta, eu concordo. Vamos fazer uma inversão de pauta e deixar esse assunto, na sequência, por último. Mas eu acho que é importante, Senador, discutirmos a alteração da licitação.

Quando esse assunto retornar à pauta – e vai retornar, porque a Copa do Mundo e as Olimpíadas são um fato concreto, as obras precisam ser feitas e aceleradas e o Governo não vai deixar de querer alterar se for do consenso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Perfeita a justificativa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, eu acho fundamental discutir essa questão. Nós vamos apenas fazer audiência pública para discutir, clarear essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, se for para insistir nesse processo, eu só queria pedir ao Deputado Cajado que pudéssemos acrescentar a Autoridade Olímpica, porque ela que agora é responsável pelos jogos, porque, do jeito que está aqui... Não é o Ministro do Esporte. Que fosse acrescentado então a Autoridade Olímpica e se retirasse o Diretor do DNIT porque, senão, nós teremos que chamar a INFRAERO, o Ministério das Cidades, não sei o quê. Então, que fizéssemos um debate com a Autoridade Olímpica, que é, de fato, a responsável pelo processo, que não está aqui, e o Presidente da Caixa e o Tribunal.

Mas, então, eu queria fazer um apelo ao Deputado Cajado, novamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – O Deputado Cajado concorda com a inclusão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Na verdade, o Ministério do Esporte nós não esperávamos que perdesse a substância, mas, como a Autoridade Olímpica foi criada, e eu acredito... Eu não convoquei porque pensei que o Ministério do Esporte continuasse com toda a força que sempre teve. Mas, se V.Exa. assim o deseja, eu concordo: tira-se o DNIT e coloca-se Autoridade Olímpica. Tira-se o DNIT, tudo bem, porque a informação é que o DNIT não está fazendo. Eu imaginei que as obras de infraestrutura fossem realizadas pelo DNIT. A Autoridade Olímpica entra e mantém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Feitas as modificações sugeridas pelo Deputado Gilmar Machado, continua com a palavra... S.Exa., Deputado Gilmar, já concluiu?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu estava pedindo o seguinte. Ao invés dessa alteração, continuo a fazer um apelo ao Cajado, pudéssemos discutir. Vamos terminar. Deixa essa matéria, o apelo continua. Vamos discutir melhor esse processo e, na próxima reunião, nós votamos os demais e alteramos para a próxima. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Não há concordância, continua em discussão.

Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Está na ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) – Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, deixa-me tentar colaborar com essa discussão, tanto com o Deputado Claudio Cajado quanto com o Senador Walter Pinheiro e o Deputado Gilmar Machado.

É o seguinte. Esse tema, realmente, já foi palco da Medida Provisória nº 503 e depois caiu, quer dizer, foi sugerido que fosse pela Medida Provisória nº 510. O Relator da Medida Provisória nº 510 nesta Casa fui eu, e nós chegamos a fazer um debate aqui, ainda não público, sobre os pontos principais das modificações desse sistema diferenciado de procedimento licitatório.

Eu acho que é de fundamental importância nós trazermos para a Comissão de Orçamento esse propósito, porque isso vai afetar diretamente o cronograma, sim, das obras que serão realizadas.

Como Relator da Medida Provisória nº 510, que teve por um período essa matéria integrando seu texto, vi a necessidade de ampliar esse debate na Casa, Sr. Presidente. Vi também que é de fundamental importância, porque ocorre que às vezes o que o Governo deseja, a Autoridade Pública Olímpica, o Ministério dos Esportes, seja qual for o ente relacionado ao tema, é a celeridade, sem perder a exigência de qualidade, sem perder a possibilidade da fiscalização.

Então, eu vejo com bons olhos, e faço a sugestão ao Deputado Cajado – Deputado Cajado, poderia ouvir a minha sugestão? – para complementar, porque nós estamos ouvindo todas as autoridades, quer dizer, pelo menos as autoridades que eu tive oportunidade de ouvir na época em que estava fazendo o relatório.

Eu fui ao Presidente do Tribunal de Contas e aos Presidentes dos Tribunais de Contas também de outros Estados e Municípios, mas eu acredito que poderíamos chamar para o debate, como uma das oitivas que esta Comissão poderia fazer, não só os órgãos públicos mas as entidades que participam dos procedimentos licitatórios, até para que eles nos deem a visão do outro lado. Porque se nós temos só o olhar clínico do Estado ou do Poder Público, não vemos como a situação está também do outro lado; como é que enxergam as entidades representativas, através de instituições, de associações.

Eu acho que seria interessante, e eu tive essa oportunidade de ouvir ambos os lados: além de ouvir extensamente várias autoridades do Governo, várias pessoas relacionadas ao tema de licitações.

Não vejo a 8.666 como algo que não possa ser aprimorado, modificado. Não vejo dessa forma. Não diria que haja muitas, mas há questões pontuais que o próprio Tribunal de Contas entende que é possível alterar, até para a agilização de procedimento. Acredito que isso vai colaborar e seja papel fundamental desta Comissão Mista.

Por isso eu estou encampando o seu requerimento, quer dizer, assinando em conjunto, se for o caso até, mas também sugerindo que possamos trazer outras instituições que não somente as públicas, como ABDIB, ABDIC. São as instituições que cuidam da construção pesada no País, num dos casos. Nós temos outras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado José Airton, com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON – Sr. Presidente, também na linha de raciocínio do nosso Senador Walter Pinheiro, acho que é oportuno esta Casa discutir essa matéria, pela importância e relevância do tema. Também considerando o fato de que nós precisamos saber se o Governo de fato vai editar uma nova medida provisória, ou não, com os mesmos itens ou não, em

princípio sou a favor de que esse tema tenha que ser discutido nesta Casa, mas no momento oportuno.

Deputado Cláudio Cajado, acho que não podemos deixar de fazer esse debate envolvendo o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União. Sem eles, acho que a discussão ficaria capenga.

Então, eu vou na linha de que deveríamos adiar a aprovação desse requerimento para termos a convicção de que essa matéria vai ser novamente pautada pelo Congresso e, ao mesmo tempo, sugiro a V.Exa. que incorpore não só a participação da Autoridade Olímpica, órgão que vai comandar, coordenar e promover todo esse debate das Olimpíadas e da Copa, mas também trazer os órgãos fiscalizadores. Nós precisamos trazer o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União para, com as suas experiências, colaborarem. Com isso, encararemos também o lado dos órgãos fiscalizadores.

A sugestão do Deputado Hugo Leal é muito oportuna, porque teremos três visões aqui: a visão dos órgãos governamentais, em que entra a autoridade olímpica; a visão dos órgãos fiscalizadores, que serão o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União; e a visão das entidades que participarão do processo da infraestrutura e do processo licitatório.

Nós temos que convidar essas entidades para que, dentro dessa discussão, possamos contribuir com um projeto bem aperfeiçoado e possamos realmente ter clareza desse processo de dispensa ou de diminuição do processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Não há mais inscritos. Parece-me que o Senador Walter Pinheiro ainda tem um apelo final.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, eu até falei com o Deputado Claudio Cajado e quero insistir com S.Exa. em relação a isto: não há nenhuma posição de sermos contra, pelo contrário. Mas, pelas próprias intervenções do Deputado Hugo e do Deputado Gilmar, todos foram ajustando uma série de sugestões, que careceriam, meu caro Presidente, da própria junção com o proponente, até para clarificar e melhorar o que seria o requerimento. Devemos ampliar, fazer um requerimento que pudesse contemplar essas diversas etapas.

E mais, como eu disse ao Deputado Claudio Cajado, estou trabalhando ainda numa tese, numa suposição. Aqui a matéria caiu. O Governo está preparando. Eu volto a insistir: o veto a uma dessas matérias que tinha frontalmente, segundo o Governo, uma colisão com a Lei nº 8.666/93, na realidade, foi feito pelo próprio Governo.

Assim, é impossível que o Governo mande uma outra matéria com esse teor. E, se mandar uma matéria que envolva essa questão da Copa, vou ao encontro da proposta feita pelo Deputado Hugo, que retrata a preocupação com as questões da Copa, visando fazer uma melhoria nesse pedido e contar com a presença do representante da autoridade olímpica nesta Comissão. Esta Comissão deve fazer o debate com duas vertentes, no sentido de acompanhar os processos e os passos que não colidam e, ao mesmo tempo, ir mais para a propositura.

Por isso, acho importante aguardarmos o desfecho dessas matérias. Nós poderíamos promover essa semana, sem nenhum problema, a melhor identificação de como a Comissão poderia montar um calendário para fazer essa discussão da Copa como prioridade.

Volto a frisar: a LDO está a caminho. Parte do desejo apresentado pelo Deputado Claudio Cajado pode vir na LDO. Portanto, nós poderíamos fazer isso num compasso a partir exatamente do que será apresentado.

É importante que a Ministra do Planejamento, por exemplo, venha a esta Comissão falar da LDO. E, de repente, a partir dessa fala, reestrutura-se a nossa necessidade, inclusive para incluir novos atores nessa etapa, como está propondo o Deputado Claudio Cajado.

O que estou propondo a S.Exa. é esse adiamento, para aguardarmos esse desfecho e eu diria até, com todo o respeito, Deputado Claudio Cajado, uma ajuda para que o requerimento pudesse de forma ampliada atender o desejo de todos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Feita essa observação, Senador, passo rapidamente a palavra ao Deputado Claudio Cajado, a fim de continuarmos a discussão.

De forma bem objetiva, V.Exa. acolhe as manifestações.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, meu interesse é sempre provocar, para termos o melhor debate. Eu ouvi dizer, por isso nem pontuei isso nas minhas falas anteriores, que o Governo vai insistir nas alterações na LDO. O Senador Walter Pinheiro acaba de confirmar isso. Deve vir na LDO, ou seja, deve haver as informações que estamos ouvindo cantar por aí.

Assim, a minha intenção era antecipar o debate, já sabendo o que o Governo pretende – porque o fato foi a edição da 503 – e, em cima do que nela foi editado, começarmos a fazer a discussão prévia. Não vejo como isso venha a colidir com o que possa vir à frente, mas, se o desejo do Senador Walter Pinheiro é ajudar a melhorar o requerimento, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – V.Exa. o retira?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Posso retirá-lo. Eu aquiesço na inclusão da CGU...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos retirar o requerimento, com as inclusões para aperfeiçoamento na próxima semana.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Mas na próxima semana, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estará em pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Estará em pauta, com o auxílio do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Retirado de pauta.

Requerimento seguinte. Entendimento.

Apreciação do Requerimento nº 2, de 2011, que solicita seja convidada a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prestar esclarecimento sobre o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências; o Decreto nº 7.418, de 31/12/2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, além dos vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381, de 9/2/2011.

O autor, Sr. Deputado Claudio Cajado, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, membros da Comissão, de igual forma, o requerimento é autoexplicativo.

Temos um decreto que tem prazo fatal no dia 30 de abril, que não é um decreto novo. Ele foi editado pela primeira vez no Governo Fernando Henrique, foi reeditado no Governo Lula e, no final do Governo Lula, de novo foi editado. E a Presidente Dilma, de igual forma, em seu Governo, mantém essa prorrogação até 30 de abril, inovando no item "restos a pagar não processados".

Esse termo "não processados" ensejou uma grande discussão no Governo, pelo menos de janeiro até agora. O que seriam "empenhos não processados", "restos a pagar não processados"? Uns achavam que eram de obras não iniciadas, outros com cláusulas suspensivas, outros ainda que não tinham sido aprovados pela Caixa Econômica. Criou-se um certo conceito dúbio no Governo. Isso está sendo estabelecido, mas gostaríamos que a Ministra viesse aqui para esclarecer essa situação.

De outra forma, existem inúmeras obras pelo Brasil afora prontas para serem iniciadas, outras tantas já iniciadas, mas cujos recursos não chegaram. Em diversos contatos que tivemos com Prefeitos e gestores públicos municipais, estes nos disseram que, desde julho do ano passado, obras em andamento não receberam um recurso ainda, um centavo sequer. Muitas obras estão paralisadas, outras a passo de tartaruga, lentas, causando transtorno à população e desgaste à imagem das Prefeituras, dos Governos dos Estados e dos órgãos conveniados.

Acho importante que discutamos a questão dos "restos a pagar", porque envolve obras que podem ficar como elefantes brancos, inconclusas. Não podemos, por causa de decreto limitador por prazo temporal, prejudicar as ações que são importantíssimas para as comunidades beneficiadas.

Por outro lado, Sr. Presidente, colocamos a questão dos vetos. Nunca antes na história deste País houve veto a emendas individuais. Pela primeira vez, estamos constatando vetos a emendas parlamentares individuais. Essa situação merece um debate.

De fato, o Governo tem um único argumento: a LDO explicitou que tal situação poderia acontecer. Poderia, mas, de fato, querer cortar os recursos daquelas emendas que atendem diretamente à ponte que liga o pequeno produtor rural à feira do seu município, querer cortar o pequeno trator com poucos implementos agrícolas, algo fundamental e imprescindível aos pequenos lavradores rurais do nosso Estado, a Bahia, e de tantos outros Estados do Nordeste, eu acho que essa não é a melhor conduta. Vetar emendas que atingem valores pequenos, mas que beneficiam os mais desfavorecidos deste País, sinceramente, eu acho que isso não é correto.

E acho que esse veto não passa nesta Casa. Se colocado para ser votado, tenham certeza de que será derrubado, porque os Parlamentares não aceitaram esse veto. Com certeza, o veto será derrubado.

Mas nós queremos discutir, e essa discussão tem de se dar também aqui, na Comissão de Orçamento. O convite à Ministra Miriam Belchior deve ser, Presidente, se V.Exa. permite, feito para uma audiência conjunta com a Comissão de Finanças e a Comissão de Desenvolvimento Urbano.

O nobre Deputado Eudes Xavier, que estava aqui há pouco, aprovou um requerimento. Peço, Sr. Presidente, se for possível, que V.Exa. entre em contato com os Presidentes das demais Comissões que aprovaram requerimento para o convite à Sra. Ministra de modo a fazermos esse debate conjunto, já que os assuntos são correlatos, até para evitarmos vindas seguidas da Ministra a este Congresso Nacional. S.Exa. poderia vir uma vez só. Faríamos uma audiência conjunta. Faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Quanto à sugestão de V.Exa., Deputado Claudio Cajado, em atendimento ao requerimento de V.Exa., informo que na manhã de hoje a Ministra do Planejamento telefonou para esta Presidência e disponibilizou duas datas, dia 27 ou dia 28, para de pronto aceitar o convite da Comissão Mista de Orçamento.

Nossas sessões ordinárias ocorrem sempre na quarta-feira. O próximo dia 27 será uma terça-feira. A princípio, marquei para o dia 27 a audiência pública, para que não percamos a sessão ordinária deliberativa da Comissão no dia 28.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Decidi unilateralmente, mas quero ouvir o Plenário sobre o dia 27, às 14h, para que todos nós possamos ouvir a Ministra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Perfeito. Aliás, se V.Exa. começar a convocar sessões às terças-feiras e às quartas-feiras, estaremos aqui e ficaremos bem felizes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Concluo o raciocínio quanto ao requerimento: o requerimento prevê como será feito o desembolso para o exercício 2011, como será executado o Orçamento de 2011. Diante das restrições impostas, fizemos esse pedido de convite à Sra. Ministra. E esclareço: não fiz convite extensivo ao Ministro Luiz Sérgio, da SRI, nem ao Ministro Guido Mantega, porque quem detém as informações é a Ministra do Planejamento. Portanto, para otimizar o nosso tempo, o requerimento foi apenas à Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Estão inscritos o Deputado Geraldo Simões, o Senador Walter Pinheiro e os Deputados José Airton, José Priante e Valtenir Pereira.

Com a palavra o Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – Sr. Presidente, acrescente o Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – E o Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Sr. Presidente, eu inicialmente gostaria de declarar ao Deputado Claudio Cajado que S.Exa. fez falta a esta Comissão no ano passado. Por questões regimentais, S.Exa. não pôde participar no ano passado. Quando participa, sempre enriquece esta Comissão.

Os esclarecimentos que o Deputado Claudio Cajado apresenta neste requerimento são importantes para toda a Comissão: sobre o Decreto nº 7.445/2011, sobre o Decreto nº 7.418/2010 e sobre os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, a Lei nº 12.38/2011. S.Exa. está preocupado, como falou, com as pequenas obras espalhadas pelo Brasil. Na verdade, achei que S.Exa. falava sobre a Bahia, sobre as regiões do nosso Estado. Nós tínhamos acordo para os esclarecimentos que serão prestados pela Ministra Miriam Belchior. Eu bati um papo com S.Exa. nesse instante para que isso se fizesse coincidir com a vinda da Ministra, ainda neste mês, para discutir conosco o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

S.Exa. fala também sobre a Comissão de Finanças e Tributação e a de Comissão de Desenvolvimento Urbano. Tenho dúvidas sobre se caberia a Comissão de Desenvolvimento Urbano, mas quanto à de Tributação acho que há acordo entre nós. Então, atendendo ao nosso convite, a Ministra virá este mês falar da LDO e dos decretos que afligem ao Deputado Cajado e a todos nós. Comento a convocação da Comissão de Finanças e Tributação, Sr. Presidente.

É a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, fiz questão de fazer um apelo ao Deputado Claudio Cajado para que retirasse o outro requerimento.

Eu o fiz exatamente para começarmos, Deputado Claudio Cajado, na linha do debate que, acredito eu, é orientador inclusive das nossas ações para cobrar do Ministério do Planejamento a apresentação, o detalhamento de todo o processo de contingenciamento.

E digo mais: acerta o nosso Presidente quando marca a reunião para o dia 27, porque a LDO já estará nesta Casa. Assim, terá a Ministra Miriam Belchior oportunidade de aqui discorrer sobre a LDO.

Por isso é importante, meu caro Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. que é o Relator neste ano, que nessa audiência já tenhamos a oportunidade de ter indicada a relatoria. Como caberá à Câmara dos Deputados indicar o Relator da LDO, seria importante que nessa audiência a indicação já tivesse sido feita, o que permitiria o acompanhamento e o embasamento para a preparação do relatório.

Quanto à audiência conjunta, Deputado Claudio Cajado, faço um apelo no sentido de incorporarmos nesse primeiro momento, sem nenhum problema, talvez a Comissão de Finanças e Tributação. Creio que a Ministra Miriam Belchior tem toda a disposição de vir aqui “n” vezes, de ir ao Senado da República, de vir à Câmara dos Deputados, às Comissões. Nada contra esse debate de diversas Comissões, mas acho que nesse primeiro momento seria importante buscarmos

o foco nessa questão, que tem muito a ver com a CMO e com a Comissão de Finanças e Tributação. Nós faríamos um debate orientador dos próximos passos. Depois, a própria CMO ou outras Comissões poderiam fazer o debate pontual ou de situações correlatas com a função de cada Comissão. Refiro-me a debates posteriores com a Ministra.

Meu medo é, na audiência do dia 27, enchermos a reunião de diversos temas e passarmos o tempo inteiro sem aprofundarmos, nesse primeiro momento, aquilo que o próprio Deputado Claudio Cajado disse bem: a explicitação do contingenciamento, quais passos devem ser dados. Nós deveríamos aproveitar essa audiência pública para irmos clareando e afinando com o Ministério do Planejamento qual deve ser a orientação, para que tenhamos a oportunidade de contribuir e até talvez, quem sabe, de sair dessa audiência com um desfecho dos nossos desejos, dos nossos anseios. Devemos extrair dessa audiência pública o caminho orientador.

Da parte do Governo, Sr. Presidente, nós apoiamos o requerimento. Apoiamos a iniciativa de fazer a reunião no dia 27, não matando a nossa audiência ordinária, permitindo que tenhamos tempo suficiente para debater com a Ministra os assuntos pertinentes a esta Comissão e as questões que foram muito bem levantadas no requerimento pelo Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pelo visto, todos nós concordamos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON – Sr. Presidente, apresento só uma questão ao Senador Walter Pinheiro. Temos três requerimentos com o mesmo objetivo, incorporando inclusive a presença do Ministro Luiz Sérgio, de Relações Institucionais, para tratarmos do mesmo objeto. Mas quero dizer que esse tema tem uma importância muito grande, de grande preocupação – e desculpe-me, meu colega Walter Pinheiro, mas há um outro problema: há um prazo. O decreto prorroga até 30 de abril. Portanto, não podemos fazer esse debate no dia 27. Esse debate tem que ser antecipado, porque até o dia 15, quando da volta da nossa Presidenta da China, o Governo tem que tomar uma posição quanto à prorrogação ou não desses restos a pagar de 2007, 2008 e 2009.

Portanto, penso que, pela importância, pela relevância e pela urgência que essa matéria requer, nós temos que fazer esse debate antecipadamente, de preferência até na próxima semana, se for o caso, para que tenhamos uma explicação e uma posição do Governo, para acalmar um processo de profunda insatisfação, de revolta até, por parte de gestores que não deram causa ao processo de não execução de algumas obras, que não foram, digamos, viabilizadas.

Assim, defendo a aprovação, mas defendo que façamos o debate antes do dia 27, para que possamos obter uma posição mais clara do Governo com relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O Deputado José Airton solicita a antecipação do prazo. Objetivamente, não há tempo, mas essa é outra situação que nós vamos tentar solucionar com a Ministra.

Bem, vamos objetivar. Temos mais três requerimentos, inclusive com a presença de outros atores desse processo.

O Deputado José Priante vai falar agora. S.Exa. tem a palavra para expor sua posição, rapidamente. Vamos ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Serei breve. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Claudio Cajado pela iniciativa. Desde já digo que acompanharei sua proposta. E cumprimento o Presidente da Comissão pela diligência no sentido de já confirmar e marcar a presença da Ministra.

Faço uma intervenção breve em função de uma proposta de minha autoria que vem ao encontro das preocupações apresentadas pelo nosso companheiro congressista que se manifestou antes de mim.

O meu requerimento, Senador Walter Pinheiro, tem um propósito, não conflitando com a iniciativa de promover uma audiência pública, que é salutar, é importante e é fundamental para todos nós. O requerimento tem o sentido de manifestar o sentimento político majoritário nesta Casa, majoritário entre os gestores municipais e os governadores. Vem exatamente para solicitar a prorrogação do decreto.

Faço esta manifestação porque acho que, de alguma forma, seria possível já no requerimento do Deputado Claudio Cajado nós fazermos um casamento dessa proposta que já está mais à frente, de minha autoria, que diz respeito exclusivamente a uma manifestação política da Comissão Mista de Orçamento no sentido de solicitar a prorrogação do decreto, sob pena de chegarmos ao dia 27 e, se porventura a Ministra não puder vir por um acidente de agenda ou algo de qualquer natureza, não termos a possibilidade de deliberar sobre isso.

Eu gostaria de, com a engenharia política capaz, peculiar ao Presidente e aos nossos membros Senadores e Deputados, solicitarmos isso, sem prejuízo da pauta agendada no requerimento do Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Dentro da racionalidade objetiva e do pragmatismo necessário, vamos ouvir a representação do Governo.

V.Exa. concorda, Deputado Geraldo Simões, com a anexação do requerimento do Deputado Priante, para que no requerimento do Deputado Claudio Cajado esteja a moção, o apelo para a prorrogação do presente decreto?

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – O requerimento do José Priante – e a audiência pública foi marcada por V.Exa. para o dia 27 – acho que contempla a proposta. E peço ao Deputado José Airton que ouça essa proposta. V.Exa. concorda, então, com o requerimento do Deputado Priante? Alguma discordância para anexar o requerimento do Deputado Priante? Deputado Cajado, V.Exa. concorda em anexar ao seu requerimento originário o apelo feito pelo Deputado Priante para prorrogar os prazos?

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Vai juntar os dois?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – O 2 e o 4 passam a ser um só. Não há problema para V.Exa.?

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Então, vamos votar.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES – Acho que o requerimento é uma tese e estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Continua em discussão.

Deputado Rui Costa, V.Exa. está inscrito, perdoe-me.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA – Hoje, pela manhã, houve encaminhamento de que essa audiência seja feita conjuntamente com a Comissão de Finanças e Tributação. Inclusive, o Presidente Cláudio Puty chegou a fazer a interlocução propondo isso, e na CFT foi aprovado que essa audiência fosse feita conjuntamente com a CMO e, eventualmente, parece que outra Comissão também já aprovou.

Então, que o requerimento seja aprovado fazendo as sessões conjuntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Inicialmente, Deputado Rui, seria a CMO e a Comissão de Finanças da Câmara. Na outra vinda vamos ampliar. Minha preocupação é com a quantidade.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO – Mas o assunto é um só: o corte de 5 bilhões no Minha Casa Minha Vida. Então, ela viria para falar sobre isso e sobre os 5 bilhões do Minha Casa Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tentaremos fazer as três.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO – Acho que não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Mais alguma discussão? Não.

Tem a palavra o Deputado Agnolin.

O SR. DEPUTADO AGNOLIN – Obrigado.

Quero reforçar o requerimento do Deputado Priante, agora junto a outro requerimento, tendo em vista até mesmo a dificuldade de se entender com tanta clareza e objetividade o decreto. Temos muitos administradores ainda com uma certa dúvida quanto ao processado, ao não processado e em que estágio da liquidação se tem efetivamente a anulação.

O entendimento da assessoria técnica do PDT é que são processadas as despesas que atingiram o seu segundo estágio, aquelas que já estão liquidadas. Portanto, aquelas tão somente empenhadas não estariam incluídas e estariam também anuladas.

Então, dada a complexidade do entendimento e da aplicação da norma, acho perfeitamente oportuno e conveniente a prorrogação do decreto para que os Executivos municipais e estaduais tenham mais tempo para fazer a execução principalmente daquilo que já está em andamento, que já está iniciado.

Podemos fazer uma leitura prática de que, de 2007 a 2010, os restos a pagar líquidos tiveram um crescimento substancial, de mais de 120%. Por isso, a conveniência e a oportunidade de aprovar este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Deputado Agnolin, agradeço a V.Exa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queria discutir...

Deputado Roberto Britto, meu Vice-Presidente, V.Exa. declina da discussão?

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO – Veja, Presidente, na realidade concordo plenamente com o que já está dito.

Agora, tenho um assunto da maior importância para esta Comissão, que estava discutindo aqui com o Senador Walter Pinheiro, e V.Exa. deve ter passado por esse problema também.

É o seguinte: existem normas que são criadas na própria LDO para que, todas as vezes que um Deputado apresenta uma emenda, o Prefeito vai ao Ministério ou à Caixa e apresenta toda a documentação. De repente, o Ministério exige, na época de liberar a segunda parcela, que ele apresente novamente a certidão.

Discutindo com o Senador Walter Pinheiro, ele me disse que já existe, desde o ano passado, uma lei que diz que isso não se faz necessário, mas alguns Ministérios estão exigindo. Acho que esta Comissão devia mandar algum documento para os Ministérios dizendo que não é preciso mais exigir a certidão na segunda parcela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Vamos aprofundar o tema com V.Exa., que é importante, Deputado Roberto.

Em votação.

Sofrerão fusão os Requerimentos nºs. 2 e 4, de autoria dos Deputados Claudio Cajado e José Priante, que convidam a Sra. Ministra do Planejamento.

Ponho-os em votação, fazendo apelo para a prorrogação dos prazos.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Vamos para o próximo requerimento.

Como já há previsão de *quorum* nas duas Casas para o início da Ordem do Dia, eu gostaria de anunciar a V.Exas. que, na próxima terça-feira, dia 12, às 15h, haverá a primeira reunião do colegiado de representantes das Lideranças partidárias. Essa reunião tem como objetivo discutir e definir a relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós temos recebido ofícios por parte das Lideranças – recebemos ofícios das Lideranças do PP, do PR –, com indicações, mas queremos resolver com a consensualidade do colegiado de Líderes.

Portanto, na próxima terça-feira, dia 12, às 15h, na sala de reuniões da Presidência, ficam convidados: a nossa Mesa Diretora, isso quer dizer a Presidência e os Vice-Presidentes; o Relator-Geral do Orçamento, que está designado, e os dois outros Relatores, se a designação do PPA sair até lá; o Líder do Governo e da Minoria nesta Comissão, que não estão designados ainda. Eu peço às Lideranças para agilizarem.

Na Câmara dos Deputados, ainda falta a definição da representação do PT, do PMDB, do Democratas e do Partido Socialista Brasileiro. O restante já foi designado. No Senado Federal, falta a designação para compor o colegiado de Líderes do PR, PDT, PCdoB, PRB, PMDB, PMN, PV e PPS.

Portanto, faço este convite – já estamos caminhando para o término da sessão – para terça-feira, dia 12, e volto a solicitar às Lideranças que não encaminharam as suas representações que o façam o mais breve possível.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, só para comentar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, pela ordem.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO – Em relação ao Senado, nós, do Bloco composto pelo PT, PR e PSB, estamos enviando a V.Exa. a designação. O Bloco decidiu por apresentar uma Liderança como representação do Governo no Senado, e estamos dialogando com o outro Bloco da base de sustentação do Governo, do qual V.Exa. participa, para que tenhamos as Lideranças dos dois Blocos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Fico feliz em ver V.Exa. aqui. O PT já em indicou o Senador Walter Pinheiro, com a possibilidade de fundir todas as Lideranças do Bloco. Isso facilita inclusive o trabalho do colegiado de Líderes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Pois não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – O requerimento foi aprovado e a sessão será conjunta da CMO, a Comissão de Finanças e a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Desenvolvimento Urbano...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Prestigiando nosso membro da Comissão, que está aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ...que está subindo a ladeira, porque vamos ter que enfrentar uma série de arrumações para conseguir trabalhar. Mas, Comissão de Desenvolvimento Urbano, é uma alegria muito grande ter V.Exas. aqui.

Requerimento nº 3, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização – CMO, determine que o Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalize *in loco* as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis".

O Deputado Rubens Bueno não está presente. Fica adiada a apreciação do requerimento em virtude da sua ausência.

O Requerimento nº 4, do Deputado Priante, já foi votado.

Tem mais algum? O Requerimento de nº 5 é de autoria do Deputado Danilo Forte, que está ausente. Fica adiado, em virtude da ausência do Sr. Deputado cearense.

Não havendo mais nada a tratar, como diz o Deputado Presidente Arlindo Chinaglia, convoco a próxima

reunião ordinária para quarta-feira, dia 13, às 14h30min, neste plenário, e declaro encerrada a sessão.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2011.

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 2. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Dilceu Sperafico, Giroto, Júlio Cesar, Roberto Britto, Valtenir Pereira, Weliton Prado e Wellington Roberto; **– Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **– Deputados suplentes**: Agnolin, Alex Canziani, Antônio Roberto, Benjamin Maranhão, Danilo Forte, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Sueli Vidigal e Vaz de Lima. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Ademir Camilo, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Edmar Arruda, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Jorge Pinheiro, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa e Vitor Penido; **– Senadores**: Gleisi Hoffmann, Itamar Franco, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quinze horas e três minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião extraordinária, para o dia 19 de abril, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e seis minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ... assumirá, certamente com o apoio de todos, a 1ª Vice-Presidência da Casa, em substituição ao Deputado Sergio Guerra.

Convoco, então, reunião de caráter extraordinário para 19 de abril, terça-feira, às 14...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Poderia fazer. Tem de ter 24 horas.

Repito: convoco reunião extraordinária para 19 de abril, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Amanhã, às 10 horas, reunião da Liderança.

Declaro encerrada esta reunião.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3,4)	1. Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
Angela Portela (PT-RR) (3)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (3)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (3)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)	

Notas:
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senadora Ana Rita (PT) (4)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:
1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) (4)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (1)	1. Aécio Neves (PSDB) (2)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) (3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (18)	4. José Agripino (DEM) (19)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (7)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, doSenador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.
***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (9)
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO (7)
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (5)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) (3)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (3)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) (2)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) (4)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/04/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (7)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (6)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (2)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:
1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (8)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (9)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ivo Cassol (RO) (6)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (3)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (6)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (10)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (11)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amelia (RS) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (2)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (5)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (3)
PV
Paulo Davim (RN) (4)

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (6)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) (7)
PV

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1ª VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política

Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro

Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 410 páginas

OS: 2011/11693